
RUA
DO
ROSÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JULIANA PRZYBYSZ

NEM SANTAS NEM PUTAS, APENAS MULHERES: ESPACIALIDADES DE MULHERES PROSTITUTAS DE BAIXA RENDA NO EXERCÍCIO DE MATERNAGENS EM PONTA GROSSA - PR

PONTA GROSSA
2017

JULIANA PRZYBYSZ

NEM SANTAS NEM PUTAS, APENAS MULHERES: ESPACIALIDADES DE MULHERES PROSTITUTAS DE BAIXA RENDA NO EXERCÍCIO DE MATERNAGENS EM PONTA GROSSA – PR

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Gestão do Território.

Orientador: Professora doutora Joseli Maria Silva.

PONTA GROSSA
2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Przybysz, Juliana
P973 Nem santas nem putas, apenas mulheres: espacialidades de mulheres prostitutas de baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa – PR/ Juliana Przybysz. Ponta Grossa, 2017.
363f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profª Drª Joseli Maria Silva.

1.Espaço relacional. 2.Interseccionalidades. 3.Maternagens. 4.Prostituição. I.Silva, Joseli Maria. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em Geografia. III. T.

CDD: 306.74

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA PRZYBYSZ

"NEM SANTAS NEM PUTAS, APENAS MULHERES: ESPACIALIDADES DE MULHERES PROSTITUTAS DE BAIXA RENDA NO EXERCÍCIO DE MATERNAGENS EM PONTA GROSSA/PR"

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora /Profª Drª Joseli Maria Silva
UEPG

Prof. Dr. Miguel Angelo Ribeiro
UFRJ

Prof. Dr. Márcio José Ornat
UEPG

Profª Drª Maria das Graças Silva Nascimento Silva
UFR

Profª Drª Edina Schimanski
UEPG

Ponta Grossa, 31 de março de 2017

Dedico esta tese a todas as putas, prostitutas, profissionais do sexo, garotas de programa que tive o prazer de encontrar, conhecer e conviver nesta trajetória, que não se acaba aqui.
Dedico esta tese a todas aquelas prostitutas que nos deixaram, que durante estes quatro anos de pesquisa perderam a batalha para a AIDS e para a violência.
Dedico também a todas as putas que eu tive o prazer de conviver em Barcelona.
"Somos todas putas"

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres prostitutas mães que contribuíram para a realização deste trabalho, contando um pouco de suas histórias de vida e permitindo que eu tivesse agradáveis momentos escutando as conversas sobre a batalha diária na prostituição e no cuidado dos filhos. Agradeço a todas as putas que conheci em Barcelona e que me ajudaram a compreender melhor a prostituição. Agradeço especialmente à Gabriela e à Madame du Barry, que pacientemente contaram a mim suas trajetórias na prostituição e abriram caminho para que eu pudesse conhecer muitas outras histórias de lutas, vitórias e de derrotas.

Agradeço também à Débora, Joice e à Tati, enfim a toda a ONG Renascer, por me deixarem acompanhar, nestes quatro anos, as abordagens para a entrega de camisinhas e atendimentos às profissionais do sexo, e, a abrirem as portas do campo de pesquisa. Agradeço infinitamente pelas tardes e noites rindo e pelas fotos tiradas em cada barra de *Póle Dance* que encontrávamos pelo caminho.

Agradeço à minha querida orientadora Joseli Maria Silva, que desde o TCC até a tese aceitou minhas ideias malucas e por estar sempre ao meu lado. Agradeço à minha orientadora Maria Dolors Garcia-Ramón, por me acolher e me ajudar com esta difícil temática e também à Dolores Juliano, pelos encontros construtivos que me ajudaram a compreender melhor o universo da prostituição.

Agradeço a todo o Grupo de Estudos Territoriais – GETE, por estarem do meu lado e pelas longas discussões sobre a minha temática de pesquisa. Agradeço, em especial, ao professor Edson Armando Silva, por me ajudar na metodologia de análise de dados e pela imensa paciência e ao professor Marcio Ornat, pelas longas discussões sobre este tema.

Agradeço ao meu filho Vinícius e ao meu marido Jhonattan, por acreditarem em mim, estarem ao meu lado e por enfrentarem comigo o preconceito pela temática desta tese. Sem vocês, eu teria desistido. Agradeço à minha mãe, meu pai e aos meus irmãos por terem paciência e por me ajudarem a cuidar do Vinícius nesta trajetória, obrigada por exercerem a maternagem e paternagem comigo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e à CAPES, por proporcionarem esta experiência única de fazer uma tese de doutorado e pela oportunidade de realizar meu estágio de doutorado na Universitat Autonóma de Barcelona.

"Sintam que palavra linda, sonora e importante. Puta que é o nome da nossa atividade e também um grande palavrão, uma grande ofensa. […] Quer dizer também que nossos filhos são nada mais, nada menos, que filhos da puta. Percebem? Nossos filhos nunca, se assumirmos nossa identidade, se sentirão ofendidos se forem chamados de filhos da puta. E um dia, que tenho certeza chegará, ser filho da puta haverá de ser um elogio, e não uma ofensa. Mas isso depende de nós, putas. Se continuarmos a ter vergonha de ser chamadas de putas e continuarmos a inventar nomes babacas para a nossa atividade profissional, não só os nossos filhos continuarão a ter vergonha de nós, como o preconceito com relação ao que fazemos continuará forte."
(Gabriela Leite - "Sem vergonha de ser puta", Beijo da Rua, 2002)

RESUMO

Esta pesquisa tem como questão central: como se estabelecem as espacialidades de mulheres prostitutas no exercício de maternagens, na cidade de Ponta Grossa, Paraná? Para respondê-la, foram realizados dois levantamentos dos locais de prostituição na cidade, nos anos de 2013 e 2016, envolvendo a aplicação de 115 questionários. A partir desse levantamento, foi possível identificar três locais de prostituição utilizados por mulheres de baixa renda como as boates, bares e ruas específicas da cidade. A identificação das mulheres mães que exerciam a prostituição possibilitou a criação de vínculos durante as observações de campo e a realização de 12 entrevistas em profundidade. A inteligibilidade do fenômeno foi possível por meio da análise das entrevistas conforme metodologia de Silva e Silva (2016). As redes semânticas de sentidos do discurso das mulheres mães que exercem a prostituição na cidade de Ponta Grossa permitem afirmar que apesar de imperar a dicotomia das figuras de mãe e da prostituta, inclusive no imaginário das próprias prostitutas, esta é fruto do discurso hegemônico. As práticas simultâneas da maternagem e da atividade comercial sexual desenvolvidas pelas mulheres entrevistadas elucidam estratégias de ações complementares e interdependentes que fundem a identidade materna à da prostituta. Dessa forma, elas também evidenciam a constituição de um espaço relacional em que o público e o privado não estão opostos e dicotomizados.

Palavras-chave: Espaço relacional; Interseccionalidades; Maternagens; Prostituição.

ABSTRACT

This research has as central question: how are the spatialities of prostitutes women established in the practice of maternity, in the city of Ponta Grossa, Paraná? For respond to it, two surveys of the prostitution sites in the city were made, in the years 2013 and 2016, involving the application of 115 questionnaires. From this survey, it was possible to identify three places of prostitution used by low-income women, such as nightclubs, bars and specific streets of the city. The identification of mothers women who were carry out the prostitution has allowed the creation of bonds during the field observations and conduct 12 in-depth interviews. The intelligibility of the phenomenon was made possible through the analysis of the interviews according to Silva e Silva's methodology (2016). The semantic networks of the discourses of mother's women who practice the prostitution in the city of Ponta Grossa make it possible to affirm that despite the dichotomy between the figures of the mother and the prostitute rules, even in the imagination of the prostitutes themselves, this is the result of the hegemonic discourse. The simultaneous practices of mothering and commercial sexual activity developed by the women interviewed elucidate strategies of complementary and interdependent actions that fuse the maternal identity to the prostitute identify. Thus, they also evidence the constitution of a relational space in which the public and the private are not opposed and dichotomized.

Keywords: Relational space; Intersectionality; Mothering; Prostitution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Primeira e última Capa do Manual de profesionalización da Génera - Associació em defensa dels drets de les dones de Barcelona..... 41

Imagem 2 - Primeira e última capa da Revista de Información sobre trabajo sexual – Punto – G (2009 # 03)..... 41

Imagem 3 - Primeira e última capa da Revista de Información sobre trabajo sexual – Punto – G (2010 # 04)..... 42

Imagem 4 - Primeira e última capa da Revista de Información sobre trabajo sexual – Punto – G (2011 # 05)..... 42

Imagem 5 - Primeira e última capa da Revista de Información sobre trabajo sexual – Punto – G (2012 # 06)..... 43

Imagem 6 - Entrevistas preparadas e transformadas em tabela..... 57

Imagem 7 - *OpenReffine* com *stopwords*..... 58

Imagem 8 - *Script* extraído do *OpenRefine*..... 59

Imagem 9 - Grafo geral de palavras separado em comunidades..... 60

Imagem 10 - Comunidade de palavras sobre o cuidado com os filhos..... 61

Imagem 11 - Comunidade de palavras com nós e arestas mais e menos expressiva no discurso..... 62

Imagem 12 - Mapa mental para identificação das categorias discursivas..... 64

Imagem 13 - Interface do software livre RQDA..... 65

Imagem 14 - Banco de dados do SQLITE das entrevistas categorizadas..... 66

Imagem 15 - Grafo geral de categorias discursivas separado em comunidades..... 68

Imagem 16 - Laboratórios de dados de nós das categorias discursivas..... 70

Imagem 17 - Laboratórios de dados de arestas das categorias discursivas.. 70

Imagem 18 - Escala como uma escada e Escala como círculos concêntricos..... 102

Imagem 19 - Escala rizomática a partir da metáfora de raízes..... 104

Imagem 20 - Escala rizomática a partir do buraco de minhoca..... 105

Imagem 21 - Representação de escala enquanto nível a partir da dicotomia espaço público e privado..... 107

Imagem 22 - Relações de gênero a partir da prostituição..... 129

Cartograma 1 - Espacialização da prostituição de boate e de rua nas décadas de 30, 40 e 70, na cidade de Ponta Grossa – Paraná..... 166

Gráfico 1 - Levantamento dos locais de prostituição na cidade de Ponta Grossa..... 168

Cartograma 2 - Espacialização da prostituição de boate na cidade de Ponta – Paraná no ano de 2012..... 169

Cartograma 3 - Espacialização da Prostituição de Bar na Cidade de Ponta–Paraná no ano de 2012..... 171
Cartograma 4 - Espacialização da Prostituição de Bar na Cidade de Ponta–Paraná no ano de 2016..... 172
Cartograma 5 - Espacialização da Prostituição de Rua na Cidade de Ponta–Paraná no ano de 2012..... 175
Cartograma 6 - Espacialização da Prostituição de Rua na Cidade de Ponta–Paraná no ano de 2016..... 176
Gráfico 2 - Idade das mulheres Profissionais do Sexo que trabalham em bares, boates e na rua em Ponta Grossa–Paraná..... 184
Gráfico 3 - Escolaridade das mulheres profissionais do sexo que trabalham em bares, boates e na rua em Ponta Grossa–PR.... 186
Gráfico 4 - Tempo de permanência das mulheres na prostituição de bar, boate e rua na cidade de Ponta Grossa–PR..... 189
Gráfico 5 - Fonte do preconceito sofrido por mulheres que exercem a prostituição em bares, boate e na rua em Ponta Grossa–Paraná..... 192
Imagem 23 - A categoria identidade com relação as categorias de identificação e mãe..... 198
Imagem 24 - A Categoria Mãe com Relação as Categorias Identidade, Prostituta, Profissional do Sexo, Garota de Programa e Puta... 204
Imagem 25 - A Construção da Espacialidade da Boate e o Exercício de Maternagens..... 210
Imagem 26 - A Construção da Espacialidade do Bar e o Exercício de Maternagens..... 231
Imagem 27 - A Construção da Espacialidade da Rua e o Exercício de Maternagens..... 250
Imagem 28 - A Heterotopia no Contexto Cotidiano da Prostituição e do Lar.. 273
Imagem 29 - O cotidiano das mulheres prostitutas mães fora da prostituição..... 279
Imagem 30 - Fazer-se mulher prostituta mãe na espacialidade do bairro e do casamento..... 281
Imagem 31 - A instituição da identidade de prostituta no cotidiano fora da prostituição..... 283
Imagem 32 - O estigma e a relação com o bairro e o marido..... 286
Imagem 33 - O exercício da maternagem nas espacialidades da prostituição..... 293
Imagem 34 - Fazer-se prostituta e mãe nas espacialidades da prostituição.. 296
Imagem 35 - O cuidado dos filhos e a relação com a prostituição..... 298
Imagem 36 - O sustento dos filhos e a relação com a prostituição..... 399
Imagem 37 - A identidade materna e a instituição de maternagens na

prostituição..... 301
Imagem 38 - As práticas sexuais, corporais e as relações de poder na prática do programa..... 307
Imagem 39 - O gostar das práticas sexuais e o exercício de poder..... 310
Imagem 40 - A relações de poder nas práticas sexuais..... 313
Imagem 41 - O sentimento positivo na prostituição..... 315
Imagem 42 - A Intersecção entre as Identidades de Prostituta Mãe e os Espaços de Exercício de Prostituição e Maternagens..... 324
Imagem 43 - A Desconstrução das Dicotomias a partir da Vivência Espacial de Mulheres Prostitutas Mães em Ponta Grossa..... 327
Imagem 44 - A Intersecção entre Prostituição, Filiação e Sustento dos Filhos no Discurso de Mulheres Prostitutas Mães em Ponta Grossa …..... 330

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil das mulheres prostitutas mães entrevistadas..... 17

LISTA DE SIGLAS

GETE	Grupo de Estudos Territoriais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
ONG	Organização Não Governamental
LGBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis
CBO	Código Brasileiro de Ocupação
APROSBA	Associação de Prostitutas da Bahia
GAPA-MG	Grupo de Apoio e Prevenção à Aids de Minas Gerais
GEMPAC	Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará
NEP	Núcleo de Estudos da Prostituição
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas
VUE	*Visual Understanding Environment*
RQDA	*Qualitative Data Analysis*
SQL	*Structured Query Language*
ONU	Organização Nacional das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

Introdução	**…**	**15**
Capítulo 1	**A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA**	**19**
1.1	A Elaboração dos Questionamentos	20
1.2	A posicionalidade da autora e o trabalho de campo com as prostitutas	30
1.3	Metodologia de análise dos resultados de campo	52
Capítulo 2	**ESPAÇO, GÊNERO, PROSTITUIÇÃO FEMININA E MATERNAGEM: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**	**72**
2.1	Tensionando a visão dicotômica do espaço a partir das geografias feministas	73
2.2	Escala: uma busca pela não dicotomização dos espaços	97
2.3	A análise interseccional na compreensão da prostituição de mulheres mães de baixa renda	113
Capítulo 3	**O FENÔMENO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA: AS DIFERENTES ESPACIALIDADES EM PONTA GROSSA – PR**	**147**
3.1	O contexto espacial de Ponta Grossa e o desenvolvimento da atividade de prostituição	148
3.2	Identidades fluídas no exercício da prostituição feminina em Ponta Grossa	178
3.2.1	Espacialidade da prostituição: o perfil de mulheres prostitutas em Ponta Grossa	180
3.2.2	Processos de identificação do ser prostituta e mãe	193
Capítulo 4	**AS DIFERENTES FORMAS DE PROSTITUIÇÃO, SUAS ESPACIALIDADES E A IMPLICAÇÃO NA MATERNAGEM**	**207**
4.1	A boate e papel central das 'mães-babás' no exercício das maternagens	208
4.2	O bar e a proteção da imagem materna	229
4.3	A rua e a vigilância para a manutenção da imagem materna	248
Capítulo 5	**INTERSECCIONALIDADE ENTRE MATERNAGEM, PROSTITUIÇÃO FEMININA E COMPLEXIDADE ESPACIAL**	**271**
5.1	A interseccionalidade conflituosa e a construção simbólica da dicotomia entre a mãe e a prostituta	274
5.2	A interseccionalidade complementar e a constituição do espaço relacional	289
5.3	O saber poder da prostituta e o isolamento de ser mãe	304
5.4	Desconstruindo a dicotomia da mãe e prostituta: a constituição do espaço relacional	317

Considerações finais **333**

Referências **338**

Anexos **353**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como questão central: como se estabelecem as espacialidades de mulheres prostitutas no exercício de maternagens na cidade de Ponta Grossa, Paraná? Mesmo sendo uma das mais antigas atividades humanas, como aponta Catonné (2001), a prostituição tem sido tratada como tabu no ocidente, pois é uma atividade estigmatizada. Sua estigmatização envolve as normas de gênero e sexualidade, que a tornam algo que deve ser 'dado' a um homem pela mulher, que deve envolver carinho, amor e principalmente a procriação, tornando a venda de serviços sexuais a principal forma de regulação dos corpos femininos.

As normas de gênero e sexualidade são um instrumento de controle que reforçam identidades sociais (GOFFMAN, 1988), que naturalizam papéis e condutas, categorizando pessoas e criando dicotomias. Assim, a sexualidade, através da qual o poder é exercido, conforme aponta Foucault (2012), produz o controle dos corpos femininos, fundamentando o estigma à mulher prostituta, dicotomizando às mulheres em 'boas' e 'más'.

A prostituição tornou-se a exteriorização da 'má' mulher, a qual tem sido reconhecida somente pela sua identidade de prostituta, destituindo-a de outras relações sociais espaciais que vivencia e reforçando as normas de gênero e sexualidade. É a partir da construção da 'má' mulher que destaca-se a 'boa' mulher, àquela que segue os padrões de condutas morais, carinhosa, cuidado e naturalmente mãe. É a partir desta dicotomia, da boa mulher e da má mulher que se constrói o estigma da puta e dá força ao termo 'filho da puta' enquanto uma ofensa e sinônimo de uma pessoa com mau-caráter. Assim, o estigma de puta é repassado da mãe à sua prole, reforçando o preconceito a estas mulheres.

Entretanto, este paradoxo é desconstruído quando levamos em consideração a constituição de múltiplas identidades interseccionadas. Compreender o papel da mulher prostituta para além de uma única identidade, a de prostituta, é buscar uma complexidade que envolve múltiplas relações e destaca um pouco mais da realidade vivida por elas. A constituição de múltiplas identidades interseccionadas remontam algo que a sociedade não vê, de que mulheres prostitutas são mães e há uma reorganização das espacialidades de cada uma a partir da filiação e dos tipos de prostituição.

Assim, a compreensão da prostituição é complexificada quando levamos em

consideração o exercício de maternagens, colocando em pauta a sua identidade de mãe, ou seja, a intersecção da considerada 'má' mulher (prostituta) com a considerada 'boa' mulher (a mãe), desconstruindo tal dicotomia. O fenômeno da prostituição e da maternagem coexistem e é a partir desta intersecção que se constrói as relações entre as espacialidades públicas privadas e a desconstrução das normas de gênero e sexualidade. A interseccionalidade das identidades de prostituta e mãe, evidencia que fazer-se prostituta, garota de programa, puta ou profissional do sexo é um exercício de existência a partir de processos contínuos de relações que envolvem diferentes identidades, agentes e espacialidades.

Levando em consideração esta multiplicidade identitária que compõe as espacialidades das mulheres prostitutas mães e o “guarda-chuva axiomático, imagético, que envolve e constrói (e é envolvida e construída por) uma diversidade indeterminada de práticas... nem todas econômicas, nem todas sexuais” (OLIVAR, 2013, p. 33), foram elaboradas as seguintes questões específicas para compreensão do fenômeno: Como se institui o processo de identificação profissional do sexo? Como se estabelecem as diferentes formas de prostituição que implicam nas variadas configurações de maternagem? e Como a interseccionalidade entre maternagens e a atividade da prostituição constituem espacialidades femininas?

Para responder a cada uma destas questões que compõe a questão central, esta tese está pautada na posicionalidade e reflexibilidade em relação ao campo de pesquisa e por isso, em parte, foi escrita em primeira pessoa, baseada nas colocações de bell hooks (2013), a partir da teoria do 'eu', enquanto fortalecimento e mudança social. Ainda, pautada nas teorias feministas, em especial nas teorias das geografias femininas, buscamos dar voz às mulheres prostitutas mães, buscando uma aproximação com a realidade. Por isso a metodologia utilizada foi baseada em levantamento de dados espaciais, levantamento de dados quantiqualitativos.

A metodologia utilizada nesta tese foi desenvolvida em três caminhos: no primeiro, foram realizados dois levantamentos dos locais de prostituição em Ponta Grossa, nos anos de 2013 e de 2016. Estes levantamentos permitiram constatar que a prostituição na cidade é desenvolvida em duas modalidades, a aberta e a fechada, sendo que esta última é dividida em dois tipos: a prostituição de bar e de boate, e na modalidade aberta: a prostituição de rua. Além disso, permitiu constatar as mudanças locacionais da atividade durantes estes dois anos.

Com o levantamento dos locais de prostituição, foram aplicados em 75 locais

de prostituição, envolvendo os três tipos, 115 questionários fechados (anexo 1), nos anos de 2013 e 2015, às mulheres prostitutas, afim de realizar um perfil geral da atividade na cidade e fazer uma investigação de quantas mulheres mães poderiam ser encontradas nos locais. Junto com este segundo momento da metodologia, foram realizadas observações em campo, aproximarmo-nos das mulheres prostitutas mães, o que possibilitou a realização de 12 entrevistas em profundidade (anexo 2), com mulheres prostitutas mães de baixa renda. O perfil das mulheres entrevistadas pode ser visto no tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Perfil das mulheres prostitutas mães entrevistadas

Nome	Idade	Número de filhos	Estado Civil	Escolaridade	Tempo na Prostituição	Locais de trabalho
Bustuariae	30 anos	5	Casada	Ensino Fundamental incompleto	10 anos	Rua
Sally Salisbury	19 anos	1	Separada	Ensino Médio incompleto	8 meses	Boate
Gabriela	50 anos	3	Solteira	Ensino Médio completo	20 anos	Boate, Bar
Valeria Mesalina	33 anos	4	Separada	Ensino Fundamental incompleto	6 anos	Bar
Séverine	48 anos	2	Separada	Ensino Fundamental completo	11 anos	Boate, Bar
Lupae	43 anos	2	Casada	Ensino Fundamental incompleto	15 anos	Bar
Geni	36 anos	2	Solteira	Ensino Superior incompleto	8 anos	Rua
Belva Gartner	29 anos	2	Casada	Ensino Fundamental incompleto	3 anos	Rua
Madame du Barry	42 anos	1	Casada	Ensino Fundamental incompleto	16 anos	Boate, Bar, Rua
Ana Bolena	40 anos	4	Casada	Ensino Fundamental incompleto	15 anos	Rua
Mata Hari	40 anos	2	Separada	Ensino Fundamental incompleto	22 anos	Rua
Belle de Jour	34 anos	1	Separada	Ensino Médio incompleto	15 anos	Boate

Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Destacamos que foram realizadas 12 entrevistas, porém em muitas delas houveram a participação de outras mulheres prostitutas mães, mesmo que de forma descontínuas, estas participações foram importantes para o desenvolvimento desta

pesquisa. Houveram participações esporádicas de clientes e de donos de bares.

A partir das entrevistas realizadas com as mulheres prostituas mães, foi dado início ao terceiro momento da metodologia. Procurando dar inteligibilidade ao fenômeno, as entrevistas foram analisadas a partir de evocações (BARDIN, 2002) e pela metodologia de redes (SILVA e SILVA, 2016), possibilitando associar as falas originais às técnicas de análise discursivas, a fim de buscar uma proximidade com a realidade vivida pelas profissionais do sexo mães. Esta metodologia de análise permitiu trazer para o texto a complexidade da prostituição e a constituição de espacialidades relacionais a partir das maternagens.

Compreender o fenômeno da prostituição e maternagens a partir das geografias femininistas e enquanto uma multiplicidade de acontecimentos (MASSEY, 2008), permite que possamos desconstruir as dicotomias que envolvem a vida e a experiência das prostituas mães. Analisar as dicotomias enquanto uma base para a manutenção das normas de gênero e sexualidade, permite que possamos compreender que o estigma a prostituição serve, antes de tudo, para regular os corpos das consideradas boas mulheres, para que continuem seguindo os papéis de mulheres cuidadoras.

Partindo do estigma a atividade da prostituição e a constituição dos papéis de boas e más mulheres é que cada uma das profissionais do sexo mães buscam em cada tipo de prostituição uma melhor relação com o exercício de maternagens construindo uma complexidade espacial através das interseccionalidades identitárias. Esta complexidade espacial descaracteriza a dicotomia que tem construindo a diferenciação entre os espaços públicos privados. Assim, este trabalho propõe que a construção de espacialidades, do próprio ser, se dá através de uma multiplicidade de relações multiescalares que envolvem sistemas de poder que invisibilizam determinados fenômenos, que vão desde as relações em campo de pesquisa, até os exercícios de maternagens.

Está tese está dividida em cinco capítulos, trazendo para a pauta de escrita, a construção do objeto de pesquisa; as discussões sobre espaço, gênero, prostituição feminina e maternagem: uma perspectiva interseccional; o fenômeno da prostituição feminina: as diferentes espacialidades em Ponta Grossa; as diferentes formas de prostituição, suas espacialidades e a implicação na maternagem; interseccionalidade entre maternagem, prostituição feminina e complexidade espacial.

CAPÍTULO 1
A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é trazer os caminhos percorridos para a construção desta pesquisa, uma vez que as escolhas para a elaboração de conhecimentos não são neutras, pois refletem a posição que o pesquisador tem na sociedade. Levando em consideração que o conhecimento é sempre situado, este capítulo trará reflexões sobre a trajetória de pesquisa e da pesquisadora, a fim de partilhar a ideia de que a ciência não é neutra, mas está intrincada de escolhas políticas.

Compreender a construção do objeto de pesquisa, reflexibilidade e posicionalidade são centrais neste trabalho, pois estão relacionados à própria trajetória na pesquisa científica e a nossa posição enquanto pesquisadores. A escolha do recorte de grupo para esta pesquisa foi política e está relacionada com as nossas lutas e militâncias em relação às geografias feministas e o movimento feminista pró-prostituição.

Mesmo que a escolha do recorte de grupo deva ter uma justificativa metodológica, também é uma escolha política, e, enquanto tal, não pode ser considerada neutra. Esse esforço para evidenciar o processo metodológico, a escolha e a vivência com o grupo pesquisado estão relacionadas ao subcampo da geografia feminista que tende a se posicionar politicamente em relação às escolhas metodológicas e de grupo, a partir da posicionalidade e reflexibilidade.

Nesta pesquisa a relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado tem importância à medida que o sujeito pesquisador torna-se, aos olhos da sociedade e também dos sujeitos pesquisados, componente do próprio campo de pesquisa. Neste sentido, seria impossível desenvolver tal trajetória, sem tomar conhecimento da posicionalidade e reflexibilidade do pesquisador em relação ao grupo, ao próprio campo de pesquisa e à sociedade.

Sendo assim, com o objetivo de explicar os meios pelos quais esta pesquisa foi construída, as discussões deste capítulo foram divididas em três partes: na primeira seção há uma discussão sobre a elaboração dos questionamentos para o desenvolvimento desta tese; na segunda serão discutidas a posicionalidade e reflexibilidade da autora e o trabalho de campo com as prostitutas; e, na terceira parte será evidenciada a metodologia de análise utilizada para compreender os dados obtidos em campo.

1.1 - A Elaboração dos Questionamentos

Para Demo (1981), a ciência vem sendo considerada o ápice da construção do mundo moderno e tem sido colocada como central nas relações de poder em que o cientista torna-se um 'oráculo'. Por sua vez, conforme ele, a ciência não pode ser considerada perfeita, pois é algo que está inacabado, em constante movimento e construção. Dessa forma, a realidade como um todo não consegue ser compreendida por um cientista.

Segundo este autor, a ciência tem critérios internos e externos que a organizam, mas que não podem ser entendidos enquanto um todo, pois são passíveis de mudanças. Os critérios internos são o encadeamento, arranjo e rearranjo da ciência. Já os critérios externos são: coerência, pois tem sua própria lógica; consistência, que é a capacidade de defender a pesquisa realizada; originalidade, pois deve ser nova e também criativa; e objetivação, pois tenta descobrir a realidade como ela é e não como o pesquisador ou a sociedade gostaria que fosse (DEMO, 1981).

Estes critérios não esgotam o conceito de ciência, mas são possibilidades de pensá-lo. Além disso, para Demo (1981), a ciência também é marcada pela formalidade, por ideologia e por historicidade, sendo constituída por qualidade formal e qualidade política, em que a formal é a lógica, a ritualidade acadêmica, domínio das técnicas, levantamento e leitura dos dados, dentre outros. Sobre o processo formal, o autor faz uma dura crítica: “embora tudo isso possa resultar no “idiota especializado”, são marcas fundamentais do processo científico.” (p. 21)

Essas marcas colocadas pelo autor, que estão relacionadas aos processos metodológicos, são uma forma criativa de questionamento e de escolha que assegura o desenvolvimento da ciência. Tais processos são passíveis de construção, reconstrução e subversão, permitindo que a ciência seja inacabada. Na qualidade formal, temos o próprio processo de escrita, que é determinado por padrões, como o uso da terceira pessoa. Este processo será subvertido neste capítulo, já que optamos enfatizar as relações entre campo de pesquisa, sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, conforme aponta bell hooks (2013)[1].

A utilização da primeira pessoa nesta tese está relacionada com os critérios

[1] A autora pede para que seu nome seja utilizado sempre em letra minúscula, neste sentido, respeitaremos a proposição da mesma.

internos de ciência, já que no arranjo científico o corpo do pesquisador tem sido considerado invisível em campo de pesquisa e isto será desconsiderado neste momento da tese. A utilização da primeira pessoa é um enfrentamento a alguns ritos acadêmicos, como a “feitura de passos consagrados” (DEMO, 1981, p. 21), que apenas engrandecem a opinião da comunidade científica com argumentos de autoridade, destacando a realidade do campo pesquisado a partir de uma invisibilidade de sujeitos.

As obras e pesquisas que contrariam o que se é esperado pela comunidade científica podem ser descartadas ou simplesmente ignoradas, dando margem para o relativismo científico, produzindo cristalizações científicas que são dominantes e que não permitem a disseminação de novas ideias, novos conceitos, novas metodologias, novas formas de escrita, dentre outros (DEMO,1981). Esta relação relativista é totalmente contraditória a própria liberdade científica de um cientista.

Para Demo (1981), um dos problemas da demarcação científica está na imitação das ciências sociais em relação às ciências naturais. Optar por esta imitação gera uma despolitização de fenômenos que são políticos. Tal despolitização da ciência é vista como uma dominação da realidade sem discuti-la, sem intervenções, sem influência, sem a tomada de decisão e posição, ou seja, uma ciência neutra, pois na ciência formal a realidade é objetiva e não subjetiva.

As ciências sociais têm um débito constante com a sociedade e é necessário pensar que somente a qualidade formal não basta. Assim, entra em cena a qualidade política, que coloca o cientista social como cidadão, como um ator político que inevitavelmente influencia e é influenciado pela pesquisa. A qualidade política é a preocupação do porque as ciências sociais servem (DEMO, 1981).

Assim, a demarcação científica ganha outros contornos, pois continua se importando intensamente com aspectos formais, mas deve dar importância a dimensão do cientista enquanto um ator político ao lado do pesquisador disciplinado. Desta forma, as ciências sociais são compreendidas como meio de abordagem e também como um espaço de atuação social, em que se deve considerar a imbricação ideológica que cada pesquisador tem.

Compreendemos, a partir de Demo (1981), que é a realidade que constrói a própria ciência, sendo que esta é uma forma de olhar para esse processo e que o contexto da pesquisa também faz parte da vivência do sujeito pesquisador e pesquisado. Pois, não há realidade sem um ponto de vista, sem um ponto de partida

que são feitos por sujeitos, se assim o fosse a ciência só seria objetiva se o sujeito conseguisse sair de si e ver-se de fora.

Feyerabend (1977) coloca que o anarquismo é um excelente remédio para a epistemologia e filosofia da ciência, porque a empiria ou a realidade é muito mais rica do que qualquer método e teoria posta pela ciência. Assim, a complexidade de elementos pode ser surpreendente e imprevisível, demandando procedimentos complexos e desafiando toda regra imposta de antemão, sem levar em conta o que a história nos traz. Toda esta complexidade tem sido simplificada e não demonstra os 'fatos nus', mas somente um determinado ângulo das normas vigentes. Referente a isso, o autor nomeia de lavagem cerebral, a qual torna a ciência mais insípida, simples, uniforme, 'objetiva' e acessível por meios de regras imutáveis.

A ciência simplista, segundo este mesmo autor, simplifica seus próprios elementos a partir da definição de campo de pesquisa, recebimento de lógica própria, condicionamento a partir de um campo limitado. Tudo isso restringe a visão, imaginação e até a linguagem do pesquisador, não o deixando penetrar na natureza dos 'fatos' científicos; deixando-o neutro em relação a qualquer outro tipo de opinião, crença ou cultura.

Feyerabend (1977) defende que os métodos e as leis rígidas colocados pela ciência se veem em dificuldades quando postos em confronto com a pesquisa histórica da ciência, porque não haviam regras. E, para ele, violações de regras são necessárias para o progresso, sendo a maneira liberal de ciência algo necessário para o desenvolvimento do conhecimento. Entretanto, esta maneira, em algumas circunstâncias, faz com que o debate científico perca a característica antecipadora e torne-se obstáculo ao progresso. A ciência elaborada a partir de regras fixas e universais é simplista e coloca o conhecimento acima de tudo. Esta ideia é prejudicial, pois ignora a complexidade do real, tornando-a dogmática e dando pressupostos que ela está sempre correta.

Levando em consideração a complexidade do real e a neutralidade científica, geógrafas feministas como Rose (1997), Knoop (2007), Silva (2009a), Katz (1992), Monk (2003), Silva (2009b), Cesar (2013) dentre outras, vêm discutindo as questões relacionadas à produção científica na Geografia. Dentre tais discussões estão: a neutralidade científica, a posição do sujeito pesquisador e do sujeito pesquisado, a influência do sujeito pesquisador em campo, além de outras questões.

Estas discussões feitas nas geografias feministas vão desde a escolha do

recorte de grupo até as relações estabelecidas em campo de pesquisa; e tudo isso está relacionado ao processo de investigação, que não deve ser tratado como neutro, ou algo intrínseco à própria ciência, mas como escolhas políticas e de vivências que transformam espacialidades.

Estas relações apresentadas pelas geografias feministas vêm sendo negligenciadas por muitos pesquisadores. Rose (1997) aponta que todo conhecimento é produzido a partir de circunstâncias específicas que o moldam e que este não pode ser pensado enquanto universal, único e verdadeiro, e, que situar o conhecimento é uma das formas de evitar 'falsa neutralidade e universalidade'. Todo conhecimento é marcado pelas origens e experiências do sujeito pesquisador.

Knoop (2007) afirma que a Geografia de modo geral tem pautado seus interesses no plano material, entretanto, as geografias feministas e *queer* têm procurado transcender estas práticas, pois têm buscado como fontes de pesquisa o corpo, desejo, sentimento, emoção, razão, racionalidade e mente. Tudo isso faz parte dos arranjos espaciais da sociedade e têm se tornado fonte de discussões epistemológicas dentro da Geografia, incluindo a visão de que o conhecimento é situado, parcial, incompleto e que tudo isso deve ser celebrado enquanto a própria construção da ciência geográfica.

Estes posicionamentos relacionados aos aspectos metodológicos do processo de pesquisa têm sido um ponto valorizado nas discussões realizadas a partir da matriz das geografias feministas e têm se tornado uma prática de análise da própria postura do pesquisador na pesquisa científica. Isso produz um entrelaçamento entre práticas políticas e práticas teórico-epistemológicas.

Neste sentido, para Narvaz e Koller (2006):

> As preocupações comuns das diversas epistemologias e metodologias iniciam com a escolha do delineamento a ser utilizado na pesquisa, uma vez que diferentes métodos conduzem a diferentes resultados. Os pressupostos epistemológicos, ontológicos e éticos implícitos nos delineamentos de pesquisa têm implicações políticas, podendo estar a serviço de interesses diversos (NARVAZ E KOLLER, 2006, p. 651).

A maneira com que os indivíduos interpretam o mundo a sua volta e as próprias vivências espaciais dos pesquisadores moldam as pesquisas. As escolhas feitas por pesquisadores em relação à metodologia e à teoria não fogem da realidade vivenciada por eles, pois suas identidades não podem ser retiradas ou

esquecidas de si para compreender, pesquisar e escrever sobre determinado tema. Neste sentido, não é possível separar o pesquisador da própria pesquisa, pois o caminho metodológico e teórico seguido é uma escolha política e não é neutra.

Nesta perspectiva, compreendemos a ciência como um devir e como uma forma de transgressão de normas já impostas, sem neutralidade, construída por meio de escolhas políticas, em constante construção e modificação a partir da subversão. Assim, compactuando e reforçando o subcampo das geografias feministas, passamos a compreender a posicionalidade da pesquisadora em relação à elaboração dos questionamentos para a presente pesquisa.

Segundo bell hooks (2013), a construção teórica nasce de nossas experiências concretas e dos esforços para compreender a nossa própria vivência, o nosso lugar no mundo. A teoria a partir do 'eu' é uma forma mais efetiva e prática para atingir outras pessoas e pode proporcionar uma mudança social que não caia na dicotomia teoria/prática. Para ela, a experiência pessoal é fértil para a produção de uma “teoria feminista libertadora” (p. 97) e isso é um processo de fortalecimento próprio e também da própria teoria feminista.

Conforme a autora, não é fácil dar nome a dor e teorizar a partir dela, mas é essencial este desafio para o fortalecimento da luta feminista, por isso é essencial teorizar partindo de nossas experiências. Neste sentido, devemos perturbar e subverter a ordem, pois “na qualidade de ativistas feministas, afirmamos nosso compromisso com um movimento feminista politizado e revolucionário que tem como objetivo central a transformação da sociedade” (hooks, 2013, p. 98).

Seguindo as colocações de bell hooks (2013) e, principalmente, tentando dar voz aos meus próprios anseios sobre maternidade e maternagem, utilizarei, para este momento, a primeira pessoa, destoando do que é tradicionalmente feito no Brasil em relação à escrita em terceira pessoa. Mesmo levando em consideração que a pesquisa não foi feita só por mim, mas pelas próprias prostitutas, pela minha orientadora e pelo grupo de pesquisa (Grupo de Estudos Territoriais - GETE) em que faço parte. A partir dos acalorados debates sobre prostituição, parto do princípio de que a escolha do objeto de pesquisa, os questionamentos e o desenvolvimento do campo de pesquisa estão correlatados com a minha postura de pesquisadora, com a minha vivência em campo de pesquisa e principalmente pelas minhas dúvidas e anseios relacionados à minha própria vida.

Aos dezesseis anos de idade engravidei de meu filho que hoje tem quatorze

anos. Como uma adolescente-mãe-solteira, vi minha liberdade sancionada por uma gravidez, pois durante a gestação senti o peso da juventude e da maternidade devido a minha vivência espacial, já que eu morava em uma cidade pequena e constituída por uma sociedade preconceituosa, marcada por modelos de gênero bem definidos que insistentemente tensionavam a minha vida. Esta tensão também esteve e ainda está vinculada aos modelos de família tradicional, identitários, geracional e de sexualidade.

Após o nascimento do meu filho, optei por sair da cidade que eu morava e fui para um centro maior, pois queria ser invisível aos 'olhos' da sociedade. Meu filho, com alguns meses, já estava em escola integral, enquanto eu trabalhava e estudava. Destaco que, durante a minha gravidez e todo o período de desenvolvimento do meu filho, tive o apoio financeiro e social dos meus pais, principalmente da minha mãe, que enquanto mulher e mãe sempre me deu amparo. Além desta, tive apoio da avó paterna do meu filho (novamente uma mulher), aumentando minhas redes de pessoalidade que me permitiram chegar até aqui.

No ano de 2003, comecei a trabalhar na 2ª Vara de Família no fórum da cidade de Ponta Grossa e ao fazer audiências percebi que toda a minha experiência enquanto jovem, mãe, trabalhadora e estudante não era tão marcada pelas relações de gênero quanto a das mulheres pobres que passavam por dissolução conjugal, principalmente devido às questões de classe.

Em 2005, iniciei a graduação de Bacharelado em Geografia e durante três anos o fato de eu ser mãe jovem foi um peso[2], tanto na construção das minhas amizades quanto nas saídas para as festas, bares e também nas próprias práticas em campo realizadas pela minha turma, já que eu não podia parar de trabalhar, pois tinha que sustentar meu filho e muitas vezes não tinha com quem deixá-lo. É interessante ressaltar que nessa época a taxatividade estava relacionada às seguintes colocações: “ela é fácil, já tem filho”, “ah! essa é parideira, tem que se cuidar”, “que futuro vai ter essa criança”, “minha mãe não pode saber que você tem filho”, “eu gosto de você, mas você tem filho”.

Interessantemente o que mais marcou a vivência da minha primeira graduação foi o quanto os professores (digo professores, pois foram principalmente os homens) não se importavam quando eu argumentava que não poderia ir às saídas de campo porque não tinha com quem deixar meu filho. O fato de eu chegar

[2] O peso de ser mãe jovem está relacionado à exclusão de muitos espaços por ser mãe.

atrasada em sala de aula quase todos os dias devido ao horário e a distância da escola do meu filho até universidade, geralmente era aliviado por algumas professoras, não todas é claro, entretanto, a posição dos professores sempre foi a mesma: “eu não tenho filho”, “azar o seu, não tenho nada a ver com isso”, dentre outras colocações.

Por fim, no terceiro ano, especificamente na disciplina de Técnicas em Pesquisa Geográfica, a partir dos apontamentos de uma professora, pude compreender o porquê me sentia tão diferente e tão revoltada com algumas questões sociais, pois ali foi o meu primeiro contato com as geografias feministas. Já no ano de 2008, depois de começar a olhar o mundo através da divisão de papéis de gênero entre homens e mulheres, percebi que a minha vivência enquanto jovem, mãe, de classe média, tinha muito a ver com as normas de gênero e que também não tinha nenhuma comparação com as mulheres pobres que diariamente eu atendia na 2ª Vara de Família.

Foi a partir ainda daquele ano que me aprofundei nas questões relacionadas às geografias feministas, em que minha orientadora e o grupo de pesquisa que eu faço parte até hoje me abriram os olhos em relação a uma realidade que eu vivia e via cotidianamente, mas que ao mesmo tempo não enxergava através das questões de gênero e sexualidade. No referido ano, formei-me com o trabalho de conclusão de curso chamado *A Dimensão Socioespacial da Reorganização das Famílias de Baixa Renda após a Dissolução Conjugal em Ponta Grossa – Paraná*. Já no ano de 2009, ingressei no mestrado e segui a mesma linha do TCC, com a temática *Articulando os Espaços Público e Privado: Transformações das Espacialidades Vividas por Mulheres Responsáveis pelo Domicílio após a Dissolução Conjugal na Cidade de Ponta Grossa-Paraná*.

A construção do meu TCC e também da dissertação estavam relacionadas às mulheres mães e ao exercício de maternagens. Os dois trabalhos desenvolvidos por mim e por minha orientadora, evidenciaram que a dicotomia entre os espaços público privado eram ofuscados a partir da experiência e vivência espacial das mulheres que passavam por dissolução conjugal. Mesmo sem ser casada, tudo isso também estava relacionado à minha própria experiência enquanto mulher, jovem, mãe, e, consequentemente, com as próprias lutas feministas.

Já consciente de que a pesquisadora não estava separada do meu papel como mulher jovem e mãe solteira e também não estava separado das minhas

aspirações políticas como feminista, comecei a compreender um pouco mais das espacialidades que vivemos a partir da interseccionalidade. Por mais que os papéis de pesquisadora, mãe solteira, mulher jovem e feminista sejam vistos como separados, não há possibilidades de eu ser apenas pesquisadora na universidade e não ser mãe ou ser mãe somente em casa e não pesquisadora. Esta relação entre minhas diferentes identidades são vivenciadas cotidianamente, principalmente porque enquanto mãe e pesquisadora eu educo meu filho sobre os preceitos do feminismo, e na universidade minha identidade de mãe não fica porta afora, pois os cuidados que devo ter com ele são em tempo integral.

Esta relação entre as identidades não deixa de existir nos mais diversos espaços e espacialidades, entretanto, em alguns espaços fica mais em evidência do que em outros, como argumenta Valentine (2007). Pensando nesta divisão dos papéis e nas identidades construídas socialmente, em que algumas devem ficar em casa e outras no trabalho ou na rua, na praça, no mercado, na universidade, dentre outros espaços, perguntei-me como seria a relação entre maternagem e prostituição.

Se eu mulher jovem, mãe solteira de classe média, tive muitas dificuldades para criar um filho principalmente por causa do preconceito, muito mais as mulheres pobres que passaram por dissolução conjugal a tiveram, e mais ainda as mulheres prostitutas. Então comecei a pensar o quanto o papel de mãe é naturalizado e tradicionalmente pode determinar a vivência de muitas mulheres e de que a sexualidade enquanto um eixo de dominação, socialmente se coloca enquanto algo contrário à maternidade/maternagem. Ora, se há uma dicotomia entre sexualidade e maternidade/maternagem, como as mulheres prostitutas mães tensionam estes padrões sociais? e como elas vivenciam as diversas espacialidades carregando o 'pecado' da prostituição e a 'santidade' da maternidade/maternagem?

Diante da minha vivência e de todas as pesquisas realizadas até o mestrado relacionadas à maternagem, gênero, espaço e com o fenômeno da prostituição feminina na cidade de Ponta Grossa, a partir de suas espacialidades e dos questionamentos feitos para a realidade, foram elaboradas a questão central e as subquestões desta pesquisa: Como se estabelecem as espacialidades de mulheres prostitutas no exercício de maternagens? e as questões específicas: Como se institui o processo de identificação profissional do sexo? Como se estabelecem as diferentes formas de prostituição que implicam nas variadas configurações de maternagem?, Como a interseccionalidade entre maternagens e a atividade da

prostituição constituem espacialidades femininas?

Além de todas as marcas corporais que carregam em si, enquanto mulheres elas ainda carregam o estigma da sexualidade através da prática da prostituição. Somado a este contexto há as relações de classe e juventude. Assim, o questionamento central desse trabalho não se refere apenas à realidade da vivência destas mulheres, mas também tem relação com os meus anseios sobre este grupo específico e a maternidade/maternagem.

De forma acentuada, estas mulheres, ao optarem pela prostituição, são separadas do modelo ideal de mãe (ideal de mulher). Mas, por outro lado, a própria prostituição foi escolhida devido à maternidade e à maternagem. Levando em consideração a escolha da prostituição para o sustento dos filhos, como pode a prostituta separar-se da mãe e a mãe da prostituta? Estas vinculações que são vivenciadas espacialmente entre a casa e o trabalho na prostituição, filhos e clientes, amor e prazer, por vezes, marginalizam estas mulheres, mas também as colocam como centro das relações de poder a partir da criação de estratégias para vivenciar estas intersecções.

A própria expressão 'filho da puta' sempre me intrigou, pois me perguntava como o peso dessa palavra coloca em cheque a prostituição e a maternidade/maternagem como algo ruim, como um dos maiores xingamentos. O que há de errado em ser puta e ser mãe? O que há de errado em ser filho e da puta? E como o próprio xingamento marginaliza a vivência destas mulheres e de seus filhos.

Esta vaga ideia começou a tomar forma, quando fui com um amigo do meu marido aos locais de prostituição[3] para a construção do meu projeto e me via dentro de um carro e elas fora, como se eu estivesse admirando um mundo diferente, um mundo de mulheres que não eram mulheres, já que eram prostitutas. Entretanto, ali mesmo percebi que a minha forma de pensar a prostituição, o meu preconceito estava acentuando a prática do estigma e que a partir dali eu iria lidar não só com um campo de pesquisa de difícil acesso, mas com o meu próprio preconceito.

No decorrer da exploração do campo de pesquisa para a construção do projeto, fui percebendo que aquelas mulheres nos pontos de prostituição não

[3] Meu marido se recusava a ir comigo nos locais de prostituição, pois acreditava que isso seria prejudicial ao nosso casamento, já que para ele enquanto homem, religioso e tradicional, vivenciar a espacialidade de prostituição seria uma traição a mim, mesmo eu indo e insistindo para ele ir junto aos levantamentos em campo. Com o tempo minhas idas a campo se tornaram hábitos e já não fazia diferença para meu marido estar nos pontos de prostituição.

deixavam de ser mães, assim como continuariam a ser em casa, mulheres, mães, prostitutas e o que se modificava ali eram apenas as relações socioespaciais, que envolvia o trabalho. Mais tarde, pude perceber que nem estas relações socioespaciais eram modificadas, mas compunham um todo configurado pela experiência destas mulheres.

A construção do objeto de pesquisa nunca esteve relacionada com um mundo à parte do meu, mas sempre teve associação com a minha paixão pela Geografia, meu posicionamento enquanto uma geógrafa feminista, minha posição enquanto mulher, mãe, jovem, de classe média. Todas as minhas vivências influenciaram na escolha do objeto de pesquisa, além da minha curiosidade sobre prostituição a partir das diversas histórias que eu ouvia no meu grupo de pesquisa.

Além disso, acredito que enquanto pesquisadora eu possa demonstrar que o universo da prostituição não é algo errado, ruim. Muitas mulheres veem a prostituição como um trabalho e como a possibilidade de realizações pessoais e sociais e que o estigma a atividade somente dificulta uma vida que já não é fácil para estas mulheres.

Os questionamentos levantados durante esta pesquisa têm a ver com meus anseios sobre a realidade a partir da minha própria experiência. É importante deixar claro que assim como eu, minha orientadora também aceitou este desafio ao apoiar e dar espaço para que eu pudesse dar início a esta pesquisa. Assim, como muitas geógrafas feministas, nós também acreditamos que a ciência não é neutra e que sobrevive de escolhas políticas, as quais têm associação com as nossas vivências e os nossos questionamentos em relação à sociedade e à própria ciência.

Silva (2009a), a partir de Rose (1997) e Katz (1992), argumenta que é necessário ter consciência que em nossas pesquisas criamos e recriamos a realidade social dos pesquisados e que o pesquisador necessita ter uma relação próxima com o campo de pesquisa e, principalmente, dar voz aos sujeitos pesquisados. Para esta autora, a posicionalidade e reflexibilidade referente ao objeto de pesquisa “pode gerar caminhos libertadores coletivos” (p. 49). Além disso, a partir das escolhas teórico-metodológicas que o pesquisador faz e dos resultados de pesquisa há uma construção da realidade que é estudada.

A partir da escolha do objeto de pesquisa que está relacionada aos nossos anseios sobre prostituição e maternagens, das perguntas que fizemos a realidade, das escolhas teórico-metodológicas e também do nosso próprio posicionamento

político relacionado às geografias feministas, buscamos dar visibilidade e inteligibilidade a uma geografia da prostituição. Buscamos também dar voz a estas mulheres, levando em consideração suas vivências espaciais em relação à maternidades/maternagens e prostituição.

1.2 - A Posicionalidade e o Trabalho e Campo com as Prostitutas

Para Rose (1997), ser reflexiva é uma estratégia para situar nossos conhecimentos, evitando a falsa neutralidade e universalidades. Situá-los, é compreender que tipo de conhecimento é produzido por nós, geógrafas feministas, pois tais conhecimentos também são marcados pela própria experiência. Além disso, a autora aponta que os conhecimentos que nós produzimos não devem ser universais, ou seja, ter aplicabilidade a todos os sujeitos, pois se assim o for, deixamos de lado a especificidade, excluindo outras formas de conhecimento.

A postura reflexiva do pesquisador deve ser reforçada a partir da posicionalidade, ou seja, da nossa posição enquanto pesquisadores em campo perante a posição do sujeito pesquisado. A partir da própria posicionalidade, compreendemos que entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado há relações de poder e que dependendo da forma como agimos em campo somos margem ou centro de tais relações (ROSE, 1993 e 1997).

A centralidade do sujeito pesquisador se dá nas desigualdades materiais, oportunidades e de interpretação final dos dados, sendo este último o principal 'local' do poder. Assim, a posicionalidade é central para conhecermos a partir de que tipo de poder produzimos algo sobre alguém (ROSE, 1997). De outra forma, acreditamos que o pesquisador também se torna margem nas relações de poder, pois enquanto um *outsider*, este não tem noção do que o espera, não tem conhecimento algum sobre o próprio campo, só o terá depois de vivenciá-lo e mesmo assim será visto como alguém que não é daquele lugar (ROSE, 1993). Mesmo dando inteligibilidade a um fenômeno, o pesquisador nunca compreenderá completamente o campo pesquisado, justamente por não vivenciá-lo completamente.

Estas relações entre centro e margem, conforme aponta Rose (1993), são evidentes em campo de pesquisa e devem ser explicitadas quando há construção de uma pesquisa a partir da interação com o outro. As construções relacionadas ao campo podem ultrapassar uma relação de sujeito pesquisador e sujeito pesquisado,

perpassando a ética quando ligados a alguns tipos de condutas tais como: amizade, cumplicidade e até mesmo relações familiares, fazendo parte da experiência dos envolvidos na pesquisa.

Silva (2009b), ao compreender sua posicionalidade e reflexibilidade enquanto pesquisadora nas ruas de Madri, ao pesquisar prostitutas brasileiras, coloca que:

> As interações construídas entre as pessoas envolvidas no ato investigativo do tipo reflexivo geram expectativas que devem ser consideradas válidas e explicitadas, retirando a pessoa que investiga da proteção da invisibilidade que permeia até mesmo o estilo da escrita impessoal, muitas vezes exigida no ambiente acadêmico. No entanto, a pesquisa qualitativa se defronta com impasses éticos de difícil solução, notadamente quando envolvem temas ligados às ilegalidades ou condutas infracionais. (SILVA, 2009b, p. 107)

Para a autora, a nossa corporeidade não é invisível no campo de pesquisa tanto para os sujeitos pesquisados como para a própria sociedade. Suas trajetórias em campo de pesquisa evidenciaram como suas decisões, enquanto pesquisadora e enquanto ser humano, modificaram sua posição em campo e também conquistaram o respeito dos sujeitos pesquisados, que passaram a vê-la como uma amiga e não como alguém de fora, uma *outsider*.

Essa relação de conquista também modifica os resultados da própria pesquisa, pois quando os sujeitos pesquisados não nos olham como pessoas acima deles e sim pessoas como eles e que ao entenderem que a pesquisa não é apenas mera formalidade, mas uma forma de dar voz aos sujeitos, o transcorrer da pesquisa toma um rumo mais natural.

É devido a esta proximidade com o campo de pesquisa que tomo aqui a liberdade de escrever em primeira pessoa, por mais que geógrafas como Monk (2003), em *Working Together: Feminist Perspectives on Collaborative Research and Action*, coloque que essa postura contribui para uma tradição masculina e que não devemos excluir do processo de pesquisa as pessoas que são colaboradoras, como: integrantes dos grupos de estudos, estagiários, as pessoas que ajudam na coleta de dados e o próprio sujeito pesquisado. Conforme ela, a pesquisa é colaborativa e envolve o trabalho desde o pesquisador até o bibliotecário e o financiamento que recebemos, por isso não devemos centralizar nossa escrita em primeira pessoa.

Mesmo compreendendo a postura da autora e acreditando que realmente a pesquisa é uma construção que vem de diversos lados, a partir de diversas pessoas,

a experiência que se tem em campo é individual e não é possível falar pela experiência do outro, por isso escrever em primeira pessoa neste momento é tão importante, pois é a reflexibilidade e a posicionalidade do sujeito pesquisador em relação ao campo de pesquisa, sem excluir outras formas de contribuição e principalmente das prostitutas que como em Silva (2009b), hoje são minhas amigas.

Meu primeiro contato com o campo foi durante a execução do projeto de pesquisa, quando fui fazer o primeiro levantamento dos locais de prostituição da cidade de Ponta Grossa e já neste momento pude perceber que não há apenas um tipo de prostituição e que cada tipo depende do espaço em que é praticado. Esta primeira etapa foi realizada junto com um amigo do meu marido que conhecia todos os locais de prostituição. Além desta pessoa, depois de muitas discussões e da realização de duas pesquisas exploratórias, meu marido foi junto desde que não precisasse sair de dentro do carro[4].

Neste momento, percebi que só o fato de eu ter um marido já poderia interferir na própria produção, enquanto uma mulher casada ele acreditava que eu seria julgada por toda a sociedade como prostituta, o que, de fato, aconteceu e ele seria julgado enquanto o marido de uma prostituta, o que, realmente também aconteceu. Entretanto, minha postura como pesquisadora e também feminista pró-prostituição foi colocada acima da mulher casada, pois eu sabia qual era meu objetivo em campo de pesquisa e sempre tive certeza das minhas pretensões no movimento feminista.

Levando em consideração a posicionalidade e a reflexibilidade, acredito que as minhas escolhas enquanto pesquisadora não só influenciaram a minha pesquisa, como também a experiência de vida das mulheres prostitutas mães, e, principalmente, minha experiência enquanto mulher casada e a do meu marido como esposo de uma pesquisadora pró-prostituição. Mesmo sabendo de todos os problemas que enfrentaria socialmente, jamais cogitei a possibilidade de não ir aos locais de prostituição e em não dar voz aos sujeitos pesquisados.

Para Denny (2014), há um problema nas pesquisas sobre prostituição, em que o feminismo abolicionista e pró-prostituição insistem em falar sobre um campo de pesquisa, a prostituição, sem ao menos se inserir nele. Sendo a prostituição

[4] As discussões com o meu marido sobre ir junto ao campo de pesquisa quando eu não estava junto com as pessoas da ONG se prolongou por todo primeiro ano da tese. Após levar meu marido em um dos bares componentes da minha pesquisa e ele perceber como as mulheres e os clientes me tratavam, as discussões pararam e eu pude seguir fazendo o campo sozinha e com as pessoas da ONG.

estigmatizada, a escolha em dar voz as profissionais do sexo, deve encontrar um equilíbrio entre o compromisso, a ética e a vivência pessoal do pesquisado e do pesquisador. Salientamos, conforme Denny (2014), que o processo de dar voz ao sujeito pesquisado é central em um projeto emancipatório. E, no caso das pesquisas sobre prostituição, a falta de convívio e da pesquisa participativa é um risco, pois dá uma 'falsa consciência' sobre o fenômeno, correndo o perigo de vitimizar ou de excluir as mulheres prostitutas.

Neste sentido, a inserção em campo de pesquisa tem relação com dar voz aos sujeitos pesquisados, mesmo sabendo que o corpo do pesquisador torna-se a própria representação da prostituição em campo a partir do estigma. Assim, Denny (2014) argumenta que: “This highlights the political nature of emancipation, whereby aligning empowerment with a consideration for human agency and subjectivity—both our own, and that of the beneficiaries of our research—is the expression of choice and power and should be acknowledged as such”[5] (p. 88).

Cahill (2007) afirma que a partir do momento em que as feministas declararam que o “pessoal é político”, nas décadas de 60 e 70, fomos todos convidados a repensar nossas experiências privadas em um contexto social e político. Foi a partir daí que as feministas começaram a pensar nas práticas de pesquisa, através de um processo que se volta para a pessoalidade e coletividade, a fim de identificar experiências sociais e políticas. Para esta autora, há uma análise relacional da produção do conhecimento e do engajamento do campo político feminista que coloca em pauta as experiências situadas. Assim, se o pessoal é político, devemos levar em consideração a nossa experiência pessoal em relação ao campo de pesquisa e aos sujeitos pesquisados.

Após esse levantamento e a minha entrada no doutorado, logo juntei-me a Organização Não Governamental Renascer. A ONG Renascer foi criada no ano de 2000, com a intenção de atender a população LGBT, prostitutas e pessoas que vivem em comportamento de risco e vulnerabilidade social, da qual já fazia parte desde 2008, mas estreitei ainda mais os laços. O Grupo de Estudos Territoriais – GETE, do qual faço parte, tem trabalhado junto a ONG Renascer desde o ano de 2006. Esta estreita relação entre a ONG e o GETE se estende até os dias atuais, por

---

[5] Isso destaca a natureza política da emancipação, em alinhar o empoderamento com um valor da organização humana e subjetividade, tanto o nosso próprio, quanto a dos beneficiários da nossa pesquisa e isso é uma expressão de escolha e poder, que deve ser reconhecido como tal. (Tradução nossa, item 5.3.1.17, UEPG, 2014)

meio de diversos projetos com a população LGBT e mulheres prostitutas.

A ONG Renascer, a partir de projetos e de uma parceria com a prefeitura, vem desde o ano de 2006 entregando preservativos nos locais de prostituição, fazendo visitas e dando assistência jurídica, psicológica e social às profissionais do sexo. As visitas nos locais de prostituição eram a cada quinze dias, com o decorrer do tempo passou a ser uma vez por mês e novamente retornou a ocorrer a cada quinze dias.

A partir destas visitas constantes pude me aproximar das profissionais do sexo, e, com o tempo, tive a oportunidade de aplicar um questionário (anexo 1) para fazer um levantamento geral em relação ao perfil das prostitutas em Ponta Grossa. Já na primeira saída a campo, percebi que sendo *outsider* deveria tomar cuidado com o que falava, pois na primeira abordagem perguntei a uma profissional em um bar 'quanto tempo ela era prostituta', ela foi enfática em responder “antes prostituta que matando e roubando por aí[6]”. Por fim, ela não quis aceitar os preservativos e nem terminar de responder ao questionário. Foi neste momento que tive o primeiro problema, de muitos, com os termos utilizados para nomear as mulheres que trabalham na prostituição.

Percebi que a minha postura em campo não estava sendo lida por elas, nem enquanto uma pesquisadora nem como uma pessoa que trabalha na ONG, pois eu não seguia os padrões de conduta esperados por elas. A partir deste momento refiz meu questionário fechado e evitei utilizar a palavra prostituta. Depois de algum tempo fui entendendo que esta é uma palavra 'pesada' e 'forte', mesmo sendo constantemente utilizada por elas.

Interessantemente, entre as próprias profissionais do sexo, os termos prostituta e puta não são ofensivos, mas, se utilizados por outras pessoas, tornam-se uma ofensa. Essa relação entre 'o nós e as outras' envolve o estigma a atividade, pois para elas é diferente ouvir isso de pessoas que vivem da prostituição ou que as conhecem a tal ponto de não ter preconceito, do que ouvir estes termos de pessoas de 'fora' e que trazem consigo o peso do estigma em relação à atividade.

A utilização de diferentes termos para nomear as mulheres que estão na prostituição sempre foi um problema, inicialmente nas entrevistas e depois na escrita dos textos. Nas entrevistas, quando indagadas sobre 'como se autodenominavam', os termos que apareceram foram: profissional do sexo, prostituta e garota de

[6] Diário de campo (Abril de 2013)

programa, além disso, no decorrer das conversas gravadas muitas mulheres se autodenominavam putas. Depois de um tempo de proximidade com as profissionais do sexo passei a utilizar estes quatro termos sem nenhuma distinção e nenhum constrangimento para as mulheres prostitutas.

Entretanto, esta mesma fluidez já não era possível na escrita dos meus textos e nos seminários em que participava. Esta dificuldade de utilização dos termos prostituta, puta, profissional do sexo e garota de programa está relacionada a dois pontos importantes: identidade e movimento pró-prostituição. As discussões deste movimento têm uma íntima relação com a identidade e a profissionalização da atividade de prostituição.

No Brasil, apesar de ser legalizada, a prostituição só foi incluída no Código Brasileiro de Ocupação (CBO)[7] no ano de 2002 (Brasil, 2002). Barreto (2003) argumenta que a inclusão da ocupação Prostituição e de sua descrição no CBO foi fruto de movimentos específicos: o de Prostitutas, lideranças como APROSBA (Associação de Prostitutas da Bahia), ONG Davida, GAPA-MG (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids), GEMPAC (Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará) e NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição), os quais ajudaram na elaboração dos preceitos da atividade no CBO.

O nome principal da ocupação é 'Profissional do Sexo', no entanto, em sua descrição podemos encontrar os sinônimos como: garota de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhadora do sexo. Mesmo a partir deste salto, considerando a prostituição uma ocupação, o próprio movimento social de prostitutas começa a discutir os termos utilizados para sua denominação.

Barreto (2003) evidencia que a quantidade de sinônimos descritos no CBO não significa que são formas diferentes de ocupação, mas nomes diferentes. Os nomes usados para se referir à prostituição são discussões que sempre estiveram presentes no movimento organizado de prostitutas, neste sentido, a autora ainda enfatiza que a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) já utilizou o termo 'trabalhadoras do sexo', mas que atualmente utilizam o termo 'prostituta' para nomear as pessoas que exercem essa atividade. Segundo a mesma, a utilização deste termo tem a ver com a Teoria *Queer*, ou seja, utilizar a palavra prostituta enfatizando o estigma que as pessoas que exercem a atividade sofrem, sendo assim, 'prostituta' passa a ser

[7] Código que reconhece, dá nome, descreve e dá as características e condições gerais para o exercício de ocupações no Brasil (BRASIL, 2002). O código referente à ocupação Profissional do Sexo é 5198-05.

um termo político.

Para Olivar (2013), em alguns discursos, dentro e fora do movimento feminista e de prostitutas, a única forma de resolver o estigma relacionado à prostituição é a saída das mulheres desta atividade. De outro lado, conforme o autor, “a maneira de resolver o estigma seria positivando aquilo que historicamente foi negado sem mudar (completamente) sua materialidade” (p. 289). Sendo assim, os termos 'prostituta' e 'puta' passam a se tornar políticos. Foi no segundo sentido que o movimento de prostitutas (até então profissionais do sexo) esteve pautado, a partir da luta pela profissionalização da prostituição.

Segundo o autor acima citado, em 2004, nas discussões do planejamento estratégico da RBP, houve um esforço, encabeçado por Gabriela Leite[8], de afirmação do sujeito prostituta, não só em relação ao trabalho, mas enquanto sujeitos de direito e a partir de uma identidade de prostituta. Além disso, foi nesta mesma época que Gabriela Leite inicia uma luta contra as perspectivas abolicionistas e vitimista da prostituição. Entretanto, é neste mesmo ano que há uma separação do movimento de prostitutas, tendo como cerne 'ser prostituta/puta' ou 'ser profissional do sexo'.

Gabriela Leite, que foi uma puta[9] por escolha, no Encontro da Pastoral da Mulher Marginalizada em Salvador, em meados de 1984, iniciou a sua luta em relação à denominação das prostitutas (LEITE, 2009). Em 1988, fora lançado o primeiro jornal 'Beijo da Rua', no Primeiro Encontro de Prostitutas do Nordeste. Neste jornal estava contido o poema de Carlos Drummond de Andrade, 'A Puta' e é neste momento que a polêmica relacionada aos nomes dados às prostitutas ganha força. Em seu livro, Gabriela Leite narra que quase foi assassinada por uma prostituta que não gostava de ser nomeada de Puta, pois achava que o poema fora criação da própria Gabriela.

Todavia, antes mesmo deste marco em 2004, em 2002, Gabriela Leite reafirmava o termo 'puta' no texto *Sem Vergonha de Ser Puta*, publicado no Jornal 'O Beijo da Rua' (OLIVAR, 2003). A utilização da palavra 'puta' teria a mesma conotação que a palavra 'prostituta', ou seja, para Gabriela Leite uma palavra carregada de orgulho e de muita batalha (LEITE, 2009). Segundo Olivar (2003), foi

---

[8] Gabriela Leite foi uma prostituta que nos anos de 1989 iniciou uma luta relacionada à prostituição e à regulamentação da atividade.

[9] A própria Gabriela Leite se autodenominava puta e em vários momentos de seu livro, de suas entrevistas e textos utilizava a palavra prostituta e puta enquanto termos políticos.

no Encontro Nacional de Prostitutas, em 2008, que a tensão em torno dos termos de nomeação das mulheres que exercem a prostituição se intensificou, já que para muitas prostitutas/profissionais do sexo os termos têm dupla moral, uma vez que são pouco específicos, podendo abranger desde as atividades ligadas a indústria pornográfica, *stripers*, acompanhantes, michês; e, seguindo as discussões do Grupo de Estudos Territoriais ao qual faço parte, nós pesquisadores de temas sobre sexualidade não deixamos de ser profissionais do sexo.

Profissional do sexo seria um termo pouco específico e também pouco instigante, de acordo com Olivar (2003), já que: “na lógica das prostitutas, cede à tentação do estigma de “ocultar a identidade”, ao mesmo tempo em que apaga a força combativa que palavras como puta e prostituta têm” (p. 294). Para este autor, o enfoque trabalhista relacionado ao termo 'profissionais do sexo' dessexualiza a atividade, deixando de lado o erotismo e o prazer que estaria cercado pela produtividade e legalidade.

Conforme este mesmo autor, este enfoque trabalhista potencializa a justificativa da pobreza e também da falta de opção e oportunidades na vida e isso também deve ser considerado um problema, já que é importante levar em consideração a sexualidade e a forma de exercício da prostituição. Leite (2009), afirma que para ser puta deve-se seguir no mínimo dez mandamentos:

> Primeiro mandamento da puta: serás discreta. Jamais apontarás um homem na rua e dirás que ele é teu cliente.
> Segundo mandamento: não beijarás na boca. Beijo na boca é afetivo, só o darás a quem quiseres.
> Terceiro mandamento: não terás cafetão. Não cairás nesta cilada, sob pena de acabares na sarjeta.
> Quarto mandamento: não revelarás a fantasia do próximo. A fantasia do teu cliente é secreta e sua identidade jamais poderá ser violada.
> Quinto e mais importante de todos os mandamentos: não te apaixonarás pelo teu cliente.
> Sexto mandamento: não sairás da zona para morar com o cliente, sob pena de na primeira briga ele jogar na tua cara: “fui eu que te tirei da vida!” e tu voltarás para a zona com o rabinho entre as pernas.
> Sétimo mandamento: terás ética. Nunca misturarás diversão e trabalho, mas deverás desfrutar das duas coisas.
> Oitavo mandamento: cobrarás. Dentro da zona jamais poderás receber um cliente sem que ele pague por teus serviços.
> Nono mandamento: desconfiarás da cafetina. Por mais que a dona da casa seja boazinha, não poderás ficar na mão dela. Terás que mostrar, com educação, que tu também és esperta.
> Décimo mandamento: terás orgulho da tua profissão e usarás camisinha.

É importante destacar que em toda a trajetória em campo de pesquisa, estes mandamentos me foram citados e ainda muitos outros. Muitas vezes ouvi que ser puta não era fácil e que para ser uma boa prostituta tinha que ter as manhas da profissão e assim conseguir mais clientes e consequentemente mais dinheiro. O fato é que eximir a sexualidade e as práticas sexuais quando se trata de prostituição é tornar a atividade vazia e sem conteúdo. Para Olivar (2003), o foco no trabalho fortalece a política de tolerância à atividade e retira as emoções enquanto elemento principal da prostituição, permitindo uma sustentação ao estigma. As discussões em torno do termo utilizado para nomear as prostitutas perpassam por questões de movimento e trabalhistas, mas também ao próprio direito sexual das mulheres e mulheres prostitutas.

Levando em consideração a identidade das mulheres que exercem a atividade da prostituição na cidade de Ponta Grossa, considerando também que não há um movimento de prostitutas organizado e que há uma ideia de que profissionalizar a atividade é “carimbar, prostituta na carteira de trabalho”[10], os termos 'prostituta', 'puta', 'profissional do sexo' e 'garota de programa' são contraditórios entre si, mas usualmente utilizados por elas.

Algumas mulheres argumentavam que o nome 'prostituta' era forte, complicado e carregado de preconceito, mas em todas as entrevistas o termo apareceu diversas vezes, tanto para nomear as colegas de profissão, como a si próprias. Era como se o termo 'prostituta' fosse automático. O termo 'puta' apareceu menos vezes que 'prostituta' nas entrevistas, mas usualmente utilizado para se autodenominarem. Entretanto, durante as minhas observações e conversas com as profissionais, a 'puta', para elas, era a mulher que “dava de graça”, “a mulher casada que traía o marido”, “a mulher que dava e se jogava para cima de qualquer homem”[11], dentre outras colocações, como se existissem dois tipos de putas.

As questões relacionadas à denominação para as mulheres mães que estavam na atividade da prostituição sempre foram um grande problema, já que o movimento de prostitutas é inexistente na cidade de Ponta Grossa e a utilização dos termos sempre foi ora relacionado à identidade ora ao subjetivo.

Toda essa preocupação referente à nomeação foi amenizada durante meu estágio de doutorado em Barcelona, no ano de 2014, onde pude ter mais contato

---

[10] Frase utilizada com frequência pelas prostitutas em campo de pesquisa.
[11] Frases utilizadas com frequência pelas prostitutas em campo de pesquisa.

com o movimento social de prostitutas. Aliás, tudo mudou a partir da minha estadia na Europa, pois mesmo passando um longo tempo em campo e já ter uma relação mais pessoal com as profissionais do sexo, eu ainda tinha minhas próprias confusões em relação à prostituição.

Ainda era difícil entender todo o mundo da prostituição, pois para mim era somente a venda de sexo e esta decisão deveria ser respeitada. No fim, o que já havia mudado na minha forma de pensar, mudaria ainda mais na minha estadia em Barcelona. Lá pude me dedicar mais profundamente a leituras, estar mais próxima dos movimentos sociais das prostitutas e das Putas Indignadas, da luta das prostitutas contra o *acoso*[12] policial no bairro do Raval, as *Caceroladas de miércoles* ou *La Puta Olla*, as disputas abolicionistas e pró-prostituição. Pude conhecer algumas profissionais do sexo, conhecer a ONG Génera e Hetaira (Madri) e ter longas conversas com Dolores Juliano[13].

Nesta trajetória de quatro meses em Barcelona, percebi o quanto a identidade enquanto trabalhadora do sexo é importante. Mesmo que para elas a discussão sobre ser puta, prostituta, garota de programa ou profissional do sexo seja uma *tonteria*, contudo, possibilita que o reconhecimento de identidades traga visibilidade e empoderamento para as mulheres que estão nesta atividade, fortalecendo o próprio movimento e a luta por direitos.

Para os movimentos sociais de prostitutas, a identidade, a identificação enquanto trabalhadora do sexo ou prostituta estão relacionados ao reconhecimento do próprio espaço de trabalho. Em muitas conversas com prostitutas, percebi que a identidade, o cuidado com o espaço de trabalho e o conhecimento dos seus direitos eram questões sempre debatidas, fortalecendo o movimento.

Em entrevista com a *Associación em defensa dels drets de les dones* - Génera em Barcelona[14], estive em contato com uma possibilidade de pensar a prostituição que até então não tinha me atentado. Com início no ano de 2003 e uma perspectiva ligada aos direitos das prostitutas e de gênero, a associação luta pelo reconhecimento da atividade da prostituição como qualquer outra, acreditam que a carga moral dada a prostituição torna a atividade diferente de outras, impedindo muitas mulheres de exercer a prostituição. Conforme elas, o direito ao trabalho

---

12 Perseguição. Decidi manter alguns termos em espanhol em respeito ao movimento.

13 Dolores Juliano é Argentina, formada em Pedagogia e Antropologia, atual professora aposentada da Universidade de Barcelona e pesquisadora sobre prostituição.

14 Entrevista realizada com a diretora da Associação Génera no dia 15 de Janeiro de 2015.

sexual perpassa, antes de tudo, coisas básicas como: o exercício da profissão, o conhecimento da atividade e os direitos de quem a exerce, e, isso leva ao estabelecimento de identidades.

O espaço da prostituição é algo importante que deve ser reconhecido pelas próprias prostitutas e então a criação de uma identidade torna-se importante e não o contrário. Mesmo que o Coletivo *Las Prostitutas Indignadas*[15], com a campanha "*Yo también soy Puta*", aproprie-se do nome puta enquanto empoderamento, é uma palavra que custa muito às mulheres devido a sua carga moral, e, por isso, adotar o nome trabalhadora do sexo é uma possibilidade de não identificação. As questões de identidade tão debatidas no Brasil, para a associação, têm relação com a realidade brasileira e perpassa o tema de sexualidades, diferente de Barcelona.

Quando indaguei sobre o fato das mulheres exercerem a prostituição devido ao sustento dos filhos e da família, fiquei surpreendida com a resposta. Para esta associação, ao fazer este tipo de pergunta já se está relacionando o estigma a prostituição e é em si uma perspectiva abolicionista, pois é colocar culpa pela escolha da atividade. O fato é que estas mulheres estão na prostituição e que as experiências, até a escolha da atividade, são como a de qualquer outra mulher ao escolher qualquer outra atividade.

Diante da resposta, indaguei que o estigma não perpassa as outras atividades, diferentemente das mulheres que escolhem a prostituição. A resposta foi que ao diferenciar uma prostituta de outras mulheres pelo exercício da atividade já é estigmatizar e que assim como qualquer outra mulher, o cuidado com os filhos, marido e casa também acontece e que, por isso, é importante tratar as mulheres como iguais e sempre respeitar a decisão da entrada na prostituição. Finalizou a entrevista dizendo que agora as próprias mulheres têm se organizado, como no *Puta Olla* a partir das *Caceroladas de Miércoles*, contra o *acoso* da polícia; e que já é um empoderamento para as trabalhadoras do sexo, mas que o empoderamento das mulheres prostitutas no Brasil é muito mais forte.

Apesar de sair um pouco destruída pela minha própria forma de pensar a prostituição, fui convidada a participar de uma fala sobre feminismo e prostituição, além disso, ganhei muitos materiais da Génera para que eu ficasse mais envolvida com a perspectiva de reconhecimento do espaço da prostituição enquanto um

---

[15] O Coletivo Prostitutas Indignadas surgiu de um movimento das próprias trabalhadoras do sexo de Barcelona e é apoiado pela Génera.

trabalho. Estes materiais são: manual de profissionalização e revistas de informação sobre o trabalho sexual chamada de Punto – G, conforme apontam as imagens:

Imagem 1 – Primeira e última Capa do Manual de Profesionalización da Génera - Associació em Defensa dels Drets de les Dones de Barcelona



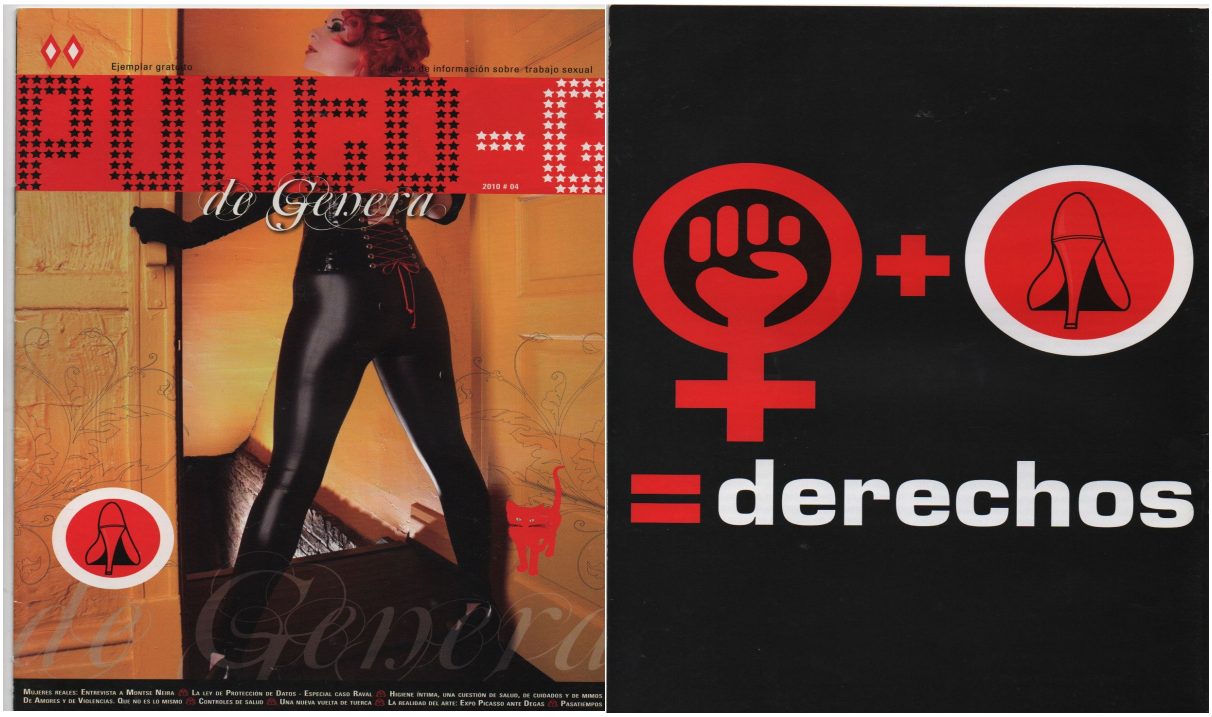
Fonte: Génera - Associació em defensa dels drets de les dones de Barcelona
Organização: PRZYBYSZ, J.

Imagem 2 – Primeira e Última Capa da Revista de Información sobre Trabajo Sexual – Punto – G (2009 # 03)



Fonte: Génera - Associació em defensa dels drets de les dones de Barcelona
Organização: PRZYBYSZ, J.

Imagem 3 - Primeira e Última Capa da Revista de Información sobre Trabajo Sexual – Punto – G (2010 # 04)



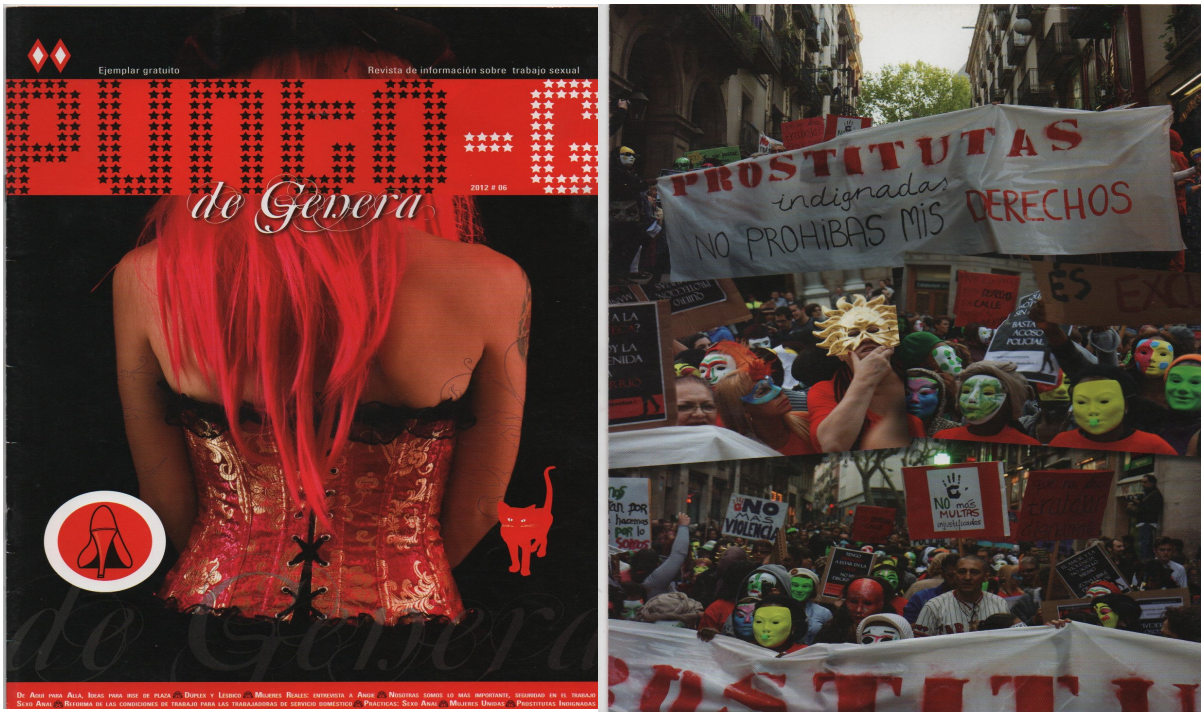
Fonte: Génera - Associació em defensa dels drets de les dones de Barcelona
Organização: PRZYBYSZ, J.

Imagem 4 - Primeira e última capa da Revista de Información sobre trabajo sexual – Punto – G (2011 # 05)



Fonte: Génera - Associació em defensa dels drets de les dones de Barcelona
Organização: PRZYBYSZ, J.

Imagem 5 - Primeira e última capa da Revista de Información sobre trabajo sexual – Punto – G (2012 # 06)



Fonte: Género - Associació em defensa dels drets de les dones de Barcelona
Organização: PRZYBYSZ, J.

Em todas as conversas que tive com a Associação Género, fui apresentada a uma realidade diferente da que eu via aqui no Brasil, em específico em Ponta Grossa, expandindo assim toda a minha compreensão sobre prostituição. Na fala sobre feminismo e prostituição, que fui convidada, tive um contato maior com o embate pró-prostituição e abolicionista, pois em um mesmo lugar pude ver o movimento de prostitutas, prostitutas, feministas abolicionistas e *proxenetas*[16]. No fim, saí desta fala, depois de muitas brigas e discussões, pensando que o movimento feminista no Brasil não estava tão atento às discussões abolicionistas. Meu pensamento ficou só na ilusão, já que o feminismo abolicionista vem crescendo fortemente no Brasil. Essa foi a minha maior experiência de embate entre o feminismo pró-prostituição e abolicionista, que espero não presenciar mais.

Além da Associação Género, entrei em contato com *Associación declarada de utilidad pública* Hetaira – *Cectivo em defensa de los derechos de las trabajadoras del sexo*[17]. A primeira fala estava relacionada, justamente, ao abolicionismo que é

16 Proxenetas é como o cafetão no Brasil, mas sem a mesma conotação, seria como o agenciador.
17 Entrevista realizada com a diretora da Associação no dia 04 de fevereiro de 2015.

muito forte na Europa e que isso prejudica o trabalho da Associação que não consegue recursos, já que as associações de mulheres ligadas ao abolicionismo são mais fortes politicamente por serem contra a prostituição. Na perspectiva desta Associação, muitos utilizam os serviços das trabalhadoras do sexo, entretanto, não as apoiam.

Esta Associação tem como objetivo os direitos laborais e sociais das trabalhadoras do sexo, também estão centradas na luta contra o estigma, em que a prostituição deve ser um trabalho econômico legítimo que pode ser exercido de maneira autônoma, associado com outras companheiras, como uma cooperativa ou que pode ser exercido para terceiros (clubes, boates ou pisos). O enfrentamento em relação às políticas abolicionistas e às feministas abolicionistas também é muito grande, segundo a diretora, seguramente o embate em Madri é ainda maior que em Barcelona e mais parece uma batalha campal.

De acordo com Hetaira, há uma falta de respeito brutal das feministas abolicionistas em simplesmente aceitar a decisão das mulheres em exercer a prostituição. A prostituição é uma realidade que está posta e que a teoria abolicionista deixa de lado a experiência das mulheres prostitutas, não pensa em melhorar o que já existe e que por isso não permite avanços de direitos para as trabalhadoras do sexo. Segundo a diretora desta associação madrilenha, no Brasil as coisas caminham de maneira mais fácil, pois a liberdade sexual é maior que na Europa.

No que tange à identidade de puta e prostituta, o rechaço a estes nomes é normal, pois estas identificações são carregadas de estigma e que utilizar estes termos entre iguais é mais fácil que com a família, filhos e sociedade. Entretanto, a diretora da Associação Hetaira argumenta que neste momento de busca por direitos é importante se fazer visível, pois o que não se vê, não existe, mas que em determinados momentos também é importante pensar na prostituição como uma outra atividade qualquer, deixando a identidade como algo secundário.

Na associação Hetaira, assim como na Génera, utiliza-se o termo 'trabalhadora do sexo' para não precisar nominar alguém, no entanto, ambas sabem da importância política dos termos 'puta' e 'prostituta' já que o primeiro passo é identificar-se, nomear-se, para então existir e buscar direitos. Por fim, para Hetaira, na Espanha as mulheres se reconhecem enquanto prostitutas publicamente, o que facilita buscas por direitos.

Minha vivência em Barcelona, em meio a mulheres que se reconhecem pela atividade que exercem e que lutam por direitos, a possibilidade de contato com mais leituras sobre o tema da identidade e principalmente meu contato direto com Dolores Juliano[18], permitiu que eu repensasse minhas práticas em campo e buscasse compreender mais o movimento de prostitutas no Brasil e também entender as questões sobre identidade e a busca por direitos laborais.

Durante a minha trajetória em campo de pesquisa, discutia muito com as profissionais do sexo sobre a profissionalização da atividade, movimentos sociais de prostitutas e empoderamento; e todas ficavam muito atentas, sem muitas vezes saber, devido à falta de informação, que poderiam se organizar e buscar seus direitos. Neste sentido, levando em consideração o empoderamento e a trajetória dos movimentos sociais, que raramente chegam a cidades pequenas e de médio porte, e o respeito à polissemia de identificações no campo de pesquisa, serão utilizados diversos termos para identificar as profissionais que utilizam a prostituição como forma de sustento.

Entretanto, posiciono-me aqui, enquanto uma feminista pró-prostituição e, seguindo os preceitos de Gabriela Leite e da teoria *queer*, levo em consideração o nome puta e prostituta enquanto políticos e de suma importância para a busca de direitos laborais, sociais e sexuais das mulheres que exercem a prostituição. Acredito que o meu posicionamento como pesquisadora é o de respeitar o material escrito referente tanto aos movimentos sociais, quanto às mulheres que exercem a prostituição em Ponta Grossa.

Este respeito tem relação com a trajetória em campo e com os estreitos laços que estabeleci com as trabalhadoras do sexo, as quais tive o prazer de estar em contato. Estes estreitos laços me fizeram analisar, com o passar do tempo e com a proximidade com as prostitutas, como eu era lida em campo, a 'novinha'[19], por algumas, a 'amiga', por outras, as quais já não se importavam de eu utilizar a palavra prostituta ou puta, e, como prostituta pelos homens, transeuntes, mulheres e por pessoas que já me conheciam há algum tempo. Para estes últimos, eu passei a ser alguém que não existia quando estava nos pontos de prostituição.

Em relação à 'novinha', muitas profissionais acreditavam que eu estava nos bares, boates ou ponto de prostituição para buscar programas e isso para elas era

[18] Fora realizada uma entrevista com a autora e publicada na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 155 - 165, jan. / jul. 2016.

[19] Prostituta que acaba de entrar na prostituição ou que é nova no local de prostituição.

concorrência, pois há uma relação entre o corpo novo no espaço da prostituição e o corpo antigo. A novidade é bem vista pelos homens que inclusive pagam mais caro por esta 'novidade'. Já as mulheres que têm mais tempo no mesmo local, não são novidade e geralmente se mantêm a partir dos clientes fixos ou transitam entre os diferentes tipos de prostituição para ganhar mais dinheiro. Minha corporeidade era vista por elas como uma concorrente e não como uma pesquisadora ou assistente da ONG, isso tornava minha relação com elas difícil, entretanto, a concorrente foi ficando para trás com o tempo e deu lugar a 'amiga'.

A amiga, a “menina da ONG” que ajudava em tudo e “a menina da ONG que era a favor da prostituição porque não era prostituta”[20]. Esses rótulos foram dados a mim porque estava sempre nos locais de prostituição, mesmo quando não era dia de entrega de camisinha, verificando se as meninas precisavam de algo e conversando sobre o dia a dia, política, falta de dinheiro, cliente, prostituição e assim por diante.

A estratégia da 'amiga' acabou se tornando importante para a minha pesquisa e muito mais para a minha vida, conforme relato de campo:

> Hoje fui visitar a Gabriela e ver como a Valeria Mesalina, grávida de sete meses, estava. Passei toda à tarde com elas e cada uma me contou um pouco da sua história e de suas vidas na prostituição. Gabriela me contou que estava aflita em sair do ponto que estava há quase 25 anos e que o fato de estar construindo a sua casa estava a deixando muito nervosa, pois não estava entrando dinheiro no bar e ela estava começando a ficar com dívidas. Falou que construiu e criou os filhos com o dinheiro da prostituição, mas que estava um pouco cansada, entretanto, não se via longe do bar. Me convidou para almoçar e eu fui, como sempre fazia. Durante o almoço se queixava dos filhos que não davam valor ao que ela fazia e dos clientes que não vinham no bar porque o dinheiro estava difícil para todo mundo. Reclamava de Valeria Mesalina que não se cuidava na gravidez e que bebia feito um 'cão' e que isso não era correto para o bebê e que ela estava louca com tudo isso e a sorte é que tinha eu como amiga para ajudar e desabafar. Fiquei muito feliz com o que Gabriela me falou e muito mais feliz quando disse que me considerava sua filha. (Diário de campo, 11 de setembro de 2013)

O estreitamento de nossas relações começou pela ajuda a Valeria Mesalina, em que puderam perceber que eu não estava ali para fazer uma pesquisa ou para ajudar a ONG, mas sim para estar com elas e conhecer um pouco da realidade. Tornei-me amiga não só de Gabriela, mas de muitas outras meninas que entrevistei e até as que eu não entrevistei. A convivência com todas as prostitutas fez-me perceber a pesquisa e a vida de outra maneira.

---

[20] Diário de campo (2013 a 2015). Muitas meninas falavam que eu era a favor da prostituição porque não estava no lugar delas.

Passei, então, a ser vista como alguém que estava ao lado delas e não contra. Estar ao 'lado' das prostitutas parecia ser algo tão simples para mim, entretanto, com o tempo fui percebendo que a maioria da discriminação que sofrem é proveniente de mulheres e o fato de eu ser mulher gerava tal desconfiança, mas também certa alegria de ver que nem todo mundo estigmatiza a atividade delas.

A prostituta era o que eu significava para alguns homens, mulheres e até conhecidos de longa data que me viam nos bares, ruas e boates. É interessante perceber que se uma mulher está em um ponto de prostituição, ela é prostituta, mesmo que esteja só de passagem, conversando, entregando preservativos, esperando alguém ou qualquer outra coisa. Inicialmente o olhar da sociedade para mim, enquanto uma prostituta, incomodava-me, porém, ao ficar mais próxima das profissionais nos locais de prostituição, o julgamento dos outros já não me acometia.

A partir de cada um que passava eu percebia um olhar diferenciado em relação a minha corporeidade nos locais de prostituição. O olhar masculino geralmente era de desejo, o desejo pela 'novinha', conforme relato abaixo.

> Fui ver Valeria Mesalina e fiquei encostada na mesa de sinuca conversando e as meninas sentadas perto da porta. Passaram na rua dois rapazes jovens e uma delas falou para eles entrarem no bar. Enfim, os jovens passaram, mas apenas olhando. Alguns minutos após eles voltaram e entraram no bar, então uma das meninas foi até o balcão beber enquanto nós ficamos conversando ali na parte da frente do bar. Foi então que um dos jovens pediu para que eu fosse tomar uma cerveja com ele, Gabriela logo falou que não, que eu não trabalhava ali e que eu não iria. Mas ele insistiu e eu novamente falei que não trabalhava ali, então, me ofereceu 400,00 reais para fazer programa, falei que não iria. Gabriela já irritada falou novamente que eu não trabalhava ali e que não fazia programa. “Então, por ser a primeira vez te ofereço 800,00 reais”, falei novamente que não. Foi quando Gabriela ficou brava com eles por já ter avisado que eu não fazia programa. Os homens frustrados com os xingamentos foram embora. Então, achei conveniente ir embora, já que meu sentimento no final foi de que as meninas tinham perdido dois programas por minha causa. Em uma conversa posterior com Gabriela sobre este assunto, comentei que às vezes eu estragava programas das meninas quando ia ao bar e ela comentou que não, mas que se um dia eu quisesse trabalhar nesta área era para eu ir lá que seria muito bem recebida. (diário de campo, 23 de Agosto de 2013)

Esta já não era a primeira vez que um homem me abordava para fazer programa, em muitas outras ocasiões escutei “vem usar essa camisinha comigo” e eu respondia, “poxa! desculpa-me, mas estou trabalhando na ONG” ou “tem uma horinha” e eu respondia, “chegou atrasado, a horinha já passou”. Mesmo com um certo desconforto, eu usava estratégias não ofensivas para me livrar dos pedidos de programa, pois sabia que se eu ofendesse cada homem que me fazia proposta eu

poderia estragar o programa das profissionais que ali estavam.

Mesmo utilizando estratégias, sabia do meu desconforto e percebi como era difícil trabalhar com o preconceito do meu próprio campo de pesquisa, pois a cada pedido de programa era um turbilhão de ideias que se passavam, como: “será que ele não vê que sou pesquisadora”. Por muitas vezes repensei minhas atividades, mas sempre assimilando a partir das relações de poder e isso me deixava ainda mais constrangida, pois não eram os outros estigmatizando, era eu estigmatizando meu campo de pesquisa[21].

A partir da proximidade com as profissionais, muitas me identificavam como a “puta fajuta” porque eu não fazia programa. Nunca me importei com o título de prostituta, afinal eu já tinha o título de a “menina que pesquisa puta”, que foi dado a mim por conhecidos e por familiares, só pelo fato de eu fazer a pesquisa. Então, não me importava pelo título mais carinhoso e dado por amigas que sabiam da minha postura, da própria pesquisa e da luta pela não estigmatização da profissão.

A prostituição é algo tão tenebroso para as mulheres ditas 'normais' que receber uma 'cantada' em um local de prostituição é muito mais difícil do que receber esta mesma cantada em uma festa ou em algum lugar que não esteja relacionado à prostituição. A mim, parecia que estava fazendo algo de errado e isso, inicialmente, incomodava-me profundamente, pois não gostaria de ter as mesmas atitudes de uma 'boa' mulher em relação à prostituição. Com o tempo, isso foi se tornando irrelevante e o fato de estar com elas, ouvindo as diversas histórias, reclamações, vendo as brigas e os xingamentos, muitas vezes, colocava-me em uma posição de margem em relação à vivência delas e a minha ignorância enquanto pesquisadora.

De toda a trajetória em pesquisa, diferente do olhar masculino, era o olhar feminino o pior, pois a cada mulher que passava na rua olhando-me com desdém, com taxatividade, com condenação, deixava-me mais brava e com mais vontade de fazer a pesquisa. Algumas mulheres atravessavam a rua para não passar por perto de onde nós estávamos. Era comum as prostitutas reclamarem das mulheres que se dizem 'normais', pois elas eram as mais preconceituosas e que muitas vezes “eram mais putas que as putas”, já que “davam de graça, mas eram sustentadas pelo marido”[22].

---

[21] Acredito ser um pouco estranho falar sobre as 'meninas', minhas amigas, como um campo de pesquisa. Penso que tudo isso deixa a pesquisa ainda mais longe da realidade vivida em campo. Mas neste ponto continuarei seguindo o protocolo.

[22] Diário de campo (2013 a 2015).

Os comentários das profissionais geralmente, dentre outros, eram: “de certo que não dá”, “olha a santa passando”, “o marido chifrudo e ela condenando a gente na rua”[23]. Este tipo de olhar que recebia constantemente na rua deixava-me furiosa e como as profissionais, eu recebia xingamentos. Por fim, eu entendi o porquê me chamavam de 'puta fajuta', porque talvez acabei incorporando a prostituta. Penso que não há possibilidade de me desprender da pesquisadora em campo, mas também posso compreender um pouco mais das realidades vividas por estas mulheres com uma aproximação mais humilde, conforme relato de campo abaixo:

> Belva Gartner saiu fazer programa no meio da entrevista e eu fiquei no mesmo local esperando ela retornar, fiquei a uma quadra do meu carro, em uma esquina com duas travestis novas e já na outra esquina tinham mais duas que não paravam de tirar foto de mim, não sei por quê? Enquanto eu fiquei esperando, o tempo todo senti-me constrangida e ao mesmo tempo muito brava pelas pessoas que passavam por mim e atravessavam a rua, principalmente mulheres. Mesmo assim fiquei aguardando. Um homem de moto parou na esquina e só apontou o dedo em direção ao hotel e eu com a própria caneta que estava na mão, falei que não. Sinto-me um pouco receosa em relação às travestis, acredito que estão pensando que eu estou querendo ponto. Sinto receio de mais alguma pessoa conhecida passar, como já foi o caso do meu antigo chefe, que ainda bem, não me reconheceu. É estranho porque eu sinto o que muitas vezes elas (as prostitutas) sentem quando estão aqui. Creio que é uma questão de costume, como muitas delas falam. Estranho mesmo é o meu sentimento em relação ao meu próprio campo de pesquisa, penso que preciso rever ainda mais minha postura. (Diário de campo, 10 de setembro de 2014).

Da mesma forma como muitas mulheres, as pessoas que me conheciam e que muitas vezes me viam nos bares ou na rua e que eu encontrava dentro de boates ficavam espantadas, a ponto de comentarem com familiares e conhecidos como era triste saber que eu tinha abandonado o doutorado para entrar na prostituição. Algumas pessoas conhecidas fingiam que não me viam ou simplesmente atravessavam a rua para não olhar para mim.

Na minha família, o fato de eu ir para os pontos de prostituição era considerado o cúmulo. Minha mãe sempre me ligava depois do campo de pesquisa para saber se eu estava bem, como se eu tivesse ido para alguma zona de guerra. As brincadeiras e taxações feitas pela minha própria família, que nos almoços de domingo perguntavam se eu tinha aula de 'biscatagem' no doutorado ou se eu pretendia virar prostituta ou me dizendo que eu precisava ir para a Igreja, também me deixavam com um sentimento de impotência, de constrangimento pela

[23] Diário de campo (2013 a 2015).

ignorância alheia, fazendo eu pensar que meu mundo não era mais ali.

Todas estas relações ao mesmo tempo em que me deixavam muito irritada, também me faziam perceber que o que eu passei em campo de pesquisa em relação ao preconceito e estigma não é nem a metade do que estas mulheres passam diariamente nos locais de prostituição, e, isso me dava mais impulso para escrever sobre a relação entre a 'boa' mulher como mãe e a 'má' mulher como prostituta, enquanto seres totalmente separados.

Confesso que por muitas vezes, para que as meninas não perdessem programa ou quando elas eram xingadas e ofendidas na rua, eu encarnei a prostituta. Confesso que cada vez que me perguntavam sobre o que era minha tese de doutorado eu respondia: “eu trabalho na prostituição” e nunca “meu trabalho é sobre prostituição”. Assumi determinadas posturas como forma de protesto, como uma forma de demonstrar que enquanto pesquisadores e cientistas não estamos acima dos sujeitos pesquisados e que sem eles jamais conseguiríamos qualquer tipo de avanço científico, principalmente nas áreas humanas.

Avaliar as questões em relação a minha posição enquanto pesquisadora e a minha posição enquanto a 'puta fajuta', fizeram-me perceber o quanto é importante em uma pesquisa científica compreendermos posicionalidade e reflexibilidade perante o campo de pesquisa. É difícil admitir que mesmo assim continuo no centro das relações de poder enquanto pesquisadora, pois não vivo o que estas mulheres vivem diariamente. Mas, admito que as confusões causadas na minha vida e principalmente na minha forma de ver o mundo após vivenciar um pouco do que é a prostituição, mesmo que a partir do olhar destas mulheres, mudaram minha forma de ver a realidade.

Penso que compreender a reflexibilidade e a posicionalidade em campo de pesquisa permite com que olhemos não só nossas posturas enquanto pesquisadores, mas também enquanto seres humanos. Conforme aponta Valentine (2007), mesmo que possamos compreender e colocar o processo de investigação como algo linear, devemos sempre compreender que as práticas em campo são bagunçadas, com frustrações, complexas. Para mim, as práticas de pesquisa podem modificar nossa forma de ver o mundo.

Acredito que, muitas vezes, a forma como olhamos para o campo de pesquisa, sem nos despir dos pré-conceitos, choca e nos faz pensar sobre a nossa própria vivência e, sendo assim, podemos olhar a realidade de forma diferenciada; e

isso tudo não cabe em uma revista, em uma dissertação ou tese, pois a realidade é muito mais do que uma produção científica possa expressar.

Por vezes sentada com as prostitutas nos locais de prostituição, conversávamos sobre o que era ser prostituta e muitas me falavam que mesmo sendo difícil gostavam da atividade que exerciam, que tinham amizades e que construíram muito do que são e o que tinham a partir da prostituição. Então, eu argumentava que elas deveriam se fazer visíveis a partir de movimentos sociais como as mulheres prostitutas do Rio Grande do Sul (NEP) e do Rio de Janeiro (DAVIDA), muitas riam e outras ficavam pensando na possibilidade de lutar pela profissão.

A prostituição enquanto profissão era algo que discutíamos e elas tinham uma noção de que regulamentar a atividade era carimbar na carteira de trabalho o nome prostituta. Argumentava que a regulamentação não tinha a ver com carteira de trabalho e sim com direitos e a luta contra o estigma da atividade, muitas continuavam argumentando que era errado a regulamentação, outras começavam a pensar diferente sobre o tema, dizendo que não tinham pensado sobre este lado do movimento.

O estigma também era tema muito abordado nas nossas conversas e muitas mencionavam que não existia tanto estigma como eu falava. Ao expor meus argumentos, principalmente em relação ao termo 'puta' e ao xingamento 'filho da puta', elas começavam a entender que o preconceito não era só aos xingamentos que elas recebiam na rua e muitas vezes a violência física, mas também ao jeito como as pessoas olhavam, quando atravessavam a rua e principalmente à violência estrutural que sofriam por serem mulheres, prostitutas e não seguirem os papéis das 'boas' mulheres.

Acredito que muitas das nossas discussões sobre ser prostituta, ser 'puta', ser profissional do sexo, regulamentação da prostituição como profissão, movimentos sociais de prostitutas, estigma, violência, dentre outras, modificou algumas formas de pensar das próprias prostitutas. Esta mudança fez com que algumas mulheres se empoderassem principalmente referente ao estigma, pois começavam a entender que não estavam erradas ou que o que faziam era um pecado. Este empoderamento e a própria mudança na forma de olhar a atividade que exercem também tem a ver com a reflexibilidade que não abarca somente o lado do sujeito pesquisador, mas também a do sujeito pesquisado.

Compreender a pesquisa científica por meio da posicionalidade e reflexibilidade tem permitido questionar a realidade enquanto pesquisadores e também permite com que os sujeitos pesquisados possam olhar-se de forma diferente. Permite que possamos evidenciar a própria realidade e mudança a partir da nossa presença no campo de pesquisa e de nossas posturas enquanto pesquisadores.

Analisar nossa própria figura no campo de pesquisa através da reflexibilidade e posicionalidade tem a ver com a compreensão das relações de poder e de que não estamos fora ou acima da realidade vivida pelos sujeitos pesquisados, ao contrário, a partir do momento em que nos posicionamos e refletimos sobre nossa postura em campo e também sobre o que modifica em nossas vidas e nas vidas dos sujeitos pesquisados, compreendemos que a pesquisa não pode ser apenas para a obtenção de um título, mas sim, envolvem vidas, vivências e é também uma luta política.

Jamais conseguirei compreender este guarda-chuva de possibilidades que é a prostituição. Jamais conseguirei expor tudo o que penso sobre prostituição. Jamais conseguirei encampar uma luta contra o estigma e a violência a estas mulheres. Jamais poderei falar por elas. Mas vou tentar dar voz a um fenômeno que estigmatiza, exclui, marginaliza e mata psicologicamente e fisicamente mulheres prostitutas que são mães, esposas, amigas, vizinhas, consumidoras, trabalhadoras, como tantas outras mulheres que não são estigmatizadas pela escolha de suas profissões.

1.3 - Metodologia de Análise dos Resultados de Campo

Compreender a constituição de um fenômeno como a prostituição não é tarefa fácil, enquanto um caleidoscópio de possibilidades existentes é necessário que os pesquisadores estabeleçam dois caminhos de análise em relação a este campo de pesquisa. O primeiro está relacionado ao pesquisador, suas concepções em relação à prostituição, seus anseios, sua trajetória de pesquisa, reflexibilidade e posicionalidade. É importante que neste ínterim seja dada voz às mulheres que exercem prostituição, pois não podemos falar pela trajetória do outro. Sem essas vozes não há pesquisa, quiçá construção científica em torno da prostituição. O segundo caminho está relacionado à metodologia para análise dos dados, sejam

eles quantitativos ou qualitativos.

No que tange aos dados quantitativos, foram aplicados 114 questionários (anexo 1) em 75 locais de prostituição[24], a fim de realizar levantamentos de dados em relação à prostituição de modo geral, para então focar nas mulheres prostitutas mães. Os dados do levantamento geral da prostituição em Ponta Grossa foram utilizados para ações na ONG Renascer e para estabelecer uma relação de proximidade com as mulheres prostitutas, além de, a partir destes questionários, realizar o levantamento de mulheres que são mães e estão exercendo esta atividade, a fim de refutar ou não a pesquisa.

Por mais que a maternidade e maternagem, geralmente, façam parte da vida de muitas mulheres, o que dá ênfase a esta discussão é o estigma envolvendo a identidade de prostituta e mãe. Esta desigualdade, cuja centralidade é o estigma a profissão prostituição, não é fortemente marcada quando tratamos de uma mulher mãe advogada, professora, empregada doméstica, contadora, dentre outras tantas atividades, diferente de quando tratamos de temas com mulheres prostitutas mães.

Por outro lado, para o levantamento qualitativo, foram feitas doze entrevistas em profundidade com mulheres prostitutas mães. A metodologia escolhida para a análise destas entrevistas foi desenvolvida pelo historiador Professor Doutor Edson Armando Silva, também componente do GETE e publicada por Silva, E. e Silva, J. (2016) na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, com o título *Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos*.

Para estes autores:

> Se um pesquisador vai a campo com um instrumento de pesquisa baseado em formulário estruturado, por mais que tenha tomado todos os cuidados na sua elaboração, só poderá recolher do campo as variáveis previstas no instrumento. Entrevistas abertas, histórias de vida, observações participantes podem revelar aspectos impensados da realidade. Desta maneira, a pesquisa e o pesquisador se abrem ao radicalmente novo em termos de visões de mundo ou de categorias interpretativas da realidade. Entretanto, esta perspectiva aumenta a complexidade da pesquisa e exige procedimentos operacionais mais refinados na análise e interpretação dos dados. (SILVA ,E. e SILVA, J., 2016, p. 133).

Embora não consigamos expressar a partir de quaisquer metodologias cem por cento da realidade, devemos, cuidadosamente, nos aproximar dela e para isso é importante que a metodologia da pesquisa seja utilizada de maneira correta e séria,

[24] Os locais de prostituição estão nos cartogramas 2 a 6 do capítulo 3.

para que possamos dar visibilidade ao grupo estudado. Neste sentido, a interpretação dos dados qualitativos foi realizada a partir da análise de conteúdo levando a cabo diversos procedimentos técnicos.

Para Bardin (2002), utilizar instrumentos de investigação diminui a utilização da intuição do pesquisador sobre determinado fenômeno ou uma leitura simplista, de achismos, da realidade. Este autor argumenta que a utilização da análise de conteúdo ultrapassa as incertezas e enriquece a leitura que realizamos do grupo escolhido para pesquisa, pois ajuda na compreensão dos mecanismos e significações que não se pode perceber sem a utilização de uma metodologia qualitativa de qualidade.

Assim, a análise de conteúdo conforme Bardin (2002, p. 42) é:

> Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para este autor, a análise de conteúdo tem uma função heurística, ou seja, enriquece e aumenta a propensão da descoberta e tem como função a prova e a verificação das hipóteses e sua confirmação. Há segundo Bardin (2002) duas práticas científicas, mas com os mesmos fins, ligadas a análise de conteúdo: a linguística e as técnicas documentais. As técnicas documentais tratam da representação de conteúdos presente em documentos, as quais não serão utilizadas neste trabalho. Já as análises de conteúdo ligadas à linguística e hermenêutica estão relacionadas ao que está por trás das palavras, as relações sociais que são expressas por elas numa relação com variáveis históricas, sociais, psicológicas e de significados.

Com a tecnologia, de acordo com Silva, E. e Silva, J. (2016), existem procedimentos técnicos e *softwares* que ajudam os pesquisadores na análise de conteúdo. Para estes autores, a utilização de ferramentas de auxílio na interpretação de dados permite a análise de uma grande quantidade de documentos e dados, diminuem a intervenção do pesquisador e aumentam as possibilidades de análise de diferentes dados.

Seguindo as colocações de Bardin (2002), Silva, E. e Silva, J. (2016) acreditam que a frequência de expressões e palavras utilizadas em documentos e

também em entrevistas está relacionada aos sentimentos e valores que compõem um discurso. Tais sentimentos e valores não caminham sozinhos, mas estão relacionados a contextos espaço-temporais e culturais específicos. Neste sentido, os autores propõem um caminho utilizando frequência e relação entre categorias e palavras de um determinado documento, neste caso as transcrições das entrevistas.

A categorização para Bardin (2002, p. 117) é:

> […] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

A categorização utilizada para o desenvolvimento dessa tese foi a semântica, ou seja, expressões significadas por temas. A categorização, que é uma das fases finais da metodologia de Silva, E. e Silva J. (2016), é uma lapidação das entrevistas, momento onde o pesquisador faz a interpretação dos momentos de cada uma das falas. São diversos processos a serem seguidos para o desenvolvimento desta metodologia, até chegar à categorização e análise dos dados a partir de frequência e peso de relações entre categorias e palavras.

As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro (anexo 2). No total as 12 entrevistas gravadas, que posteriormente foram transcritas, contaram com 09h59min de gravação, em que participaram 16 profissionais do sexo[25]. As entrevistas quase sempre eram realizadas em pausas para que elas pudessem sair, fazer os programas ou tomar bebida com clientes.

A primeira fase para a análise qualitativa das entrevistas foi dividida em dois processos: a desambiguação e a separação por assunto. Após a junção de todas as entrevistas transcritas em um mesmo documento, composto por 112 páginas[26], fora realizado a desambiguação de palavras. A ambiguidade entre palavras está relacionada à linguagem informal e cotidiana das mulheres prostitutas mães. Um exemplo de ambiguidade entre palavras está contido no trecho de fala a seguir, quando Bustuariae é questionada sobre como começou a trabalhar na prostituição:

---

[25] Muitas vezes, durante as entrevistas, diversas profissionais do sexo também conversavam e contavam sobre as suas vidas mesmo sabendo que as conversas estavam sendo gravadas. Há a participação de alguns clientes em meio às gravações.

[26] Este foi considerado o documento original das entrevistas, sem modificações em relação à ambiguidade e frases.

> Foi necessidade, no começo meu marido não tinha serviço, não trabalhava então era muita dificuldade. No começo ele não sabia, né, ele ficou sabendo agora, faz pouco tempo que ele ficou sabendo e também não gosta, ele já falou pra mim que se eu tivesse um serviço era para eu abandona, larga mão disso aí, sabe. Até ele chegou, até chegou a tirar o chip do meu celular e quebrou o celular uma vez, o aparelho, aí depois ele comprou outro pra mim, pra mim não sair, sabe!!! mas não teve jeito eu voltei pra rua e continuo lá. Não por necessidade agora, né [...] porque eu quero ver minhas criança com tudo o que eles têm direito, né. Não [...] porque eles vieram no mundo pra mim, né [...] eu tenho que, né [...] então tudo o que eles têm e tudo o que eles querem eu dô, eu vou lá mesmo, precisou to lá e compro tudo o que eles querem, tudo o que eles querem eu compro. Entendeu? então, é mais por isso, pra as criança, não deixa o barraco cair, por isso que eu to lá. (Entrevista realizada com Bustuariae, em 14 de julho de 2013).

Neste trecho a palavra 'lá' está relacionada à 'prostituição', ou seja, são duas palavras que na fala se tornaram ambíguas. Neste sentido, para fazer a desambiguação fora utilizado o código 'p_' que no texto significa prostituição. Este processo fora realizado com diversas palavras em muitos trechos do texto a partir de diversos códigos como aponta o mesmo trecho acima, já mencionado:

> No começo m_ele não sabia né m_ele ficou sabendo agora faz pouco tempo que m_ele ficou sabendo e também não gosta m_ele já falou pra mim que se eu tivesse um serviço era para eu abandonar largar mão p_disso aí sabe Até m_ele chegou até chegou a tirar o chip do meu celular e quebrou o celular uma vez o aparelho ai depois m_ele comprou outro pra mim pra mim não sair sabe mas não teve jeito eu voltei pra rua e continuo r_lá
> Não por necessidade agora né por pra porque eu quero ver minhas criança com tudo o que f_eles têm direito né
> Não porque f_eles vieram no mundo pra mim né eu tenho que né então tudo o que f_eles têm e tudo o que f_eles querem eu dô eu vou p_lá mesmo precisou estou p_lá e compro tudo o que f_eles querem tudo o que f_eles querem eu compro entendeu então é mais por isso pra as criança não deixar o barraco cair por isso que eu estou p_lá

Para este momento foram utilizados os códigos 'm_' para marido, 'f_' para filhos e 'p_' para prostituição. É necessário atentar-se para que todos os códigos sejam os mesmos no decorrer de todas as entrevistas. Neste mesmo trecho já está contido o segundo processo desta primeira fase, que é a separação por assunto. Por mais que tenha sido realizada apenas uma pergunta, a resposta veio carregada de outros assuntos que foram separados em parágrafos diferentes. Neste caso, o primeiro parágrafo está relacionado à resistência do marido a atividade da esposa, o segundo parágrafo está relacionado ao motivo atual da estadia na prostituição e o terceiro parágrafo ao sustento e bem-estar dos filhos. Este é o primeiro passo para a criação de uma binaridade entre frase e palavra. (SILVA, E. e SILVA, J., 2016)

Estes dois processos de tratamento das entrevistas são a base para as próximas fases da metodologia. É importante ressaltar que no artigo de Silva, E. e Silva, J. (2016) este processo não foi realizado, já que se tratava de uma fala mais 'limpa', entretanto, já em Campos (2016) foi utilizado na discussão sobre violência sexual, pois a autora encontrou diversas ambiguidades entre as palavras. Ao fazer tal uso, observamos um processo de 'desambiguação'.

A próxima fase desta metodologia foi a transformação do texto em tabela e a inserção de duas colunas, a primeira para o código de identificação (número) da frase e a segunda coluna onde estão presentes os trechos das entrevistas, conforme imagem seis, abaixo:

Imagem 6 – Entrevistas Preparadas e Transformadas em Tabela

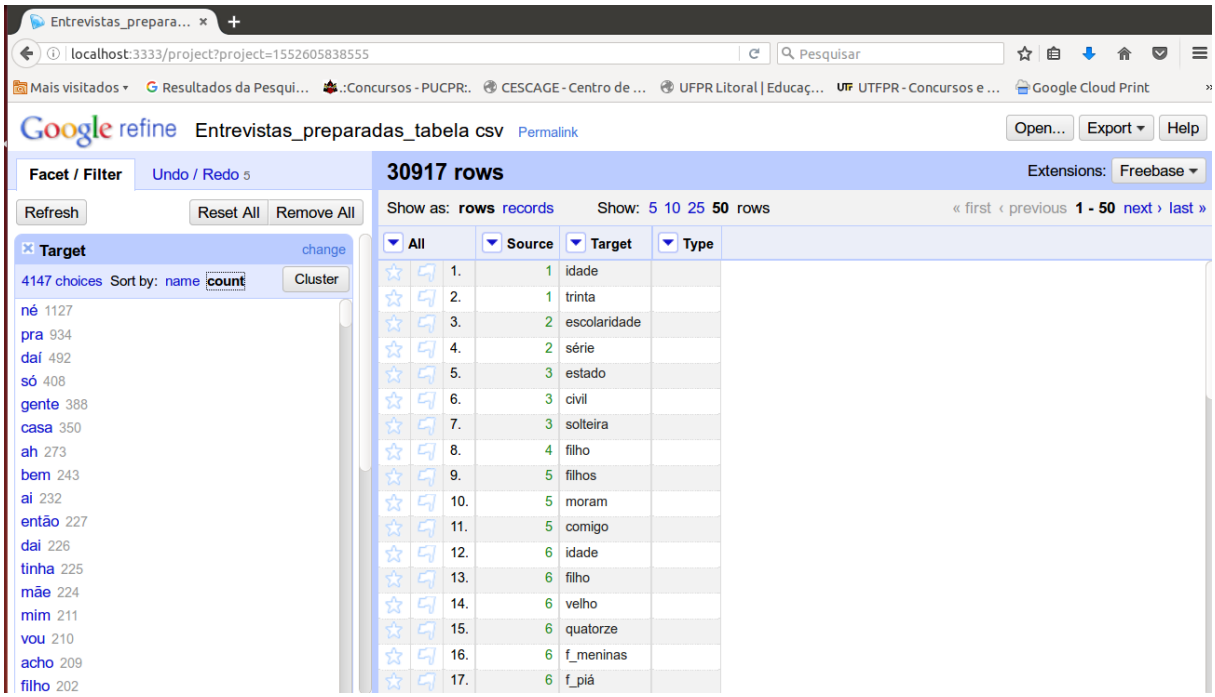
	A	B
1	Source	Target
2	1	Minha idade é de trinta anos
3	2	Minha escolaridade foi até a sexta série
4	3	Meu estado civil é de Solteira
5	4	Eu tenho cinco filho
6	5	Todos os meus filhos Moram comigo
7	6	a idade do primeiro filho o mais velho tem quatorze as f_meninas tem doze e treze vai fazer o f_piá tem vai fazer oito agora dia três de agosto tem a minha f_menina de quatro anos e f_uma de dois anos
8	7	por incrível que pareça sim todos são filhos desta união estável que eu tenho
9	8	não nenhum filho é da prostituição não nenhum filho é da prostituição
10	9	não moro sozinha com as crianças eu moro eu o meu marido é suponho que é marido é marido dezessete anos já e minhas criança só
11	10	Ah dá pra tira um dois e trezentos por mês com a rende dele não com o dele dá três três três e quinhentos
12	11	a renda maior é minha

Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Estas duas primeiras fases da metodologia foram realizadas no *software* livre *OpenOffice*. A partir desta primeira organização dos dados, a planilha foi importada para o *software* livre chamado *OpenRefine*, que é uma importante ferramenta para a organização e padronização dos dados. Neste momento também podem ser retiradas pontos e vírgulas, reunir palavras iguais com caixas alta ou baixa, mas principalmente excluir do texto palavras que não são necessárias, ou seja, que não dão sentido ao texto, como: 'mas', 'porque', 'como', 'onde', dentre outras. Estas palavras que não são significativas para o contexto da frase são chamadas de *stopwords*.

A imagem sete evidencia como a tabela importada para o *OpenRefine* se comportou. Neste momento ainda não foram excluídas ou editadas as palavras relevantes para o texto, por isso palavras como: 'né', 'pra', 'daí', 'só', dentre outras que não têm sentido quando estão sozinhas, ainda estão presentes na imagem.

Imagem 7 – *OpenReffine* com *Stopwords*

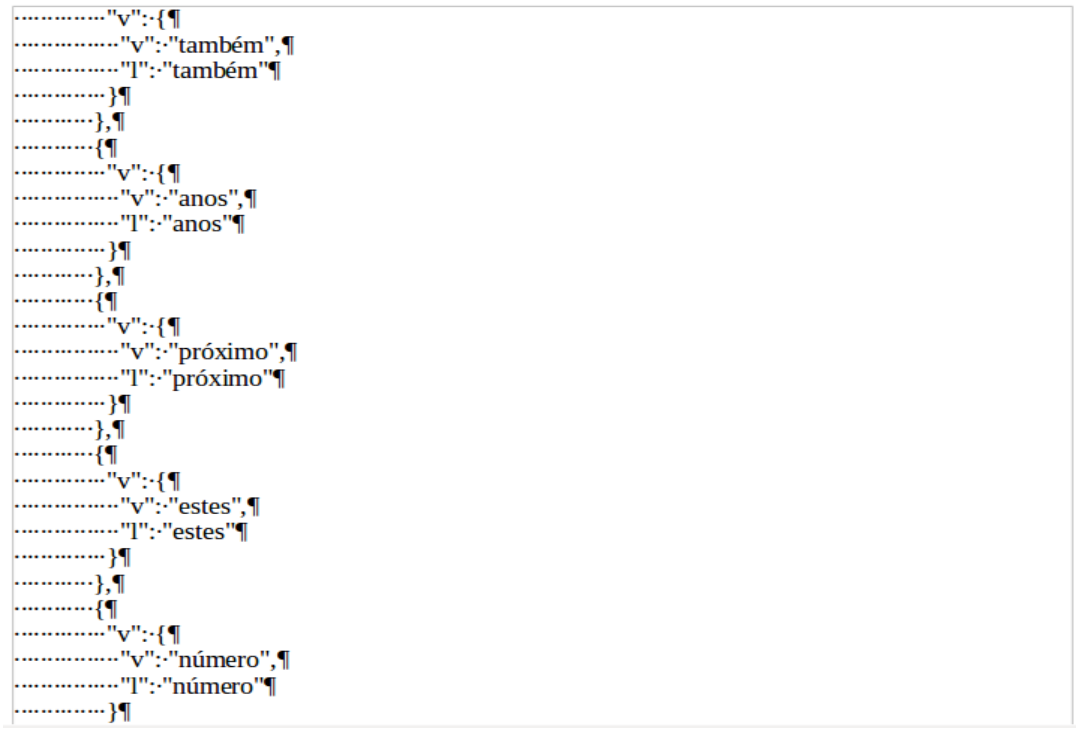


Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Toda operação de exclusão de palavras e símbolos ficará marcada como um histórico, ou seja, um *script* (formato JSON) possibilitando sua futura utilização, após a categorização das entrevistas (SILVA, E. e SILVA, J., 2016). É importante destacar que cada pesquisa deve ter seu próprio *script*, já que em algumas entrevistas determinadas palavras são importantes e outras não, sendo excluídas. O *script* gerado a partir da exclusão das *stopwords* e junção de palavras consideradas sinônimos ou de mesmo significado para a compreensão do fenômeno[27] foi de 885 páginas, que está exemplificado na imagem oito abaixo:

[27] Todos esses processos passo a passo podem ser compreendidos a partir do artigo de Silva e Silva (2016).

Imagem 8 – *Script* Extraído do *OpenRefine*



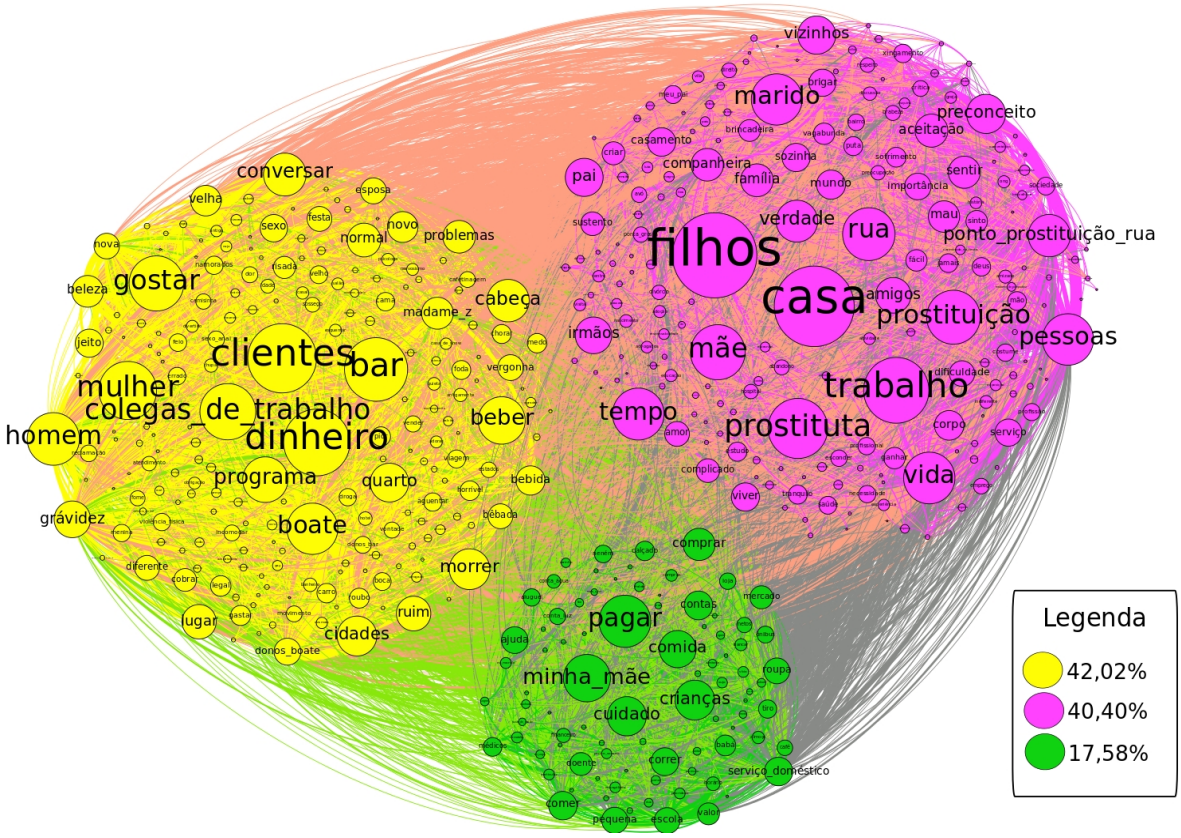
Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Após o processo de exclusão de *stopwords* e de exportação do *script,* o material foi exportado do *OpenRefine* em uma tabela '.csv'. A terceira fase desta metodologia está relacionada ao programa *Gephi*, que ao criar redes de significados a partir de cálculos matemáticos demonstra tendências discursivas formadas por nós (palavras) e arestas (ligações entre as palavras). (SILVA e SILVA, 2016; CAMPOS, 2016).

Em um primeiro momento fora feita a importação da tabela de arestas e posteriormente a tabela de nós, como evidenciam Silva e Silva (2016), as quais determinam as ligações entre as palavras mais expressivas dentro de uma mesma frase. É a partir deste momento que temos uma tendência (não se trata de uma versão final da análise) discursiva que vai corroborar com as hipóteses ou falseá-las, já que neste primeiro momento teremos as palavras mais expressivas utilizadas pelas mulheres profissionais do sexo mães.

O resultado geral desta rede de palavras no *Gephi* está exposto na imagem nove, a seguir:

Imagem 9 – Grafo Geral de Palavras Separado em Comunidades



Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

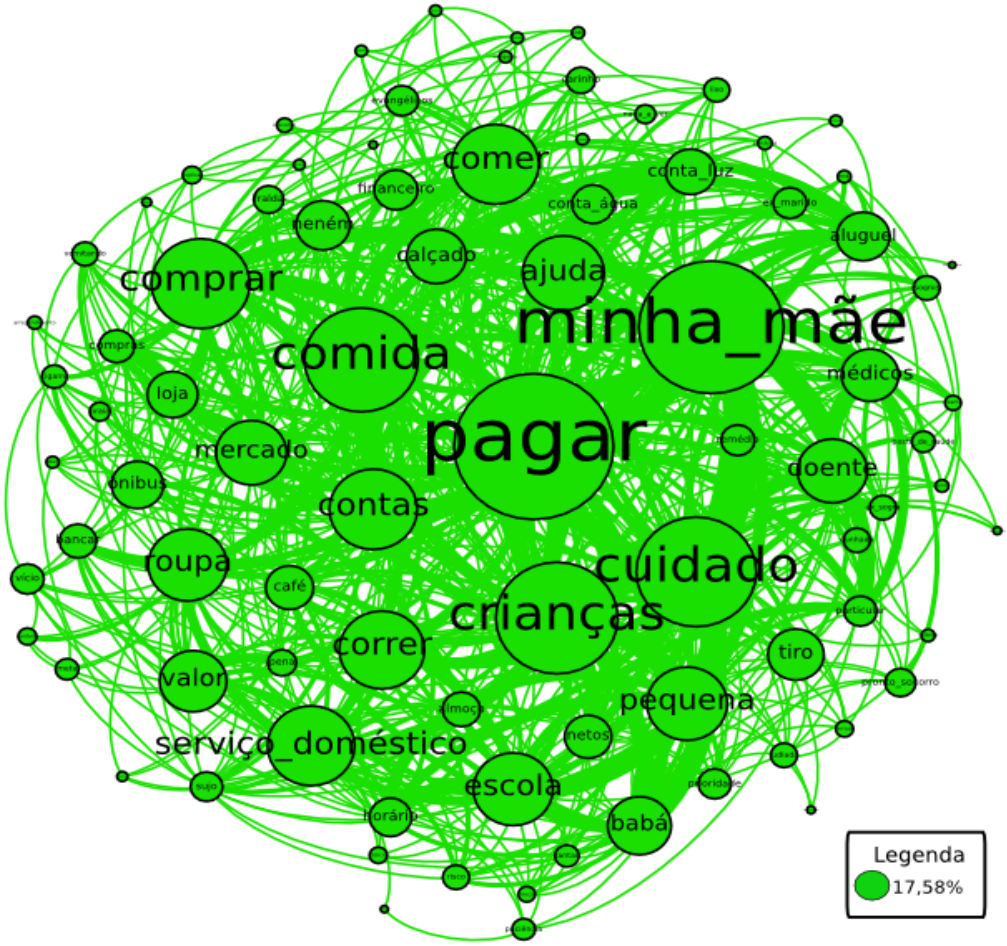
Com 495 palavras e 13.614 arestas, este grafo torna evidente a centralidade de palavras mais utilizadas em cada frase do discurso das mulheres prostitutas mães. Entretanto, este não é o produto final a ser analisado, já que a intenção é analisar as entrevistas a partir da categorização (BARDIN, 2002). Neste primeiro momento é importante deixar claro que fora utilizado o algoritmo de detecção de comunidades que para Silva, E. e Silva, J. (2016, p. 142): “são conjuntos de nós cuja relação intra é mais densa do que a relação extracomunidade.”

A divisão entre comunidades permite analisar as palavras que aparecem juntas no discurso e revelam um sentido que não é individual de cada palavra, mas coletivo em relação ao discurso. O *Gephi* utiliza dois métodos para identificar comunidades, o método *Girvan-Newman* e o *Blondel*, utilizamos o segundo método

que é a otimização da modularidade, ou seja, agrupa os nós em comunidades mais próximas (GUERREIRO, 2012).

Nesta rede de palavras temos três comunidades, a primeira com 42,02% que retrata a experiência na prostituição; a segunda com 40,40% que evidencia a vivência do cotidiano no espaço privado; já na terceira, com 17,58% fica claro o cuidado com os filhos. Um ponto importante na utilização de comunidades é que quando analisamos apenas uma comunidade, as arestas entre outras comunidades são apagadas, como evidencia a imagem 10:

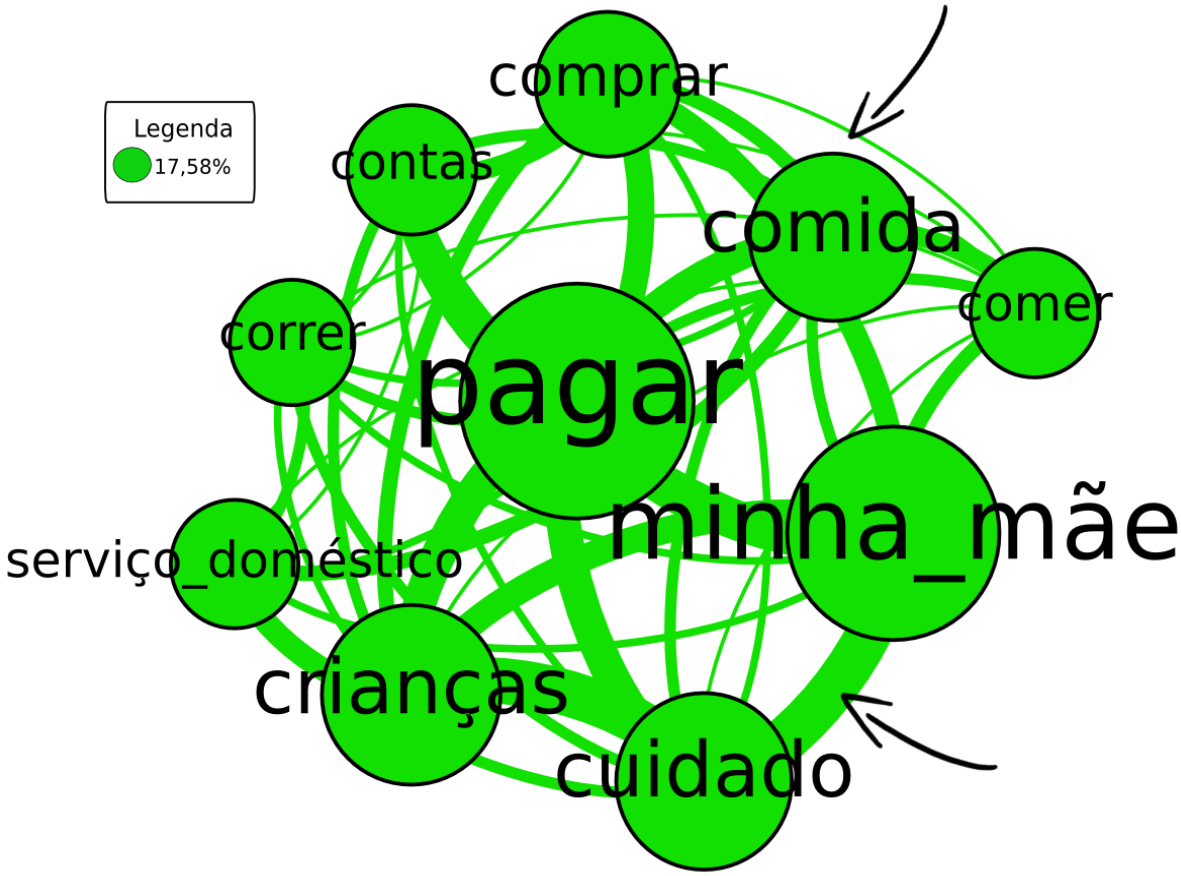
Imagem 10 – Comunidade de Palavras Sobre o Cuidado com os Filhos



Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Como já demonstrado, a rede geral contou com 495 palavras (nós) e 13.614 arestas, já a rede da comunidade demonstrada na imagem 10 conta com 87 nós e 688 arestas. No transcorrer desta tese serão trabalhados os grafos de maneira geral, por comunidades e também pelo peso que é a força de ligação entre uma categoria e outra e entre uma comunidade ou entre as demais comunidades (GUERREIRO, 2012). Esta última forma de trabalhar os discursos vai mostrar, a partir de um número (tabela) ou de uma aresta (grafo), o peso entre as categorias/palavras, ou seja, a expressividade da ligação entre os nós, conforme evidencia a imagem 11:

Imagem 11 – Comunidade de Palavras com Nós e Arestas Mais e Menos Expressiva no Discurso

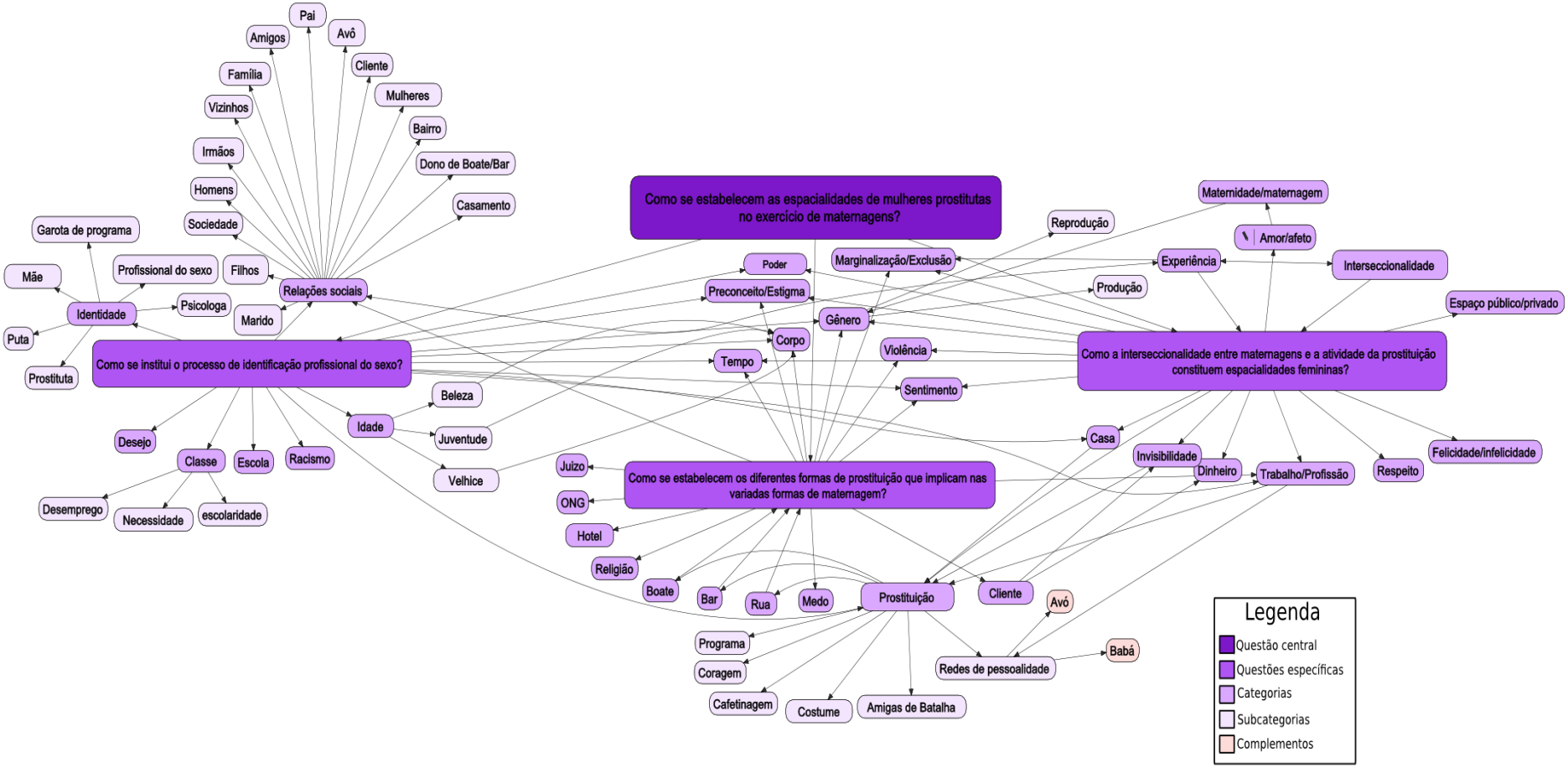


Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Esta rede conta com 10 nós e 44 arestas, é a mais expressiva no discurso sobre o cuidado com os filhos (comunidade específica). A seta superior identifica uma aresta com um peso baixo entre as palavras comprar e comer, já a seta situada abaixo da imagem identifica uma aresta com um peso alto entre as palavras cuidado e minha mãe. Assim, a força de ligação entre comprar e comer é baixa, enquanto que a força de ligação entre as palavras cuidado e minha mãe são altas.

Após analisarmos a frequência e a relação entre as palavras mais utilizadas em uma mesma frase, revelando centralidades nos discursos das mulheres prostitutas mães, seguimos para a quarta fase desta metodologia que está relacionada à produção de um mapa mental. Com o auxílio do programa *Visual Understanding Environment* (VUE) é realizada uma mediação entre as palavras mais utilizadas nos discursos e conceitos. O mapa mental (imagem 12) será utilizado como base para o estabelecimento de categorias discursivas para que possamos buscar as evocações e realizar a categorização das entrevistas.

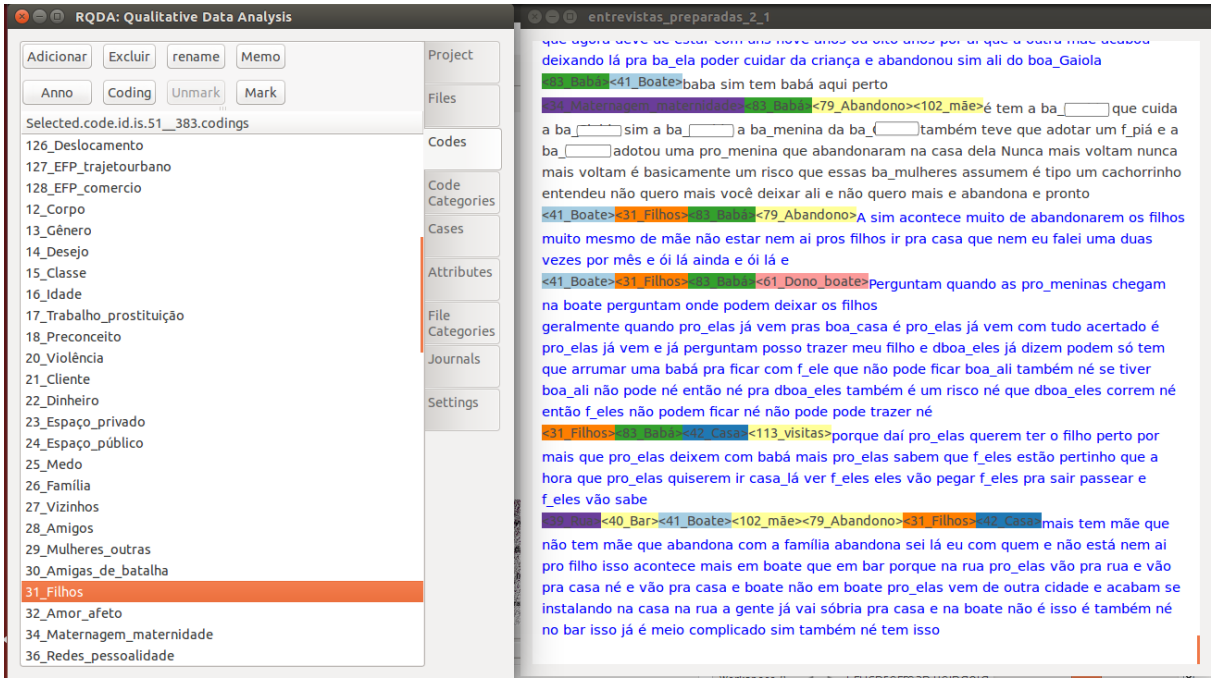
Imagem 12 – Mapa Mental para Identificação das Categorias Discursivas



Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Após montar o mapa mental a partir das palavras mais utilizadas nos discursos e os conceitos centrais para a análise do fenômeno, iniciamos a quinta fase da pesquisa, que é a categorização a partir das perspectivas de Bardin (2002). Para esta fase, utilizamos o *software* livre RQDA (*Package for Qualitative Data Analysis*). Com interface muito simples, este *software* permite que possamos fazer a marcação de frases por categoria que foi extraída do mapa mental, conforme aponta a imagem 13:

Imagem 13 – Interface do Software Livre RQDA[28]



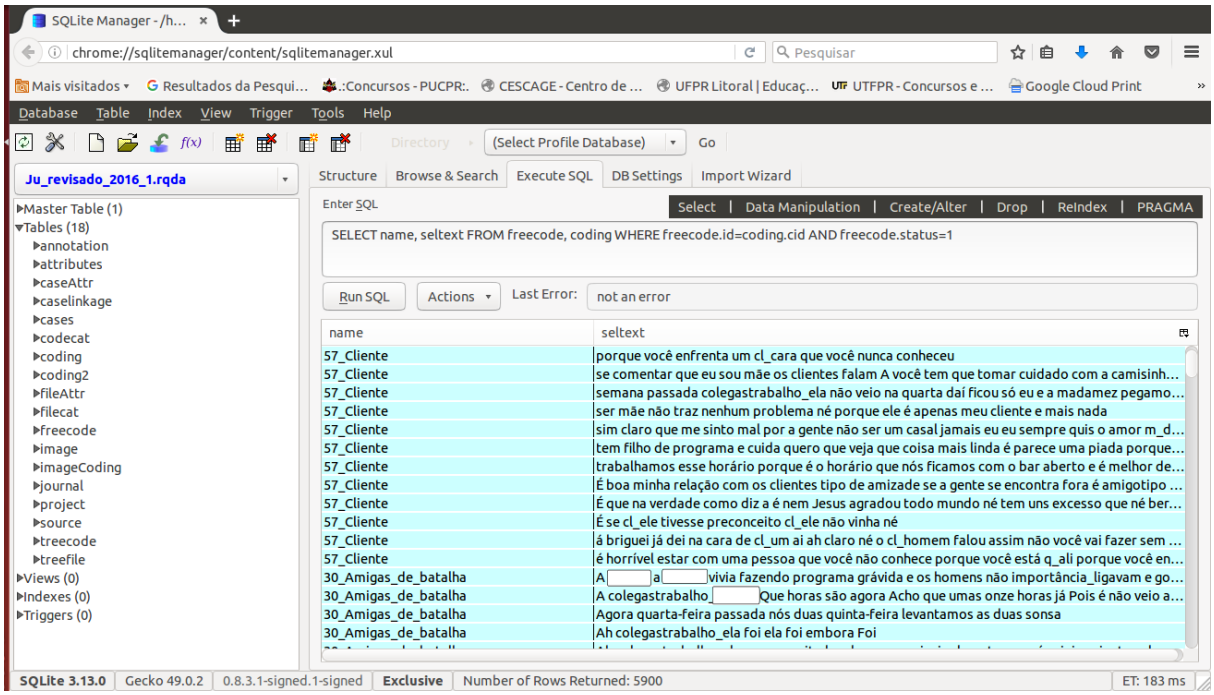
Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Após a inserção das entrevistas no RQDA e sua categorização, fora utilizado o *software* livre SQLITE que permite cruzamento de dados em SQL (linguagem de banco de dados), já que os dados produzidos no RQDA devem ser exportados em planilhas para inserção no *Gephi*. Com o SQLITE, além da transformação dos dados em SQL, fora utilizada a tabela final para o recorte de trechos de entrevistas para a utilização no decorrer da produção da tese. A imagem 14 evidencia a interface do programa.

28

Foram ocultados nomes verdadeiros nesta imagem.

Imagem 14 – Banco de Dados do SQLITE das Entrevistas Categorizadas[29]



Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Feitos todos os procedimentos com as categorias nos *softwares* RQDA e SQLITE, foram importadas as planilhas para o *Gephi*. Destacamos que o primeiro processo realizado no *Gephi* (grafo de palavras) foi totalmente automatizado e não teve a intervenção da pesquisadora para a produção de ligações e intensidades de palavras no discurso das mulheres prostitutas mães. Já neste último processo, devemos destacar que esteve presente a capacidade da pesquisadora de interpretar o discurso a partir da categorização. Neste sentido, Silva e Silva (2016, p. 144) argumentam que:

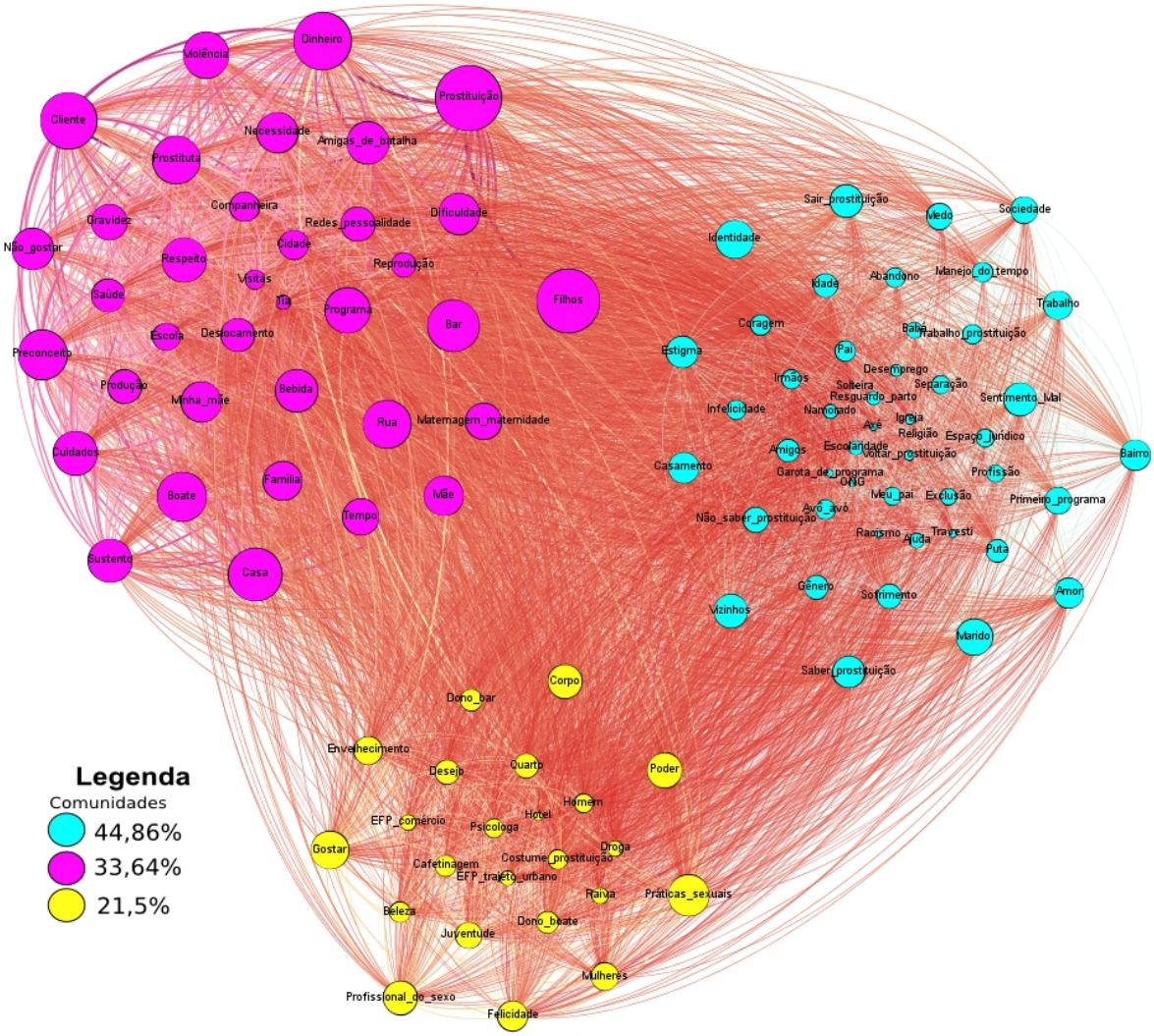
> […] a análise de frequência e de relação revela estruturas presentes em um conjunto de textos, entretanto, grosso modo, uma parte dos sentidos produzidos se perde. A grande vantagem da aplicação dessa técnica é que esses sentidos são produzidos apenas a partir das falas dos depoentes ou entrevistados, sem intervenção do pesquisador e, portanto, sem pressupostos teóricos pré-formulados. Feita esta observação, temos de admitir que a capacidade humana de interpretar a frase ainda não foi igualada por qualquer procedimento automatizado.

[29] Foram ocultados nomes verdadeiros nesta imagem.

Acreditamos que nenhuma metodologia é capaz de evidenciar 100% a realidade de um fenômeno, mas pode dar ênfase a aspectos da realidade que muitas vezes não são observados no cotidiano. Acreditamos também que a aproximação entre a rede de palavras e a rede de categorias é uma forma de explicitar o fenômeno a partir de uma outra visão, que se distancia do senso comum a partir da complexidade entre empiria e teoria.

Na imagem 15, fica exposta a rede de categorias e o produto final que será analisado. A proximidade entre a rede de palavras e a rede de categorias é um elemento que deve ser levado em consideração, pois efetiva a relação entre teoria e empiria.

Imagem 15 – Grafo Geral de Categorias Discursivas Separado em Comunidades



Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

A respeito deste grafos de categorias (que neste caso contam com 107 nós e 5.652 arestas), Silva, E. e Silva, J. (2016) demonstram que as categorias (palavra em cada nó) são as representações dos temas mais expressivos utilizadas no texto. Conforme estes autores há uma aproximação por gravidade das categorias mais utilizadas e a partir destas aproximações podemos fazer uma imensidão de recortes, possibilitando muitas análises.

Para esta pesquisa, inicialmente a rede geral apontou três comunidades muito bem definidas de categorias discursivas, tais quais: a comunidade 0, com 44,86% que indicam as relações com a espacialidade do bairro e da casa; a comunidade 1, com 33,64% da rede geral que evidencia as relações na espacialidade da prostituição e a categoria 3, com 21,5% que expressam uma relação práticas sexuais e poder a partir da espacialidade do quarto.

As três comunidades foram o resultado da execução do identificador de modularidade com resolução 1.0, que é um padrão do programa *Gephi*, que trouxeram padrões interessantes para a análise do tema pesquisado. Para o *layout* deste grafo fora utilizado a distribuição *Force Atlas 2* que é o mais indicado para trabalhar em comunidades, pois utiliza os algoritmos mais próximos, aproximando as categorias com maior relação. Fora ativado a opção 'evitar sobreposição' e 'Ajuste de rótulos' para que não houvesse uma sobreposição de rótulos e de nós. Entretanto para os demais grafos será utilizado a opção de *layout Fruchterman Reingold* que direciona a força dos nós como se fosse uma mola, esticando e comprimindo a partir do peso ponderado do nó em relação a outro[30].

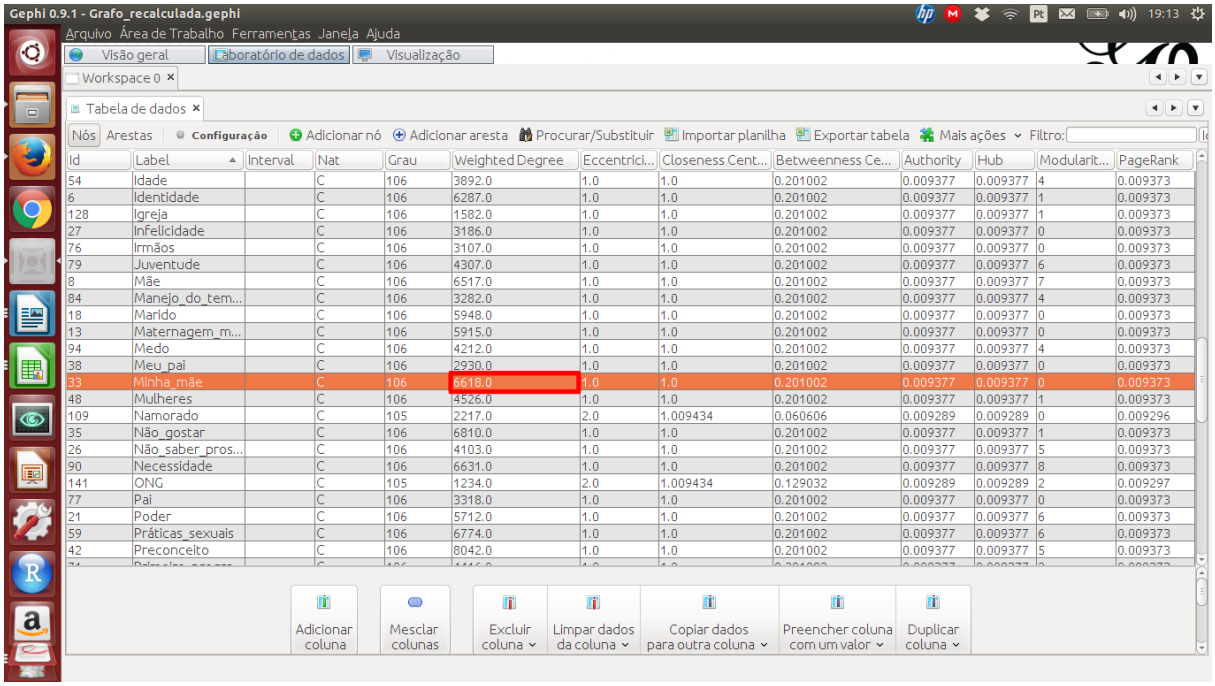
Além dos grafos, toda a rede tem uma tabela de dados numéricos que também será utilizada para a discussão das entrevistas realizadas, a partir do grau médio (ponderado) de cada nó e do peso da aresta. O grau é o número de conexões que um nó tem e o grau médio (*weighted degree)* é a média de todos os nós conectados a um determinado nó (GUERREIRO, 2012 e GABARDO, 2015). O peso (*weight)* da aresta, como já explicado, é a força de ligação entre dois nós.

Assim, a relação matemática entre as palavras é uma importante base de dados que irá complementar os grafos. As imagens 16 e 17 demonstram a tabela de dados:

---

[30] Disponível em: <https://github.com/gephi/gephi/wiki/Fruchterman-Reingold> Acesso em: 28 de Janeiro de 2017.

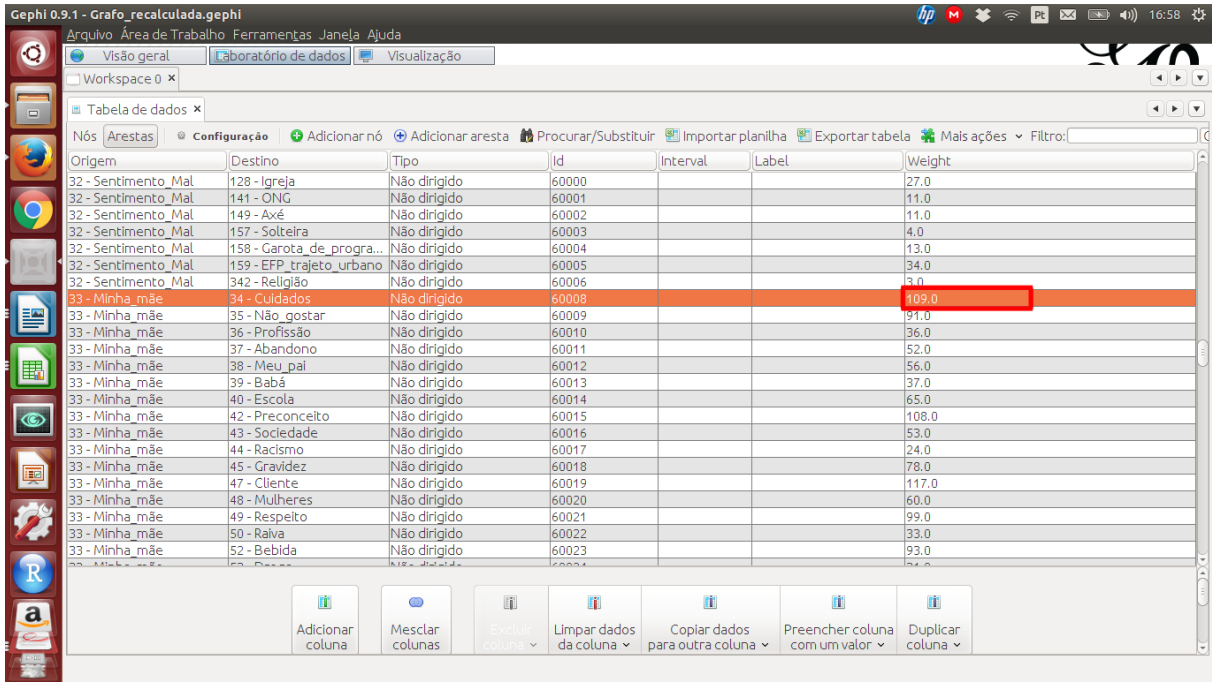
Imagem 16 – Laboratórios de Dados de Nós das Categorias Discursivas



Id	Label	Interval	Nat	Grau	Weighted Degree	Eccentrici...	Closeness Cent...	Betweenness Ce...	Authority	Hub	Modularit...	PageRank
54	Idade		C	106	3892.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	4	0.009373
6	Identidade		C	106	6287.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	1	0.009373
128	Igreja		C	106	1582.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	1	0.009373
27	Infelicidade		C	106	3186.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	0	0.009373
76	Irmãos		C	106	3107.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	0	0.009373
79	Juventude		C	106	4307.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	6	0.009373
8	Mãe		C	106	6517.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	7	0.009373
84	Manejo_do_tem...		C	106	3282.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	4	0.009373
18	Marido		C	106	5948.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	0	0.009373
13	Maternagem_m...		C	106	5915.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	0	0.009373
94	Medo		C	106	4212.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	4	0.009373
38	Meu_pai		C	106	2930.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	0	0.009373
33	Minha_mãe		C	106	6618.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	0	0.009373
48	Mulheres		C	106	4526.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	1	0.009373
109	Namorado		C	105	2217.0	2.0	1.009434	0.060606	0.009289	0.009289	0	0.009296
35	Não_gostar		C	106	6810.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	1	0.009373
26	Não_saber_pros...		C	106	4103.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	5	0.009373
90	Necessidade		C	106	6631.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	8	0.009373
141	ONG		C	105	1234.0	2.0	1.009434	0.129032	0.009289	0.009289	2	0.009297
77	Pai		C	106	3318.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	0	0.009373
21	Poder		C	106	5712.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	6	0.009373
59	Práticas_sexuais		C	106	6774.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	6	0.009373
42	Preconceito		C	106	8042.0	1.0	1.0	0.201002	0.009377	0.009377	5	0.009373

Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

Imagem 17 - Laboratórios de Dados de Arestas das Categorias Discursivas



Origem	Destino	Tipo	Id	Interval	Label	Weight
32 - Sentimento_Mal	128 - Igreja	Não dirigido	60000			27.0
32 - Sentimento_Mal	141 - ONG	Não dirigido	60001			11.0
32 - Sentimento_Mal	149 - Axé	Não dirigido	60002			11.0
32 - Sentimento_Mal	157 - Solteira	Não dirigido	60003			4.0
32 - Sentimento_Mal	158 - Garota_de_progra...	Não dirigido	60004			13.0
32 - Sentimento_Mal	159 - EFP_trajeto_urbano	Não dirigido	60005			34.0
32 - Sentimento_Mal	342 - Religião	Não dirigido	60006			3.0
33 - Minha_mãe	34 - Cuidados	Não dirigido	60008			109.0
33 - Minha_mãe	35 - Não_gostar	Não dirigido	60009			91.0
33 - Minha_mãe	36 - Profissão	Não dirigido	60010			36.0
33 - Minha_mãe	37 - Abandono	Não dirigido	60011			52.0
33 - Minha_mãe	38 - Meu_pai	Não dirigido	60012			56.0
33 - Minha_mãe	39 - Babá	Não dirigido	60013			37.0
33 - Minha_mãe	40 - Escola	Não dirigido	60014			65.0
33 - Minha_mãe	42 - Preconceito	Não dirigido	60015			108.0
33 - Minha_mãe	43 - Sociedade	Não dirigido	60016			53.0
33 - Minha_mãe	44 - Racismo	Não dirigido	60017			24.0
33 - Minha_mãe	45 - Gravidez	Não dirigido	60018			78.0
33 - Minha_mãe	47 - Cliente	Não dirigido	60019			117.0
33 - Minha_mãe	48 - Mulheres	Não dirigido	60020			60.0
33 - Minha_mãe	49 - Respeito	Não dirigido	60021			99.0
33 - Minha_mãe	50 - Raiva	Não dirigido	60022			33.0
33 - Minha_mãe	52 - Bebida	Não dirigido	60023			93.0

Fonte: Entrevistas realizadas entre 2013 e 2014.
Organização: PRZYBYSZ, J. e SILVA, E. A.

O cruzamento dos dados matemáticos, que pode ser visto e analisado a partir do laboratório de dados do *Gephi*, é importante para o desenvolvimento da pesquisa e proporciona um maior entendimento sobre o fenômeno pesquisado. Cada categoria (nó) relacionada com palavras da frase categorizada gera uma aresta que liga a outra categoria, possibilitando uma análise matemática e também visual dos dados.

A última fase da pesquisa está relacionada com a busca de trechos do discurso, no documento original, que afirmem ou contradigam o que é expressivo no grafo ou até mesmo que desconstruam teorias e o senso comum. A possibilidade de associar o discurso original das mulheres prostitutas mães às técnicas de análise discursiva trazem à tona fenômenos que podem rechaçar ou reforçar teorias. A possibilidade de exploração desta metodologia permite um aprofundamento de análise discursiva e o aumento da velocidade de análise de dados (SILVA, E. e SILVA, J., 2016).

Sendo a prostituição uma diversidade de acontecimentos, permeada pelo estigma, preconceito, violência, mas principalmente entrelaçada pela experiência da vida cotidiana que envolve sentimentos, amores, maternagens, prazer, poder, sustento e mais uma imensidão de acontecimentos e estórias invisibilizadas, faz com que esta metodologia torne-se peça central para este trabalho.

Este capítulo trouxe os caminhos percorridos durante a construção do trabalho, em que se buscou uma compreensão do objeto de pesquisa a partir da trajetória do sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados, considerando a posicionalidade, reflexibilidade e metodologia científica. Além disso, a ênfase dada a metodologia permitiu dar voz às mulheres prostitutas mães, o que tornou a nossa pesquisa mais próxima da realidade.

CAPÍTULO 2
ESPAÇO, GÊNERO, PROSTITUIÇÃO FEMININA E MATERNAGEM: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Compreender as espacialidades vivenciadas por mulheres prostitutas no exercício de maternagens traz à tona uma série de importantes discussões, já que a realidade vivida por estas mulheres transpassa as normas de gênero e sexualidade, identidades, espaço doméstico e espaços de prostituição, estigma e a própria prostituição. Esta última tem sido motivo de intensos e calorosos debates, uma vez que não é uma prática proibida, porém também não é bem aceita socialmente. Neste sentido, este capítulo tem como objetivo discutir os conceitos que sustentam esta tese, a fim de que possamos compreender como a interseccionalidade entre as identidades de prostituta e de mãe instituem as espacialidades destas mulheres.

As identidades de prostituta e mãe têm sido reconhecidas socialmente como contraditórias, uma vez que ao se prostituir a mulher torna-se sinônimo de má, isto é, desviada, tal conotação se dá porque *a priori* quem tem essa profissão não cumpre com os papéis sociais instituídos às boas mulheres. Noutros termos, o papel de boa mulher está notadamente relacionado ao de boa mãe, boa esposa e cuidadora da prole e da casa, tudo o que uma mulher prostituta não consegue ser devido ao exercício da atividade. Esta dicotomia entre a boa mulher e a má mulher, dentre outras, está relacionada às normas de gênero e sexualidade em que se separam estas identidades, marginalizando e excluindo as mulheres que não seguem os padrões.

As construções das normas de gênero e sexualidade são definidas e concomitantemente definem espaços e espacialidades, isso porque, como aponta Massey (2008), o espaço é construído através de práticas sociais e ao mesmo tempo as constroem. O espaço é um importante conceito para compreender as normas de gênero e sexualidade, pois, conforme evidencia Silva (2009a), as relações de gênero e sexualidade são complexificadas quando as compreendemos a partir do espaço e tempo. Compreender o espaço pelo viés das relações de gênero e sexualidade é uma demanda essencial, já que tais relações variam de acordo com a vivência dos espaços cotidianos.

Estas construções espaciais de gênero e sexualidade que são dicotômicas

trazem à tona a própria divisão do ambiente a partir do espaço público e do privado, já que o público está relacionado à política, igualdade e razão comum, ou seja, relacionado ao masculino, enquanto o privado está associado à liberdade individual, e, cuidados e apolítico estão reservados às mulheres, já que estas são a emoção e não a razão. Compreender o espaço público privado de forma dicotômica e muitas vezes enquanto contrários exclui uma diversidade de relações espaciais e invisibiliza problemas sociais principalmente relacionados à vivência espacial de mulheres. É nesta perspectiva, que as geógrafas feministas discutem sobre a invisibilidade teórica envolvendo o espaço privado e sua imbricação com o espaço público.

A imbricação entre espaço público privado remonta uma relação escalar, sendo a escala um conceito importante para compreender o fenômeno da prostituição e maternagens, já que a prostituta é considerada uma mulher pública, por não exercer o seu papel de esposa e cuidadora da prole, e a mãe a mulher privada. Neste sentido, o fenômeno envolvendo o exercício da prostituição por mulheres mães é uma forma de compreender as relações entre espaço público privado, uma vez que a vivência espacial destas mulheres é a materialização da construção destas dicotomias, pois vivenciando de forma interseccional suas identidades de boas prostitutas e boas mães desestabilizam as normas de gênero e sexualidade e as dicotomias do que é público e do que é privado.

Assim, buscando compreender os conceitos que sustentam esta pesquisa, este capítulo foi dividido em três seções. A primeira parte traz uma discussão sobre a dicotomia e a relação entre o espaço público privado à luz das geografias feministas. A segunda seção está relacionada ao conceito de escala, sendo a chave para compreender a relação entre espaço público privado. Por fim, a terceira seção traz as discussões sobre prostituição e maternagens a partir da concepção de gênero e sexualidade.

2.1 - Tensionando a Visão Dicotômica do Espaço a Partir das Geografias Feministas

A ciência geográfica tem uma longa tradição nas discussões sobre espaço, mais especificamente em relação ao espaço público. Esta tradição pode ser vista a partir da própria história do pensamento geográfico, em que, na geografia tradicional, a descrição da natureza e da sua relação com o homem, revela o início

de um processo que caracteriza o espaço enquanto algo fixo.

Com o foco no espaço urbano e economia, nas mais variadas escalas, muitos geógrafos têm pautado seus estudos nas relações que envolvem o espaço público, tais quais: David Harvey (1980; 1993), Yi-Fu Tuan (1980; 1983), Don Mitchell (1995; 1996; 2003), Milton Santos (1977; 1979; 1988), Milton Santos e Maria Adélia Souza (1986), Marcelo José Lopes de Souza (2006), Roberto Lobato Corrêa (1997; 2003), Paulo Cesar da Costa Gomes (2002). Mesmo que alguns geógrafos, como Yi-Fu Tuan, tenham dado um passo importante em relação ao sentimento de pertencimento, vida cotidiana e significados do mundo em que vivemos, dando ênfase aos processos subjetivos a partir da relação homem-meio (TUAN, 1980), a abordagem em relação ao espaço privado ainda é incipiente. Ainda que estes autores não tratem especificamente sobre o conceito de espaço público, é fato que cada teoria discutida traz imbricações relacionadas a ele e não ao espaço privado.

Historicamente as relações que são construídas através do espaço privado têm sido deixadas de lado. Certeau, Mayol e Giard (1996), em *A Invenção do Cotidiano 2*, deram passos importantes ao abordar em um livro de microhistórias que perpassam da esfera privada para a esfera pública. Para Mayol (1996), no capítulo I, *O Bairro*, a "encenação da vida cotidiana" desenrola-se no espaço público e são as relações de cotidianidade e objetos que unem espaços públicos e privados.

Para este autor, a vida cotidiana organiza-se a partir dos comportamentos e de benefícios simbólicos. Os comportamentos, conforme ele, são visíveis no espaço social e se traduzem em códigos que conduzem à vida social. Assim, a maneira como nos comportamos gera benefícios simbólicos que são enraizados na tradição cultural. A partir do conceito de conveniência, que para o autor é:

> um compromisso pela qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse "preço a pagar" (saber "comportar-se", ser "conveniente"), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana. (MAYOL, 1996, p. 39).

O espaço do bairro passa a ser uma porção do espaço público em que as pulsões individuais são mais ou menos anárquicas, já que o uso cotidiano permite sua particularização se insinuando como espaço privado pelos sentimentos, identidade e interpessoalidades, permitindo compreender a associação entre o

espaço público privado enquanto uma relação, onde “o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público” (MAYOL, 1996, p. 42).

Levando em conta que as associações pessoais e cotidianas influenciam diretamente o espaço público e o esquecimento político das relações sociais privadas, as geografias feministas se voltam para a teorização do espaço privado, espaço público e a correspondência entre eles a partir das vinculações de gênero e sexualidade, já que a ciência geográfica por muito tempo deu ênfase apenas a modelos estabelecidos através do espaço público.

A dicotomia entre espaço público e privado tem sido alvo de amplo debate e pouco a pouco vem sendo reconhecida como em Mitchel (1995), Giroux (2001), Fraser, B. (2007), Goheen (1998), Cohen e O'Byrne (2013). Entretanto, estas discussões, através das mais diferentes linhas de pensamento sobre espaço público e privado têm emergido fora do Brasil, sendo incipientes em nosso país. A tradição dos estudos relacionados ao espaço público no Brasil não tem levado em consideração qualquer tipo de relação ou discussão sobre espaço privado, além disso, não reconhecem o espaço público sendo construído a partir do próprio espaço privado.

Em uma breve pesquisa no banco de dados feita pela pesquisadora Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar do Grupo de Estudos Territoriais (CESAR, 2013 e SILVA, et al, 2013) a partir do levantamento de 13.990 títulos de artigos, publicados entre os anos de 1974 a 2015, nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 das revistas de Geografia no Brasil, podemos identificar a baixa produção de artigos relacionados a temas sobre espaço privado[31].

Dos treze mil novecentos e noventa títulos levantados, apenas quarenta e três continham no título as palavras 'espaço público'. Estes artigos trazem temáticas relacionadas ao espaço urbano a partir da dimensão simbólica da cidade (23,2%), a produção do espaço urbano (16,3%), formação de territórios (18,6%), uso do espaço urbano (21%), acesso a cidade (9,3%), privatização do espaço público (4,6%) e outros temas (7%).

Neste mesmo levantamento não foi encontrado nenhum artigo com o título contendo as palavras 'espaço privado'. Já com as palavras 'espaço público e privado', surgiram três artigos, sendo que dois deles fazem uma relação entre o espaço público e privado a partir da geografia feminista (PRZYBYSZ, 2009;

[31] Segue, no anexo 3, a tabela contendo os dados sobre os artigos levantados.

PRZYBYSZ, 2012) e o outro traz a relação público/privado a partir da vivência dos moradores de rua em uma praça (BENADUCE, 2009[32]). Estes dados evidenciam que não há discussões suficientes em relação ao espaço privado enquanto espacialidade, isto é, espaço político, assim como não há discussões que fazem uma relação entre estes espaços.

Neste sentido, pretendemos avançar com as discussões atreladas aos conceitos de espaço público/privado e sua relação. No Brasil, como já visto, dá-se ênfase às discussões de espaço público, onde o espaço privado é utilizado para fundamentar conceitualmente o espaço público, mostrando o que este espaço não é, sem levar em conta a existência de relações. Compreendemos que as pesquisas e estudos sobre o espaço público são essenciais, entretanto, vêm sendo colocadas em primeiro plano por geógrafos, excluindo as relações público/privado.

Gomes (2002), ao fazer uma discussão relacionada à cidadania e à configuração espacial, coloca que a condição cidadã surge do embate entre os moradores da cidade de Atenas, contra a oligarquia rural que controlava a política da época. Nesta época houve uma reorganização do poder a partir da luta travada pelos *genos*[33] e as *fratrias*[34] que colocavam um novo valor social, o de igualdades sociais e espaciais. Com esta mudança, o fenômeno espacial por meio da reorganização social torna-se cofundador do fenômeno político. Para o autor:

> Primeiramente, sabemos que as reformas de Clístenes, quase consensualmente concebidas como o momento fundador da democracia grega, consistiram essencialmente na substituição da representação política baseada nas tribos gentílicas por uma representação da base espacial, ou seja, estabelecida por uma divisão territorial, e não mais por uma divisão que respeitava as fronteiras sanguíneas e de afinidades definidas pelos genos. Importa, pois, perceber aqui a relevância fundadora dessa divisão territorial, vista como um momento original de um fato político, no caso um dos fundamentos maiores da democracia. Importa também assinalar que a partir desse momento original surge uma nova categoria ou estatuto do espaço, o espaço público, lugar dessa nova ordem social. Assim, não parece exagerado afirmar que foi a partir da disposição de uma nova ordem espacial que se fundou esse momento político. (GOMES, 2002, p. 133).

A divisão territorial, dinâmica e a reconfiguração das 'tribos' dão origem a

---

[32] O artigo está presente no banco de dados levantado por Cesar (2013) e Silva et al (2013) entretanto não está mais disponível on-line, por isso essa referência não está na lista final. Para as discussões somente tivemos acesso a dissertação da autora.

[33] Organização pautada nas regras de filiação comum, ou seja, de um único antepassado (pai) com uma organização em comunidade particular e a partir de instituições sociais e religiosas próprias. (ENGELS, 1997).

[34] Organização de várias genos. As *fatrias* surgiram depois do crescimento populacional dentro dos diversos genos (ENGELS, 1997).

democracia e a cidadania. Segundo o autor, ser cidadão é habitar a cidade, onde esta se dispõe por meio de lugares próprios, os espaços públicos. As necessidades para a reprodução social são imposições da própria dinâmica social, de regras de acesso e controles espaciais às práticas sociais, que são territoriais e constituem a ordem espacial. Assim, a vida social se dá a partir de uma compreensão territorial de organização.

Neste sentido, o autor expõe que:

> Dois valores fundamentais surgem com base desse no Estado: liberdade e igualdade. Estes dois valores dividem duas esferas da vida social, a esfera privada dos indivíduos, a quem cabe o exercício da liberdade, e a esfera pública, asseguradora das condições de igualdade. Desde então, as relações com o espaço são pensadas em termos de redes institucionais, que significam a presença do Estado em todo o território. (GOMES, 2002, p. 149).

A ideia de liberdade e igualdade deu ao espaço público uma organização própria, um estilo próprio, podendo ser teorizado de diversas formas. Para o autor, há três erros recorrentes ao teorizar o espaço público: primeiro, enquanto contrário de espaço privado, tendo ordens espaciais diferenciadas não pode ser pensado como contrários; segundo, enquanto delimitação e regulamentação de espaços enquanto públicos, lembra que a lei não precede o espaço; e, em terceiro, o espaço público não deve ser compreendido enquanto livre acesso, pois nem todos os locais considerados públicos são abertos, tendo, alguns, regras de acesso.

Para Gomes (2002), os atributos do espaço público estão ligados a tudo o que tem relação com a vida pública, é o lugar do discurso político por meio da presença de indivíduos que apresentam capacidade de razão comum, ou seja, uma linguagem pública. Assim, o espaço público é onde os problemas se apresentam e se resolvem a partir da dimensão pública. Esta definição aponta para o espaço privado enquanto apolítico, sem capacidade de razão comum, favorecendo a invisibilidade das espacialidades vividas no espaço privado e a própria base para vida pública.

O autor ainda discute que o espaço público é marcado pelo imaterial e pelo material, onde o físico se torna o *locus* da lei e as regras de civilidade estão postas e devem ser seguidas. Esta relação que coloca o espaço público enquanto um lugar de indiferença, em que tudo deve ser submetido às leis, suspendendo as questões que envolvem o íntimo e ao mesmo tempo permitindo o desenvolvimento da

individualidade a partir da sociabilidade, torna a cidade um espaço de cotidianidade regulada, sendo o espaço público “terreno fundamental da vida social democrática” (GOMES, 2002, p. 164).

Para o autor, a instituição do espaço público se deu a partir de duas frentes, a primeira relacionada às Leis e a segunda de domínio em relação à esfera privada, sendo esta última importante apenas para a construção da sociabilidade, dada antes da construção epistemológica da 'vida privada'. Diante disso, o autor enfatiza a importância das relações entre espaço público e a Geografia:

> Um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável de formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. (GOMES, 2002, p. 172).

É a partir desta noção de espaço público que a geografia brasileira vem se construindo nos últimos anos. O espaço público enquanto político, onde as dinâmicas sociais acontecem, enquanto a morada do homem, como os lugares identificados pela indiferença, em que as regras generalizam as vivências espaciais tornando-as indiferentes à individualidade e experiência e notadamente excluindo o indivíduo da organização social do próprio espaço público.

Seguindo a mesma linha estruturalista de Gomes (2002), mas divergindo da discussão do espaço público enquanto político, Serpa (2013) observa que se todos têm acesso aos espaços públicos enquanto indiferentes, lugares para todos sem restrições, estes se tornam sem valor político. Levando em consideração o espaço público enquanto um encontro de diferentes modos de vidas que criam segregações a partir do que se é ideal, há a formação de territórios que marcam desigualdades e isso está intimamente relacionada com as questões de classe, consumo e estilos de vida, ou seja, de segregação.

Para Serpa (2013), a marcação de diferentes territórios justapostos no espaço público a partir das relações de poder não caracteriza uma ação política, mas revela um processo de segregação que anula a interação social e descontextualiza o espaço público enquanto generalização de vivências espaciais. Conforme ele, a territorialidade só é definida na alteridade e laços identitários, sendo assim:

> No espaço público da cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. (SERPA, 2004, p. 26).

De acordo com Serpa (2004), o espaço público torna-se a exteriorização da privacidade, já que são os estilos de vida que tornam as diferenças evidentes. Sem conceitualizar o espaço privado, o autor mostra que “os usuários do espaço contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa” (SERPA, 2004 p. 187). Essa amplificação da esfera privada 'neutraliza' ou causa uma erosão na esfera pública, significando o espaço público como social e não político, já que o cotidiano a partir da afetividade, corpo, prazer e sonho, também são estratégias de Estado (em relação à classe média) para a produção de mais segregação.

Gomes (2002) e Serpa (2004; 2008 e 2013) destacam formas diferenciadas de pensar o espaço público, as quais não devem ser descartadas, pois são importantes para pensar determinadas realidades. O fato é que o espaço público não é somente materialidade, ao contrário, são construções sociais, de poder, políticas e de normas que são/estão imbricadas na vida de todas as pessoas. O espaço privado, que não está do outro lado, faz parte destas mesmas relações e é o que constrói e remonta o espaço público, não podendo ser pensado enquanto individualidade e liberdade, pois está imbricado das mesmas relações sociais, de poder, políticas e de normas. Todas estas relações dependem das diferentes identidades, das experiências, do tempo e do espaço que cada pessoa vivencia, criando experiências que são exteriorizadas nas mais diversas espacialidades, sem distinção entre o que é público e o que é privado.

Para Fraser, N. (2010), os discursos sobre o espaço público têm sido pensados enquanto descorporificados, retirando o processo de abstração social em relação à produção e reprodução do espaço urbano. Segundo ele, é crucial compreender que as práticas espaciais a partir dos processos de abstração são forças imbricadas na construção da materialidade e que levar em consideração somente a materialidade na divisão espacial pública e privada é fechar os olhos para

a produção e reprodução do espaço. Enfim, não há como retirar o fluxo da experiência e relações de poder de certas discussões e por isso não há como se pensar a esfera pública sem sua relação com a esfera privada.

Conforme o autor, tem sido difícil para muitos geógrafos aceitar que é por meio da experiência e das relações de poder que se produz a materialidade do espaço. Compreende-se que esta dificuldade é inerente a ciência geográfica, principalmente a brasileira, já que as relações espaciais através da esfera pública vêm sendo priorizadas a partir da materialidade, sem levar em conta expressões da experiência, excluindo e marginalizando as relações existentes entre espaço público e espaço privado, enquanto constituidor da própria espacialidade urbana.

Seguindo o caminho do espaço público como anterior à própria espacialidade humana, Goheen (1998) coloca que na cidade moderna o espaço público é controverso e carregado de significados que buscam valorizar o coletivo, atribuindo simbologias e assegurando a possibilidade de reivindicações. Os valores do espaço público, que já são previamente existentes, são aqueles dotados de generalizações e significações que expressam atitudes e reivindicações para propósitos próprios, tornando-se significativo, dinâmico e sujeito a ajustes, por isso está sempre em negociação.

Segundo esta mesma autora, na literatura urbana atual há duas formas de pensar o espaço público para a condução da vida na cidade moderna. A primeira, a partir de Richard Sennett (1992) em que o interesse dos cidadãos no espaço público têm diminuído devido à retirada destes da participação em debates públicos, consequentemente políticos. Essa relação tem a ver com o capitalismo e os direitos a cidadania. O espaço público seria uma instância de visibilidade política e pública para grupos que buscam reconhecimento, entretanto, este valor vem se perdendo devido à falseabilidade de um compartilhamento de interesses comuns pela sociedade. Sendo o espaço público, um lugar de liberdade abstrata.

A segunda está relacionada às discussões de Philip Ethington (1994) e Sharon Zukin (1995), em que o espaço público tem refletido as mudanças da vida pública a partir da celebração e contenção, ou seja, os rituais do espaço público estão mudando devido às políticas promulgadas nesta mesma espacialidade, uma política liberalista, sendo palco de influência à opinião pública e de maiores transformações na cultura política. Conforme estes autores, a esfera pública é uma instituição de direito próprio, que media o acesso do cidadão ao Estado e que tem

um papel social na construção e reconstrução de limites entre a vida pública e privada.

Assim, para estes autores acima citados, a privatização dos espaços públicos e até mesmo a criação de espaços privados (no sentido de financiamento próprio) para o público, deve ser vista como uma ordem normal na cidade moderna, pois cria um espaço público imaginário, mais seguro e menos ameaçador que o próprio espaço público e que tudo isso deve ser visto a partir do abandono das definições simples do que é espaço público e espaço privado e deve levar em conta os interesses variados.

Mesmo partindo da diferença entre espaço público e esfera pública, onde esta última é uma causa geral da sociedade e o espaço público é o efeito imediato, Goheen (1998) desconsidera totalmente a relação entre esfera e espaço público, quando passa a discutir as duas concepções de espaço público, valorizando a percepção fatídica de Philip Ethington (1994) e Sharon Zukin (1995). Segundo a autora, levando em consideração o que mais tem sido produzido na geografia em relação ao espaço público, há quatro diferenças de percepções dos autores em relação à interpretação de espaço público.

Em primeiro lugar, a importância dada à arena política para a compreensão da esfera pública, onde "*The public sphere no longer reflects the coherent power of a privileged group, and its institutions are likewise more diffuse*" (GOHEEN, 1998, p. 487)[35]; em segundo, a vida cotidiana na conceitualização do público leva em consideração a atividade no próprio espaço público, em que o privilégio de classe não existe; em terceiro, a reconceituação do público e privado deve privilegiar as influências complexas exercidas por interesses privados a partir do liberalismo, e que as feministas que trazem a exclusão de mulheres do espaço público não levam em consideração que estas últimas têm estendido sua influência para além da esfera doméstica através do envolvimento em instituições religiosas, caridade e educação, reconstruindo suas identidades em domínios públicos e privados.

Por fim, a autora traz a mutabilidade do espaço público na cidade moderna, devendo ser entendido por meio das competições confusas e até mesmo triviais do seu uso e de sua fruição, onde sua criação deve ser vista enquanto um contínuo. Goheen (1998) considera que o comando do espaço público é o desejo de muitos

[35] A esfera pública já não reflete o poder coerente de um grupo privilegiado, e suas instituições são igualmente mais difusas (Tradução nossa, item 5.3.1.17, UEPG, 2014).

grupos e instituições, a fim de promover a legitimidade de sua causa e que por isso o espaço público é tão importante, pois empresta o seu valor para aqueles que querem ocupá-lo e que o geógrafo deve se aprofundar nestas questões relacionadas a tal espaço.

Por mais que a autora leve em consideração algumas relações de poder, a forma com que faz as discussões em relação às diferentes concepções de espaço público exclui a experiência e as espacialidades vivenciadas pela sociedade a partir da autonomia. Mesmo fazendo uma menção ao que é debatido na geografia feminista hoje, a autora desconsidera as diferenças relacionadas à classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, deixando de lado as diferentes identidades, experiências e vivências espaciais. Por isso, para ela, o espaço público torna-se um jogo múltiplo, entretanto, inegociável, que vem antes da individualidade de pessoas ou grupos.

Esta é uma visão que tem se refletido em muitas pesquisas no Brasil. Mesmo sabendo que são essenciais para a compreensão de determinadas relações, ela exclui severamente relações individuais que também constroem o cotidiano e os espaços públicos. Alguns geógrafos têm buscado compreender o espaço público a partir das relações de poder e da especificidade de alguns grupos considerados marginais no Brasil. Isso foi visto em 26,1% dos 46 artigos sobre espaço público e espaço privado levantados no banco de dados.

Mesmo mantendo a dicotomia público/privado na maioria dos artigos[36], este tem sido um passo importante nas discussões sobre espaço público, pois dá prioridade a grupos marginais ou a grupos menos evidentes na geografia brasileira. Esta prática já pode ser vista em discussões sobre o espaço público fora do Brasil há algum tempo, como em Mitchell (1995) que em *The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy*, partindo das ideias de Sennett (1992), discute sobre as funções sociais do parque do Povo em Berkeley colocando em evidência duas visões do espaço público: a natureza e da finalidade deste espaço.

A primeira está relacionada ao espaço livre, marcada pela ausência da coerção das instituições, onde o espaço público é esfera de organização dos movimentos políticos. A segunda está relacionada ao uso do espaço público a partir de uma finalidade e de pessoas específicas, é planejado, ordeiro e seguro, sendo feito para o conforto, não sendo utilizado para atividades políticas não solicitadas

[36] Somente três artigos trazem a relação entre espaço público e privado.

pelo Estado, sendo esta última uma visão de espaço público em uma cidade contemporânea.

Para o autor, independe da origem do espaço público, ou seja, da forma como é pensada sua publicidade, ele é criado pela oposição, sempre contínua, das visões dos que buscam a ordem e controle e dos que buscam atividades políticas de oposição (MITCHELL, 1995). Conforme este autor, são somente nos espaços públicos que movimentos sociais tornam-se públicos, ao reivindicar estes mesmos espaços que são essenciais para o funcionamento político e o que deve ser analisado em relação a estes grupos, são as normas que orientam a atividade política e a natureza dos espaços que chamamos de público.

Estes espaços públicos normativos refletem a esfera pública, sendo esta última relacionada ao conjunto de instituições e atividades que mediam a relação entre sociedade e Estado e é nesta esfera que todos devem encontrar o acesso às estruturas de poder por intermédio das relações sociais. De acordo com Mitchell (1995), desde as cidades gregas, a partir do espaço público normatizado, há uma seleção de quem pode ou não pode ter legitimidade em tais espaços. Neste sentido, o autor cita como exemplo as mulheres, negros e estrangeiros que mesmo podendo trabalhar, eram formalmente excluídos das atividades políticas do espaço público.

Segundo o autor acima citado, as noções de público e de democracia desenvolveram uma ideia de que quem é proprietário de propriedades privadas deve se juntar livremente em espaços públicos para constituir uma crítica à esfera política, criando o 'público'. Este processo reduziu a esfera do privado ao gênero, raça e classe. Assim o homem percebeu o privado quando se fez público, relegando a esfera privada ao lar, sendo este o seu refúgio, o local da privacidade, e, que consequentemente construiu uma problemática dicotomia entre estas espacialidades a qual excluiu severamente as mulheres.

Mesmo que Mitchell (1995) tenha dado um salto em relação à discussão sobre espaço público a partir de uma visão que engloba a marginalidade do gênero, classe e raça, tais discussões são incipientes em seus textos, demonstrando novamente a segregação dos estudos em relação ao espaço privado. A relação entre espaço público privado se dá por meio da própria esfera social, que tem sido deixada de lado nas discussões geográficas em relação ao espaço público, principalmente no Brasil. Fraser (2010) expõe que tanto nas discussões quanto nas questões metodológicas na geografia, o termo público e o termo privado são usados

frequentemente, mas não são problematizados ou precisamente discutidos e que isso é um assalto às experiências vividas espacialmente.

Para Arendt (2007), o surgimento da cidade-Estado proporciona ao homem vivenciar o espaço privado e também o espaço público, podendo construir sua vivência a partir de uma instância até então considerada por si só política. Já a espacialidade vivenciada por mulheres, pensada enquanto privacidade (o espaço privado), as excluiu da espacialidade pública. Esta exclusão, conforme a autora, está relacionada à procriação e ao cuidado da prole, impossibilitando as mulheres de participarem das discussões políticas na época.

Entretanto, a esfera social, que é um emaranhado de relações vivenciadas por toda a sociedade, tem como efeito imediato à vida através do espaço privado em sua relação com o espaço público. Esta construção está em desacordo com o que Gomes (2002, p. 149) aponta: “Dois valores fundamentais surgem com base desse no Estado: liberdade e igualdade. Estes dois valores dividem duas esferas da vida social, a esfera privada dos indivíduos, a quem cabe o exercício da liberdade, e a esfera pública, asseguradora das condições de igualdade”.

Para Gomes (2002), a dicotomia entre esfera pública e privada se constrói através da liberdade e igualdade. Ora, se estes dois valores constroem o espaço público e consequentemente a vida social, como negar que a própria vida social é construída por meio da esfera privada, que mesmo sendo esquecida, muitas vezes é conclamada a partir da própria construção do indivíduo e da preparação deste para vivenciar a esfera pública e consequentemente o espaço público. A esfera social é condição e condicionada às vivências na esfera pública privada e espaço público privado.

Da mesma forma em Serpa (2004, p. 31), ao afirmar que “A erosão do equilíbrio entre a vida pública e a vida privada destrói o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo”, enfatiza a divisão entre espaço público e privado a partir da vida que deve ser vivida em público e da vida vivida no privado, já que para ele a individualidade vivida no espaço público danifica o que deve ser vivido em coletividade. Não levar em consideração a construção do espaço público por meio da própria construção do espaço privado é como revelar duas pessoas em uma só, uma que experiencia a vida pública e outra a vida privada, dicotomizando e excluindo as próprias identidades que formam os sujeitos.

Conforme Arendt (2007), a própria esfera social permite uma ofuscação da

linha divisória entre a esfera pública e a esfera privada, consequentemente do espaço público privado, gerando uma dependência, pois não há como vivenciar somente a espacialidade pública ou somente a espacialidade privada. Mesmo que o espaço público e o espaço privado tenham suas próprias características, o espaço público também é feito por sentimentos e vivências reveladas enquanto privacidade, pois não exclui do indivíduo experiências e identidades. Assim como o espaço privado também é regulado por normas, assim é a própria experiência humana que dá a estes espaços uma dinamicidade relacional.

É a própria divisão do espaço público e do espaço privado enquanto uma criação do patriarcado que divide a mãe prostituta, entre a mãe em casa e a prostituta na rua. A questão é que a identidade materna e as práticas relacionadas às maternagens nos locais de prostituição e em relação à própria prostituição não são dicotômicas, assim como a identidade de prostituta e as práticas de cuidados com os filhos não estão em lados opostos, já que estas identidades não se desfazem quando as mulheres vivenciam e experienciam a prostituição e a maternagem.

Arendt (2007) argumenta que a esfera social marca a cidade e a família como um lugar de liberdade e privacidade através de uma sobreposição, que para nós é constituída pelas próprias normas e pelo tensionamento das mesmas. Entretanto, observar o espaço privado somente a partir da proteção do íntimo exclui a relação que esta espacialidade tem com o Estado e se as normas não regem a espacialidade privada, sendo um lugar de liberdade, o resultado é a decadência do espaço público, já que a família tem sido vista como a base da sociedade. Olhar o espaço privado como político faz com que este torne-se o *locus* da ação social, ofuscando a divisão entre estas esferas e dando visibilidade ao que historicamente tem sido pensado/excluído como privado (PRZYBYSZ, 2011).

A sociedade é um conjunto familiar economicamente organizado, chamado de nação e “Historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido às custas da esfera privada da família e do lar” (ARENDT, 2007, p. 39). A esfera social dinamiza os processos inter-relacionais entre o espaço público privado, garantindo a ofuscação da linha divisória entre estas esferas. Assim, para Arendt (2007):

> A contradição óbvia deste moderno conceito de governo, onde a única coisa

> que as pessoas têm em comum são os seus interesses privados, já não deve nos incomodar como incomodava Max, pois sabemos que a contradição entre o público e o privado, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social. (ARENDT, 2007, p. 79).

A esfera social ofusca a linha divisória entre o que é considerado público, sendo o espaço público produzido e reproduzido a partir das vivências e experiências do espaço privado e é por intermédio das negociações e renegociações entre identidades interseccionadas e espacialidades de mulheres prostitutas mães que tentamos desconstruir a dicotomia entre estes espaços.

Para compreender a desconstrução da dicotomia público/privado, através das geógrafas feministas, é necessário analisar o conceito de espaço enquanto algo que caracteriza o movimento da experiência e da própria vida. Assim, evidenciar o espaço a partir de noções fechadas e fixas, apenas enquanto relações entre o concreto urbano e a vida que passa pela calçada, não será uma possibilidade para este trabalho, já que enfraquece as relações escalares da construção da vida cotidiana. Não desconsideramos outras formas de pensar o espaço, porém, a complexidade do campo de pesquisa demandou uma complexidade teórica que não é acompanhada pelas teorias espaciais estruturalistas.

Para analisar a vivência espacial das prostitutas mães a partir das relações escalares públicas privadas é necessário compreender o espaço enquanto uma multiplicidade. A própria relação entre privado e público deve, segundo Fraser (2010), ser entendida enquanto movimento, multidimensionalidade, uma simultaneidade de acontecimentos e experiências.

Assim, o espaço, aqui, é entendido enquanto um movimento, uma multiplicidade, pluralidade e sempre em construção, conforme apontado por Massey (2008). Para ela, o espaço é constituído através de uma tríade de inter-relações, multiplicidade e sempre em construção, legitimando o fenômeno das espacialidades vividas por profissionais do sexo mães. Para esta autora, o espaço é visto como um produto de relações abertas através de multiplicidades ou como “uma simultaneidade de estórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p. 49). Ao fazer uma crítica às concepções de fixidez do espaço, argumenta que este é vivo, não é morto nem fixo e que pensar o espaço como sendo aberto, vivido e heterogêneo é torná-lo político.

Pensar o espaço é perturbar a maneira que certas questões políticas vêm sendo pensadas e também pode contribuir para políticas já em curso. Compreender o espaço enquanto inter-relacional é pensar em práticas encaixadas que não são colocadas enquanto entidades/identidades já constituídas, mas sim construídas por e através do espaço, assim como o lugar sendo construído por e a partir de identidades relacionais, tudo isso constituído por meio de negociações internas, espaciais e escalares, ou seja, política.

Compreender o espaço através da existência da multiplicidade é trabalhar com a diferença e a heterogeneidade e para isso o reconhecimento das espacialidades do diferente, do outro, do novo é essencial. As estórias não devem ser vistas apenas pela hegemonia imposta pela sociedade e por estruturas cristalizadas, mas sim a partir de uma multiplicidade de acontecimentos complexos vivenciados através do espaço.

Ainda, para Massey (2008), o espaço aberto deve ser visto a partir de um futuro aberto, sem proposições de modelos e teorias, mas com conexões e interações ainda a serem feitas. Esta forma de colocar o espaço, enquanto aberto, oferece-nos a aceitação a qualquer noção de política. Assim, compreender o espaço através das colocações de Massey, enquanto aberto, sempre em construção, e como uma multiplicidade é pensar o espaço enquanto político. Esta forma de compreendê-lo permite uma conexão entre a vivência espacial das profissionais do sexo mães e suas espacialidades.

O fato é que a complexidade de papéis de mulheres mães e prostitutas é também inteligível a partir da superação da ideia de espaço enquanto uma estrutura. Compreender o espaço enquanto inter-relação, uma esfera de possibilidades, aberto, sempre em construção e uma composição de “estórias-até-agora”, é pensar em espacialidades. Para Massey (2008), a espacialidade transcende os limites do estruturalismo, da fixidez do espaço, alegando que:

> [...] se a experiência não é uma sucessão internalizada de sensações (pura temporalidade), mas uma multiplicidade de coisas e relações, então sua espacialidade é tão significativa quanto sua dimensão temporal. Trata-se de defender um modo de ser e pensar de outro modo – pela imaginação de uma atitude de ser mais aberta, pela (potencial) mentalidade aberta da subjetividade praticada. (MASSEY, 2008, p. 93-94).

Assim, a espacialidade não se torna reduzida a uma simples ficção, mas

incorpora a realidade vivenciada pelas pessoas, onde o espaço é o próprio ser transcendendo às noções de estruturalismo. Segundo Massey (2008), o estruturalismo conceituou o mundo a partir de modelos invariáveis, fazendo uma relação ao espaço enquanto estrutura e a história enquanto processo, o “espaço é considerado um estase de uma estrutura síncrona.” (p. 68). Estas estruturas, para a autora, privam o dinamismo e também uma abertura para o futuro, pois são privativas às relações espaciais vivenciadas pelas pessoas.

O pós-estruturalismo priorizou um dinamismo e até certo ponto, conforme a autora, colaborou para desarticular algumas concepções do estruturalismo. Entretanto, esta atividade de abertura do futuro foi feita a partir da relação com a temporalidade, em que há um esquecimento do conceito de espaço, principalmente através das obras de Laclau (1990) e De Certeau (1988).

De acordo com a autora, há uma caracterização de abertura do espaço no pós-estruturalismo a partir do desconstrucionismo, em que as questões envolvendo o espaço permitiram a desconstrução de totalidades. Mesmo argumentando que é complicado pensar o desconstrucionismo para além de análises textuais, este vem a somar com as discussões relacionadas a espacialidades e permite uma abertura para uma realidade não fixa.

As diversas concepções de espaço permitem diversos olhares para a prostituição, o fato é que a complexidade de papéis de mulheres mães prostitutas só é inteligível a partir da superação da ideia de espaço enquanto fixo, estático, fechado, estrutural, pois demanda uma multiplicidade e abertura. As espacialidades vivenciadas por estas mulheres não são contempladas através de estruturas e sim de vivências cotidianas e de identidades que são interseccionadas através de espacialidades distintas. Discutir o espaço público e privado enquanto diferenças, é estruturar, tornando a vivência destas mulheres secundária.

Esta forma de pensar o espaço tem trazido fôlego para as geógrafas feministas que passam a compreender o próprio espaço a partir do sentimento e da experiência, ultrapassando a ideia de fixidez. Para Knoop (2007), as geografias feministas tendem a analisar o mundo por meio das experiências e das questões de gênero baseadas nos conceitos de espaço e lugar.

Segundo esta autora, a geografia feminista tem pensado sob três formas: a primeira, a consideração do espaço com relação ao conceito de gênero ligada à desconstrução das dicotomias público privado e da casa/trabalho e também na

reconceituação de espaços privados e de lugares como a casa, cidade, o campo, a partir das relações de poder, e incluindo as questões de raça e etnia. Em segundo, as feministas têm pensado o espaço por meio das relações de poder em relação ao gênero enquanto controle locacional e corporal das mulheres, levando em consideração à coerção, medo e violência. Por fim, as geógrafas feministas têm trabalhado na reconceituação dos limites e fronteiras espaciais relacionados à construção dos diferentes papéis pelo viés de diferentes grupos sociais.

Levando em consideração não só as geografias feministas, mas as geografias *queer*, Knoop (2007) compreende que a geografia de hoje tem falado e escrito muito, mas vem sendo pouco praticada, onde a materialidade é sempre discursiva e vice-versa. Desta mesma forma, Staeheli (1996) enuncia que não se pode separar o conteúdo da ação e nem os espaços da ação e que pensar neste movimento evita que pesquisadores caiam no perigo de tratar o espaço como já formado, monolítico e determinado. Para esta última autora, a ideia de espaço material ou metafórico da política deixa os interesses individuais de lado, além disso, compreender o público e o privado a partir da materialidade tem um efeito restritivo quando se pensa na ação política de mulheres.

As geografias feministas têm transcendido a prática da materialidade do discurso e têm levado a sério discussões em relação ao corpo, sentimento, emoção e desejo como fontes de conhecimento e que estes conceitos devem ser vistos como iguais à razão, racionalidade e mente. Tudo isso é levado em consideração a partir da realidade e das experiências humanas e por isso epistemologicamente é ético. A ética nas pesquisas feministas e também *queer* tem relação com a posicionalidade e reflexibilidade da pesquisa.

Para Knoop (2007), o que falta na geografia é uma expansão empírica que inclui as realidades mais desarranjadas, incompletas, imorais, fluidas, dentre outras. Devemos deixar de lado a singularidade e buscar na estranheza das coisas um avanço a partir das realidades espaciais e das diferentes espacialidades. Para buscar esse avanço, a autora coloca que o reconhecimento das práticas deve ser associado à humildade e que o conhecimento é sempre incompleto diante da imensidão das experiências.

Por fim, a busca por novas imaginações geográficas e sem muita ambição, ajuda na compreensão dos objetos de estudo da geografia de forma mais autônoma e não como um reflexo da realidade objetiva. Assim, a autora argumenta que: “The

result will be a geography that is less arrogant and elitist, more hopeful than fear-driven, more possibilistic than deterministic, and more human (and humane) than inhuman (and inhumane)" (KNOOP, 2007, p. 53)[37].

Pensar o desenvolvimento da dicotomia do espaço público e espaço privado, a partir do olhar da geografia feminista, remonta uma discussão que envolve os conceitos de gênero, sexualidade e poder, já que conceituar o espaço público tem sido apenas citar a exclusão das mulheres destes espaços, sem problematizar tal exclusão e a dicotomia público/privado que é fundamentada na própria divisão homem/mulher.

Bondi e Domosh (1998), por meio da vivência de três mulheres em temporalidades específicas, evidenciam de forma clara a dicotomia do espaço público/privado. Inicialmente, discutem a divisão a partir da transição entre feudalismo e o início da era moderna no século XVIII. Para as autoras, foi neste período que a separação público/privado foi acentuada, pois antes a casa não era somente o quintal, mas também o local de produção com a participação de mulheres.

Segundo estas autoras, os espaços domésticos tinham uma grande variedade de atividades econômicas e não eram decisivamente relacionados ao gênero. Quando as atividades produtivas começaram a ser removidas do espaço doméstico e tal espaço começou a ser redefinido com os princípios da família burguesa, inicia-se o processo de dicotomização do espaço público/privado.

A dicotomia ligada ao início da cidade moderna e a necessidade de se distinguir o feudalismo da aristocracia priorizou a individualidade masculina, o utilitarismo e, por fim, o igualitarismo. Tais valores passam a caracterizar as novas economias, uma vida pública e os novos espaços públicos que incluem lugares separados para a produção e consumo. O mercado torna-se o local do poder para os homens, que agora não podem se distinguir somente pelo poder econômico, mas também pelo parentesco, em que a mulher e os filhos tornam-se seus dependentes e estes, os homens, centrais na família, já a liberdade passa a ser mera ilusão. (BONDI E DOMOSH, 1998).

Os novos espaços públicos não poderiam seguir com valores anteriores, como o da intimidade e do cuidado mútuo, sendo removidos somente para o espaço

[37] O resultado será uma geografia que é menos arrogante e elitista, mais esperançosa do que dirigida pelo medo, mais do que possibilística, determinista, e mais humano (e humana) do que desumana (e desumano). (Tradução nossa, item 5.3.1.17, UEPG, 2014).

da casa. Assim, o novo 'macho burguês' competia de forma igualitária em espaços públicos, mas no espaço privado tinha sua centralidade posta a partir do parentesco. As distinções entre estes espaços foram acentuadas pelas práticas sociais, principalmente pautadas nas questões de classe e gênero.

Para Bondi e Domosh (1998):

> The legitimization of the new bourgeois classes required the maintenance of two dichotomous value systems—one system, the home and family, joined together by kinship, governed by deference, tempered by “love,” and reproduced through the labor of nurturance; the other, the state and economy, joined together by fraternity, governed by laws, tempered by egalitarianism, and reproduced through individual labor. These two opposing systems could both be maintained by aligning the first with the world of women and the second with the world of men. In this new bourgeois ideology, men were thought of as essentially equal; therefore the burden of maintaining dichotomous value systems was displaced from class to gender. (BONDI e DOMOSH, 1998, p. 277)[38].

Já no século XIX, as atividades destinadas a homens e mulheres foram tomadas por padrões vitorianos e a nova identidade da mulher foi estabelecida a partir do consumo, sustentada por normas culturais e religiosas, assim a forma física da cidade sustentou a identidade. Então, tanto os espaços públicos, como o gênero foram reclassificados, fixando comportamentos e espaços adequados para as mulheres, onde alguns espaços deveriam ser feitos para homens e outros para mulheres, levando em consideração o comportamento e também a classe.

Com a nova cultura do consumo, fora determinado às mulheres valores e comportamentos específicos, sem os quais não podiam entrar em espaços masculinos, ou seja, aqueles gerenciados por homens, os de consumo. Houve então uma feminização de espaços de consumo, tornando alguns lugares da cidade acessíveis às mulheres, como lojas, igrejas, teatro, concertos, dentre outros. A liberdade feminina continuava sendo limitada, e mais uma vez os espaços públicos e privados enquanto duais são marcados por questões de classe e gênero.

No século XX, acompanhando a contemporaneidade, alguns sistemas se

---

[38] A legitimação das novas classes burguesas necessitava da manutenção de um sistema de valores dicotômicos: o lar e a família, unidas por laços de parentesco, governadas a partir do respeito, temperadas pelo "amor", e reproduzida através do trabalho de cuidado; o outro, o Estado e a economia, unidos por fraternidade, governado por leis, temperado pelo igualitarismo, e reproduzidos individualmente através do trabalho. Estes dois sistemas opostos só poderiam ser mantidos se alinhado o primeiro com o mundo das mulheres e o segundo com o mundo dos homens. Nesta nova ideologia burguesa, os homens eram essencialmente pensados como iguais; portanto, a carga para manter os sistemas de valores dicotômicos foi deslocada para as classes e o gênero. (Tradução nossa, item 5.3.1.17, UEPG, 2014)

modificam, como o acesso de mulheres ao trabalho e a algumas esferas públicas e políticas, entretanto, isso não modifica o acesso a determinados espaços e nem às condições relacionadas a gênero e classe. Assim, os espaços urbanos começam a ser experimentados principalmente pelas mulheres de classe alta. (BONDI E DOMOSH, 1998).

No século XXI, as vivências de mulheres ainda indicam que a dicotomia entre espaços públicos e privados vão além da ajuda masculina nos trabalhos do lar e além da garantia de trabalho fora de casa, ela está relacionada ao anonimato e sua condição enquanto vigiada no espaço público, pois são pessoas possuidoras de um gênero. Além disso, ainda há o temor de algumas mulheres em relação ao espaço público, pois este ainda é de uma masculinidade hostil devido à violência de gênero, limitando deslocamentos.

Bondi e Domosh (1998) mostram que a separação entre espaço público privado está relacionada às questões espaciais e também ideológicas, devido à regência de normas e valores que excluem determinados grupos sociais. Esta dicotomia é acentuada pelas relações de gênero, classe, raça, etnia e sexualidade, podendo ser diminuídas ou ampliadas dependendo da espacialidade vivenciada.

Compreender o que levou e o resultado da distinção dos espaços públicos/ privados tem sido importante e fortemente discutido na geografia feminista, pois enfatiza a exclusão social feminina. Essa discussão tem relação com as questões de gênero e sexualidade enquanto normas que regulam a sociedade, excluindo severamente mulheres, prostitutas, *gays*, travestis, transexuais, lésbicas, dentre outros grupos marginalizados.

Duncan (1996) explora a exclusão de alguns grupos a partir da dicotomia público e privado. Mesmo levando em consideração a cultura norte-americana e britânica, as discussões são extremamente relevantes para a realidade brasileira, ainda mais por meio da vivência de mulheres prostitutas. De acordo com a autora, a distinção binária entre espaços públicos e privados e a relação destes com as esferas públicas e privadas foi feita pelo viés da filosofia política, direito, cultura e práticas normativas de estruturação espacial e que isso tem sido muito problemático.

Para esta autora, os grupos marginalizados, a partir de estratégias espaciais, desestabilizam essa fronteira público/privado. Esta desestabilização está relacionada a uma abertura do espaço privado, tornando-o político por meio das reivindicações do trabalho doméstico e do desenvolvimento da prostituição como

trabalho e não enquanto favores prestados aos homens. Além disso, discussões atuais sobre gênero e sexualidade têm proporcionado uma reabertura do espaço público ao debate público e de contestação.

A dicotomia público/privado, tanto a partir das dimensões políticas (esfera) e espaciais, é utilizada na construção de controle, disciplina, na limitação e exclusão, a fim de suprimir as questões de gênero e diferenças sexuais, preservando o patriarcado e as estruturas de poder heteronormativas. Assim, o confinamento de grupos excluídos em espaços privados diminui a vitalidade de espaços públicos como um local político e de empoderamento destes mesmos grupos. Para Duncan (1996):

> The private as an ideal type has traditionally been associated and conflated with: the domestic, the embodied, the natural, the family, property, the 'shadowy interior of the household', personal life, intimacy, passion, sexuality, 'the good life', care, a haven, unwaged labour, reproduction and immanence. The public as an ideal type has traditionally been the domain of the disembodied, the abstract, the cultural, rationality, critical public discourse, citizenship, civil society, justice, the market place, waged labour, production, the polis, the state, action, militarism, heroism and transcendence. (DUNCAN, 1996, p. 128)[39].

O fortalecimento da instituição familiar e a limitação do Estado enquanto autoridade sobre a família fez com que a casa se tornasse um microcosmo político de dominação masculina, em que o patriarcado é a própria essência do liberalismo e também é o mediador da incorporação dos direitos de privacidade nas leis. Entretanto, Duncan (1996) coloca que a autonomia individual não pode ser confundida com a autonomia familiar, pois retira da mulher o seu direito individual e político e a coloca enquanto um ser privado.

A determinação do que é privado, pelas leis, cultura, filosofia e práticas cotidianas, tem mascarado as desigualdades. A decisão do que é privado é também política e mesmo que a ideia de privacidade tenha sido estabelecida para a proteção de liberdades individuais, isso tem sido utilizado para mascarar a violência de gênero e sexual. Os problemas da vida em família podem ser resolvidos na própria

---

[39] O setor privado como um tipo ideal tem sido tradicionalmente associado e confundido com: o interno, corporificado, natural, a família, a propriedade, o "interior sombrio da família, vida pessoal, intimidade, paixão, sexualidade," 'a boa vida', cuidado, um refúgio, trabalho não remunerado, de reprodução e imanência. O público como um tipo ideal tem sido tradicionalmente o domínio descorporificado, o resumo, o cultural, a racionalidade, o discurso crítico público, cidadania, sociedade civil, a justiça, o mercado local, trabalho assalariado, a produção, a *polis*, o Estado, a ação, o militarismo, o heroísmo e a transcendência. (Tradução nossa, item 5.3.1.17, UEPG, 2014).

família, entretanto, problemas de violência familiar têm relação com outras ordens externas, ou seja, públicas (SCHNEIDER, 1994). É neste sentido que não há como dividir espaço privado e espaço público.

Mesmo que atualmente existam mais preocupações em relação às questões de violência contra a mulher, pouco se tem pensado politicamente sobre estas questões, pois há uma externalização e vigilância maior em relação a estas questões, porém, tem sido deixado de lado o direito de autonomia do indivíduo em relação ao gênero e a sexualidade (DUNCAN, 1996).

Por isso muitas feministas têm discutido o controle sobre o próprio corpo, pois antes de qualquer discussão deve-se pensar na autonomia individual enquanto um direito e não no direito para regular questões de ordem privada. Neste sentido, têm sido importante as discussões sobre a abertura do espaço público, mas também é importante que a própria esfera privada seja constituída de direito, não enquanto uma questão privada, mas pública, respeitando a autonomia individual e política, levando em consideração as relações de poder.

Segundo Duncan (1996), as relações pessoais também são relações de poder, o pessoal é político, não existem espaços neutros, despolitizados, descorporificados. As relações de poder estão em todas as ações humanas e havendo relações de poder não existem relações apolíticas, por isso o privado também é político, o corpo é político e nossas escolhas também as são.

Foucault (1984) ao discutir poder, coloca que este tem uma íntima relação com o aparelho do Estado e que as relações de poder e saber nas sociedades têm como objetivos produzir verdades com o interesse da dominação de uns sobre outros a partir da política. O poder só se mantém se for aceito e assim produz formas como vemos o mundo e isso inclui questões de ordem pública privada. Neste sentido, o poder na discussão de Foucault (1984) é:

> As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado − exército, polícia, administração local − mas instauraram o que se poderia chamar uma nova "economia" do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e "individualizada" em todo o corpo social. Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas (menos caras economicamente, menos aleatórias em seu resultado, menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências) do que as técnicas até então usadas e que repousavam sobre uma mistura de tolerâncias mais ou menos forçadas (desde o privilégio reconhecido até a criminalidade endêmica) e de cara ostentação (intervenções espetaculares e descontínuas do poder cuja forma mais

> violenta era o castigo "exemplar", pelo fato de ser excepcional). (FOUCAULT, 1984, p. 7).

Assim, uma importante forma de resistência e de transformação social é compreender as relações do poder privado por meio da esfera pública, e, a partir desta compreensão, tender à modificação desta estrutura binária. Neste sentido, Duncan (1996) compreende que é necessário suavizar o limite público privado e abrir os problemas considerados privados para uma contestação pública, levando em consideração uma esfera pública mais heterogênea para que não haja uma intervenção indevida do Estado, privando a liberdade e a autonomia individual.

Por fim, Duncan (1996) utiliza a regulação espacial da homossexualidade e marginalização espacial das profissionais do sexo como uma ofensa para aqueles que defendem a divisão do espaço público privado, pois há uma perturbação da ordem natural das coisas; e no caso das prostitutas, elas ferem não só a dicotomia e a organização 'normal' da sociedade, mas também desrespeitam os limites relacionados à sexualidade, trazendo a 'mulher pública' enquanto puta.

Discutir a divisão entre espaços público e privado tem contribuição na ciência geográfica não só para mostrar que o privado também é político e que o espaço não se constitui a partir de uma ordem essencialmente pública, material e fixa, mas também na medida em que coloca em cheque a própria construção desta ciência que tem excluído possibilidades de discussões espaciais que são organizadas fora da esfera pública.

As denúncias das geógrafas feministas em relação à exclusão das mulheres dos espaços públicos a partir da materialidade, mesmo que em menos porcentagem que em séculos anteriores, têm sido importante, pois colocam em pauta espacialidades vividas, marginalidade, normas e relações de poder, colocando o espaço enquanto o próprio ser das relações cotidianas que são experienciadas e vivenciadas. Assim, compreender o espaço enquanto público privado, ou seja, uma mescla fluida multiescalar de experiências, tem ajudado ainda mais a compreender como se dão as relações espaciais da própria sociedade.

Para Michael Brown (1999), redefinir público e privado a partir de uma relação não dicotômica é muito complexo e depende das perspectivas teóricas a serem escolhidas e salienta que essa complexidade é reconhecida. O autor comenta que algumas perspectivas estão relacionadas ao liberalismo, como a concepção de Estado (público)/mercado (privado)/comunidade e feministas que tendem a discutir

Estado (público)/mercado (público)/doméstico (privado).

Conforme Fraser (2010), há falhas em algumas concepções de espaço público que culminam na materialidade tornando espaços livres de interesses. Assim, a distinção entre o que é público e o que é privado esconde problemas sociais a partir de domínios específicos. Adotar domínios de um espaço dinâmico e multiescalar questiona a categorização do próprio espaço enquanto público e privado, colocando-o como um processo de reconhecimento mental e cartográfico. Para este autor, o espaço material não é um recipiente fechado de ideias, já que estas não são categorias ontologicamente distintas da materialidade, do físico, muito menos a realidade material pode ser entendida como algo à parte das imaterialidades, já que esta última estrutura a própria forma material.

A ideia de um mundo físico e da ação deve ser pensada como uma unidade, em que os discursos produzem práticas espaciais, que são reforçadas e reproduzidas, podendo restringir, proteger, marginalizar ações e espaços. E é a partir das estratégias vividas e das experiências que se coloca em cheque a prática discursiva que dicotomiza espaço público e espaço privado. É por meio da experiência que a divisão do que é público e do que é privado não consegue se manter, pois as práticas subjetivas são fluidas desalinhando as práticas sociais públicas que devem ficar no público e as práticas sociais privadas que devem ficar no privado. Estas práticas sociais experienciadas a partir de diversas escalas encaixadas são antagônicas em relação ao fechamento espacial do que é público e do que é privado.

A construção social da sexualidade como algo privado que remonta à mulher privada (mãe) e à mulher pública (a puta), a partir do estigma, revela uma materialidade que está distante da realidade e das espacialidades vivenciadas por mulheres prostitutas mães, já que não leva em consideração as práticas cotidianas, de emoção e subjetivas destas mulheres. A espacialidade enquanto o próprio ser (MASSEY, 2008) remonta à integralidade da mulher mãe prostituta, que joga com suas identidades em diversas escalas a fim de burlar a dicotomia entre as esferas e espaços público/privado.

2.2 – Escala: Uma Busca pela não Dicotomização dos Espaços

A escala geográfica vem sendo pensada e discutida de forma ampla na ciência geográfica, uma vez que é um conceito central para a compreensão das diversas relações entre fenômenos socioespaciais, conforme aponta Herod (2011). Estas discussões têm trazido uma importante contribuição para o desenvolvimento conceitual de escala, transcendendo os questionamentos de escala cartográfica e trazendo para a ciência geográfica diversas formas de pensar escalarmente, além de uma série de metáforas para a sua compreensão. Neste sentido, há uma gama de possibilidades de se pensar o conceito de escala e suas contribuições para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Diante das diversas formas de compreensão da escala geográfica, para esta pesquisa, assumimos a escala relacional de Howit (1998) que tem se apresentado de forma original ao dar maior ênfase às relações entre escalas (HEROD, 2011). A escala relacional, por meio das metáforas musicais, permite que possamos compreender as relações entre espaço público/privado a partir da interseccionalidade entre as identidades de prostituta e mãe, já que remonta uma gama de possibilidades relacionais sem excluir ou dicotomizar elementos que compõem este fenômeno.

Entretanto, para que possamos compreender a escala relacional de Howit (1998), a partir da metáfora das escalas musicais, é necessário trazer à tona outras discussões de escala geográfica para que se faça compreender a dificuldade em utilizar as escala enquanto nível, já que estas excluem possibilidades de pensar a relação entre público privado e prostituição e maternagens enquanto fenômenos não excludentes entre si. Além disso, nesta heterotopia de discussões e modelos de escala, as geógrafas feministas têm se mostrado enfáticas ao trazer para o debate as escalas da reprodução social, as relações de poder a partir das múltiplas escalas e a importância da escala privada para a construção de outras escalas. É importante destacar que não há uma forma certa ou errada de utilização de uma ou outra metáfora, apenas há escolhas conceituais que melhor representam as demandas do fenômeno estudado.

A escala vem sendo pensada na ciência geográfica brasileira enquanto um problema devido a sua relação matemática e também enquanto uma abstração ligada à construção de fenômenos espaciais. Esta construção muitas vezes tem

relação com o local, regional, nacional, global, como uma estratégia para a abstração do real, enquanto níveis. A forma de pensar a construção de escala geográfica está intimamente relacionada às questões que se estabelecem no espaço público/privado, enquanto uma dicotomia.

Conforme apontam Racine, Raffestin e Ruffy (1939), o elemento prévio de toda ação deve ser o domínio de escalas, devendo trazer à tona as preocupações humanas, transcendendo a técnica, ou seja, a escala cartográfica, escala geográfica, enquanto nível e de meras escolhas de pesquisa. Transcender a forma como pensamos a escala geográfica faz-se importante na compreensão da relação entre espaço público privado, já que o cotidiano ressalta as diferenças humanas rompendo com a dicotomia destes espaços, mantendo a naturalidade das relações sociais e um contínuo entre estes espaços.

As mulheres prostitutas mães ao transgredirem as normas do patriarcado, a partir da sexualidade e maternagem, rompem com a barreira que dicotomiza o espaço público privado, sendo esta dicotomia uma criação do patriarcado que nega a diferença, transcendendo os níveis escalares. Esta relação multiescalar do cotidiano das prostitutas mães tensiona as normas de gênero e sexualidade, que são materializadas em estigma, por meio de estratégias para vivenciar os papéis de mãe e de prostituta.

As discussões de escala, conforme aponta Castro (1995), têm se tornado um problema para a ciência geográfica, pois esta é continuamente entendida enquanto uma proporção matemática, ou seja, escala cartográfica. Entretanto, a escala ainda pode ser pensada epistemologicamente, a partir da relação entre micro e macroescala, já que uma não passa sem alteração em relação a outra e, por fim, a escala pode ser entendida como representação do real, em que: “tão importante quanto saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber como elas mudam” (CASTRO, 1995, p.137).

As discussões desta seção estão relacionadas às escalas geográficas, por isso não será aprofundado o conceito de escala cartográfica. Para Castro (1995), é central compreender a escala geográfica, pois é uma forma importante de representar as relações sociais e de entender que a visão sobre determinados fenômenos muda de acordo com a escala de análise, sendo ela que dá visibilidade ou não a determinadas realidades. Assim não há uma escala geográfica de análise mais importante que outra, a diferença existe na forma como determinado fenômeno

é analisado a partir de determinada escala.

De acordo com Herod (2011), a escala, assim como os conceitos de espaço, lugar, região, território e paisagem são centrais na ciência geográfica. No entanto, até a década de 80 era feito um esforço muito pequeno para teorizar a escala, que era empregada enquanto regional ou nacional, um recorte espacial de pesquisa. Estas escalas foram e ainda são comumente utilizadas como escalonamentos espaciais, compartimentos da realidade a serem analisados e de ordenança mundial, fechando a realidade como se estivesse em uma organização prévia, sem relações, permanecendo dentro de seus limites.

Segundo este autor, esta forma de pensar a escala geográfica foi baseada nas proposições de subjetividade de Kant (1724/1804), de como o ser humano vê o mundo a partir de categorias organizadas para compreender a realidade e de Haggett (1972/1975), a partir das 'ordens de magnitude', em que a importância da escala residia nas variáveis, pois, esse autor considerava que quando a escala muda, as variáveis observadas também o fazem. De acordo com Herod (2011), as discussões sobre escala através de Kant e Haggett foram intensificadas por Hart (1982), Taylor (1981 e 1982) e Giddens (1984/1990). O primeiro trouxe as escalas enquanto acepções subjetivas, considerando os espaços como absolutos, as escalas seriam áreas menores e maiores sem relações entre si. Já Taylor (1981 e 1982) e Smith (1984) focaram as discussões dos papéis das escalas no capitalismo e na organização do mesmo por meio das várias escalas. Já Giddens (1984), a partir do conceito de regionalização, defende que há uma diferenciação escalar por intermédio das práticas cotidianas, fugindo da escala enquanto global, nacional, urbana, regional e de capitalismo.

Para Herod (2011), estes autores tiveram importância ao caracterizarem a escala enquanto socialmente produzida, com consequências reais para a sociedade, não sendo naturais ou apenas lógicas. Levando em consideração as discussões sobre escala, Sheppard e McMaster (2004) argumentam que a escala geográfica desde a década de 70 já não era mais tratada enquanto métrica, mas começou a ser compreendida como uma construção social e um produto das relações sociais. Segundo estes autores, as escalas são espacialmente e temporalmente fluidas e têm definições diferentes, pois se leva em consideração a ciência cartográfica, ciências da informação, geografia física e geografia humana.

De acordo com os referidos autores, os geógrafos humanos têm consciência

de que a escolha da escala gera impactos diferenciados na análise empírica e por isso muitas discussões se estabeleceram refutando a perspectiva de escala relacionada à geografia teorética quantitativa, que recorria a distâncias reais e matemáticas para compreender uma determinada escala. Sheppard e McMaster (2004) demonstram que a partir desta crítica, geógrafos políticos e econômicos iniciavam um debate de que o espaço e consequentemente a escala são produzidos por meio de processos sociopolíticos, como já visto em Taylor (1981 e 1982) e Smith (1984/1990), por isso é necessário compreender sua variação espaçotemporal e não mais uma invocação regional, local, nacional ou global.

Pelo viés destes novos contextos, a escala passou a ser amplamente discutida na ciência geográfica e, segundo Sheppard e McMaster (2004), voltou-se para as questões econômicas, sociais e de gênero expandindo-se para além das estratégias econômicas e de organização do trabalho, sendo construída politicamente por movimentos políticos, redes e instituições. Além disso, as escalas começaram a ser repensadas a partir da tecnologia, dando ênfase ao local.

Conforme Herod (2011), a compreensão materialista de escala começou a perder força com a influência do pós-modernismo, mais especialmente com o crescimento do feminismo a partir das discussões sobre a posição dos sujeitos, invisibilidades, identidade e estratégias políticas para libertação. Entretanto, o autor argumenta que este momento marcou uma falta de reconhecimento da produção do espaço e escalas materiais, já que as relações subjetivas apenas tinham referentes materiais. Esta crítica marcou um debate crescente entre materialistas e idealistas, sobre a ontologia das escalas. Assim, Herod (2011) descreve que os idealistas acreditavam que a escala não era real, mas artifícios mentais de ordenação de processos, tendo pouco peso para pensar a realidade. Já para os materialistas, as escalas existem e são produtos sociais, entretanto, esta forma de pensar traz à tona problemas na delimitação de fronteiras, delineando-as, da mesma forma que os idealistas, enquanto uma área de estudo, sendo esta uma questão metodológica.

Sheppard e McMaster (2004) evidenciam que as feministas abrem caminho com as discussões de escala do corpo e doméstica, mostrando uma perspectiva da feminilidade na construção de escalas. Entretanto, conforme Marston (2000), a escala da reprodução social ainda tem sido largamente esquecida nas discussões sobre produção de escalas e políticas. Para Kelly (1999), é a partir da inserção pelas feministas das abordagens escalares em relação à reprodução social e política que

há uma importante contribuição sobre a produção de escalas por meio dos discursos, em que as práticas humanas refletem os discursos enfatizando a materialidade escalar e invisibilizando outras formas de produção de escalas como a doméstica.

Segundo McDowell (1999), houve um aumento significativo das discussões sobre a escala global por meio dos deslocamentos e das interconexões mundiais do capitalismo. Tais discussões foram produzidas em detrimento da escala do local e das relações que são estabelecidas através desta escala, sendo que estes debates sobre escalas globais afetam somente uma pequena parte da população, invisibilizando o restante a partir da vida cotidiana. Para esta autora, é a escala geográfica que define os limites, delimita as identidades em função do exercício ou rechaço de controle, sendo um mecanismo organizador fundamental.

De acordo com Massey (1994), o espaço deve ser visto enquanto uma construção de multiplicidades de relações em todas as escalas sociais, desde a global até as escalas de poder. Para esta autora, sendo o espaço formado a partir das inter-relações sociais, o lugar torna-se a articulação de tais relações, as quais operam no âmbito das mais variadas escalas espaciais e por isso o espaço não pode ser esquecido em detrimento de outras escalas.

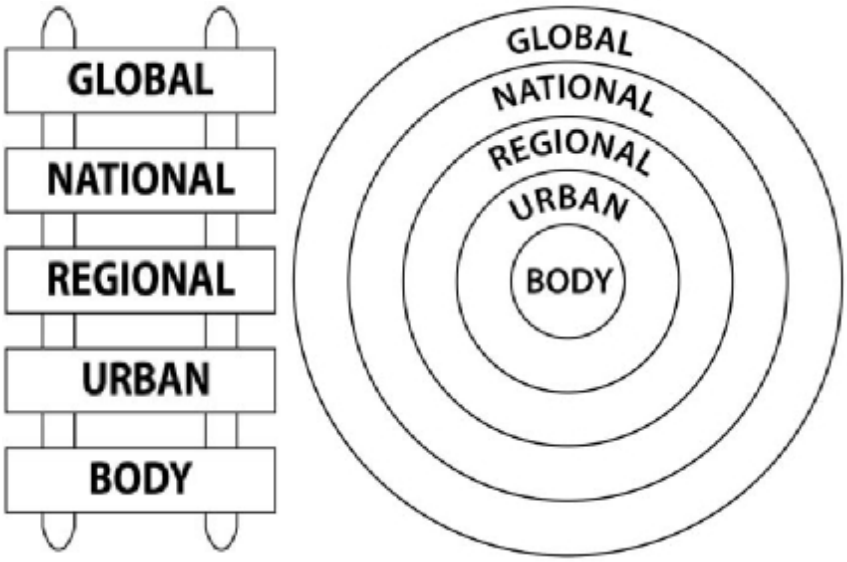
Como evidencia Marston (2004), a escala foi por muito tempo pensada a partir da produção capitalista, deixando de lado a reprodução social que também implica em construção escalar. Para esta autora, os estudos de caso e a teorização abstrata têm sido valiosos para a compreensão de escala, enfatizando que: a escala não é pré-existente, servindo apenas para aplicabilidade; as formas como as escalas são produzidas têm implicações materiais através da articulação e transformações sociais; e a escala é facilmente dissolvida a partir de novas relações sociais, econômicas e culturais. Assim, segundo a autora, as escalas do corpo, do lar, da cidade e da nação foram essenciais para suprir determinadas políticas públicas que estavam relacionadas ao espaço privado, a fim de uma reorganização de Estado.

Fraser (1997) defende que é importante que as feministas tenham uma concepção escalar, pois precisam compreender as múltiplas relações estabelecidas entre nação, comunidade, trabalho e discurso. De acordo com a autora, determinadas concepções escalares têm excluído as próprias relações sociais, uma vez que são trabalhadas apenas enquanto Estado, privilegiando o espaço público e deixando de lado concepções em relação aos espaços privados. As colocações das

feministas levaram as discussões sobre escala a um patamar de envolvimento do cotidiano, provocando um amplo debate em torno deste conceito.

Para Herod (2011), a forma de se pensar a escala na década de 80, pautada nas discussões marxistas, separou e hierarquizou escalas, já que foram pensadas enquanto verticais pelos materialistas e horizontais concêntricas pelos idealistas, excluindo possibilidades de pensar a relação público privado, já que colocam uma escala em detrimento da outra, como evidencia a imagem 18:

Imagem 18 - Escala como uma Escada e Escala como Círculos Concêntricos



Fonte: HEROD, Andrew (2011)
Organização: PRZYBYSZ, Juliana

Assim, tanto as escalas enquanto escada ou enquanto círculos concêntricos, para Herod (2011), expressam as relações de poder, em que a escala global está acima da escala do corpo, mesmo sendo dependentes uma da outra, a escala do corpo seria a mais íntima delas. Sendo a intimidade de ordem privada, a escala do corpo só passou a ganhar ênfase com as contestações feministas, até então era excluída das discussões geográficas (MARSTON, 2004). Estas são as primeiras formas com que as escalas foram pensadas, não enquanto relações de poder ou escalas de intimidade, mas caracterizam estas sensações a partir da associação de escalas específicas em detrimento de outras.

As escalas produzidas em detrimento de outras geraram intensos debates que passaram a compreender a escala a partir de quatro aspectos convencionais, os

quais, segundo Sheppard e McMaster (2004), foram: primeiro, as escalas não são fixas; em segundo, escalas não são hierárquicas; terceiro, que as escalas estão contidas uma nas outras; e, por fim, que as escalas não são subdivididas em unidades de tamanho. Estas críticas, no fim dos anos 80 e nos anos 90, permitiram à abertura para novas formas de se pensar escalarmente. Segundo Herod (2011), tais pensamentos estão relacionados à escala socialmente construída, escalas relacionadas a espaços particulares, escalas fluidas e escala de poder e controle.

No fim dos anos 90 e início dos anos 2000, as discussões giraram em torno da política de escala, consequências escalares, escalas invisibilizadas, como a do corpo que também seria produzida socialmente e seria a base para outras escalas. Neste sentido, Marston (2000) argumenta que a escala deve ser vista enquanto uma construção de inter-relações sociais políticas, ligada às relações de poder, sendo construída a partir de tensões entre forças estruturais, práticas cotidianas e vivências. Entretanto, para Brenner (2001), pensar a política da escala a partir das relações de poder e práticas cotidianas a dilui em política do lugar, devendo ser compreendida por meio de processos socioespaciais não em relação a espacialidades e práticas cotidianas.

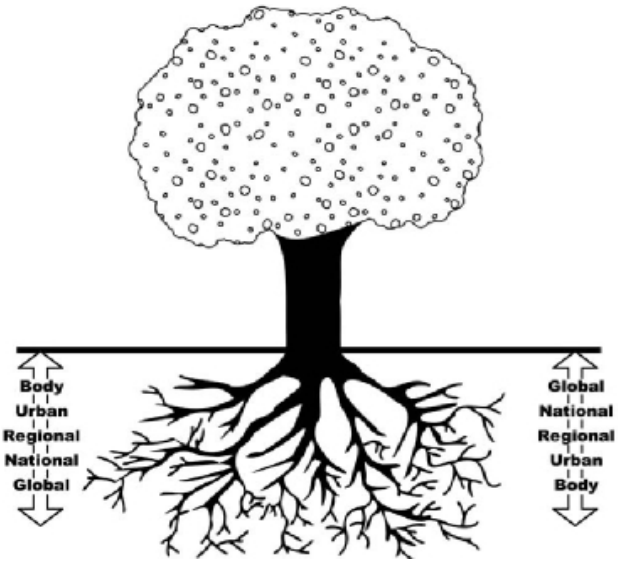
Esta heterotopia, abrangendo a natureza da escala e também envolvendo abordagens marxistas, feministas, teorias pós-coloniais, dentre outras, provocou uma forte reação no pensamento geográfico em relação ao conceito de escala (MARSTON, 2000). Segundo Herod (2011), as intensas discussões sobre a natureza da escala nas mais diversas abordagens apenas privilegiaram uma escala em detrimento de outra. Tentando se distanciar das discussões da natureza da escala, Kaiser e Nikiforova (2008) trazem uma abordagem nova, a partir do conceito de performatividade de Butler (2003), mostrando que as relações de poder que estão por trás do que se afirma ser escala, as naturalizam em hierarquias, a fim de criar concepções que reforçam o próprio poder. Neste sentido, é importante focar nos discursos que recriam, materializam, reforçam e criam fronteiras e escalas fixas.

Para Moore (2008, p. 213), “a escala é uma realidade epistemológica e não ontológica”, e por isso pode ser pensada enquanto uma escala prática e também de análise, desde que seja colocado em primeiro plano processos e relações evitando escalas que excluem uma espacialidade em detrimento de outras. Conforme Herod (2011), as discussões têm demonstrado a metamorfose deste conceito, em que a escala pode ser pensada a partir dos círculos concêntricos, já apresentados aqui,

mas também por meio de outros modelos que dependem do fenômeno a ser pesquisado.

Segundo o autor, modelos como o de círculos concêntricos, da escada e o modelo que traz a metáfora de bonecas russas Matryoshka, onde cada escala individual se encaixa na outra de forma exata, em que as relações escalares só se tornarão completas a partir deste todo, tendem a criar dicotomias e de não denotarem uma relação entre as mais diversas escalas de análise. Já a escala em rede, como aponta Herod (2011), traz à tona uma discussão de complexidade escalar de fenômenos e tenta desconstruir a escala enquanto níveis já que esta propende a limitar as análises espaciais. É por meio das discussões de escala enquanto rede que o autor traz a concepção das escalas rizomáticas, utilizando a metáfora das raízes de árvores, conforme aponta a imagem abaixo.

Imagem 19 – Escala Rizomática a Partir da Metáfora de Raízes

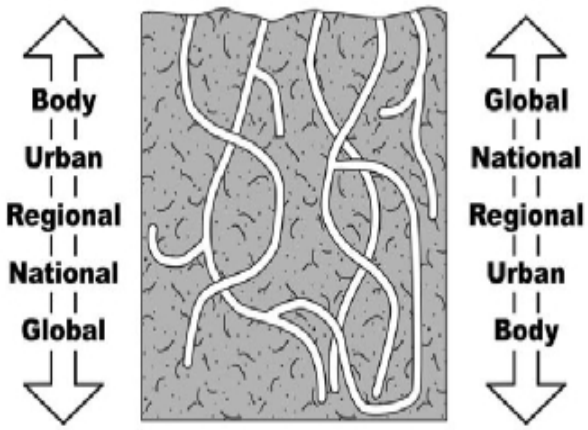


Fonte e organização: HEROD, Andrew (2011)

Esta metáfora sustenta uma relação de rede em que o global e o corpo não são extremidades opostas e podem ser utilizadas em mais direções, como: global --- corpo ou corpo --- global. Sendo assim, pode-se pensar o corpo enquanto o tronco, sendo este o ponto de partida e as raízes, as relações escalares. Essa ideia permite que possamos compreender a escala a partir de diversas camadas (solo), em que processos ou fenômenos sociais podem ser entendidos por meio das raízes mais superficiais ou mais fundas. Esta mesma relação pode ser vista na metáfora do

buraco de minhoca, onde a entrada de cada toca pode ser representada tanto pelo corpo, quanto pelo global. A superfície seria onde os fenômenos se tornam visíveis e os diversos caminhos da toca seriam as relações até o encontro com outras escalas (tocas) e relações, conforme aponta a imagem 20.

Imagem 20 – Escala Rizomática a partir do Buraco de Minhoca



Fonte e organização: HEROD, Andrew (2011).

Para Herod (2011), esta metáfora também pode ser compreendida a partir de solos mais superficiais ou mais profundos, complexificando análises, já que muitas vezes não sabemos onde começa ou onde termina cada relação. A diferença entre estas duas formas de pensar a escala é que a raiz da árvore privilegia apenas um ponto de entrada, já o buraco de minhoca permite diversos pontos ampliando relações e complexificando o pensar escalarmente.

Cada uma das metáforas apresentadas por Herod (2011) tornam-se importantes formas de se pensar determinados fenômenos e também se tornam complexas quando compreendidas rizomaticamente. A complexidade das espacialidades de mulheres prostitutas mães demanda uma forma de pensar escalarmente a partir de relações abertas para o futuro, múltiplas e sempre em construção (MASSEY, 2008), já que as escalas micro e macro socioespaciais se inter-relacionam por meio de tensionamentos às normas de gênero e sexualidade que têm sido reforçadas através de dicotomias como a mãe e a puta e o espaço público e espaço privado.

Compreender a escala a partir de uma fluidez rizomática, é o primeiro passo para que possamos dar inteligibilidade ao fenômeno das espacialidades de mulheres

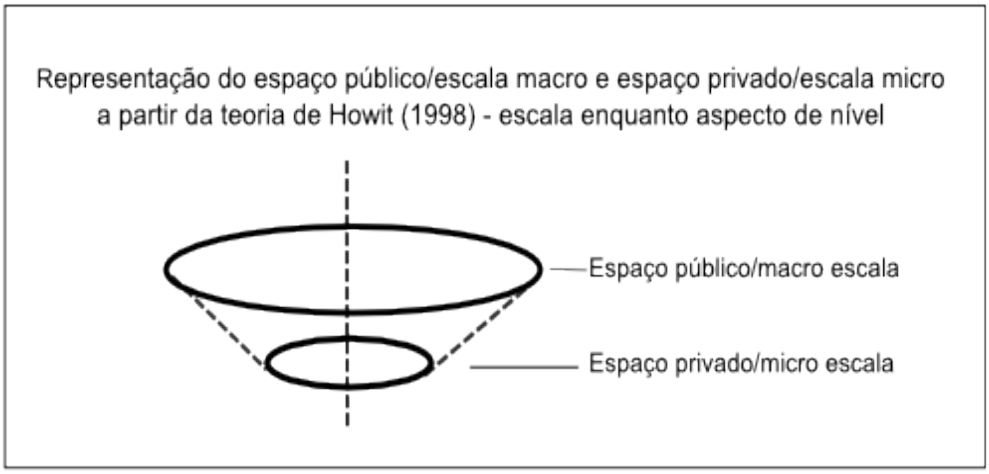
mães prostitutas, desconstruindo as dicotomias entre espaços público e privado, já que diferente das escalas enquanto escada, círculos concêntricos e das bonecas Matryoshka enquanto nível, as possibilidades de uma relação entre as diversas espacialidades vivenciadas enquanto mães e prostitutas fechariam-se.

Herod (2011) argumenta que a metáfora das escalas musicais de Howit (1998) apresenta-se de forma original dando maior ênfase às relações escalares. Sendo assim, para esta tese, a escala a partir da metáfora das escalas musicais torna-se um trunfo para a representação do *continuum* entre a vivência espacial de mulheres prostitutas mães e a relação espaço público privado, tornando evidente que a criação entre as dicotomias tem servido para a exclusão e marginalização de grupos considerados fora das normas.

Para Howit (1998), a escala sempre foi pensada enquanto proveniente de outros conceitos, tais quais, espaço e lugar, tornando-se subentendidos, entretanto, deve ser tratado enquanto relacional a outros conceitos, nem centro e nem margem. Segundo este autor, a escala pode ser vista a partir de três formas: tamanho, relacionado à escala gráfica, que deve ser utilizada com parcimônia, já que reduz fenômenos a rótulos específicos sem que possamos fazer uma ampla análise; a escala enquanto nível está relacionada a escalas que se encaixariam perfeitamente em outro nível formando um conjunto hierárquico. Este conjunto hierárquico reduz as escalas à invisibilidade como é o caso da escala da casa e do corpo, que são reduzidas à intimidade, isto é, são também invisibilizadas, como já evidenciado a partir de Marston (2004) e Fraser (1997).

Esta mesma proposição de escala enquanto nível foi pensada por Przybysz (2011), ao discutir a dicotomia entre espaço público e privado a partir de uma pirâmide circular invertida, pois sendo o espaço público tratado como primazia, uma macroescala e o espaço privado enquanto microescala e secundário, a escala enquanto nível reforça uma dicotomia entre estes espaços, conforme aponta imagem 21:

Imagem 21 – Representação de Escala enquanto Nível a partir da Dicotomia Espaço Público e Privado



Fonte e organização: PRZYBYSZ, Juliana (2011)

A escala enquanto nível invisibiliza fenômenos multiescalares e relacionais, reforçando dicotomias. Para Przybysz (2011), o espaço privado, pensado enquanto uma microescala não tem sido debatido por geógrafos brasileiros como um espaço de construção social para esferas públicas. Além disso, a falta de análise sobre a relação entre o espaço público privado tem invisibilizado processos importantes para a construção do próprio espaço privado que é considerado a base da sociedade.

De acordo com Howit (1998), cada escala envolve uma ampla gama de aspectos organizacionais que se envolvem com outras escalas, assim, utiliza metáforas musicais para compreender a escala relacional (terceira forma). Segundo este autor, a música envolve elementos como: escala, tempo, timbre, ritmo, afinação, melodia e harmonia, todos estes elementos constroem uma totalidade que é a música. Esta totalidade também é construída em termos geográficos conceituais, pois são a partir dos conceitos fundamentais que se constrói a ciência geográfica.

Assim, para o autor:

> So, what is it about musical scale that might lead us to a better understanding of ‘scale as relation’ in our discipline? First, let us consider what a scale is in music. Fundamentally, it is a sequence of tones in a specified relationship to each other. [...] Regardless of the starting point (in terms of pitch) a musical scale provides a predictable sequence of notes. In composing a musical totality, a composer or performer can use a specified scale to limit the range of tones to be included in a composition. A scale by itself, however, does not constitute what a layperson (a non-musicologist)

> would understand as a composition or musical totality. Rather, it is one of the blocks from which musical totalities, whether composition or performance, can be built. Composers and performers draw on skills in many other areas to build musical totalities. (HOWIT, 1998, p. 53)[40].

Segundo o autor, a escala geográfica enquanto relação deve se assemelhar a escala musical, em que a melodia é um arranjo de várias notas musicais, tomadas em posições diferentes ou iguais em múltiplas escalas. Este arranjo depende de cada nota, entretanto, ao se modificarem em cada escala, somada a outras escalas, muda-se a melodia, assim, as notas continuam as mesmas, o que se altera é o arranjo entre elas. Conforme este autor aponta, a formação de uma música ainda depende de muitas relações, no entanto, não se pode pensar a música enquanto escalas sem notas, notas sem um tom, tom sem afinação e assim por diante.

Este arranjo e rearranjo de possibilidades permite que possamos compreender a escala geográfica, em que a mudança de escala não modifica a natureza do fenômeno, mas altera as relações que percebemos entre os elementos do fenômeno. O essencial é: o que enfatizamos em uma determinada escala pode não ser possível de ser enfatizada ou até mesmo de ser realçada em outra. (HOWIT, 1998). Para Herod (2011), a forma de pensar a escala a partir da metáfora das notas musicais é interessante, entretanto, assim como outras metáforas, apresenta problemas, já que determinadas notas musicais de determinadas culturas não se encaixam em determinadas partituras, podendo deixar de lado algumas relações.

Por mais que este autor tenha apresentado alguns empasses na forma de pensar a escala enquanto uma relação a partir de partituras musicais, acreditamos ser esta a melhor forma de compreender o *continuum* entre prostituição e maternidades/maternagens através das relações do espaço público privado. Embora cada um destes espaços e de fenômenos sociais apresentem-se em escalas diferentes e formas diferentes, eles dependem das relações existentes entre eles compondo uma mesma música. Compreender a prostituição e maternagens enquanto duas coisas separadas e distintas é invisibilizar a realidade vivida por

[40] Então, o que cerca a escala musical que pode nos levar a uma melhor compreensão da "escala como relação" em nossa disciplina? Primeiro, vamos considerar o que é uma escala na música. Fundamentalmente, é uma sequência de tons em uma relação especificada entre si. [...] Independentemente do ponto de partida (em termos de afinação), uma escala musical fornece uma sequência previsível de notas. Ao compor uma totalidade musical, um compositor ou intérprete pode usar uma escala especificada para limitar o intervalo de tons a serem incluídos em uma composição. Uma escala por si só, no entanto, não constitui o que um leigo (um não musicólogo) entenderia como uma composição ou totalidade musical. Pelo contrário, é um dos blocos a partir do qual totalidades musicais, quer composição ou desempenho, podem ser construídos. (HOWIT, 1998, p. 53) (grifo nosso) (Tradução nossa, item 5.3.1.17, UEPG, 2014).

muitas mulheres que são ao mesmo tempo mães e prostitutas.

O que importa neste momento não é o tamanho ou o nível, não é a definição de cada um destes espaços, mas que as escalas relacionais compõem um determinado fenômeno, e, no caso da prostituição, o arranjo entre estas escalas torna-se uma possibilidade que vai além da compreensão do fenômeno, pois traz à tona a realidade em que vivem estas mulheres, que são invisibilizadas, estigmatizadas e autopunitivas. Analisar a prostituição a partir da concepção da mulher pública (a puta), sem levar em consideração todas as outras relações que envolvem esta atividade e a vivência destas mulheres, é reduzi-las apenas a um espaço e apenas uma identidade.

Compreender a prostituição enquanto uma das facetas da vida destas mulheres e enquanto um emaranhado de acontecimentos a partir de diversos espaços e espacialidades, principalmente as espacialidades do lar, da casa, dos filhos, do sustento, é trazer à tona uma relação entre diversas escalas, indo desde a escala da reprodução do lar até a escala do exercício do programa. As práticas cotidianas das mulheres prostitutas mães refletem a materialidade de diversas escalas e relações escalares, tensionando a dicotomia estabelecida a partir do que é considerado público privado.

Levando em consideração a escala relacional de Howit (1998) e a reflexão de Marston (2000) e Kelly (1999) em relação às escalas da reprodução social, utilizamos como referência o *Blues* para evidenciar a relação escalar entre prostituição e maternagens. O *Blues*, que é nascido da cultura afro-americana e que para Montanare (1993) foi vocalizada por meio do desabafo das duras jornadas de trabalho e mais tarde a partir da harmonização pentatônica acrescida das *blues notes*, é uma importante forma de metáfora para compreender a construção de maternagens e prostituição enquanto um *continuum* de experiências espaciais públicas privadas. As *blues notes*, que são notas que não pertencem a escala original, para Alves (1997), dão as características principais do *Blues* e as mais importantes notas de improvisação, que tornam a música 'bluseado'.

Para Howit (1998), no *Blues* há uma mistura de harmonias de grande escala e melodias menores modificadas, as *blues notes*, tornando-o um som único, sendo um exemplo interessante que pode ser utilizado para compreendermos escalarmente o fenômeno da prostituição e maternagens a partir do viés público e privado. Considerando que o fenômeno da maternagem é a nota Dó, e as notas

vizinhas as relações espaciais que compõem este fenômeno, podendo ser identidade materna, saúde, educação, amor, cuidado, trabalho, estas notas vizinhas que compõem a melodia criam uma zona de indistinção do que é público e privado.

A *blue note*, neste caso, seria a prostituição, que apenas muda a melodia e as relações, entretanto, as notas continuam iguais. O fato de uma mulher ser prostituta e mãe cria relações (melodias) únicas entre o que é privado, nota Dó (maternagem), e o que é público (prostituição), *blues note*. Sem a composição de todas as notas, incluindo a *blues note*, não existe o blues, sem o exercício da prostituição, o exercício de maternagens e o sustento dos filhos deixa de existir. São as estratégias desenvolvidas pelas mulheres prostitutas mães para exercer a prostituição e maternagens, através de escalas ora contíguas ora distintas em um processo *continuum*, que tensionam as normas de gênero e sexualidade, impossibilitando compreender o espaço público a partir das práticas e dinâmicas sociais que nele se desenvolvem, como aponta Gomes (2002).

As práticas e dinâmicas sociais vividas pelas mulheres prostitutas a partir das maternagens não são constituídas somente por meio do espaço público, mas são um *continuum* de outras práticas, principalmente as vividas através do que se considera espaço privado. Sendo assim, pensar o fenômeno a partir de uma dicotomia entre o espaço público e o espaço privado é invisibilizar relações e práticas escalares que são essenciais para o próprio desenvolvimento do espaço público.

Por meio desta metáfora da escala pentatônica + *blues note*, ou seja, escala original (normas de gênero) + *blues note* (tensionamento das normas a partir da prostituição), fica claro que a dicotomia entre espaço público privado é uma criação do patriarcado. Para Aitken (2000), ao discutir maternidade e comunidades por intermédio de uma escala de diferença, há uma separação entre a ação e espaços de maternidades/maternagens, já que as ações são conferidas ao espaço privado ou no máximo ao nível local e comunitário. Esta relação tem vínculo com a conceituação rígida de escala como algo estático, simplificando um conjunto complexo de processos e experiências.

As preocupações com a relação entre diferentes escalas ajudam a compreender fenômenos e processos complexos e é por isso que Fraser (1997) argumenta ser importante que as feministas tenham uma visão das relações escalares. Para Marston (1994), as mulheres vêm construindo o acesso à vida

pública a partir da instituição de maternidades voluntárias e compreensão de suas próprias existências e relações de poder em que estão envolvidas. Além disso, houve a instituição de uma 'cultura feminina' que tem minado a distinção do que é público e privado a partir da construção de espaços metafóricos e literais multiescalares, através da contestação discursiva da dependência de espaços públicos.

Aitken (2000) coloca que a forma com que as mulheres criam estratégias e rearranjam comunidades para o cuidado dos filhos, no caso de famílias monoparentais, tensiona o patriarcado. Esta tensão não pula de uma escala para outra, por exemplo, local para regional, pois com as negociações espaciais e entre pares para o cuidado com os filhos surgem outras possibilidades de relações para que possam criá-los. Conforme esta autora, a vida cotidiana constrói, reconstrói e destrói continuamente espaços e escalas, e, ao mesmo tempo em que as relações de comunidades e laços são criadas, há a destruição de outras possibilidades de vivências espaciais.

Estas relações escalares também são construídas a partir das espacialidades vivenciadas por mulheres mães prostitutas, pois as negociações de maternagens não acontecem somente na espacialidade privada, mas na própria prostituição, indo desde a criação de laços e redes de cuidados para a manutenção dos filhos até um ganho financeiro maior nos programas devido à filiação. Assim, os papéis de mãe e de prostituta tensionam a dicotomia criada a partir das normas de gênero, entre a boa mulher, a mãe (privada) e a má mulher, a puta (pública). A maternagem não pode estar relacionada somente ao espaço privado, já que a identidade materna não desaparece quando estas mulheres estão exercendo a prostituição. Além disso, o próprio tensionamento da publicização da sexualidade feminina enquanto um trabalho para produção/reprodução da família rearranja as relações escalares, como um rearranjo de notas musicais.

As estratégias utilizadas por estas mulheres prostitutas mães tanto para ganhar mais dinheiro, a partir da maternidade/maternagem, quanto para o cuidado dos filhos, instituem espaços de resistência que excluem qualquer possibilidade de dicotomia entre o espaço público privado. A culpabilização de mulheres prostitutas mães, a meritocracia e a utopia de que as oportunidades são para todas, obscurecem o processo relacional entre a prostituição e as maternagens desconsiderando a pessoalidade e as experiências enquanto produto das relações

de poder e normas de gênero e sexualidade.

Segundo Cahill (2007), a representação de discursos não dominantes rompe com o que é considerado 'natural' e expõe questões que são invisíveis à consciência pública, quebrando com o privilégio de tratamento de alguns fenômenos, como é o caso do privilégio branco, utilizado como exemplo pela autora. O esforço das feministas em mostrar que o privado também é político é uma ação coletiva para dar visibilidade a fenômenos que são considerados de ordem privada e para mostrar que as estruturas de poder têm influência direta na vida cotidiana das pessoas.

Para esta autora, a conceituação relacional entre o pessoal e o social dá novas conotações e compreensões aos modos de ser no mundo a partir de contextos específicos. Apoiado em um contexto de pesquisa-ação, Cahill (2007) alega que a base de uma política transformadora é pessoal, pois é a partir dela que compreendemos as relações sociais, os discursos, as representações e tensionamentos, uma vez que entender nossa posição no mundo não é apenas negociação, mas também de luta contra o estigma e preconceito.

É neste sentido que compreender a maternagem e a prostituição como uma relação escalar pública privada é evidenciar que o privado também é político e que as construções de maternagens enquanto espacialmente fixas a nível local continuarão como privadas. Para Aitken (2000), a familiaridade enquanto algo local e privada guarda armadinhas espaciais que não permitem a busca por estratégias de enfrentamento, sendo prejudiciais para mulheres e crianças que geralmente são vistas como um homogêneo social, com padrões sociais que não acomodam diferenças.

A prostituição foge do homogêneo social privado quebrando com os padrões da família patriarcal, tornando a filiação contraditória e a punição se materializa em estigma, preconceito e violência; e as construções dos debates escalares têm negado as diferenças já que deixam de lado as microescalas e, isso, segundo Aitken (2000), faz com que as mulheres sejam vistas como privadas e mães antes mesmo de serem mulheres, excluindo-as das esferas públicas. Neste sentido, é importante entender a maneira como os significados se traduzem entre as escalas e como a escala relacional (HOWIT, 1998) pode ser utilizada para dar significado a interações sociais de mulheres prostitutas mães em contraponto às normas de gênero e sexualidade. Portanto, é necessário entender o poder intrínseco nas relações escalares que produzem materialidades, que também produzem dicotomias e

excluem possibilidades de análise.

2.3 - A Análise Interseccional na Compreensão da Prostituição de Mulheres Mães de Baixa Renda

Compreender as vivências espaciais de mulheres prostitutas mães de baixa renda alude a uma discussão sobre as dicotomias, como já visto na relação entre espaço público privado e as escalas. Estas divisões vêm sendo desmistificadas e discutidas por geógrafas feministas a partir das normas de gênero e sexualidade e na busca por novas possibilidades de compreender as práticas socioespaciais de grupos considerados marginais.

Somada às discussões das relações escalares espaciais públicas e privadas, ressalta-se a própria construção espaçotemporal do que é ser mulher, revelando a existência de normas de gênero que constantemente criam, recriam e intensificam dicotomias que se materializam no cotidiano feminino. As construções normativas do que é ser homem e do que é ser mulher remontam a construções dicotômicas que excluem as mulheres de determinados espaços e espacialidades.

As relações multiescalares públicas e privadas não podem ser pensadas sem evidenciar a construção das normas que criam mulheres privadas, frágeis, mães, donas de casa em contradição com as mulheres trabalhadoras, prostitutas e públicas, a partir das dicotomias que regulam a vivência de mulheres. A construção dicotômica da 'boa' e da 'má' mulher, baseada em práticas discursivas, serve para regular os corpos femininos, mas não impede uma transgressão das normas na prática.

As diferenças entre homens e mulheres nem sempre foram tão sublinhadas na história, ao contrário, acreditava-se que a mulher era um homem invertido. Como aponta Laqueur (2001), por muitos anos a medicina defendeu que biologicamente as mulheres tinham um pênis invertido. Por volta da metade do século XIII, médicos e naturalistas compreenderam que a mulher era oposição do homem, não só em corpo, mas também em mente. A partir desta concepção, o autor evidencia que as diferenças corporais levaram a separação entre homem e mulher, criando uma dicotomia e modificação de papéis sociais, a diferença foi compreendida enquanto uma ordem natural das coisas.

Inicia-se, então, um período ligado ao dimorfismo, em que as diferenças não

estavam só nos corpos, mas resultavam em diferenças sociais e psicológicas. Neste sentido, o autor confirma que:

> A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses "fatos". A biologia – o corpo estável, não histórico e sexual – é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social. (LAQUEUR, 2001, p. 18).

As diferenças entre homens e mulheres só começaram a surgir quando se "tornaram politicamente importantes" (LAQUEUR, 2001, p. 21). Assim, do isomorfismo ao dimorfismo, as mudanças foram o resultado de um desenvolvimento epistemológico e político. Epistemológico, ligado a fundamentação biológica que se afasta das analogias feitas em períodos anteriores e político na construção de novas formas de pensar os sujeitos e realidades sociais – divisão espaço público e privado.

Além da epistemologia científica e da política, outros fatores foram importantes na reinterpretação e separação do que é ser homem e do que é ser mulher, tais como: a religião, a teoria iluminista, os novos espaços públicos, a ideia de casamento, as novas espacialidades geradas pela Revolução Francesa, o conservadorismo e a divisão sexual do trabalho (LAQUEUR, 2001). Cada um destes elementos, a seu modo, trouxe para a história da humanidade uma forma de reforçar essa separação tão subjetiva das relações de gênero e sexualidade, fundada em uma heteronormatividade e divisão de papéis.

A diferença entre os corpos leva à binaridade homem/mulher, que consequentemente recria outras binaridades como corpo/mente e também da prostituição e maternagens, uma vez que a partir da binaridade criam-se normas de gênero bem definidas separando a boa mulher da má mulher. É neste sentido que muitas geógrafas centraram suas pesquisas, apontando que esta binaridade gera exclusões e diferenciações de vivências socioespaciais.

Jhonston (2005), em seu capítulo de livro *Man:Woman*, faz um resgate histórico da dualidade homem/mulher mostrando que a binaridade teve início com a filosofia enquanto disciplina na Grécia, e que a masculinidade tem sido associada com a razão, a mente e abstração, e feminilidade com a irracionalidade, o corpo e materialidade. A autora aponta que as mulheres gregas eram associadas à reprodução e natureza e os homens, por serem dotados de capacidade de

raciocínio, foram compreendidos como seres capazes de transcender as funções corporais (natureza).

Até o século VI a.C., os homens estavam ligados às noções de iluminação, ordem e bondade e a feminilidade estava relacionada às trevas, desordem e maldade. Nesta construção, a mulher deveria ser evitada, pois está concatenada a qualidades negativas e perigosas, enquanto o homem ganha o estatuto mais elevado por estar associado a qualidades virtuosas (JHONSTON, 2005).

Para autora , inspirada em Nancy J. (1981), o pensamento dualista foi incorporado na filosofia ocidental quando Aristóteles apresenta as suas leis do pensamento lógico formal. Além disso, as posições opostas ganharam mais credibilidade durante o Iluminismo de Descartes com a teoria da separação entre o conhecedor e conhecido, separando o corpo das emoções, valores e experiências. Assim, a mente foi associada com o masculino e o corpo com o feminino.

O binário homem/mulher tornou-se uma verdade que inicialmente foi baseada na biologia dos corpos e depois na filosofia. Em suma, para Jhonston (2005), o binário é considerado como universal e natural e essa construção não leva em conta as relações de espaço, lugar, tempo e culturas, por isso muitas geógrafas têm investido na desconstrução desta binaridade, com centralidade no corpo.

Conforme Silva et al. (2013), baseada em Simonsen (2000), na geografia houve três eixos de abordagem sobre o corpo. O primeiro eixo centrado no direito do corpo-espaço, que compreende os corpos a partir da contestação das normas sociais que pesavam e ainda pesam sobre o corpo feminino. O segundo está relacionado ao reconhecimento de diferenças e as relações de poder, ou seja, “os espaços de dominação e de possibilidades de apropriação espacial por meio de lutas e movimento social.” (SILVA et al., 2013, p. 90). O último eixo está ligado às desconstruções das dicotomias que vêm historicamente acompanhando a humanidade, sendo: mente/corpo, cultura/natureza, emoção/razão.

Para a autora , o corpo seria representado pelo feminino e a mente pelo masculino, uma vez que o corpo (feminino) deve ser comandado pela razão (masculino), colocando o homem no centro das relações de poder e superior à mulher. Assim, para Silva et al. (2013, p. 90):

> As reflexões em torno do desmantelamento da dicotomia corpo/mente, além de possibilitarem estudos sobre a representação cultural dos corpos em diferentes contextos, também permitiram a emergência das ideias de

> instabilidade e fluidez das identidades corporais, ultrapassando a ideia de corpo, entendido tradicionalmente como algo fixo, para a ideia de corporeidade a fim de produzir a perspectiva da mutabilidade e movimento.

Existe um grande desafio em interpretar o corpo a partir de marcas discursivas, principalmente por meio da separação do corpo e do gênero, em que o primeiro seria 'natural', pensado a partir do sexo, ou seja, órgãos diferentes para homens e mulheres, e gênero que seria uma construção cultural do que é ser homem e do que é mulher. De acordo com a autora, os corpos podem ser compreendidos como objetos discursivos e que se diferenciam espaçotemporalmente, não podendo ser vistos apenas como biológicos, pois estão relacionados às questões de poder.

Louro (2004) também faz menção ao corpo a partir do poder, discorrendo que são as criações sociais e culturais que fazem com que os corpos se convertam em definidores de sujeitos e de práticas de gênero e sexualidades, estabelecendo uma ordem social e cultural. Para ela, os corpos carregam essências, signos, estigmas e construções, antes mesmo do nascimento. Conforme a autora:

> […] é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam. Assim, os corpos são marcados social, simbólica e materialmente – pelo próprio sujeito e pelos outros. É pouco relevante definir quem tem a iniciativa dessa "marcação" ou quais suas intenções, o que importa é examinar como ocorrem esses processos e os seus efeitos. (LOURO, 2004, p. 83).

Todos estes significados, marcas, códigos da corporalidade são socialmente construídos, fazendo referências e sentidos em cada cultura. Tais marcas e códigos podem ser tanto simbólicas ou físicas e fazem com que os sujeitos sejam reconhecidos, incluídos ou excluídos de espaços. Na prostituição, as discussões sobre o corpo não fogem das relações entre códigos e símbolos corporais, podendo inclusive separar o corpo enquanto afeto e o corpo enquanto mercadoria (PASINI, 2000).

Segundo Pasini (2000), o corpo deve ser discutido enquanto uma prática na prostituição feminina, relacionado à maquiagem, a roupa, ao jeito, comunicando significados sociais. É a partir destes códigos corporais que a autora observa a corporalidade na prostituição como "um espaço social, do qual fazem parte elementos socioculturais, que comunicam significados e simbologias do grupo. Assim, os corpos, na esfera da ação dessas mulheres, tornam-se espaços sobre os

quais se inscrevem significados sociais e culturais" (PASINI, 2000, p. 183).

Pensar a prostituição a partir do corpo nos remete para as questões que envolvem os estigmas, as marcas de poder, símbolos e construções sociais. Estas questões podem ser trabalhadas como em Pasini (2000) ou a partir do desejo pelo corpo grávido, como é a relação encontrada em campo. Entretanto, a corporeidade da prostituta perpassa outras relações, conforme aponta Olivar (2013), tais como, as relacionadas à família, à violência policial e do cliente, à cafetinagem, às interdições corporais relacionadas ao programa que não é sexo, também ao sexo que é com o marido, ao estigma, dentre outros. As relações corporais perpassam a predação familiarizante em que há uma constante luta, a qual o autor chama de caça, em que a prostituta joga com os valores do corpo enquanto trabalho e enquanto esposa.

Neste sentido, a relação de corporeidade dada entre prostituta/cliente, para o autor, começa pela "mutação de emoções, peles, roupas, sentido e sensibilidades" (OLIVAR, 2013, p. 129), e não deve ser estendida, pois a prostituta passa de caçadora à caça, abalando as estruturas familiares e conjugais. Assim, a corporeidade da prostituta não deve ultrapassar limites relacionados à família, filhos, marido, já que perpassa o eixo produtivo do lar. Neste sentido:

> A inclusão de dinheiro ou bens materiais nas trocas sexuais e afetivas, assim como a presença de maiores ou menores interdições corporais, é muito mais frequente do que a imaginação romântica prevê em universos conjugais vinculados ou não à prostituição. (OLIVAR, 2013 p. 131).

As questões relacionadas ao corpo, como apresentadas por Silva et al. (2013), Louro (2004), Passini (2000) e Olivar (2013), são importantes para se pensar a prostituição e a maternagem, pois a corporeidade das profissionais do sexo e de mães é permeada por normas de gênero, construções sociais, estigma e construída espaço/temporalmente, as quais são marcas do binarismo, como apontado acima por Olivar (2013). A construção social binária coloca o corpo da profissional do sexo independente do corpo da mãe, já que estes papéis não poderiam coexistir a partir das normas de gênero, pois a prostituta está relacionada à rua e a mãe associada à casa e a linha divisória entre estas duas posturas e espaços deveriam ser bem divididas.

Se os corpos são pensados enquanto naturais e dicotomizados enquanto sexo feminino e sexo masculino, naturalmente estas mesmas normas dicotômicas

são interiorizadas e criam novas dicotomias, tais quais Silva et al. (2013, p. 92) comentam como: “público/privado, sagrado/profano, produção econômica/reprodução familiar, local/global e assim por diante”. Estas dicotomias estão presentes na vivência das profissionais, entretanto, não são percebidas por elas, já que são naturalizadas a partir das normas de gênero, sendo necessária uma desconstrução da binaridade atrelada aos corpos e também às construções sociais.

A dicotomia ligada aos corpos é reforçada por sistemas sociais que impõem, principalmente às mulheres, um *status* de marginalidade, natureza, fraqueza, emoção, cuidado, amor, privacidade, dentre outras significações que são interiorizadas por estas mesmas mulheres diariamente, colocando-as nas margens das relações de poder. É a partir desta interiorização e reprodução, que são construídos os direitos masculinos e femininos, em que os homens têm direito a família, a vida pública, sexualidade, trabalho; em contraponto, as mulheres que tentam o direito a vida pública, sexualidade, trabalho, dentre outros, são consideradas deslocadas, masculinizadas, abjetos, putas, etc.

Por mais que muitas mulheres tenham conquistado espaços antes masculinos, esta diferença ainda é nítida, exemplo disto é o trabalho doméstico que em sua maioria está associado à mulher; a renda que, geralmente, é menor para mulheres; espaços que são frequentados por homens e não por mulheres, dentre outras questões do dia a dia. Neste sentido, é importante que se entenda todas as estruturas que reforçam a binaridade homem/mulher.

Uma estrutura que reforça tais dicotomias está relacionada ao que Engels (1982) discute a partir da evolução social da 'família' e de sua relação com a propriedade privada. Para ele, a instituição social família passou pela poliandria, que era uma configuração social em que se sabia quem era a mãe, mas nunca o pai de uma criança; a descendência era feminina, colocando a mulher em uma posição social central. Contudo, espaçotemporalmente a família também foi compreendida enquanto clãs, onde a consanguinidade prevalecia, os filhos eram comuns a todas as mulheres, vivendo em um sistema de parentesco único, como uma 'grande família', onde cada filho tinha vários pais e várias mães.

O que caracteriza a família ocidental é a monogamia, estabelecida pelo Estado como a base da sociedade e também da propriedade privada, tendo como marco de ordem social o trabalho e a família, já que, segundo Engels (1982), com base nos laços de parentesco, a produtividade aumenta e consequentemente

também inicia o processo de desenvolvimento de propriedades privadas e das trocas. Assim, para este autor, a família monogâmica nasce da concentração de grandes riquezas que deveriam ser gerenciadas por um homem e transmitidas via herança para os filhos, também homens.

O autor faz uma relação entre a sociedade e a família, ao colocar que:

> Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre o homem e a mulher, originado pelo domínio exclusivo do primeiro, teremos um quadro em miniatura das contradições e antagonismos em meio aos quais se move a sociedade, dividida em classes desde os primórdios da civilização, sem poder resolvê-los nem superá-los. (ENGELS, 1982, p. 73).

Neste sentido, quando o homem toma para si o direito de filiação e os filhos passam a pertencer à linhagem paterna com direito a herança, as mulheres têm uma derrota histórica, pois passam a ser propriedade masculina e instrumento de procriação. Logo, a família burguesa torna-se um padrão que assegura a fidelidade feminina e a paternidade fundamentada na herança. A família, agora patriarcal, relega as mulheres ao papel de mãe dos herdeiros, a que governa a casa, guarda a castidade e é fiel. Ao marido cabe o direito a infidelidade e o papel de castigar sua mulher, caso saia das regras da casa. (ENGELS, 1982).

A organização da família, historicamente fundamentada na organização do trabalho e seguindo os passos do sistema capitalista, relegou à mulher um papel secundário no modelo social estabelecido. Assim, quando esta mulher não detém mais o direito da linhagem de sua prole e passa a ser somente um suporte para que o homem possa passar seus bens para o filho homem, toda a estrutura social se modifica e a família passa a ser central para estruturar o sistema pautado na propriedade privada.

Para Rago (1985), no Brasil do século XIX, a família era uma imposição, um modelo imaginário criado pela sociedade burguesa como uma forma de dominar o trabalhador, já domesticado a partir das empresas. Foram criados hábitos e costumes morais, a fim de acabar com a promiscuidade da época, fortemente relacionada à classe trabalhadora. Conforme a autora, houve uma 'higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar" (RAGO, 1985, p. 61). Assim, surge a família nuclear, fortemente relacionada ao espaço privado, determinado por valores, em que:

> A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida com a riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família. (RAGO, 1985, p. 62).

Surge um novo modelo de mulher, normativo, com novas formas de comportamento e de etiqueta. Uma mulher forjada na representação de um modelo ideal de esposa e dona de casa, amável e assexuada. Rago (1985) expressa claramente a diferença da mulher rica e da mulher pobre, em que a primeira era educada para o casamento e para as preocupações estéticas, já para as mulheres menos abastadas sobravam as fábricas, lojas, escritórios.

Mesmo considerando o trabalho fora de casa, as normas femininas permanecem e são reforçadas a partir da regulação da sexualidade, cuidado com os filhos e família. Assim, para a autora, as mulheres que trabalhavam fora eram culpabilizadas pelo pecado, com ênfase na prostituição e na perdição da carne, pois deveriam permanecer em casa, uma vez que eram consideradas fracas mentalmente ficando mais vulneráveis à condição de pecadora, e, por isso a livre circulação no espaço público não era permitida.

Ainda, conforme a autora, o movimento operário do século XIX aumentou a disciplinarização das mulheres, que deveriam cuidar dos filhos e esperar seus maridos em casa, fortalecendo o espaço privado como 'morada única' da mulher, reproduzindo o que a classe burguesa já pregava há algum tempo. Assim, a mulher operária passa efetivamente a corresponder ao ideal de dona de casa e mãe, e as que continuavam trabalhando eram subordinadas aos homens, principalmente nos sindicatos contribuindo para a construção de feminilidades na esfera do trabalho.

A construção social da família também foi um sistema que colocou a mulher como periférica nas relações de poder, pois a designação de papéis do que é ser mulher para a sociedade foi naturalizada. A família começa a reforçar as dicotomias em relação às vivências de homens e mulheres, restringindo a estas um *status* privado e assexuado.

A mulher passa a ser central em relação à procriação (natureza), ao cuidado da casa e dos filhos (privada), ao amor (sentimento), à reprodução do lar, fortalecendo a identidade materna, enfatizando ainda mais a dicotomia entre

homem/mulher, razão/emoção, corpo/mente, público/privado. McDowell (1999), em seu livro *Gender, identity & place: understanding feminist geographies*, evidencia que os comportamentos e ações diferentes entre homens e mulheres são apropriados, interiorizados, refletidos e esperados socialmente e que tudo isso é reflexo desta dicotomia entre homem/mulher.

Segundo esta autora, o que se espera da mulher é um comportamento universal e imutável e que para o homem estes padrões podem ser modificados espaçotemporalmente. Neste sentido, afirma que:

> Despite the fact that feminist scholars have convincingly demonstrated the flawed nature of binary assumptions, the belief in binary gender divisions has remained a key element of contemporary social practices. Thus women and their associated characteristics of femininity are denned as irrational, emotional, dependent and private, closer to nature than to culture, in comparison with men and masculine attributes that are portrayed as rational, scientific, independent, public and cultured. Women, it is commonly argued, are at the mercy of their bodies and their emotions, whereas men represent the transcendence of these baser features, mind to women's body. (McDOWELL, 1999, p. 11)[41].

Esta binaridade colocada pela autora implica na produção social do espaço e ao mesmo tempo é produzida por ele, construindo conjuntos de normas que indicam quem pode e quem não pode ocupar determinados espaços, quem deve ou não ser excluído. Esta organização social binária tem como efeito a exclusão socioespacial da mulher que, por muitas vezes, é relegada a espacialidades exclusivas ou é impedida de vivenciar determinadas espacialidades.

Assim como McDowell (1999), que discute a perspectiva da dualidade por meio da construção da ciência geográfica, Badinter (2011) coloca a maternidade/maternagem como um dos sistemas brutais de exclusão feminina, relegando as mulheres à margem das relações de poder a partir da naturalização deste papel, o que repercute na própria organização social, direcionando-as ao espaço privado.

Para Badinter (2011), a autoridade, poligamia masculina e a superioridade

[41] Apesar das acadêmicas feministas demonstrarem de forma convincente a natureza defeituosa deste suposto binário, a crença nas divisões binárias de gênero segue sendo um elemento chave das práticas sociais contemporâneas. Assim, as mulheres e suas características associadas à feminilidade se definem como irracionais, emocionais, dependentes e privadas, mais próxima da natureza que da cultura, em comparação a dos homens e aos atributos masculinos que são retratados como racionais, científicos, independentes, públicos e cultos. As mulheres, que comumente argumentam, estão a mercê de seus corpos e suas emoções, enquanto que os homens representam a transcendência destas características mais básicas, a mente e o corpo das mulheres. (Tradução nossa, item 5.3.1.17, UEPG, 2014).

dos filhos homens em relação às esposas/mães teve fim com a pregação do amor pela Igreja, onde o foco central era o cuidado aos filhos; a esposa deveria ser considerada a companheira e não mais a escrava e o casamento passa a ser uma instituição divina. O direito da mulher foi melhorado, pelo menos nas classes superiores, mesmo que o homem ainda pudesse punir sua esposa. Assim, os 'direitos' das mulheres foram sobressaltados e abafados pelo ideal de amor, família e cuidados aos filhos.

O poder paterno sobre a família, segundo Badinter (2011), era reforçado por três princípios: o Aristotélico, em que “a autoridade do homem é legítima porque repousa sobre a desigualdade natural que existe entre os seres humanos […] seu único mérito é ter um bom ventre” (BADINTER, 2011, p. 32); a teologia cristã, em que o conceito de paixão e amor estava relacionado à submissão, passividade e alienação, visto que a mulher era fraca, pecadora e amaldiçoada pela dor do parto, eterna cuidadora da casa, do marido e dos filhos; e, por fim, o absolutismo político, que fortalecia o poder paterno e impunha diferentes graus de submissões dentro do lar.

A partir da construção social da família pautada no amor o papel feminino fundamental passa a ser o de mãe, fortalecendo a identidade materna enquanto única e naturalizada. Entretanto, conforme Badinter (1985), o amor maternal e a maternidade como instinto são construtos sociais. Para ela, ao longo do século XVIII, a mortalidade infantil era grande e as mães não queriam se afeiçoar aos filhos, entregando-os as amas de leite até os cinco anos, além disso, muitas mulheres entregavam seus filhos para que elas pudessem se ocupar da vida em sociedade e dos maridos.

Compreendendo que a forma como amamos nossos pares e os filhos está relacionada a cultura espaçotemporalmente construída, Badinter (1985) aborda que não existe um instinto materno, mas uma construção do amor entre mãe e filhos, chamada de maternagem. Entretanto, a ideia de instinto materno cria papéis de gênero que vincula a identidade de mulher e de mãe enquanto uma só, culpabilizando as mulheres que não querem ter filhos e àquelas que não seguem os padrões de boas mães.

O sobressalto da identidade materna em relação à identidade feminina é materializado nas relações sociais, em que os filhos devem ser da mãe e não do pai, por isso os cuidados aos filhos são, muitas vezes, estritamente femininos. Przybysz

(2011) evidencia esta realidade, ao dissertar que no divórcio a guarda dos filhos e toda a responsabilidade em relação aos cuidados destes ficam sob a responsabilidade materna, colocando estas mulheres perante os desafios que envolvem o espaço público e o espaço privado enquanto relacionais.

A geógrafa Longhurst (2011) evidencia que maternidade e maternagem são coisas distintas, onde a maternidade é uma experiência natural, já a maternagem é um complexo fenômeno social e cada uma é produzida socialmente de forma distinta em diferentes lugares, sendo indissociáveis de corpo, gênero, lugar e cultura. Conforme a autora, a partir do processo de maternidade a impressão que se tem é que os filhos e os respectivos cuidados são das mulheres, evidenciando as normas sociais do que é ser mulher.

Notadamente, da biologia às determinações da Igreja e do Estado para com as mulheres houve processos de imposição de dicotomias que distanciaram a mulher da esfera pública e das relações políticas, e a filiação é incisiva neste distanciamento. A filiação, para Badinter (2011), dicotomiza ainda mais as relações, já que ela tem sido considerada como realização de vida e destino obrigatório de todas as mulheres devido ao instinto materno, diferentemente do homem, aumentando ainda mais as desigualdades relegando as mulheres ao papel de cuidadoras, amorosas, ligadas ao espaço privado.

As normas de feminilidades e masculinidades ligadas à família, trabalho e maternidade remontam uma trajetória em que o corpo feminino sempre foi o oposto e o corpo masculino sempre foi o padrão, possuidor de um 'gênero', de uma 'sexualidade'. A privacidade feminina em relação à sexualidade reforça ainda mais a dicotomia, pois como afirma Catonné (2001), a sexualidade é considerada o oposto do amor.

Segundo Catonné (2001), a sexualidade é uma criação espaçotemporal da sociedade, que de início não era reconhecida enquanto algo ruim, mau, pecaminoso. Como exemplo, o autor explora a condição social da sexualidade na Babilônia que era conhecida pelo culto à sensualidade e pela prostituição sagrada. O sexo, a sexualidade e o erotismo eram uma forma da humanidade passar da natureza à cultura, da selvageria à civilização e eram considerados como qualidade de vida.

A partir da inserção social do cristianismo, a atividade sexual, a sexualidade e o erotismo começam a ser vistos como algo profano. Os prazeres da carne passam a ser reconhecidos como pecado, incluindo a prostituição, lascívia e o

prazer; o casamento passa a ser uma forma de canalizar os desejos, para que as pessoas não cometessem o pecado da carne. Neste sentido, Catonné (2001) menciona que:

> O cristianismo enxerta o pecado no sexo e insere a culpa naquilo que ele qualifica de carne. A preocupação é obsessiva o pecado está no corpo. A fornicação (v.) e a concupiscência (v.) estão onipresentes. Há um símbolo desta obsessão: ao longo dos séculos, o cristianismo deu crédito à ideia de um pecado original que seria sexual. (CATONNÉ, 2001, p. 42).

Para Catonné (2001), não existe uma conexão natural entre a prática sexual e o amor e que desde a origem do cristianismo vem se desenvolvendo um imaginário de práticas coercitivas em relação à sexualidade associada a imoralidade, profana e fonte do mal. É a partir de 'Deus' – a Igreja Católica – que há uma subversão da sexualidade, em que a escolha da maçã não tem a ver com o pecado, mas com a regulação e a legitimação da sexualidade com algo ruim.

Para fomentar a relação entre sexualidade e pecado, a Igreja Católica cria o sacramento do casamento que seria a única opção para a atividade sexual e que apenas poderia ser desenvolvida com o intuito da procriação, nunca pelo desejo ou prazer. O casamento passa a ser concebido como amor e geração da vida, com isso inicia-se a caça a homossexualidade e aos bordéis, além da interdição da sexualidade, do sentimento e do cuidado como algo relacionado ao espaço privado. O casamento passa a ser uma construção social ligada à sexualidade.

Rougemont (2003) discorre que socialmente há uma condição para o casamento e consequentemente para a sexualidade, que é o amor entre um homem e uma mulher. Entretanto, para ele, este amor pregado pela Igreja nunca foi visto em nenhum evangelho, mesmo que muitos padres tenham escrito e pregado (ainda hoje o fazem) sobre o ato santificado da procriação e da virgindade, através do amor. De acordo com o autor, além do cristianismo, a arte, a cultura e literatura também pregavam um amor que somente cabia no papel, palcos e nas telas. O autor ainda afirma que:

> Eis a força em conflito: de um lado, uma moral da espécie e da sociedade em geral, mais ou menos impregnada de religião – é aquilo que se chama de moral burguesa; do outro lado, uma moral inspirada pelo meio cultural, literário, artístico – é a moral passional ou romanesca. Todos os adolescentes da burguesia ocidental são educados para o casamento, mas ao mesmo tempo vivem imersos numa atmosfera romântica proporcionada por suas leitura, pelos espetáculos e por mil referências quotidianas, cujo

> sentido subliminar é mais ou menos o seguinte: a paixão é a experiência suprema que todo homem deve um dia conhecer, e somente aqueles que "passarem por ela" poderão viver a vida em sua plenitude. Ora, a paixão e o casamento são por essência incompatíveis. Suas origens e seus objetivos são excludentes. Sua coexistência faz surgir incessantemente em nossas vidas problemas insolúveis, e esse conflito ameaça constantemente nossa "segurança" social. (ROUGEMONT, 2003, p. 372).

Levando em consideração a dicotomia homem/mulher a partir da biologia dos corpos, da construção de família, maternidade/maternagem, amor e trabalho, compreende-se que as normas criadas e estabelecidas socialmente colocam a mulher enquanto dona de casa, ligada ao amor, cuidado, paixão, corpo, destoando totalmente dos papéis que são exercidos pelos homens.

Estas normas são entendidas a partir das discussões de gênero. Conforme Scott (1995), a palavra gênero ao longo do tempo e de muitos discursos foi trabalhada de uma forma banal, como se o gênero servisse para "classificar fenômenos" (p. 72). Somente em anos recentes, teóricos iniciaram uma gama de discussões envolvendo gênero a partir da organização da sociedade. As feministas têm uma grande porcentagem nestas discussões, por isso pautamos teoricamente este trabalho na vertente feminista.

A utilização do termo gênero de forma ampla sugere que informações sobre mulheres são também informações sobre homens, desconstruindo a ideia de que há uma dicotomia entre homem/mulher. Nesta perspectiva, o termo rejeita as explicações biológicas, mas indica que os papéis de homens e mulheres são construções sociais e culturais e neste sentido o gênero "tornou-se uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado" (SCOTT, 1995, p. 75). A fim de restabelecer mudanças em relação ao conceito de gênero e a mudança da história em relação às mulheres, a autora evidencia três posições teóricas do conceito de gênero: explicação das origens do patriarcado; tradição marxista; produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

A relação com o patriarcado está ligada à subordinação das mulheres a partir da dominação masculina. E, uma vez que o homem foi alienado do processo de reprodução encontrou na dominação, a partir da produção do lar, a centralidade, eliminando o corpo feminino como agente de produção. De outra forma, para algumas feministas, o patriarcado não estava relacionado à reprodução, mas sim a própria sexualidade, em que a desigualdade e as relações de poder estão instauradas na desigualdade entre os sexos, que tem origem na própria sexualidade,

a qual é desenvolvida por meio de um sistema de relações sociais.

Todavia, esta relação entre gênero e patriarcado tem alguns problemas, conforme aponta Scott (1995): em primeiro, a reafirmação do próprio patriarcado nas relações de gênero pelas feministas e na demonstração de que as desigualdades de gênero têm a ver com outros tipos de desigualdades. Em segundo lugar, é a diferença sendo baseada no aspecto físico, assim a desigualdade de gênero sempre vai continuar fixa e nunca poderá reescrever a história das mulheres.

Em relação à tradição marxista, as discussões foram fundadas nas relações de produção, divisão sexual do trabalho, no capitalismo enquanto anterior às relações de gênero. O que havia era uma busca que excluísse as diferenças físicas e naturais. A teoria feminista relacionada a gênero e marxismo deu um salto a partir das ideias de Foucault, pois houve a tentativa de unir a psicanálise e o marxismo para evidenciar a causalidade dos contextos sociais por meio da política sexual. Entretanto, mesmo com este esforço para relacionar gênero e marxismo, o primeiro foi tratado como um subproduto das questões econômicas, ou seja, não era em seu contexto uma categoria analítica.

A terceira proposição da autora está baseada na escola Anglo-americana e francesa,: a primeira se dedica à construção do sujeito (experiência concreta) e a segunda, a partir do pós-estruturalismo, tenta compreender as interpretações e representações de gênero, ambas centradas na identidade do sujeito. Na primeira abordagem, a autora critica a limitação do conceito de gênero à esfera da família, pois as discussões sobre desigualdade ou relações de poder foram deixadas de lado. Já na segunda abordagem, mesmo a autora se posicionando a favor, coloca uma ressalva, pois esta construção de gênero tende a universalizar as categorias e as relações entre masculino e feminino e não constrói uma noção de variabilidade histórica.

Scott (1995) argumenta que o gênero se torna uma categoria analítica com a crítica feita pelas feministas à própria ciência desenvolvida pelas pós-estruturalistas, pois é neste momento que elas começam a encontrar voz própria e também aliados acadêmicos e políticos. Na Geografia, a superação da ausência das discussões em torno das relações de gênero remonta apenas à década de 1970, tendo surgido com maior força nos Estados Unidos e Inglaterra (SILVA, 2009a). Esse subcampo, denominado de “Geografias Feministas”, nasceu no contexto da 'segunda onda do

movimento feminista'[42].

As matrizes ligadas a este subcampo da Geografia, inicialmente estavam relacionadas às diferenças biológicas pautadas em quantificações e espacialização das mulheres. Já a segunda vertente, ligada a proposições de gênero, segue as colocações feitas por Simone de Beauvoir (1980), a qual evidencia que o gênero não é biológico, mas sim construído socialmente a partir de bases heterossexuais. Mesmo a autora mantendo uma dicotomia das relações de gênero por meio de construções sociais do que é ser homem e do que é ser mulher, suas proposições foram fundamentais para pensar as questões dos papéis de homens e mulheres instituídos socialmente. Nesta concepção, a geografia feminista teve um avanço trabalhando com relações entre capitalismo e patriarcado, trabalho doméstico e papéis de gênero (SILVA, 2009a).

Este momento da geografia feminista foi convergente com as discussões envolvendo a prostituição no movimento feminista. O movimento radical de feministas coloca a prostituição como opressão masculina, aumentando as desigualdades entre homens e mulheres, entretanto, de outro lado, com o movimento feminista liberal, a prostituição é colocada como um trabalho qualquer e determina a liberdade feminina em relação à sexualidade (MACEDO e AMARAL, 2005). Segundo Piscitelli (2005), o movimento de prostitutas dividiu o movimento feminista, e, a partir do movimento feminista liberal, trouxe contribuições importantes em relação à sexualidade, pornografia, exploração sexual, tráfico de mulheres, liberdade sexual, melhores condições na profissão, entre outras.

Para Hubbard (1998), a partir da perspectiva da segunda onda do movimento feminista, a geografia separou gênero de sexo e sexualidade, principalmente em estudos realizados na geografia urbana, consequentemente a definição de gênero foi descorporificada e deserotizada e o sexo foi tratado como biológico. Conforme o autor, a sociedade hegemônica procura regular a sexualidade para moldar a complexa e dinâmica construção de outros feminismos, foi por isso que as discussões sobre prostituição foram deixadas de lado na Geografia. As discussões sobre mulheres com determinados papéis sociais, como as prostituas, necessitam de noções mais amplas que a capacidade das mulheres que seguem os padrões.

---

[42] Destacamos que a historiografia do feminismo é criticada e há concepções cronológicas diferentes. Entretanto, estas discussões não são centrais neste momento e por isso não serão adotadas.

Esta forma de pensar a segunda onda, na geografia feminista, sugere o porquê a compreensão sobre as mulheres prostitutas tem sido tão marginalizada em relação a outras mulheres e também aos movimentos feministas. Tais ideias são particularmente úteis para procurar compreender a maneira pela qual as mulheres prostitutas, ao longo da história, foram marginalizadas e colocadas como as outras (HUBBARD, 1998).

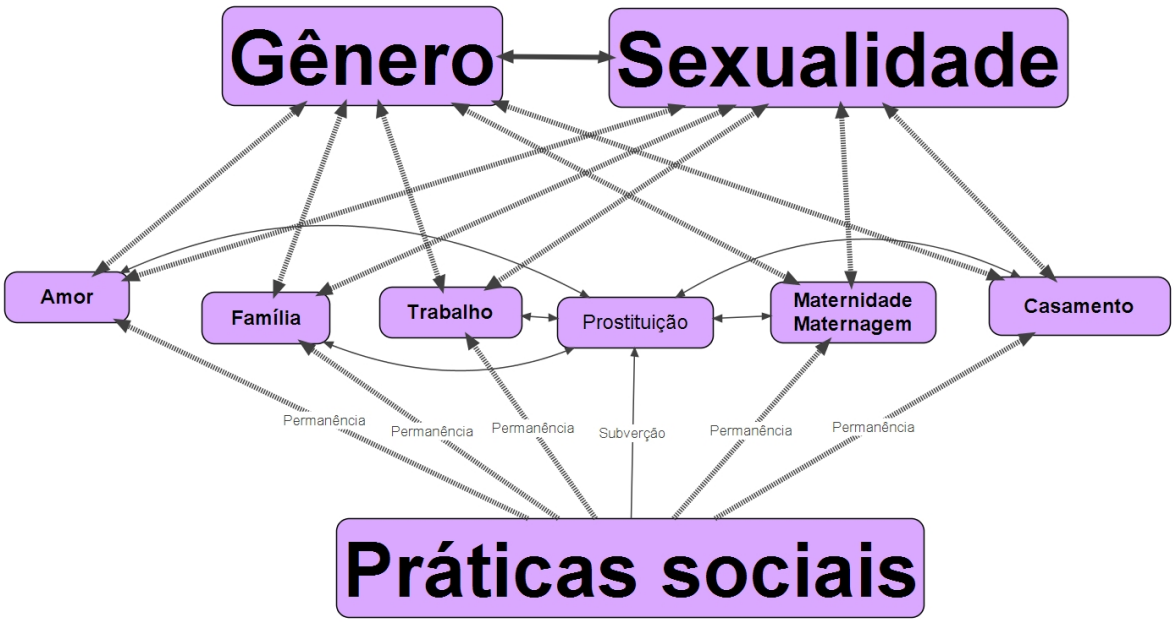
Segundo Silva (2009a), a partir das discussões relacionadas à noção pós-estruturalista da perspectiva de gênero, um fôlego se instaurou na Geografia, por meio da ampliação dos estudos de variadas vivências sexuais. Os conceitos de espaço e de lugar passaram a compor um quadro importante nas teorias feministas, sendo utilizado inclusive por pesquisadores de outras áreas, pois o espaço passa a ser tão performático como o gênero, perdendo seu caráter de fixidez.

Embora tenha ocorrido um avanço na compreensão do gênero enquanto um processo relacional, possibilitando uma série de importantes transformações e possibilidades, pode-se afirmar que a vida social cotidiana se faz por meio de relações de poder e a hegemonia de modelos sociais a serem seguidos. Estes modelos sociais de gênero, enquanto uma dicotomia do que é ser homem/mulher, estão intimamente relacionados às proposições de prostituição e maternagem.

Esta discussão está relacionada às ideias de Butler (2003), em que as representações de gênero não existem em si, como uma essência, mas ganham concretude nas práticas cotidianas das pessoas. Tais práticas de gênero criam a falsa impressão de uma permanência de papéis que, no entanto, são subvertidos em movimentos constantes. Esta subversão pode ser vista nas vivências das profissionais do sexo, pois utilizam a sua sexualidade não como uma ligação ao amor fraternal, mas sim ao sustento, ou seja, a venda de sexo e prazer ao cliente.

O gênero, a partir das proposições de Butler (2003), é importante para a compreensão das dicotomias e também para a própria compreensão da prostituição e maternagens, já que é por meio das práticas sociais ligadas a modelos bem definidos, como casamento, amor, família, maternidade/maternagem e trabalho, que as práticas de prostituição são penalizadas a partir do estigma, justamente por fugirem das normas de gênero. Sendo assim, a imagem 22 abaixo representa um modelo das relações de gênero levando em consideração a prostituição.

Imagem 22 – Relações de Gênero a partir da Prostituição



Fonte: BUTLER, J. (2003)
Organização: PRZYBYSZ, J.

As práticas sociais ligadas ao amor, família, trabalho, maternidade/maternagem e casamento são constantemente reafirmadas pela vivência espacial das pessoas e constantemente reforçam as normas de gênero, as quais também reforçam estas mesmas práticas sociais em um movimento constante de idas e vindas. A prostituição é uma prática social que subverte as normas de gênero e por isso é considerada algo ruim e errado, já que o sexo deve estar relacionado ao amor, casamento e procriação. A prostituição existe, mas é a forma como é pensada que leva ao reforço das normas de gênero, a partir das relações de poder.

Contudo, conforme aponta a imagem 22, a partir das linhas mais fracas, porém mais constantes, a prostituição utiliza destas mesmas práticas sociais para se desenvolver, como será evidenciado nos próximos capítulos. Além disso, é importante ressaltar que as mulheres prostitutas ao mesmo tempo em que subvertem estas normas as reforçam por meio do casamento, amor e maternagem, e este é o primeiro passo para a desconstrução de dicotomias, a própria realidade.

A partir das ondas do movimento feminista, a noção de gênero segue vários caminhos, por meio de diversas definições, tais como aponta Scott (1995), em que a compreensão de gênero tem duas partes e muitos subconjuntos, os quais estão

relacionados, mas devem ser vistos como diferenciados, são elas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (p. 86)

Na primeira abordagem existem quatro caminhos inter-relacionados: O primeiro, as representações simbólicas de homem e mulher; o segundo, as interpretações de significados e de formas simbólicas que limitam as relações metafóricas (criados pela religião, educação, entre outros), as quais afirmam e reafirmam as noções binárias de homem/mulher, macho/fêmea, ou seja, afirmam e reafirmam as normas estabelecidas; em terceiro, a categoria gênero deve desmantelar a naturalização da posição dominante, evidenciar que tais normas são criações espaçotemporais, não fixas e não naturais, tornando tal categoria política; o quarto aspecto do gênero está relacionado à análise das formas pelas quais as identidades são generificadas, são construídas através de atividades e representações sociais.

A segunda proposição de Scott (1995, p. 88) está ligada à teorização do gênero: “seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Assim, os conceitos de gênero biológico e dicotômico vêm para estruturar e organizar a vida social, tal como ela vem sendo vista. Esta estruturação e organização se estabelecem a partir das relações de poder (ou controle), assim, o gênero faz parte da própria construção de poder.

Neste sentido, a política constrói o gênero da mesma forma que o gênero constrói a própria política. A escolha da política como exemplo contextual para demonstrar as questões de poder é utilizada pela autora para evidenciar que o gênero não é apenas uma categoria de justificação, mas é um campo de luta. Estas relações entre gênero e poder constroem a história moderna, mas não têm sido constituídas como tema político.

Por isso Scott (1995) destaca que:

> O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda a construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer dos seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p. 92).

Mesmo a partir de um poder estabelecido, as mudanças acontecem por meio de movimentos sociais determinando novas ordens e o gênero busca novas formas de legitimação. As noções antigas de gênero não podem ser descartadas, mas utilizadas através de contextos específicos. Desta forma, novas ordens podem modificar significados e tensionar as relações políticas, assim como podem reafirmar construções já existentes e são os processos políticos que dão o tom desta reafirmação, que será feita a partir de contextos espaçotemporais específicos.

Butler (2003) desconstrói a noção binária de gênero, ao problematizar a constituição do sujeito por meio de múltiplas identidades que devem ser consideradas pré-requisitos para a construção metodológica e normativa do feminismo. Para a autora, é como se o gênero produzisse uma falsa noção de estabilidade dos corpos e dos papéis, a partir da matriz heterossexual. Desconstruindo a ideia de linearidade entre as categorias sexo/gênero/desejo, Butler (2003, p. 59) afirma que: “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser.”

Seguindo as proposições de Butler, para Silva (2009a), a geografia vem trilhando um longo caminho em relação à compreensão de gênero, dando ênfase aos conceitos de espaço, lugar e território. Para esta autora, o conceito de gênero está relacionado ao que o campo de pesquisa demanda, por isso ela evidencia que:

> Nossas investigações entendem o conceito de gênero como uma representação do ideal dos papéis sociais a ser experienciado por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços. Gênero, portanto, não é uma realidade em si mesma, mas um ideal exercitado cotidianamente por diferentes tipos de corpos que, ao agirem pautados pela representação, superam a mera reprodução de papéis e recriam continuamente a própria representação de gênero. Assim, o gênero é um eterno movimento que se faz na ação humana criativa, e como toda ação implica uma espacialidade, o caráter performático do gênero é simultaneamente espacial e temporal. (SILVA, 2009a, p. 84).

A construção de gênero apontada por Silva (2009a) corrobora com as questões sobre prostituição e maternagens, além da compreensão da performatividade do gênero enquanto espacial e temporal, permitindo que possamos compreender este tema a partir da visão da geografia. A prostituição é considerada

uma destoação da representação ideal de papéis femininos, tensionando o gênero.

De acordo com McDowell (1999), os novos interesses sobre linguagem, representação, simbolismo e significados – na definição de gênero –, e também as questões relacionadas às subjetividades, identidades e o corpo sexuado, em que o gênero pode ser visto a partir de uma construção simbólica ou como uma relação social, devem ser definidos através do espaço e tempo. Esta correlação entre gênero e espaço inclui uma vasta gama de interações sociais que envolvem diversos lugares. Sendo assim, as formas com que representamos gênero e lugar são co-constituídas e têm relação com as intenções das pessoas, crenças, cultura, história e são espacialmente posicionadas.

A partir da concepção de gênero como uma norma, compreendemos que as mulheres que escapam desta 'normalidade' são consideradas prostitutas, putas, mulheres que não honram a Deus, desviadas e ligadas ao mau. Esta divisão entre a 'boa' mulher (a que segue as normas) e a 'má' mulher (a que destoa das normas) gera novos tipos de dicotomias, onde a má mulher deve servir antes de tudo para regular os corpos das 'boas' mulheres (JULIANO, 2009). Esta concepção tem reservado às prostitutas um lugar de marginalidade.

É neste sentido que a prostituição é reconhecida até hoje como suja, pois espaçotemporalmente houve uma estigmatização da sexualidade e consequentemente da prostituição (DUNCAN, 1996). A estigmatização da sexualidade traz às pessoas que utilizam a prostituição como fonte de sobrevivência uma série de embates sociais, além do não reconhecimento enquanto profissão, também o preconceito, a violência, a exposição, as más condições de trabalho e a exploração sexual.

Para Bataille (2013) em *O Erotismo*, em seu tempo, alega que as mulheres suscitam o desejo, pois se propõem a ser objeto deste e da agressividade masculina. Desta forma, o autor defende que a prostituição é a consequência das atitudes femininas, pois todas as mulheres tornam-se objetos para os homens, a diferença é que a prostituição tem um valor venal, devido ao seu cuidado com a beleza e os adereços utilizados. Sendo todas as mulheres objetos de desejo masculino, o autor propõe dois tipos de prostituição, a prostituição religiosa e a baixa prostituição.

Na prostituição religiosa, Bataille (2013) argumenta que esta é um complemento do casamento, sendo o cristianismo um agente regulador. Na

prostituição 'sagrada' a vergonha dá-se na consumação do casamento, após, desaparece nos limites do cotidiano. Conforme este autor, é a partir da vergonha que surge o interdito, que funda a sexualidade na humanidade. O interdito na prostituição sagrada é o que separa as 'boas' mulheres prostitutas das 'más' mulheres prostitutas.

De acordo com Bataille (2013), a baixa prostituição está relacionada à falta de vergonha feminina, em que:

> Não é, na verdade, o pagamento que funda a decadência da prostituta. Um pagamento podia entrar no ciclo das trocas cerimoniais que não acarretava o aviltamento próprio ao comércio. Nas sociedades arcaicas, o dom que a mulher casada faz de seu corpo a seu marido (a prestação de serviço sexual) pode ele próprio ser objeto de uma contrapartida. Mas, por se tornar alheia ao interdito sem o qual não seríamos seres humanos, a baixa prostituta se degrada à categoria dos animais: ela suscita em geral um nojo semelhante àquele que a maior parte das civilizações demonstra pelas porcas. (BATAILLE, 2013, p. 159).

É a falta do interdito que relega às mulheres prostitutas um *statu*s de marginalidade e isso está intimamente relacionado à classe miserável, pois devido às condições infortunas não há preocupação com os interditos. Com o desligamento dos interditos a população miserável se rebaixa aos impulsos animais. O autor ainda evidencia que:

> A prostituta de baixo nível está no último grau do rebaixamento. Ela poderia não ser menos indiferente aos interditos que o animal, mas, impotente para chegar à perfeita indiferença, sabe dos interditos que outros os observam: e não apenas está decaída, mas é-lhe dada a possibilidade de conhecer sua decadência. Ela se sabe humana. Mesmo sem vergonha, ela pode ter consciência de viver com os porcos. (BATAILLE, 2013, p. 160).

A prostituta concorda com a sua condição de miserabilidade, por isso está relacionada à rejeição da dignidade humana a partir da linguagem chula que é o que caracteriza o mundo da decadência e que não pode ser associado ao bem e a honestidade, exprimindo ódio. O livro *O Erotismo*, escrito por Bataille (2013), foi originalmente publicado em 1957 e expressa como a prostituição era tratada. Por mais chocante que seja para a nossa época tratar as prostitutas como porcas, acreditamos que choca ainda mais tratar as 'boas' mulheres como prostitutas, pois isso foge da normalidade do nosso tempo. O chocante mora não na condição da prostituta 'má', mas na condição de igualar a 'boa' mulher a uma prostituta.

Para Duncan (1996), a prostituição tem ofendido a sensibilidade de quem defende a dicotomia público/privado, uma vez que perturba o lugar das coisas, ameaça a respeitabilidade e o ordenamento feminino, pois as mulheres tornam-se públicas. A mulher pública, no discurso dominante, segundo a autora, significa mulher que não é respeitada, enquanto o homem público é um homem político. A mulher respeitável só pode servir sexualmente um homem, seu marido, em casa, já o sexo comercial está além dos limites da respeitabilidade.

Para a autora, as prostitutas são agentes ativas na resistência da dicotomia público/privado, entretanto, não se juntam ao feminismo estabelecido, escolhendo a marginalidade e a excentricidade para reivindicar os seus direitos como minorias sexuais e, assim, desafiam as estruturas das mulheres feministas que estão na elite. Além disso, as mulheres que estão na prostituição desafiam as definições da política e do poder por buscarem um trabalho que é público. No entanto, tais mulheres têm sido silenciadas pela cultura dominante das 'boas' mulheres e também pelas próprias feministas contra a prostituição[43] ou movimento feminista institucional, pois veem a prostituição como algo que ressalta a opressão masculina.

A moralidade pública, representada pela religião e pensada por algumas feministas radicais, define a prostituição como um desvio da moral ou que as mulheres são vítimas oprimidas pelos homens. Esta moralidade pública tem excluído estas mulheres de um papel efetivamente público no sentido político, de falarem por si e reivindicarem direitos, principalmente o direito sobre os próprios corpos e de trabalho, como mulheres de negócios e livres. A exclusão descarta qualquer possibilidade de relações espaciais multiescalares públicas e privadas, entretanto, a vida e a experiência destas mulheres prostitutas mães tensiona este modelo de exclusão a partir da própria existência.

Neste sentido, concordamos com Butler (2003) e também com Kaiser e Nikiforova (2008), que além do gênero, as escalas espaciais hierárquicas (públicas e privadas) são naturalizadas reforçando as relações de poder, marginalizando e excluindo quem não está nas normas. E afirmar que o privado também é político é reforçar subversividades identitárias, escalares, espaciais e temporais que são tão reais quanto a própria materialização do gênero.

---

[43] O movimento feminista tradicional ou feminismo institucional, como argumenta Juliano (2005), tem insistentemente discutido sobre o desvio e o quanto o movimento feminista deixa de crescer devido à prostituição, pois devolve aos homens o poder. Tais discussões podem ser vista em *La prostitución* da feminista Beatriz Gimeno, livro dedicado inteiramente para falar sobre a dicotomia no movimento feminista devido à prostituição.

A prostituição é uma prática espacialmente e socialmente marginalizada, com implicações espaciais complexas devido às atitudes sociais e também às leis. Os limites espaciais para a prática legal da prostituição negam a sexualidade dos lugares públicos, impondo restrições em forma de normas sociais, a partir da invisibilidade em relação à opinião pública, relacionando prostituição a problemas estéticos da cidade, como uma moral que ofende o físico, o psicológico e a sociedade. Para Hubbard (2012), existe uma relação entre a cidade e a sexualidade, pois as cidades oferecem lugares e encontros de desejo, mas também permitindo, restringindo, reprimindo, intensificando os mesmos desejos. Por isso a cidade deve ser analisada a partir da regulação, distribuição e também sexualidade, pois compreendê-la é expor a sujeição à disciplina e o poder ao espaço urbano.

O autor sugere que nem todos os atos sexuais ou identitários são considerados iguais no espaço urbano, pois algumas sexualidades são privilegiadas e outras marginalizadas, existindo o bom sexo, que o Estado e a mídia colocam como normal e o sexo ruim que não tem relação alguma com o emocional, pois este último abrange transexuais, travestis, sadomasoquismo, trabalhadoras do sexo. A marginalização de alguns grupos sexuais específicos pelo Estado cria hierarquias morais que são passíveis de vigilância, regulamentação, disciplina e punição.

Neste sentido, Hubbard (2012) utiliza a prostituição para evidenciar a interseção da lei, da moral e da sexualidade através do espaço urbano, já que a prostituição é uma contradição, pois é uma parte inevitável do espaço e da vida urbana e tem sido considerada como uma forma de sexo imoral e desviante. Para o autor, a prostituição tradicionalmente vem sendo descrita como uma prestação de serviço em troca de dinheiro por meio da libertação sexual masculina – pelo gozo – pois vende-se ou troca-se o corpo; a performatividade do trabalho sexual a partir das roupas, da forma de falar e agir, também tem sido amplamente abordada.

No entanto, atualmente o trabalho sexual vem sofrendo uma reconceituação por seus defensores, como um trabalho erótico, emocional, em que o sexo não é definidor da prostituição, mas sim um trabalho da venda de emoção e prazer, como o realizado por psicólogas, terapeutas, professores, dentre outros que vendem o cuidado psicológico, o conhecimento emocional e científico. (HUBBARD, 2012). O fato é que as prostitutas vêm sendo marginalizadas há séculos e sendo consideradas, devido à atividade sexual, como as outras, as más mulheres, as quais são emblemáticas na intersecção entre a sexualidade e as relações de gênero.

Compreender a vivência espacial das prostitutas é importante na medida em que elas são consideradas o que as outras mulheres não podem ser, ou seja, a partir das normas de gênero (JULIANO, 2005).

Hubbard (1999) afirma que muito se tem escrito sobre a prostituição e a indústria do sexo, mas infelizmente pouco tem sido escrito sobre os espaços da prostituição, há poucas análises da distribuição espacial da prostituição nas cidades. Conforme o autor, a geografia não tem dado atenção às geografias da prostituição e isso se deve a falta de credibilidade dado a ideia de que há uma relação espacial na construção da identidade sexual.

As identidades sexuais devem ser vistas como negociações que acontecem espaçotemporalmente e fluidas, onde há uma variação da sexualidade a partir de lugares, sendo crucial a sua compreensão por meio da geografia. Hubbard (1999) aponta que a pouca atenção de geógrafos para as heterossexualidades dissidentes, como as das prostitutas, reforça o estigma, entretanto, é fato que a prostituição é importante para a construção de identidades sociais.

As prostitutas constituem uma identidade sexual chave para compreendermos as questões sobre os limites da heterossexualidade, pois têm suportado o peso simbólico desta, sendo constantemente impedidas de serem compreendidas a partir de uma cidadania heterossexual. Assim, a identificação da prostituta como imoral define o que é a moral da heterossexualidade e da família, onde a imoralidade (mulher pública) e moralidade (mulher privada) são construídas espacialmente.

Segundo Juliano (2005), quando se trata de temas relacionados à prostituição, parece que se fala de algo separado das condutas sociais, sendo estas caracterizadas pela marginalidade e discriminação. Para ela, muitos autores centram-se na violência e degradação da atividade, separando tudo isso das condições econômicas que a sociedade produz. Muitas mulheres levam a atividade como algo normal e subtraem seu caráter de opção econômica.

A prostituição tem um caráter múltiplo e é difícil escolher o ângulo para falar sobre o tema, entretanto, para a autora, é fundamental ter em mente que a estigmatização de diferentes coletivos de mulheres, em potencial o de prostitutas, é um mecanismo eficaz para controlar as mulheres não estigmatizadas e impedi-las de infligirem os modelos vigentes. O estigma faz com que as mulheres que saem das normas sociais, que são as de oferecer de forma gratuita seu tempo e seu

trabalho para os homens, sofram uma forma discriminação. Esta rejeição tem por objetivo impedir as mulheres ditas 'normais' a não abandonar seus deveres 'naturalizados' como parte de suas características de gênero.

A discriminação contra as trabalhadoras do sexo também se apoia em outro elemento ligado à construção social de gênero, o arquétipo viril (MORENO, 1986), ou seja, a ação de negociar o sexo mortifica o ego masculino, pois com as prostitutas não se negocia amor e sim um preço, ignorando e desvalorizando o interlocutor da relação. A negociação de um preço e consequentemente de um tipo de sexo pela prostituta coloca o homem em uma relação de poder, em que ele é o mais frágil.

Do ponto de vista da discriminação por classe, as pessoas acreditam que a prostituição é um mau trabalho, desagradável e mal pago, porém se constitui em uma atividade em que milhares de mulheres ganham a vida e sustentam seus dependentes e necessidades econômicas urgentes. Isso acontece devido à oferta escassa de atividades atrativas, com alto pagamento para algumas mulheres. É uma forma dura, porém mais rentável de se ganhar dinheiro e mesmo sendo utilizada por pessoas de classes sociais mais altas, chamada de prostituição de alto luxo, a baixa prostituição ainda é mais utilizada evidenciando uma questão de classe.

As discriminações são condicionadas e dispersas com o senso comum e se manifestam pela linguagem e pela legislação, discurso paternalista de proteção de alguns setores religiosos e alguns setores do movimento feminista radical. Para a Igreja, as prostitutas são vistas como pecadoras que podem ser salvas do pecado. O movimento feminista radical acaba seguindo os mesmos padrões da Igreja, pois deixa de tentar entender sobre o sexo pago.

Conforme Juliano (2005), a violência simbólica exercida contra as profissionais do sexo está relacionada a:

> Maltrato de los medios de comunicación. La discriminación social se apoya en una imagen distorsionada que se da de estos sectores desde los medios de comunicación y desde distintos ámbitos académicos y sociales. El tratamiento distorsionado de sus problemas, el subrayado sistemático de lo que las diferencia de otros colectivos, en lugar de mostrar lo que tienen en común, su presentación sistemática como víctimas engañadas sin proyecto propio, son todos elementos que configuran la “violencia simbólica” que se ejerce sobre ellas y que da la base donde se asientan las otras violencias. (JULIANO, 2005, p. 104).

Estabelecer divisões entre umas mulheres e outras tem sido uma estratégia

habitual do patriarcado e seu êxito tem contribuído para a não formação de um coletivo homogêneo, mas sim para uma separação por distintas situações como classe e etnia. Por mais que estas diferenças existam, para a autora, ainda têm-se coisas em comum, como a discriminação geral que sofre quem é mulher. Dar ênfase ao que se tem em comum, mais do que naquilo que separa os seres femininos pode ser uma boa forma de aproximar as 'outras mulheres'. Assim, “Es necesario darles oportunidad para que expresen sus reivindicaciones con sus propias palabras, pero mientras tanto, recogiendo sus protestas y sus expresiones reiteradamente manifestadas (JULIANO, 2005, p. 105).

Compreender a espacialidade de mulheres prostitutas mães envolve uma das facetas de um grupo não hegemônico e o tensionamento que estas provocam ao vivenciar espacialmente papéis dicotômicos, em relação à sociedade. Estas identidades vivenciadas por estas mulheres não são únicas, são múltiplas e vividas de forma interseccional. As vivências espaciais como mulher prostituta mãe, são feitas de forma integral, não podendo destacar de si uma identidade ou outra em determinadas espacialidades.

Juliano, em entrevista a Przybysz (2016), menciona que o trabalho sexual é o setor que mais carrega estigma social, pois há uma compreensão de que a sexualidade é algo que não se vende e que deve ser dado sem pedir algo em troca, estando ligado ao cuidado, principalmente do homem. O uso autônomo da sexualidade por uma mulher é entendido como o não cumprimento dos papéis de gênero e tudo isso gera consequências, castigos, como indica a autora, sendo um deles o de não serem boas mães, sendo cerceado o direito a estas mulheres de permanecerem com seus filhos. Utilizando como exemplo a cidade de Marrocos, Juliano (2005), evidencia que muitas crianças que são adotadas, não eram abandonadas, eram filhos e filhas de prostitutas. Entretanto, conforme a autora, esta discussão é equivocada já que as mulheres prostitutas podem até não cumprir com os papéis de gênero em relação à sexualidade, porém, cumprem seus papéis enquanto boas mães.

Esta relação entre a retirada dos filhos do convívio materno, devido à prostituição, não leva em conta que muitas mulheres, segundo Juliano (PRZYBYSZ, 2016), entram na prostituição ou até delinquem porque têm a responsabilidade de manter sozinha os filhos, sem apoio do pai, familiares ou social. Além disso, essas mulheres, na maioria das vezes, não têm uma formação e consequentemente um

trabalho reconhecido, por isso escolhem a prostituição como uma forma de ganhar dinheiro e sustentar os filhos, e, aí se encontram no dilema entre sofrer estigma, através da prostituição ou sustento dos filhos e o risco constante de perdê-los.

Estas mulheres vivem a partir das normas de gênero, da maternidade/maternagem, da prostituição e da classe, todos inter-relacionados por meio da experiência. Considerando o gênero enquanto norma constituindo relações entre ser mulher, maternidade/maternagem, prostituição, somadas as questões de classe, compreende-se que a intersecção destes elementos é importante para se entender as espacialidades vivenciadas por mulheres mães prostitutas a partir de relações espaciais multiescalares públicas e privadas.

Segundo Silva e Silva (2014), a produção de significados, tensões e relações de poder produzidos pelos diferentes sujeitos sociais tem trazido para a geografia brasileira, nestas duas últimas décadas, as discussões sobre o conceito de identidade a partir de uma pluralidade, dinamicidade e sempre relacionais. Para as autoras, a busca pela compreensão da perspectiva identitária tem permitido a superação da ideia de binaridade, já discutida nesta seção, onde a possibilidade não para em uma ou em outra identidade construída espaçotemporalmente, e sim nas mais variadas facetas identitárias que estão sempre em negociação e articulação.

Neste sentido, a interseccionalidade, é um conceito que permite compreender a simultaneidade dos eixos identitários que são acionados na vida das pessoas a partir da experiência e espacialidade. Conforme Silva (2013), este conceito tem sido muito útil para compreender as questões relativas à fluidez dos elementos identitários e os espaços, levando em consideração as estruturas de poder e dominação (BROWN, 2012; COLLINS, 2000).

A própria instituição da mulher prostituta envolve o conceito de identidade a partir de um ponto de vista móvel e fluido. Para Hall (2011), a identidade foi pensada inicialmente a partir da interiorização do indivíduo, uma concepção individualista. Com o estabelecimento da sociedade moderna o sujeito já não é mais pensado enquanto autônomo ou autossuficiente, mas a partir da interação com o outro e com a cultura, assim a identidade é formada socialmente e ao mesmo tempo em que projeta o 'eu' na sociedade também internaliza significados e valores.

É por meio da fragmentação identitária construída socialmente que é produzido o sujeito pós-moderno, onde as identidades são móveis, fluidas, cambiantes e contraditórias, onde a construção de identidades se dá partir de

relações espaciais e temporais. Para Hall (2011), o tempo rápido ligado à globalização gera impactos sobre a identidade cultural acentuando as mudanças identitárias e gerando descontinuidades que possibilitam novas articulações.

Assim, Hall (2011) defende que não temos apenas uma identidade e sim identidades, sendo estas abertas, sempre em contradição e construção, nunca acabam em si mesmas e são fragmentadas através da vivência e experiência de cada um, por isso as identidades são políticas ao passo que estão sempre em negociação. Para Giddens (2002), as identidades deixam de ser localizadas e também deixam de estar relacionadas a grupos locais, pois se tornam globais a partir da globalização e capitalismo. As identidades globais têm uma forte influência nos meios de comunicação que levam a reformulações do eu e das práticas sociais, já que permitem uma grande variedade de escolhas em relação ao estilo de vida.

Entretanto, para o autor, estas 'escolhas' são obrigadas a estarem em um conjunto de normas sociais de como agir e de quem ser. Giddens (2002) ainda lembra que as escolhas sobre determinados estilos de vida não estão abertas a todas as pessoas, uma vez que dependem de condições socioeconômicas, dentre outras questões sociais. De acordo com Woodward (2000), as identidades adquirem sentido através da linguagem e dos significados que temos do mundo, sendo construídas através da diferença e consequentemente da exclusão, pois só podemos ser alguém que o outro não é. Segundo esta autora, há uma associação na construção de identidades a partir do que o sujeito é, o que ele usa, cultura e sociedade, espaço e tempo, podendo ser marcadas por normas de gênero.

As marcações simbólicas e sociais da identidade que constroem o outro também geram exclusões e consequentemente desvantagens materiais, como afirma Woodward (2000). Para esta autora, a marcação simbólica é o que dá sentido às práticas e relações sociais e geram as diferenciações sociais, e é a partir das diferenças que se constroem as identidades. Neste sentido, para existir as mulheres 'boas', devem existir as 'más' mulheres, as que não seguem os padrões sociais, as prostitutas e as putas. Esta relação de diferenciação classifica o que podemos ou não ser, onde podemos e não podemos ir e se podemos ou não fazer determinadas coisas.

Mesmo sem conceituar identidade, é a partir da sua construção que Goffman (1988) diferencia a identidade social real e a identidade social virtual para compreender o estigma, sendo este uma identidade danificada, deteriorada. Para

este autor, o estigma é construído por meio da identidade social que é formada por atributos comuns e considerados 'naturais', noutros termos, categorizantes de pessoas. Desta forma, ao se construir pré-conceitos cria-se uma expectativa do que os 'outros' deveriam ser e esta seria a identidade social virtual, sendo que a identidade social real são os atributos que os 'outros' realmente têm.

Assim, o estigma é uma relação entre estereótipos construídos e atributos, em que o estigmatizado recebe características que o distinguem, mas que na realidade não são realmente conhecidas, já que são em si identidades sociais virtuais, mas que criam a relação entre o que 'eu' sou e o que os 'outros' são. Os que se afastam das expectativas particulares são considerados inferiores e, então, constrói-se a teoria do estigma que está baseada nas diferenças e no cumprimento ou não de normas.

Segundo Pollak (1992), a construção de identidades se faz a partir dos 'outros', dos critérios de aceitabilidade, admissibilidade, credibilidade do que o eu/outro pode ser ou não ser, além das negociações com o outro. Estas construções de identidades sociais, conforme Ferreira E. (2011), não estão afastadas do espaço, já que este é parte essencial da construção e reprodução de identidades sociais. Além disso, as próprias identidades sociais, para a autora, produzem espaços materiais, simbólicos e metafóricos. Esta autora, por meio de discussões sobre identidades sexuais, argumenta que determinadas identidades dependem de espaços particulares para a sua construção e determinadas identidades podem ser lidas a partir de estabelecidos espaços em que o indivíduo está inserido.

De acordo com a geógrafa Laura Pulido (1997), em seu artigo *Community, Place, and Identity*, fazendo uma discussão relacionada ao lugar e identidade a partir do desenvolvimento do feminismo e do ativismo em pequenas comunidades, a vivência de pessoas em determinados lugares desenvolve identidades baseadas nestes mesmos lugares, mas que estas são como quaisquer outras identidades, não são estáticas, unitárias, são múltiplas e mutáveis e que também formam o lugar, ou seja, a partir de identidades há uma (re)produção do espaço.

Esta relação entre espacialidades e conexões entre identidades cambiantes é um ponto chave para discutir prostituição, entretanto, pouco feita na geografia. Para Hubbard (1999), a geografia torna-se central para discutir as contribuições dos espaços de prostituição na própria construção social das identidades. O autor ainda destaca que a dinâmica da prostituição na contemporaneidade deve ser

compreendida a partir das espacialidades de poder, repulsa e desejo existentes na prostituição, pois ela faz parte da construção das relações do próprio espaço urbano.

Estas espacialidades da prostituição que envolvem poder, repulsa e desejo, também são evidentes na identidade materna das profissionais do sexo, pois não há como separar a mulher mãe, da mulher prostituta. A maternagem está presente nos espaços de prostituição a partir da relação trabalho/sustento dos filhos, mas ao mesmo tempo esta relação é invisibilizada pela discriminação social relacionada à atividade. Assim, por mais que estas identidades sejam pensadas separadamente elas se co-constituem e se cruzam como um feixe de relações, sendo ao mesmo tempo visibilizadas e invisibilizadas em determinadas espacialidades a partir da experiência e dependendo das relações de poder.

Gillian Rose (1993) discute estas proposições de centro e margem de identidades a partir das relações de poder e coloca o espaço enquanto relacional. Para ela, vivenciamos múltiplas espacialidades de forma diferenciada, onde podemos estar, hora no centro e hora na margem das relações de poder, sendo estas vivências relacionais sempre ao outro. Assim, a prostituta vai ser central na manutenção econômica dos filhos e do lar, no entanto, está à margem das relações de poder em relação a própria prostituição, que é colocada como imoral e suja pela sociedade. De outra forma, estas relações podem ser pensadas em correspondência ao cliente, ao dono do bar, à boate, à vizinhança, dentre outros.

A manutenção econômica do lar e a situação de prostituição colocam as profissionais do sexo em uma situação paradoxal, envolvendo inter-relações escalares com forte intensidade. Assim, enquanto essas mulheres se tornam centrais no espaço da casa, são periféricas em relação à prostituição, sociedade, cliente, dono de bar, boate, dentre outras relações que envolvem o preconceito à atividade. Contudo, as profissionais do sexo têm evidenciado que são capazes de reconhecer quais as relações que estão em jogo em suas vivências, desenvolvendo estratégias de resistência, subvertendo as situações de opressão e de poder.

A interseccionalidade é um conceito importante para compreender as relações identitárias que envolvem poder. Segundo Silva, J. e Silva, M. (2014), a interseccionalidade tem início com o feminismo negro, onde a experiência espacial das mulheres negras era diferente das mulheres brancas, já que para as primeiras havia contextos e traços próprios que eram permeados pelo sexismo e pelo racismo, vivenciando diferentes tipos de marginalizações que não eram abarcados pelo

movimento feminista branco. A partir desta concepção surge a compreensão de que há diferentes privilégios, levando em consideração a raça e a classe. Este posicionamento das feministas negras construiu um fértil caminho de pensamento em relação à interseccionalidade e aos sistemas de opressão.

Crenshaw (1991) alega que políticas identitárias não têm ido além da diferença entre identidades, pelo contrário, têm esquecido as diferenças. A autora exemplifica que políticas identitárias reconhecem os diferentes grupos, por exemplo, de negros e de mulheres que sofrem violência, mas ignoram que a própria violência contra a mulher acontece devido a outros eixos identitários como o de raça e de classe, pois há um cruzamento destas identidades na vida real.

A partir de uma pesquisa em uma casa de acolhida de mulheres que passaram por violência em Los Angeles, a autora expõe que as diversas formas em que a raça, classe e o gênero se cruzam na vivência destas mulheres dão lugar a aspectos estruturais e políticos próprios, que muitas vezes são desconsiderados. Para Crenshaw (1991), cada eixo identitário ao se cruzar cria intersecções que complexifica a experiência pessoal de cada um, pois cada categoria expressa relações de poder que de alguma forma é exercida contra outras categorias, tendo consequências diferentes para uns e para outros.

Assim, segundo a autora, a interseccionalidade é uma articulação de diversos eixos identitários que dão base às desigualdades sociais e reforçam estruturas de poder, gerando posições relativas em determinados espaços e tempo. A partir das considerações de Crenshaw (1991), inicia-se um debate sobre interseccionalidade, ligado também a outras categorias como sexualidade e gênero, além do aprofundamento das discussões sobre o cruzamento identitário.

De acordo com McCall (2005), o conceito de interseccionalidade não pode ser compreendido a partir das identidades enquanto algo anterior às relações sociais experienciadas. A complexidade destas relações entre diversos eixos identitários deriva de diferentes contextos sociais, revelando diferentes desigualdades. Além disso, a autora menciona que categorias gerais não dão conta das dimensões contraditórias que envolvem a experiência em relação a estas estruturas mais complexas.

É neste sentido que se compreende que a vivência espacial de mulheres prostitutas mães é uma complexidade de duas estruturas maiores, relacionadas ao gênero e a sexualidade. Não há como compreender as experiências vivenciadas por

estas mulheres sem compreender a própria complexidade dentro da estrutura de gênero e sexualidade a partir dos submecanismos. A maternidade/maternagem, casamento, amor, prostituição, trabalho e a família compõem a categoria gênero, noutros termos, é o próprio cotidiano, experiências e relações sociais das mulheres mães prostitutas, e, a composição destes cruzamentos está relacionada ao poder e opressão, mas também, segundo McCall (2005), a resistências e aos conflitos cotidianos.

Silva, J. e Silva, M. (2014) defendem que devemos compreender as identidades por meio de sua pluralidade, superando o dualismo simplista que oculta as experiências interseccionais vivenciadas a partir de múltiplas identidades. Para as autoras, as experiências vivenciadas pelas pessoas estão em constante construção e reconstrução de intersecções identitárias que são construídas espaçotemporalmente.

Na Geografia, a interseccionalidade tem construído caminhos importantes através da composição de identidades e espaço. Para Valentine (2007), o conceito de interseccionalidade é um forte aliado para a compreensão do espaço quando se compreende que as diferentes identidades podem ser mais evidentes em determinados espaços e espacialidades que em outros. Conforme a autora, a construção, desconstrução e o movimento das diferentes identidades estão intimamente relacionados com as vivências e experiências espaciais, permitindo um jogo interseccional identitário que são permeados por resistências, conflitos, estratégias e proveito de determinadas identidades.

Sendo as identidades 'feitas' espacialmente, Valentine (2007) exorta que devemos buscar compreender como esta interseccionalidade, enquanto uma experiência vivida, é produzida espacialmente e como determinados elementos da intersecção podem ser oprimidos em determinadas espacialidades, e valorizados em outras, podendo se abalar, se anular ou se cancelar. Esta relação entre espacialidades e conexões entre identidades cambiantes é um ponto chave para discutir a interseccionalidade de mulheres prostitutas mães pobres.

Mesmo que Valentine (2007) evidencie o conceito de interseccionalidade a partir de uma conexão entre diferentes categorias sociais, tais como gênero, classe, etnia, sexualidade e assim por diante, ou seja, uma interconexão entre categorias de experiência, acontecendo através das espacialidades, seguimos, neste trabalho, os preceitos intracategóricos de McCall (2005), não anulando as categorias gerais,

apenas aprofundando-se em determinadas identidades, a fim de complicar e criticar as formas gerais de compreender determinadas vivências espaciais.

A compreensão das vivências espaciais de mulheres prostitutas mães pobres só pode ser entendida a partir do conceito de interseccionalidade, pois evidencia as relações identitárias através de determinadas espacialidades como um conjunto complexo de experiências espaciais. Estes jogos identitários são reconhecidos pelas profissionais do sexo que desenvolvem estratégias de resistência, subvertendo as situações de opressão e de poder, onde o espaço passa de uma mera abstração para um agente que constrói as relações que são vividas por estas mulheres.

Platero (2012), colocando a sexualidade como central em relação ao conceito de interseccionalidade, alega que cada eixo identitário constitui diversas formas de desigualdades. Para ele, a sexualidade não é algo privado e nem tem consequências individuais, mas que é um dos fundamentos para a ação da biopolítica a partir das normas de feminilidades e masculinidades que é objeto, claro, de controle sobre as pessoas. A sexualidade não é apenas mais um aspecto da realidade humana, mas é uma das mais fortes formas de vigilância e por isso é um lugar concreto onde as vivências interseccionais se incorporam.

Conforme esta autora, a interseccionalidade vai além da concepção estática e homogênea das desigualdades, pois se centra nas múltiplas discriminações que atravessam o sujeito a partir das inter-relações de estruturas dominantes. Entretanto, além de dar visibilidade a diversas desigualdades possíveis, a interseccionalidade deve ir além e evidenciar as relações de poder, estratégias de enfrentamento e de resistências.

Assim, as relações entre interseccionalidade a partir das relações de poder, dos jogos de identidades (LEWIS, 2012 e PLATERO 2012), do cruzamento de eixos identitários que estão sempre em movimento e são vivenciados simultaneamente (CRENSHAW, 1991; McCALL, 2005; NASH, 2008), são importantes para se pensar as estratégias das profissionais do sexo mães, onde as espacialidades constituem-se em elementos fundamentais para a construção de maternagens, a partir da interseccionalidade dos papéis de mãe e profissional do sexo.

A prostituição, enquanto um guarda-chuva de possibilidades (OLIVAR, 2013), também pode ser compreendida a partir do conceito de interseccionalidade, levando em conta as identidades de prostituta e de mãe e considerando as relações

de classe, gênero, sexualidade. Tais relações identitárias produzem, reproduzem e são produzidas por um conjunto complexo de experiências que são espaciais, porém, desconsideradas socialmente.

A interseccionalidade entre estas categorias identitárias é compreendida a partir da relação entre espaço público privado, desconsiderando uma linha divisória que produz invisibilidades e reforça as normas de gênero e sexualidade por meio da privacidade materna e da publicidade da prostituta. Esta relação evidencia que não há como eliminar a experiência vivida no espaço público, quando se vivencia o espaço privado e vice-versa, mas que tais experiências são vivenciadas escalarmente enquanto uma relação que compõe a realidade e tensiona as normas de gênero e sexualidade.

Assim, compreendendo o fenômeno da prostituição enquanto uma realidade complexa e plural, o espaço não é uma mera abstração, mas sim um agente que constrói e é construído a partir da experiência. Este capítulo evidenciou as perceptivas conceituais que dão base para a compreensão das espacialidades vivenciadas por mulheres prostitutas mães de baixa renda no exercício de maternagens, por meio de uma perspectiva da teoria feminista e das geografias feministas.

CAPÍTULO 3
O FENÔMENO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA: AS DIFERENTES ESPACIALIDADES EM PONTA GROSSA-PR

> “Sendo uma criatura exilada, expulsa da sociedade, como você e eu, porque somos artistas, a prostituta é certamente nossa amiga e nossa irmã.” Van Gogh (1853-1890)

A prostituição faz parte da história do mundo, está presente em divindades como a Deusa prostituta Ishtar na Babilônia, na poesia em 'As Meninas de Gare' de Oswald de Andrade (1890-1954) e 'A Puta' de Carlos Drumonnd de Andrade (1902-1987), nas canções como 'A Dama do Cabaré' de Noel Rosa (Samba, 1936), sem esquecer da marcante música 'Geni e Zepelim' de Chico Buarque (MPB, 1978), que também foi representada como peça de teatro, 'Ópera do Malandro', em 1979, além da peça 'Filha, Mãe, Avó e Puta – Uma entrevista' baseada no livro de Gabriela Leite. A prostituição também foi tema de novela como em 'Roque Santeiro' (1985) e em 'Salve Jorge' (2012) e representada em filme como 'Anjos do Sol' (2010) e 'Bruna Surfistinha' (2011).

Embora a prostituição tenha sido cantada, descrita, representada e pintada, ela ainda é um tabu, sendo amplamente esquecida e estigmatizada, entretanto, compõe o cenário urbano e artístico do mundo inteiro. É neste sentido de composição, produção e reprodução da cidade que este capítulo tem como foco central compreender o fenômeno da prostituição feminina na cidade de Ponta Grossa, por meio de seus diferentes espaços e espacialidades.

A prostituição nas cidades tem se desenvolvido a partir de diversos contextos espaçotemporais. Permeada pela limpeza urbana, estigma e preconceito, ela tem sido vista espaçotemporalmente como algo ruim, como pecado e imoral. Todavia, a venda e a compra de prazer é algo visível, que é observada há décadas, mesmo não sendo uma atividade reconhecida. A prostituição é algo já posto e que movimenta um mercado enorme de outras possibilidades e fetiches, como é apontado por Bezerra da Silva (2011).

É compreendendo o contexto geral dos espaços de prostituição em Ponta Grossa que se pode explorar as diferentes espacialidades vividas pelas mulheres prostitutas de baixa renda. As identidades das profissionais são um ponto chave

para que se evidencie como as experiências nesta atividade estão permeadas por outras identidades e cotidianidades. Estas identidades que são fluidas e estão em constante construção são o ponto chave para se compreender a intersecção entre prostituição e maternagens.

Assim, o terceiro capítulo tem por objetivo trazer o desenvolvimento da prostituição na cidade de Ponta Grossa, pautada na construção das identidades das mulheres prostitutas e das mulheres prostitutas mães de baixa renda. Sendo o espaço um reflexo, mediação e condição social (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003), ele é fruto da ação humana. É neste sentido que se pode compreender que o processo de identificação, as escolhas dos locais, junto com o estigma têm moldado a prostituição na cidade de Ponta Grossa e o seu desenvolvimento.

Desta forma, este capítulo será dividido em duas seções. Na primeira, será feita uma discussão sobre o contexto espacial da prostituição em Ponta Grossa e o seu desenvolvimento. Na segunda seção, será evidenciado o perfil geral da prostituição na cidade de Ponta Grossa e, por fim, far-se-á um debate sobre os processos de identificação do que é ser mãe e do que é ser prostituta.

3.1 - O Contexto Espacial de Ponta Grossa e o Desenvolvimento da Atividade de Prostituição

A sexualidade nem sempre foi um tabu, pois foi tratada em outras épocas com mais simplicidade do que nos dias atuais. Foi a construção de sexualidades permeadas pela imoralidade que criou normas, mais tarde naturalizadas, a fim de 'organizar' a sociedade criando restrições àqueles que não se encaixavam em uma heterossexualidade vigente. Esta construção de uma 'nova' forma de ver a sexualidade dá lugar ao estigma e ao preconceito. O estigma, para Goffman (1988), é a naturalização de determinados atributos e estereótipos considerados e construídos enquanto normais pela sociedade, estes geram marcas que diferenciam pessoas, reduzindo aqueles que não os têm como indivíduos anormais.

A deterioração de determinadas identidades por meio de modelos sociais, o estigma, inclui as normas de gênero e sexualidade. Segundo Catonné (2001), na filosofia não existe sexualidade, pois é vista enquanto amor e tratada a partir do mito. Era por intermédio do amor que os jovens tinham sua iniciação de passividade em relação ao mestre a partir do sexo. Ainda no contexto da filosofia, além do amor,

eram encontrados o erotismo e a procriação, em que o sexo sem procriação e o erotismo estavam relacionados à arte de amar. O autor ainda menciona que a sexualidade não era um mal, mas apenas uma questão de escolha pessoal, até a inserção do cristianismo.

Com a conversão de alguns filósofos ao cristianismo e a instituição do casamento em meados do século XII, o autor expõe que os prazeres da carne, o erotismo e o desejo vão ser canalizados pelo matrimônio, culpabilizando o sexo que passa a ser considerado um pecado (ROUGEMONT, 2003). Cria-se, então, uma moral sexual que marginaliza a homossexualidade e a prostituição, interdita a sexualidade ao espaço privado e gera punições para aqueles que transgridem as lógicas morais impostas pela Igreja.

Foucault (2012) alega que até o século XII as práticas sexuais eram mais abertas, não buscavam disfarces, mas que é a partir da burguesia vitoriana que a sexualidade foi encerrada, privatizada e confiscada pela família, tornando-se exclusiva para a procriação. O lugar da sexualidade fica restrito ao quarto dos pais e o que não é regulado, é negado e silenciado. Neste mesmo ínterim, a sexualidade para as crianças é interditada, as quais não podem falar ou ouvir sobre sexo e sexualidade.

Quanto às sexualidades ilegítimas, as quais para o autor são as concessões, estão guardadas espacialidades específicas, não incomodando a visão alheia, existindo apenas alguns lugares de tolerância como as casas de saúde. É somente nestes lugares irrestritos que o direito ao sexo ganha formas reais, entretanto, clandestinas. Foucault (2012) ainda argumenta que a repressão à sexualidade coincide com o surgimento do capitalismo, por ser incompatível com o trabalho devido ao seu caráter de futilidade.

Para Medeiros (2002), existem critérios de comportamentos sexuais que são classificados como normais e aceitáveis, os quais têm um objetivo certo: a procriação. Já as práticas perversas têm como objetivo somente o prazer, rompendo as fronteiras morais, sendo precedido do desejo e do orgasmo. Estas mesmas práticas também precedem a procriação, mas não são marcadas enquanto inaceitáveis. Conforme a autora, é a partir do desejo que se rompe com as normas morais de sexualidade.

De acordo com Catonné (2001), as práticas sexuais vêm se modificando, a partir do que ele chama de modernidade sexual com a liberação da pílula

anticoncepcional na década de 60 e da liberdade sexual na década de 70, em que o prazer passa a ter direito à cidadania. Com a inserção da tecnociência, como é chamada pelo autor, há uma: “quebra da imagem da mulher ligada pelo cristianismo. Para além da oposição entre Eva, criatura satânica, e Maria, a nova Eva, mãe de Deus, introduzimos a terceira expressão da mulher, nada menos que simplesmente uma mulher que poderia escapar à escolha entre a mamãe e a puta” (CATONNÉ, 2001, p. 77).

Entretanto, a sexualidade ainda é um tabu e reprimida, pois mesmo em tempos de uma tecnociência ainda mais avançada, falar sobre sexo e sexualidade gera antipatia, uma vez que “certas velhas funções tradicionais da profecia nele [sexo] encontram reativadas”, conforme aponta Foucault (2012, p. 77). Para este autor, muitos não encontram a felicidade, também não veem a realidade, por medo, já que falar e ser livre em relação à sexualidade gera punições, pois vai contra ao que hoje é estabelecido sobre este tema, ou seja, uma sexualidade privada.

O que é importante em relação à sexualidade, segundo Foucault (2012), não é a repressão, já que o poder não é externo e produtor de uma força contrária ao sexo, mas sim o exercício do poder através da sexualidade, a partir de uma correção de forças inseparáveis de dominação que são cristalizadas a partir da Lei e do Estado. Assim, não é o que pode ou o que não pode ser dito em relação à sexualidade, mas a sutileza em que o sexo é discursado em torno das relações de poder, exemplo disso, para o autor, é a produção de formas singulares de sexualidade que são condutas do que não se deve ser, sendo uma força através da qual o poder se consolida. Desta forma, a sexualidade não passa de um sistema pelo qual o poder é regulamentado.

Conforme Juliano (2004), há um problema teórico quando se tenta entender por que algumas pessoas são consideradas fora das normas, pois o que realmente importa é o tratamento dos fenômenos a partir de seu significado social. Levando em consideração a metamensagem que é dirigida ao corpo social, a qual cria significados sociais, a autora argumenta que:

> El problema teórico relevante no es entonces entender por qué determinadas personas actúan de manera diferente de la establecida por la norma, sino cómo se han construido y se mantienen estas normas, qué funciones sociales cumplen y qué sistema de sanciones implementan a su alrededor. (JULIANO, 2004, p. 12).

De acordo com esta autora, a discriminação se constrói historicamente através de processos de estigmatização, marginalização e exclusão social, que rotulam pessoas como diferentes e inferiores e legitimam o controle social e as normas como um bem comum, ou seja, são forças que dão legitimidade as relações de poder. É como se a sociedade propusesse formas de condutas que são adequadas e obrigatórias e tipificadas como naturais, como a heterossexualidade, o instinto materno, dentre outras. As pessoas que questionam na prática estas normas, supostamente naturais, sofrem sanções a partir da discriminação e violência.

Conforme Medeiros (2002), a diversidade sexual implica em um controle social que cria dispositivos, a partir do discurso, que manipulam o corpo, desejos, prazer, erotismo, produzindo normas, sendo o estigma a marca do comportamento social considerado inadequado que é constantemente reproduzido pelos mecanismos simbólicos de poder. A prostituição, que para a autora, é uma atividade com fins de prazer em troca de dinheiro, sem apego afetivo, tem assumido um comportamento desviado devido a tais manipulações.

Juliano (2004) explicita que a prostituição é uma forma de tensão às normas e por isso é uma atividade altamente estigmatizada, já que colocar valor naquilo que deveria ser desenvolvido de graça, expõe algo (sexualidade, sexo e corpo) que deveria ser privado, que deixa em evidência o erótico e o desejo e transgride a monogamia. Logo, a estigmatização da prostituição não está relacionada à transgressão das normas, mas está ligada ao fortalecimento delas, em que o poder é exercido através da sexualidade.

Assim, para a autora é necessário o reconhecimento de identidades estigmatizadas, já que o estigma gera diversos tipos de explorações que acompanham a privação de direitos e também de recursos econômicos. No caso da prostituição, a privação de recursos econômicos não desencoraja o exercício da atividade já que é altamente rentável, neste contexto é utilizada a segregação identitária produzindo marginalização. A marginalização, segundo Juliano (2004), é definida a partir de pessoas que estão dentro do sistema social, mas são margem (exemplo, os pobres); e exclusão social que pode ser definida a partir de pessoas que estão fora de uma cidadania plena (exemplo, as prostitutas). Tanto a marginalização quanto a exclusão, segundo a autora, são produtos do estigma, no entanto, para tais rótulos estigmatizadores funcionarem é necessário que seja

estabelecido algo legítimo, ou seja, o que o outro não pode ser, como é o caso da heterossexualidade.

Ainda, para esta autora, a estigmatização no novo milênio está centrada no espaço, onde cada pessoa deve ocupar aquele ao qual foi designada, porém, quando os considerados 'outros' começam buscar direitos para ocupar e vivenciar múltiplos espaços, surgem as privações de direitos a estes grupos excluídos e marginalizados, em que os que não podem ser vistos são tratados enquanto um problema social, como é o caso das prostitutas, que são repetidamente escorraçadas de seus espaços de trabalho, como evidencia Ramos (2015), ao discutir a segregação urbana da prostituição em Campinas.

Conforme Elizalde (2011), as trabalhadoras do sexo são marginalizadas a partir de dois dispositivos. O primeiro deles é o ideológico, que considera a prostituição enquanto um instrumento de controle, pois para que sejam protegidas e sujeitos de direito, elas devem ser boas mulheres, já as más mulheres são desprotegidas, sem direitos e lhes pode acontecer de tudo, uma vez que se são más, não lhes será reconhecido o medo, o amor, a maternidade/maternagem e sempre serão vítimas e manipuladas. O segundo dispositivo está relacionado ao trabalho, que segundo a autora, é a partir dele que todo o estigma está imbricado e que a falta de reconhecimento e a negação de direitos laborais as deixam em um duplo desamparo de direitos, já que muitas trabalham para terceiros.

Para esta autora, o estigma tem implicações nos mais demasiados âmbitos da vida destas mulheres que vão desde o cerceamento de liberdade e segurança no trabalho – direito a associação de trabalho, de tirar proveito do que compram com o dinheiro vindo da prostituição, uma vez que este é considerado dinheiro sujo. Outro aspecto é que elas estão desprotegidas no caso da violência de gênero, pois seus companheiros geralmente são reconhecidos como cafetões, além de não terem credibilidade quando denunciam qualquer tipo de violência doméstica ou no trabalho – até a própria vida familiar, já que os dependentes vivem do dinheiro da prostituição.

O fato é que as relações de poder que permeiam a prostituição, a partir do estigma, reafirmam as normas de gênero que são realçadas constantemente por um discurso contraditório, de senso comum e que não permeia a realidade vivida pelas prostitutas. O discurso ganha força nos modelos jurídicos de prostituição, que para Arella et al. (2007), tem um grande peso na vida das mulheres profissionais do sexo,

principalmente aqueles que são invocados negativamente pelo próprio movimento feminista. Conforme as autoras, são quatro os modelos referentes ao exercício da atividade da prostituição: regulamentarista, abolicionista, proibicionista e o laboral ou de legalização.

Segundo Ramalho (2012), devido aos intensos debates sobre sexualidade no século XX, surgiu dentro do próprio movimento feminista uma oposição bem demarcada entre feministas radicais e liberais, tendo como centralidade a discussão sobre prostituição. No feminismo radical, a prostituição e também a pornografia estão relacionadas à dominação masculina que levam as mulheres a inúmeras desvantagens em relação à esfera pública e privada, além disso, reforçam o patriarcado. O autor destaca que a sexualidade, para estas feministas, é considerada uma dimensão do ser humano e que sendo ela coisificada, o ser humano também o é, ou seja, torna-se objeto.

No feminismo radical, as prostitutas são tratadas como vítimas e escravas, mesmo aquelas que escolhem a prostituição sem nenhum tipo de constrangimento moral ou social, já os clientes que são considerados agressores são aqueles que reduzem as mulheres a objetos sexuais. Esta forma de pensar a prostituição implica em redução da liberdade feminina, pois não leva em conta as escolhas, experiências sociais e a autonomia das mulheres, e, que ao tornar o corpo feminino num objeto reforça-se o estigma. O movimento feminista radical não leva em consideração qualquer tipo de posicionalidade na escolha da prostituição, reduzindo a experiência pessoal à vitimização, ao tratarem a prostituição voluntária enquanto forçada.

O movimento feminista radical acredita que a mulher prostituta é sempre coagida a exercer a prostituição, sendo seu consentimento irrelevante, segundo Ramalho (2012). Para tal movimento, a igualdade de gênero jamais poderá existir se houver prostituição, por isso defendem a sua erradicação a partir do abolicionismo e do proibicionismo. De acordo com Sutherland (2004), o feminismo radical considera a lei como um instrumento para a emancipação feminina e assim tem se inserido na política institucional, tornando-se a voz das prostitutas que são consideradas objetos sexuais alienados e não podem falar por si. Neste sentido,, busca estratégias de erradicação da prostituição e de limpeza urbana.

Arella et al. (2007) mostram que o modelo abolicionista, que está ligado a primeira onda do movimento feminista e formado por feministas burguesas, surgiu no final do século XIX, encabeçado por Josephine Butler e tinha como objetivo

submeter as prostitutas a controles médicos e policiais, além de dirigir a busca por restrições estatais em relação a determinadas condutas sexuais. Dessa forma, o abolicionismo estava ligado a um montante de sanções e controles legais, a fim de abolir a prostituição, principalmente a de rua. Já o proibicionismo, que estava ligado ao abolicionismo reacionário e com forte influência da criminologia positivista, segundo as autoras, dava lugar a uma prostituição enquanto algo congênito, hereditário e caracterizado pela selvageria.

O movimento proibicionista do final século XIX acentuou a divisão da boa mulher e da má mulher. Considerando estas últimas um perigo para a saúde humana, a prostituição deveria ser extinta a partir da repressão, prisão e esterilização forçada. Conforme Arella et al. (2007), atualmente este movimento, mesmo que mais fraco, pede a criminalização da prostituição e as sanções são multas e prisões para prostitutas. As autoras ainda afirmam que outro modelo, o regulamentarista, que é próprio do início do século XIX, inserido antes mesmo dos modelos abolicionistas e proibicionista, é um pouco mais brando, em que a prostituição é tolerada, regulada e disciplinada, mas não legalizada.

No modelo regulamentarista, são reservadas normas e espaços específicos da cidade para a prostituição. Assim, quanto menos forem vistas no espaço urbano é melhor e quando forem vistas que sejam em casas respeitáveis, além disso, a prostituta deve parecer uma mulher decente, sem chamar a atenção e circular o mínimo pela cidade. Mesmo que livres de sanções, as prostitutas eram controladas, inclusive com carteiras contendo os seus dados, fotografia e datas das visitas ao médico. Para Arella et al. (2007, p. 51), “con la reglamentación se crearon las prostitutas y, com ello, se impuso una relación de docilidade-utilidade al trabajo sexual, permitiendo que los cuerpos femeninos fuesen entoces sometidos, utilizados y transformados”.

O Brasil, conforme Barreto (2013), tem inúmeras tentativas de controle e de eliminação da prostituição em distintos momentos da história, com indícios de movimentos abolicionistas e regulamentaristas. Entretanto, atualmente, com a inserção e luta do movimento de prostitutas pela profissionalização da prostituição, tem-se modificado o cenário brasileiro e isso tudo tem relação com o próprio movimento feminista liberal.

O feminismo liberal, segundo Ramalho (2012), surge na década de 70, em oposição ao feminismo radical, a partir de uma perspectiva feminista que era

constituída basicamente por prostitutas, que contestavam o argumento de que a prostituição era sempre forçada. Marcada pela mudança do nome de prostituta para trabalhadora do sexo, esta perspectiva dá ênfase à prostituição enquanto um trabalho e reconhece a liberdade de escolha e da utilização do corpo. As feministas liberais também se recusam a serem vistas enquanto um símbolo da opressão masculina, advogam a descriminalização, a não estigmatização e a concessão de direito e liberdade de escolha dos locais de trabalho, sem confinamento a bairros e locais específicos.

Estas feministas têm reivindicado direitos e mudanças de conceituação da prostituição enquanto algo ruim, pedem a regulamentação da atividade e direito a autonomia. Este movimento tem ganhado força, como afirma Ramalho (2012), e tem como marco a *European Conference on Sex Work, Human Rights, Labour and Migration*, que pede mais direitos as profissionais do sexo. A própria ONU – Organização Nacional das Nações Unidas – e a Organização Internacional do Trabalho – OIT –, segundo o autor, têm apelado para o reconhecimento da indústria do sexo como um todo.

O autor informa que houve um crescimento na defesa dos direitos das profissionais e de projetos e movimentos das trabalhadoras do sexo no mundo inteiro. Entretanto, argumenta que o movimento de prostitutas ainda é frágil e limitado, já que muitas têm pouca consciência de que o que desenvolvem é um trabalho digno e que podem ser detentoras de direitos em relação a ele.

O movimento de feministas liberais tem considerado a prostituição a partir do modelo laboral ou de legalização, como expõem Arella et al. (2007), pois este movimento tem insistentemente questionado a divisão entre boas e más mulheres. Para estas autoras, este modelo tem seu fortalecimento na década de 90 na Europa e, segundo Leite (2009), já na década de 80 no Brasil, e busca direitos sociais, isto é, que as prostitutas sejam respeitadas nos mais diversos âmbitos sociais sem serem estigmatizadas pela sua atividade. Além disso, que o trabalho com as zonas sexuais do corpo seja reconhecido como elemento produtivo, como a mente, força bruta e trabalho intelectual.

Os modelos jurídicos de prostituição têm sido vistos ao longo da história da prostituição no Brasil, sendo os mais presentes o regulamentarista e abolicionista, segundo Rago (1985), e o liberal que surgiu na década de 80 e se fortaleceu com a instituição da prostituição enquanto ocupação no CBO. Entretanto, as feministas

radicais têm acentuado as discussões sobre a prostituição enquanto um reforço do patriarcado no Brasil, como pode ser visto em Pateman (1993), já que para ela o contrato original é o poder dos homens sobre as mulheres, os quais têm um reconhecimento público como proprietários do corpo feminino, pois este é vendido como mercadoria.

Levando em consideração as colocações de Juliano (2005), em que a prostituição é uma forma de regulação, uma força que produz poder ordenando os corpos, as práticas sociais, cotidianas e também uma forma de regulação espacial das consideradas boas mulheres, as prostitutas são, então, a tensão destas relações de poder, isto é, o tensionamento às normas.

A criação de modelos de prostituição, abolicionista, proibicionista e regulamentarista acentua a regulação dos corpos das prostitutas, tal regulação é, sobretudo, espacial, sendo que cada um deles controla os espaços de prostituição de formas diferenciadas. De acordo com os geógrafos Hubbard, Matthews e Scoular (2008), os modelos de prostituição, principalmente os defendidos pelas feministas radicais, impactam diretamente na lei que regula ou proíbe a prostituição, colidindo diretamente com a vivência espacial de mulheres prostitutas, já que a partir de cada modelo e leis, elas tendem a buscar outros espaços e tipos de prostituição regulamentados ou não, muitas vezes ficando mais vulneráveis à violência e ao tráfico de pessoas.

Segundo estes autores, a cada modelo e lei instituídos para acabar com a prostituição modificam-se as formas de exercê-la e as espacialidades vividas pelas profissionais, principalmente no que tange à prostituição de rua, mas não a deixa de existir, apenas faz com que estas mulheres tensionem este tipo de produção de poder. Levando em consideração os modelos buscados pelas feministas radicais, os autores ressaltam que ao serem repreendidas por meio de força policial ou lei, estas prostitutas que tinham autonomia na rua migram para outros tipos de prostituição.

Estes tensionamentos que são, sobretudo, espaciais, por um lado permitem dar continuidade ao exercício da prostituição, porém, podem deixar as mulheres mais fragilizadas. Conforme argumentam Hubbard, Matthews e Scoular (2008), ao saírem de seus espaços devido à repressão dos movimentos contra a prostituição, polícia e força das leis, em especial no caso da atividade de rua, estas mulheres migram de preferência para a prostituição de internet, ficando mais vulneráveis aos próprios clientes, já que este é o tipo de trabalho mais invisível. Assim, o que era

para a proteção, deixa as mulheres prostitutas ainda mais suscetíveis a sofrimentos e tudo isso por não compreenderem a realidade vivida por estas trabalhadoras.

Nenhum dos modelos propostos vai afastar estas mulheres da prostituição, vai fazê-las mudar a forma e os locais de exercício desta atividade. Além disso, algumas mulheres também tensionam estes movimentos ao se estabelecerem em um espaço e mesmo diante de modelos ou leis não se mudam ou se afastam dos pontos de prostituição em que estão instituídas, uma vez que há muito mais do que associações de trabalho nos tipos de prostituição, ou seja, há outros tipos de vínculos cotidianos que perpassam a prostituição e relações sociais vividas por estas mulheres.

Logo, ao considerar a prostituição enquanto uma realidade de diferentes relações a partir de múltiplas espacialidades, estes movimentos contra a prostituição e o feminismo radical não são reais ou pelo menos não têm pensado através da realidade das profissionais do sexo e nem levam em consideração as questões de poder que são produzidas por meio das normas de gênero e sexualidade. Observando o gênero enquanto prática cotidiana que cria uma falsa impressão de permanência de papéis normatizados, segundo Butler (2003), o feminismo radical torna-se contraditório, pois reforça estas mesmas normas de gênero ao não ponderar a liberdade sexual e de escolha, impondo modelos e discutindo o fim da prostituição.

Diante do exposto, compreender a prostituição a partir da venda de serviços sexuais, da emoção e prazer é pôr em evidência a materialização da tensão às normas de gênero, desestabilizando todas as relações de patriarcado, tornando o sexo uma atividade pública, onde a mulher não é margem nas relações, mas é central, determinando o que pode ou não ser feito na constituição contratual do processo de compra e venda dos serviços sexuais. Além disso, reforçar a prostituição enquanto um trabalho é combater o estigma e a marginalização das mulheres que desenvolvem esta atividade.

Para Barreto (2013), a prostituição no Brasil tem dois grandes marcos: o da higienização e controle e o enfrentamento da epidemia HIV/AIDS, a partir de um agir coletivo. Em meados do século XIX, a prostituição era uma condição de autonomia feminina e independência sexual, econômica e emocional; as mulheres estavam em todas as áreas da cidade e mesmo que devessem ser controladas tinham a função de povoar áreas isoladas e só eram punidas ao causar desordem. A autora enfatiza

que no código Criminal de 1830 há uma clara distinção entre mulheres 'boas' e as 'más', inclusive com pena de estupro diferenciada a elas, conforme os artigos 222 e 224:

> Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta. Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida. Se a violentada fôr prostituta. Penas - de prisão por um mez a dous annos.
> Art. 224. Seduzir mulher honesta, menor dezasete annos, e ter com ella copula carnal. Penas - de desterro para fóra da comarca, em que residir a seduzida, por um a tres annos, e de dotar a esta. (BRASIL, Código Penal de 1830).

A autora ainda destaca que o artigo 215 do Código Penal de 1830, “Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude” (BRASIL, 1830) só teve o termo 'mulher honesta' retirado do documento no ano de 2005, e que até então pode-se observar, no referido artigo, uma clara divisão entre boas (dotadas de direitos) e más mulheres. Barreto (2003) também discute o artigo 12 do Código do Processo Civil de 1832, que obrigava a prostituta a assinar um 'termo de bem viver', para que não perturbassem a ordem e o sossego público.

Ainda no século XIX, o Brasil, especialmente o Rio de Janeiro fora marcado por epidemias e hábitos que não eram considerados apropriados à elite, havendo a necessidade de uma 'limpeza urbana' pelos médicos. Assim, a autora argumenta que:

> A cidade estava doente e precisava ser tratada. Duas das faces dessa doença era a prostituição e a sífilis, que se tornaram objetos do saber médico. Sob a influência de Parent-Duchâtelet, os médicos brasileiros estudaram a prostituição, buscaram as suas causas e efeitos, classificaram as prostitutas, debateram a regulamentação. Era preciso compreender essa “doença”, definindo-a, entendendo suas origens, seus sintomas e as formas de tratamento. Visavam ainda impedir a propagação das doenças venéreas que assolavam a cidade, fortemente associadas à prostituição. Para realizar esses estudos sobre a prostituição, foram enfocadas três categorias básicas de classificação: perversão (doença física) depravação (doença moral) e comércio do corpo (doença social). (BARRETO, 2013, p. 73-74).

Até meados de 1920, prevaleceu no Brasil o regime regulamentarista e nesta época começou a ganhar forma o regime abolicionista, com a assinatura do Tratado Abolicionista Internacional da ONU em 1951, que influenciou o Código Penal Brasileiro. Por mais que o Brasil tendesse ao abolicionismo, com a epidemia da AIDS no início dos anos 80 (segundo momento da prostituição no Brasil), onde as

prostitutas foram consideradas um grupo de risco, houve uma “possibilidade de formação identitária e de ações coletivas (BARRETO, 2013, p. 88)” pelas profissionais do sexo. Assim, surgem os primeiros encontros de prostitutas e a formação da RBP (Rede Brasileira de Prostitutas) e todo o movimento que dá início a um empoderamento das profissionais do sexo, como já visto no capítulo 1 desta tese.

A prostituição como observado em Rago (1985) e Barreto (2013) tem feito parte da história do Brasil e está presente de maneira evidente no contexto da cidade, embora tais autoras tenham dado uma contribuição importante para o entendimento da regulação social da prostituição no país, outra faceta da prostituição deve ser compreendida, a partir da sua composição espacial e das identidades. Para analisar as questões identitárias das mulheres prostitutas é importante compreender a lógica de distribuição espacial da prostituição que compõe o espaço urbano, como tem apontado Hubbard (2012).

Para Hubbard (1999), embora a prostituição não tenha sido um fenômeno sempre urbano é nas cidades que ela tem se encontrado e por isso deve ser motivo de estudos dos geógrafos, já que a prostituição compõe o espaço urbano. Esta atividade vem sendo associada à cidade devido à diversidade sexual, liberdade e complexidade cultural, pois o campo ainda é relacionado às morais sexuais tradicionais. Conforme o autor, a sexualidade da cidade oferece uma gama de experiências eróticas que são próprias da vida urbana, tais como: anonimato, exibicionismo, *voyeurismo*, dentre outras ações.

A cidade é acima de tudo a realidade que contextualiza e coordena, ordena e organiza os contornos da vida contemporânea, entretanto, segundo o autor, são as formas, estruturas e normas que afetam os elementos da constituição de corporeidade, onde os corpos sexuados não são contextualizadores da cidade, assim as formas e estruturas restringem ou permitem formas de expressão da sexualidade, em que determinados seres sexuados tornam-se estranhos à vida urbana (HUBBARD, 1999).

Ainda de acordo com este autor, a história da sexualidade é ao mesmo tempo a história da urbanização, sendo a primeira essencial para a segunda, já que implica em uma série de práticas espaciais. O marco deste entrelaçamento espaçotemporal entre a sexualidade e a urbanização, para Hubbard (1999), é a prostituição, sendo a prostituta um símbolo da vida urbana, uma vez que representa

a liberdade sexual e ao mesmo tempo é considerada a deturpação e desordem da vida urbana. Esta contradição tem relação com as fantasias e restrições morais que relegam a prostituição a pontos marginais na cidade. Assim, conforme o autor: “As such, it is evident that prostitutes have figured in the bourgeois (male) imagination as objects of desire and disgust; symbolizing an untrammeled and unrepressed sexuality, prostitutes embody an erotic presence in the city, one that both attracts and repels[44]” (HUBBARD, 1999, p. 95).

É neste sentido que há uma série de estratégias socioespaciais para invisibilizar a prostituição do espaço urbano, que, para o autor, é uma forma de separar a sociedade respeitável da prostituta, sendo uma forma de controle social, colocando as profissionais em locais distantes ou segregados da cidade, formando geografias de exclusão, mas que cotidianamente são tensionadas espacialmente pelas mulheres prostitutas. Assim, segundo Hubbard (1999), a ordem heterossexual da cidade não pode ser vista como separada das normas e da maneira como o trabalho sexual vem sendo visto e moralizado no espaço urbano.

Ramos (2015), ao analisar a segregação urbana da prostituição em Campinas, São Paulo, argumenta que o distanciamento da prostituição foi uma forma de organização da cidade e está ligada ao estigma e moral. A autora utiliza o exemplo do Jardim Itatinga, criado na década de 60 pelo poder público para a concentração de atividades ligadas à prostituição. Esta Zona[45], que não fazia parte do espaço urbano da cidade, foi planejada pela prefeitura a partir da opinião pública, para recolocar a prostituição na cidade, sendo considerada até os dias atuais como um lugar propício ao desenvolvimento desta atividade.

Entretanto, mesmo com a criação desta Zona, em alguns pontos da cidade, como na área central de Campinas, a prostituição tem perdurado criando território de poder e resistências. A autora, em sua tese, evidencia que a prostituição tem sido tratada como um problema social na cidade, em que as prostitutas são segregadas e expulsas do seu espaço de trabalho, mas que ao mesmo tempo criam estratégias de resistência para a permanência nos locais de prostituição, principalmente a partir da criação de associações de prostitutas.

---

[44] Como tal, é evidente que as prostitutas figuraram na imaginação burguesa (masculina) como objetos de desejo e repulsa; Simbolizando uma sexualidade irrestrita e não reprimida, as prostitutas encarnam uma presença erótica na cidade, que atrai e repele. (Tradução nossa, item 5.3.1.17, UEPG, 2014)

[45] Respeitando a posicionalidade da autora, a palavra Zona será escrita em letra maiúscula como no texto original.

Ribeiro e Mattos (1996), trazendo a realidade do Rio de Janeiro, evidenciam que a zona periférica do centro da cidade é constituída pela coexistência de diversos territórios. Para os autores, sendo o centro um palco de relações socioespaciais diversas, este é propício para o desenvolvimento da prostituição, assim como em outros bairros com intenso movimento econômico e de pessoas, como Quinta da Boa Vista, Copacabana, dentre outros. Copacabana tem características próprias para o desenvolvimento da prostituição, ligado principalmente ao turismo.

Analisando as diferentes territorialidades da prostituição feminina, de michês e travestis, os autores argumentam que devido ao jogo do risco permanente e da supressão, há a necessidade de lugares específicos para o desenvolvimento desta atividade, isto é, definir diversos territórios da prostituição. Os quais, conforme Ribeiro e Matos (1996), referem-se:

> a apropriação, durante um certo período de tempo, de uma rua ou um conjunto de logradouros por um determinado grupo de prostitutas, michês e travestis, que através de uma rede de relações, da adoção de códigos de fala, expressões, gestos e passos, garantem e legitimam essas áreas como territórios para a prática de tal atividade, estruturada, outrossim, através da violência explícita, principalmente entre as prostitutas e os travestis que utilizam, entre outros, objetos cortantes para defender seus "pontos" contra aqueles que tentam invadi-los. No caso dos michês, atos simbólicos, como o gestual de sua virilidade, o órgão genital seguro nas mãos, entre outros, constituem-se nos códigos utilizados para atrair a clientela, em seus próprios territórios. (RIBEIRO e MATTOS, 1996, p. 63).

Cada um destes territórios se desenvolve de forma diferente, como exemplo, a defesa do lugar de trabalho, no caso da prostituição feminina no Rio de Janeiro. Tais aspectos, tornam os territórios flutuantes, móveis e cíclicos, como argumentam os autores. Percebe-se que a prostituição no caso de Campinas foi segregada, diferentemente do Rio de Janeiro que foi se construindo a partir de áreas segregadas.

A prostituição em Belo Horizonte, segundo Barreto (2013), está em áreas segregadas e sofre constantemente com as ameaças do poder público em realocar os hotéis de alta rotatividade. A autora alega que a forma encontrada pelo poder público para modificar as áreas de prostituição da cidade foi através da reorganização urbana e novos tipos de urbanização. Como exemplo, a autora evidencia a construção do viaduto Lagoinha, na década de 80, no lugar de uma praça (Vaz de Melo) que era local de prostituição.

Nos anos de 2003 e 2004, iniciou-se uma campanha de revitalização do

centro segregado da cidade, com o *slogan* 'qualidade de vida'; novamente a urbanização da cidade permeia a regulamentação da prostituição. As constantes investidas do poder público em modificar as regiões em que as prostitutas trabalhavam fortificou o movimento destas mulheres na cidade, e mesmo que utilizassem capuzes e máscaras para cobrir o rosto fizeram manifestações para impedir o fechamento de hotéis, surtindo efeito por um determinado tempo.

De acordo com a autora, em 2007, o poder público volta a impor medidas de revitalização, desta vez na área da Rua Guaicurus, com investimentos em projetos para a ocupação residencial a fim de diminuir o estigma desta área de prostituição, mas, para isso, as autoridades teriam que transferir as atividades sexuais para outros lugares. Novamente, há mobilizações do movimento social de prostitutas forçando o poder público a recuar com a transferência dos locais de prostituição.

A ação do Estado em marginalizar a prostituição em Minas Gerais está presente como em Campinas, o que tem assegurado a manutenção das atividades ainda no mesmo lugar, na primeira cidade, são os movimentos sociais e ONGs, tão importantes para a manutenção e aquisição de direitos básicos para as mulheres prostitutas, este mesmo movimento também se fortaleceu em Campinas. Em Florianópolis, as coisas não seguiram diferentes, pois ainda no século XIX, segundo Pereira (2004), havia horários específicos para as prostitutas circularem nas ruas, das 22:00 horas às 5:00 horas da manhã. Até os dias de hoje, a limpeza urbana pelo poder público é evidente na capital de Santa Catarina e como constata a autora, não é diferente de outras cidades vistas até o momento.

Mesmo que a prostituição tenha sido controlada e motivo de muitas ações para a limpeza urbana, ela tem sido um setor importante e que dá subsídio para uma infinidade de negócios rentáveis, porém, isso não é observado pelo poder público e inclusive pelos movimentos para o fim da prostituição. Dissertando sobre os equipamentos com temáticas sexuais que dão suporte ao turismo e lazer, Bezerra da Silva (2011), exceptuando as questões de exploração e pedofilia, aponta que a temática sexual é uma possibilidade de lazer e que há uma simetria desta com outros equipamentos (tradicionais) ligados ao turismo da cidade. Conforme aponta o autor, mesmo que tal turismo se estabeleça de forma anônima, já que a prostituição permeia um intenso entrelace de estigma e preconceito, eles – equipamentos com temáticas sexuais – estão intensamente presentes na cidade de São Paulo.

Em uma primeira abordagem, os equipamentos com temáticas sexuais

encontrados pelo autor foram: boates, cinemas pornôs, clínicas de massagem, clubes de *swing*, clubes sadomasoquistas, motéis, *prives*, saunas GLS e *sex shops*. Mesmo sabendo da impossibilidade de conseguir fazer um levantamento total, o autor catalogou 1.011 equipamentos sexuais que dão suporte a este tipo de turismo, entre o mês de julho de 2008 e dezembro de 2009. Para Bezerra da Silva (2011), o levantamento dos equipamentos sexuais é apenas uma pequena porcentagem do que em realidade existe, mas que deve ser levado em consideração, já que tem sido uma possibilidade de turismo e geração de renda na cidade de São Paulo.

Em todos estes grandes centros citados até o momento, a história se repete em relação à limpeza urbana, no entanto, evidencia-se que a prostituição sempre existiu e, segundo Bezerra da Silva (2011), o mercado sexual apresenta uma gama de possibilidades. Na cidade de Ponta Grossa, um centro médio, a prostituição não passa despercebida e também carrega estigma, não fugindo das normas de limpeza urbana, mas também dá subsídio para uma infinidade de outros serviços como venda de lingeries e produtos de beleza, de bebidas por grandes distribuidoras, venda de marmitas para as profissionais, *sex shops*, dentre outras atividades.

Ferreira, G. (2008), a partir da análise de recortes de jornais sobre a prostituição na cidade, aponta que esta atividade sempre esteve presente no espaço urbano de Ponta Grossa, mas que não era tolerada, pois na rua deveria imperar a boa conduta e a moral. Conforme a autora, a prostituição da década de 30 estava presente nas ruas centrais da cidade, tanto a partir da prostituição aberta, quanto da prostituição fechada com os bordéis; e o discurso na cidade era sempre o mesmo, que não era possível tais meretrizes estarem tão próximas aos lares. Assim:

> Através dos discursos do jornal Diário dos Campos, a prostituta era apresentada à população como um elemento que despertava o medo, insegurança e perigo. Uma mulher que, leva uma vida imoral, que rompe com os valores socialmente construídos e que nega o papel de ser mulher. É comum ter em sua companhia, os devassos, os jogadores e bêbados. Indivíduos esses, que são classificados pelo jornal como: “corja de malandros”, que incomodam a ordem pública e ferem valores. (FERREIRA, G., 2008, p. 22).

Situados nas alamedas Fernandes Pinheiro, Comendador Miró, Rua do Rosário e General Carneiro, Engenheiro Schamber, Rua XV de Novembro, Rua Sant'ana, os prostíbulos e a prostituição de rua geravam reclames dos vizinhos, que segundo a autora, eram constantemente registrados no principal jornal da época, o

Diário dos Campos, que solicitava uma forma de separar a cidade em região familiar e região de prostituição. Além das reclamações aos jornais, havia uma cobrança à polícia da época pelos vizinhos. Na medida em que a cidade foi crescendo, a autora aponta que houve um afastamento dos bordéis do centro para uma região que fosse mais longe e pudesse ser vigiada.

Ferreira, G. (2008) argumenta que como a prática da prostituição não era considerada crime, iniciou-se uma intensa vistoria nos prostíbulos, proibindo bebidas alcoólicas, músicas e danças, estas ordens logicamente foram desconsideradas. Além disso, a autora afirma que o jornal Diário dos Campos foi uma importante ferramenta de controle moral do espaço público, desconsiderando qualquer tipo de vivência e experiência pessoal destas mulheres.

Soistak, Martins e Taques (2009), ao fazer uma análise do espaço urbano de Ponta Grossa a partir da prostituição e os espaços de resistência, observam que na medida em que houve uma expansão da cidade e as famílias saem do campo e migram para o espaço urbano, as ruas de prostituição passam a se tornar familiares. Tentando solucionar o embate entre a boa e má moral no centro de Ponta Grossa, o poder público, segundo os autores, destina uma área periférica da cidade para a instalação do que ficou conhecido como baixo meretrício, local hoje chamado de Bairro Nova Rússia.

Para Ferreira, G. (2008), a limpeza social da cidade de Ponta Grossa, teve início no século XIX, com a medicina que disciplinarizava a população da época, onde o espaço público deveria ser revestido de condutas polidas e não imorais. Soistak, Martins e Taques (2009) expõem que durante a década de 70, a prostituição se estabeleceu na Avenida Don Pedro Segundo, que logo foi palco de novas reclamações, já que com a expansão da cidade e consequentemente do comércio a prostituição novamente tornou-se um problema.

Com a pressão dos comerciantes, o então prefeito da época, Plauto Miró Guimarães, iniciou o processo de retirada das prostitutas do local, ação essa concretizada pelo prefeito Ciro Martins, segundo Soistak, Martins e Taques (2009). De acordo com estes autores:

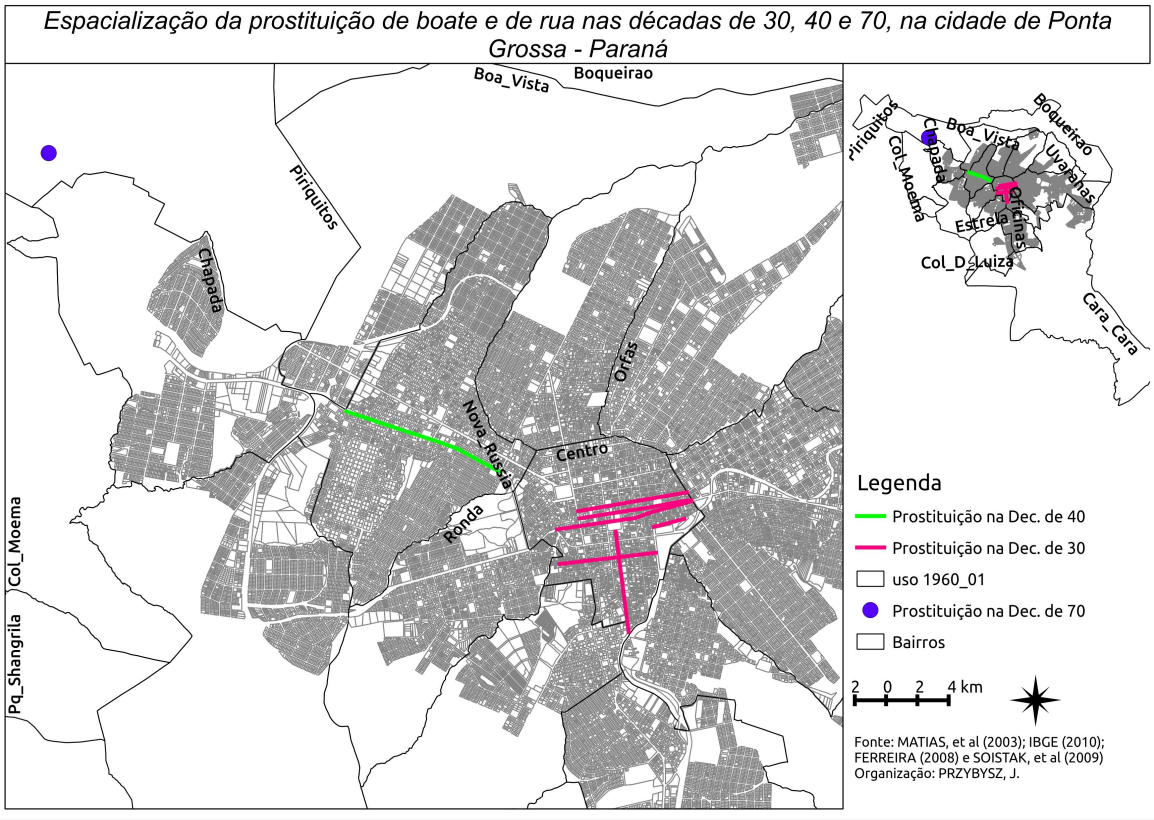
> Um fator de suma importância, ainda segundo o Responsável pelo Setor de Cadastro Técnico Municipal, é que a localização de uma 'Zona de Tolerância' ou 'Meretrício' na região, denegria a imagem da cidade aos olhos dos visitantes. As autoridades públicas municipais, então, iniciaram investigação de outro local que abrigasse a atividade. Surge então a

> possibilidade de mudança da 'Zona do Baixo Meretrício' para a região de Periquitos. O Senhor Carlos Kanawate em um acordo municipal, oferta sua chácara para a criação de um loteamento para abrigar as casas. Para a população uma solução razoável, já que este espaço ficava distante do centro urbano, em um local de difícil acesso e oculto a visão da sociedade e do visitante. Surge, então, o Jardim Bom Retiro. (SOISTAK, MARTINS e TAQUES, 2009, p. 28).

Assim como em Campinas (RAMOS, 2015), Ponta Grossa também teve a prostituição confinada a outro bairro com planejamento do poder público e respaldo da população. Com a retirada das casas de prostituição do centro e depois da Nova Rússia, muitos locais fecharam, reduzindo o número de estabelecimentos e da prostituição na cidade, conforme afirmam Soistak, Martins e Taques (2009). Para estes autores, no início do Jardim Bom Retiro, cerca de 34 casas estavam ainda funcionando no local, mas com o tempo e a precariedade de serviços e transportes foram fechando, sobrando poucas casas de prostituição e a área foi sendo refuncionalizada tornando-se residencial.

Para estes autores, foi impressionante a rapidez com que fora criado e aprovado o loteamento Bom Retiro, visando à invisibilidade da atividade de prostituição. Assim, a cidade de Ponta Grossa segue os mesmos padrões de marginalização e perseguição às mulheres que utilizam a prostituição como forma de sustento a partir da segregação desta atividade, conforme demonstra o cartograma 1.

Cartograma 1 – Espacialização da Prostituição de Boate e de Rua nas Décadas de 30, 40 e 70 na Cidade de Ponta Grossa-Paraná



A prostituição em Ponta Grossa ainda permanece em alguns locais de concentração, os mesmos já frequentados na década de 30, 40 e 70, o que evidencia uma resistência em relação à limpeza urbana realizada nestes anos. A permanência da prostituição na cidade como um todo também tem relação com a sua configuração espacial, pois sendo considerada um entroncamento rodo-ferroviário[46] e uma passagem importante para outras regiões do Brasil e para o Porto de Paranaguá, ou seja, Ponta Grossa por ter um grande fluxo de carros, caminhões e pessoas, torna-se, então, um atrativo para o desenvolvimento desta atividade.

Segundo Jan Silva (2011), o fluxo intenso é um ponto positivo para o desenvolvimento da prostituição, sendo inclusive um atrativo. O autor ainda alega que a prostituição concentra-se em determinados pontos da cidade que geralmente estão ligados à segregação residencial, fluxo de pessoas, fluxos econômicos, zonas comerciais, rodovias, etc. Ainda que o autor esteja se referindo à realidade do Rio de

[46] Informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Disponível em: <http://pontagrossa.pr.gov.br/acidade>. Acesso em: 27 de janeiro de 2015.

Janeiro, estas tendências não se distanciam da cidade de Ponta Grossa.

Na atual conjuntura de Ponta Grossa, observa-se que existem quatro tipos de prostituição, a de rua, bar, boate e a relacionada ao *cyberespaço*. Somente os três primeiros tipos são objetos de estudo desta tese. A prostituição na cidade está relacionada ao que Jan Silva (2011) discute, ao mencionar que a prostituição se caracteriza por duas modalidades: a aberta e a fechada. A primeira tem relação com o espaço público, onde as mulheres ficam na rua aguardando o cliente, já a segunda está relacionada a espaços privados, fechados, de domínio particular.

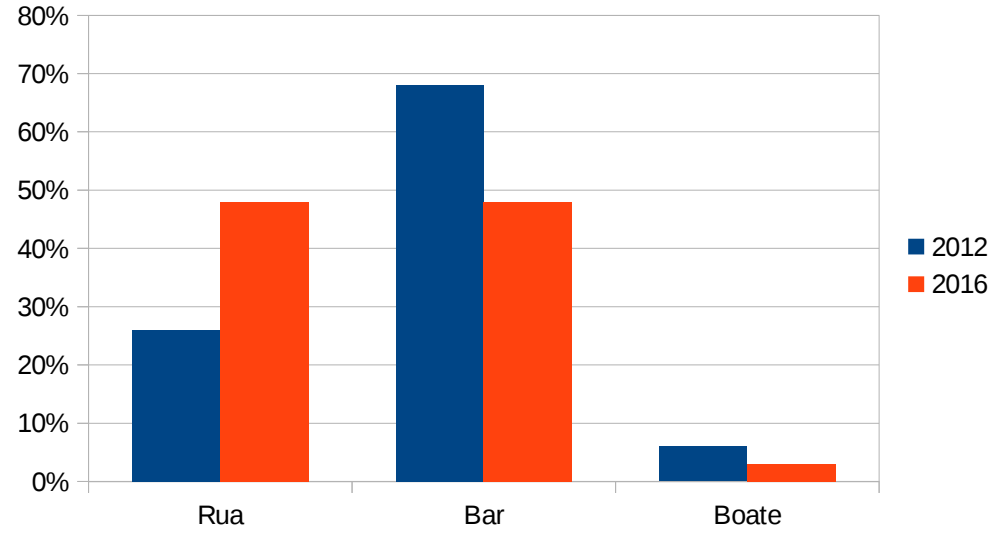
Assim, cada modalidade tem tipos de prostituição. A modalidade aberta refere-se ao tipo de atividade de rua e a modalidade fechada ao bar e boate. Esta configuração tem evidenciado que cada tipo de prostituição desencadeia processos espaciais diferentes e que também está relacionado a diferentes espacialidades vividas pelas profissionais do sexo. Assim, compactuamos com as colocações de Massey (2008), para quem as diferentes vivências configuram diferentes espacialidades e que estas são abertas, não são fixas e estão em constante movimento.

Para Hubbard (1999), a dinâmica da prostituição na contemporaneidade deve ser compreendida a partir das espacialidades, levando em consideração as relações de poder, repulsa e desejo, uma vez que esta faz parte do espaço urbano a partir da oferta de encontros de desejo e ao mesmo tempo de regulação e distribuição das populações que vivem da sexualidade. Considerando estas relações, o autor aponta a importância dos geógrafos também compreenderem os espaços de prostituição a partir da construção social de identidades de prostitutas e de clientes, pois todo esse emaranhado de relações e vivências também constroem o espaço urbano.

Durante a realização desta pesquisa, foram feitos dois levantamentos dos locais de prostituição. Um em dezembro de 2012 para o projeto de seleção do doutorado e outro em 2016 para evidenciar a mudança do comportamento da prostituição desde o início da pesquisa e também para a realização de projetos de ação social da ONG Renascer. É interessante destacar que houve uma mudança dos locais de prostituição entre 2012 e início de 2016, desta vez com pouca participação do poder público, mas que ainda permaneceu com relação aos bares, no entanto, com a intensa participação de uma cafetina relacionada à prostituição travesti no ano de 2014, no espaço da rua.

No ano de 2012, foram levantados 62 pontos de desenvolvimento da atividade da prostituição, em três tipos de modalidade (rua, bar e boate). Já no ano de 2016, foram levantados 75 pontos de prostituição feminina e travesti[47], conforme indica o gráfico 1:

Gráfico 1 – Levantamento dos Locais de Prostituição na Cidade de Ponta Grossa-Paraná

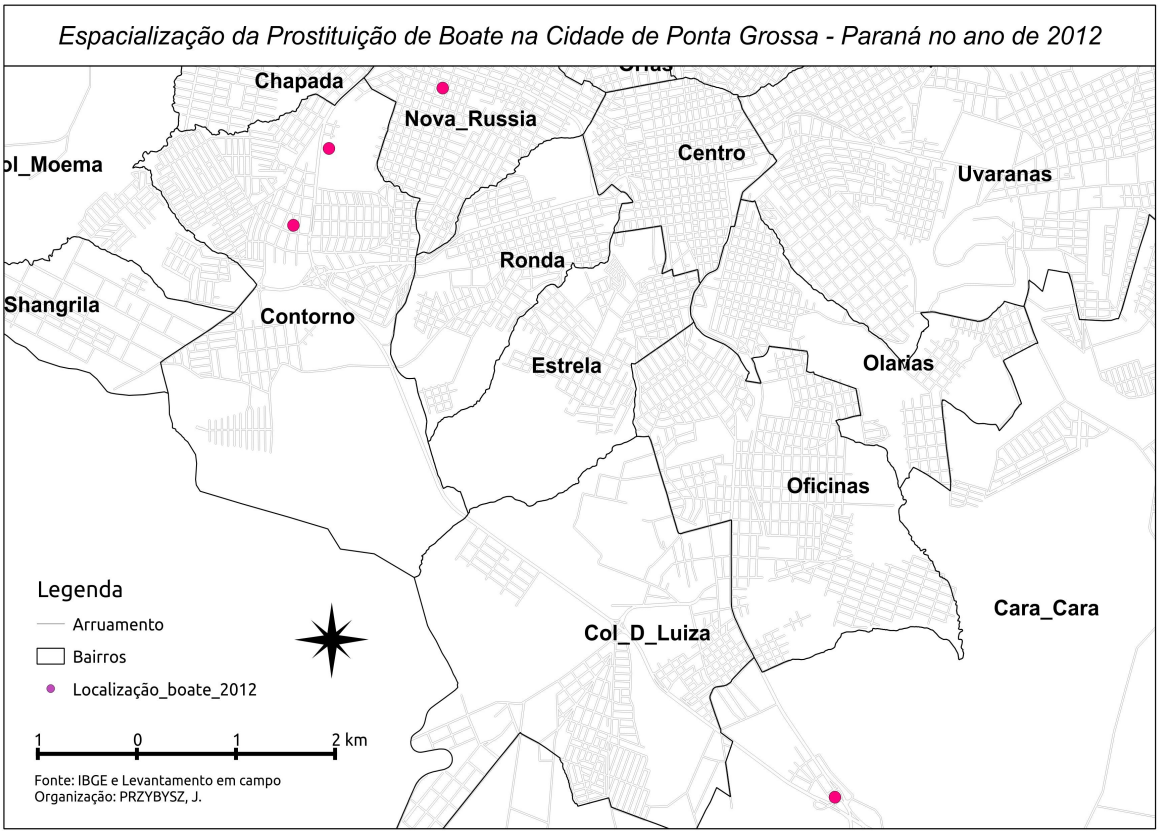


Fonte: Levantamento em campo.
Organização: PRZYBYSZ, J.

No ano de 2012, havia uma boate a mais que no ano de 2016, tal boate por muitos anos ficou instalada no bairro de Oficinas, na avenida principal do bairro que também é saída para a BR-376. Em meados da década de 2000 esta boate migrou para o bairro Contorno e entre os anos de 2012 e 2016 foi oficialmente fechada. O cartograma 2 demonstra a distribuição espacial das boates na cidade Ponta Grossa no ano de 2012.

[47] Mesmo que a prostituição travesti não seja o foco do trabalho, destacamos a importância da presença delas na prostituição feminina já que por questões de segurança estão sempre juntas. Este assunto será tratado na próxima seção.

Cartograma 2 - Espacialização da Prostituição de Boate na Cidade de Ponta – Paraná no Ano de 2012



A prostituição de boate na cidade de Ponta-Grossa é considerada de alto poder aquisitivo e se configura como espaço de sensualidade e de prazer, pois este tipo de prostituição é pensado para chamar a atenção do cliente em relação aos atrativos do programa, indo desde a disposição dos móveis no salão até as cores, bebidas, atrativos externos e internos[48]. A maioria das boates se configura pela descrição relacionada à localização e segurança à invisibilidade do cliente e da profissional, ou seja, quanto mais longe e mais invisível aos olhos, melhor.

Todas as boates encontram-se fora do centro da cidade, geralmente em locais segregados, estando localizadas nos bairros de Cará-Cará, Nova Rússia e Contorno. É interessante destacar que três boates têm estacionamento interno, muros altos e prezam principalmente pelo não reconhecimento dos clientes. Apenas uma das boates não tem estacionamento próprio e é mais visível aos olhos da população, porém, internamente mantém as características habituais para esse

[48] A localização e a organização interna das boates e dos bares e as estratégias de efetivação do ato sexual 'profissional/cliente' estabelecidas na rua não serão abordadas para proteger as fontes de pesquisa e o desenvolvimento do trabalho destas mulheres.

local, com todo o espaço de sensualidade e de prazer.

Geralmente as mulheres que desenvolvem atividades sexuais em boates moram no mesmo local, pois em sua maioria são de fora da cidade[49]. A escolha das boates refere-se a duas questões: invisibilidade e financeira. Quanto a primeira, porque é somada a distância da cidade de origem e a não exposição de seus corpos em espaços públicos, assim, a profissional reduz a possibilidade de pessoas próximas descobrirem sobre sua atividade. Esta questão evidencia o estigma da atividade pela sociedade, mas também pelas próprias mulheres que a desenvolvem. Quanto à questão financeira, segundo ponto pela escolha da boate, é porque as mulheres cobram mais caro pelos programas, há a fixação sempre de um preço mínimo, mas nunca de um preço máximo para cada programa, que é cobrado por hora. Além dos programas, as profissionais que trabalham em boate recebem uma porcentagem referente à bebida paga pelo cliente. Neste momento, muitas mulheres preferem ficar apenas bebendo a ir para o programa, mas também é o motivo pelo qual muitas delas decidem sair das boates, já que a bebida é um fator determinante para um mau desempenho do programa.

É importante destacar que as profissionais que trabalharam nas boates, após um determinado tempo, passam a trabalhar nos bares. Muitas argumentaram que com o envelhecimento os programas tornam-se mais difíceis em boates, já que esta espacialidade está relacionada a mulheres mais jovens. Ao se estabelecerem nos bares, são obrigadas a diminuir o preço do programa e aumentar a quantidade de clientes, para continuar ganhando o mesmo montante.

A prostituição de boate tende a aumentar o lucro dos mercados e lojas locais, pois devido à distância do centro da cidade utilizam-se deste comércio para subsistirem. Além disso, a boate ainda movimenta o comércio de bebidas e artístico ao contratar mulheres para o desenvolvimento do chamado 'balé[50]'. Outra faceta, é a contratação de mulheres, vizinhas das boates, para a limpeza e manutenção da alimentação, além da indicação de babás para o cuidado dos filhos das profissionais que residem no local.

Diferente das boates, os bares têm uma visibilidade maior tanto da profissional quanto do cliente e têm outras características, como o tamanho, pois são menores e não estão caracterizados como um espaço de prazer, mesmo

[49] Esta informação foi dada pelos gerentes de algumas das boates, observação de campo e conversas informais com as profissionais que trabalhavam em algumas das boates.

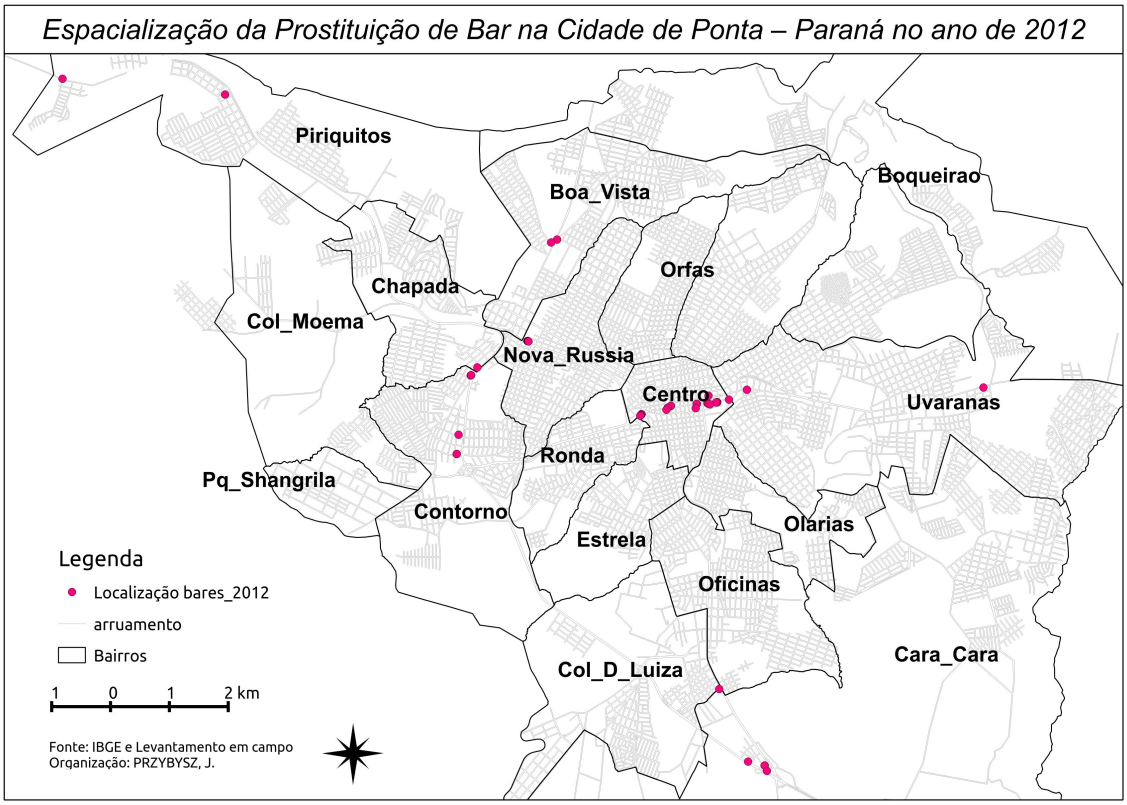
[50] Danças eróticas, geralmente desenvolvidas no *póle dance*.

sabendo que o desejo e o prazer são inerentes ao indivíduo. Tais locais se parecem mais com bares do que com boates, sem cores, disposição de móveis, *shows* de balé, dentre outros, descaracterizando-os enquanto espaços de prazer no que se refere à disposição espacial interna.

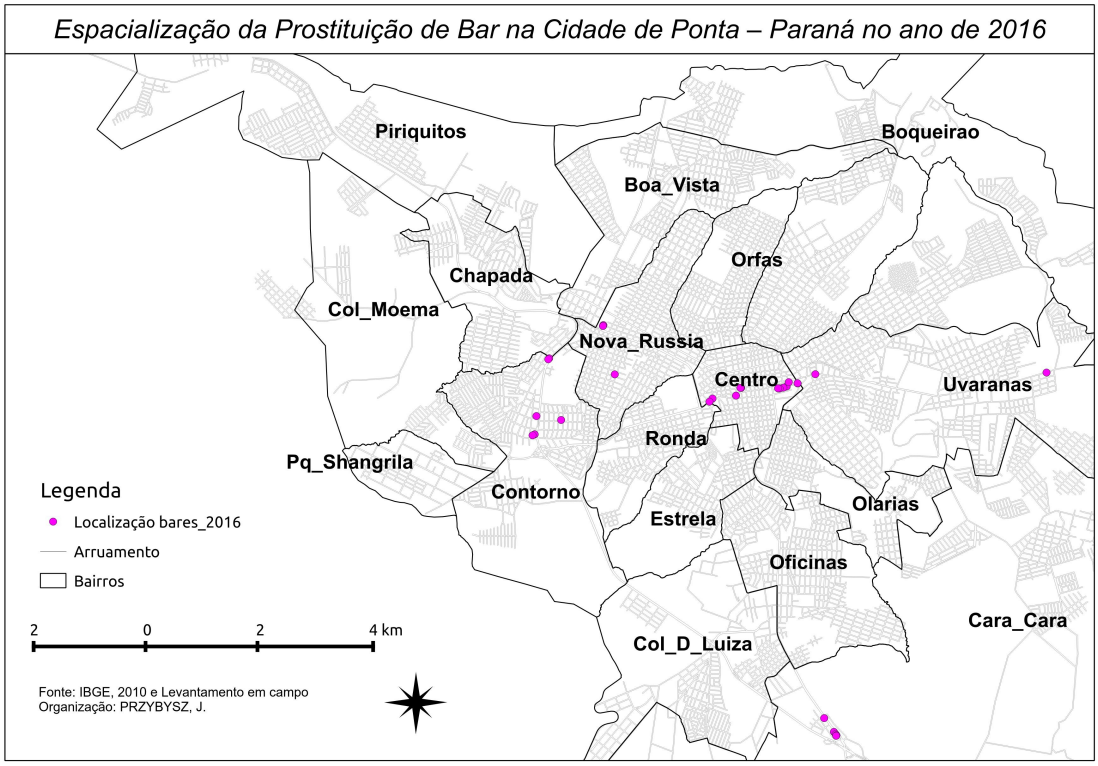
Conforme indicou o gráfico 1, houve uma diminuição de bares na cidade entre os anos de 2012 e 2016, foram seis bares fechados durante estes anos. Mesmo sabendo que a prostituição é fluida, onde bares e boates abrem e fecham constantemente e que mulheres entram e saem da prostituição de forma recorrente, estes dados, junto com as observações em campo e as conversas com as profissionais do sexo, têm relação com a menor quantidade de mulheres buscando a prostituição nos bares, pois elas querem uma maior autonomia financeira e também está relacionado com a crise brasileira, pois esta influenciou numa diminuição de clientes.

Os cartogramas 3 e 4 tornam evidentes as localizações dos bares na cidade de Ponta Grossa nos anos de 2012 e 2016, respectivamente.

Cartograma 3 – Espacialização da Prostituição de Bar na Cidade de Ponta Grossa-Paraná no Ano de 2012



Cartograma 4 – Espacialização da Prostituição de Bar na Cidade de Ponta Grossa-Paraná no Ano de 2016



Os bares, conforme evidencia o cartograma 3, no ano de 2012, estavam localizados 36% no centro da cidade, 26% no bairro Contorno, 14% no bairro Nova Rússia, 9% no bairro Cará-Cará, 5% em Uvaranas, 5% no bairro Boa Vista, 3% no bairro Priquitos e, por fim, 2% em Oficinas. Entretanto, no ano de 2016, já não há mais bares no bairro Piriquitos e no bairro Boa Vista. Há uma dispersão maior dos bares no bairro Contorno, saindo da rua principal. No bairro Nova Rússia, houve o fechamento de um bar. No bairro Cará-Cará, houve dois fechamentos e a abertura de um novo bar, já no bairro Contorno, dois novos bares foram abertos e no bairro Uvaranas, permanecem dois bares.

No centro da cidade, três novos bares abriram entre os anos de 2012 e 2016. Destacamos que o levantamento realizado no último ano do doutorado fora feito no mês de maio e que após houve a abertura de muitos outros bares no centro e nos bairros da cidade. Os bares no ano de 2012 estavam em sua maioria nos bairros da cidade, localizados em rodovias que são a ligação com outros estados e também ponto de escoamento de produção e safra, além das avenidas, que são consideradas ligações entre o centro e os bairros da cidade. Quanto ao centro da

cidade, os bares estão mais concentrados e fixados nas ruas mais movimentadas.

Atualmente, metade dos bares está localizada no centro da cidade e a outra metade na periferia próxima, porém estes espaços não deixam de ter as mesmas características já vistas em 2012. A abertura de novos bares no centro da cidade tem evidenciado um retorno da prostituição a estes locais, que já na década de 30 eram utilizados como pontos estratégicos para o desenvolvimento da prostituição. Cabe destacar que apenas duas ruas centrais já conhecidas pela prostituição têm tido uma redução, tanto na prostituição de rua quanto na prostituição de bares, devido a sua revitalização pelo governo municipal[51].

Algumas características diferenciam os bares que estão ligados à atividade sexual. Tais como a presença de mulheres refletindo a organização binária no espaço (MCDOWELL, 1999), pois o bar não seria um local de 'boas' mulheres, tornando a própria presença feminina um indicativo da prostituição. Além da presença feminina, são frequentemente vistas chapas de compensado, como se fossem biombos que são colocados em frente aos bares, bloqueando quase toda a entrada. Esta é uma estratégia para que as mulheres que trabalham nestes locais e os clientes não sejam vistos da rua. Alguns bares não utilizam este artifício, simplesmente por não acreditarem que o que fazem é errado e outros só utilizam quando o cliente chega ao estabelecimento.

Os bares são frequentados pela classe trabalhadora e a classe baixa. Além disso, a maioria deles, localizados no centro da cidade, não abre durante à noite, mas apenas durante o dia e fecha às 22:00 ou 24:00 horas, diferente dos bares localizados nos bairros. Esta característica é interessante e leva a duas constatações: a primeira está relacionada ao horário de trabalho das mulheres que, muitas vezes, está associado ao horário em que os filhos estão na escola; a segunda está ligada ao horário em que os clientes estão disponíveis, pois geralmente à noite eles estão com suas famílias.

Nestes estabelecimentos, que são diferentes das boates, o valor do programa é menor, sendo cobrado por tipo de serviço a ser desenvolvido. Entretanto, da mesma forma que a boate, cada profissional recebe uma porcentagem referente ao valor da bebida que o cliente paga e novamente os problemas aparecem. Contudo, é no bar que estas profissionais se sentem mais

[51] Não serão citados nomes de ruas onde é desenvolvida a prostituição na cidade de Ponta Grossa, a fim de proteger as fontes de pesquisa e também os locais de trabalho destas mulheres.

acolhidas, de certa forma protegidas da violência e das mudanças de temperatura, conforme menciona Medeiros (2002), a partir da prostituição em Barcelona.

Os bares, também movimentam uma série de outras atividades, como a compra de marmitas para a alimentação, pois muitos não têm cozinha; compra de *lingerie* e produtos de beleza, que são vendidos nos próprios locais por vendedores ambulantes; além do comércio de bebidas e do comércio local. Assim, a prostituição confere aos estabelecimentos do entorno dos bares e de outros setores uma importante fonte de renda.

De maneira diferente, na prostituição de rua não há vinculação entre bebida e programa, fazendo com que muitas mulheres escolham esta espacialidade para que não precisem beber para ganhar dinheiro. Semelhante ao que ocorre nos bares, a prostituição feminina de rua, em sua maioria, é diurna e também tem relação com o horário em que os filhos estão na escola. A diferença é que na prostituição aberta, a exposição dos corpos femininos é maior e estas mulheres sofrem e pagam muito mais pelo estigma que outras mulheres na mesma atividade. Arella et al. (2007) afirma que as profissionais do sexo que trabalham na rua sofrem estigma dos vizinhos, população e da polícia, além de estarem mais vulneráveis à violência física e moral.

Uma diferença se destaca entre estas profissionais, uma vez que as prostitutas de espaços públicos, geralmente não trabalham com roupas curtas e atraentes[52]. A relação entre a profissional e o cliente se inicia com o olhar e depois com os gestos há a indicação de onde será realizado o programa (pelo cliente) e o gesto do aceite ou não (pela profissional). Após este primeiro contato, há a estipulação das regras de contrato do programa.

Na prostituição de rua, o valor do programa é cobrado pelos tipos de serviços a serem desenvolvidos e assim como nos bares, existem as 'rapidinhas' e os programas completos (os mais caros). Os programas geralmente são realizados nos hotéis de alta rotatividade perto dos locais de prostituição. Lugares que muitas vezes são fechados pela defesa sanitária e que são considerados pelas próprias profissionais como sujos e insalubres, mas que no caso de 'corrida[53]' e da violência é ali que se abrigam, sendo os donos dos hotéis importantes parceiros no cotidiano

---

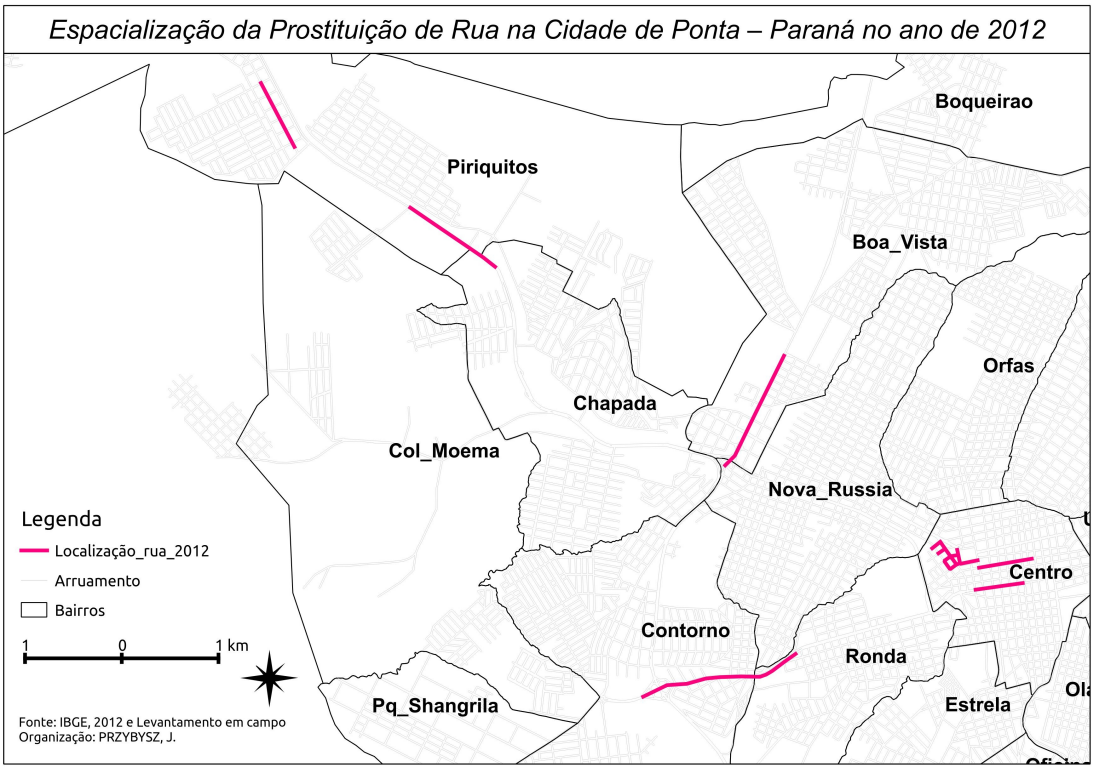
52 Esta é uma relação espaçotemporal onde as mulheres que são prostitutas sempre são imaginadas com roupas curtas ou desnudas, sempre colocando em evidência o corpo.

53 A corrida é frequentemente utilizada por elas, pois quando familiares, filhos e vizinhos aparecem, elas correm para os hotéis para se esconder e não serem vistas.

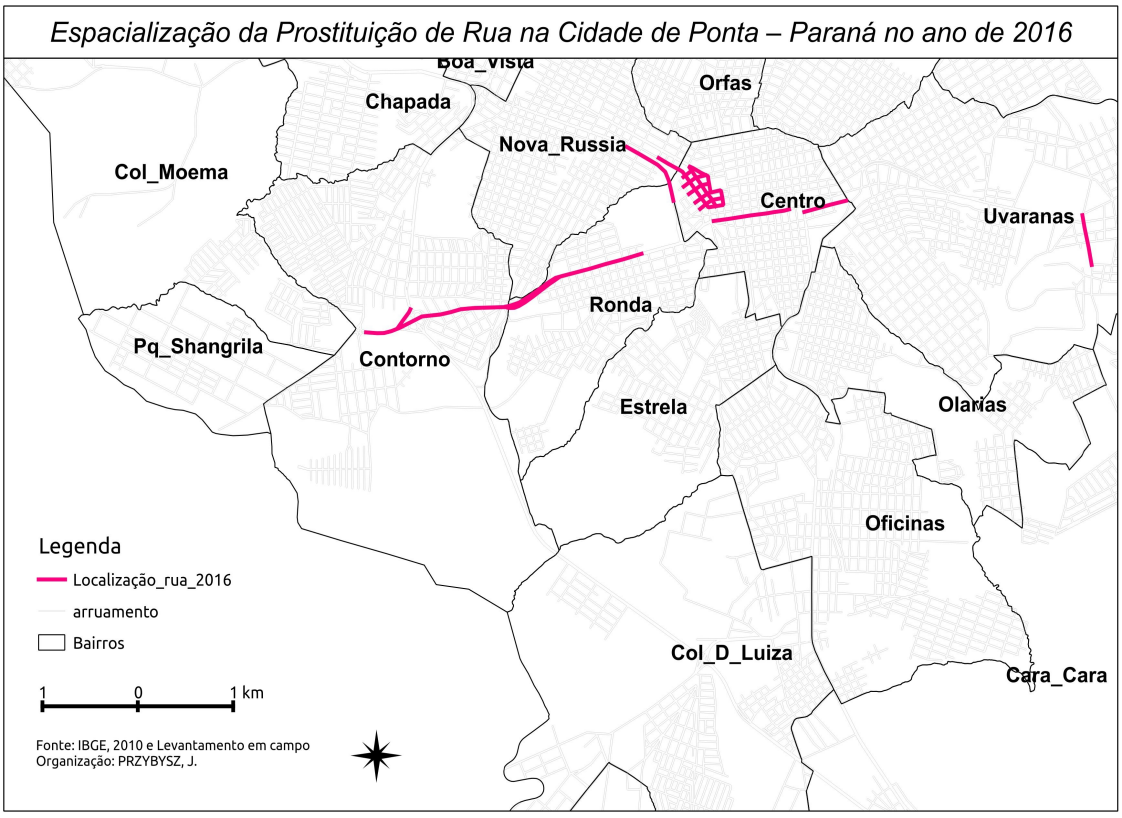
destas mulheres.

A prostituição de rua na cidade de Ponta Grossa, desde o início da pesquisa, desenvolveu-se majoritariamente no centro da cidade e teve uma expansão significativa desde o levantamento realizado em 2012, conforme demonstram os cartogramas 5 e 6:

Cartograma 5 – Espacialização da Prostituição de Rua na Cidade de Ponta Grossa-Paraná no Ano de 2012



Cartograma 6 – Espacialização da Prostituição de Rua na Cidade de Ponta Grossa-Paraná no Ano de 2016



No ano de 2012, a prostituição era desenvolvida no centro da cidade, mas também nos bairros Piriquitos, Boa Vista, Contorno e Ronda. As mulheres ficavam nas imediações das rodovias que cortam a cidade de Ponta Grossa e também nas principais vias de acesso ao centro. Como já argumentado em relação à prostituição de bar, a de rua segue o mesmo padrão, ou seja, está estabelecida em locais de grande fluxo de pessoas, carros e caminhões.

Já no ano de 2016, percebeu-se uma grande mudança na prostituição de rua, pois muitas mulheres deixaram de frequentar as principais vias do bairro de Piriquitos e Boa Vista. Nos bairros de Nova Rússia, Contorno e da Ronda, o fluxo de mulheres aumentou consideravelmente, assim como no centro da cidade. Atualmente, é possível encontrar a prostituição de rua no bairro de Uvaranas, na via de ligação com o Contorno Sul da cidade, que é um importante seguimento de acesso à BR-376.

A expansão da prostituição na cidade de Ponta Grossa tem íntima relação com o início das atividades de uma cafetina ligada à prostituição travesti e

transexual que, incitando a violência na área central tanto com as travestis mais antigas nos pontos quanto com as profissionais do sexo femininas, fez com que a atividade migrasse para as ruas ao entorno deste ponto principal de prostituição e também para outras vias principais dos bairros, acontecendo uma expansão dos locais na cidade de Ponta Grossa.

Além da violência pela qual as mulheres e mulheres trans mais antigas vinham sofrendo desde o ano de 2014, a estadia desta cafetina desestabilizou a relação que aquelas tinham com os vizinhos da área. Em diversas conversas e atendimento[54], as profissionais que trabalham na rua afirmam que antigamente os vizinhos chamavam-nas para tomar café nas noites frias, pois enquanto elas estavam por perto os roubos na área tinham diminuído. O vicindário e as profissionais tinham um acordo relacionado ao barulho e cuidado com as casas diante de assaltos, entretanto, com as novas mulheres trans, trazidas pela cafetina, essa relação mudou, já que tal acordo foi quebrado, principalmente em relação ao barulho e atentado violento ao pudor[55].

Durante toda a investigação foram observados diversos casos de violência, indo desde assaltos até assassinatos, nos três tipos de prostituição. Os assaltos estavam mais relacionados a boates, diferentemente dos bares que além dos assaltos havia a violência física e até assassinatos. A violência e assassinatos nos bares eram causados tanto por assaltantes quanto por clientes. Na rua há muita violência física e moral, através do estigma e assaltos, além de assassinatos para marcação do território da prostituição. Muitas profissionais comentavam que a violência acontece de ambos os lados, mas no caso das mulheres prostitutas, a violência é maior da sociedade e dos meios de comunicação do que partindo delas[56].

Cada mulher elege o lugar de acordo com suas necessidades e vai depender da invisibilidade ou visibilidade, além da boa convivência nos locais de prostituição, mas acima de tudo, esta escola está ligada ao cuidado com os filhos e família. De acordo com as observações em campo, a prostituição é difícil no início, mas com o tempo torna-se parte das relações socioespaciais da vida de cada uma. As amizades constituídas ao longo de anos são centrais nos espaços de

---

54 Muitas vezes participávamos dos atendimentos realizados pela ONG Renascer às mulheres e trans que sofreram violência nos pontos de prostituição de rua.

55 Diário de campo entre os meses de abril a setembro de 2014.

56 Diário de campo entre os meses de março de 2013 a janeiro de 2015 das observações em campo de pesquisa e dos atendimentos da ONG Renascer a profissionais do sexo em relação à violência física e moral.

prostituição, e a rua, o bar e a boate tornam-se uma extensão da casa e simbolizam pertencimento devido às relações sociais que foram construídas nestes locais.

Contudo, as relações financeiras, de amizade e de pertencimento não são levadas em consideração, mas sim o corpo na esquina, no bar ou na boate, o dinheiro fácil, a mulher que não trabalha. Para Juliano (2005), não há como julgar a prostituição sem conhecer a realidade destas mulheres, por isso além de entender a constituição da prostituição na cidade é tão importante que ouçamos estas mulheres profissionais do sexo e também que compreendamos a constituição de suas identidades que são fluidas e multifacetadas, construídas a partir das suas vivências espaciais e que constantemente são desconsideradas por toda a sociedade.

3.2 - Identidades Fluidas no Exercício da Prostituição Feminina em Ponta Grossa

A compreensão da identidade das mulheres prostitutas mães, além de ser uma demanda do próprio campo de pesquisa[57], é essencial para que possamos entender as relações espaciais que são vivenciadas por elas enquanto mães pobres e profissionais do sexo. A relação entre as identidades de mãe e prostituta seria, de certa forma, tranquila de ser percebida e analisada, já que em suma, mulheres que trabalham assim o fazem para sustentar a si, seus filhos e suas famílias. Entretanto, na condição de prostitutas, essa relação mãe e profissional modifica-se, pois elas carregam em si o peso desta atividade, que mesmo sendo benéfica economicamente, torna-se maléfica a partir das normas de gênero e do estigma social que vivenciam todos os dias nos locais de prostituição, em casa, na rua, no mercado, dentre outros espaços.

É devido às normas de gênero e sexualidade e ao estigma que a discussão relacionada à identidade das prostitutas torna-se relevante, pois envolve ao mesmo tempo negação e reafirmação. É interessante destacar que as questões

[57] Durante as observações em campo e as entrevistas era comum ouvir as profissionais falando que em casa eram apenas mães e na rua eram apenas prostitutas e que uma não tinha relação com a outra. Esta postura gerava desavenças, já que algumas argumentavam que eram putas a todo momento e outras que putas não eram, mas que prostitutas sim. Além disso, na própria inserção no campo de pesquisa houve problemas na denominação destas mulheres, já que não se reconhecem enquanto prostitutas perante as pessoas que estão fora da prostituição, este reconhecimento torna-se mais fácil para pessoas que estão na prostituição. Assim, esta demanda tornou-se importante na medida em que se reconhecer enquanto prostituta dentro e fora de casa e para outras pessoas torna-se um problema devido ao estigma e preconceito em relação à atividade.

relacionadas à identidade foram percebidas desde o início do campo de pesquisa e vão desde o próprio reconhecimento das mulheres enquanto profissional, ou seja, do reconhecido da atividade da prostituição enquanto um trabalho, até a utilização dos termos prostituta, profissional do sexo, garota de programa e, por vezes, puta para se reconhecerem enquanto tal.

Desta forma, compreende-se por que analisar o processo de identificação da profissional do sexo/prostituta/puta/garota de programa é muito importante, pois está relacionado à forma como as mulheres vivem a própria prostituição. Esta vivência está intimamente associada às normas de gênero, ao estigma e ao preconceito e por isso nem sempre lhes é permitido reconhecer-se através da atividade que exercem, já que para si o que fazem é errado. Além disso, não permite que a sociedade olhe para estas mulheres a partir de outras realidades, que não seja a prostituição.

Nomear-se e reconhecer-se enquanto putas/prostitutas/profissionais do sexo/garotas de programa depende do contexto espacial e do que lhes é conveniente. No contexto do bar, da rua e da boate, entre as próprias profissionais ou pessoas de convívio íntimo e diário envolvidas neste contexto (ONG e pesquisadora) é comum utilizarem nomeações, como puta e prostitutas para si. As autonomeações são modificadas por elas mesmas de forma constante, entretanto, elas se ofendem quando outras pessoas as chamam principalmente de putas ou prostitutas, nestes ou em outros espaços. Ademais, cada uma avalia se é conveniente ou não, em determinadas espacialidades, nomear-se ou reconhecer-se enquanto puta/prostituta/ profissional do sexo/garota de programa, no entanto, devido às relações de poder, estigma e preconceito, em outras espacialidades rejeitam suas identidades e formas de nomeação.

O estigma à atividade sexual faz com que as pessoas que se utilizam da prostituição desapareçam, são apenas prostitutas, não são mulheres, não são mães, não tem uma história para contar. Eleger a prostituição como uma forma de trabalho, uma forma de sustento, na maioria das vezes, é um constrangimento para estas mulheres, mas com o tempo a atividade constitui-se a partir de relações socioespaciais e elas aprendem a ser mulheres, mães e putas. Muitas prostitutas pensam em sair da prostituição devido ao estigma, a falta de segurança e a banalização da atividade e de suas próprias vidas, argumentando que não suportam mais viver fugindo da indiscrição dos clientes, da mentira diária para os filhos e

família, violência[58], medo, dentre outros. Todas estas relações que demonstram certo constrangimento e desânimo com a atividade ocorrem devido ao estigma.

A dicotomia faz parte da vida destas mulheres que muitas vezes, em campo, enfatizaram que levam uma vida sofrida, mas boa na prostituição, sendo recorrente a expressão “no final do mês eu tenho dinheiro, você assalariada não”[59]. Para elas, o dinheiro é um fator que não as 'libertam' da prostituição, pois: “quem não gosta de fazer o que gosta, ganhando dinheiro”. Contudo, é a partir da prostituição que se constituem as amizades de longos anos com as colegas de trabalho, com os clientes, com o dono do hotel.

A rua, o bar e a boate tornam-se uma extensão da casa e simbolizam pertencimento por causa das relações sociais que foram construídas nestes locais. A prostituição constitui a vida destas mulheres e de seus filhos e por isso é central no ser prostituta, no ser puta, no ser profissional do sexo e garota de programa. Entretanto, estas relações financeiras, de amizade, de pertencimento não são levadas em consideração, o que a sociedade observa são apenas prostitutas na rua, no bar ou na boate, o corpo e o dinheiro fácil, a mulher que não trabalha, dentre outras expressões.

Por isso é importante considerar as diferentes facetas da constituição de uma prostituta, sem a necessidade de questionar ou estabelecer julgamentos, do por que de sua entrada na prostituição, afinal este não é o objetivo aqui. Assim, as vivências que não são vistas pela sociedade através do estigma, escondem dados que são essenciais para se compreender a prostituição na cidade, indo desde a sua disposição espacial até o cotidiano vivido por estas mulheres.

3.2.1 – Espacialidade da Prostituição: o Perfil de Mulheres Prostitutas em Ponta Grossa

Para compreender a prostituição e maternagens na cidade de Ponta Grossa, fora percorrido um importante caminho, que vem desde a sua composição espacial, a partir do levantamento dos locais de prostituição até a compreensão do cotidiano destas mulheres, por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas. O desenvolvimento espacial da prostituição na cidade está permeado de estigma e

---

[58] Durante estes dois anos de pesquisa muitas mulheres foram atendidas pela ONG devido à violência. Enfatizamos que houve quatro mortes violentas de prostitutas e uma quinta referente ao HIV.

[59] Todas as expressões são ouvidas de forma rotineira em campo de pesquisa.

preconceito, pois historicamente tem sido visto como um problema para os 'bons' costumes da cidade e por isso foi sendo marginalizado a espaços segregados e distantes do centro da cidade. Entretanto, tensionando as práticas sociais de exclusão, a prostituição tem retornado ao centro, principalmente a de rua e a de bar.

Este tensionamento tem um desenrolar econômico e relacionado à violência, pois diferente de Belo Horizonte, Campinas, Rio de Janeiro e até mesmo Porto Alegre, como evidencia Olivar (2003), houve um empoderamento das mulheres profissionais do sexo a partir do movimento social de prostitutas, das lutas pelo reconhecimento laboral e dos locais de trabalho. Em Ponta Grossa esta relação é quase incipiente e por isso a mudança dos locais quando não há tensionamento do poder público, tem associação com o ganho de dinheiro e para não sofrerem violência.

Compreender a espacialização da prostituição é apenas uma de suas facetas, já que esta pode ser vista a partir das mais variadas perspectivas, mas conforme Olivar (2013), este “guarda-chuva axiomático” que é a prostituição sempre deve ser entendido como uma ideia cultural, de trabalho, práticas experienciais e práticas existenciais, que se dão através do espaço e estão relacionadas às identidades como classe, gênero, raça, maternagem, prostituição. As discussões e ramificações desenvolvidas a partir da prostituição são tantas que Olivar (2013, p. 33) enuncia o seguinte:

> A palavra prostituição demarca um tipo de relação, que claro, são milhares de relações; que muda de forma, tom e natureza, até o ponto de talvez deixar de sê-lo sem percebermos. Mas “prostituição” é também uma imagem, uma ideia, um feixe de relação simbólica (Wagner, 2010; Strathern, 2006), que padece de uma relativa estabilidade de valor negativo no Ocidente, enquanto guarda-chuva axiomático, imagético, que envolve e constrói (e é envolvida e construída por) uma diversidade indeterminada de práticas [...] nem todas econômicas, nem todas sexuais. É nesse sentido que não é mais sustentável falar de prostituição se não for na relação com classe, gênero, geração, etnia, entre outras; e no marco de sistemas maiores de parentesco, trabalho, ganho econômico, lazer, ocupação da cidade e trocas efetivas, sexuais e corporais

Assim, para aprofundar as relações em campo de pesquisa e melhor entender o perfil da prostituição na cidade, fora realizada uma primeira abordagem do campo de pesquisa para o levantamento de dados quantiqualitativos sobre a prostituição na cidade, pois, conforme Juliano (2005), não há como compreender a prostituição sem conhecer a realidade destas mulheres, além de identificar quantas

mulheres são mães e reconhecer suas práticas, experiências e existências (OLIVAR, 2013).

Já no primeiro contato com as profissionais do sexo, percebemos que a realidade vivida pelas mulheres prostitutas não é conhecida pela sociedade e muito menos reconhecida. Todo o levantamento com os questionários fechados, além das observações em campo, permitiu-nos uma aproximação, mas também deixou clara uma realidade pouco conhecida de marginalização e exclusão social. Não queremos vitimizá-las, pois elas elegeram a atividade que mais lhes cabia para o momento, a questão é que a vida destas mulheres perpassa outras esferas sociais que compõem a escolha da prostituição, e com o tempo a atividade torna-se parte da vida delas.

Foram aplicados 115 questionários fechados (anexo 1), em 75 locais, nos três tipos de prostituição. Este levantamento fora realizado em duas etapas, a primeira em maio de 2013, com a aplicação de 72 questionários e a segunda em setembro de 2014[60] com a aplicação de 43 questionários. Escolhemos fazer o levantamento em duas etapas por dois motivos, o primeiro, porque no início da pesquisa muitas mulheres não se sentiam à vontade com a presença de uma pesquisadora nas abordagens junto a ONG Renascer e, muitas vezes, negavam-se a responder todas as perguntas do questionário, como aconteceu em 9,7% dos casos no levantamento inicial.

Já no ano de 2014 não houve negativas para responder os questionários e por isso inserimos uma pergunta de cunho mais pessoal, que foi: “Com quem eles (filhos) ficam enquanto você trabalha?”. Destacamos que as situações que envolvem os filhos são complicadas para estas mulheres, pois envolvem o estigma à atividade e o fato de que socialmente mães não podem ser prostitutas e prostitutas não podem ser mães. Esta frágil relação entre prostituição e maternagem já foi presenciada no ano de 2011, em uma experiência extensionista realizada pelo GETE em parceria com a ONG Renascer, ligada à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em locais de desenvolvimento da atividade de prostituição.

Durante uma abordagem, Maria Madalena[61], que estava atuando como prostituta no período noturno em um bar na 'Rodovia do Café Governador Ney Braga, mantinha no mesmo local uma criança de um mês de idade. Preocupada

[60] Foram tomados os devidos cuidados para não aplicar o questionário para a mesma pessoa duas vezes.

[61] Nome fictício, utilizado para a proteção da fonte.

com a presença dos componentes do GETE, ela escondeu seu filho, com medo de que houvesse denúncias contra ela, o que poderia implicar na perda de seu filho. Ela então relatou sua situação, dizendo que necessitava de recursos para sustentar a criança, mas sabia que ali era um local considerado impróprio para a manutenção de seu filho. Entretanto, alegou que no momento não havia saída, pois a criança estava em fase de amamentação e que não tinha outro suporte econômico a não ser o de seu trabalho como prostituta.

Esta situação é comum no mundo da prostituição feminina de baixa renda, cuja vulnerabilidade econômica dificulta a separação entre o espaço de execução do trabalho como prostituta e o espaço em que executa o papel como mãe. Se, de um lado a criança tem o direito à amamentação e de estar junto à mãe, por outro, a mãe prostituta de baixa renda tem esse direito cerceado, pois o seu local de trabalho é considerado impróprio para a criança. Esse caso que envolve uma série de elementos como espaço, gênero, sexualidades e vulnerabilidades econômicas, evidencia que tratar sobre filiação na prostituição demanda uma aproximação com cada mulher, por isso tal questão foi inserida após a primeira etapa.

O outro motivo para se fazer o levantamento em duas etapas está relacionado à verificação de uma possível mudança de comportamento na atividade da prostituição na cidade, o que de fato não aconteceu, saturando os resultados do questionário fechado. Neste sentido, em relação ao contexto geral da prostituição na cidade de Ponta Grossa, levamos em consideração os 115 questionários quantitativos, que evidenciaram circunstâncias em relação à vivência socioespacial destas mulheres.

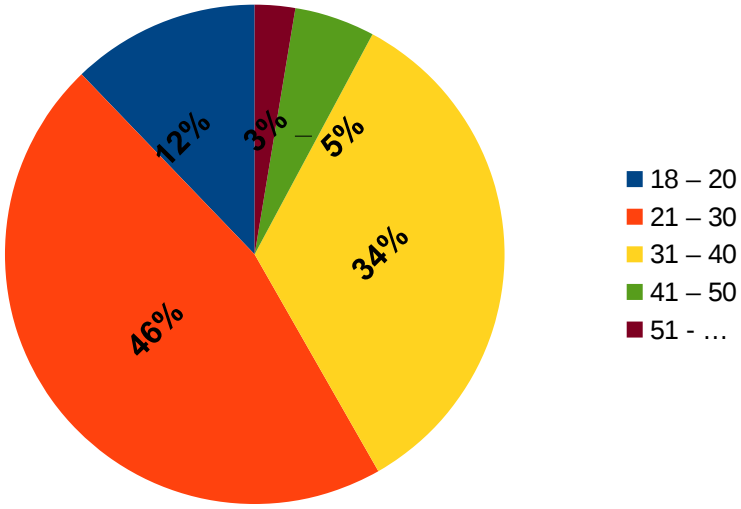
Destacamos que é muito difícil estabelecer um perfil concreto da prostituição na cidade, pois a população de profissionais do sexo é muito volátil. Esta fluidez está relacionada a três motivos[62]: as idas e vindas para a prostituição; ao tempo, pois quando está muito frio ou chovendo muitas preferem ficar em casa, mesmo que o rendimento da família diminua; e ao fluxo de mulheres que vão ou vem de outras cidades para a atividade da prostituição. Assim, é impossível estipular exatamente a quantidade de mulheres que estão na prostituição na cidade.

Entretanto, mesmo que de forma parcial devido à fluidez destas mulheres, as vivências que não são vistas pela sociedade através do estigma escondem dados

[62] Estes motivos ficaram evidentes a partir da observação e conversa, em campo, com as profissionais nas três modalidades.

que são essenciais para compreender a prostituição na cidade. A idade é um fator decisivo em relação à prostituição, pois permeia a juventude, velhice, ganho de dinheiro e o reconhecimento nos locais de trabalho. As idades das profissionais do sexo estão dispostas no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Idade das Mulheres Profissionais do Sexo que Trabalham em Bares, Boates e na Rua em Ponta Grossa-Paraná



Fonte: Questionários fechados.
Organização: PRZYBYSZ, J.

O gráfico mostra que a maioria das mulheres está na fase adulta, em plena produtividade e que a busca pela prostituição é como a procura por qualquer outro trabalho para se sustentar e sustentar a família e é esta busca que as fazem permanecer na prostituição, como argumenta Sanches (2007). Além disso, a idade é um fator relevante, a qual permeia as discussões sobre sexualidade e envelhecimento, como elucida Peixoto (1997), ao argumentar que a sexualidade tem sido um tabu no envelhecimento feminino, pois o corpo da mulher mais velha não é mais um objeto de desejo e sedução.

No caso da prostituição, Sanches (2007) disserta que há diversos contextos em relação às mulheres mais adultas, indo desde a rivalidade entre a mulher profissional do sexo mais velha e a mais nova, a qual está relacionada ao êxito na prestação de serviços e ao reconhecimento. As mulheres mais velhas, principalmente nos bares, são melhores vistas, já que são mais centradas na atividade e causam menos problemas com bebidas e drogas. A autora explica que

mesmo ganhando menos, devido às silhuetas do corpo, elas são reconhecidas pelo seu trabalho. Por outro lado, Medeiros (2002) enfatiza que são as prostitutas mais velhas e mais antigas na profissão que ensinam os segredos da atividade para as mais jovens e que muitas vezes tomam conta delas e dos pontos de prostituição.

O estado civil destas mulheres também é um importante componente das suas vidas, uma vez que 78% delas são solteiras, 9% casadas, 4% vivendo em união estável, 7% divorciadas e 2% viúvas. Percebemos que 87% delas sustentam o lar sozinhas, tendo ou não filhos, indicando que mesmo a atividade da prostituição sendo considerada suja e imoral, o dinheiro é sempre bem-vindo. A escolha por esta atividade envolve uma série de fatores, como baixa escolaridade, falta de oportunidade, escolhas constrangidas ou conscientes, mas principalmente pela alta lucratividade, inclusive com a estipulação de metas diárias pelas profissionais, como é o caso de Geni que trabalha em um ponto na rua e tem como meta diária o valor de R$270,00 por dia.

Em idade reprodutiva, sendo a maioria solteira, 82% destas mulheres são mães e muitas optam por entrar na prostituição para ter dinheiro e poder cuidar dos filhos e família. É interessante destacar, a partir das observações em campo, mesmo que a maioria seja mãe, algumas das mulheres prostitutas dizem que é loucura engravidar de clientes nesta atividade. Observamos também que geralmente os filhos são de relacionamentos já findados ou em andamento.

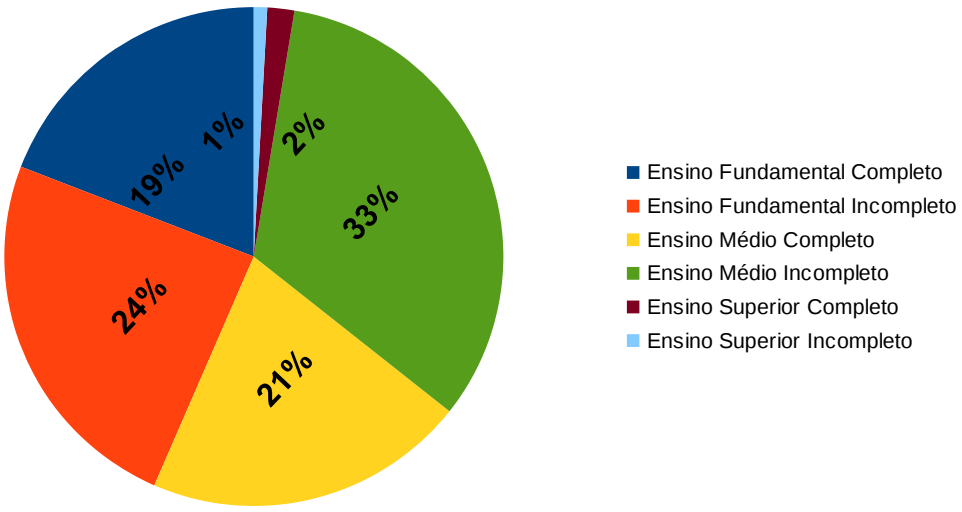
A questão é que o estado civil destas mulheres compõe experiências diferenciadas, no caso das profissionais já casadas, deixando-as em uma pequena vantagem, pois os maridos tendem a ajudar no sustento e cuidado com os filhos. Medeiros (2002) explica que há uma diferença entre o marido e o cliente, já que com o primeiro é algo mais profundo e com o cliente é apenas uma questão de negócios. Em alguns casos, também se percebe que há uma diferenciação entre a mulher prostituta e a mulher esposa, em que a última deve ser carinhosa e amorosa, já a primeira deve cumprir o acordado no programa, sem envolvimento de sentimentos. Contudo, isso nem sempre é rotina nos programas, já que para elas o envolvimento, carinho e afeto com o cliente estão relacionados a um maior ganho de dinheiro e uma possível volta para um próximo programa, além do prazer que também querem sentir. Olivar (2013) evidencia esta mesma relação, ao analisar a vida de quatro mulheres prostitutas em Porto Alegre.

Compreender a prostituição para além dos programas e além do corpo na

esquina é perceber que estas mulheres não são apenas prostitutas e que diversas outras relações e identidades interseccionam a vivência de cada uma delas. Mais que isso, é compreender que não há uma divisão entre a vivência pública e privada, já que os vínculos estabelecidos tanto em casa quanto na prostituição permeiam elementos que são características das normas da mulher privada e da pública de forma concomitante, desestabilizando qualquer forma de divisão entre as espacialidades e vivências públicas e privadas. As experiências na prostituição, enquanto um caleidoscópio de acontecimentos públicos privados, podem ser vistas de outra forma pelas mulheres prostitutas que não são mães, uma vez que não são marcadas pela identidade materna. As experiências são únicas, mas todas marcadas pela identidade de prostitutas, somadas a outras marcas, nem mais e nem menos importantes.

Algumas marcas tornam-se centrais na análise sobre prostituição e maternagens, como a classe, já que este fator é o que leva à entrada e principalmente à permanência na prostituição. Neste sentido, a escolaridade é um elemento essencial na vida destas mulheres, pois é determinante em relação à classe. O gráfico 3, abaixo, revela o grau de escolaridade destas mulheres.

Gráfico 3 – Escolaridade das Mulheres Profissionais do Sexo que Trabalham em Bares, Boates e na Rua em Ponta Grossa-PR



Fonte: Questionários fechados.
Organização: PRZYBYSZ, J.

O gráfico evidencia que a maioria destas mulheres não tem o ensino médio completo e que se somados os percentuais do ensino médio completo e incompleto, muitas não conseguiram ter acesso a esta modalidade de ensino. Completar ou apenas ingressar no ensino superior, que é uma possibilidade de aumento de ganho, é quase nulo, no entanto, muitas mulheres têm vontade de entrar no ensino superior ou até mesmo completar os estudos, mas dizem que é muito difícil com a idade e com o trabalho conseguirem dar conta dos estudos, além disso, ainda tem o cuidado com os filhos e a família.

Sabendo que as atividades rentáveis geralmente estão relacionadas à alta escolaridade, o baixo nível de estudo somado ao baixo rendimento de atividades desenvolvidas anteriormente a prostituição e a necessidade de sustentar a si e a família levou a procura pela prostituição. Destacamos que 66% das profissionais tinham emprego antes de entrar na prostituição, os quais estavam ligados a atividades de diarista, auxiliar de cozinha, empregada doméstica, dentre outros, que são desvalorizados socialmente e possuem baixos rendimentos.

Para Juliano (PRZYBYSZ, 2016), a desvalorização de trabalhos que são tradicionalmente associados às mulheres é um fator decisivo para a prostituição, entretanto, quando a sociedade considera a prostituição um mal social continua-se desvalorizando o papel da mulher trabalhadora. Conforme ela, a valorização de condições laborais de trabalhos como o doméstico e de trabalhos ligados ao cuidado é uma alternativa para aquelas mulheres que querem sair da prostituição.

A desvalorização de determinadas atividades somadas à baixa escolaridade e à necessidade de sustentar a si e a suas famílias são fatores fundantes na procura da prostituição como atividade laboral. Moraes (1995), em seu estudo realizado com prostitutas, evidencia que a baixa escolaridade tem sido vista como um elemento negativo, principalmente no que se refere à qualificação para o mercado de trabalho.

Neste sentido, sendo mulheres, a maioria delas solteiras ou separadas, de baixa escolaridade, muitas vezes mães e pobres, tem-se uma complexidade de fatores que perpassam a escolha pela atividade. Mesmo que esta talvez seja a realidade de muitas mulheres brasileiras, o que as distingue é justamente o exercício da prostituição e essa distinção só existe pelo estigma dado a atividade que é vista como imoral, suja e fora dos parâmetros sociais, mas que deveria ser considerada uma escolha normal, como em qualquer outra atividade rentável.

Justificar o porquê da escolha pela prostituição não é um propósito aqui,

afinal a própria justificativa já é uma forma de estigma, pois esta atividade é como qualquer outra, a diferença que o que é rentável são as práticas sexuais, é o corpo, mas não podemos deixar de lado determinadas situações que levam as mulheres para a prostituição. Compreendendo o corpo como Silva et al (2013), ao entender que este não pode ser visto apenas como biológico, mas como objeto discursivo, que se diferencia espaçotemporalmente e é permeado de relações de poder, o mesmo é um instrumento de trabalho e o que é rentável a estas mulheres é o fornecimento de prazer e emoção.

Segundo Juliano (2005), o que gera renda é a emoção, desejo e o prazer dado ao cliente, sendo a possibilidade de sustento um atrativo à manutenção da atividade. A alta rentabilidade é o que incita as mulheres a se fixarem na prostituição, tal informação pode ser evidenciada com o cruzamento da idade de início na atividade e o período de tempo de sua manutenção. Em Ponta Grossa, 52% das mulheres começaram na prostituição entre 12 e 20 anos[63], 33% entre 21 e 30 anos e 12% a partir dos 31 anos[64]. Pode-se perceber que a maioria das mulheres entra na prostituição entre os 12 e 20 anos, sendo que 19%[65] assumiram que entraram na atividade ainda menores. O que, de fato, acontece é que a juventude é fator importante na escolha da prostituição e também no ganho de dinheiro, além de existirem outras relações que transpassam a escolha desta atividade enquanto menores de idade.

A entrada de mulheres ainda muito novas na prostituição é o que determina o tempo de permanência na atividade, conforme expõe o gráfico 4, que demonstra o tempo que estas mulheres desenvolvem a atividade da prostituição. Destacamos, a partir dos levantamentos em campo, ser comum ouvir que quando entraram na prostituição não tinham juízo e que agora, sendo mais velhas, são mais conscientes das suas escolhas.

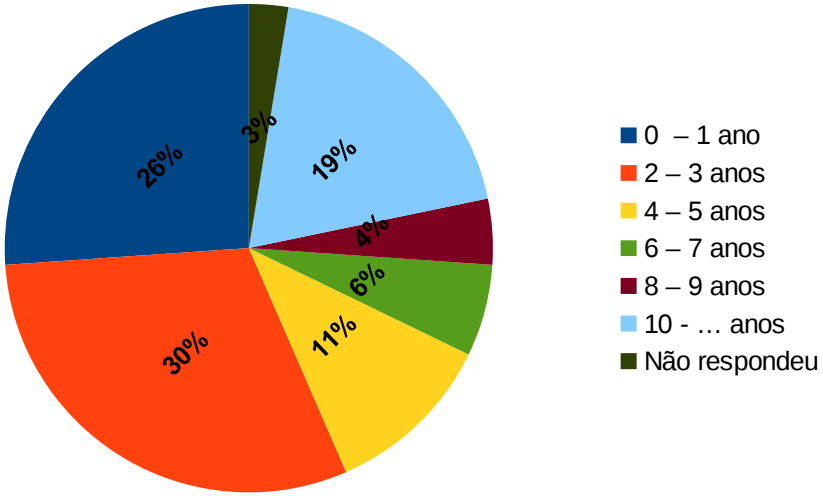
---

63 Apesar deste dado revelar que a prostituição fez parte da vida de mulheres menores de idade, apenas uma se viu forçada a exercer a prostituição, outras o fizeram por conta própria. Não nos cabe aqui discutir a questão da maioridade e escolha da prostituição.

64 Das mulheres, 3% não responderam esta questão.

65 Este percentual é referente aos 115 questionários.

Gráfico 4 – Tempo de Permanência das Mulheres na Prostituição de Bar, Boate e Rua na Cidade de Ponta Grossa-PR



Fonte: Questionários fechados.
Organização: PRZYBYSZ, J.

Se cruzarmos a idade de início e o tempo na prostituição, percebemos que a maioria das mulheres está na atividade há tempo, já que a soma dos percentuais relacionados a mulheres que estão a mais de dois anos na prostituição chega a 70% do total. Além dos dados, essa foi uma observação constante nos trabalhos em campo junto com a ONG Renascer, pois muitas mulheres dizem que não vale a pena, financeiramente, sair da prostituição, se saem é porque se casam, mas geralmente voltam quando se separam ou quando ficam sem dinheiro[66]. A maioria argumenta que só querem deixar a prostituição devido ao estigma que sofrem diariamente e à dificuldade em aguentar determinados tipos de clientes.

A escolaridade, idade e juventude são essenciais para a análise do fenômeno em pauta, pois a interseccionalidade entre estes elementos identitários permeia o baixo ou alto rendimento vindo da atividade, sendo que é a partir deste dinheiro que estas mulheres sustentam seus filhos ou suas famílias. Assim, estas que são mães, filhas, esposas e, muitas vezes, sustentam o lar sozinhas, entram na prostituição muito cedo, em período fértil e no auge da beleza, evidenciando que a atividade da prostituição é um atrativo relacionado a alta lucratividade e uma forma de expor as dificuldades geradas pela falta de opção ou oportunidade.

[66] Os dados levantados envolvem a realização do primeiro programa e não levam em consideração as idas e vindas na atividade. Já o tempo em que estão na atividade é contabilizado a partir da permanência das mulheres na prostituição, levando em conta as idas e vindas como profissionais do sexo.

Lim (2004), ao analisar o setor do sexo como contribuição e desenvolvimento econômico, coloca que a prostituição está relacionada à flexibilidade de trabalho, alta remuneração e curta jornada de trabalho. Para a autora, estes três fatores movimentam a renda e as relações econômicas não só das profissionais do sexo, mas também de outros envolvidos, direta ou indiretamente, na profissão. Entretanto, mesmo gerando lucro e acesso a trabalho, esta atividade não tem sido vista como profissão e não permite a estas mulheres o direito de exercê-la de forma digna.

É evidente que a escolha por essa atividade refere-se ao sustento de si ou da família, o que não é diferente de qualquer outra pessoa e atividade, o que a difere são as questões morais, normas de gênero e de sexualidade. De acordo com Juliano (2005), a estigmatização reserva as mulheres que saem das normas sociais, de oferecer de forma gratuita seu tempo e seu trabalho, uma forte discriminação que tem por objetivo impedir as mulheres ditas 'normais' a não abandonar seus deveres 'naturalizados' como parte de suas características de gênero. Além disso, segundo Moreno (1986), o estigma também se apoia na construção da virilidade masculina e nas relações de poder em relação ao sexo.

Na busca por lucratividade na prostituição, há uma demanda por deslocamentos entre locais de desenvolvimento da atividade na cidade e fora dela, já a fixação em um mesmo local está relacionada com a filiação. Assim, em 46% dos casos as mulheres exerceram a atividade em outros lugares além daquele em que estavam quando responderam o questionário e 48% sempre exerceram a atividade no mesmo lugar[67]. Nas observações em campo, ficou claro que muitas migram de um lugar para outro para que sejam 'novidade' e assim ganhar mais dinheiro e outras mudam por questões de adaptação, gerando um constante movimento que evidencia a fluidez no campo de pesquisa. Entretanto, muitas profissionais estão há anos exercendo a atividade nos mesmos lugares, pois criam vínculos com o lugar e com as pessoas com quem trabalham, além de decidirem ficar devido à proximidade de casa e cuidados com os filhos e família.

Exercer a atividade em outras cidades também é uma estratégia importante e tem relação com o ganho de dinheiro, filiação e estigma. Assim, 52% das mulheres nunca saíram da cidade de Ponta Grossa e 43% se deslocaram a outras cidades

[67] Em 6% dos casos não houve respostas a esta questão.

para o desenvolvimento da prostituição[68]. Iniciar a atividade em outras cidades tem sido uma estratégia para que as pessoas mais próximas não fiquem sabendo do exercício da prostituição, e isso tem relação direta com o estigma, mas após algum tempo acabam voltando, além disso, também há a relação com o corpo novo, para ganhar mais dinheiro, conforme observação e entrevistas em campo. De outra forma, muitas mulheres decidem ficar na cidade e enfrentar o estigma para que possam ficar mais perto da família e dos filhos.

Percebe-se que o estigma relacionado à atividade está evidente em todos os dados levantados e nas observações feitas em campo. Mas, interessantemente, ao serem questionadas se já haviam sofrido algum tipo de violência na atividade, 70% responderam que nunca sofreram e somente 24%[69] responderam que sim. Das mulheres que responderam que já sofreram violência, 46% relataram que a violência foi verbal, 25% violência física e 29% sofreram ambas.

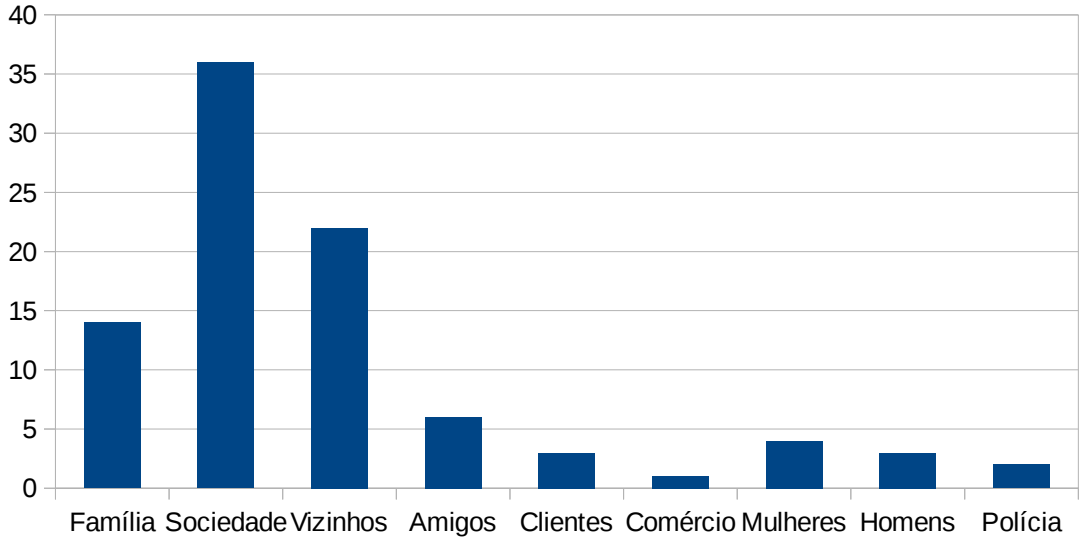
A violência é uma prática comum na vida destas mulheres e, muitas vezes, invisível aos seus próprios olhos, pois muitas afirmaram que não sofreram violência, mas sofreram preconceito, sem darem conta que o próprio preconceito é uma forma de violência velada. Percebe-se assim que o preconceito não é visto enquanto uma violência pelas profissionais do sexo em Ponta Grossa, e, que isso tem relação com a falta de conhecimento, empoderamento e de reconhecimento de direitos. Mesmo que a maioria tenha dito que não sofreu nenhum tipo de violência, quando foram questionadas sobre o preconceito, o percentual mudou, ou seja, 56% já sofreram algum tipo de preconceito devido à atividade e 39% nunca sofreram preconceito[70].

O preconceito sofrido por estas mulheres está relacionado às normas de gênero e sexualidade, conforme aponta Catonné (2001), ao referenciar a História da Sexualidade, que coloca a prostituição como fonte de pecado, sujeira, entre outros e também as questões sobre estigmas, como evidenciado por Gofmann (1988). Das mulheres que sofreram preconceito, a maioria provinha da sociedade em geral, ou seja, de pessoas que não as conhecem, não conhecem suas histórias, suas vidas, e que acabam tirando conclusões de senso comum que evidenciam o quanto o estigma está presente em toda a sociedade, conforme mostra o gráfico 5:

---

68 Em 5% dos casos não houve respostas a esta questão.
69 Em 6% dos casos não houve respostas a esta questão.
70 Em 5% dos casos não houve respostas a esta questão.

Gráfico 5 – Fonte do Preconceito Sofrido por Mulheres que Exercem a Prostituição em Bares, Boate e na Rua em Ponta Grossa-Paraná[71]



Fonte: Questionários fechados.
Organização: PRZYBYSZ, J.

É importante destacar que quando esta pergunta era realizada, sempre vinha acompanhada de comentários feitos pelas profissionais, tais como: “de todo mundo”, “pessoas que passam na rua”, “até onde vai comer”, “quando vai arrumar emprego”, “sociedade que xinga”, “muitos falam que a gente tem que ser marmitex de graça”, “que não merecemos estar vivas”[72]. De outra forma, o preconceito que existe de pessoas que as conhecem é feito por aqueles que não são sustentados pelo dinheiro vindo da prostituição, já que estes tendem a compreender o exercício da atividade.

A violência e o estigma constroem laços que dificilmente são desatados na vida destas mulheres, sugerindo que não é a prostituição em si que penaliza suas vidas e sim a sociedade que ao estigmatizar gera uma violência que marca o corpo e a vida das profissionais do sexo. Para Juliano (2005), a violência simbólica exercida contra as profissionais do sexo está relacionada ao:

> Maltrato de los medios de comunicación. La discriminación social se apoya en una imagen distorsionada que se da de estos sectores desde los medios

[71] A categoria Sociedade foi considerada quando as mulheres respondiam que sofriam preconceito de “todo mundo”, “das pessoas que passam na rua” e “sociedade”. A categoria Comércio foi considerada quando respondiam que sofriam preconceito quando iam a lojas, mercados, revendas ou qualquer outro lugar comercial.

[72] Todas estas colocações foram inseridas nos questionários como uma forma de expor o que estas mulheres passam ao exercer a atividade da prostituição.

> de comunicación y desde distintos ámbitos académicos y sociales. El tratamiento distorsionado de sus problemas, el subrayado sistemático de lo que las diferencia de otros colectivos, en lugar de mostrar lo que tienen en común, su presentación sistemática como víctimas engañadas sin proyecto propio, son todos elementos que configuran la "violencia simbólica" que se ejerce sobre ellas y que da la base donde se asientan las otras violencias. (JULIANO, 2005, p. 104).

Segundo a autora, estabelecer divisões entre umas mulheres e outras têm sido uma estratégia habitual do patriarcado e seu êxito tem contribuído para a não formação de um coletivo homogêneo, mas sim para uma separação por distintas situações como classe e etnia. Por mais que estas diferenças existam, para a autora, ainda temos coisas em comum como a discriminação geral que sofremos por sermos todas mulheres. Dar mais ênfase ao que temos em comum e não no que nos separa pode ser uma boa forma de aproximar as mulheres.

Compreender a forma como a prostituição se organiza na cidade de Ponta Grossa e seu perfil é o primeiro passo para que possamos olhar a vida destas mulheres a partir do cotidiano que desconstroem dicotomias e que não retira o direito de escolha sobre o exercício da prostituição. Compreender que a prostituição é algo inerente ao espaço urbano e que movimenta muito dinheiro e consequentemente outros setores econômicos da cidade é uma forma de reverter posicionamentos que estigmatizam. Mais que tudo, é compreender que estas mulheres têm na prostituição a sua fonte de renda como em qualquer outra profissão e a sexualidade é somente algo que faz parte do desenvolvimento da sua atividade.

A prostituição em Ponta Grossa também se mostra intensamente móvel e fluida a partir de relações que envolvem poder público, cafetinagem, rentabilidade, estigma. Entretanto, há outras relações que são importantes e relevantes na vida destas mulheres e que não são levadas em conta, como a maternidade, educação, trabalho, amizades, enfim, outras identidades que perpassam as experiências espaciais das mulheres prostitutas.

3.2.2 - Processos de Identificação do Ser Prostituta e Mãe

Compreender a identidade no caso da prostituição é de suma importância, já que no imaginário social, prostitutas serão sempre prostitutas, independentemente se estão em casa, no mercado, nas lojas, no parque brincando com os filhos, na reunião da escola. Cavour (2011), ao assimilar as identidades das prostitutas no

contexto familiar, argumenta que estas mulheres não executam a atividade da prostituição o tempo todo e que assim como outras mulheres em outras profissões, também têm outros papéis sociais que vão além do seu papel enquanto prostituta.

Conforme a autora, é a partir do estigma que a sociedade tende a discriminar outros papéis sociais e identidades das mulheres prostitutas. Diferente do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Porto Alegre e muitas outras cidades de grande porte, na cidade de Ponta Grossa as próprias profissionais do sexo mulheres não reconhecem seus direitos em relação à atividade que desenvolvem, nem mesmo acreditam na existência de um movimento de prostitutas. A falta de empoderamento resulta no não reconhecimento das próprias identidades de puta/prostituta/profissional do sexo/garota de programa, logo, se não há um reconhecimento identitário, a própria luta por direitos fica prejudicada.

Muitas vezes, essa discrepância entre o reconhecimento identitário em relação à prostituição gera uma tensão entre a prostituta e outros papéis sociais que cada uma desenvolve. Para Goffman (1988), as pessoas que são estigmatizadas tendem a adquirir outras identidades, a fim de desviar o foco em quem realmente são e essa relação é fortemente vista na prostituição a partir da mudança de nome, mudança de local, mudança nos aspectos físicos, no embate a pessoas que as reconhecem fora do ponto de prostituição.

De acordo com Cavour (2011), na prostituição existem diversas dicotomias e a mais importante está relacionada às identidades entre dois mundos: o dentro e o fora da prostituição. Quando a profissional está fora dos locais de prostituição, assume comportamentos que estão totalmente voltados às normas de gênero e sexualidade, já quando está dentro dos locais de prostituição, estes comportamentos tendem a se modificar e tomar contornos que se distanciam das normas.

Olivar (2013) explica que há dois caminhos em relação à identidade na prostituição, os quais se referem à família e aos filhos. No primeiro caminho, a família é o princípio, é central na construção das práticas na prostituição, assim ser mãe, esposa e prostituta não é uma construção que ocorre separadamente, mas acontece a partir de experiências concomitantes, relacionando sexo, trabalho e amor. Neste caminho, conforme o autor, o indivíduo é o centro e há a construção de novas relações familiares, já que os mais próximos tendem a se afastar e novas relações se estabelecem, criando vínculos familiares novos.

Já no segundo caminho, o trabalho é o centro e há uma divisão entre o sexo,

que é o prazer que se tem apenas com o marido ou namorado e o trabalho que é apenas o programa, onde não há prazer garantindo a perspectiva familiar e de sustento aos filhos. Neste caso, a mulher alterna-se entre corporeidades diferentes: a de prostituta e a de mãe, esposa e dona de casa. Para o autor, mesmo existindo essa divisão, muito bem colocada pelo grupo que pesquisou, não há um salto entre uma mulher e outra mulher personificadas no mesmo corpo, mas há a inter-relação que seria um devir de identidades.

Tanto Cavour (2011) quanto Olivar (2013) demonstram que existe uma identidade pública e uma identidade privada da prostituta e que esta última está relacionada à espacialidade da casa. Entretanto, sendo as identidades plurais, fluidas e cambiantes, conforme Hall (2011), não há possibilidades de se desprender de uma identidade e assumir outras identidades, já que somos uma composição de muitas identidades e experiências. Neste sentido, concordamos com Valentine (2007), ao argumentar que em determinadas espacialidades algumas identidades são enfraquecidas e outras se fortalecem, mas jamais nos desprendemos delas.

Para Freitas (1985), as identidades, no caso da prostituição, são constituídas por três aspectos não excludentes entre si, são eles: critério físico, que está relacionado à configuração espacial da prostituição por meio da escolha do lugar de exercício da atividade; afetivo e moral, uma vez que é por intermédio da escolha do local que esses critérios aparecem, pois é a partir daí que a profissional vai se assumir prostituta ou vai esconder sua identidade – a moral – e também vai criar ou manter laços afetivos com as pessoas que fazem parte de sua vida fora da prostituição, como filhos, namorados, família e maridos.

As identidades das mulheres prostitutas estão intimamente relacionadas ao tipo de prostituição que escolhem, pois é só assim que todas as outras relações serão estabelecidas. Mesmo que muitas migrem entre os três tipos de prostituição, cada um dos tipos vai mudar suas relações com a sociedade, casa, família, trabalho, com os filhos, dentre outras. As práticas identitárias das mulheres prostitutas são construídas através de cada tipo de prostituição, bem como cada um destes espaços é construído a partir destas mesmas práticas identitárias, constituindo negociações internas que permeiam o estigma, preconceito, prazer, cliente, filiação, maternidade, dentre outras questões (MASSEY, 2008).

A questão é que a existência de preconceito e estigma faz com que estas mulheres negociem constantemente suas identidades de prostitutas com outras

identidades. Estas negociações, que são políticas, permitem que as profissionais do sexo produzam um jogo identitário entre o que podem ser e o que não podem ser nos locais de prostituição e em outros espaços. Esta produção do que a prostituta é nos pontos de prostituição e em casa, por exemplo, é o que dá a tonalidade escalar de suas vivências, já que, devido às normas de gênero, é coagida a enfraquecer determinados aspectos identitários.

Para Butler (2003), deve-se compreender as identidades a partir das normas que dão inteligibilidades sociais às pessoas, as quais produzem inexistências, ou seja, aquelas identidades que podem e aquelas que não podem existir. Levando em consideração as proposições da autora, em que a heterossexualidade tende a uniformizar a identidade de gênero que replica práticas sociais binárias, evidencia-se que a prostituição tem suportado o peso da heterossexualidade, já que define a sua moralidade a partir do que as mulheres não devem ser.

Esta definição de limites a partir da identidade de gênero é o que exterioriza a identidade de prostituta e enfraquece as demais identidades que compõem estes sujeitos. Estes limites são materializados através do espaço, criando dicotomias como a do espaço público privado, entretanto, sendo o espaço construído a partir de relações sociais e ao mesmo tempo construindo tais vínculos, a partir de uma multiplicidade de associações escalares que são articuladas pela própria existência, experiência e vivência humana (MASSEY, 1994), não há como destacar identidades – àquelas que não seguem os padrões de gênero e sexualidade – e consequentemente não há como limitar espacialidades a partir do que devemos ou não ser.

Portanto, são as normas de gênero que intensificam os limites escalares da rua/bar/boate e casa delimitando identidades em função das relações de poder, produzindo binaridades, mulheres públicas (prostitutas) e mulheres privadas (as mães). Por isso é fundamental que entendamos as múltiplas identidades que constituem os sujeitos, para que possamos desconstruir os sistemas de privilégios que marginalizam e excluem as mulheres prostitutas em estabelecidas espacialidades e que as fazem invisibilizar determinadas identidades e assim desmistificar as binaridades que são estratégias para a manutenção do patriarcado e das normas de gênero.

Essa desconstrução permeia a própria identificação destas mulheres prostitutas e o reconhecimento da identidade materna não enquanto uma

contradição, porém um componente das suas vidas que está presente não só na espacialidade da casa, mas também da própria prostituição, assim como a própria prostituição enquanto um componente da construção espacial da casa. A intersecção entre as identidades de prostituta e de mãe que está presente nas espacialidades públicas e privadas, de forma concomitante, desestabiliza as normas de gênero e a própria construção dicotômica das relações de gênero e espaço.

O reconhecimento enquanto prostitutas/profissionais do sexo/puta/garota de programa é o primeiro passo na desconstrução da binaridade entre as identidades de mãe e de prostitutas, pois como evidencia Barreto (2013, p. 143): “Há uma cisão entre mulheres boas e más, sendo que a imagem da “puta” serve como divisor e disciplinador das mulheres, conformando a maioria à virgindade, domesticidade e monogamia e rechaçando as transgressoras.”

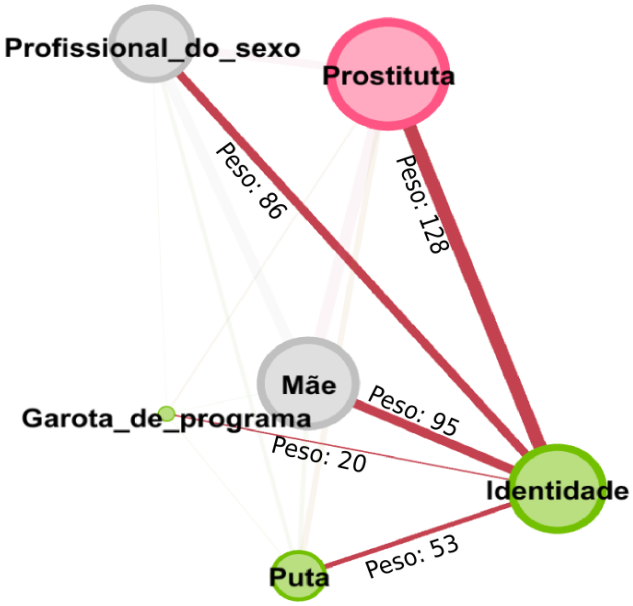
Para Medeiros (2002), só é possível ser prostituta se houver consciência do que se está fazendo, por isso ao entrar na prostituição é necessário que exista uma identificação com a prostituta. Conforme esta autora, é possível separar o papel de prostituta e de 'senhora', difícil é conseguir manter a distinção entre eles. Por outro lado, há mulheres que decidem não manter a prostituição em sigilo, sofrendo mais pelo estigma. Ainda, segundo a autora, com o tempo muitas mulheres aprendem e se acostumam a ser prostitutas. Mas mesmo com pouco ou muito tempo na prostituição o nome dado a elas ainda é um fator contraditório, pois acreditam que alguns nomes como puta e prostituta são fortes e negativos e seu uso deve estar restrito entre elas ou amigos mais próximos.

A identificação das mulheres prostitutas, que já foi um assunto abordado no primeiro capítulo, é central neste momento, pois evidencia a própria construção das identidades maternas destas mulheres. Levando em consideração as entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres prostitutas mães, constatamos que o peso[73] das categorias prostituta, garota de programa, puta, profissional do sexo e também mãe, em relação à categoria identidade, é de 6,1% do seu peso médio total. Sabendo que a categoria identidade apareceu 106 vezes e seu peso médio foi de 6.287, compreendemos que as identificações compõem papel central na vivência destas mulheres e por isso os nomes que identificam a prostituição, junto com a identidade de mãe, têm maior peso em relação à categoria identidade, conforme

[73] O peso das arestas é a intensidade de relacionamento entre dois nós, ou seja, o tamanho da aresta entre eles, no caso do software Gephi (GABARDO, 2015).

demonstra a imagem 23:

Imagem 23 – A Categoria Identidade com Relação as Categorias de Identificação e Mãe



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

O maior peso está relacionado à categoria Prostituta (33% desta rede específica de identidade) e sua relação com a categoria Identidade pode ser tanto positiva quanto negativa. Exceptuando a categoria Mãe, todas as outras seguem os mesmos padrões, sendo ora negativas e ora positivas. O menor peso está na categoria Garota de Programa (14% desta rede específica de identidade), que foi pouco utilizada pelas profissionais do sexo. Entretanto, é importante perceber que a identificação de cada uma destas mulheres tem relevância na medida em que carregam o peso de uma atividade estigmatizada, como podemos ver em alguns trechos de fala:

> A não! Prostituta é forte, né? (Entrevista realizada com Ana Bolena, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).
>
> É eu acho que mulher de programa né, eu faço programa [...] De fora assim não, pra gente assim conhecido tudo bem [fala que é prostituta], mais não. (Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).
>
> Sou garota de programa. Garota de programa, que muitas das meninas elas

> não utilizam o nome prostituta. Nunca foi usado prostituta, pelo menos na minha cabeça, entendeu? eu nunca usei como prostituta, sempre como garota de programa. Por causa que eu tava ali e me pagavam pra mim faze um programa ou poderia ser pra jantar ou poderia pra ir pra cama […] (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

> Ah! eu não gosto de falar que eu sou prostituta, ah! sei lá eu não, ah! ninguém […] Não sei, porque daí você é puta, você tá putiando no bar, chama as muié tudo de puta, falam "aquela putaiada daqueles bar lá". (Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

> Porque eu acho prostituta uma palavra muito pesada, né, ela pesa apesar de ser, né, porque isso já vem do tempo de Cristo, né, é antigo já, né, esse daí, né, então eu digo assim quem não for pecador que atire a primeira pedra, né? (Entrevista realizada com Belle de Jour, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate).

Estes trechos evidenciam um peso negativo em relação às palavras prostituta e puta, demonstrando o estigma em relação à atividade e desencorajando estas mulheres ao próprio empoderamento sobre o trabalho desenvolvido. A utilização do nome puta e prostituta tem relação com os movimentos sociais e ao empoderamento destas mulheres, como já visto em Leite (2009) e Olivar (2013), os quais explicitam que o valor negativo dado à puta, enquanto uma categoria moral de gênero, tem justificado discriminações e violências às prostitutas e que a imagem da puta tem ultrapassado relações como as de casamento, produção e reprodução e a própria construção da cidade.

Ainda, conforme Olivar (2013), é a partir do estigma da puta que há a construção de perspectivas, práticas e performances sociais às mulheres, assim, para ele:

> O estigma que as prostitutas denunciam é um *modus operandi* sólido e contínuo de uma guerra biopolítica de produção hierarquizada e generificada (*genered*) as alteridades. […] Relacionada com formas de produção econômica, uso do espaço e do tempo, arranjos familiares e de rede sociais, performances corporais e verbais, relações inter e intragenéricas, administração da dicotomia público/privado e de construções sexuais, afetivas e eróticas. (OLIVAR, 2013, p. 279-280).

Desta forma, a relação entre a identidade e estigma é o que faz com que estas mulheres não assumam o nome prostituta e puta, e dicotomizem o papel de mãe e de prostitutas em determinados contextos e que entendam que o que fazem é errado, conforme mostram as falas abaixo:

> A sim, nestas partes você tem que saber separar, né, lá eu sou uma profissional totalmente diferente, em casa eu tenho que mostrar pro meu filho que eu sou mãe, que eu sou responsável, que eu sou mãe, né, então nunca chega a misturar as coisas, sabe, nunca chega a misturar as coisas […] é como eu falei, né, tem que saber separar ser mãe e ser profissional do sexo, né, agora você é mãe você tá na noite você esquece seu filho eu sei eu conheço muitas mães que não estão nem aí. (Entrevista realizada com Belle de Jour, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate).

> Ah! é muito diferente assim, na rua a gente, tipo a gente se transforma a gente é uma pessoa em casa a gente já é mais dona de casa, a gente já é mais... (Entrevista realizada com Mata Hari, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

> Não a partir daquela esquina ali pra cima fia você já é outra, a gente já muda. (Entrevista realizada com Ana Bolena, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

> Ah eu acho que sou boa nisso (deu uma gargalhada). Porque eu sei controla, né, eu sei, porque sei lá, eu sei ser mãe e sei ser o que eu sou, né, sei ser mãe e sei ser prostituta. Então eu sei controlar eu sei os tempos certos, né, eu sei controla bem... sei lá eu acho que eu sou boa nisso. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

Esta dicotomização, também evidenciada por Barreto (2013) e Olivar (2011), é visível entre as mulheres prostitutas mães e está intimamente relacionada com o estigma à atividade da prostituição e à falta de empoderamento destas mulheres. Esta dicotomia está concatenada com o que já discutimos no primeiro capítulo sobre a construção do gênero e também da sexualidade, as quais criam normas a serem seguidas, dividindo o que é ser uma boa mulher e o que é ser uma má mulher.

A identidade de prostituta toma conta de outras identidades e relações vividas por estas mulheres, dicotomizando alguns papéis como o de dona de casa, boa mãe, da mulher que paga seus impostos, da amiga, dentre outros. Para elas, é como se a identidade de prostitutas desestabilizassem tudo o que elas são, como podemos verificar na fala de Ana Bolena e Mata Hari, quando questionadas sobre o porquê da prática de serem duas pessoas ao mesmo tempo:

> Mata Hari: Por causa da família, né, no caso os meus filhos sabem o que faço.
> Ana Bolena: A gente tem muito, a gente não existe só amigos aqui, a gente tem amizade geral, né, tipo vizinhos.
> Mata Hari: A gente tem a vida social.
> Ana Bolena: Sim, tem os vizinhos, tem outras amizades. Então não misturamos as coisas não (Entrevista realizada com Ana Bolena e Mata Hari, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

Além disso, segundo elas, é difícil conviver em outras espacialidades devido a este desacordo com as normas, já que carregam somente a prostituição em suas vivências em conformidade com a sociedade. Para estas mulheres, é como se estivessem caminhando na rua com um "carimbo na testa[74]" escrito prostituta. O estigma à prostituta que as acompanham nas mais diversas espacialidades é algo ruim, como também evidencia Medeiros (2002), ao mencionar que, muitas vezes, as profissionais do sexo só querem ser vistas enquanto mulheres, mães, trabalhadoras fora dos espaços de prostituição, como aconteceria com qualquer outra mulher ao trabalhar fora de casa.

Contudo, esta identidade de prostituta, mesmo que invisibilizada em determinadas espacialidades, é reconhecida por outras pessoas, conforme elucida os trechos de fala a seguir:

> Não, eu não gosto que fique me chamando de [prostituta], eu não gosto de fala que eu sou assim, pode fala às vezes. Às vezes eu tô andando na rua assim um homem me olha assim, já aconteceu no ônibus até de home senta perto de mim, não sei se tá escrito na cara né, mas falô, o cara falô assim 'quanto você cobra' no ônibus assim 'quanto você cobra', eu falei: 'nossa', daí eu não gosto nem que fala comigo assim eu fico constrangida, com vergonha, né, eu não gosto, aqui dentro do bar sim, mais não gosto na rua assim. (Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

> Ah sempre era com um olho diferente, né, é diferente do olhar do que eles [pessoas] olhassem pra ti do que eles olhassem pra mim. […] Não, mais tá estampado na cara, né? quando é prostituta, né? É mais está estampado na cara porque a pessoa, é difícil Juliana o caminho que você faz, entendeu, a Madame de Pompadour não faze ou eu não faze, entendeu? é difícil, uma hora ou outra você não se esconde uma hora ou outra você sai, não tem como se esconder, não se esconde toda a vida. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

> [a sociedade me vê] como uma prostituta, não me vê como uma mulher decente, eu acho que me vê como prostituta e jamais e eu acho que jamais eles dão, acho que, né, que dão emprego pra uma prostituta, a não ser essa carteira assinada, né, como prostituta aí sim, mas sempre vão vê nóis como prostituta não como uma trabalhadora. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

Essa marca identitária que é a prostituição e que é exteriorizada não pela profissional, mas por outras pessoas, invisibiliza a realidade vivenciada por estas mulheres, pois não leva em conta outras questões relacionadas à experiência de vida de cada uma delas. A identidade de mãe é invisibilizada quando se pensa no

[74] Termo muito utilizado pelas mulheres prostitutas nas entrevistas e também muito ouvido nas observações em campo.

contexto geral da prostituição, já que exterioriza a dicotomia de papéis.

Todavia, é notório que a filiação, formadora da identidade materna, é um fator importante, a qual está presente já nos dados dos questionários aplicados, pois dos 115 questionários, 94 mulheres são mães e nesta relação prostituição/maternagem existem 217 filhos, uma média de 2,3 filhos por prostituta, sem levar em conta as 5 mulheres grávidas na época do levantamento dos dados. Estes filhos, em sua maioria, são de casamentos ou relacionamentos findados, os quais muitas vezes têm relação com a própria prostituição a partir do 'resgate'[75]. Com o relacionamento fixo, estas mulheres engravidam e após o fim do relacionamento retornam à prostituição, como evidencia Victorine Meurent: “E o que me dá de come foi um programa que eu fiz e o homem pego e me [...] não tinha filho e pego e caso comigo, morreu e me deixou a pensão”[76].

Independentemente se são filhos da prostituição ou não, é fato que a presença da maternagem torna as experiências espaciais diferentes daquelas vivenciadas por mulheres prostitutas não mães. A idade dos filhos aponta que estes demandam cuidados, uma vez que 64% têm de 0 a 13 anos, 14% de 14 a 17 anos e 22% estão acima de dezoito anos. É interessante destacar que a idade dos filhos é determinante na vida das prostitutas mães, pois os que são menores de 13 anos, ainda não fazem ideia de como vem o sustento da casa. A partir desta idade, já começam a entender a situação gerando certo constrangimento para a mãe, como alega Bustuariae:

> Daí foi um inocente e me conta pro meu piá mais velho, né, o que eu era e o que eu deixava de ser, daí na quinta-feira cheguei chorando aqui, porque eu não queria que ele soubesse [...] é que nem eu falei pra ele, independente do que a mãe é ou deixa de ser, um tênis que você coloca, um computador que a mãe compra ou alguma coisa que você quer a mãe dá, o que os outros pensam ou deixam de pensar ou que falam pros outros o que eu sou, você não tem que [...] você tem que ver o que você veste, o que eu coloco no teu corpo. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

A permanência da atividade em segredo é de extrema importância e mesmo que os filhos já saibam sobre o exercício da prostituição, o silêncio predomina na fase da adolescência. Os filhos maiores de idade tendem a aceitar, Gabriela, menciona que seu filho, mesmo sendo ministro da Igreja, nunca falou de sua

---

75 Quando a profissional se casa ou inicia um relacionamento com o cliente e sai da prostituição.

76 Entrevista realizada com Victorine Meurent, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar.

atividade, pois foi a partir da profissão da mãe que saiu o seu sustento durante a vida. Mesmo que a prostituição auxilie na manutenção econômica dos filhos, as mulheres prostitutas têm alegado dificuldades em revelar sua atividade econômica, devido ao estigma.

A dificuldade em revelar a prostituição faz com que muitas mulheres deixem de morar com os filhos para que não sofram preconceito em razão da atividade por elas exercida, como é o caso de 39% delas. Além de acreditarem ser difícil conciliar a vida de mãe e de prostitua, deixando seus filhos com avós paternas ou maternas, pai, padrinhos, irmãs ou com as mães-babás. Já 61% mantêm os filhos morando junto de si, acreditam que eles vão entender a forma de sustento, e, a exemplo de outras mulheres, tendem a utilizar as redes de pessoalidade para não deixar os filhos sozinhos em casa.

A atividade de prostituição tem sido vista como fonte de sustento econômico dos filhos em 89% dos casos e mesmo no universo de prostitutas mães que não vivem com os filhos, 72% utilizam a prostituição como sustento econômico destes. Assim, mesmo a prostituição não sendo aceita socialmente, o dinheiro que vem dela é bem-vindo. Neste sentido, a maternagem está presente na prostituição, assim como a prostituição está presente no desenvolvimento de maternagens.

O papel de mãe é central para muitas mulheres e o sustento dos filhos é o que permeia a escolha pela atividade e pelo local em que vão trabalhar, por isso a associação entre a identidade de mãe é intensa em relação às identidades de puta, prostituta, profissional do sexo e garota de programa, conforme apresenta a imagem 24:

Imagem 24 – A Categoria Mãe com Relação as Categorias Identidade, Prostituta, Profissional do Sexo, Garota de Programa e Puta



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A categoria Mãe foi utilizada 106 vezes e tem peso ponderado de 6.217. Esta, assim como a categoria Identidade, foi uma das mais utilizadas, entretanto, a categoria Mãe tem um peso ponderado maior em relação às demais categorias, tornando-se central. Sua relação com as categorias puta (13% da rede específica da categoria Mãe), prostituta (30% da rede), profissional do sexo (27% da rede) e garota de programa (3% da rede) tem associação com o sustento dos filhos. É neste sentido que muitas mulheres acreditam que o nome pelo qual são chamadas torna-se irrelevante, pois, no fim, o sustento dos filhos nunca será realizado por quem estigmatiza, mas sim por elas, como mostram os trechos de fala a seguir:

> Aí eu falo, porque eu não tô nem aí pra opinião dos outros, porque no dia de dar o arroz e feijão pro meu filho, quem vai lá e abre a mão sou eu... eu que levo, então a opinião dos outros pra mim não importa, é que nem todos os meus amigos sabem tudo. (Entrevista realizada com Sally Salisbury, em 16 de julho de 2013, na prostituição de boate).

> Porque quando eu não tinha minha casa, não sabia o que era bar eu andava com os meus fio rolando e um dia um primo meu pegou tomo o iogurte e deu o copo do iogurte pro meu piazinho, pro meu nenezinho lambe eu falei não isso não é vida, prostituição pra mim é tudo, pode criar tudo os meus filho dentro de um bar eles sabendo, professora sabendo, pedagoga sabendo, meus vizinho sabendo e eu saindo com a minha cabeça erguida, nunca deixa ninguém fala mal de você só porque você tá dentro de um bar. (Entrevista realizada com Victorine Meurent, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

A relação entre as identidades de mãe e de prostituta/profissional do sexo/puta/garota de programa, a partir do sustento, muitas vezes, é o que reforça o empoderamento destas mulheres. Para Sganzella (2014), a maternidade organiza a vida das mulheres prostitutas mães, por mais que a autora não trabalhe com o conceito de maternagem, deixa claro que a mãe é central no cuidado econômico dos filhos e que há uma rede de apoio que ajuda na criação destes, indo desde as avós, tias, madrinhas e outros laços que não são necessariamente consanguíneos.

Segundo a autora, muitas vezes estas mulheres assumem o papel de provedoras da família e delegam as suas redes de pessoalidade ao cuidado afetivo. Conforme Ribeiro (2004), as mulheres prostitutas mães, que são geralmente solteiras, divorciadas ou viúvas, ao encarregarem-se do sustento de seus filhos, por meio da prostituição, desafiam as construções de gênero e sexualidade, já que ao assumirem a maternagem e a prostituição quebram com as normas de gênero e sexualidade, e, notadamente desafiam as normativas referentes as divisões entre as esferas públicas e privadas.

Desta forma, o assumir-se puta/prostituta/profissional do sexo/garota de programa é uma possibilidade de empoderamento em relação à atividade e uma importante forma de desconstrução da dicotomia entre a boa e a má mulher, entre a mulher pública e a mulher privada. Os trechos a seguir demonstram que muitas destas mulheres assumem estas identidades.

> Nunca dei bola pra isso [de me chamarem de prostituta]. Não, não, não, não, nunca dei bola pra isso. Tanto faz, pra mim não. É um meio de ganhar dinheiro, um meio de sobrevivência, um meio de ganhar a vida. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

> Ah! eu até hoje eu tenho 50 e eu falei eu sô puta e vô morre puta por causa... não, eu sô bem sincera, ó, eu eu... eu não me vejo, eu não me vejo dentro de uma casa. não!!! sô mulher de lava, sô mulher de passa, pra vê tudo minhas coisa limpinha […] então assim eu, ói, eu assim eu posso assim dizer que eu ando de cabeça erguida, nunca, assim, abaixei minha cabeça por dizer assim 'ai eu sô uma mulher de bar', mas eu nunca disse assim eu sou uma senhora, eu morro dizendo eu sô puta e vô morre puta, eu não me vejo dentro de uma casa i, oi, se... eu te levo pra você vê minha casa, mas eu não me vejo eu dentro de uma casa não por limpar, lava, nada, mas pela vida que eu vivi a vida inteira, não sei, me acostumei e eu gosto. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

> Ah! como eu te falei né eu não gosto [que me chame de prostituta], mas também não posso falar, não, não sou, imagina, não ligo, né, não esquente

> a cabeça, porque realmente eu sou, eu odeio que me chame de puta, porque puta é aquela que faz por achar bonito por gostar, entendeu, nós não, nós estamos se prostituindo nós estamos vendendo o que é nosso. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

A identidade materna é central na vivência destas mulheres, e, continuamente, em toda a vida na prostituição elas mencionarão que a filiação é algo presente no cotidiano. Sendo assim, não há como dicotomizar e retirar de cada uma delas a identidade de prostituta e de mãe, sendo a identificação uma questão de estigma e de falta de reconhecimento de si e da prostituição enquanto um verdadeiro trabalho.

A partir dos questionários fechados e das falas das mulheres prostitutas mães, evidenciamos que na atividade dessas profissionais, há uma relação entre a prostituição e a maternagem. Entretanto, mesmo que a prostituição auxilie na manutenção econômica dos filhos, há empecilho para as mulheres, devido ao estigma, em se reconhecerem e reconhecerem sua profissão para os filhos e família.

O contexto espaçotemporal da prostituição na cidade de Ponta Grossa demonstra que esta atividade tem sido estigmatizada por causa da limpeza urbana e do afastamento da atividade para a periferia. A configuração espacial da prostituição também é atravessada pela cafetinagem, evidenciando uma falha em relação ao que realmente é contra Lei na cidade. Entretanto, é fato, que é a partir da espacialização da prostituição na referida cidade que cada um de seus tipos desenvolve-se de uma determinada forma, compondo o espaço urbano e também a própria vida das mulheres que exercem a prostituição. Esta composição entre espaço e espacialidades é o que permeia a escolha pela prostituição, assim como outras relações identitárias referentes à mãe, filha, vizinha, amiga, etc.

Por mais que as experiências vividas por mulheres prostitutas mães sejam mediadas por outras relações, elas são esquecidas e invisibilizadas, devido ao estigma, pela identidade de prostituta e pelos espaços de prostituição. Contudo, compreender a prostituição por meio de outras relações e de outras identidades, principalmente a identidade de mãe, é tensionar as dicotomias que são impostas a partir das normas de gênero e patriarcado. É neste sentido, que este capítulo abordou as diferentes espacialidades da prostituição na cidade de Ponta Grossa, esmiuçando o perfil geral da atividade e trazendo as discussões que permeiam as identidades destas mulheres prostitutas mães.

CAPÍTULO 4
AS DIFERENTES ESPACIALIDADES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA E IMPLICAÇÕES NA MATERNAGEM

O objetivo central deste capítulo é analisar como as diferentes espacialidades da prostituição têm implicações na maternidade/maternagem de mulheres prostitutas mães. A espacialidade enquanto uma multiplicidade de acontecimentos e relacionais (MASSEY, 2008) permite a compreensão da prostituição a partir do seu desenvolvimento por meio de ações e agenciamentos constantes em que as mulheres prostitutas tentam conciliar a atividade comercial sexual e a maternagem, envolvendo diversos agentes que constroem a vivência destas enquanto mães.

As mulheres prostitutas mães de baixa renda não podem ser entendidas somente pelo seu papel enquanto prostitutas, já que suas vivências espaciais e experiências não são construídas apenas a partir da atividade desenvolvida no comércio sexual, mas envolvem uma série de outros fatores, relações e identidades. A fragmentação identitária destas mulheres tem invisibilizado o seu papel como provedora do lar, já que é a prostituta que obtém recursos para sustentar os filhos e essa é uma identidade relacional e não dicotomizada.

A homogeneização da prostituição dada a partir do estigma não permite que esta atividade e as identidades destas mulheres sejam vistas a partir de uma construção que perpassa diversas questões como a classe, gênero e sexualidade. Analisar a prostituição por meio do espaço relacional é evidenciar que cada tipo de prostituição tem implicações diferenciadas na construção de maternagens e maternidade, pois algumas escolhem a invisibilidade, outras escolhem a autonomia, enquanto algumas acreditam que não há possibilidade de esconder a atividade.

Cada um dos tipos de prostituição se constitui enquanto espaços de constante resistência e vigilância em relação aos filhos e à família, por isso as profissionais do sexo mães de baixa renda desenvolvem estratégias diferenciadas em cada um deles e tudo isso perpassa a identidade, o estigma e a construção de maternagens. Por mais que muitos elementos sejam constantes em relação às maternagens nos três tipos de prostituição, as estratégias desenvolvidas por cada uma delas é diferente e é neste sentido que a escolha do tipo de prostituição é tão importante para a construção destas.

Por essa razão, esse capítulo traz a forma de constituição das espacialidades da prostituição feminina de baixa renda que compõe a vida cotidiana dessas mulheres a fim de negociar com as estruturas de opressão às quais estão submetidas. Tais como o estigma por parte da sociedade e até mesmo da própria família que ela sustenta economicamente, a violência à que seus corpos estão sujeitos, bem como o abuso do uso de substâncias químicas e abusos de toda ordem.

Cada espacialidade da prostituição, boate, bar e rua são fruto de relações que são aqui analisadas por meio da análise das falas das 16 mulheres que colaboraram com a pesquisa. As divisões que estruturam esse capítulo tomam por referência tais espacialidades que trazem resultados diferenciados para o exercício da prostituição e a simultaneidade da maternagem. Neste sentido, este capítulo foi dividido em três seções: a primeira discute a dinâmica espacial da prostituição na boate e as implicações na maternagens/maternidades; a segunda faz referência à dinâmica espacial da prostituição no bar e as relações com maternagens/maternidades; e, a terceira seção busca compreender as relações entre espacialidade da rua e maternagens/maternidades. Compreender a diferença entre cada tipo de prostituição e as estratégias desenvolvidas pelas mulheres prostitutas mães de baixa renda é essencial para que entendamos o tensionamento das normas de gênero em relação à prostituição na vivência da identidade materna.

4.1 - A Boate e o Papel Central das 'Mães-babás' no Exercício das Maternagens

O espaço da boate tem sido visto por alguns enquanto sinônimo de luxúria e de prazer, para outros enquanto um lugar de lascívia e de mulheres que ganham dinheiro fácil, vendendo seu corpo e que escolhem esta vida para que não precisem desenvolver uma atividade descente. Esta forma de pensar a espacialidade da boate invisibiliza uma série de outros fatores que envolvem a atividade e a vida destas mulheres, tornando-as apenas em a prostituta – diluindo suas identidades em apenas uma. Porém esta não é a realidade das boates na cidade de Ponta Grossa, as quais são construídas a partir de uma série de dinâmicas espaciais e de espacialidades múltiplas e plurais.

A prostituição de boate conta com apenas três estabelecimentos na cidade de Ponta Grossa, tivemos acesso às mulheres prostitutas mães somente em duas

delas. As boates são espaços de alto poder aquisitivo em relação à cidade e prezam pela invisibilidade do cliente e das trabalhadoras, por isso nossas observações em campo não foram tão atuantes quanto nos bares e na rua. Entretanto, o contato direto com os donos de dois dos estabelecimentos, com os gerentes e com as mulheres prostitutas fora do horário de trabalho, nos garantiu uma série de informações importantes em relação ao desenvolvimento de maternagens.

Mesmo que nossa presença na 'noite' das boates não fosse bem-vinda devido ao desconforto causado aos clientes que ali estavam, pudemos realizar diversas observações que nos fizeram compreender porque nestes espaços há um maior volume de clientes e o ganho financeiro é maior, impactando diretamente no sustento dos filhos. Esta multiplicidade e relações que constroem a espacialidade das boates também foram percebidas a partir das entrevistas realizadas com mulheres prostitutas mães.

Destacamos que das 16 mulheres prostituas mães que participaram das doze entrevistas, duas trabalharam apenas em boates e outras três passaram pela prostituição de bar e de rua, entretanto, todas elas evidenciaram as mesmas práticas em relação ao cuidado dos filhos, tanto na cidade de Ponta Grossa, quanto em outras cidades, já que muitas desenvolveram atividades fora do local de moradia. É devido aos deslocamentos e moradia na boate que muitas mulheres não gostam de falar sobre seus filhos, pois o tipo de desenvolvimento de maternagens é o mais custoso dentre os três tipos de prostituição, devido à distância dos filhos, destoando ainda mais do comportamento esperado para as mulheres.

As relações que são estabelecidas através da espacialidade da boate são evidentes nas falas das entrevistadas e podem ser vistas na rede de categorias ligadas a espacialidade da boate, conforme aponta imagem 25

Imagem 25 – A Construção da Espacialidade da Boate e o Exercício de Maternagens



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A categoria espacial Boate tem um peso ponderado em relação à rede geral[77] de categorias de 8108, compondo 1,6% da rede total, sendo a sétima mais relevante. Esta categoria faz parte da comunidade 3 que está relacionada a algumas práticas cotidianas da prostituição e que compõe 10,28% da rede geral, a qual será discutida no próximo capítulo. Assim, a imagem 25 demonstra o grafo com centralidade na categoria espacial da Boate e evidencia as categorias que têm maior

[77] A rede geral (somatória de todas as categorias) tem um peso ponderado de 491608.

peso em relação a ela.

As categorias com maior peso[78] em relação à espacialidade do bar giram em torno da prostituição, dos filhos, do dinheiro, cliente, casa, entre outras, demonstrando que a constituição da espacialidade da boate não é feita apenas a partir da imagem da prostituta, mas também de outros agentes que criam uma multiplicidade de relações que compõem esta espacialidade. Para cada tipo de prostituição existem diversas relações que constituem espacialidades heterogêneas, não podendo definir a prostituição como apenas uma coisa, assim como o exercício de maternagens pelas mulheres prostitutas.

Assim, a prostituição desenvolvida na boate é constituída a partir de uma espacialidade relacional, múltipla, aberta e plural, tornando-se heterogênea a partir de variadas relações. Neste *range* de possibilidades que compõem a espacialidade da boate, temos a própria prostituição que é a categoria com maior peso em relação à boate e é reconhecida pelas profissionais a partir da maior lucratividade, invisibilidade de sua identidade enquanto prostitutas, segurança e um vínculo de mais intimidade com o cliente. Desta forma, não há como compreender a prostituição sem entender a associação entre determinados agentes, que se dão a partir de espacialidades específicas, neste caso, a boate.

A prostituição sempre terá um peso alto em relação a todas as espacialidades e perpassa importantes relações, tais como: entrada na atividade, cuidado dos filhos, estigma, amizades, programa, clientes, dentre outras. Entretanto, a prostituição na boate se desenvolve de forma diferente, uma vez que é pensada pelas profissionais enquanto um trabalho como outro qualquer, mas antes de tudo é o que cada uma faz dela a partir das escolhas pessoais, conforme argumenta Belle de Jour:

> O que é prostituição pra mim? É como eu disse agora, tudo vai, tudo depende da cabeça de cada um, têm muitos que levam pelo lado profissional claro, né, muitos perguntam, né, você tá nessa vida por quê? Por que você quer ou por precisar? Então, né, muitos trabalham hoje na noite porque, porque pra sustenta o vício de droga, sustenta o vício de, né, tudo vai da cabeça, sabe, mais eu acho que prostituição pra mim não é nem um bicho de sete cabeça eu acho que só tem que saber, cada um tem saber conduzir, saber o porque que tá nessa vida, né. (Entrevista realizada com Belle de Jour, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate).

[78] Foram selecionadas as categorias com peso maior que 100 em relação à espacialidade da boate, já que os pesos menores que estes não são tão representativos.

Para esta profissional, é importante saber o objetivo que se tem em relação à prostituição; se é para sustentar os filhos, deve-se trabalhar para ganhar dinheiro e ao mesmo tempo não se esquecer das responsabilidades, se é para comprar drogas ou se é por prazer, as expectativas são outras em relação à atividade. Assim, a prostituição na boate é vista de forma mais tranquila, devido à invisibilidade da profissional, mas também do cliente que a vê enquanto uma opção mais segura e também mais elitizada.

Segundo Gomariz e Vicente (2003), a realidade do cliente na prostituição é quase sempre ignorada nos estudos sobre prostituição, já que a mulher é culpabilizada pela prostituição e não o cliente, pois o gozo masculino tem sido visto enquanto uma justificação natural. Entretanto, é fato que este é peça central na prostituição e também no ganho do dinheiro para que estas mulheres possam sustentar os filhos. Nas boates, o vínculo entre o cliente e a profissional é mais próximo do que nas outras espacialidades, uma vez que não há tantas reclamações em relação ao cheiro ou beleza da pessoa que está atendendo, além disso, o fato dos quartos não serem tão próximos ao salão faz com que este busque outras experiências sexuais que geralmente não tem em casa, com a esposa, elevando o preço do programa.

Gomariz e Vicente (2003) explicam que a eleição de uma profissional pelo cliente, na boate, está relacionada ao aspecto físico, aparência e a partir da fluidez da conversa enquanto bebem. Nas observações em campo, constatamos que os clientes sentem-se mais à vontade nas boates, assim como as profissionais que diante do ambiente mais fechado e mais seguro podem desenvolver sua atividade de forma mais tranquila. A relação com os clientes depende muito da idade e do que o cliente procura, conforme evidencia a fala a seguir:

> É depende do cliente assim, também, nem todos são iguais, né, mesma coisa que nem as menina, né, às vezes uma menina tem um cliente que chega, a menina vai e conversa com o cliente, agrada ela sai daí vai outra, sabe, às vezes ele pega, ele fala que vai embora, daí chama outra, às vezes fica à noite inteira conversando... é que depende bastante do cliente também, né, e da minina assim [...] Ah! eu também assim, que daí a gente, né, fica só escutando [falar da vida] a gente pega e conversa, daí eu falo da minha também ele fala da dele, às vezes até uma bate com a outra, daí vai indo assim, bem [...] Não tem cara que chega já pega e já qué isso, né, mas tem uns assim que pegam, às vezes tem também aqueles, uns que pegam, chegam querendo isso e começam a conversa assim, daí vai indo e conversa e daí até eles pegam e falam 'nossa você é muito gente boa, a não, vamo fica na amizade, ó, eu venho aqui nós bebemo aqui nós conversamo outro dia eu volto e começo a conversa mais um pouco', é

> assim sabe às vezes eles vêm fixo pra fazê um programa sabe assim, mas vem e você conversa eles, eles mudam de ideia já fica na amizade, daí é legal assim, quando acontece isso. (Entrevista realizada com Sally Salisbury, em 16 de julho de 2013, na prostituição de boate).

A prostituição, conforme elucida a fala, não é só práticas sexuais, mas também proximidade, conversas, companhia e depende do que o cliente deseja em relação à profissional. A proximidade com o cliente é uma peça central em relação à boate, já que este é mais livre devido à espacialidade, tornando o programa mais tranquilo e ao mesmo tempo mais rentável. Contudo, esta proximidade faz com que o cliente seja central quanto ao preconceito e até nas relações de interpessoalidades, no entanto, o que mais deve ser considerado é a associação entre o dinheiro e o cliente.

É para o cliente que a boate é pensada enquanto espacialidade de prazer, por meio da sensualidade, das danças, das performances, disposição dos móveis, cores, dentre outras. Tan (2013), ao compreender as performances afetivas heterossexuais em clubes, alega que a luz, as bebidas e a música tornam estes espaços fecundos aos flertes e que estas performances de paqueras dão origem a uma manipulação de afetos sensuais e eróticos que viajam entre os corpos, alimentando relações de poder a partir da atração sexual temporária.

Mesmo que o autor não esteja tratando exclusivamente de uma boate de prostituição, esta mesma relação compõe a sua espacialidade e com maior ênfase, já que o desejo é um meio e a prática sexual é geralmente uma finalidade. Nas boates ligadas ao desenvolvimento da prostituição, o despertar do desejo é maior, pois a própria disposição dos móveis e as danças eróticas fazem parte desta espacialidade instigando as performances para as práticas sexuais, tornando-se num lugar de sensualidade, de prazer e consequentemente mais rentável.

É por isso que a boate é um espaço de alto poder aquisitivo e tem o valor do programa mais alto, já que é pensada para o prazer do cliente, no entanto, ela é uma importante fonte de renda para as mulheres prostitutas mães. Nas doze entrevistas, houve um consenso em relação a um maior ganho financeiro na prostituição de boate, sendo este um fator importante na escolha desta espacialidade. Na cidade de Ponta Grossa, há um valor mínimo para o programa nas boates, que gira em torno de 100 reais, podendo a profissional cobrar mais que isso, nunca menos; o valor do quarto gira em torno de 50 reais e o programa nunca

sai menos que 150 reais, conforme pode-se perceber na conversa entre Madame du Barry e Belle de Jour:

> Belle de Jour: É então é isso, né, então por isso que eu digo, sei lá, né, lá é um lugar que eu acho muito chique, né, mais é aquele coisa liberado, né, as meninas podem tomar cerveja junto com os clientes, né, aqui na Boate 1 tem uma coisa, que a menina não pode ir por menos de cento e cinquenta pro quarto com o cara porque se não queima a casa.
> Madame du Barry: Não, mais isso é legal, isso é legal. Porque que é legal, eu acho legal também por causa que a Belle de Jour cobra duzentos, digamos. Entendeu, daí o cara: 'ah não tá caro', aí vem a outra lá daí, só porque a outra é um pouquinho mais chumbregadinha, não a outra lá eu só quero me descarregar mesmo, então a outra vai, né, 'aí não é cento e cinquenta', ele não vai sair com nenhuma mulher ali porque ele tá achando que ele vai sair por cinquenta reais, entendeu?
> Belle de Jour: Então não tem ali não, ali a menina o mínimo que a menina pode cobrar do cliente ali pra ir pro quarto é cento e cinquenta, menos que isso não é liberado. É, tipo assim vamos supor ela joga pro cliente duzentos, duzentos, cento e cinquenta pra ela e cinquenta pro apartamento. Não, ela não pode ir por cem. O mínimo dela é cento e cinquenta. É ali, a menina não pode por menos que cento e cinquenta e é cinquenta o apartamento e o cara tem que pagar uma dose ainda. Ah tem que pagar a dose. Se ele não pagar a dose, ele não sobe pro quarto. (Conversa entre Belle de Jour e Madame du Barry, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate).

O valor total do programa é sempre pago com antecedência aos gerentes do local e depois repassado para cada profissional, posteriormente ou até semanalmente, incluindo o dinheiro da bebida, pois para cada dose ou cerveja a profissional do sexo receberá uma porcentagem de 2% a 5% do valor gasto pelo cliente. Em uma das boates não há cervejas, apenas bebidas destiladas que são mais caras, em torno de 20 reais a dose. Já nas boates que vendem cervejas, as garrafas variam de 25 a 30 reais dependendo da marca. Estas mesmas características das boates também são encontradas em Belo Horizonte como evidencia Barreto (2013).

Os donos das boates e os gerentes têm papel fundamental na organização da prostituição neste espaço, pois gerenciam o dinheiro dos programas e das bebidas, além de estarem sempre cautelosos em relação às prostitutas e com quem entra e sai das boates, dando uma atenção maior ao preconceito e à violência que estas mulheres sofrem dos clientes. Assim, a segurança e o cuidado desta rede de pessoalidade que envolve a prostituição de boate tem sido fator decisivo para a escolha e o bom desenvolvimento da prostituição na boate.

Segundo Arribas (2012), a segurança é um fator importante quando se trata da prostituição, tanto para os clientes, por ser um lugar fechado e fora dos olhos das

esposas e da sociedade, quanto para as profissionais em relação à violência. Nas duas boates, o programa fora do mesmo local não é permitido pelos donos dos estabelecimentos, pois assim eles não perdem o valor do aluguel referente ao quarto e resguardam a integridade física das profissionais no caso de violência advinda dos clientes, já que, segundo algumas mulheres, também provêm destes atitudes de preconceito. Nos dois locais, em todas as visitas sempre foi possível ver seguranças na porta de entrada e nos locais de pagamento.

Desta forma, é fato que a segurança e a invisibilidade da profissional e do cliente constituem a espacialidade da boate e isso vai além de apenas um espaço de prazer. Estes fatores são essenciais para a alta lucratividade referente ao programa, uma vez que as práticas sexuais têm possibilidade de se tornarem mais intensas e mais livres, podendo a profissional trabalhar com os fetiches dos clientes e logicamente ganhar mais dinheiro, conforme a fala abaixo:

> Tinha um cara também que a gente tinha lá um, um cliente só que a gente, aquele eu pegava e não fazia nada, era só pra mim e pra Madame de Pompadour pega e fazer [...] nóis já ia pro quarto com ele, pegava, cada uma pegava, a Madame de Pompadour já levava um keepkuller e levava uma dose de whisk, que a Madame de Pompadour era viciada no whisk, então já levava uma champagne junto, então pra pega e pra dar bastante vontade de fazer xixi, aí quando dava aquela vontade de fazer xixi, daí eu pegava e falava, ó, aguenta aí que eu vou no banheiro, 'não, não, não, não' 'mais eu não vou conseguir' 'eu te pago o dobro'. Sim, 'eu te pago o dobro' eu fazia assim loca e nossa nóis ganhava dinheiro assim e era bom. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

Fazer-se puta para o cliente, envolve uma série de saberes e de práticas, como também aponta Olivar (2013). E, para isso, as práticas sexuais e os tipos de programa são essenciais para o diferencial quanto ao valor ganho, pois algumas mulheres cobram mais caro dependendo do fetiche ou desejo do cliente. A divisão mais clara entre o salão – espaço onde acontece o 'balé', a prática do flerte – e os quartos auxilia no processo da utilização das mais variadas práticas sexuais, além disso, o bom programa, o bom atendimento e os saberes trazem muitas vantagens financeiras.

Contudo, nem mesmo a possibilidade de maior ganho financeiro agrada estas mulheres em relação a determinadas práticas sexuais, no entanto, não é sempre que há outras maneiras de intensificar o levante de dinheiro para sustentar a si e a família, como mostra a fala de Gabriela:

> Ah eu, meu sexo era só certinho, a eu nunca... e o dono da boate, o João, pegava eu levava eu, assim, numa sala assim que tava assim os travesti e as mulher se chupando, “olha Gabriela” dizia, assim que ele dizia dando risada, só que era nova e bonita e ele pegava eu e “olha Gabriela, veja aqui” e eu era vergonhosa mais só que eu comecei, né, pela precisão, né, que começou a passar fome, né, daí você tem que se virar, né. Daí eu via aquilo assim, mas daí eu senti vergonha hoje em dia não, né. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

Utilizar ou não de determinadas práticas sexuais é uma estratégia de ganho de dinheiro para estas mulheres e muitas, mesmo não gostando, enfrentam determinadas situações para que possam trazer o sustento para os filhos. As diferentes práticas sexuais, os bons programas, são centrais no ganho de dinheiro e na constituição de espacialidades na boate, entretanto, são os deslocamentos entre as cidades que permitem que estas mulheres sejam reconhecidas a partir do 'corpo novo', da 'novidade' e intensifiquem sua renda.

Tais deslocamentos são bons para as questões financeiras e tornam-se numa garantia de sustento dos filhos, porém, é fato que tais deslocamentos impactam diretamente a vida dos filhos e a própria vida afetiva destas mulheres prostitutas, as quais dificilmente tem maridos ou namorados. Para Sganzella (2011), a mobilidade faz parte da prostituição de um modo geral e pode ser determinada pelo ganho de dinheiro, mas também tem relação com os filhos e a família, criando fluxos intensos. O deslocamento dessas mulheres entre as boates em diferentes cidades, principalmente as de Santa Catarina, é o que torna a prostituição nestes espaços e o exercício de maternagens tão emblemáticos na vida destas mulheres.

Por causa dos intensos deslocamentos, muitas mulheres que trabalham em boates moram nestes locais. Ademais, nas boates pesquisadas, a grande maioria das mulheres era de fora da cidade, o que complexifica as relações existentes nestes locais e faz com que estas mulheres criem estratégias para vivenciar as relações entre sustento e cuidado com os filhos. Em conversa informal[79] com o gerente de uma destas casas de luxo, o mesmo mencionou que apenas três mulheres que ali trabalhavam eram de Ponta Grossa, as outras 23 eram de outras cidades.

A moradia na boate intensifica outras questões, tais como a convivência com as 'amigas de batalha' e a proximidade entre o dono da boate, o gerente e as

[79] Entre os gerentes e donos de boate, nenhum quis dar entrevista.

pessoas que limpam e preparam a comida, que são geralmente mulheres vizinhas destes locais, permitindo que as mulheres prostitutas mães ressignifiquem a espacialidade da boate como se fossem suas casas, conforme aponta Medeiros (2002). O sentimento de pertencimento ao local torna esta espacialidade mais divertida e rentável, fazendo com que as profissionais relembrem das amizades, programas, clientes e das viagens com prazer, tal como elucida, abaixo, o trecho de conversa entre Gabriela e Valerie Solanas.

> Valerie Solanas: Lá [boate] já era ruim trabalhar, né?
> Gabriela: Ah! eu amava trabalha lá. Nossa eu fui tão sem vergonha lá que dei até pro dono da boate (risos).
> Valerie Solanas: Ah! eu não achava nada nele aquele quatro zóio do caralho.
> Gabriela: É, o dono era quatro zóio, mas era (risos). Mais era, Deus o livre, mais aquele home andava atrás de mim, aquele home busca eu, aquele dono da boate. (Conversa entre Gabriela e Valerie Solanas, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

Como visto na fala acima, as experiências das mulheres prostitutas beiram o pertencimento, posto que passavam a maior parte do tempo na boate. A prostituição torna-se o cerne da vivência destas mulheres e por isso é citada e compreendida por elas de forma mais tranquila, sem fazer menção às dificuldades da atividade em relação ao estigma e à sociedade, pois tratam com mais naturalidade o tema nestes lugares, e, é em virtude disso que as questões envolvendo a identidade de prostituta ou a nomeação enquanto tal não as incomoda como em outras espacialidades.

A boate torna-se a casa, e o trabalho na prostituição uma rotina, como argumenta Sally Salisbury: “Ah eu, pra mim... eu me sinto normal como se eu tivesse em casa fazendo outra coisa, pra mim é normal hoje em dia[80]” e Séverine: “Na boate é mais liberal, né, pois você faz programa no salão e cobra mais caro, ninguém se incomoda com nada acho que é nisso que é diferente[81]”. Gostando da atividade e do local, estas mulheres sentem-se mais à vontade, aumentando a estima e consequentemente o bom desenvolvimento do programa e o seu valor.

As amizades têm um peso importante em relação à espacialidade da boate, uma vez que as 'Amigas de batalha' são as companheiras durante a estadia nas diferentes boates, nas viagens e no desenvolvimento da atividade. Além disso, todas destacam que dentro da boate devem ter um bom relacionamento com as colegas,

---

80 Entrevista realizada com Sally Salisbury, em 16 de julho de 2013, na prostituição de boate.
81 Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar.

pois moram juntas, e, por isso, algumas constroem laços para a vida inteira, como afirma Gabriela ao ser questionada sobre as Amigas de Batalha:

> Elas eram muito legal, nossa e principalmente que nóis viajava junta, elas assim eram muito legal, gente boa e hoje em dia tão tudo velha também, o que não ficou loca, tem uma até que tá até meio loca já, ahãm. Não, tudo elas, não tudo elas batalharam e tiveram a casa delas com o dinheiro delas, tudo com o dinheiro delas de boate, de, dos bar e elas tem as casa delas e tão vivendo bem. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

Todas estas relações entre deslocamento, sustento, violência, amizade, dificuldades da atividade, dentre outros, constroem a vida cotidiana destas mulheres em relação à espacialidade da boate. Entretanto, duas questões são tratadas enquanto um problema envolvendo a boate, gerando certo desconforto para estas mulheres, como é o caso da bebida e da violência que mesmo sendo infinitamente menor que no bar e na rua ainda é existente. A bebida, mesmo intensificando o ganho de dinheiro e muitas vezes sendo tratada enquanto um impulso para a realização do programa, é um problema, posto que, por exigência, as mulheres bebem muito e diariamente, conforme aponta a fala de Belle de Jour:

> É, ixi é horrível, então não é não, é complicado você tem que ficar ali toda noite bebendo, bebendo, bebendo, no outro dia você passar o dia inteiro ruim, mal e saber que a noite você vai ter que encarar aquilo tudo de novo, sabe. E se tu não for o bicho pega. E se você não for, é pior. Principalmente se você mora na casa. É se mora na casa, piorou, né, então sabe, então não é dinheiro fácil, não é. (Entrevista realizada com Belle de Jour, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate).

O fato de não conseguirem se recuperar de um dia para outro da bebedeira e precisarem beber novamente faz com que algumas mulheres saiam da boate, mesmo que a bebida tenha uma porcentagem razoável do ganho financeiro para o sustento dos filhos[82]. Outro desafio, é a violência, que na maioria das vezes vem dos clientes, pois estes, além dos donos das boates e amigas, são os que mais convivem com as mulheres prostitutas e há sempre um risco destas profissionais sofrerem ou presenciarem a violência nestes locais, de acordo com Madame du Barry:

---

[82] Em apenas uma das boates não é obrigatório a profissional beber, nas outras duas cada menina deve beber ao menos uma dose por cliente.

> Em Balneário Camboriú a gente tava lá e tal e tava ruim o movimento e daí tava todo mundo sentado na lanchonete, entendeu, tava todo mundo sentado ali, aí daqui a pouco a gente escutou um tiro, aí todo mundo correu pro hotel porque a boate eram juntos... aí a gente correu pra ver o que que aconteceu uma das meninas foi fazer programa com um cara e o cara pego e não quis pagar ela, aí ela foi cobrar ele e ele chegou a arma na cabeça dela e deu um tiro no ouvido dela aí atravessou tudo assim sabe. A parede tudo branca e eu falava loca do céu o sangue dela ficou sabe, ficou por tudo o sangue assim, sabe, foi horrível, horrível, horrível sabe... graças a Deus ela não morreu. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

Mesmo mais segura, a violência ainda está presente na espacialidade da boate e neste caso fez com que Madame du Barry e sua companheira migrassem para outra região de Santa Catarina. Para Juliano (2009), a violência no caso da prostituição é a materialização do estigma e vem dos mais diversos âmbitos sociais, desde o cliente até da própria polícia, a partir de violência psicológica. A não exposição de seus corpos faz com que o preconceito não seja tão presente em suas vidas, entretanto, ainda há o estigma à atividade que faz com que as pessoas olhem estas mulheres de forma diferente, como aponta Belle de Jour: “Nunca sofri preconceito. Nunca sofri preconceito. Só o tratamento diferencial, mais uma pessoa chegar ali e falar as coisas assim pra te humilhar, pra te ofender pela profissão que você tá levando ali, nunca sofri isso[83]”.

No caso do preconceito em relação ao cliente, os donos das boates estão sempre atentos, fora da espacialidade da boate estas mulheres estão sozinhas em relação à violência e preconceito. O fato é que ao saberem da atividade da prostituição, algumas pessoas tendem a respeitar, como os filhos, outros não, e, é a partir daí que o julgamento destas mulheres acontece, como afirma Belle de Jour: “As pessoas te julgam como uma prostituta, se eles tiver dentro de uma boate, te vê na rua que nem você tava lá, aí é a primeira coisa que vai ser o comentário, nossa vi lá tal fulana, lá na rua, lá fazendo ponto ou vi lá numa boate lá.”[84]

A escolha da prostituição de boate permeia a invisibilidade, segurança e o alto rendimento. E a finalidade de todas estas relações para as mulheres prostitutas mães é o sustento financeiro dos filhos. O fato de elas estarem em constante deslocamento entre as boates para que possam dar uma vida econômica favorável à prole, distancia-as do cotidiano dos mesmos e é por isso que dentre as três espacialidades a maternagem não é tão citada, mas faz parte da constituição

---

83 Entrevista realizada com Belle de Jour, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate.

84 Entrevista realizada com Belle de Jour, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate.

destas.

Assim, a relação entre prostituição e maternagens na boate perpassa uma série de características que a tornam complexa. A escolha pelo alto rendimento na prostituição de boate tem expressividade com relação ao exercício de maternagens, pois implica em delegar os cuidados dos filhos a terceiros, podendo ou não ser de sua rede de pessoalidade. Por mais que o sustento dos filhos seja o motivo central para a escolha da prostituição, o fato de estes ficarem com outras pessoas para que as mães possam viajar, morar na boate e exercer a atividade, gera um constrangimento relacionado ao abandono materno, mesmo que continuem sustentando os filhos financeiramente.

A falta de convívio com os filhos penaliza estas mulheres e enfraquece sua identidade materna muito mais que em outras espacialidades da prostituição. Mesmo que não haja um abandono financeiro, o exercício de maternagem é relegado para parentes mais próximos, geralmente os avós maternos, como pode-se perceber na entrevista realizada com Madame du Barry: “Mas eu não falo isso daí também, eu falo isso daí também que na verdade, na verdade quem é mãe e quem é pai da Maria[85] é a mãe e o pai, porque é eles que educaram, entendeu, eles que deram a formação que ela tem hoje[86]” e para babás ou muitas vezes para pessoas desconhecidas.

A falta do exercício cotidiano de maternagens, devido ao exercício da prostituição, gera uma autopunição e não as permitem reconhecer-se enquanto mães, tornando suas identidades maternas menos expressivas em relação as outras espacialidades da prostituição na cidade de Ponta Grossa, por isso a categoria Mãe tem um peso menor. A penalização por não estar perto de seus filhos é o que tem argumentado Badinter (2011), ao questionar a contraposição do papel de mãe em relação ao papel de mulher, sendo o primeiro mais importante socialmente do que o segundo.

Mesmo assim, os filhos são centrais na constituição da espacialidade da boate, tornando o desenvolvimento de maternagens peculiar. Os filhos foram centrais nas entrevistas realizadas com mulheres que trabalharam em boates, entretanto, não as maternagens, já que não reconhecem o sustento financeiro enquanto uma forma de cuidado. A produção familiar feminina tem sido invisibilizada

---

85 Nome fictício.

86 Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate.

pelo papel de cuidadora da prole, conforme aponta Przybysz (2011), já que o sustento é reconhecido enquanto algo público e apenas o cuidado algo privado. Esta dicotomia, enquanto uma criação do próprio patriarcado, não leva em consideração a escolha pessoal de cada mulher, as experiências, a classe, dentre outras, apenas marginaliza, para salvaguardar as consideradas 'boas' escolhas.

Das mulheres entrevistadas que já trabalharam em boates ou que ainda estavam trabalhando, apenas uma não morava na boate, residindo com seu filho, as outras moravam em boates ou estavam em constantes deslocamentos. Os deslocamentos na prostituição, segundo Sganzella (2011), acontecem para que possam ganhar mais dinheiro, mas também para que possam estar mais próximas dos filhos, assim, de tempos em tempos, visando o bem-estar destes, elas vão até os locais de moradia dos filhos para visitá-los e também deixar dinheiro.

Levando em consideração a moradia e os deslocamentos entre boates nas mais variadas cidades, há três formas de desenvolvimento de maternagens na prostituição de boate: a primeira e a menos usual, é encontrar um lugar para morar perto do local de trabalho e contratar uma babá para cuidar do filho no período noturno, como aconteceu com Belle de Jour que nunca quis ficar longe do filho e que nunca saiu da cidade de Ponta Grossa para trabalhar.

Até uma determinada idade, Belle de Jour contratava uma babá para ficar com o filho, com o início da adolescência este quis ficar sozinho em casa, enquanto a mãe trabalhava, entretanto, contava com os cuidados das vizinhas, das quais algumas já haviam trabalhado na prostituição e também eram mães, o que tornava o cuidado do pré-adolescente ainda maior. Séverine deixava suas filhas com a ex-cunhada e mais tarde sozinhas, como aponta a fala a seguir:

> Ah! quando eu saio de casa a minha filha vai pro estágio, daí faz universidade depois do almoço, agora ela tá de férias, né, agora só no estágio, saí duas horas do estágio agora e a pequena fica na casa de uma amiga dela, na mãe de uma amiga dela eu levo ela lá pra lá que eles frequentam a Igreja Evangélica as duas, né, daí ela vai pra lá, daí elas vão na Igreja, vão em cursinho […] eles levam ela e porque ela estuda com a menininha, daí ela faz companhia, eles são bem amigo nosso, o casal. No começo eu tinha que paga, né, eu pagava minha cunhada pra cuida dela e depois eu paguei uma outra mulher lá. (Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

Séverine iniciou sua atividade no bar e depois passou a trabalhar neste durante o dia e nas boates à noite, mesmo residindo e desenvolvendo suas

atividades em Ponta Grossa, tinha entre 18 e 20 horas de jornada de trabalho; dormindo nas boates ou bares, suas filhas ficavam com parentes ou com babás. Esta profissional relata que quando voltava para sua casa, praticamente não via suas filhas, uma que vez que necessitava dormir ou tinha que fazer os serviços domésticos.

A segunda possibilidade é deixar o filho com algum parente ou conhecido em tempo integral, como foi o caso de Gabriela, Madame du Barry e Sally Salisbury. As duas primeiras deixavam os filhos com a avó materna e se deslocavam a outras cidades para trabalhar e sempre que podiam voltavam para visitar seus filhos e levavam o dinheiro para o sustento deles, como mostram os trechos de entrevista abaixo:

> Ah! era muito bom porque, uma que era nova, né, mais tinha bastante mulher e nossa eu ia, ufa, eu ia no ônibus lá da Garcia lá, naquele como se diz o nome da Garcia lá que vai tipo tó, tó, tó, tó, tó, voltava lá com o outro ônibus lá da Pluma lá tomando Martini (risos) com o dinheiro, com a bolsa cheia de dinheiro assim, levava minha mãe no... porque eu tuda vida fui a favor da minha mãe, né, levava minha mãe nas loja e mandava pegar o que quisesse, saí ir pras... viajava de volta deixava compraiada, coisarada pro filho que só tinha um, né, ah! eu não me arrependo. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

> Sim, e eu acabava pagando, eu sempre paguei, não pagava assim, né, ela [avó materna] não estipulava tipo um preço mais ela chegava e falava, né, ai eu to precisando de tal coisa, não, eu mandava dinheiro pra neném, chegava em casa, quando eu chegava em casa ia no mercado, fazia as compras, entendeu, deixava a casa bem abastecida, as conta que ela tinha eu pagava, sabe, as conta dela, era um meio que eu dava, um meio de paga, entendeu. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

Para Sganzella (2011), os deslocamentos em relação à prostituição podem ser intraurbanos ou entre cidades, entretanto, o seu centro vai ser sempre a casa onde os filhos residem. Assim, os deslocamentos entre cidades têm relação direta no desenvolvimento de maternagens e o tempo longe de casa e dos filhos é constantemente evocado por estas mulheres, conforme aponta a conversa entre Madame du Barry e sua companheira Madame de Pompadour: “A gente fica uns quatro, cinco, seis meses, dependendo um ano, dois anos assim na casa [boate].” “Sim, é sim sempre ficamos bastante tempo então a gente sabia.” “Em Blumenau a gente ficou cinco anos[87].”

---

[87] Conversa entre Madame du Barry e sua companheira Madame de Pompadour, no dia 11 de julho de 2014, sobre a prostituição de boate.

A relação entre a filiação e o trabalho na boate a partir dos deslocamentos demonstra que essas mulheres faziam o papel de provedoras financeiras, porém, o exercício de maternagens ficava a cargo das mulheres próximas a sua rede de convívio. A presença da figura feminina no cuidado a estas crianças é um exemplo claro da divisão sexual do trabalho, pois este papel é fundamentalmente desempenhado pelas mulheres, o qual é desconsiderado enquanto um trabalho formal. Além disso, para Sorj (2004) esta divisão permite uma separação entre a espacialidade vivida dentro e fora da casa e é por isso que o cuidado financeiro dos filhos não é considerado quando as mulheres assumem o papel de provedoras, no caso da prostituição, este é desmerecido por ser julgado um dinheiro 'sujo'.

As mulheres que não tinham a figura da mãe, avó materna da criança, para o desenvolvimento de maternagens acabavam buscando outras formas de auxílio, como ocorreu com Sally Salisbury, que deixou seu filho com a avó paterna, já que se casou muito cedo para sair da casa da mãe devido às intensas brigas e à violência, e que ao separar-se do marido, optou por deixar o filho morando com a avó paterna, indo residir na boate. Este é um dos poucos casos em que a profissional é da mesma cidade, mas decide morar na boate por não ter outras opções de residência.

Sally Salisbury, mesmo não tendo a mãe para ajudar tinha uma figura feminina forte para exercer a maternagem, a avó paterna da criança. Para as mulheres que são da mesma cidade e residem na boate, os deslocamentos são intraurbanos e as intensas jornadas de trabalho noturnas influenciam diretamente no exercício de maternagens, pois devido às prolongadas noites de trabalho utilizam o dia para dormir e após se arrumar, já que têm horários específicos para estar na boate, o que dificulta o tempo de visita aos filhos. O trecho abaixo põe em evidência o gerenciamento de tempo em relação às visitas ao filho:

> Ah é! na verdade nem tenho assim como administrar bem [vida de mãe e de garota de programa] porque até porque eu vou... eu tô aqui, né... às vezes eu penso em ir lá [na casa da avó paterna ver o filho], não dá certo também, né, às vezes, que nem na segunda assim e terça, que nem eu penso ah, não! amanhã eu vou levantar mais cedo né pra ir lá pegar ele né, daí eu... depois de tarde eu deixo ele lá de volta, mas daí nem sempre dá que nem a gente já vai dormir tarde daí acorda lá acorda duas três horas da tarde, daí já não dá mais tempo de fazer mais nada e tem que... quando dá você tem que pegar e ir na surpresa, se der pra levantar cedo eu pego e vou assim igual um furacão pra lá, mas tem vezes que você quando eu penso assim em ir já não dá certo, daí é bem complicado. (Entrevista realizada com Sally Salisbury, em 16 de julho de 2013, na prostituição de boate).

O gerenciamento do tempo referente aos deslocamentos e às visitas é um importante fator na constituição de maternagens de mulheres que trabalham nas boates, além da rede de pessoalidade feminina envolvida no cuidado dos filhos, sendo que estas mulheres se tornam mais que parentes ou babás, tornam-se mães ao desenvolverem maternagens e por isso são chamadas de 'mães-babá', ou seja, mulheres que cuidam em tempo integral destas crianças, enquanto as mães permanecem na boate.

Para as mulheres que não têm em sua rede de pessoalidade figuras femininas, optam por levar os filhos junto para as cidades em que vão desenvolver a atividade. Conforme conversas informais com os donos das boates pesquisadas, as profissionais que moram em outras cidades quando entram em contato para trabalhar, questionam sobre possíveis locais de cuidados dos filhos, prontamente recebem respostas positivas de que existem casas e pessoas responsáveis para tal. As profissionais do sexo mães que se deslocam junto com os filhos, deixam eles com o que também chamamos de 'mães-babás', que neste caso são vizinhas das boates, as quais fazem os cuidados cotidianos das crianças e mesmo que recebam para exercer a função de babás, o fato de estarem em tempo integral com cada criança cria um vínculo afetivo.

Algumas mães visitam seus filhos diariamente e outras pegam-nos aos domingos para passar o dia na própria boate. Destacamos que aos domingos estes locais não abrem e que as crianças nunca estão presentes nos horários de atendimento, pois o próprio gerente alega que é necessário dividir o horário de trabalho do horário de visita dos filhos. Tais informações são confirmadas por Sally Salisbury: “É as menina que são de fora, né? que tem filho deixam com babá, né, daí pegam e trazem, né, que nem durante o dia ,né, só”.[88]

Desta forma, percebe-se que muitas mães que vivem nas boates estão em contato direto com os filhos e, assim como as 'mães-babás', também exercem a maternagem, afinal, maternagens não estão ligadas a questões biológicas, mas são socialmente construídas, como evidencia Badinter (1985). Assim, a própria boate deixa de ser uma espacialidade de prazer e sensualidade, para ser uma espacialidade de desenvolvimento de maternagens. Esta, que é a terceira opção para o desenvolvimento de maternagens pode ser evidenciada nas falas a seguir:

[88] Entrevista realizada com Sally Salisbury, em 16 de julho de 2013, na prostituição de boate.

> [...] quando as meninas chegam ali, elas comentam com alguém, perguntam com quem eu posso deixar meu filho? geralmente quando elas já vem pras casa... elas já vêm com tudo acertado, é elas já vêm e já perguntam posso trazer meu filho e eles já dizem podem, só tem que arrumar uma babá pra ficar com ele que não pode ficar ali também né, se tiver ali não pode, né? Então, né? pra eles também é um risco, né? que eles correm, né? então eles não podem ficar, né? 'não, pode, pode trazer', né? porque daí elas querem ter o filho perto, por mais que elas deixem com babá mais elas sabem que eles tão pertinho que a hora que elas quiserem ir lá ver eles, vão pegar eles pra sair passear e eles vão sabe, mais tem mãe que não, tem mãe que abandona com a família, abandona sei lá eu com quem e não tá nem aí pro filho. (Entrevista realizada com Belle de Jour, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate).

> é mora com a babá que mora aqui em baixo, eles moram com a babá daí […] Das meninas que vêm de fora, não é que geralmente não é muita menina, né, que nem semana passada tinha uma com um piazinho pequeno, daí era só um piazinho que a babá cuidava, que geralmente assim, né, não é muita criança, às vezes é uma, duas assim, né? (Entrevista realizada com Sally Salisbury, em 16 de julho de 2013, na prostituição de boate).

> Lá em Florianópolis? Eu pegava e deixava ela numa pensão, numa babá mesmo que tinha, entendeu, num lugar... que nem aqui, eu deixava em babá, ela lá, mais ela não chegou a ficar uma semana, não chegou a ficar uma semana, num gostei, sinceramente, não acho assim legal, eu acho que, eu acho que a família é melhor pra isso sabia, nada melhor que a família pra pega e pra cuida. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

Estas práticas, que percebemos na fala de Madame du Barry, são comuns não só em Ponta Grossa, mas também em outros locais, evidenciando uma rede de cuidados dos filhos na prostituição de boate. Entretanto, muitas profissionais também acabam deixando seus filhos com estas 'mães-babás' e nunca mais voltam para buscar, forçando algumas a pedir a guarda destas crianças na justiça, como podemos verificar em conversas com Madame du Barry e Belle de Jour:

> Belle de Jour: Muito, muito, tão na noite e não querem saber dos filhos de eu ouvir da boca de meninas falar que não gostam de um filho, entendeu, de largá o filho com qualquer um e sair, volta pra casa uma vez, duas vezes por mês e ói lá ainda pra ver o filho e ói lá se é pra ver o filho ou se é por voltar pra casa...
> Madame du Barry: é né, tem a mãe-babá ali, a mãe-babá[89] ali adotô dois, né? de mãe que deixaram, uma mãe deixou um que hoje até tá com a idade do João[90], né?
> Belle de Jour: tá na idade do Matheus[91].
> Madame du Barry: Tá na idade do Matheus, pegou apareceu deixou e nunca mais. Daí a 'mãe-babá' acabou esperando e pegou um advogado e

[89] O nome foi substituído por 'mãe-babá' para proteger a fonte.
[90] O nome foi substituído por João para proteger a fonte.
[91] O nome foi substituído por Matheus para proteger a fonte.

> acabou entrando com um processo e acabou adotando o piá... daí tem o outro pequenininho que agora deve de tá com uns nove anos ou oito anos por aí, que a outra mãe acabou deixando lá pra ela poder cuidar da criança e abandonou. (Conversa entre Madame du Barry e Belle de Jour, em 01 de outubro de 2014, na prostituição de boate).

Conforme já apontado, a prostituição é o que cada uma escolhe para si, e muitas escolhem abandonar seus filhos. A prática do abandono é constante no mundo da prostituição, entretanto, mais ouvida na prostituição de boate do que nos outros tipos. Neste sentido, percebe-se que o desenvolvimento de maternagens na espacialidade da boate é complexo, posto que tem um peso de deslocamento maior que nos outros tipos de prostituição e por isso não tem expressividade. Assim, não há um instinto materno, de acordo com Badinter (1985), mas sim o exercício cotidiano de tornar-se mãe e isso depende das escolhas espaciais que são feitas pelas profissionais do sexo e do tipo de prostituição que querem desenvolver.

As escolhas em relação ao exercício de maternagens e o tornar-se mãe na espacialidade da boate demandam uma série de escolhas que permeiam o sustento e a estadia com os filhos, isso está nítido na fala de Sally Salisbury quando questionada sobre como é ser mãe e ser garota de programa:

> Assim, sei lá, acho que é meio complicado assim também, né.. Que nem aqui [boate] eu não tenho tanto tempo pra ficar com meu piá né, daí eu fico aqui, né, e tem semana que eu até não vou ver ele, daí eu só vou no domingo de manhã ,né, que nem sábado que fica até só meia noite, porque tem churrasco aqui tudo, daí sábado era seis horas eu tava indo pra lá [avó paterna] daí eu fiquei até no domingo à noite, né, mas assim que nem sábado quando eu tô aqui eu vou no domingo, vou que nem eu pego ele, né, que nem daí lá vamo passear no centro, levo ele no shopping tudo dai é complicado, daí na segunda feira eu tenho que tá aqui, tenho que deixar ele lá, às vezes um, dois dias que você fica... que eu fico com ele eu já me apego, daí já dá uma dorzinha no coração de deixar ele lá, bem complicado, sabe. (Entrevista realizada com Sally Salisbury, em 16 de julho de 2013, na prostituição de boate).

Logo, compreende-se que não é uma escolha entre o sustento e os cuidados dos filhos, já que o sustento é em si cuidado; a presença da mãe perto do filho é a diferença já que é desenvolvida na medida em que a atividade permite, como em outra atividade qualquer. O papel de mãe está relacionado aos cuidados emocionais e educacionais dos filhos e não financeiros, todavia, quando o homem assume os cuidados financeiros e não os cuidados emocionais ou educacionais, ele não é culpabilizado por isso, diferentemente das mulheres que, segundo normas sociais, têm obrigações afetivas.

Ao escolherem a prostituição de boate visando priorizar o sustento financeiro dos filhos, a permanência com estes será prejudicada. A alta lucratividade da atividade é uma forma de manutenção destas mulheres na prostituição, pois é com este dinheiro que vão sustentar a si, filhos e a família, conforme afirma Juliano (2005), e isto também está ligado à baixa remuneração de atividades consideradas femininas, como aquelas referentes a cuidados e trabalho doméstico.

Segundo Lin (2004), ao analisar os dados da OIT sobre prostituição, o sustento de si e da família é a base para outros sistemas que organizam a própria prostituição e outros setores econômicos que dependem dela. Para a autora, a regulamentação da atividade para aquelas mulheres que querem exercê-la seria um importante fator para diminuir os problemas de exploração sexual, entretanto, enquanto a regulamentação perpassar por questões morais, apenas vai penalizar estas mulheres.

A boate, enquanto um setor mais luxuoso, tem mais fluxo de dinheiro e é o que atrai estas mulheres prostitutas mães, que preferem o deslocamento entre boates e cidades para que possam enviar dinheiro para os filhos e família. Como já ressaltado anteriormente, o deslocamento é um importante fator de ganho de dinheiro, ademais, está relacionado à 'novidade', mas também tem vínculo com o preconceito, já que muitas mulheres, devido à família e aos filhos, não querem ser reconhecidas como prostituta nas cidades onde residem. Mesmo o preconceito sendo citado como algo inexistente na vida destas profissionais em decorrência da escolha pela boate, que permite sua invisibilidade enquanto prostituta, é justamente por causa do estigma que buscam esta espacialidade.

Dentro da boate, a identidade materna não é esquecida e compõe esta espacialidade não só a partir do sustento, mas por meio do próprio programa, pois ao serem questionadas sobre a relação do cliente a respeito da filiação, apenas uma das cinco mulheres respondeu que nunca falou sobre a filha. Porém algumas mulheres ao mencionarem que tinham filhos, instigavam outras percepções do cliente, como se de profissional virassem a mãe. Madame du Barry, logo que entrou na prostituição, estava grávida e teve a sorte de encontrar um cliente que cuidava dela, conforme aponta o trecho abaixo:

> Quando eu cheguei já na boate, lá na primeira noite que eu cheguei eu já encontrei um cara lá, entendeu, que eu sentei na mesa lá pra beber com ele e ele já acabou me resgatando, já me pego pra cria, entendeu, aí

> praticamente ele já me tirou da noite, por que? Me tirou da noite literalmente assim, entendeu, digamos que, digamos não ele ia todo noite, toda noite ele ia lá e daí não deixava eu sentar com ninguém e eu era exclusiva só dele em todo e todo o período da gravidez também, depois da gravidez também. Depois da gravidez, deixa eu ver a Maria, tinha o que, eu acho que uns 3 meses, mais eu só larguei dele mesmo porque eu conheci a Madame de Pompadour, se não eu não tinha largado dele. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

A gravidez (maternidade) teve um efeito nas relações entre profissional e boate e isso quase culminou no resgate. Neste sentido, a filiação acaba se tornando um trunfo para um bom programa e na geração de renda. E, é este tipo de relação que fortalece o peso entre as categorias prostituição, filhos, dinheiro e clientes. Além disso, o corpo grávido também constrói a espacialidade da boate, já que alguns gerentes argumentam que muitos homens gostam e dão preferência para mulheres nesta condição.

Para estas mulheres, falar sobre a gravidez na boate e sobre os filhos é uma apreensão muito grande por causa do pouco tempo que passam com eles. Mesmo que estas mulheres prostitutas mães enviem dinheiro para os cuidados dos filhos, elas não se veem enquanto produtoras do lar, mas consideram este dinheiro enquanto uma ajuda financeira para os cuidados dos filhos.

Assim, compreende-se que não há como separar a vida destas mulheres enquanto mães e prostitutas, pois muitas vezes a própria identidade de mãe é exacerbada na espacialidade da boate. Além disso, muitas delas ganham o respeito da família e principalmente dos filhos, já que estes respeitam a decisão da profissional em exercer a atividade em virtude de serem sustentados por ela. Os filhos enquanto pequenos não entendem a distância materna e a partir da idade em que começam a entender, algumas mulheres optam por contar sobre a atividade para a prole.

Madame du Barry relata que contou que era garota de programa para a filha quando essa tinha 8 anos, já que tinha que explicar de onde vinha o dinheiro para o seu sustento, a filha nunca questionou a mãe pelo desenvolvimento da atividade. Belle de Jour, Séverine e Gabriele contam que a família sabe e que todos respeitam a atividade que exercem, assim como os filhos, que mesmo sem que elas contassem sobre a atividade, quando adolescentes, souberam de forma espontânea. Sally Salisbury ainda não contou sobre a atividade para o filho que ainda é criança, sua família também não sabe da atividade, porque não convivem

harmoniosamente.

A escolha da boate enquanto um espaço de prazer, sexualidade e alto rendimento para o exercício da prostituição demanda outras escolhas e a principal refere-se ao acompanhamento dos filhos, entretanto, é uma forma mais sólida de sustento e invisibilidade em relação ao preconceito. São a partir destas relações e também dos agentes, como o cliente, donos de boates, 'amigas de batalha', 'mães-babás', gerentes, dentre outros, que a boate enquanto um espaço relacional é construída, assim como os exercícios de maternagens que dependem destes agentes e também da própria espacialidade da boate para ser desenvolvida.

4.2- O Bar e a Proteção da Imagem Materna

Os bares de prostituição têm características que podem ser consideradas como uma intermediação entre a prostituição de boate e da rua, contudo, possui características próprias referentes à prostituição e o exercício de maternagens. Mesmo permitindo certa invisibilidade, a proximidade com a população é maior aumentando as associações entre preconceito, violência e estigma e também a possibilidade de serem vistas pelos filhos e pela família. Entretanto, a prostituição nestes tipos de estabelecimentos conta com uma série de relações que não são vistas pelas pessoas que tendem a homogeneizar a prostituição e as identidades das mulheres prostitutas.

O exercício da prostituição em bares revela determinadas relações que não podem ser vistas em outras espacialidades, evidenciando que o espaço é relacional, múltiplo, aberto e plural (MASSEY, 2008), construindo e sendo construído por uma diversidade de identidades. Neste sentido, nestes locais não há somente o corpo de uma mulher prostituta, há uma diversidades de estórias, de lutas e de vitórias, principalmente relacionadas ao sustento dos filhos.

A prostituição de bar, a partir do levantamento feito no ano de 2016, é a modalidade mais utilizada, uma vez que foram contabilizados trinta e seis bares com este propósito. Durante os quatro anos de pesquisa, o nosso envolvimento com a prostituição de bar foi maior do que em outros tipos de prostituição, pois depois do período de adaptação, a presença do pesquisador foi mais aceita nesta espacialidade. As observações eram realizadas durante as ações com a ONG Renascer e quase que cotidianamente, isto é, nossa estadia nos bares era mais

frequente em razão da presença de algumas profissionais grávidas e algumas com problemas referentes à pensão para os filhos.

As entrevistas realizadas nos bares quase nunca eram feitas com apenas uma mulher, pois muitas se envolviam nas conversas e contavam trechos de suas histórias de vida em relação à prostituição e à maternidade/maternagem. A participação destas mulheres nas entrevistas geravam intensos debates e muitas histórias de vida, enriquecendo cada uma das falas, por isso tais trechos não serão descartados. Das doze entrevistas realizadas com mulheres prostitutas mães, exceptuando a participação de outras mulheres, cinco delas haviam passado pela prostituição de bar, sendo que três também já estiveram em boates.

A moradia nos bares é uma prática menos comum, entretanto, duas delas moravam no mesmo local de trabalho, sendo uma a dona do estabelecimento; o que permitiu uma série de informações em relação à atividade da prostituição em bares de um modo geral. A prostituição de bares, diferente do que aponta Cavour (2011), nunca foi pensada, neste trabalho, como um tipo de prostituição aberta, já que a participação da dona[92] do bar nesta espacialidade e na regulação dos clientes e programas sempre foi presente, além disso, na cidade de Ponta Grossa, diferente do Rio de Janeiro, estes locais são frequentados por aqueles que querem fazer programa e para aqueles que porventura não querem, resta-lhes beber com as profissionais, as quais também têm comissão.

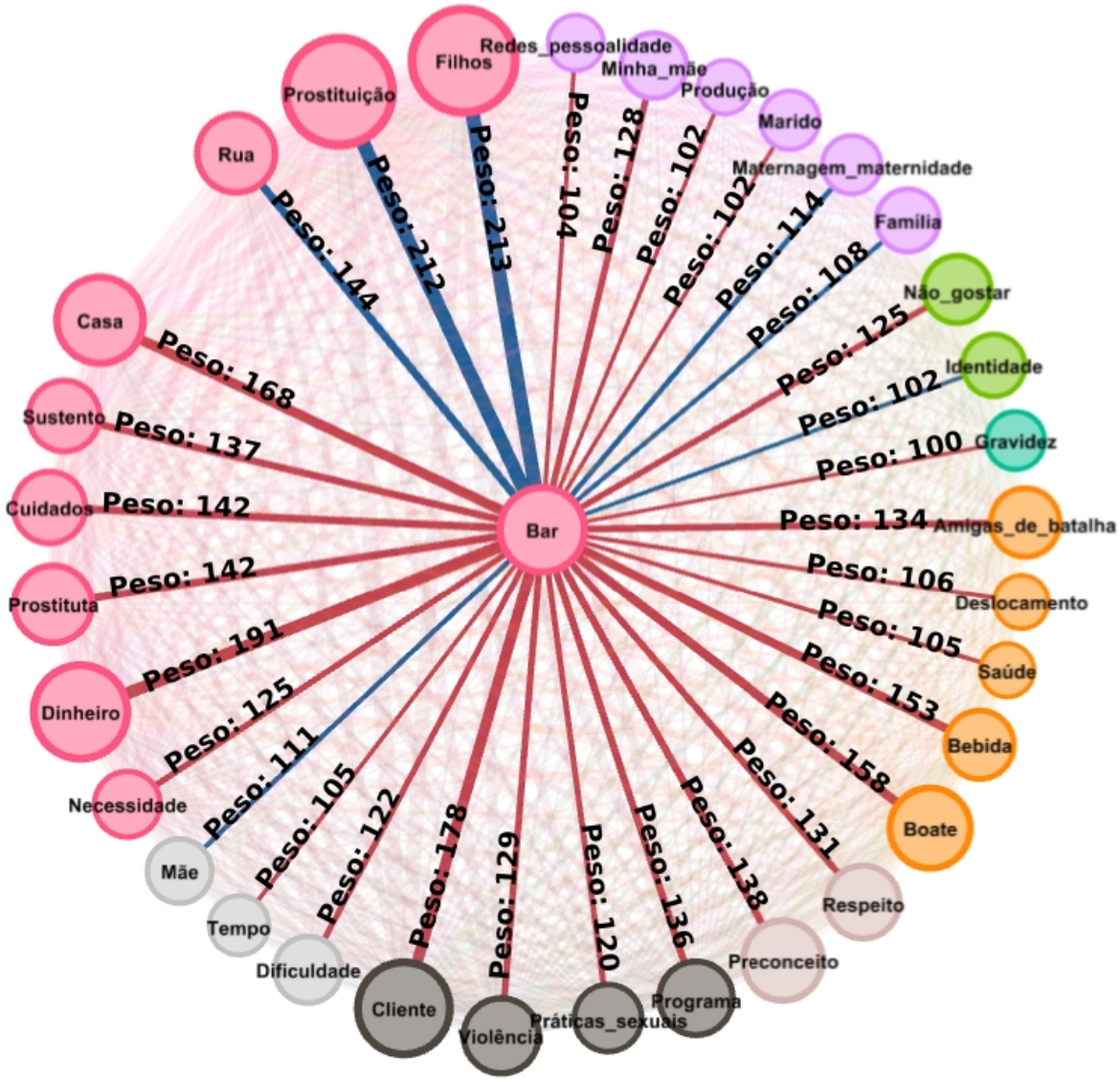
Ademais, as observações que foram realizadas na maioria dos bares e os relatos de diário de campo permitiram um enriquecimento da análise do exercício de maternagens nestes locais de prostituição da cidade. Assim, compreende-se que o exercício de maternagens nos bares permeia importantes questões sobre a identidade e o sustento dos filhos. Entre todas as espacialidades, esta é a que mais cita o envolvimento com a prole e também a preocupação referente ao provimento e cuidado destes.

As relações que constroem a espacialidade do bar, através de uma multiplicidade de acontecimentos, podem ser percebidas nas entrevistas realizadas em campo e categorizadas, conforme demonstra a imagem 26:

---

[92] A maioria dos bares pesquisados tem uma mulher enquanto dona do estabelecimento, diferente das boates.

Imagem 26 - A Construção da Espacialidade do Bar e o Exercício de Maternagens



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A imagem 26 evidencia o grafo com centralidade na categoria espacial do Bar e demonstra as categorias com maior peso[93] referentes a esta espacialidade. Destacamos que a categoria espacial do Bar tem um peso ponderado em relação à rede geral de 8496 e é a sexta categoria com maior relevância, compondo um total de 1,7% da rede. Esta categoria faz parte da comunidade 8, que tem ligação com a interseccionalidade entre a prostituição e maternagens e que integra com 9,3% a rede geral de evocações das entrevistas. Assim como na boate, estas comunidades serão discutidas no próximo capítulo.

[93] Foram consideradas apenas arestas com peso maior que 100.

A centralidade da categoria espacial Boate está nos Filhos, já que estes têm o maior peso deste grafo. Este peso é enfatizado a partir da escolha da espacialidade do Bar e tem relação com os horários de trabalho mais flexíveis e diurnos, pois permite que muitas mulheres exerçam a atividade enquanto os filhos estão na escola e mesmo que não tenham horário para sair deste local esta espacialidade é importante, uma vez que não as deixa tão expostas às vistas da prole, da família, vizinhos e amigos, diferente da prostituição de rua.

Assim, a prostituição de bares é considerada um intermediário entre a prostituição de boate e a prostituição de rua, já que permite certa invisibilidade e menor possibilidade de sofrerem violência, principalmente se comparada com a prostituição de rua, já que a grande exposição das profissionais deixa-las mais vulneráveis. Arella et al. (2007), expõem que o estigma e a violência recaem com mais força sobre as mulheres que trabalham na prostituição de rua, pois estando mais visíveis tornam-se um incômodo para a sociedade, já que sua existência não pode ser tão facilmente ignorada como na prostituição de boate e de bar.

Além disso, este intermediário tem uma relação com os horários um pouco mais flexíveis do que nas boates, permitindo o desenvolvimento de maternagens, a produção e reprodução do lar de forma mais tranquila. Uma característica importante para a invisibilidade nos bares da cidade é a utilização de um biombo para a preservação da imagem da profissional, mas principalmente do cliente que, ao chegar ao recinto, estará protegido de certos olhares, pois o biombo é posicionado de modo que a parte de dentro do bar não possa ser vista da rua. Assim, sabemos que na espacialidade do bar a invisibilidade também é um elemento importante, entretanto, esta mais relacionada ao cliente do que a profissional.

A prostituição nestes tipos de estabelecimentos conta com uma série de relações que não são vistas nos outros dois tipos, como a boa convivência com os vizinhos, entre as colegas de trabalho, com as pessoas que abastecem o bar com bebidas e com a dono do local. Os agentes centrais neste tipo de prostituição são a dona do bar, a profissional do sexo, as colegas de trabalho, o cliente, os filhos e familiares, e, ainda que estes mesmos agentes tenham sido vistos na prostituição, é justamente a constituição da espacialidade do bar que muda a relação entre eles, assim o espaço torna-se relacional, múltiplo, aberto e plural (MASSEY, 2008).

Medeiros (2002) argumenta que os bares são importantes no estabelecimento de sociabilidade com as colegas de trabalho, donos dos bares e

clientes e que estas relações giram em torno de suas vidas cotidianas, tornando-se bons ambientes de trabalho. Estes tipos de sociabilidades também constroem a espacialidade da prostituição de bar em Ponta Grossa e isso vai muito além do ganho de dinheiro, é uma questão de apoio pessoal.

A relação com o cliente nos bares é a partir do ganho de dinheiro e também da amizade, pois muitos homens frequentam os bares há muitos anos e vão apenas para beber e não para fazer programa. O fato de muitos homens irem aos bares para beber e conversar faz com que estas mulheres acreditem que a prostituição só existe porque os homens casados procuram-nas para fazer o que não fazem em casa ou para desabafar a respeito das esposas, conforme aponta a fala de Gabriele: “Antigamente não existia isso daí [prostituta psicóloga] mais agora, né, não sei o que as muié da casa fazem, não sei se são endiabrada, sabe Deus[94]“.

Para Gomáriz e Vicente (2003), é comum que prostitutas justifiquem sua estadia na prostituição pelo fato da esposa não dar conta dos fetiches dos maridos e que por isso os clientes procuram a prostituição, entretanto, de acordo com estes autores o cliente busca a prostituição para enfatizar sua masculinidade e isso torna a mulher prostituta uma vítima das normas de gênero. Já para Corso (2004), este tipo de posição somente estigmatiza ainda mais as mulheres, posto que novamente estas são culpadas, ainda lembra que as próprias mulheres esposas têm um imaginário de que não podem tornar-se puta com o marido, pois devem ser boas esposas e mães. Neste sentido, não há um culpado ou uma vítima em relação à prostituição, há uma construção do que é ser prostituta e cliente, por meio das mais variadas identidades e relações socioespaciais.

Levando em consideração a fala destas mulheres prostitutas mães, percebe-se que os programas são feitos principalmente pelo dinheiro. Quanto aos clientes que são costumeiramente chamados de 'coitados', percebe-se também que não há uma rejeição de programas, mesmo que estes não as agradem, conforme mostra a conversa entre Gabriela e Séverine, quando indagadas sobre o atendimento aos clientes:

> Séverine: Ah! alguns agrada, né, alguns dá vontade de sair correndo, cheiro ruim, não que sejam fidido, craquento.
> Gabriela: Aparece as menina aqui dizem aqui adoro, têm umas que vêm aqui e dizem adoro [cliente com cheiro ruim].
> Séverine: Mais têm uns que cheiram sovaco, que cheiram coisas assim não

[94] Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar.

> adequada, né, não aguento.
> Gabriela: Mais daí o dinheiro vale mais né?
> Séverine: É, com certeza né, tá precisando tem que encara, né. (Conversa entre Gabriela e Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

O dinheiro do programa é importante e por isso o cliente não deve ser rejeitado. Mesmo não sendo agradáveis, as profissionais "dedicam no máximo 15 minutos para cada um[95]". É o tipo e a quantidade de programas que vão determinar a quantidade de dinheiro que cada uma vai receber, bem como a bebida com o cliente. O valor do programa gira em torno de 80 reais, sendo 60 para a profissional e 20 pelo quarto, este valor é pago à dona do estabelecimento e acertado semanalmente com as profissionais.

Estes locais geralmente têm mesa de sinuca e *Jukebox*[96] para o entretenimento do cliente. Assim como na boate, as mulheres também recebem comissão pelo que bebem com os clientes, porém, nos bares, o valor recebido é menor. A cerveja custa entre 15 e 20 reais e as profissionais recebem de 2 a 5 reais por garrafa consumida com o cliente. Os bares são frequentados por clientes da classe trabalhadora e se caracterizam por não ter um poder aquisitivo alto, além disso, não há os mesmos requintes que há nas boates, já que são menores e a proximidade entre o quarto e o local onde bebem é menor, diferenciando a forma com que fazem o programa e a liberdade entre cliente e profissional.

Os programas são cobrados de maneira geral e não por determinadas práticas sexuais ou por hora, são mais rápidos e dependem do cliente, uma vez que muitos não agradam às profissionais, no entanto, jamais podem ser rejeitados. Existem vários tipos de programas, aqueles em que ocorre a prática sexual, aqueles em que só acontece a conversa, caracterizando a prostituta psicóloga, e o programa em que o cliente e a profissional só ficam bebendo, conforme também evidenciou Medeiros (2002) sobre os bares de Barcelona, já que alguns clientes preferem somente beber e não fazer o programa.

O programa nos bares é citado de uma forma mais descontraída, pois não há a obrigatoriedade de que ele aconteça, além disso, há o sexo que não é sexo, como conta Gabriele ao falar sobre o sexo com o cliente e o sexo com o pai de suas filhas:

---

95 Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar.
96 Aparelho de música acionado por moedas ou dinheiro.

> Conheci [pai das filhas] de dentro de um bar lá no Souza Naves, não aqui no meu, e ele veio atrás de mim e fizemo as duas aqui. É. [Mais não enquanto programa?] Não, o dele não era programa o dele era de graça mesmo, era preto, era negão tinha que ser de graça mesmo (risos). E fiquei tempo com ele, assim ele vindo, né, mais depois que fiz a segunda filha daí nóis se largamo, porque daí ele falou assim, eu falei que tava grávida, ele falou assim que era pra eu tirá, daí nóis se larguemo. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

Conforme aponta Olivar (2013), há uma diferença entre o sexo com o marido, neste caso com o objeto de desejo pessoal, e com o cliente, já que há uma diferença do que se pode fazer com o primeiro e do que se pode fazer com o segundo, há um limite entre o que é sexo e o que é o programa, mesmo que ambos aconteçam no bar, como mostra o trecho em que Gabriele narra o desejo que sentia pelo pai de suas filhas e que por isso não cobrava pelo programa. Da mesma forma, acontecia com Sevérine e com Lupae, sendo que esta tinha seus clientes, seu marido e seu namorado, e apenas com esse não havia uma relação de programa, já que estava com o marido apenas pelo pagamento das contas da casa.

Nos bares, o programa inicia-se com o pagamento de bebidas para a profissional. A bebida nesta espacialidade é destacada de forma positiva ou negativa. De forma positiva tem relação com o impulso para que o programa aconteça e com o dinheiro que cada uma ganha referente a cada dose ou a cada cerveja. De forma negativa, devido à perda de saúde, à volta para casa e o cuidado dos filhos sob efeito alcoólico ou sob efeito pós-bebida, sendo esta mais difícil de suportar.

A bebida é corriqueiramente citada para ganhar dinheiro e também para evidenciar o quanto perdem a compostura, conforme relata Gabriela: “não a hora que eu pegá ali eu vou atrás de mais mulher porque eu vou parar de beber eu não tô aguentando, eu não aguento mais bêbe, Deus o livre, ói, eu e outra eu vou ter que ir pra minha casa, como que eu vou bêbada no ônibus[97].” Além disso, muitas dizem que no final da noite acabam no pronto socorro e que a bebida causa problemas para o resto de suas vida.

Lupae alega que por diversas vezes quase foi estuprada sem mesmo se lembrar, por causa da bebida. A vulnerabilidade em relação à bebida é destacada também por Victorine Meurent, mesmo que em tom irônico: “é parece uma piada. Porque o home pegou e bebeu comigo, pagou meu programa, daí bêbada eu dormi

[97] Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar.

e daí ele levo o dinheiro do bar, do movimento da dona do bar, levo o do meu programa e me deixou grávida (risos)[98]". A bebida, em muitos casos, é o motivo destas mulheres sofrerem violência e até mesmo não tomarem as devidas precauções em relação aos programas.

Entretanto, é fato que a centralidade das relações entre o cliente, programa e bebida é o dinheiro. A falta de dinheiro é o cerne para a entrada na prostituição, pois muitas mulheres passam por necessidades antes disso. Das entrevistadas, duas tinham sido abandonadas pelos maridos, duas eram mães solteiras (os filhos não eram da prostituição) e uma havia se separado. Mesmo que não haja obrigatoriedade destas mães em ficarem ou casarem-se com os pais dos filhos, o que há é um abandono afetivo e financeiro destes homens em relação à prole, fazendo com que estas mulheres assumam todas as responsabilidades financeiras, posto que não querem ver seus filhos passando por dificuldades.

As cargas diretas referentes à família, somadas ao peso da condição de solteiras ou divorciadas designam peso financeiro somente a estas mulheres, sendo o sustento dos filhos o principal fator de entrada e manutenção da atividade. Segundo Arribas (2012), os motivos para o exercício da prostituição podem ser financeiros, de sustento da família, pelo tráfico de pessoas, uso de drogas ou por decisão voluntária (curiosidade). Para as mulheres que estão na prostituição de bar, o sustento dos filhos sempre foi o principal fator para o exercício da atividade. E o exercício de maternagens, a partir dos cuidados, foi se adaptando à forma de sustento, ou seja, as práticas da própria prostituição, conforme aponta Gabriele e Lupae:

> Eu fiquei véia dentro de bar pra cuida desses fio meu, minha vida inteirinha fechada dentro dessas 4 parede, faz 25 ano que eu tô aqui, fora os outro bar que eu já andei, 25 ano fechada aqui dentro, não posso reclamá graças a Deus que daqui saiu minha casa, que daqui eu criei meus filho tudo, mais óia é uma vida perdida, perdida, você nunca pode sair, a vida inteira você levanta aqui, se você saí você saí, você tem luz, você tem água, você tem que guarda ali, você tem as coisas, coisas, comida aqui, comida lá, daí você abandona e sai fulia, daí não dá. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).
>
> Ah! eu, eu, desde que eu tinha 29 ano que eu separei do pai deles, né, pai das criança, daí fui, fui pro bar porque meu ex-marido sumiu, saiu e dexô eu cheia de... não tinha dinheiro nem pra pagá luz e água, nada, mas nunca tinha saído assim, sabe, nunca, daí saí com uma vizinha minha que ia num bar ali em baixo e comecei a ir ali, daí fiquei uns 11, 12 ano no bar e daí que

[98] Comentário de Victorine Meurent, durante entrevista com Gabriele, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar.

> encontrei esse sogro da minha filha, daí eu fui mora com ele, mais eu venho de vez em quando, dô meus pulinho porque ele é mixuruco e não gosta de me dá dinheiro, só paga conta e me dá de come. (Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

Gabriele decidiu entrar na prostituição porque criava seu filho sozinha e com a morte de seu pai (avô do menor), que ajudava no seu sustento, decidiu entrar na prostituição. Já Lupae, assim como Séverine, tem uma relação de abando por parte do marido e ambas nunca haviam trabalhado e não tinham escolaridade suficiente, assim decidiram entrar para a prostituição. De todas as mulheres que entraram nesta atividade, a decisão foi estimulada por alguém próximo que já trabalhou na prostituição e quando o dinheiro torna-se interessante e suficiente para o sustento dos filhos, elas não veem outra possibilidade a não ser ficarem nesta atividade.

A escolha da prostituição para o sustento de si e dos filhos, como menciona Juliano (2004), é uma situação recorrente em toda a prostituição, não sendo diferente na espacialidade do bar, sendo comum ouvir que estas mulheres entraram na prostituição porque foram deixadas pelo marido ou para não verem seus filhos passarem necessidades, já que a baixa escolaridade não permite que tenham altos rendimentos em outras atividades. Assim, estas mulheres assumem-se como profissionais do sexo, pois não querem ver os filhos passando por dificuldades, conforme podemos ver na fala de Victorine Meurent e Séverine:

> porque quando eu não tinha minha casa, não sabia o que que era bar eu andava com os meus fío rolando e um dia um primo meu pegou tômo o iogurte e deu o copo do iogurte pro meu piazinho, pro meu nenezinho lambê, eu falei não, isso não é vida. Prostituição pra mim é tudo, pode criar tudo os meus filho dentro de um bar eles sabendo, professora sabendo, pedagoga sabendo, meus vizinho sabendo e eu saindo com a minha cabeça erguida, nunca deixa ninguém fala mal de você só porque você tá dentro de um bar.
>
> Ah! quando o meu ex-marido foi embora, daí eu, daí eu pensei, daí eu tinha uma amiga que trabalhava lá num bar, peguei e fui atrás dela, tinha que mantê as menina e se eu fosse trabalhá naquele tempo eu ia leva uns 15 dias pra recebê, né, e ele deixou a gente em condições precárias, com casa, aluguel, sem pagá aluguel, sem pagá água, luz e comida, tive que sair correndo pro primeiro buraco. (Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

A fala de Victorine demonstra o quanto a prostituição foi uma escolha acertada para a vida dela, já que pode criar os filhos com poucas preocupações em razão de estar ganhando mais do que se estivesse em outro tipo de emprego.

Semelhantemente, Séverine não via outra saída para conseguir dinheiro e entrou na prostituição para garantir o sustento das filhas. Assim, as dificuldades, principalmente financeiras em suprirem sozinhas o sustento dos filhos ou da família, motivaram elas a assumirem a atividade para garantir uma renda, contudo, além dos cuidados e da maternagem, elas não são reconhecidas, por causa da prostituição, como mães. Além do não reconhecimento, veem-se enquanto menos mães, como se a identidade de prostituta ferisse a identidade de mãe.

Gabriele argumenta que nunca foi mãe de seus filhos, mas foi sempre pai, pois pagou pela educação e saúde de cada um deles, tanto quando estava na boate ou no bar, já o cuidado dos filhos era responsabilidade de sua mãe, avó das crianças. A perspectiva de Gabriele demonstra que estas mulheres criam um ideal materno, uma interiorização do papel masculino e feminino, em que o homem é responsável pelo sustento da casa e a mulher tem a responsabilidade de reprodução do lar a partir do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos.

Esta interiorização dos papéis desenvolvidos por homens e mulheres é comentada por Sarti (1995), ao discutir sobre o valor que a família tem para os pobres, para esta autora, tal valor é construído a partir de um núcleo material, espiritual e patriarcal, do qual depende a sobrevivência da família, em que o homem é reconhecido como provedor e a mulher é reconhecida a partir da reprodução do lar, ou seja, dos cuidados com a casa, filhos e marido. A valorização do papel da mulher enquanto eterna cuidadora e mãe a deixa fora de outras relações, como as de trabalho, segundo evidencia Badinter (2011), desvalorizando o seu papel social, posto que o trabalho de cuidados não é reconhecido.

Esta relação entre produção e reprodução do lar é interiorizada pelas mulheres prostitutas, reforçando o binário homem/mulher. A partir da identidade de prostituta, há um duplo reforço, pois a mulher prostituta, pública, também não é reconhecida pelo seu papel materno, como aponta Juliano (2004), ao discutir a dicotomia da prostituta e da mãe a partir do reconhecimento social da atividade enquanto algo marginalizado e ligada ao crime e drogas. Assim, estas mulheres não reconhecem o exercício de maternagens a partir da produção do lar, que deve sempre ser masculina e do exercício da prostituição, que é reconhecido enquanto um contrário à identidade materna, reforçando as normas de gênero.

Neste sentido, as mulheres prostitutas mães que trabalham na prostituição de bar buscam outras mulheres, geralmente as mães, para exercer a maternagem

dos filhos, como aconteceu com Gabriele e Madame du Barry que trabalhavam em bares localizados em outras cidades e Lupae que mesmo trabalhando em Ponta Grossa, também deixava seus filhos com a mãe. O exercício de maternagem pela mãe da profissional, avó da prole, foi essencial para que estas mulheres pudessem trabalhar pelo sustento deles.

Entretanto, algumas mulheres não tinham a figura materna, apelando para outros familiares, como aponta os trechos abaixo:

> Eu lembro que eu levava elas pra casa da minha cunhada, daí eu deixava elas dormindo, o tempo que eu tava fora elas ficavam lá daí, né, eu paguei acho que uns seis ou sete meses, daí depois eles começaram a se incomodá lá, daí eu tirei, daí mandei, passei pra outra, daí nós fomo morar junto nesse lugar que nóis compramo, daí meu irmão morava em cima, eu embaixo e minha irmã no fundo, daí eu deixava elas pequena lá mesmo porque daí não tinha perigo, né, porque era na mesma casa […] Sim, mais eu pagava, né, sempre que eu deixava com a minha cunhada eu pagava, se não. (Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

> Não, eu vim de Palmeira, casei e vim embora pra cá, com 19, fiquei uns dois meses aqui e daqui fui embora pra Guarapuava e fiquei lá 8 ano, não deu certo, voltei embora pra cá, fiquei acho que uns 2 ano parada, daí ele concordou de ficar com a menina, daí entreguei a menina e já vim pro bar, enquanto eu tava com a menina eu não quis vim pro bar por causa de tá com ela, comigo daí é ruim tá com os fío pra, mais assim memo. (Entrevistas realizada com Valéria Mesalina, em 19 de dezembro de 2013, na prostituição de bar).

Valéria Mesalina teve quatro filhos antes de entrar para a prostituição e assim que recebeu a proposta para trabalhar nessa atividade, entregou para o ex-marido a filha mais nova e foi morar no bar. Dois anos após iniciar na prostituição, engravidou de um programa e pretendia entregar a filha recém nascida para a adoção, porém não o fez. Aqui, é importante destacar que todas as mulheres entrevistadas ajudavam financeiramente seus filhos e contavam com a ajuda de suas redes de pessoalidade no exercício de maternagens.

Para Sganzella (2011), no caso das mulheres prostitutas mães, os filhos são criados de forma coletiva, por uma rede de ajuda feminina que pode ir desde a família mais próxima até a família que é formada pela própria prostituição, como é o caso de Gabriela que ajudou nos primeiros cuidados da filha de Valéria Mesalina, bem como no período em que esta estava grávida.

Conforme a autora, a prostituição é construída através de muitos elementos e muitas relações, sendo os contextos familiares e de maternidade uma de suas

facetas e é a maternidade que une diversas mulheres em prol do cuidado com os filhos, tanto de forma financeira quanto no exercício da maternagem. Além do contexto familiar, estas redes são importantes para própria produção social da prostituição.

Assim, a espacialidade do bar também é construída pelas 'amigas de batalha', que são consideradas um ponto de apoio referente ao cuidado dos filhos, como no caso de Gabriela e Valéria Mesalina, mas também em outras questões como aponta Lupae: “daí agora quando eu venho, quando eu venho agora eu venho mais no bar dela que eu gosto. [dona do bar] Cuida, cuida e se eu to bêbada eu deixo dinheiro com ela guardado e vou embora[99].”

Por diversas vezes em campo de pesquisa, presenciamos as profissionais chamando as donas dos bares de mãe e agradecendo-lhes o cuidado que tinham com elas e com os filhos. Em uma das observações, pudemos conhecer a casa[100] de uma das donas de um bar, no bairro Vendrami, e, lá, algumas meninas deixavam seus filhos durante à noite, os quais eram cuidados por uma babá ou pela filha da dona do bar. Percebemos que há uma rede de pessoalidade e solidariedade para que estas mulheres possam trabalhar e criar seus filhos.

Assim, a espacialidade dos bares é marcada por conexões cotidianas que ultrapassam as relações de trabalho e assumem um caráter de cumplicidade. A figura da dona do bar enquanto amiga é fundamental, pois muitos dos problemas enfrentados por estas mulheres tornam-se também problemas dela, como pudemos perceber em diversas observações, pois a dona do bar sabe da vida de cada profissional. As pessoas que estão ao redor das mulheres prostitutas mães, principalmente aquelas que estão exercendo o cuidado dos filhos, é que permitem a realização desta atividade e o sustento da família, como discutido por Sganzella (2014). A rede de pessoalidade destas mulheres vai desde as amigas até familiares, amigos, vizinhos e também a própria espacialidade da escola, já que muitas estão na atividade enquanto os filhos estão estudando.

A família tem conotação negativa ou positiva na vida destas mulheres, pois vai dos cuidados dos filhos até a exacerbação de preconceito e estigma. No que tange ao exercício de maternagens, a família, a partir da avó materna, tem importância à medida que são estas mulheres que exercem as maternagens,

---

99 Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar.

100 A distância entre o bar e a casa era de quase 1km.

enquanto as mães, mesmo aquelas mais presentes, como no caso das boates, realizam a produção do lar. Além disso, as mães (avós maternas) sempre estavam presentes na vida de suas filhas, uma vez que realizavam o cuidado das filhas após as intensas bebedeiras nos bares, conforme aponta Lupae: “nunca falavam [filhos e mãe] mais a mãe tinha dó de mim, cuidava quando eu chegava bêbada, eu morei um tempo com ela, chegava bêbada e às vezes nem lembrava onde que tava, e no outro dia acordava eu tava na cama dela, ela cobria eu, me levava dormi e tudo[101].”

O exercício de maternagens mostra-se mais intenso na espacialidade dos bares, os filhos estão mais presentes na vida de suas mães e muitas vezes chegam a ir aos bares, como visto em observações feitas em três estabelecimentos, onde os filhos foram buscar dinheiro com a mãe. Em curtas conversas com os filhos, percebemos que tratavam a prostituição como algo normal, não só pelo reconhecimento do trabalho da mãe, mas também por se acostumarem com a atividade, já que sabem que não é a prostituição em si que constrói a vida destas mulheres, pelo contrário, são outras relações que constroem a prostituição, e, no caso das mulheres prostitutas mães, também referem-se às maternagens.

Nos bares, é possível perceber que a autoridade da família, na maioria das vezes, é feminina e exercida pelas mulheres prostitutas. Para Sganzella (2014), na prostituição, o termo família está relacionado ao sustento da casa e não ao amor e carinho, tudo aquilo que a Igreja prega. De acordo com a autora, é o laço consanguíneo que vai legitimar o poder feminino nestes casos e quanto às prostitutas mães em Ponta Grossa, não importa o laço consanguíneo masculino, somente o feminino. Esta autoridade feminina em relação ao sustento estendia-se ao futuro das filhas mulheres, já que algumas mães não querem que suas filhas entrem para a prostituição, por outro lado, pensam ser preferível uma vida na 'zona' do que sofrendo de outras formas, como argumenta Gabriele:

> mais eu falo pra elas assim, ó, se vocês não estuda tem uma banqueta pra cada uma de vocês aqui e tomara que vocês sejam igual a eu, que vocês não sejam igual certas muié que eu vejo, que eu prefiro que vocês sejam igual a eu, agora se for pra vocês ter um home que surre vocês ou vocês fiquem sofrendo passando fome eu prefiro vocês dentro, numa banqueta sentada. [E o que elas falam?] Não querem, não não querem, eles não se verem dentro de um bar, eles não gostam, não gostam, não querem. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

[101] Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar.

Seguindo as proposições de Gabriele, algumas mães preferem as filhas na prostituição do que utilizando drogas ou cometendo crimes. Em uma das observações, a dona de um dos bares da vila Vendrami argumentou que a filha escolheu a prostituição por vontade própria e que deu a ela toda condição de não escolher a atividade. A prostituição é uma questão de escolha e a filiação tem um peso muito grande, neste sentido a incompatibilidade entre ser prostituta e ser mãe, a santa e a puta, é uma falácia e uma construção do patriarcado para a criação de mulheres que cumpram com o papel social de cuidadoras.

A escolha do bar para a manutenção de maternagens tem relação com os horários, pois a maioria dos bares abrem, principalmente no centro da cidade, às 10:00 horas da manhã e com previsão de fechamento às 20:00 horas, salvo se o movimento estiver bom. Para as mulheres que trabalham nos bares no período noturno, os filhos ficam com elas durante o dia e à noite ficam com algum parente próximo ou babás. Estas mulheres vão adaptando suas vidas de profissionais e de mães, conforme argumenta Lupae:

> Porque o Rogério lá abria sempre de tarde, sempre abre de tarde, então eu ficava até às oito, daí agora venho, agora, daí depois eu comecei a trabalhar dia todo, dia e noite às vezes. [As crianças] ficavam com a minha sogra, com a minha ex-sogra, no começo quando eles eram pequeno, né, minha menina morô com a minha ex-sogra até depois, um tempo, daí eu fui morá na minha mãe, morá na mãe, aluguei casa aqui no centro, era alugada, daí depois que eu peguei e fiquei, que eu fui morá com a, com esse home, daí, daí que eu voltei pra uma casa lá que eu tinha com o meu ex-marido, daí minhas criança foram morá junto, daí que, daí que melhoro. (Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

Durante o período em que iam trabalhar, as prostitutas mães sempre dependiam das redes de pessoalidade, ou seja, de quem poderia ficar com os filhos. Ora, não há nenhuma diferença de outras mulheres que trabalham fora de casa, tanto à noite quanto de dia, já que também o fazem enquanto os filhos estão na escola, pagam para alguém fazer ou deixam os filhos com pessoas mais próximas, porém, as mulheres que trabalham fora da prostituição não enfrentam o estigma que as prostitutas se deparam, conforme aponta Juliano (2005).

Mesmo que a profissional assuma a prostituição como forma de sustento dos filhos, o dinheiro que vem desta atividade não tem sido reconhecido enquanto uma forma de cuidado e para o exercício de maternagens devido ao estigma da sociedade. Entretanto, é através da prostituição e das relações entre cuidados e

sustento que estas mulheres estruturam suas vidas e a de seus filhos, como é o caso de Gabriele que sempre pagou tudo para os filhos e para a mãe, inclusive arcando com as despesas para a construção de uma casa, onde também moram os filhos.

A construção da espacialidade da casa das mulheres prostitutas mães depende dos horários de trabalho, por isso foi sistematicamente citada, já que os horários deveriam bater com a volta dos filhos da escola para a casa, conforme podemos ver na fala de Séverine: “Sempre encaixei [horários] por causa delas e agora de vez em quando também não venho cedo porque não tem aula pra pequena e a grande sai. Quando ela tava em casa eu deixava as duas, daí a grande vai pro estágio agora[102].” Além disso, esta espacialidade é construída a partir da dificuldade das mulheres em voltar para casa e ao cuidado dos filhos, já que ao beberem muito, algumas permanecessem dormindo nos bares para só no outro dia retornar para casa.

A casa é motivo de exaltação na espacialidade do bar, pois muitas delas sentem-se orgulhosas de poderem comprar a casa própria com o dinheiro da prostituição. Por outro lado, a espacialidade da casa deve ser construída a partir da invisibilidade da identidade de prostituta, mesmo que os filhos saibam da atividade da mãe, já que para elas há uma diferença do que uma mulher deve ser no bar e em casa com os filhos, como explica Séverine:

> Lá na casa tem que ser diferente, né, ser mãe e aqui tá tudo bem, mais lá não, não pode falar palavrão, não pode usa essas conversa que a gente usa aqui, fazer as maior brincadeira com os home, lá não pode, lá eu nem admito que elas falem palavrão, não pode e elas são bem educadinha, quem vê diz que elas são filha de uma santa (risos). (Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

Esta diferença entre a mãe e a puta é mais encontrada nos bares e na rua, diferentemente das boates, evidenciando o quanto a identidade de prostituta tende a ser invisibilizada na espacialidade da casa, pois, geralmente, os filhos não sabem da atividade da mãe ou esta fica subentendida. Fazer-se prostituta/puta e mãe na espacialidade da casa e do bar requer habilidade para manutenção destes dois papéis, requer estratégias principalmente para não perderem a autoridade em relação aos filhos, conforme aponta Séverine, ao ser indagada sobre como explicar

[102] Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar.

a atividade para as filhas:

> Ah! eu não sei o que eu ia conversa com ela, porque ela é pequena, né, e meio inocente, não sei nem como eu ia explica pra ela. A minha, uma vez, a mais velha, né, fala que “bêbada, não sei o que” falei “ah! eu saio daqui pedindo pra Deus por um bêbado daquele pior no meu caminho pra gasta um monte porque vocês precisam come” ela ficou quieta, nunca mais falou nada, que ela é evangélica, né, daí ela quis dá uma [boa], daí eu falei espero que caia um bêbado desse no meu caminho hoje que nós tamo precisando de dinheiro. (Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

Em determinados casos assumir-se prostituta para os filhos gera tensionamento, principalmente quando estes vão crescendo, porém, na maioria dos casos, a aceitação da atividade é maior construindo a espacialidade da casa sem tensão e de forma mais tranquila. Diferente da espacialidade da casa, assumir-se prostituta/puta perante a sociedade é mais difícil, exemplo disso, são duas entrevistadas que evitam que as pessoas fiquem sabendo de sua atividade

A dicotomia entre a prostituta e a mãe, para Woodward (2000), é uma marcação simbólica que gera diferenciação entre mulheres, classificando o que uma pode ser a partir do que a outra não é. Esta dicotomia que é a naturalização, também é reforçada por meio dos papéis sociais desenvolvidos pelas próprias prostitutas, as quais não se dão conta do quanto desestabilizam estas mesmas ordens a partir do sustento e exercícios de maternagens.

Segundo Séverine, quando indagada sobre o que a sociedade pensava dela, argumentou que: “ah! com certeza eles criticam, né, chamam de biscate, de puta. Porque eles não aceitam, agora porque eles não aceitam eu não sei, porque transa todo mundo transa, o que que tem, só porque a gente não tem um marido dentro de casa pra fica ó[103]”. Para ela, a construção de sua identidade enquanto prostituta está ligada ao fato de não ter um marido. A liberdade sexual das mulheres é o que as coloca em constante tensão em relação às normas de gênero e sexualidade, como se houvesse critérios para as práticas sexuais, tais quais: não cobrar, não se relacionar com muitos homens e o parceiro fixo deve ser o marido, a pessoa que escolheu amor. Como afirma Catonné (2001), há um imaginário social de que as práticas sexuais devem estar envolvidas de amor e esta relação foi dada pela instituição do casamento a partir da Igreja católica.

O preconceito também tem relação com a própria sociedade, já que muitas

[103] Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar.

destacavam que quando estavam sentadas aguardando clientes, muitas pessoas atravessavam a rua para não passar na frente delas, outras ofendiam e faziam brincadeiras preconceituosas, além de alguns clientes que também eram preconceituosos. De acordo com Juliano (2004), há uma ideia social que a prostituição é algo que se é e não algo que se faz, marcando o corpo destas mulheres com uma carga de estigma que não se desvinculam quando não estão exercendo a atividade.

É importante destacar que a família nem sempre é central nestas redes de pessoalidade e cuidado dos filhos, uma vez que tem mais relação com o próprio preconceito, conforme aponta o trecho a seguir:

> A Josefa [irmã] e a Valquiria [cunhada], a Valquiria, a mulher do meu irmão também era do bar lá do Vendrami da dona Augusta, bem no começo ele pegô ela lá e ela também queria me criticá, falei 'deram até gastá e agora que não serve pra nada mais e ficam falando'. Agora pararam porque eu não dô atenção pra eles, mais quando nóis morava junto eles ficavam ratiando, reclamando[104]. (Entrevista realizada com Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

O preconceito que está presente em todas as espacialidades é frequente nos bares a partir das relações sociais, mas também da própria família, pois conforme Juliano (2004), estas mulheres são antes de tudo prostitutas e suas demais identidades tem sido esquecidas, levando a uma estigmatização e principalmente ao exercício de violência em relação a elas.

A violência mesmo que não tenha tanta intensidade como na espacialidade da rua, foi constantemente citada a partir dos clientes, mas principalmente pela violência sofrida durante o casamento, muitas diziam que sofriam mais violência vinda do ex-marido do que na prostituição. Entretanto, nas últimas observações realizadas no ano de 2016, a violência tornou-se algo constante tanto no centro da cidade quanto nos bairros, ainda mais que neste mesmo ano duas profissionais foram assassinadas em bares, uma por dois clientes e outra, que estava grávida, em decorrência de um roubo no bar, somente o segundo caso foi solucionado.

Os constantes espancamentos de profissionais e donas de bares também foram citados durante as últimas observações. Destacamos que na maioria das vezes a política foi chamada, mas não compareceu a estes lugares, nem para investigar os roubos e espancamentos, nem para socorrer as vítimas. O descaso

[104] Todos os nomes utilizados nesta fala são fictícios.

com estas mulheres prostitutas é geral e está mais presente na prostituição que não é considerada de alto padrão. Para Arella et al. (2007), as mulheres prostitutas tendem a não reconhecer e a não confiar na polícia, pois o trabalho que exercem não é consentido por estes, as colocando em situações mais vulneráveis, por isso algumas não recorrem a esta instituição e quando recorrem geralmente são deixadas de lado como se fossem culpadas e não vítimas.

A violência é constante e deixa marcas na vida destas mulheres, como aponta Lupae: “Não mais lá de trás não gosto muito de conta, foi muito ruim o meu passado eu fui judiada bastante no outro bar lá, eu fui robada pela vizinha, pela mulher que levô eu no bar eu ganhava dinheiro bastante ela robava de mim[105].” Questionada se chegou a denunciar e a chamar a polícia, disse que não adiantava e que a polícia jamais acreditaria nela ou a culparia por estar em um bar. O medo, a vergonha e a insegurança têm relação direta com o estigma, o que as deixa mais vulneráveis a diversos tipos de violência, inclusive a institucional, devido ao exercício da prostituição.

De outra forma, o respeito também se faz presente na vivência destas mulheres, já que muitos familiares, amigos e até vizinhos respeitavam a opção delas pela prostituição, pois sabem das dificuldades encontradas por cada uma delas, demonstrando que muitos veem a prostituição a partir de outras relações, não pelo preconceito, o qual está ligado à construção de normas de gênero e sexualidade que dicotomizam as mulheres entre boas e más. É em virtude do respeito que as mulheres prostitutas mães, aquelas que trabalham nos bares, escolhem permanecer na cidade. Tensionando o preconceito e a possibilidade de serem reconhecidas enquanto prostitutas, escolhem não ficar se deslocando entre as cidades, apenas entre os estabelecimentos, para que possam ficar mais perto dos filhos e por isso escolhem a prostituição de bar.

Destacamos que, durante as observações, as mulheres grávidas foram mais vistas na espacialidade do bar. A gravidez de programa é entendida como algo que acontece e deve ser levada adiante, exemplo disso é Victorine Meurent que sempre morou e sustentou seus seis filhos, e criou o sétimo sem nenhuma distinção dos demais. Entretanto, há mulheres que mesmo seguindo com a gravidez pensam em colocar os filhos para adoção, já que a forma como vivem não permite criar uma criança.

---

[105] Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar.

Valéria Mesalina não sabia que estava gestante até o sexto mês e só soube com a ajuda da ONG, ao fazer o exame, e desde o descobrimento da gestação tinha em mente que iria colocar a criança para a adoção, inclusive foi encaminhada pela ONG para uma conversa com a assistente social, a fim de acertar todos os papéis e contatos exigidos para se doar uma criança após seu nascimento.

Entretanto, quando a criança nasceu negou-se deixá-la para a adoção e prometeu deixar a prostituição para cuidar da filha, indo morar na casa de sua irmã. No primeiro mês da criança, entregou panfletos no sinaleiro para conseguir dinheiro, mas como o pagamento era pouco e não dava para sustentar a filha e a convivência com a irmã estava complicada, acabou voltando a trabalhar no bar, deixando a menina com a tia, a qual já criou um dos filhos de Valéria Messalina, mas sempre que podia ajudava a criança com dinheiro.

Questionada sobre a gravidez, argumentava que os programas continuaram normalmente e que muitos ficavam perguntando sobre a neném e inclusive se afeiçoaram com a criança, ainda na barriga da mãe. A vida durante a gravidez sempre continuou normalmente em relação ao programa, no entanto, referente à bebida, havia muita briga entre ela e a dona do bar em que trabalhava, pois esta não a deixava beber por causa da criança. No fim, Bianca[106] nasceu após um tombo de Valéria Messalina dentro do bar, durante uma bebedeira.

A gravidez dentro dos bares é levada de forma normal. Conforme conversa com uma profissional que trabalhava em um bar na vila Vendrami e estava grávida de nove meses, afirmou que precisava ganhar dinheiro e que continuaria fazendo programa até o filho nascer e que os clientes não se importavam de estarem com ela grávida, apenas não podia fazer tudo o que eles queriam, falou que a única coisa que não fazia era beber, pois a dona do bar não deixava.

Mesmo grávidas e fazendo programas, os cuidados com estas mulheres dentro dos bares eram grandes, já que as donas não as deixavam beber e estavam sempre mais atenciosas em relação aos clientes. Em conversa com Maria Madalena, dona do bar na vila Vendrami, esta contou que não deixa 'sua menina' grávida fazer programa com qualquer um e que já estava com a mala do neném pronta caso ela precisasse ir para o hospital, posto que estava com nove meses de gestação.

A vida destas mulheres continua normalmente, estando grávidas ou não,

[106] Nome fictício.

sendo mães, sendo filhas, sendo avós e sendo prostitutas, nada as diferencia de outras mulheres, a não ser o tipo de trabalho que exercem. A prostituição, que é permeada por estigma, produz preconceitos e diferencia mulheres de outras mulheres, sendo uma boa estratégia para a manutenção das normas de gênero e sexualidade. Para Olivar (2013), olhar a prostituição de forma generalista faz com que ela seja uma ficção voltada ao pecado, ao erro, a vitimização e a luxúria, entretanto, deixa muitas relações invisíveis que não são levadas em consideração, ficando de lado a sociabilidade, identidades, relações socioespaciais, família, amizade, maternagens, amor, produção e reprodução do lar.

Enquanto a prostituição for vista a partir de uma macroescala e sua publicidade, sem levar em consideração o peso de outras relações sociais individuais que fazem parte da vida e experiências espaciais destas mulheres, esta atividade continuará permeada pelo estigma e preconceito reforçando a dicotomia da boa e da má mulher, invisibilizando os pontos que estas têm em comum e dando ênfase às normas de gênero e sexualidade que regulam e não permitem uma equidade de direitos femininos. Compreender a prostituição para além de uma prática sexual em troca de dinheiro permite que possamos ver outras faces desta atividade, tornando ela mais próxima de um trabalho moral do que imoral.

4.3- A Rua e a Vigilância para a Manutenção da Imagem Materna

A prostituição de rua tem sido vista como perigosa e sua espacialidade é constantemente relacionada ao crime, drogas, violência, sujeira e pela falta de pudor das mulheres. Entretanto, esta forma com que a prostituição de rua tem sido vista na cidade de Ponta Grossa tem eliminado outras relações que são vivenciadas cotidianamente na rua pelas mulheres que exercem esta atividade e que nem sempre tem associação com a própria prostituição. Homogeneizar a prostituição de rua, enquanto um lugar de lascívia e que 'suja' o espaço urbano da cidade é deixar de lado todas as outras relações vivenciadas por estas mulheres e de negligenciar a multiplicidade identitárias delas.

A prostituição de rua, a única de modalidade aberta na cidade, conta com diversos pontos em ruas principais e segregadas da cidade de Ponta grossa. Como já evidenciado no capítulo 3, houve uma mudança significativa neste tipo de prostituição com a entrada de uma cafetina nos pontos em que era desenvolvida. As

entrevistas foram realizadas até o início desta mudança e somente com mulheres que desenvolviam a atividade no centro da cidade, já que as que exercem a prostituição nas ruas dos bairros e rodovias estão em constante trânsito.

As observações em campo foram realizadas no centro da cidade, tanto no dia em que eram feitas as abordagens com a ONG Renascer quanto em outros momentos, sempre respeitando o tempo de programa de cada uma delas. Nossa presença constante nos pontos de prostituição de rua inicialmente não era bem vista, após o primeiro ano fomos reconhecidas pelas mulheres prostitutas como pessoas mais próximas e, assim, passamos longas tardes em observação e conversas com as profissionais do sexo mulheres e com as travestis mais antigas, que sempre estavam juntas.

As mulheres que desenvolvem a prostituição no centro da cidade raramente são vistas sozinhas, estando em sua maioria dentre duas e quatro pessoas, além disso, contavam com a presença de uma ou mais travestis, pois isso significava uma proteção em relação à violência. Questionadas se havia concorrência em relação aos clientes, responderam que os grupos que buscam programas com as travestis não são os mesmos que buscam com as profissionais do sexo mulheres e o que importava era a segurança e o bom relacionamento entre elas.

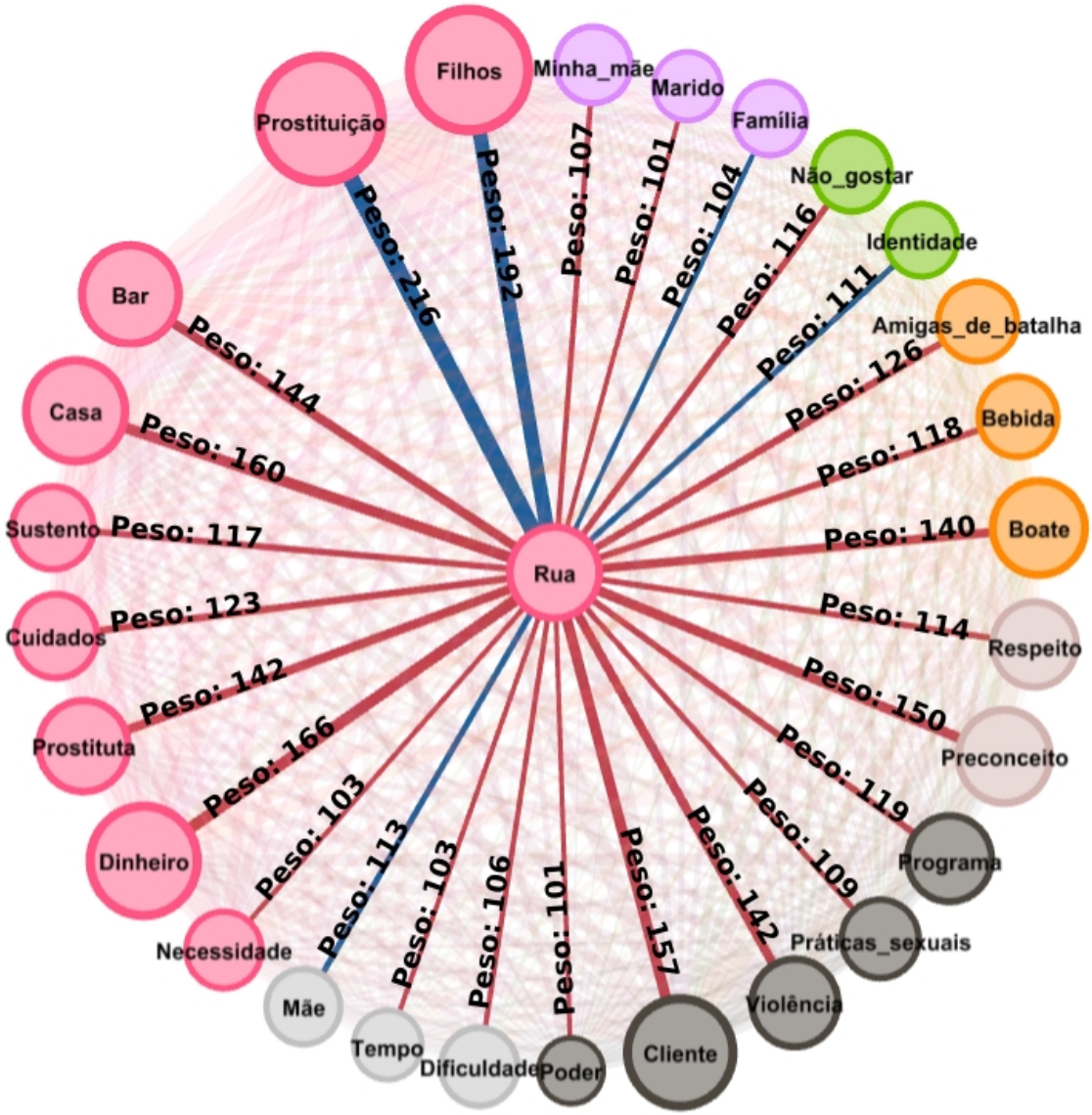
A segurança e as 'companheiras de batalha' são essenciais na espacialidade da rua, pois estão expostas a diversos tipos de animosidades e a companhia é uma questão de segurança e de conforto. Barreto (2013) expõe que na rua há mais estigma, já que estão mais visíveis aos olhos da sociedade, assim, estarem sempre unidas é uma forma de vencer determinadas questões que são postas nesta espacialidade. Para Medeiros (2002), estar na prostituição de rua parece ser menos cômodo, já que estas mulheres estão expostas, também ao frio e ao calor e nos dias de chuva nem ao menos podem trabalhar.

A prostituição de rua, levando em consideração o levantamento do ano de 2016, conta com 36 pontos distribuídos em 16 ruas, sendo a maioria no centro da cidade. Das seis entrevistas, duas foram realizadas na ONG Renascer e quatro nos pontos de prostituição, sendo que uma das entrevistas fora realizada com duas mulheres ao mesmo tempo, pois quando eram feitas as perguntas ambas respondiam. As entrevistas também contaram com a participação de uma travesti que estava junto durante sua realização. Além disso, durante três entrevistas tiveram a participação rápida de clientes e em duas delas houve uma pausa para que a

profissional realizasse o programa. Das mulheres entrevistadas, apenas uma passou pela espacialidade da boate e bar.

A espacialidade da prostituição é construída a partir de múltiplas relações e identidades que têm sido invisibilizadas pelo estigma e pelo preconceito. Estas relações que compõem a espacialidade da prostituição de rua podem ser vistas na imagem 27, a seguir:

Imagem 27 - A Construção da Espacialidade da Rua e o Exercício de Maternagens



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

O grafo que caracteriza a imagem 27 tem como centralidade a categoria espacial da rua e evidencia as relações entre ela e as categorias com maior peso[107]. A categoria Rua tem um peso ponderado em relação à rede geral de 7857 e é nona com maior relevância, compondo um total de 1,6% da rede geral. Esta categoria, assim como o bar, também faz parte da comunidade 8 que está relacionada à interseccionalidade entre a prostituição e maternagens e que integra com 9,3% da rede geral de evocações das entrevistas, que será discutida no próximo capítulo.

A categoria espacial da rua tem uma aresta mais pesada interligada com a categoria da prostituição, já que é a partir dela que todas as relações de sustento dos filhos e da constituição do espaço privado acontecem. Para Santos, V. (2011), a prostituição de rua é conhecida como o 'baixo meretrício' e é caracterizada por mulheres de classe social menos favorecida que cobram menos pelo programa e não são tão exigentes com os clientes, além disso, a autora comenta que utilizam roupas e acessórias de baixo custo em comparação com outros tipos de prostituição.

Na prostituição, em Ponta Grossa, o programa é cobrado pelo tipo de serviço, entretanto, vai muito pela 'cara' do cliente e pelo seu biotipo. Os programas variam de 20 a 60 reais, mas se a profissional for 'mais esperta[108]' pode cobrar até 100 reais e são desenvolvidos nos hotéis de alta rotatividade, que ficam ao entorno dos pontos de prostituição. Porém, para algumas profissionais mais novas e que trocam sexo por droga, o desenvolvimento do programa acontece no carro ou na 'rua do boquete', cerca de duas quadras dos locais de prostituição. O valor do programa é sempre pago com antecedência, como em todas as outras categorias.

As características referentes ao valor do programa e aos clientes não se afastam do que Santos, V. (2011) discute, entretanto, na prostituição de rua na cidade de Ponta Grossa, as profissionais do sexo não se vestem com roupas curtas, pois acreditam que isso as deixa ainda mais vulneráveis ao preconceito e porque têm medo que os filhos as vejam com roupas não adequadas. O sustento dos filhos e o exercício de maternagens são citados com certa constância nos pontos de prostituição e, assim como nos bares, exercem a atividade durante o dia, principalmente quando os filhos estão na escola.

No início das observações, foram encontradas cerca de cinco mulheres nos

---

[107] Foram consideradas apenas arestas com peso maior que 100.
[108] Diário de campo, julho de 2014.

pontos de prostituição do centro da cidade à noite; no ano de 2014 somente uma mulher era encontrada nestes locais, essa mudança brusca está relacionada à violência de uma cafetina. No ano de 2016, nos pontos de prostituição, mais mulheres têm sido vistas nas ruas da cidade, mas de forma mais espalhada e longe das travestis mais novas que estão sob constante observação de uma cafetina. Todavia, continuam fazendo seus pontos em lugares segregados da cidade, já que a prostituição de rua não tem sido bem vista.

Sendo mais visível a prostituição de rua, esta é a que mais sofre com o estigma e o preconceito e as mulheres que trabalham nessa espacialidade são reconhecidas apenas pela sua atividade e não pelas relações cotidianas e pelas outras identidades que interseccionam suas vivências. Neste sentido, as mulheres prostitutas mães foram mais fechadas ao falarem sobre determinados assuntos, diferente das entrevistas com mulheres prostitutas mães de bares. O preconceito e o estigma impactaram diretamente na pesquisa.

Por mais que a prostituição seja central em todas as espacialidades, na rua ela é pensada de forma dúbia, como algo ruim, já que estão nesta atividade por não conseguirem arrumar um emprego e por outro lado, é um meio rápido de conseguirem se sustentar e sustentar seus filhos, porém, um meio que não é fácil, como muitos acreditam ser, pois a exposição destas mulheres é o que torna a prostituição mais difícil, já que as deixa vulneráveis ao preconceito.

O preconceito é uma categoria muito expressiva na espacialidade da rua, pois como já foi discutido até o momento, ele acontece devido à grande exposição, tal aspecto também foi apontado por Barreto (2013). Segundo Juliano (2004), a violência simbólica que as mulheres prostitutas sofrem tende a pressioná-las para que cumpram os papéis de boas mulheres, por isso geralmente acreditam que sua atividade é errada e penalizam a si mesmas por a desenvolverem.

Para as prostitutas mães em Ponta Grossa, as pessoas não sabem o que se passa na vida de cada uma e o preconceito torna-se algo gratuito, já que ninguém vive ou reconhece tudo o que vivem em relação a outros setores e experiências de vida, conforme pode-se ver na conversa entre Ana Bolena e Mata Hari:

> Ana Bolena: Porque também se a gente for analisar é fácil a pessoa criticar quem tá aqui, difícil é saber o histórico de cada uma, o que passa, o que passou, entende, ninguém se preocupa com esse tipo de coisa, só sabe às vezes criticar, né, o preconceito, né, ah! porque tá ali porque é uma vagabunda, não, ninguém sabe de cada uma, da história de cada uma.

> Mata Hari: Porque a gente é uma biscate é uma puta, né, uma vadia uma vagabunda mais ninguém sabe. (Conversa entre Ana Bolena e Mata Hari, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

O histórico e as experiências de classe, gênero, maternagem, raça, dentre outras, destas mulheres não são levadas em consideração pelas pessoas que praticam o preconceito de forma direta nos locais de prostituição de rua. De acordo com Juliano (2004), o preconceito é a preparação de um marco que é a própria violência física ou verbal e mesmo que algumas argumentem que nunca sofreram violência física, há relatos de que algumas pessoas passam e jogam objetos para atingi-las e a violência verbal é rotineiramente ouvida nos locais de prostituição, inclusive na gravação das entrevistas e observações em campo.

Por isso a violência é mais significativa na espacialidade da rua do que nas outras duas e o medo acaba se tornando rotina na vida destas mulheres. No entanto, a autonomia em relação aos horários e o dinheiro são essenciais na escolha deste local, mesmo sabendo dos riscos que correm em relação à exposição, violência e preconceito, como podemos ver em trecho da entrevista com Geni: "É mais é que bar é ruim, né. Porque bar você tem que dividir as coisa com os outros e aqui é bom que você ganha pra você e não precisa dividir com ninguém[109]".

A prostituição é tratada pelas mulheres que desenvolvem a atividade na rua como um misto de medo, arrependimento, sustento e trabalho, é a forma pela qual ganham o dinheiro para o sustento de si, dos filhos e da família, entretanto, é um trabalho que tem um peso devido à grande exposição e por sofrerem muito preconceito, conforme aponta trecho abaixo:

> Nossa eu me senti horrível, hoje em dia a gente se sente, não tem, se eu dizer pra você, se eu fala assim ai, eu duvido que uma mulher daqui de qualquer lugar tanto a que faz em bar ou qualquer coisa dizer eu gosto, não gosta, gosta sei lá do, pelo objetivo que você teja, né, que nem se você tem objetivo só por causa dos teus filho, bom você olha teus filhos com uma roupa boa, numa casa boa, num conforto bom, vale qualquer coisa, claro, tem mulher que tá aqui por causa de droga por causa de coisa, né, ai daí o vício fala mais alto, né. (Entrevista realizada com Belva Gartner, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

Essa desvalorização da prostituição ou autopunição pelas próprias profissionais do sexo, para Juliano (2004), tem relação com a moral social que caracteriza o sexo, que não seja para a reprodução, de errado e por isso as

[109] Entrevista realizada com Geni, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua.

prostitutas tendem a se ver como pecadoras, por estarem exercendo a atividade, consequentemente não gostam ou a rechaçam, mas ao mesmo tempo sabem que dali sai o sustento de si e de seus filhos, tornando a prostituição ruim, entretanto, necessária.

O peso da feminilidade pecadora, como argumenta Juliano (2004), faz com estas mulheres escondam a prostituição dos filhos e familiares, construindo esta espacialidade por meio do medo e da da vigilância constante. Além disso, é fato que as mulheres prostitutas mães estão nos pontos de prostituição essencialmente pelos filhos. E diante de toda a dificuldade encontrada por elas, há uma exaltação da identidade materna e cuidado dos filhos em relação às animosidades do espaço urbano.

A busca por esta espacialidade mesmo com a presença do preconceito e estigma é devido à autonomia, pois não são reguladas pelo horário e podem estar com os filhos sempre que necessário, ademais, o dinheiro do programa fica inteiramente para elas. A autonomia as torna centrais nas relações de poder em relação aos programas e de como devem se portar em relação ao preconceito, pois era comum escutar em relação às práticas espaciais ligadas ao preconceito, cliente e programas: “já somos calejadas” e “a gente já tem as manha”. Noutros termos, a forma com que observam o que está a sua volta e o tempo na prostituição fazem-nas centrais nas relações de poder para sair de determinadas situações. Medeiros (2002) argumenta que as mulheres prostitutas na rua, principalmente as mais velhas sabem jogar de forma mais ágil com os clientes e mesmo frustradas conseguem fugir de situações de preconceito e violência.

As práticas da prostituição de rua deixam-nas mais atentas ao que acontece ao seu redor e as relações que se estabelecem a partir desta espacialidade giram em torno do preconceito e do estigma, mas também da confiança e amizade. O cliente está em meio a este misto, pois é visto com rechaço, principalmente devido ao cheiro, mas necessário. Para algumas mulheres, os clientes tornam-se amigos e para outras passam a ser a pessoa que além de pagar o programa ainda ajuda de outras formas, conforme argumenta Bustuarie:

> no dinheiro, por exemplo, arrumei um agora, um de agora, que é agora, né, bem agora, acho que faz uns seis meses que nóis tamo já junto e ele me ajuda em tudo, tudo... é dinheiro, é comida, é água é luz, é calçado pras criança, fralda, leite, estas coisas, sabe? e ele é super amadinho, muito bacana, muito... mas já assim, mas é a mesma coisa, mas já não é a

> mesma coisa, entendeu, ele é cliente tudo mais com ele não é a mesma coisa, não tem, é mais como diz a mãe por interesse mesmo (risos) que ele me ajuda bastante. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

Além do programa e da ajuda financeira, o cliente também é citado através da idade, já que para elas é melhor o cliente mais velho do que o mais jovem. Os clientes mais jovens tendem a não se importar tanto com o cotidiano destas mulheres, diferente do cliente que é mais velho que gosta de conversar e de contar os problemas de sua vida pessoal, tornando o vínculo prostituta e cliente maior. Assim, o programa deixa de ser somente prática sexual, mas também cuidado e afeto com o cliente, principalmente com o mais idoso. Diferente disso, com os clientes mais jovens há uma constante reclamação, já que estes são mais frios e mais violentos, mesmo assim elas não escolhem o tipo de cliente e atendem independentemente da idade e corpo, apenas cobram mais conforme o biotipo e a idade.

As práticas sexuais não são trazidas com tantos detalhes, apenas se fazem o programa completo ou não e o tipo de pessoa que atendem. Entretanto, a prática de contar sobre as suas vidas e seus filhos durante o programa é trazida com riqueza, já que esperam que o seu cliente se compadeça da situação e pague mais pelo programa, tornado-se um trunfo para ganhar mais dinheiro, já que acreditam que o fato de serem mães faz com que o cliente tenha mais respeito. O programa é o único ganho financeiro destas mulheres, ainda que menor, pois não têm o suporte financeiro das bebidas, mas por outro lado recebem outro tipo de ajuda dos clientes que muitas vezes levam-nas para fazer compras ou dão mais dinheiro, dependendo do que cada uma precisa.

Para elas, o programa na prostituição de rua, quando não há envolvimento com o cliente é bom por que depende apenas do gozo, conforme aponta os relatos a seguir:

> Mata Hari: Só que saber de metê, nunca mais sabe, eu mesma tenho um que eu fico mais de uma hora com ele no quarto enquanto ele não me desossa, ele não me larga (risos).
> Ana Bolena: hun delícia (risos)... [mais e daí o valor do programa é o mesmo?] O mesmo pra ficar ali (risos).
> Mata Hari: [Então, na verdade se for ver bem vocês preferem fazer programa mais curto?] Sim, rapidinho daí.
> Ana Bolena: Sim, oh é maravilhoso quando você chega.
> Mata Hari: Mais tem clientes também que você chega no quarto também é um galo sobe ali e já era, mais é, né, sobe em cima e já, né. (Conversa

> entre Mata Hari e Ana Bolena, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

> [rua] você não tem aquela coisa de você ter aquele compromisso que os home às vezes falam, 'ah! eu paguei por uma hora', não é uma hora nem duas horas, ali é quinze minutos, dez minutos e se foi três minutos problema é do cara, entendeu, você já sai dali já pensando no próximo que vai entrar, não tá pensando no copo que você vai virar. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

O programa mais curto é um atrativo em relação à prostituição de rua, pois as mulheres não têm que dividir o dinheiro como na boate e no bar. E o fato de não precisarem beber, torna-se um fator relevante na escolha pela prostituição de rua. Além disso, trabalhar na rua é uma questão de estar mais livre com os horários para o cuidado com os filhos, pois como aponta Moraes (1995), as mulheres prostitutas mães têm uma atenção excessiva com os filhos, evitando a exposição destes à rua e buscando uma formação de qualidade para o futuro da prole.

Neste tipo de prostituição é importante saber como agir na rua e no quarto, e ainda, o estabelecimento de determinadas regras é essencial para o seu bom desenvolvimento e para que não tenham problemas em relação à violência, principalmente com os clientes jovens, no caso do programa e também em relação à constituição da territorialidade dos pontos de prostituição, criando estratégias para ficarem mais seguras. Os territórios da prostituição de rua feminina em Ponta Grossa foram construídos com centralidade na travesti mais velha, como argumenta Bustuarie:

> ela é, ela é, ela é muito gente fina, nossa a Madame de Pompadour a gente se dá muito bem com ela e ela é a mais velha, né, nóis obedecemo ela. Sim, se ela falar assim 'tal menina assim, assim assim... nóis, ó, (bate com as mãos como se estivesse dando um tapa em alguém) na cola da menina, ela é a mais velha, né, nóis obedecemo ela, nóis vamo na bota, nóis vamo atropela a menina, não batemo, né, mas atropelamo, pois assim como nós precisamo ela também precisa, mas ela que vá procurá o canto dela, não no nosso. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

O fato das travestis estarem nos pontos de prostituição com estas mulheres, principalmente em razão de proteção faz com que sejam centrais nas relações de poder. Esta relação tem sido modificada desde o ano de 2014 com a cafetinagem, mas ainda resiste no período noturno e esporadicamente nos finais de semana. A vinculação entre prostituição feminina e travesti é estruturada a partir do respeito e estas se tornam uma parte importante da rede de pessoalidade que as mulheres têm

na espacialidade da rua, além das 'amigas de batalha'.

Há nos pontos de prostituição códigos de respeito, de amizade e de comportamentos, pois as relações de poder envolvendo a espacialidade da rua por muitas vezes deixam-nas mais vulneráveis. Entretanto, para as mulheres prostitutas mães, o que mais incomoda é a vergonha de que as pessoas saibam da atividade, pois colocam-nas em uma situação desconfortável, já que podem ser vistas a qualquer momento nos pontos de prostituição. A estratégia mais utilizada para que não sejam vistas, principalmente por seus filhos, é correr para o hotel mais próximo ou se esconder.

A vergonha em assumir a atividade, sobretudo, enquanto produção e sustento dos filhos, está relacionada ao estigma, posto que a prostituição de rua na cidade de Ponta Grossa tem sido vista como um problema público e sempre associada às drogas, violência e aos roubos. Para Juliano (2004), é um erro relacionar a prostituição a delitos, já que a maioria das mulheres está nesta atividade para se sustentar. Com as mudanças nos locais de prostituição, as tensões entre prostituição de rua e sociedade pontagrossense aumentaram e estas ruas passaram a ser mais ainda associadas a delitos, prejudicando as mulheres que estavam nestes pontos há muito tempo e que tinham uma boa convivência com o vicindário[110].

Mesmo que existam problemas com drogas, roubos, atentado violento ao pudor, dentre outras questões, nem sempre são as mulheres prostitutas que se envolvem com isso, já que a escolha da prostituição de rua tem uma intensa relação com a não utilização da bebida alcoólica, pois estas mulheres, que são mais velhas, evitam os vícios. A questão central na prostituição de rua é que as profissionais estão mais expostas e são vistas a partir de um lado desta atividade, lado este, generalista e que marginaliza a todas.

Segundo Arella et al. (2007), a situação de exposição tem relação com a dicotomia entre espaços públicos e privados, pois o primeiro é comum a todos, ligado a exposição e onde pode-se ser ouvido, enquanto o segundo é envolto de singularidades e relacionado a experiências individuais e esta dimensão individualista do privado não tem sido vista enquanto uma questão pública. Neste

[110] A tensão entre profissionais (mulheres e trans) e os vizinhos estava grande e o poder público convocou uma reunião, no ano de 2015, entre as prostitutas e os vizinhos para que se pudesse chegar a um acordo em relação aos problemas com bebidas, algazarras e atentado violento ao pudor. Este tipo de relação nunca tinha sido vista na cidade até então. (diário de campo 2015).

sentido, para estas autoras, a rua tem sido vista enquanto masculina e a casa como feminina, a primeira pública, a segunda privada, assim, para as mulheres foi ensinado que devem ter medo dos perigos da rua e para o homem que este é o seu lugar de liberdade.

Neste sentido, as autoras argumentam que quando falamos de mulheres na rua é uma referência a mulheres que exercem a prostituição, diferente dos homens. Conforme Arella et al. (2007), há uma espécie de 'pacto' social que fixa estas mulheres a espaços marcados pelo controle e recato. Assim, mulheres que estão na rua, em específico nos pontos de prostituição podendo ou não ser profissionais do sexo, serão associadas ao exercício da atividade e a outros tipos de delitos, e, isso estigmatiza ainda mais as mulheres que estão na prostituição de rua.

É neste sentido que não contar sobre a atividade para a família, para os filhos ou para quaisquer outras pessoas que fazem parte do círculo de convivência destas profissionais é uma prática comum na prostituição de rua. Devido ao preconceito e por estarem nesta espacialidade, elas ficam apreensivas em relação a qualquer pessoa, mas principalmente aos filhos. Mesmo que uma das entrevistadas tenha argumentado que o preconceito é muito menor que antigamente, para elas, ele está presente na maior parte de suas vidas, conforme se pode evidenciar no trecho a seguir:

> Mas ali na rua sim, geralmente, sim, me chamam às vezes de travesti, verdade me chamam de travesti: 'oh travesti nojento, o travesti porco, isso é hora de tá na rua' sabe eu dô risada, eu me divirto. Às vezes, chamam de velha, porque sei lá sabe: 'o que você tá fazendo aí sua velha, vá achar teu lugar, vai achar trabalho pra você, além de velha é prostituta', geralmente, isso nós sofremos todo dia, sempre tem um engraçadinho que fala isso, sempre tem uma mulher que passa e diz isso, a gente sofre, e falam 'o gorda, o que esta gorda esta fazendo aí, vai tirá essa barrigão' geralmente, todo dia nós sofremo isso, eu e as menina, né. Sabe, tem uma de óculos, 'o quatro olho, o não sei o que', sabe, geralmente, não tem todo dia a gente sofre isso, preconceito e... sabe... 'ah se sai com meu marido eu mato você' é assim. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

O preconceito parte de diferentes pessoas e das mais variadas formas, como podemos ver no trecho acima. Para Arella et al. (2007), as mulheres que trabalham na rua são as que mais sofrem preconceito e violência, sendo elas física e psicológicas e isso está relacionado à exposição de seus corpos e por estarem em lugares segregados e escuros, o que as deixa mais vulneráveis. É interessante

destacar que são as outras mulheres que mais estigmatizam as prostitutas, segundo relatos, enfatizando ainda mais as colocações de Juliano (2005) em relação à produção de boas e más mulheres, enquanto uma forma de manutenção das normas de gênero e sexualidade.

O estigma e preconceito são aliados da violência. E no caso da prostituição de rua, a violência moral e física são ainda maiores. Era constante ouvir e presenciar pessoas passando de carro xingando e jogando objetos, como ovos, comida podre, extintores, dentre outras coisas para atingir estas mulheres. A violência entre profissionais do sexo também é citada, pois algumas não tinham conhecidas ou não estavam sob o cuidado das travestis mais velhas e acabavam sofrendo violência por parte de algumas colegas. Vendo e vivendo a violência, estas mulheres também têm medo que os filhos sofram-na e isso tem relação com o que Moraes (1995) cita sobre os cuidados dobrados com a prole, no caso de mulheres que exercem a prostituição na rua.

Para elas, viver a prostituição de rua é uma constante vigilância que vai desde a violência até o não reconhecimento da atividade pelos filhos. O preconceito, a violência, esconder a atividade dos filhos, família e amigos torna a atividade mais pesada para as mulheres que trabalham na prostituição de rua. Entretanto, as percepções que criam do mundo a partir da prostituição de rua ajudam na criação dos filhos, já que conseguem ver o que outras mães não veem, conforme argumenta Ana Bolena, quando questionada se existe uma diferença entre ser prostituta e ser mãe:

> Talvez nóis sendo garota de programa a gente pensa mais assim, a gente tem mais visão das coisa do mundo assim, sabe, tipo às vezes você se fecha em casa, você diz 'meu filho, meu filho nunca vai ser gay, meu filho nunca vai usar droga, meu filho nunca vai beber' de repente essas mães se fecham tanto e é onde acontece tanta tragédia e a gente não, a gente não tampa o Sol com a peneira, a gente chega no filho da gente mais velho, meu filho você tá errado, você não faça isso, entende, a gente procura mostrar pra eles o que tá certo o que tá errado, é o que eu faço com os meus, se um dia eles erra é porque quiseram, não é porque eu quis. Eu jamais quero ver um filho meu bebendo, na droga, uma filha se prostituindo. (Entrevista realizada com Ana Bolena, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

Enfrentar o cotidiano da prostituição de rua não é fácil, mas é do dia a dia na atividade e com a ajuda das 'amigas de batalha', as quais se tornam sinônimo de cuidados, que estas mulheres criam seus filhos mediante à violência e ao apoio no

que tange ao preconceito e à atenção com os filhos. Algumas entrevistadas são amigas há mais de 10 anos, estando juntas na prostituição e também em casa, um exemplo é Mata Hari que é madrinha do filho mais novo de Ana Bolena. A rede de pessoalidade na prostituição de rua é feita pelas próprias profissionais que ajudam no empoderamento e cuidados.

A prostituição de rua carrega um peso maior em relação ao estigma, já que estas mulheres estão mais visíveis aos olhos da sociedade, este peso incide diretamente no cuidado dos filhos e no exercício de maternagens. Neste sentido, para elas, é difícil manter os dois papéis e organizar suas vidas através da maternagem e da prostituição, já que diferente de outras mulheres elas escondem a atividade que exercem por acreditarem que o que fazem é errado, mas é necessário sustentar os filhos.

Assim, a prostituição de rua torna-se um contraditório, já que é um misto de necessidade, dificuldade e dinheiro. A prostituição na rua é envolta a uma realidade totalmente diferente, onde o centro é o sustento de si e dos filhos, entretanto, isso se torna secundário quando têm que enfrentar o preconceito e o estigma. Sendo uma modalidade de prostituição altamente estigmatizada, o objetivo é que os filhos não saibam da atividade que a mãe exerce, como aponta Bustuarie, a respeito da revolta do filho quando contaram sobre a atividade desenvolvida pela mãe:

> daí foi um inocente e me conta pro meu piá mais velho, né, o que eu era e o que eu deixava de ser, daí na quinta-feira cheguei chorando aqui, porque eu não queria que ele soubesse. […] Ele ficou chateado, dá pra ver que assim mudou assim, sabe o jeito dele. Aí hoje ele pediu dinheiro e eu falei pegue lá na bolsa e ele viu, sabe, os preservativo dentro da bolsa e eu sempre escondo e daí ele pegou e eu vi que ele pegou e jogou, deixei baixo... daí falei pegou o dinheiro, daí ele, 'não mãe não quero, resolvi que não quero' tá bom, fui escondido lá na geladeira catei dois iogurte e duas maçã, que maçã ele adora e larguei dentro da bolsa e ele não viu (risos) porque sempre ele quer dinheiro, né, daí hoje ele não, ele não quis e ele falou pra mim. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

Ser prostituta e ser mãe é uma luta diária contra o tempo para quem está na espacialidade da rua, uma vez que são mais autônomas em comparação as outras espacialidades e ainda não têm o dinheiro das bebidas. Somando a preocupação com os horários dos filhos, acreditam que ser profissional do sexo e ser mãe é difícil porque têm que cuidar do tempo em casa e dos pontos de prostituição e quando estão nestes últimos têm que cuidar para não serem vistas, conforme aponta o

trecho a seguir:

> Aí é complicado, é complicado porque aqui eu não me preocupo, né, mais sempre vai falta um tempinho, né, sempre vai falta alguma coisa, então vai ser difícil porque você tá dividida, né, você tá aqui [rua] de tarde, tá de manhã em casa, então como que você vai fazer duas coisas praticamente quase ao mesmo tempo, mesmo dia, sempre sai alguma coisa faltando, né, nunca nenhuma das partes fica perfeita, né, nem aqui e nem com elas, se tá dividida, você tá... Olha só se a pessoa tiver muito jogo de cintura pra levar esses dois juntos [ser prostituta e ser mãe], que é difícil, é difícil, não é muito fácil não. (Entrevista realizada com Belva Gartner, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

Ser mãe e ser profissional para estas mulheres é difícil como seria em qualquer outra profissão, entretanto, ser profissional do sexo torna a jornada de trabalho e de cuidado dos filhos ainda mais intensa devido ao estigma da atividade. Para Longhurst (2011), algumas mulheres são constituídas como boas mães, que são aquelas que têm uma casa e um marido, já as mulheres que não são boas mães, são pobres, que não têm uma casa e um marido. No caso das mulheres prostitutas que trabalham na rua, mesmo estas mulheres tendo casa e marido, continuam sendo más mães, porque escolheram a prostituição como forma de sustento.

A identidade de prostituta sendo socialmente imoral tem sido vista como incompatível com a identidade materna, mesmo que estas mulheres cuidem dos filhos e escolham a atividade para o seu sustento. O cuidado dos filhos está relacionado com a reprodução do lar, já que quando questionadas sobre este tema falaram sobre a dificuldade em se organizar quanto à prostituição e almoço pronto, roupa, louça lavada e cuidado com os filhos, mas nunca ao cuidado financeiro. A culpa do exercício da prostituição é reestabelecida no carinho e cuidado com os filhos, por isso a todo tempo estas mulheres citam tudo o que não deixam faltar para os filhos.

O não reconhecimento enquanto produtoras do lar, que tem centralidade na culpa, também pode ser percebido a partir da relação com o marido, pois das seis mulheres entrevistadas, quatro tinham um/uma companheiro/a que auxiliava no sustento dos filhos. Assim, para elas, são eles que fazem o sustento da casa, enquanto uma produção do lar, mesmo que ganhem menos do que as esposas.

Este é o caso de Bustuarie, que argumenta que quem faz o sustento da casa é o marido, pois o dinheiro dela é para ela e para as crianças, já o dinheiro do

marido é para as crianças e para a casa, mesmo que seu rendimento seja quase três vezes maior que o do esposo. Esta perspectiva está muito próxima do que foi apontado por Przybysz (2011), ao evidenciar que mesmo que as mulheres, enquanto casadas, ganhem mais e façam a produção do lar, este mérito será sempre masculino; é como se naturalmente o sustento ficasse a cargo dos maridos e os cuidados e afazeres domésticos fossem feminino.

No caso da prostituição de rua, para muitas mulheres, o não reconhecimento enquanto produtoras financeiras do lar também envolve a vergonha da atividade que exercem. Por outro lado, a figura do marido/companheira deve ser esquecida nos pontos de prostituição, pois é um momento de se ganhar dinheiro, de acordo com conversa entre Ana Bolena, Geni e Madame de Pompadour:

> Ana Bolena: Eu conto, não tem porque esconder, ainda mais meus filho (risos) posso esconder o marido (risos), o marido eu escondo mais os filhos não.
> Geni: marido a parte, a gente não comenta.
> Ana Bolena: Não, aqui não existe, não existe... aqui não existe....
> Geni: não, não, 'você é casada?' 'não' 'eu sou sozinha'...
> Madame de Pompadour: só as faladeira às vezes falam.
> Ana Bolena: Não às vezes tem um pra cagueta, né, que tem que fica falando merda mais.
> Madame de Pompadour: Até de mim que sou casada já falaram.
> Ana Bolena: Né, Madame de Pompadour sempre tão falando, né? Mais eu venho aqui e meu marido sabe que eu venho aqui. (Conversa entre Ana Bolena, Geni e Madame de Pompadour, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

Para estas mulheres, o marido não deve ser lembrado nos pontos de prostituição. Olivar (2013) menciona que ao passo que a prostituição foi sendo mais reconhecida enquanto um trabalho houve uma intensificação da divisão entre trabalho/amor/vida/casamento/família e que para as mulheres prostitutas a aceitação da prostituição pelo marido era ou falta de amor ou interesse no dinheiro. Esta mesma relação pode ser vista na prostituição de rua em Ponta Grossa, onde estas mulheres queriam o amor somente do marido, mas o sustento da família não deixa refletir esta realidade.

Mesmo que se sintam margem na produção do lar, é claro que estas mulheres cuidam do sustento dos filhos, fazendo com que reprimam determinados sentimentos em relação à prostituição, exemplo disso é o estigma que sofrem pela escolha da atividade. Assim, o sustento de si e da família é um motivo de orgulho e mesmo que o preconceito assole cotidianamente suas vidas, o fato de não

passarem mais necessidades financeiras é um ganho através da prostituição, como confirma o trecho a seguir:

> Quando você tem filhos você tem que lutar, às vezes você deixa de olhar pra esses tipos de coisas [preconceito], você quer mais é, é lutar pra ver as pessoas de dentro da tua casa, as criança feliz sem preocupação que vão passar fome, entende, que eu chegou num ponto assim que eu cheguei na minha casa que meu filho não tinha um leite pra tomar, não tinha um iogurte, hoje eles esbanjam, né, mais eu, chegou num ponto de não ter, então pra mim o fato de eu chegar aqui e sustentar meus filhos e conseguir levantar porque eu tava, porque eu tava como diz dentro de uma semana eu tinha que conseguir dinheiro pra pagar meu aluguel senão eu tava na rua e na época meu marido bebia, só aprontava, só fazia fulia, então a gente queria mais é luta, entende, é querer tentá salvar pelo menos uma casa pra colocar os filho da gente. (Entrevista realizada com Ana Bolena, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

Sustentar os filhos e não passar mais por necessidades é o que as faz continuar na prostituição e isso não as torna menos mães. A necessidade e a dificuldade que passavam junto com os filhos antes da entrada na prostituição pode sim ser vistas enquanto um problema, não a prostituição já que esta é apenas mais uma forma de trabalho e de sustento. Entretanto, a construção social de feminilidades a partir das normas de gênero e sexualidade não permite que estas mulheres sejam vistas enquanto mães, uma vez que exercem a prostituição.

Para Cavour (2011), a sociedade não consegue ver uma mãe de família sendo prostituta, já que no imaginário social não há como combinar o papel de prostituta e de mãe. Entretanto, a identidade materna a partir dos cuidados dos filhos é o que as faz buscar a atividade, mesmo sendo a prostituição de rua a mais temerosa dentre as mulheres ela tem sido vista por muitas enquanto uma forma de sustento dos filhos, contradizendo o imaginário social.

O cuidado e o exercício de maternagens pelas mulheres mães que trabalham na espacialidade da rua estão relacionados à autonomia, pois gerenciam seu tempo com mais tranquilidade em relação aos cuidados com os filhos, pois este tipo de prostituição ocorre a maioria no período diurno. E não tendo a necessidade de estar bebendo com o cliente, estas mulheres têm horários mais demarcados para ir e voltar dos pontos de prostituição e realizar os cuidados necessários aos filhos, conforme argumenta Bustuarie

> não tipo, dia de semana o meu horário é das 9:30 ao meio dia. Meio dia eu vou para a casa, dou café, dou almoço, dou banho, é aquela correria, mas

> tudo bem, dou banho, chamo a babá pra ficar com as pequena menor, né, e levo o piá pra escola, daí quando é pra mim voltar eu volto pra rua e quando os cara ligam, né? daí eu volto pra rua. Mas deu 16:20 ou 16:15 eu cavoco embora, vou na escola buscá o piá e assim é minha... eu vô pego meu piá ali na escola, o pequenininho desço lá em casa e subo no Becker pegá os grande e assim eu chego faço janta, dou janta, dou banho nas pequena e boto pra dormir daí dou janta pro pequeno coloco, coloco os grande... que os grande também, eles são grande mas são pior que as pequenininha. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

O gerenciamento do tempo em relação aos cuidados dos filhos depende mais dos horários escolares do que de qualquer outra coisa, não necessitando de outras pessoas da família para exercer o cuidado dos filhos, pois conseguem organizar melhor seus horários em relação à produção, reprodução e exercício de maternagem. Entretanto, quando os filhos necessitam de cuidados quando não estão na escola, o marido da profissional torna-se elemento importante, pois ajuda nos cuidados. Segundo Féres-Carneiro (2001), quando as mulheres começam a trabalhar fora de casa, os homens passam a participar mais das atividades de cuidado dos filhos e da casa, no entanto, este tipo de tarefa é considerada enquanto uma ajuda para a esposa, já que a responsabilidade do cuidado dos filhos e da reprodução do lar é feminina. Assim, o marido apenas vai ajudar nos cuidados, mas não vai assumi-los, já que este é um trabalho feminino.

Além do marido, a mãe (avó materna) relacionada à categoria Minha Mãe, com 3,1% do peso da rede, torna-se elemento importante no cuidado dos filhos quando estes não estão na escola. Quando as mães não sabem da prostituição, o exercício de cuidados da prole acontece de forma normal, entretanto, quando a mãe sabe da atividade, no caso da prostituição de rua, nem sempre há uma negociação tranquila para que esta exerça o cuidado dos filhos para que a profissional possa trabalhar, conforme aponta o trecho a seguir:

> mesmo eu sustentando ela, jamais ela qué eu lá porque ela é evangélica, entendeu, que nem ela falou pra mim hoje, eu saí, ela falou assim... eu falei, mãe eu vou trabalhar na ONG, ela 'tá bom, mas amanhã nem imagine que eu vou cuidar das crianças pra você sair que eu não vou, amanhã você vai ficar em casa' não, amanhã eu vou trabalhar, 'então não vou cuidar' e eu pago pra ela cuidar, ela não cuida de graça. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

Bustuarie tem que negociar com a mãe o cuidado de seus filhos, já que esta não concorda com a atividade e muitas vezes aquela acaba pegando uma babá para

não discutir com a mãe. Além disso, ela argumenta que entrou na prostituição justamento pelo abandono materno e que atualmente sua mãe é sustentada pelo dinheiro que vem desta atividade, surgindo uma contradição entre dinheiro e preconceito. A família de modo geral também não aceita a atividade da prostituição, é por isso que de maneira geral a família da mulher prostituta mãe é composta pela profissional e filhos, inclusive descartando o marido.

A filiação enquanto a única família e o cuidado constante em não deixar os filhos saberem da atividade faz com que a casa seja citada enquanto o contrário da rua, pois lá as profissionais são o que não podem ser na rua. A casa marca a diferença da mulher prostituta, como pode ser evidenciado no trecho abaixo:

> Ah! a relação entre ser profissional do sexo é a gente tá aqui e fornecendo prazer pros cliente, pra quem quer prazer e ser mãe é você tá lá na sua casa cuidando do teus filho com muito amor e carinho dando tudo o que eles precisam, cuidando deles pra eles crescê, pra eles podê se encaminhá na vida, se dá bem e se puder mais tarde quando a gente ficar velho cuidar da gente. (Entrevista realizada com Geni, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

A casa vai ser o lar da mãe e nunca da profissional e novamente é invisibilizada a identidade de prostituta no espaço privado, diferentemente se fosse outra atividade qualquer. Entretanto, a categoria da casa também vai ganhar força quando esta é comprada e mantida com o dinheiro da prostituição e neste momento há uma exaltação da relação entre prostituição e casa a partir do dinheiro.

A identidade da prostituição não é ressaltada na espacialidade da casa, no entanto, não é esquecida, principalmente quando os clientes ligam pedindo programa quando não estão nos pontos de prostituição. Apenas uma das profissionais saía de casa, caso o cliente quisesse atendimento fora do horário, mas isso aumentava o valor do programa. Nos locais de prostituição, a identidade enquanto mãe se fortalece à medida que estas mulheres tomam decisões pautadas nas relações que têm com os filhos, indo desde os horários para fazer os pontos na rua até a forma como fogem do olhar dos filhos e da família para que estes não saibam da atividade.

O orgulho destas mulheres se engrandece quando se trata de suas identidades maternas, já que a escolha difícil de estar na rua é para o sustento dos filhos. O trecho a seguir demonstra o quanto à identidade de mãe se amplifica, quando Bustuarie é questionada se acha correto uma profissional do sexo ser mãe:

> Ah! mais é tipo, independente se você tá cuidando bem né? eu acho que não tem o porquê nada a vê, né? eu também acho eu acho que uma prostituta cuida melhor do que uma mãe normal, né? porque você... é que nem eu sô prostituta, mas o meu filho pede um tênis, pede uma coisa diferente eu vou lá e compro, eu tenho, todo dia eu tenho dinheiro, já pra quem trabalha fixado e por mês, é por mês você recebe dinheiro contadinho, água, luz, telefone, aluguel ou às vezes não tem aluguel, né, comida, eu não acho não. Eu me sinto super mãezona, o que eu do pros meus filho é... sabe... eu me sinto bem mãe mesmo e não tem, né, não tem o porque uma prostituta não ser mãe, vai que muda... (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

A exaltação da identidade materna, mesmo com os problemas em relação ao estigma, está presente na espacialidade da rua mostrando um tensionamento às normas de gênero e sexualidade. Ser mãe para estas mulheres é estar gerenciando o tempo para os cuidados dos filhos, para a produção e reprodução do lar e o bom atendimento do cliente, sempre em constante atenção a fim de manter a identidade de boa mãe. É o peso da feminilidade pecadora, como argumenta Juliano (2004), que faz com estas mulheres escondam a prostituição dos filhos e familiares. Há na espacialidade da rua um esforço em esconder a atividade, mas ao mesmo tempo é a forma que estas mulheres sustentam seus filhos e constroem suas vidas, assim, a filiação nunca está longe dos pontos de prostituição.

As identidades maternas e de prostitutas são interseccionadas a partir da necessidade de sustento dos filhos e do cotidiano das espacialidades vivenciadas na rua e em casa. A autonomia e a vigilância em relação à atividade e à escolha pelo não deslocamento impactam diretamente na construção destas espacialidades. Neste tipo de prostituição, é difícil ouvir as mulheres falarem sobre deslocamentos, pois no máximo se deslocam entre as ruas, já que ficam caminhando entre as quadras próximas ou para aquelas que estão nas rodovias, que são pegas em um ponto e deixadas em outro.

É interessante destacar que há cerca de 14 anos este tipo de prostituição era mais presente na Rua Francisco Ribas, entretanto, uma das travestis, que fazia ponto neste local, migrou para as ruas atrás do cemitério e junto com ela foram duas profissionais do sexo mulheres, as quais revelam que este foi o único deslocamento que fizeram do ponto de prostituição e que não saem destes por já estarem acostumadas com os locais.

A prostituição de rua sendo majoritariamente diurna, sem deslocamentos entre as cidades e desenvolvida geralmente enquanto os filhos estão na escola,

ajuda no gerenciamento do tempo e na não dependência das redes de pessoalidade em relação ao exercício de maternagens e como não há necessidade de ficar até mais tarde para ganhar dinheiro com bebidas, estas mulheres buscam os filhos na escola e vão para casa, fazendo com que não tenham tanta dependência de outras pessoas.

A construção de maternagens na espacialidade da rua também tem relação com a gravidez, pois três das seis entrevistadas já estiveram grávidas e continuaram desenvolvendo a atividade. O corpo grávido na prostituição de rua é sinônimo de 'axé', ou seja, é sorte já que traz mais dinheiro enquanto estão no período de gestação. Porém, a exposição e os programas as preocupam e por isso não gostam muito de estar na rua neste período apesar do 'axé', conforme aponta a fala de Ana Bolena:

> Eu tava [grávida] dos dois menor meu, eu tava [na rua]. Não é fácil, Não é fácil, porque veja... Ah! não é fácil, sabe, você sabe a gente grávida... Só que eu graças a Deus assim, sabe, sempre Deus encaminhou pessoas boas no meu caminho, assim sabe, quando eu tava grávida assim, pessoas que me ajudaram que me respeitavam dentro do quarto assim sabe, mais não é fácil. [Mais a procura diminui ou não?] Não, eu trabalhei igual. Eu tive axé, sorte assim, nossa, portanto, que eu fiquei em casa, você lembra, né! deixei minhas conta tudo em ordem, guardei um dinheiro pra se manter até a dieta, alguns meses assim, não tenho queixa. (Entrevista realizada com Ana Bolena, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

O encontro das pessoas certas durante o período de gestação refere-se ao bom cliente, que ajuda e que respeita, além das 'amigas de batalha', que dobram a atenção neste período em relação às amigas grávidas. A relação do cliente diante da situação de gravidez nos pontos de prostituição de rua se aproxima das encontradas nos bares, sobretudo, porque estes homens respeitam a condição destas mulheres.

Diferente dos clientes, a família está mais distante das relações construídas na espacialidade da rua, pois não é parte central na rede de pessoalidade destas mulheres. A família está majoritariamente ligada ao preconceito, além disso, é fato que muitas delas vivem com medo de serem vistas por estes e por isso têm estratégias para fugir dos olhares familiares. Assim, a invisibilidade da atividade está relacionada a um menor preconceito, e as mulheres que desenvolvem a prostituição na rua têm menos respeito da família, dos vizinhos, das pessoas que passam na rua ou que sabem da atividade. É como se estas mulheres causassem mais vergonha do que as outras mulheres e novamente há uma penalização pela atividade,

dividindo as próprias mulheres prostitutas.

A escolha da prostituição enquanto uma forma de sustentar a si e aos filhos torna-se a materialização da culpa e do preconceito, por isso o arrependimento é uma constante e há um esforço em relacionar a falta de juízo ao entrarem na prostituição. A culpabilização, a tentativa de invisibilizar a identidade de prostituta e a proteção da imagem materna na espacialidade da rua são centrais e por mais que as maternagens não dependam com tanta intensidade das redes de pessoalidade e das babás, é em virtude delas, maternagens, que as mulheres prostitutas mães que desenvolvem a atividade na rua escolhem a autonomia e consequentemente sofrem mais pelo preconceito e estigma.

Cada tipo de prostituição analisado neste capítulo permite que possamos perceber que esta atividade não é homogênea e que o seu desenvolvimento e o exercício de maternagens dependem do espaço em que a prostituição é desenvolvida, é por isso que há uma constante comparação entre cada tipo de prostituição pelas mulheres prostitutas que são mães, em que a boate é sinônimo de luxúria e do maior ganho de dinheiro, conforme evidencia o trecho abaixo:

> A diferença é que é mais, né, é tudo é mais bonito, mais pintado, né, tudo diferente, né, o bar você pode vir com um tenizinho você entra, uma calcinha você entra, né, e uma boate você tem que se vestir muito bem e a boate tudo é mais caro, né, que é teu programa. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

As boates, além de permitirem um maior ganho de dinheiro, também permitem que as mulheres tenham certa invisibilidade, uma vez que elas não são reconhecidas como prostitutas, a não ser pelos clientes. Entretanto, a invisibilidade cobra um peso em relação ao exercício de maternagens, pois muitas mulheres ao ficarem se deslocando entre cidades e boates para aumentar a renda e não serem reconhecidas, não têm uma grande convivência com os filhos e o cotidiano com estes é substituído pelo sustento financeiro.

A escolha da prostituição de bar permeia a invisibilidade, que não é tão grande como nas boates, mas as mulheres não ficam totalmente expostas como nas ruas e tem relação com o exercício de maternagens, já que as constantes viagens e o tempo longe dos filhos também são centrais para a permanência nos bares, como aponta a fala a seguir:

> Ah! fiquei anos, anos e anos, fiquei anos porque veja bem que eu tenho 50 anos, já faz 25 ano que eu vô, tá, aqui e eu já andava nos bar, né, eu fiquei mais em bar do que em boate, eu não fiquei muito em boate porque eu tinha que viajar longe, né, porque eu ia pra Blumenau, às vezes o dono da boate vinha busca nóis aqui, mas vinha busca em peso de mulher hãhãn, daí depois comecei, né, eu entrei num bar. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

Sabemos que é o 'corpo novo' nos locais de prostituição que faz com que elas ganhem mais dinheiro, entretanto, o peso das viagens, ficar longe de casa e dos filhos é o que faz muitas mulheres escolherem os bares após a experiência em boates. Nos bares, a proximidade com os filhos e com a família é maior e o exercício de maternagens se dá a partir do gerenciamento do tempo e das redes de pessoalidade.

Tanto as mulheres que desenvolveram a prostituição nos bares como as de boates acreditam que a prostituição de rua é o mais baixo nível e degradante, porém, nesta espacialidade as mulheres pensam na autonomia financeira e de horários, assim como na vantagem em relação à bebida. Por isso a única mulher prostituta mãe que passou pelos três tipos de prostituição constata que: “sinceramente é o bar você tem que beber, boate você tem que beber mais os programas são muitos mais altos, em matéria de dinheiro financeiro, boate e bar é melhor, na rua já é um pouco menor mais tem aquela vantagem que você não precisa beber[111].”

A escolha da prostituição de rua tem suas vantagens, mas demanda um esforço constante, pois estas mulheres têm que lidar com muitas situações envolvendo a exposição, estigma, preconceito, violência e a constante vigilância para não serem vistas pelos filhos e familiares na rua. Contudo, a autonomia ajuda no gerenciamento dos horários para o desenvolvimento das maternagens e por isso a escolha da prostituição de rua é a opção mais viável para muitas mulheres.

Assim, levando em consideração as diferenças entre os três tipos de prostituição, percebemos que a boate está relacionada ao distanciamento, mas ao mesmo tempo com o sustento dos filhos e que a preferência pela invisibilidade da atividade centraliza a maternagem nas avós maternas e nas 'mães-babás'. Na prostituição de bar estas mulheres tendem a proteger a imagem materna atrás dos biombos, a concordância dos filhos sobre a atividade é maior devido ao sustento e o exercício de maternagens depende de uma rede de pessoalidade e dos horários de

[111] Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate.

trabalho. A prostituição de rua é marcada pela visibilidade, preconceito, violência, sustento dos filhos, autonomia e vigilância para a manutenção da imagem materna e cuidados excessivos dos filhos.

Neste capítulo compreendemos como as distintas espacialidades vivenciadas nos três tipos de prostituição têm implicações no exercício de maternagens. Evidenciamos que a prostituição não é homogênea e que o espaço é fundamental para compreender as diferentes relações existentes em cada tipo de prostituição e na constituição de maternagens. Assim, a espacialidade da boate, dos bares e da rua é construída através das práticas sociais identitárias relacionais de diversos agentes que são moldados pelas relações espaciais e ao mesmo tempo moldam estas mesmas espacialidades.

Nesta heterotopia de relações está o exercício de maternagens, que mesmo sendo reconhecido socialmente enquanto contraditório à prostituição é parte essencial, já que ele também abrange o sustento dos filhos. Neste sentido, não há possibilidade de dicotomizar a prostituta e a mãe, pois estas identidades não são separadas e são vivenciadas de forma relacional em cada tipo de prostituição. A prostituição está presente na espacialidade da casa por meio do sustento e cuidados, da mesma forma que a maternagem está presente na espacialidade da prostituição, tornando estes espaços relacionais e construídos a partir de ambas as identidades.

CAPÍTULO 5
INTERSECCIONALIDADE ENTRE MATERNAGEM, PROSTITUIÇÃO FEMININA E COMPLEXIDADE ESPACIAL

Já choraram teu choro
Prantos correm na história
Feito rio que erode do espaço às margens: trajetória
E dum traje contido
De branco e grinalda na média
Abusaram o desejo do corpo
E teu sonho trajou de tragédia
Menina de saia de gozo pré-extinto
Quantos tempos bordaram
O calado bordel de teu instinto?
(Apologia as virgens mães, As Bahias e a Cozinha Mineira)

Este capítulo explora as identidades interseccionadas das mulheres atuantes no comércio sexual. As facetas de maior intensidade de exploração são as identidades da mãe e prostituta, já que as relações espaciais envolvendo o cotidiano destas mulheres permeiam o exercício da prostituição e das maternagens. Nos capítulos anteriores foi estabelecida a discussão que trouxe a instituição de espaços de prostituição e das identificações das mulheres na atividade comercial sexual, evidenciando que não existe um padrão único de identificação, sendo a utilização de várias nomenclaturas algo bastante comum nesse universo.

Contudo, para elas, há uma norma comum que é vender serviços sexuais e afeto para pessoas que não fazem parte de suas relações sentimentais, como marido, namorado, amante, dentre outros. Posteriormente, fora tratado o cotidiano da prostituição e do exercício de maternagens em cada um dos espaços de prostituição, demonstrando que as espacialidades da boate, da rua e do bar instituem diferentes formas de exercício de maternagens, sendo assim, não há apenas uma forma de exercício da prostituição ou uma forma de exercício de maternagens, há uma heterogeneidade de relações que são vivenciadas e produzidas através do espaço tornando-o relacional.

Desta forma, o objetivo deste capítulo é compreender como a interseccionalidade dos papéis de prostituta e de mãe complexifica as relações espaciais. Esta complexidade está relacionada ao tensionamento das normas de gênero e sexualidade, desconstruindo a dicotomia entre o espaço público privado. As dicotomias, tais como homem/mulher, corpo/mente, público/privado, 'boa'/'má'

mulher, etc, têm sido uma estratégia clara para a manutenção das normas de gênero e sexualidade, conforme apontam Juliano (2005) e Duncan (1996), marginalizando e invisibilizando determinados grupos e criando diferenças entre mulheres.

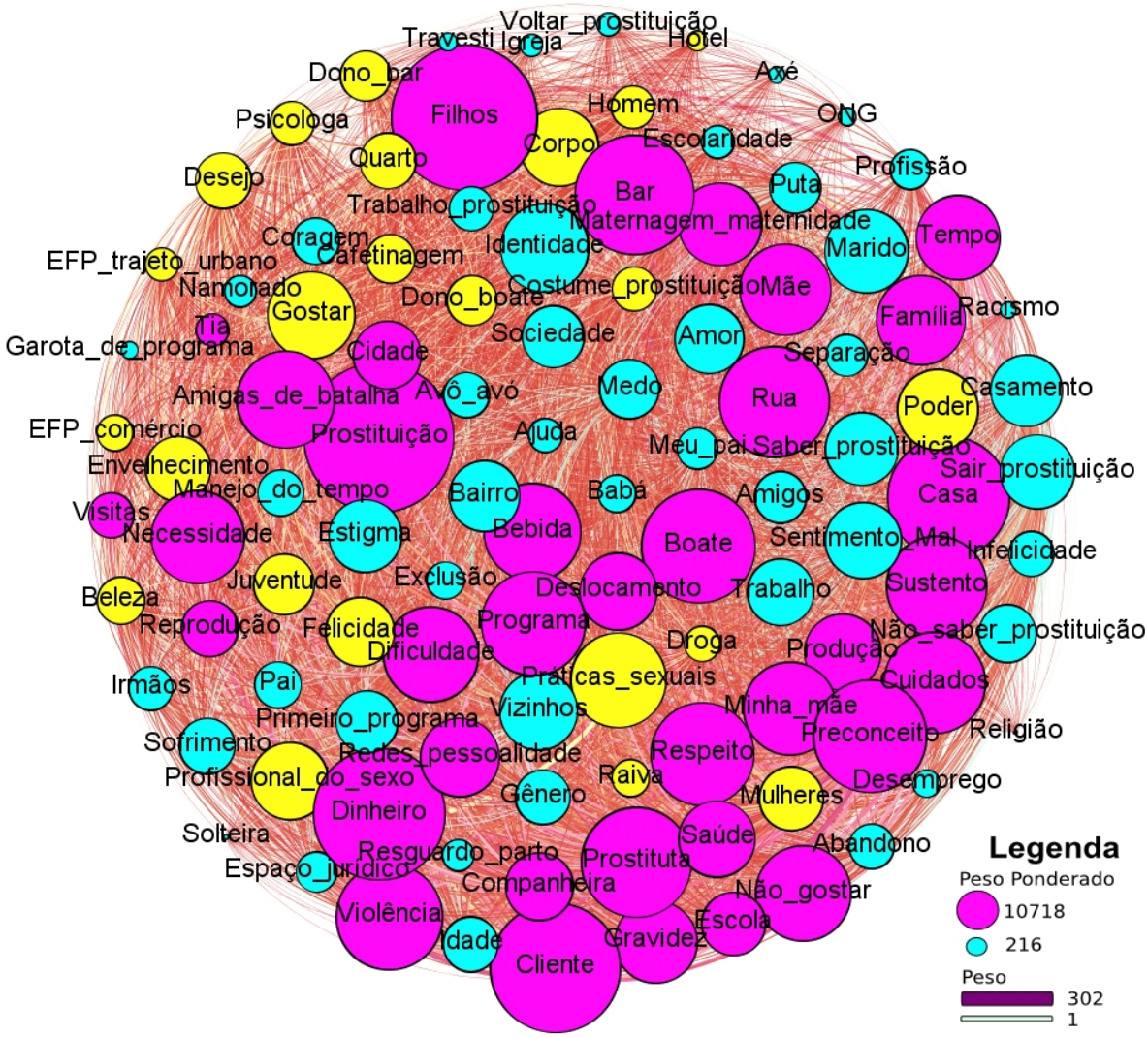
Tais dicotomias são, sobretudo, espaciais e refletem a vivência e experiência de marginalização e estigmatização de mulheres consideradas fora das normas sociais. A dicotomia público/privado, tanto na esfera política e social quanto na esfera espacial, tem sido utilizada para controlar e disciplinar a partir da limitação e exclusão, suprimindo determinadas práticas e relações sociais, principalmente ligadas às questões de gênero e sexualidade, preservando as normas e as estruturas de patriarcado e heteronormativas. Estas dicotomias colocam as mulheres prostitutas de baixa renda no limite da heterossexualidade, pois são consideradas dissidentes devido ao comportamento que se afasta do que é considerado normal. Entretanto, são centrais para que possamos entender tais limites a partir do peso simbólico da atividade, que serve antes de tudo para a regulação dos corpos das não prostitutas e fortalecimento das normas de gênero.

A vivência e a experiência de mulheres prostitutas mães são a materialização da construção destas dicotomias, porém, a utilização da prostituição como fonte de renda e cuidados dos filhos tensionam o papel da 'boa' mulher e consequentemente da construção de normas de gênero e sexualidade. Ao considerar a interseccionalidade das identidades de prostituta e de mãe e as estratégias para vivenciar ambos os papéis, há uma desestabilização de dicotomias.

A construção da interseccionalidade das identidades de mulher pobre, prostituição e de mãe e as estratégias utilizadas para vivenciá-las evidenciam o quanto estas dicotomias são simulações que objetivam a manutenção das normas de gênero e sexualidade e a divisão das espacialidades públicas e privadas. Enfim, a construção dicotômica de espaços públicos e privados é o *lócus* para a manutenção das normas de gênero e sexualidade, entretanto, são tensionadas e constantemente desfeitas pelo cotidiano e experiências destas mulheres prostitutas mães de baixa renda.

Para que possamos compreender como a interseccionalidade entre prostituição e maternagens e a complexidade espacial, utilizamos as redes de categorias a partir do método de comunidades e consideramos as identidades de prostituta mãe de forma interseccional, e os espaços enquanto relacionais na vivência cotidiana dessas mulheres, conforme aponta a imagem 28:

Imagem 28 – A Heterotopia no Contexto Cotidiano da Prostituição e do Lar



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A análise de cada uma das comunidades e da forma geral será feita em cada uma das seções, em que a primeira seção trará uma análise sobre a interseccionalidade conflituosa e a construção simbólica da dicotomia entre a mãe e a prostituta. Na segunda seção, será examinada a constituição de identidades interseccionais complementares a partir da visão dicotômica pelas próprias mulheres prostitutas e o ideal de mãe. Na terceira seção, será explorado o saber poder da identidade de prostituição e o isolamento da identidade materna. E na última seção, será analisada a desconstrução da dicotomia da mãe e da prostituta a partir da constituição de espaços relacionais.

5.1 - A Interseccionalidade Conflituosa e a Construção Simbólica da Dicotomia entre a Mãe e a Prostituta.

A organização da sociedade tem sido construída a partir da diferenciação social daqueles que seguem os padrões e determinadas normas e daqueles que não seguem. Para aqueles que carregam em si a diferenciação social ou corporal que foge aos padrões, são marginalizados e excluídos de determinadas construções sociais e relegados a espaços e espacialidades marginais. Quando os considerados diferentes começam um processo de apropriação de determinados espaços sociais que não são destinados a eles, principalmente os espaços políticos, conforme aponta Juliano (2004), há, então, um processo de intensificação dos estigmas a partir da privação de direitos e de repressão social.

Há dois modelos importantes de organização social que criam padrões incluindo ou excluindo pessoas das relações de poder, são eles: a família e a maternidade/maternagem ligadas às normas de gênero e sexualidades. A organização da sociedade moderna, de acordo com Arendt (2007), ocorreu às custas da família e do espaço privado, ocasionando uma diferenciação entre o que é público e privado. Por mais que a autora argumente que a esfera social garante uma ofuscação entre a linha que divide o que é público e o que é privado, é fato que esta diferenciação ainda existe e é constantemente reafirmada, já que dela depende determinados modelos sociais.

A partir do dimorfismo houve uma intensificação das diferenças entre homens e mulheres, que passaram a ser pensadas não só como morfológicas, mas como diferenças sociais (LAQUEUR, 2001), tornando as mulheres em seres frágeis

fisicamente e também socialmente. Estas diferenças são intensificadas com a instituição da família monogâmica de linhagem paterna para a instituição dos bens familiares aos filhos homens e intensificação do trabalho, assim para Engels (1982), a família nasce da concentração de riquezas. Já para Ariés (1975), o sentimento de família começou a desenvolver-se a partir do século XV, quando passou a ser vista como privada e reservada somente à intimidade, ideia essa colocada a partir do individualismo característico da modernidade e da burguesia.

Segundo Chaui (1980), ao utilizar a ideia de família a partir de três tipos: burguesa, proletária e a pequeno-burguesa, não há como mostrar sua verdadeira ideologia, caso contrário, a família burguesa não passaria de um contrato entre duas famílias para a manutenção da propriedade privada e que é por isso que surge a sexualidade feminina privada que passa a ser uma questão moral, pois o adultério pode gerar filhos que não seriam herdeiros legítimos. Já na família proletária, a autora dá o exemplo do aborto, argumentando que este não é permitido porque diminui a oferta de mão de obra no mercado e a família pequeno-burguesa replica os ideais burgueses, fortalecendo a ideia de família tradicional em que o pai é a autoridade e a mãe não deve ter acesso ao mercado de trabalho para que não seja central nas relações de poder familiares no lugar do pai, devendo permanecer no ideal de boa mãe.

Assim, para a autora:

> Se a ideologia mostrasse todos os aspectos que constituem a realidade das famílias no sistema capitalista, se mostrasse como a repressão da sexualidade está ligada a essas estruturas familiares (condenação do adultério, do homossexualismo, do aborto, defesa da virgindade e do heterossexualismo, diminuição do prazer sexual para o trabalhador porque o sexo diminui a rentabilidade e produtividade do trabalho alienado), como, então, a ideologia manteria a ideia e o ideal da Família? Como faria, por exemplo, para justificar uma sexualidade que não estivesse legitimada pela procriação, pelo Pai e pela Mãe? Não pode fazer isto. Não pode dizer isto. (CHAUI, 1980, p. 45)

As normas relacionadas ao gênero e à sexualidade são essenciais para a regulação da família e para a diferenciação entre o que é público e privado (aí o surgimento do direito público e do direito privado), o caminho para a manutenção da moral familiar e dos interesses enquanto proprietários (CHAUI, 1980). Roudinesco (2003) argumenta que a construção de um modelo ideal de família, baseada na centralidade paterna e no sexo para a procriação, é colocada em desordem a partir

da liberdade sexual, homossexualidade e da emancipação feminina e esta desordem ameaça, sobretudo, a soberania do 'pai', a identidade paterna passa a não ser mais central e consequentemente caminha para uma dissolução da família tradicional, abalando a divisão entre os sexos e consequentemente a ordem liberalista.

A manutenção da família tradicional e da centralidade no poder paterno é o que levou a construção do espaço público em detrimento do espaço privado. Bondi e Domosh (1998) alegam que a separação entre proletariado e aristocracia priorizou o individualismo masculino, que passa a dividir os espaços de produção e de reprodução do lar, tornando os espaços públicos o lugar da competição mercadológica e excluindo os valores de cuidado mútuo. Além disso, para as autoras, os homens precisavam mais do que uma vida pública, mas também uma vida privada ligada ao parentesco para que seus bens fossem repassados aos herdeiros.

Assim, a mulher, a partir da maternidade, será aquela que gera e cuida da prole e os homens aqueles que detêm o poder econômico com participação efetiva no espaço público. A construção do ideal de família a partir da propriedade privada relegou a mulher ao espaço privado e sua associação com o cuidado dos filhos e reprodução doméstica, além de que deverá sempre ser subjugada à produção masculina, não podendo ser central nas relações de trabalho.

Nas discussões sobre a dicotomia entre espaço público e privado há uma falha em associar a mulher ao espaço da casa, como se a mulher estivesse menos presente no mercado de trabalho, mesmo sabendo que isso também é uma realidade, dicotomiza ainda mais estas relações. O que é importante destacar neste momento, é como a divisão entre espaço público e privado criou mulheres mães, cuidadoras, reprodutoras do lar e que mesmo depois da inserção feminina no mercado de trabalho, elas ainda continuam sendo aquelas que devem fazer a reprodução do lar na própria casa e também exercendo estas mesmas atividades fora de casa. Assim, a dicotomia do espaço público e privado não é somente uma questão de acesso e materialidade é, sobretudo, a organização da própria sociedade colocando homens e mulheres em espaços distintos, sendo um político e o outro não reconhecido enquanto tal, marginalizando os papéis femininos.

A subjugação feminina aos espaços privados ainda continua intensa e interiorizada a tal ponto que quando ultrapassam a barreira dos cuidados e

reprodução do lar sentem-se culpadas. As mulheres nunca deixaram de ter acesso aos espaços públicos, porém suas vivências nunca tiveram um reconhecimento na sua construção, pois o trabalho de cuidados e reprodução do lar nunca fora reconhecido enquanto construção social. Esta falta de reconhecimento é vista no próprio acesso destas mulheres ao mundo do trabalho e no reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãs, já que elas ainda assumem a maioria dos trabalhos domésticos, como evidencia Przybysz (2011), e ainda trabalham fora, diferente dos homens que não assumem diretamente os trabalhos domésticos, mas consideram-nos apenas como uma ajuda, conforme aponta Féres-Carneiro (2001).

Tensionando esta realidade, há aquelas mulheres que exercem atividades que não estão ligadas aos papéis estritamente femininos e para elas é reservado o peso da maternidade e da maternagem, já que são culpabilizadas ou se culpabilizam por não quererem ter filhos ou para aquelas que os têm por não estarem com eles. Para Badinter (2011), a maternidade e a maternagem tornam-se mais uma forma de regulação em que as mulheres acabam no dilema do individualismo e plenitude pessoal ou da maternidade/maternagem.

Segundo esta autora, ser mãe é desvincular-se de si para dar lugar ao dever de cuidado com os filhos como se tivesse uma divida com estes, diferente dos pais. Para algumas mulheres, os filhos são uma realização pessoal, entretanto, para outras, pode ser um obstáculo e tudo vai depender do investimento na maternidade, assim, há uma ilusão que esconde a realidade materna, uma fantasia de que a futura mãe sentirá apenas amor e felicidade, mas, conforme a autora, a maternidade/maternagem é também solidão, cansaço, culpa, alienação, dentre outros adjetivos.

De acordo com Longhurst (2011), há uma diversidade e complexidade nas experiências maternas que são construídas através de diferentes espacialidades, as quais têm sido amplamente marginalizadas nas discussões sobre maternidade, pois são focadas geralmente nos filhos. Para esta autora, levando em consideração as discussões de Butler (2003), a maternidade é uma forma de desempenho de gênero e que estes atos que são desempenhados repetidamente tornam-se rígidos e naturalizados, mas que é preciso repensar esta ordem já que existem diversas formas de se 'fazer maternidades'. Compreender estas diversas configurações seria uma forma de mudar estas práticas que regulam os corpos das mães e também o exercício de maternagens.

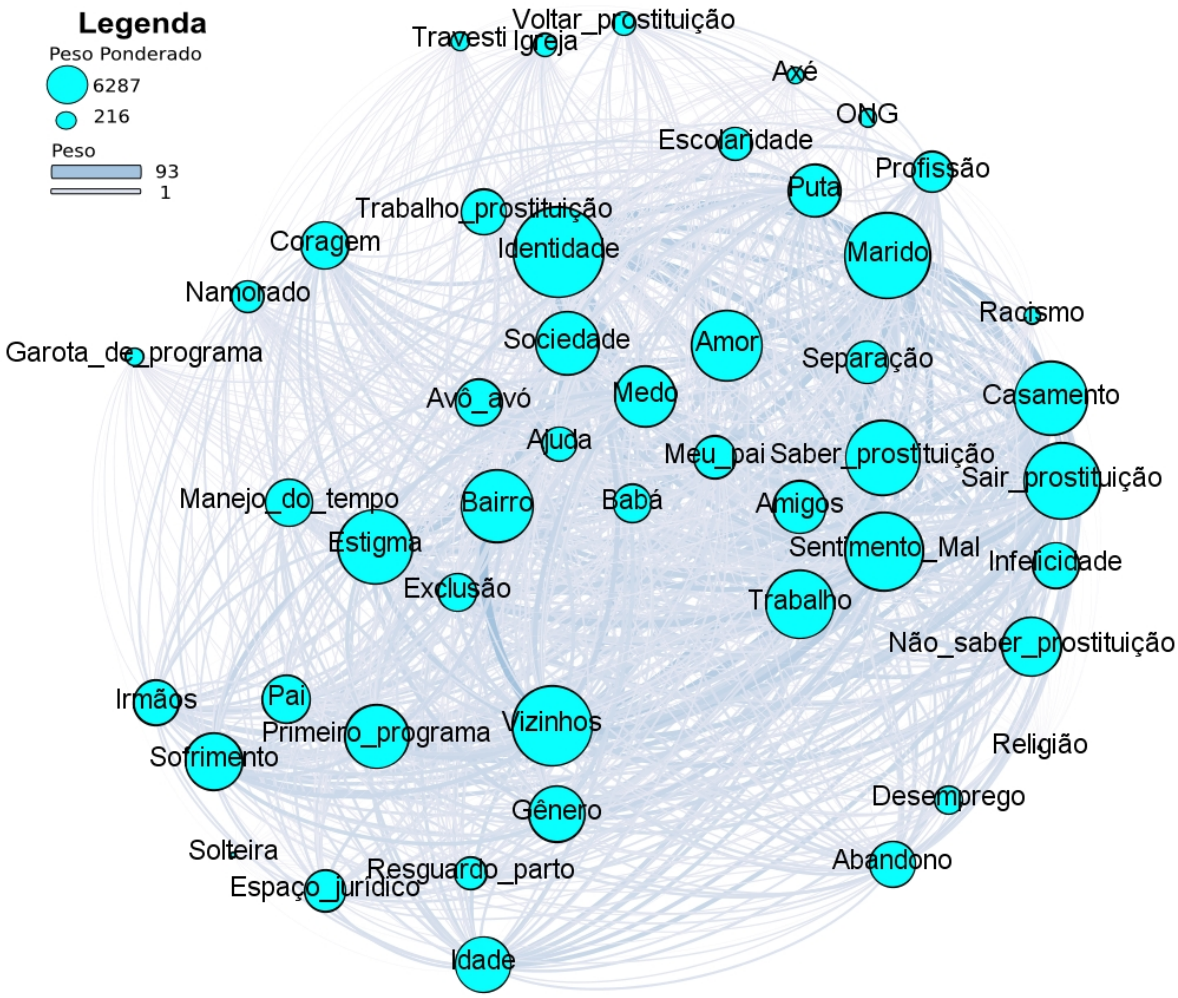
A autora ainda argumenta que é necessário separar a maternidade e maternagem do corpo feminino para que possamos desestabilizar a própria maternidade e assim estender a função de cuidados dos filhos para os homens ou para outras pessoas. Ao desestabilizar esta ordem considerada natural de vinculação da mulher mãe ao exercício de maternagens, há também uma desestabilização de determinadas dicotomias como a de espaços públicos e privados, já que o peso da maternagem não estará somente vinculado à mulher.

Segundo Juliano (2004), as mulheres que não seguem as normas de gênero e sexualidade estão sujeitas a muitos tipos de violências simbólicas a partir do estigma, ou seja, há uma pressão simbólica pela qual as mulheres passam no decorrer de suas vidas para que cumpram os papéis de gênero e sexualidade por meio da família e da maternidade/maternagem. Para a autora, o estigma da puta é uma das principais formas de regulação das mulheres que não cumprem estes papéis sociais. Neste sentido, ser mulher, mãe, pobre e prostituta intensifica ainda mais os estigmas, já que a prostituição é um setor ainda mais marginalizado.

A situação de pobreza, somada ao sustento dos filhos faz com que mulheres recorram a trabalhos mais rentáveis, como é o caso da prostituição. Ao buscarem esta atividade para exercer a maternagem e para sustentar a si, cobram pelo que deveria ser cedido de graça, conforme aponta Juliano (2004). Esta configuração deixa de lado 'a boa mãe', sendo dada mais ênfase a sua identidade enquanto prostituta. E sua condição enquanto tal, socialmente a torna 'menos' mãe, entretanto, o pai que não exerce a paternagem ou que não sustenta financeiramente os filhos não é considerado 'menos' pai por isso.

A escolha da prostituição para o sustento dos filhos vai contra as normas de gênero e a construção da sexualidade feminina e é por isso que a entrada nesta atividade e a relação com o cotidiano da casa, do bairro e com a sociedade têm sido consideradas um desafio e um peso, já que estas construções do que é ser mulher culminam em justificativas, autopunição, culpabilização, segredo e consequentemente a manutenção da dicotomia entre a mulher 'santa' e a 'puta', conforme demonstra a imagem 29 que representa o cotidiano das mulheres prostitutas mães fora da prostituição:

Imagem 29 – O Cotidiano das Mulheres Prostitutas Mães Fora da Prostituição



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

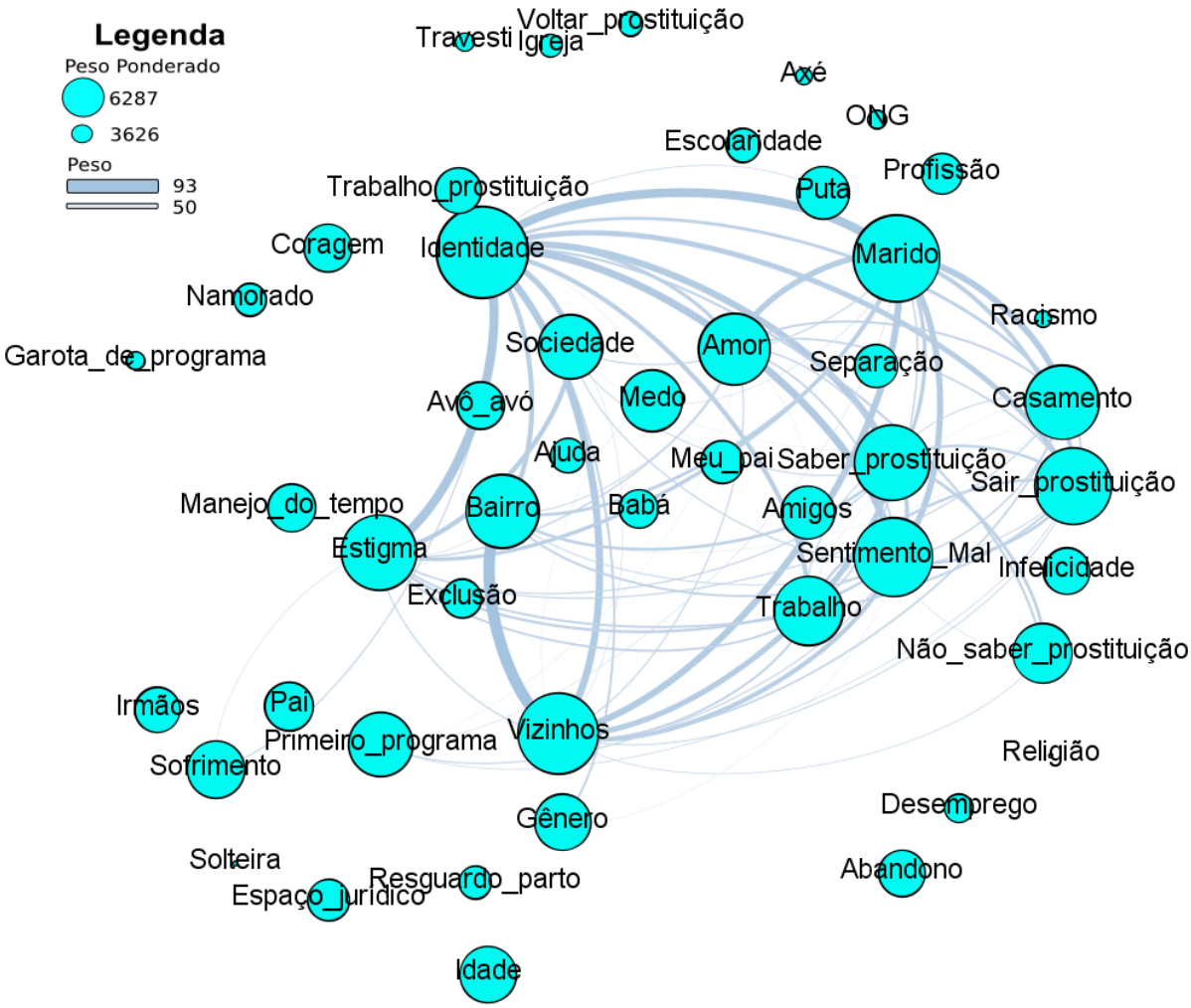
Esta imagem representa a comunidade do cotidiano das mulheres prostitutas mães fora da prostituição, a qual será chamada de comunidade 0 e compõe 44,86% da rede geral. Esta é a maior comunidade, a qual está composta por 48 nós e 1119 arestas, sendo que seu maior nó tem um peso de 6287 e está relacionado à categoria 'identidade', já o seu menor nó é da categoria 'religião' com um peso de 216. As arestas estão representadas pela intensidade da cor, em que as mais escuras representam maior peso (relação) entre categorias e as arestas mais claras um peso (relação) menor.

A proximidade de cada nó está relacionada à força de aproximação que cada categoria tem no discurso. Sendo assim, percebemos que esta é uma rede mais dispersa e mesmo que seja a maior rede é a mais fraca em peso de arestas, já que esta tem uma visibilidade de 19,8% na rede geral. Além disso, o grau dos nós também é bem inferior às demais comunidades, sendo uma rede com menor intensidade de relações e de conexões no discurso das mulheres prostitutas mães, ou seja, é uma rede mais periférica diante do discurso geral destas mulheres. Assim, os grandes espaços vazios desta comunidade são compostos por outras ligações e nós que são mais centrais. Esta comunidade de categorias evidencia duas grandes concentrações, a primeira relacionada ao marido e identidades e a segunda compreende o estigma e culpabilização por estar na atividade.

As relações de gênero e sexualidade que são compostas por normas e papéis sociais bem definidos, através da instituição da família e da maternidade/maternagem enquanto um instinto natural, colocam as mulheres em uma situação periférica e ligadas ao espaço privado, já que 'essencialmente' suas identidades estão associadas aos cuidados e a maternidade. Ao assumirem a prostituição como uma forma de sustento, as relações que envolvem o cotidiano do bairro e da casa, reconhecidas como espaço feminino, tendem a se modificar e a intersecção das identidades de prostituta e de mãe torna-se conflituosa devido às espacialidades que vivenciam, intensificando a construção simbólica da dicotomia.

Este conflito faz com que as mulheres prostitutas mães tentem esconder esta identidade nesta espacialidade, reforçando a dicotomia entre 'boas' e 'más' mulheres e o espaço público e privado. Levando em consideração os maiores pesos (acima de 50) entre as arestas da comunidade 0, fica claro que há um tensionamento entre a prostituição e o reconhecimento da identidade de prostituta na esfera doméstica.

Imagem 30 – Fazer-se Mulher Prostituta Mãe na Espacialidade do Bairro e do Casamento



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A imagem 30 por meio das ligações entre as categorias mais centrais torna evidente que o cotidiano das mulheres prostitutas mães está direcionado a esconder a atividade e o ideal de casamento reforça a dicotomia entre as identidades, neste caso de esposa, mãe e de prostituta. A partir disso há uma culpabilização e um sofrimento pela própria escola da prostituição, mesmo que esta seja para sustentar os filhos e, muitas vezes, o próprio marido.

Assim, assumir a identidade de prostituta na espacialidade do bairro e da casa é uma tarefa difícil, já que envolve estigma, preconceito e as relações de poder, em que o homem da casa não pode ser reconhecido enquanto o marido da

prostituta, enfatizando a centralidade da masculinidade no que se refere ao casamento. Para Olivar (2013), esconder a identidade de prostituta é algo normal e dificulta o combate em relação ao preconceito e ao estigma. A falta de reconhecimento da identidade de prostituta na espacialidade do bairro e do casamento, pela própria profissional, reforça as dicotomias que separam o que é ser homem/mulher e mulher 'boa'/'má'

Para Cavour (2011) e Olivar (2013), no caso da prostituição, existe a identidade que é pública e a identidade que é privada, sendo que a segunda tem relação com as sociabilidades do bairro e da casa e tendem a reforçar as normas de gênero e sexualidade. Assim, as identidades que não são únicas, são múltiplas e plurais (HALL, 2011) e são vivenciadas de forma diferente em cada espacialidade, sendo hora ora realçadas, e hora ora invisibilizadas (VALENTINE, 2007).

A divisão que tem relação com as estruturas de poder varia conforme a experiência e vivência espacial de cada pessoa (RODÓ-DE-ZARATE, 2013 e HANKE, 2016), neste sentido, para as mulheres que assumem a identidade da prostituição, a relação da espacialidade do bar torna-se mais real e não precisam ficar escondendo a prostituição, como é o caso de Lupae, ao ser questionada sobre a convivência com os vizinhos: “Não, não, nunca ninguém, até me ajudavam os filhos das vizinha lá, eu chegava a cair lá na rua de bêbada e eles iam juntá eu e levá pra dentro... Não, não, tudo me ajudaram, corriam ajudar.[112]”

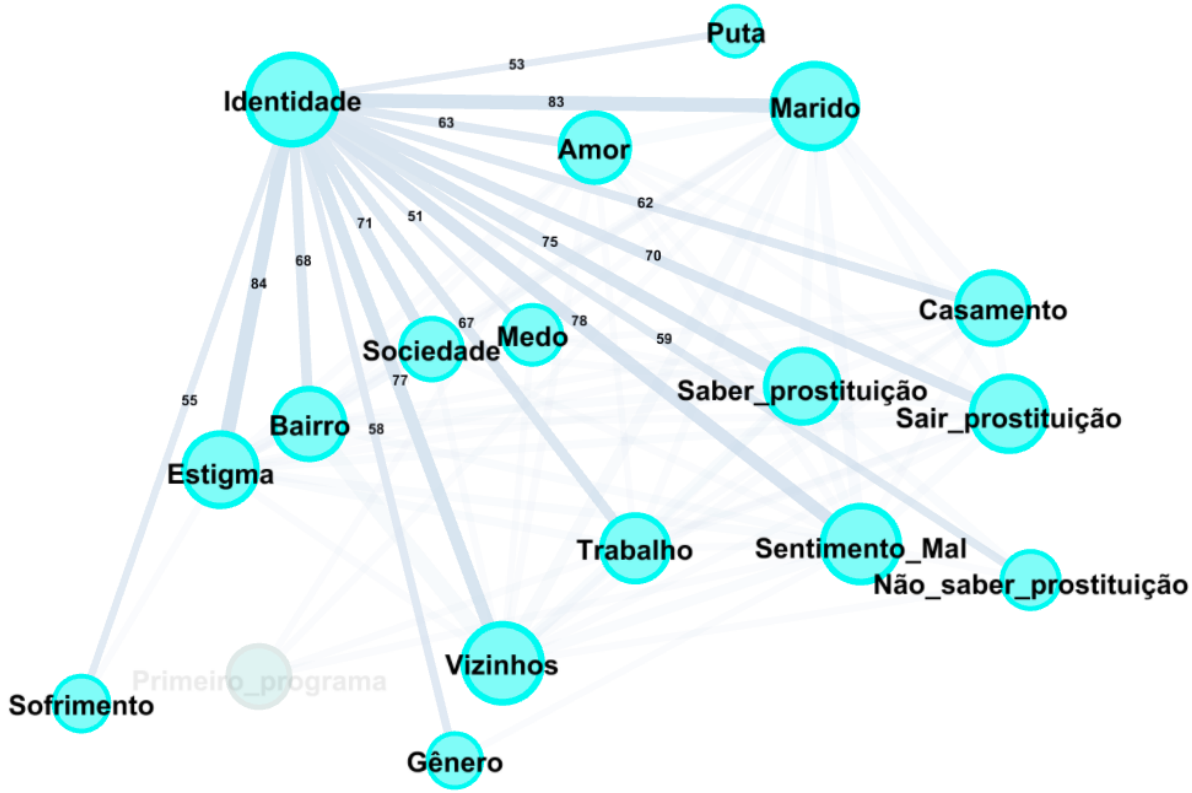
Ao mesmo tempo que Lupae ressalta a ajuda dos vizinhos, quando voltava dos bares muito bêbada, por diversas vezes comentou que sentia vergonha quando os maridos das vizinhas passavam em frente ao bar e que chegou a pedir desculpas às esposas, pelo fato deles terem visto ela nestes locais. Desta forma, mesmo que assumam a identidade de prostituta para as pessoas mais próximas, a vergonha por assumirem a atividade versa o cotidiano destas mulheres, é neste sentido que esconder a atividade tem sido uma estratégia para fugir do estigma, mas ao mesmo tempo reforça as normas de gênero e sexualidade.

Conforme pode ser evidenciado, a imagem 31, a seguir, demonstra a relação entre a manutenção do segredo em relação à atividade e à negociação de identidades.

---

[112] Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar.

Imagem 31 – A Instituição da Identidade de Prostituta no Cotidiano Fora da Prostituição



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

O grafo acima, ligado a comunidade 0, demonstra que as relações identitárias envolvem o ser puta enquanto algo ruim, já que este é considerado um dos piores insultos à mulher, e para o homem quando se referem a sua mãe, conforme aponta Juliano (2004). Este, que para muitas mulheres prostitutas não é um insulto, mas sim uma forma de empoderamento da categoria e das mulheres para combater o estigma (LEITE, 2009), tem uma conotação moral para as prostitutas mães em Ponta Grossa, denegrindo a imagem delas enquanto mães. Mesmo que utilizem o termo entre elas é muito diferente de outras pessoas chamando-as de putas.

O marido, que também é central nesta relação, constantemente usa este termo para punir a esposa, mesmo sabendo que é da prostituição que vem o sustento da casa, como evidencia a fala de Lupae

> Não sei, porque daí você é puta, você tá putiando no bar, chama as muié

> tudo de puta, falam 'aquela putaiada daqueles bar lá', eu xingo ele [marido], porque eu falo não é assim, porque as menina que tão lá, nem uma tá porque quer, porque tudo tem filho, não tem homem que... às vezes não tem pai a criança, né, tá aqui porque precisa, né, eu graças a Deus tenho meus filho criado já e né, então, eu entendo as menina e às vezes venham, né, às vezes passam minhas entiada e verem eu aqui e contum pra ele, eu falo eu tava mesmo, às vezes só conversando com as menina, num, não é que eu tava putiando, mais se pintá eu vou, se me pagá, é claro. (Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

O exercício de poder em relação à mulher prostituta, neste caso, é exercido pelo marido através da palavra puta. As condutas da mulher no casamento e em relação ao amor do marido devem estar ligadas à fidelidade, à construção da família tradicional e quando a mulher foge destas relações é punida. O casamento enquanto interdição da sexualidade e manutenção do sistema capitalista é a base para a fundamentação da família nuclear e mais uma relação que fundamenta as normas de gênero e sexualidade, criando boas mulheres.

É através da punição e também da autopunição pela identidade de prostituta que estas mulheres pensam em sair ou não contam para ninguém sobre a atividade e se sentem mal pelo exercício da prostituição, conforme aponta Geni: "Bom eu aconselho ninguém a chegar nessa vida, porque essa vida ela, ela te dá muito dinheiro mais ela cruel, não te traz felicidade e é uma coisa que eu não desejo nem para pior pessoa que existe na face da terra.[113]" O não reconhecimento destas identidades tem relação ao que Goffman (1988) chama de identidade virtual, uma vez que as identidades reais não são reconhecidas e no caso da prostituição o não reconhecimento demonstra o quão perigosa é esta atividade na desestabilização das normas de gênero e sexualidade (FOUCAULT, 2012).

O perigo da desestabilização das normas de gênero e sexualidade, que também é comentada por Juliano (2004 e 2005), estigmatiza as putas, fazendo com que se culpem pelo exercício da atividade e corroborem para a manutenção da dicotomia, já que quando estão em casa esforçam-se para manter seu papel de boa mãe e de boa esposa, conforme aponta o trecho a seguir:

> Meu marido chega, boto o chinelinho dele na porta que é o normal, né, desde de novo e casado ele toma banho, janta e vai dormir e eu vou até umas 11, meia noite, duas hora, limpando a casa, pra babá não fica limpando sabe, pra babá cuidá só exclusivamente das menina, das pequena […] então ela já sabe, né eu já deixo a casa limpa de noite pra de manhã

[113] Entrevista realizada com Geni, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua.

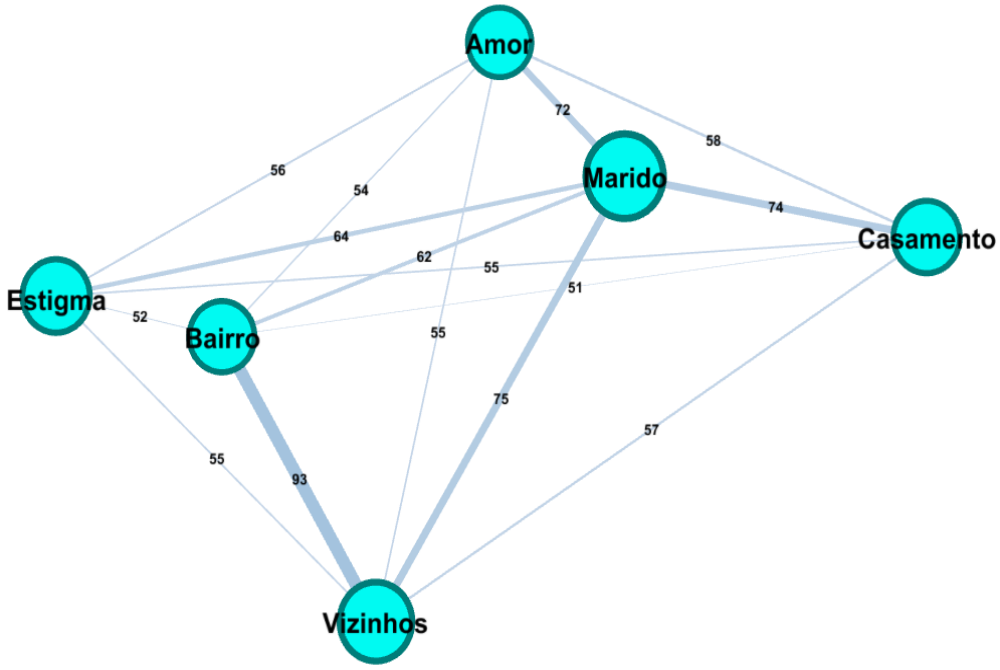
> ela só lava a loça do café e cuidá das criança, as prioridade é as menina, né, e é assim, minha vida é essa... até meia noite, duas horas da manhã faço faxina da casa, lavo roupa, passo roupa e vai, vai, vai, vai... tem dia que eu nem durmo porque eu levanto 5:30... daí 5:30 eu levanto faço café, acordo uma, acordo o outro, acordo meu marido, falei, 'levante toma café' eu faço marmita, ele sai e eu fico até nove horas, eu fico com as criança daí... é acordo, escova os dentes, até pentear o cabelo é tomar café é tudo eu, daí eu deixo tudo arrumadinho até... daí eu já tomo banho, a babá chega eu tomo banho e ó pra rua, e meio dia estou em casa para almoçar com eles, Deus me livre se eu não chego almoçá, tá loco, o piá mais velho já me liga, mãe, mãe onde que a mãe tá, tô no ônibus. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

O medo da punição social e do marido é o que faz com que estas mulheres redobrem sua atenção no cuidado dos filhos. No que tange à sociedade, o cuidado redobrado dos filhos é sempre financeiro, pois precisam justificar o exercício da atividade da prostituição, colocando dinheiro em casa para sustentar a prole e evitar qualquer possibilidade de que esses lhes sejam retirado do convívio. Em relação ao marido e aos vizinhos, o cuidado maior refere-se à reprodução do lar, principalmente para que o marido não seja reconhecido enquanto "[...] jaguara, de sem vergonha, brigam por ele aceitar eu lá, sabe, então nóis samo o... tipo na vila inteira excluído, ninguém diz um bom dia, um boa tarde pra nóis[114]", pois fere a imagem do 'pai' e do 'marido', conforme apontado por Roudinesco (2003).

Para não ficarem vulneráveis a determinados tipos de preconceito, estas mulheres preferem esconder a atividade de prostituição das pessoas do bairro em que vivem, dos vizinhos, dos filhos e do marido, a imagem 32 deixa claro as relações entre os agentes da espacialidade do bairro e o estigma.

[114] Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua.

Imagem 32 – O Estigma e a Relação com o Bairro e o Marido



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

O peso das arestas entre estigma, marido, vizinhos e a proximidade do nó 'bairro' com o nó 'estigma' evidenciam a centralidade no discurso destas mulheres em relação ao estigma e justificam a manutenção da dicotomia e da não revelação da atividade. A partir dos grafos, também percebe-se que o 'casamento' e o 'amor', são categorias que demonstram o quanto estas criações sociais são estratégias para a conservação dos papéis de gênero e sexualidade, segundo Rougemont (2003) e Catonné (2001), pois é a partir dela que se expressa a verdadeira relação de poder que marginaliza as mulheres prostitutas mães.

Entretanto, de acordo com Beauvoir (2009), a única diferença entre a mulher prostituta e a mulher casada é que a primeira tem vários clientes e a segunda tem um só, pois ambas prestam serviços sexuais, já que o casamento não passa de um contrato social para a manutenção de normas e da propriedade privada. Ainda para esta autora, o que legitima o casamento é o respeito da sociedade. Logo, para aquelas mulheres que têm filho sem casamento e sozinhas, há uma deslegitimação; e para aquela que também é prostituta, há uma intensificação de identidades que são estigmatizadas, separando 'boas' e 'más' mulheres e criando ainda mais dicotomias.

A sustentação destas dicotomias passa pelo segredo à atividade da prostituição. Segundo Cavour (2011, p. 100), “os segredos existem como uma forma de esconder uma atitude não aceita pela cultura familiar ou da sociedade, o que acaba modificando a relação entre os membros do grupo e provocando um sentimento de culpa naquele que tem a posse do segredo.” Para esta autora, no caso da prostituição, a manutenção do segredo esta relacionada à harmonia familiar e no fim é um mecanismo que mantém os valores familiares, podendo ser individuais, ou seja, guardado somente pela prostituta e assim proteger os membros da família do ricocheteamento do preconceito.

Tais segredos também podem ser internos, isto é, mais de uma pessoa da família sabe da atividade, e a profissional, para a autora, acaba sentindo-se mais segura e menos culpada. Quanto ao segredo compartilhado, há uma exposição da atividade na família, a qual não o revela para outras pessoas a fim de proteger a profissional e a própria família. Este último tipo de segredo na prostituição é, para Cavour (2011), uma forma velada, pois mesmo sabendo da atividade da mulher prostituta não se fala sobre nem com outras pessoas, nem entre os próprios membros da família.

A construção das normas de gênero e sexualidade através do casamento, amor e filiação, torna a intersecção entre as identidades de mãe e de prostituta conflituosa. Este conflito evidencia que a espacialidade do bairro e da casa e suas relações tornam-se opressão, já que há uma pressão maior em relação à identidade de prostituta a partir do preconceito e do estigma, além da sua constante tentativa de invisibilização, causando um mal-estar.

Rodó-de-Zárate (2016), a partir dos *Relief Maps*, evidencia que em determinadas espacialidades não se pode assumir diferentes identidades, ainda mais as que destoam das normas de gênero e sexualidade e que isso gera um certo desconforto. Mesmo que a autora tenha trabalhado com mulheres lésbicas, frisando a relação da reprodução da heterossexualidade nos espaços públicos, compreende-se que a profissional do sexo também destoa destas mesmas normas, ainda que de forma menos intensa, estando no limite das questões envolvendo sexualidade, já que a escolha pela prostituição causa desconfortos em determinadas espacialidades, fazendo com que elas não assumam a identidade de prostitutas, principalmente na espacialidade da casa.

O preconceito que estas mulheres sofrem nos locais de trabalho, muitas

vezes se estende para a casa e de forma mais acentuada, criando também espaços de mal-estar, pois mesmo que os filhos ou a família saibam da atividade, ela continua sendo tratada como inexistente. Assim, a casa, o espaço privado, deixa de ser um lugar de liberdade, como aponta Gomes (2002), posto que a experiência a partir do estigma da prostituição nega qualquer exercício de liberdade nesta espacialidade. Para Pateman (1983), a experiência cotidiana feminina ao mesmo tempo em que reafirma também nega a diferença à separação entre espaços públicos e privados, reforçando uma conexão entre eles e evidenciando que a divisão entre estes espaços é uma forma de reforçar o patriarcado.

Assim, o espaço e as relações de ordem privada, conforme evidencia o grafo da comunidade 0, reforçam o estigma que resulta na manutenção do segredo da atividade da prostituição. O casamento, o amor, a filiação, a relação com o marido e com os vizinhos é embasada na ocultação da atividade e manutenção das dicotomias, reforçando e até ressaltando o papel da boa esposa e da boa mãe, já que há uma culpabilização pelo exercício da atividade, mesmo que a centralidade esteja no sustento econômico dos filhos.

Estas mulheres são centrais nas relações de poder (ROSE, 1993) da espacialidade da casa, tanto a partir da reprodução quanto da produção do lar, tendo ou não maridos, mas ao mesmo tempo são margem nestas mesmas relações de poder ao assumirem a atividade da prostituição e a identidade de prostitua, posto que a dicotomização dos papéis não permite uma centralidade, sem serem margem nestas mesmas relações. Assim, percebe-se que a construção da espacialidade da casa não é desagregada da construção do espaço público, pois levando em consideração o espaço enquanto relacional é impossível que a multiplicidade das relações construídas em ambos os espaços seja dicotômica.

A construção do espaço privado dá-se de forma relacional, múltipla e plural com o espaço público, sendo que este não se sustenta sem as relações construídas no espaço privado. Para Rodó-de-Zárate (2016, p. 14), “el uso y el significado que se da al espacio público está condicionado por la experiencia en el espacio privado.” Posto que a experiência de mulheres prostitutas mães, a partir das relações vivenciadas através dos espaços públicos privados, é permeada pelas normas de gênero e sexualidade, as mulheres são colocadas à margem das relações de poder que envolvem principalmente a identidade materna, já que a manutenção do papel de 'boa' mulher a partir da mãe a estigmatiza, mesmo que a centralidade da entrada

na prostituição seja seus filhos.

5.2 - A interseccionalidade complementar e a constituição do espaço relacional

A espacialidade da casa e do bairro para as mulheres prostitutas mães, como demonstrado na comunidade 0, a partir do casamento, do amor, do marido e convívio com os vizinhos são permeadas pelo estigma e invisibilidade da identidade de prostituta, configurando espaços de manutenção das normas de gênero e sexualidade. O espaço privado tem sido visto como o lugar da liberdade, onde a Lei só chega até determinado limite, que é a do direito individual (GOMES, 2002). Entretanto, para estas mulheres a casa e o bairro também podem ser espaços de mal-estar (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016), uma vez que elas escondem a identidade e atividade da prostituição, para que não sofram preconceitos, vivendo uma realidade virtual.

A partir dos discursos a casa passa a ser o lugar da vergonha e do segredo, uma vez que é permeada pelo medo do reconhecimento e consequentemente estas mulheres reproduzem as normas de gênero e sexualidade. Esta reprodução das normas se dá de forma ainda mais intensa, conforme aponta Moraes (1995), ao argumentar que as mulheres prostitutas que são mães têm uma preocupação extrema com o futuro dos filhos, evitando a exposição destes à rua e dando a possibilidade de estudarem em boas escolas, além de uma boa formação social para que não sigam caminhos que se desviam das normas sociais.

A boa esposa e a boa mãe devem sempre se sobressair em relação às demais atividades, incluindo o exercício da prostituição. Medeiros (2002, p. 102-103) expõe que há um lugar para o marido em relação à prostituição e um lugar para os filhos, sendo que “parece que el lugar de madre necesita preservarse más que el lugar de esposa, quizás porque la madre-virgen puede tener un significado más fuerte y se debe mantener muy lejos de la imagen de madre-puta. A lo mejor la madre virgen teme ser desenmascarada y abandonada por el hijo de la gran puta.”

As mulheres mães têm se reconhecido e também são reconhecidas antes de tudo como mães e não a partir de suas identidades femininas e de trabalhadoras. No que tange ao trabalho, são reconhecidas apenas a partir do cuidado, amor e carinho, esferas sentimentais que são consideradas privadas e não enquanto um trabalho a partir da venda de mão de obra, como em outras profissões. Para Sorj (2004, p.

107), o trabalho doméstico e de cuidados tem sido considerado um “dote natural” das mulheres, pois estas o fazem em troca de seu sustento, entretanto, a identidade de trabalhadora doméstica desintegra muitas possibilidades de executarem outros trabalhos que não sejam ligados à esfera privada.

Sendo o trabalho de cuidados considerado enquanto uma esfera privada, as mulheres têm sido responsáveis pela organização desta espacialidade, inclusive sendo culpabilizadas quando algo não segue as normas, como já visto na seção anterior. Segundo Aitken (2000), a familiaridade enquanto uma esfera do privado prejudica estratégias de enfrentamento a determinados problemas ligados à identidade de mulher, tais como a culpabilização das mães quando alguma coisa acontece com os filhos. Para esta autora, há uma homogeneização da identidade das mulheres mães, como se todas fossem iguais e devessem seguir os mesmos padrões sociais e isso se deve a sua vinculação ao espaço privado.

De acordo com Longhurst (2011), o papel de ser mãe não pode estar ligado à biologia de seus corpos, pois esta é apenas uma questão de reprodução física. Os corpos das mulheres mães estão situados dentro de discursos que cercam a maternidade e maternagem como inata e natural, entretanto, segundo a autora, não é porque mulheres exercem a maternidade, através da gravidez e do parto, que devem ser boas mães. A maternidade e maternagem são multifacetadas e construídas espaçotemporalmente e não podem ser consideradas a partir da materialidade do corpo grávido, mas devem ser reconhecidas a partir de seus significados.

Ser mãe para as mulheres prostitutas do grupo estudado, ainda está baseada na biologia dos seus corpos, pois se sentem na obrigação de exercer a maternagem e punem-se quando não conseguem. Ao escolherem a prostituição, esta autopunição aumenta, pois sendo uma atividade altamente estigmatizada e por elas, muitas vezes, considerada imoral, há uma duplicação do peso do exercício da maternagem e da manutenção da boa mãe. É a prostituição que tem permitido o exercício das maternagens das mulheres prostitutas mães e mesmo intensificando o seu peso estas mulheres têm sido reconhecidas apenas como prostitutas. Fazer-se prostituta e mãe é obedecer à moralidade a partir da criação dos filhos e ao mesmo tempo contradizê-la através da prostituição, esta construção dicotômica pela própria mulher prostituta é a internalização da moral feminina por meio do corpo fértil que se torna uma obrigação social.

A identidade materna vem sendo considerada antes mesmo da identidade de mulher, já que a maternidade tem sido pensada enquanto um instinto natural e não como uma construção social. Badinter (2011) argumenta que há uma infinidade de maneiras para vivenciar a maternidade/maternagem e que as pressões sociais pesam muito mais do que a própria 'natureza da maternidade', como tem sido visto nas últimas décadas com o movimento conhecido como *care*[115]. Assim, há um convencimento de que as mães devem se dedicar somente aos filhos, pois dela depende a sobrevivência física e, sobretudo, a saúde psíquica, caso contrário, a mãe é culpabilizada exclusivamente pela má formação psicológica dada aos filhos.

O peso social da maternagem e a construção de família colocam as mulheres mães que não têm ao seu lado o pai dos filhos para ajudar no sustento destes em uma posição de vulnerabilidade que vai desde o peso da reprodução do lar até o do sustento, como aponta Przybysz (2011), ao discutir a centralidade nas relações de poder na espacialidade da casa em relação à produção e reprodução do lar. A autora também argumenta que a baixa escolaridade e a falta de qualificação para o mercado de trabalho colocam estas mulheres em situação de pobreza, ainda mais que as atividades que desenvolvem como cozinheiras, domésticas, diaristas não são reconhecidas socialmente sendo mal remuneradas.

Para Áries (1981), a figura materna tem sido historicamente responsabilizada pela criação dos filhos e pelas primeiras socializações da criança, naturalizando o papel da mulher mãe. No caso das mulheres prostitutas mães, a responsabilização pelo sustento dos filhos, principalmente daquelas que cuidam destes sozinhas, tem sido colocada em segundo plano pela sociedade, já que reconhecem as relações vivenciadas por estas mulheres somente a partir da prostituição, isto é, são cobradas pela atividade e não reconhecidas enquanto mães.

Segundo Rago (1985), o reconhecimento da mulher prostituta no Brasil é associado à marginalidade, sendo contraditório ao que se considera enquanto uma 'boa' mulher, uma 'boa' mãe. A autora ainda comenta que a prostituição vem sendo reconhecida enquanto uma esfera pública da vida e relacionada ao prazer (masculino), já a 'boa' mulher é aquela que está relacionada ao espaço privado, o espaço do cuidado com os filhos. É neste sentido que as mulheres prostitutas são reconhecidas enquanto 'má' mães, pois estão associadas ao prazer e a esfera

[115] A filosofia do *care* esta relacionada à preocupação com o bem-estar do outro e tem seu fundamento na maternidade, já que enquanto mães a mulher tem uma moral diferente do homem e por isso são mais sensíveis as necessidades humanas (BADINTER, 2011).

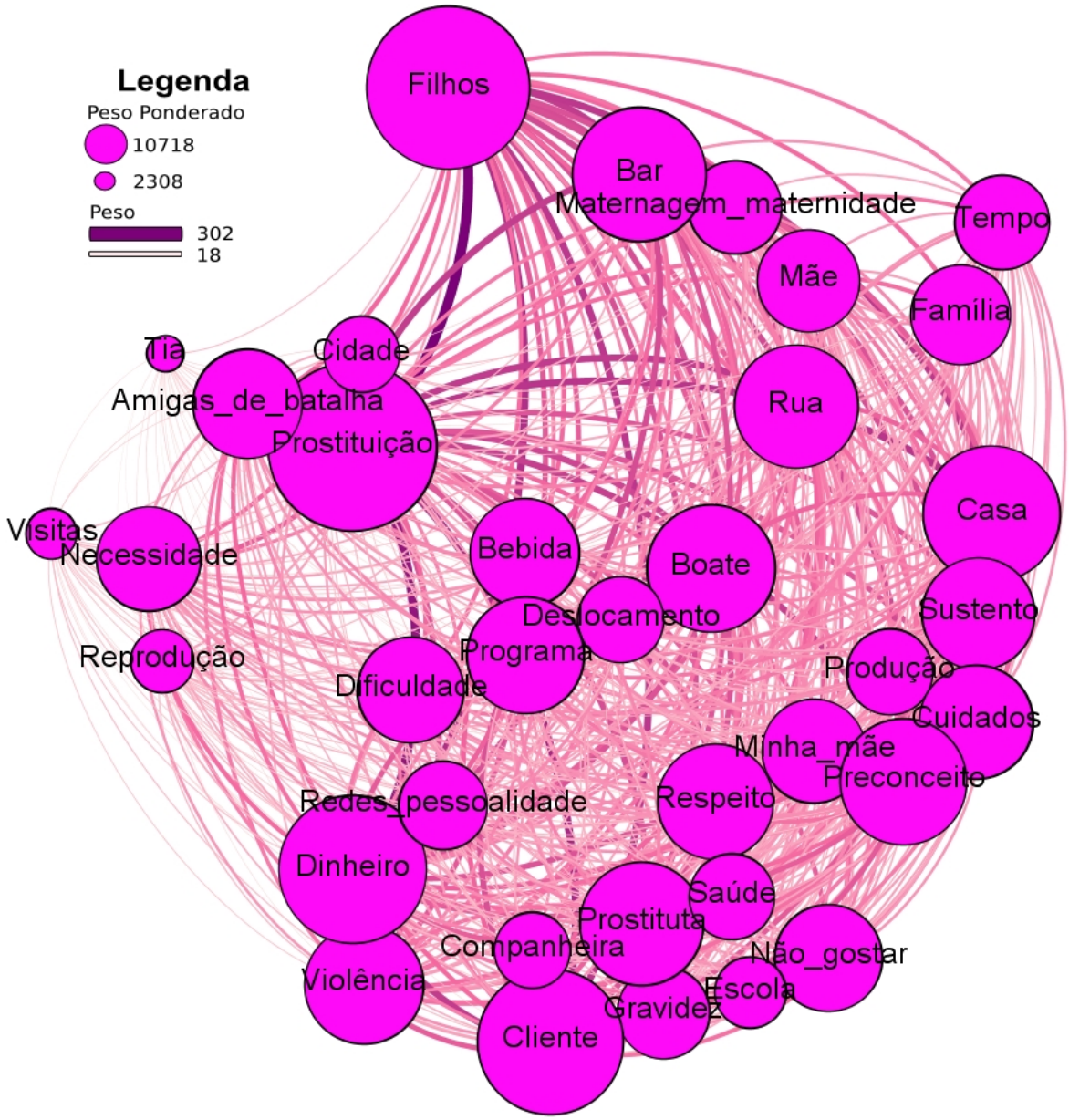
pública.

Entretanto, subvertem esta relação sendo boas mães e buscando estratégias espaciais para invisibilizar a identidade de prostituta e interiorizar a da 'boa' mãe. Segundo Sganzella (2011), na prostituição, há um fazer-se mãe que organiza a narrativa das mulheres prostitutas que têm filhos, perpassando a moral e a declaração de ser mãe a partir da gravidez, vinculando o corpo ao exercício da maternagem. Este fazer-se mãe e também esposa e filha estão envoltos pelas estratégias espaciais que são vivenciadas a partir de cada espacialidade específica da prostituição, conforme apontou o capítulo 4.

Assim, o exercício da maternagem não acontece somente na espacialidade do lar ou do bairro, ainda mais que estes estão relacionados mais com a proteção da imagem de 'boa' mulher para que não sofram estigma, tornando-se espaços contraditórios, de bem-estar em relação ao cuidado dos filhos e, muitas vezes, de mal-estar devido ao estigma e preconceito, como já demonstrado na imagem 29. As construções de maternagens na espacialidade do bar, da boate e da rua e a da imagem da 'boa' mulher evidenciam uma relação escalar única, pois as negociações de maternagens e da imagem da mãe são estabelecidas entre a esfera pública e privada. Na primeira a partir da ênfase da 'boa' mãe e na segunda a partir da invisibilização de sua atividade, tornando o espaço público o *lócus* para o exercício de maternagens e o espaço privado um espaço de subjugação da mulher e da prostituta.

Assim, há uma desconstrução da dicotomia entre os espaços públicos e privados por meio da experiência das mulheres prostitutas mães que tensionam as normativas que produzem as 'boas' mães, conforme pode-se perceber na imagem 33, a qual demonstra, a partir do que chamamos de comunidade 1, a relação entre a maternidade/maternagem e as espacialidades da prostituição na cidade de Ponta Grossa.

Imagem 33 – O Exercício da Maternagem e as Espacialidades da Prostituição



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A imagem 33, que chamamos de comunidade 1, representa as relações entre a prostituição e o exercício de maternagens. Compondo 33,64% da rede geral, esta comunidade é formada por 36 nós e 630 arestas, estas últimas têm visibilidade de 11,15% do total da rede. Nesta comunidade estão inseridos os maiores pesos ponderados (nós com mais relações na rede), sendo o maior com 10718, representando a categoria 'prostituição' e o menor, com 2308, representando a categoria 'tia'.

O peso das arestas está representado pela intensidade de tamanho e cor, assim o maior peso entre categorias está entre 'filhos' e 'prostituta' e o menor peso entre 'tia' e 'escola'. Nesta comunidade percebe-se que há uma maior proximidade dos nós evidenciando a força entre as categorias, que foi dada pelo *layout Fruchterman Reingold*[116]. Esta rede é central, já que apresenta as categorias com maior grau de relação e mais próximas completando os vazios deixados pela comunidade 0, evidenciando que também há uma correspondência entre as relações de estigma, prostituição e filiação, que serão apresentadas na última seção. Há três grandes concentrações discursivas na imagem 34, ligada ao sustento, ao ganho de dinheiro e a associação entre a prostituição e os filhos.

Esta comunidade demonstra que há um tensionamento entre os papéis da 'boa' e da 'má' mulher através da relação entre prostituição e filhos, além disso, fica claro que a maternagem não pode estar somente relacionada às construções espaciais privadas, pois a identidade materna não desaparece na espacialidade da prostituição, ao contrário ela é ressaltada. Há um rearranjo escalar através da experiência que mostra uma relação entre os espaços que são considerados públicos e os que são privados, desconstruindo a ideia de uma desvinculação entre eles.

Há uma instituição de espaços de resistência através da vinculação entre prostituição e maternagem e mesmo que estas mulheres reforcem as normas de gênero e sexualidade, elas desestabilizam o papel do pai enquanto produtor do lar e os papéis da 'má' e da 'boa' mulher, pois o que há são formas de ser mulher e formas de exercer maternagens que são heterogêneas, plurais e dependem das relações espaciais que são construídas no decorrer da vida.

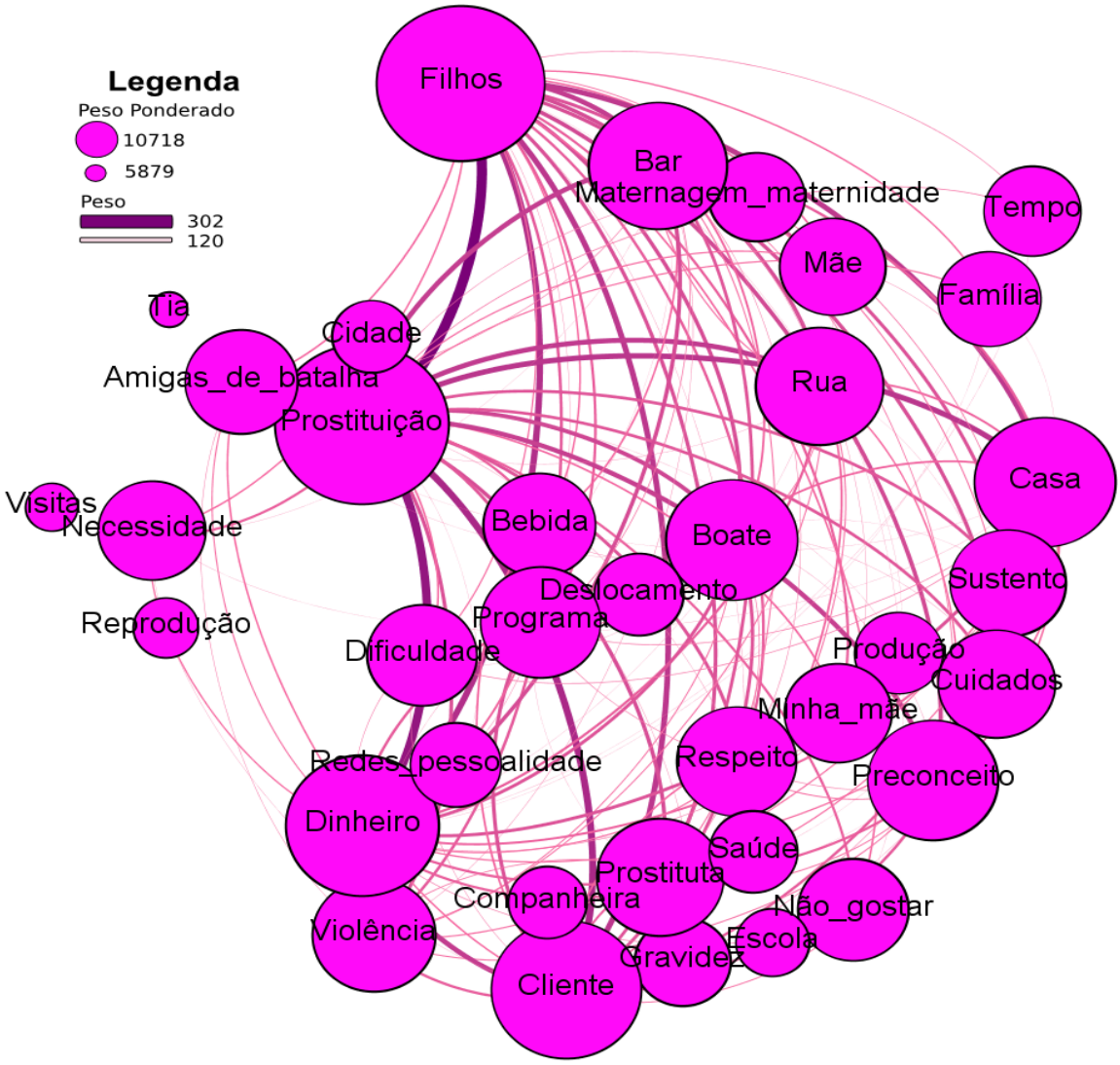
Para Cahill (2007), quando se leva em conta a relação entre o pessoal e o social, desconstrói-se os modos como compreende-se determinadas relações.

[116] Como foi feito na comunidade 0.

Sendo a pessoalidade que constrói as relações sociais e também espaciais, é incompreensível que o espaço privado não seja visto enquanto político e construtor das relações espaciais públicas. O espaço, conforme aponta Massey (2008), é relacional, construindo e sendo construído por relações sociais e pessoais a partir de relações multiescalares que não comportam qualquer tipo de dicotomia.

Entretanto, as normas de gênero e sexualidade tensionam estas mulheres, a partir do estigma, a compreender que o exercício de maternagens através das espacialidades da prostituição é distante – sustento versus dicotomia entre a mãe versus a prostituta – já que o seu papel de provedoras do lar é desconsiderado devido ao exercício da prostituição. Levando em consideração as relações pessoais e a experiência das mulheres prostitutas mães a partir dos pesos mais relevantes (acima de 120), entre as arestas da comunidade 1, fica clara, através da imagem 34, a relação entre prostituição e filiação a partir do sustento dos filhos e o não reconhecimento da maternagem.

Imagem 34 – Fazer-se Prostituta e Mãe nas Espacialidades da Prostituição



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A imagem 35, com os pesos entre 302 a 120, demonstra que as categorias prostituição e filhos são centrais e que é a partir delas que as outras relações são estabelecidas. O modelo de maternagens desenvolvido pelas mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa compõe uma série de estratégias e de saberes em relação à atividade e à identidade materna. Estas estratégias estão relacionadas ao tipo de prostituição que desenvolvem, ao apoio ou não da família, às redes de pessoalidade e ao cliente.

Para Sarti (1995), a família, principalmente a família pobre, constitui-se em um núcleo familiar a partir do pai trabalhador, da mãe dona de casa e dos filhos,

entretanto, estes núcleos têm constantemente sido desfeitos e refeitos por outras organizações familiares, havendo uma dispersão dos papéis tradicionalmente vinculados à família nuclear. Quando a mulher assume a filiação sozinha, seja pela separação ou por ser mãe solteira, há uma reorganização familiar que se estende a outros membros da família, principalmente às mulheres.

No caso de mulheres prostitutas mães, a organização familiar é voltada à prostituição a partir do segredo ou das relações de poder pelo sustento. Assim, no caso da prostituição na cidade de Ponta Grossa, há três tipos de organização familiar, aquela que sabe e aceita a atividade, pois tem conhecimento que é da atividade que vem o sustento da família, ressaltando que neste tipo familiar normalmente não se fala da prostituição; a família que não sabe da atividade e a profissional desenvolve estratégias para vivenciar a atividade e também as relações familiares; e, por fim, a família preconceituosa, que renega a profissional e também os filhos devido ao desenvolvimento da atividade.

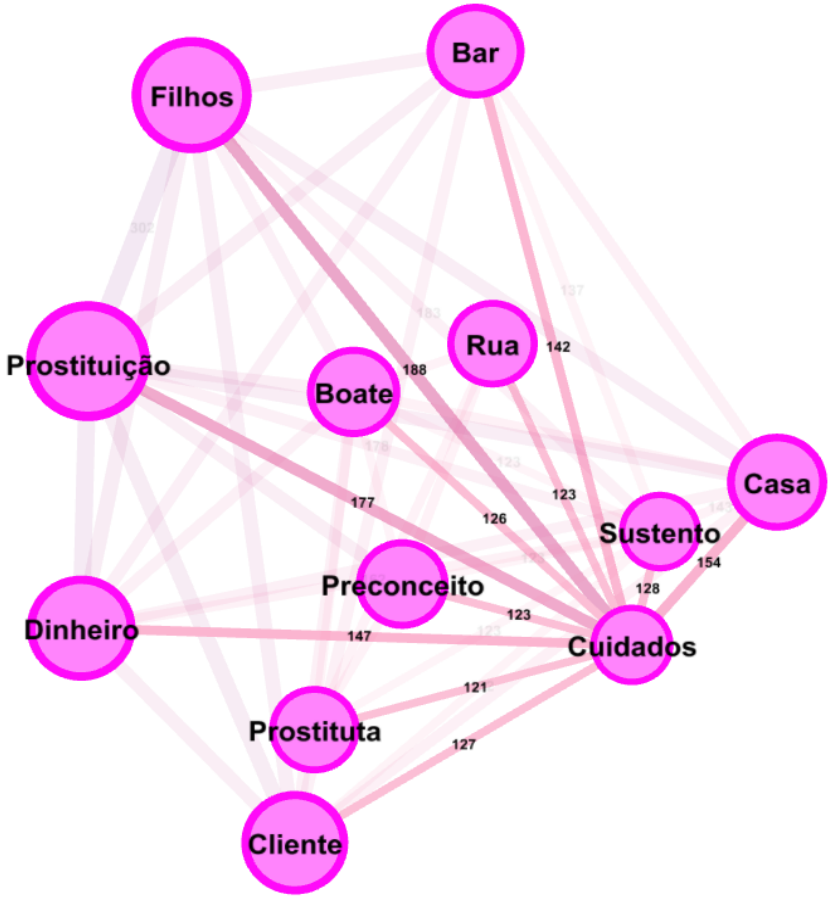
No primeiro tipo de família, as mulheres prostitutas tornam-se centrais nas relações de poder, já que organizam a vida financeira da família, deixam os filhos com pessoas próximas ao seu convívio social, entretanto, tendem a não participar ativamente do crescimento dos filhos. No segundo e terceiro tipo de família, estas mulheres tendem a se organizar em relação aos cuidados dos filhos através de redes de pessoalidades, nem sempre são tão próximas, e estratégias espaciais que caracterizam suas experiências de maneira diferente do primeiro tipo de família. Entretanto, em ambos os casos, principalmente porque a maioria das mulheres prostitutas são mães solteiras ou separadas, há uma extensão da família, sendo ela consanguínea ou não.

Segundo Sganzella (2011, p. 74), no caso do desenvolvimento de cuidados com os filhos, não há uma demarcação concreta entre o que é família, nem em relação aos cuidados dos filhos, pois há uma “rede social de mulheres” que exercem a maternagem, criando uma ligação de poder coletiva referente à autoridade sobre os filhos das mulheres prostitutas mães, sendo esta última central para o sustento dos filhos, por mais que não se reconheça enquanto produtora do lar. O não reconhecimento enquanto produtora do lar fica visível, quando esta categoria passa a não mais compor a rede da comunidade 1, já que tendo um peso menor que 150, não tem relevância.

A falta de reconhecimento do papel de reprodutora do lar tem relação com

os papéis de gênero definidos a partir das normas, pois sendo este papel reconhecido como efetivamente masculino e sendo a prostituição entendida enquanto uma atividade que não condiz com a moral da família nuclear. Desta forma, as imagens 35 e 36, a seguir, demonstram a pouca relação entre as categorias discursivas, ou seja, 'cuidados' e 'sustento' com o exercício de maternagens e a identidade materna.

Imagem 35 – O Cuidado dos Filhos e a Relação com a Prostituição



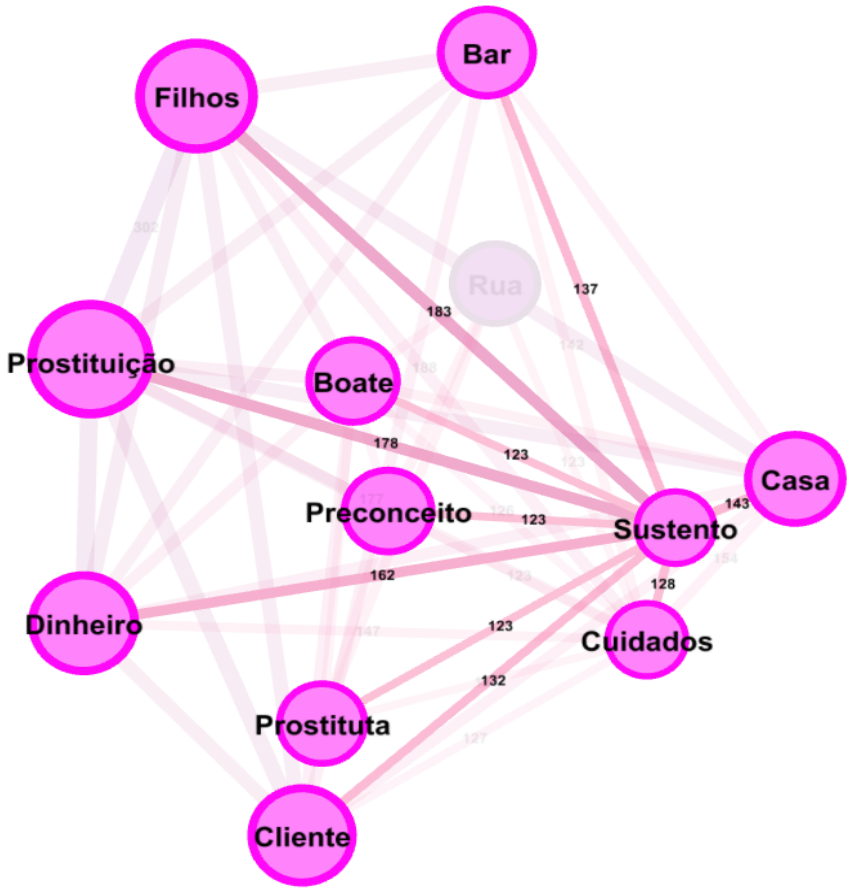
Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

No que tange aos cuidados, não há nenhuma relação com a identidade de mãe e com o exercício de maternagens, mas há uma conexão com a identidade de prostituta. Assim, o cuidado dos filhos está mais relacionado à prostituição e também com a espacialidade da casa, como pôde ser evidenciado na imagem acima. Entretanto, mesmo havendo uma ligação entre as categorias, 'cuidados' e 'sustento', estas mulheres não reconhecem a atividade enquanto um trabalho, e o fato de

sustentar economicamente os filhos é uma forma de exercício de maternagens e de cuidados da prole. Noutros termos, a subsistência dos filhos é central para o bom desenvolvimento de tal exercício e cuidados.

É importante destacar que a relação entre cuidados e casa é mais intensa do que a relação entre sustento e casa, conforme aponta a imagem 36 abaixo, reforçando que a atividade de cuidados está vinculada a esta espacialidade e de que estas mulheres estão inundadas com as dicotomias estabelecidas a partir das normas de gênero e sexualidade, pois a condição de sustento da casa tem sido reconhecida enquanto masculina e a de cuidados enquanto feminina.

Imagem 36 - O Sustento dos Filhos e a Relação com a Prostituição



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

Assim como o cuidado tem maior relação com a espacialidade da casa, o sustento tem maior associação com a prostituição e menor correspondência com os filhos, reforçando o não reconhecimento do sustento enquanto uma forma de

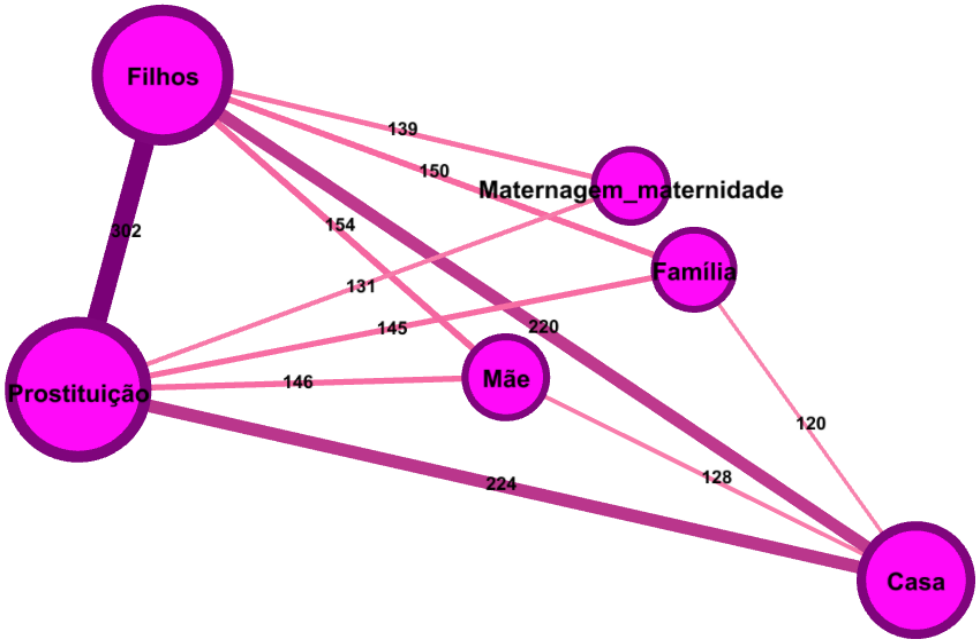
exercício de maternagens. A centralidade do dinheiro, por meio do sustento, reflete-se no cuidado dos filhos, a partir de boas roupas, comida, educação e não tem relação direta com o trabalho, conforme aponta trecho a seguir:

> Ai é complicado, é complicado porque você fica é, numa sinuca, né porque você é realmente você olha teus filhos bem, bem estável, bem alimentado, que não falta um nada, que tem tudo, a melhor roupa, tem uma casa boa, um conforto tudo, aí você olha aqui, você chega aqui, sabe, você desmorona, acaba, só que daí você pensa, não se, se é pra ver uma pessoa que você ama muito bem você faz qualquer coisa, você, não tem. Eu fico naquela sinuca, entende, entre as pessoas, as duas pessoa que eu mais amo e que prefiro... nossa, pra dar do bom eu faço o que for preciso e claro arriscando a minha saúde, arriscando um dia mais tarde que vai acontece, né, de doença tomara que não, né, que eu graças a Deus me cuido, né, mais se sabe, né, é um risco que eu corro, tem dois risco, mais você olha pra elas bem, bem alimentada, bem limpinha, num, né, tem educação, tem escola, tem do bom e do melhor pra estuda, então você pensa poxa, mais tá valendo a pena, tá bom, né, que não seja pra mim que seja pra elas. (Entrevista realizada com Belva Gartner, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

Esta declaração da Belva demonstra uma clara relação de cuidados com os filhos e não do ganho de dinheiro e vai ao encontro do que Sarti (1995) discute sobre o papel do chefe da família (o pai) e o papel do chefe da casa (mulher), pois é a mulher que entende da organização da casa e isso – de acordo com as normas – está associado ao papel de mãe. Para as mulheres que não são mães, é como se elas não pudessem se preocupar com o bem-estar ou cuidar de outras pessoas, pois é a maternidade que faz desabrochar a preocupação pelos cuidados de outrem (BADINTER, 2011).

O exercício de maternagem, ser mãe e as relações com a família são categorias que demonstram uma contradição que está entre a intensificação da dicotomia e a relação entre prostituição e filiação, conforme mostra a imagem 37:

Imagem 37 – A Identidade Materna e a Instituição de Maternagens na Prostituição



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

As categorias 'maternagem', 'mãe' e 'família', que não têm relação com o sustento e os cuidados dos filhos frisam que há uma dicotomia entre o exercício da prostituição e maternagem. Estas mesmas categorias também não têm relação com a categoria 'dinheiro', demonstrando que o exercício de maternagens não tem imbricação com o sustento dos filhos, apenas com o cuidado; e quando uma mãe não cuida de seus filhos, afetivamente ela não se reconhece enquanto mãe, conforme aponta trecho a seguir:

> Eu sempre gostei de ser mãe, eu gosto de ser mãe, eu gosto da preocupação da mãe, entendeu, mais eu não sei se é por causa que o não da convivência é que eu não me sinto aquela mãe, entendeu, eu queria me sentir mais mãe do que eu me sinto hoje, você tá entendendo como, eu queria me sentir mais, mais pela criação que eu sei que a Maria foi criada pela mãe e pelo pai, então eu me sinto no direito de não tirar esse direito deles, entendeu, que na verdade, na verdade foram eles que conquistaram esses direitos é eles que têm o direitos de serem chamados de mãe e pai, eu já não tenho esse direito, porque eu não lutei pra conseguir isso, você tá entendendo como. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

Neste trecho fica evidente a dicotomia entre a prostituta e a mãe, entretanto,

Madame du Barry não considera que em todos esses anos trabalhados na prostituição sempre sustentou sua filha e que sempre retornou para a casa dos pais para poder passar um tempo com ela. Como já discutido a partir de Longhurst (2011) e Badinter (2011), a mulher só pode ser reconhecida enquanto 'boa' mãe se parir e cuidar dos filhos, posto que sua identidade materna tem sido reconhecida a partir da biologia dos seus corpos, sem levar em conta a construção espacial de maternagens. O fato de não acompanharem o dia a dia dos filhos faz com que estas mulheres se penalizem e sintam-se menos mães, já que o sustento dos filhos não é reconhecido enquanto um exercício de cuidados.

De outra forma, a mesma imagem evidencia uma relação forte entre prostituição, filhos e casa, destacando que por mais que se sintam menos mães, a correspondência entre filiação e prostituição é grande e que tudo isso também gira em torno do sustento, não tendo possibilidade de separar a mulher prostituta da mulher mãe, pois estas são identidades relacionais que são construídas a partir de cada tipo de prostituição. O estabelecimento de papéis femininos e masculinos faz com que o cuidado a partir do sustento financeiro não seja reconhecido quando é feito por uma mulher, entretanto, é a partir do sustento que estas mulheres exercem a maternagem, como pode ser constatado no trecho a seguir:

> é normal eu sou mãe e sou isso e eu dô carinho pros meus filho tudo, ó meu filho mora longe mais tô sempre indo lá vê ele, ele vai lá em casa e se a minha fía liga, se precisarem de mim lá eu nunca vou deixar meus neto precisando de mim e saí e dizê, não não posso que eu vou lá pro bar, não, ó hoje minha fía chegô lá na casa, daí que eu saí, ela chegô pra ficá com as criança, daí que eu saí, falei que ia vim porque tava precisando de um dinheiro, né, daí pega um dinheiro com a Gabriela que ela guardô, daí eu tenho que pegá lá, que daí eu não tinha nem pra nada lá em casa porque meu marido vai recebê só sábado, daí... é até agora, agora, agora nossa minha filha às vez ela ganha pôco no serviço dela, ela começô agora, tá na experiência ainda mais ela fala mãe, ela vende avon tudo sabe, a veis ela fala, às veis ela não tem tudo o dinheiro lá que ela precisa lá, se eu tenho eu intero pra ela depois ela me devolve, sempre eu tô ajudando ela. (Entrevista realizada com Lupae, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).

Na fala de Lupae, percebe-se que é a partir do dinheiro da prostituição que ela ajuda no sustento dos filhos e também dos netos. Os cuidados dos filhos por outras pessoas é uma complementação do exercício de maternagens, é uma interseccionalidade complementar à identidade de mãe das mulheres prostitutas pesquisadas. Como já discutido por Sganzella (2011), no caso das mulheres prostitutas, não há um modelo fechado e único de família, há uma dinâmica de

cuidados que se aproxima do modelo nuclear, sendo que a centralidade é da mulher prostituta e os cuidados são realizados por outras pessoas, que neste caso, são exercidos majoritariamente por mulheres, tais como babás, as 'babás-mães', as avós, as tias, dentre outras.

Para esta autora, há uma estrutura que auxilia no cuidado dos filhos, ao que nós chamamos de rede de pessoalidade. Esta rede de pessoalidade que auxilia no cuidado dos filhos, enquanto um complemento no exercício de maternagem das mulheres prostitutas mães, geralmente é centrada na avó da criança, entretanto, estas mulheres nunca deixam de ser mães, conforme aponta Grabriela: “mãe é mãe, né, ser mãe é ser mãe, não sei eu pra mim ser mãe, ai é uma coisa muito boa, né, apesar de eu fui uma mãe assim que só soltei meus filho lá pra minha mãe, mais eu fui eu fui mulher de esquentá meus fío e cuidá, e cuido até hoje dos meus três filho.[117]”

Estas mulheres criam um ideal de mãe que está mais próximo das avós maternas, tias, 'mães-babás', dentre outras, pois o estigma à prostituição inibe-as de acreditar que o seu trabalho é como outro qualquer e que esta atividade não as torna menos mães, reafirmando as dicotomias. Mesmo que estas mulheres exerçam a atividade, elas fazem-na de forma complementar, já que a maioria das mulheres mães prostitutas que fizeram parte da pesquisa continuam exercendo a maternagem a partir dos cuidados, mas principalmente através do sustento dos filhos.

Mesmo que o sustento econômico não seja reconhecido enquanto um exercício de maternagem, já que este seria um papel essencialmente masculino, mesmo que estas mulheres reforcem a dicotomia ao não se reconhecerem enquanto mães, a prostituição é essencial no exercício de maternagens, sendo central para ele aconteça, como evidenciado na imagem 33, onde há uma relação entre prostituição, filiação, cliente, as espacialidades do bar, boate e da rua, casa, sustento e cuidados. Assim, a comunidade 1 deixa nítido que mesmo interiorizando a dicotomia, estas mulheres tensionam as normas de gênero e sexualidade ao sustentarem seus filhos através da prostituição, não deixando de ser mães e prostitutas.

---

[117] Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar.

5.3- O Saber Poder da Prostituta e o Isolamento de Ser Mãe

A dicotomia dos papéis de homens e mulheres a partir das normas de gênero, alegando que é papel da mulher mãe o cuidado dos filhos e o exercício da maternidade/maternagem ligando-a ao espaço privado, e o papel do pai que é trazer o amparo financeiro para o lar através do seu trabalho (espaço público), é interiorizada pelas mulheres prostitutas mães que a reforçam ao se reconhecerem enquanto menos mães por apenas sustentarem os filhos financeiramente. Entretanto, o sustento econômico também é uma forma de exercício de maternagens e que, neste caso, tem relação com cada tipo de prostituição e com a rede de pessoalidade que ajuda no cuidado dos filhos.

Esta rede de pessoalidade a partir da figura de outras mulheres, tais quais, avós, tias, babás, mães-babás, dentre outras, que também exercem a maternagem, tornam-se a complementação da própria identidade materna. Há uma extensão da família tensionando estas mesmas normas de gênero e sexualidade, em que os filhos são cuidados por uma rede de pessoas que ajudam no exercício de maternagens das mulheres prostitutas mães e consequentemente contribuem para que possam continuar trabalhando na prostituição e fazendo a produção do lar. Esses momentos, na maioria das vezes, acontecem sem a figura do 'pai' que se torna margem nestas relações de poder (ROSE, 1993). A não centralidade do poder paterno referente à produção do lar é o que gera um maior tensionamento às normas (ROUDINESCO, 2003).

Além destas desestabilizações apresentadas, não devemos deixar de lado a relação direta entre o sustento, exercício de maternagens, a prostituição e as práticas sexuais, que novamente vão tensionar as normas a partir da sexualidade enquanto algo rentável e mercantilizado. As práticas sexuais desenvolvidas em troca de um pagamento é o que torna a prostituição tão estigmatizada, pois o sexo deveria estar ligado ao amor, casamento e procriação, e, a prostituta desvia-se destes padrões.

O gênero enquanto uma norma (BUTLER, 2003) tensiona para que as mulheres não escapem do que é considerado normal, ou seja, que cumpram com o seu papel de mulher, esposa, mãe e dona de casa. Estes papéis são a materialização das normas e para aquelas que desviam é reservado o estigma da 'má' mulher, a mulher da rua, pública, gerando uma dicotomia que serve para regular

o corpo das 'boas' mulheres (JULIANO, 2009). Esta concepção coloca as prostitutas na margem das relações de poder em relação ao sustento e cuidado dos filhos, enfim, na vida cotidiana em geral.

Segundo Duncan (1996), o que há realmente é a estigmatização da sexualidade, trazendo às pessoas, que se utilizam dela para ganhar dinheiro, uma série de problemas sociais e de exclusão. É importante ressaltar que estes problemas são intensificados quando se trata de uma mulher, já que os michês ou garotos de programa não se tornam menos homens quando desenvolvem a atividade (CAVOUR, 2011). A prostituição neste contexto tem provocado uma 'desorganização' das coisas e, principalmente, tem desestabilizado a dicotomia público/privado, uma vez que a prostituta não vai servir sexualmente somente o marido e na espacialidade do lar, assim a prostituição não respeita os limites da sexualidade enquanto algo privado, desestabilizando as normas (DUNCAN, 1996).

É neste sentido que a prostituição ao tornar a sexualidade em algo público, vem sendo marginalizada e tem movimentado o poder público e sociedade, as quais impõem limites espaciais, legais e sociais não só em relação à atividade, mas às mulheres que desenvolvem a prostituição, pois esta atividade tem sido pensada como uma ofensa moral e social. A marginalização e exclusão da prostituição e principalmente das mulheres prostitutas é reforçada pelo próprio movimento feminista tradicional, que tem rechaçado e buscado por meio do poder público (feminismo institucional) vetar e controlar a prostituição, tudo isso a partir da vitimização das mulheres prostitutas, como aponta Arella et al (2007).

O movimento feminista tradicional, ao tratar as prostitutas como vítimas de um sistema, alienadas e que não têm capacidade de falar por si, exclui qualquer possibilidade de emancipação feminina. Além disso, tipificar a atividade da prostituição enquanto uma submissão ao homem é não compreender as relações existentes nesta atividade, as quais envolvem não somente a prática sexual, mas uma série de outras questões giram em torno da prostituição, algumas delas são o sentimento e o gostar de exercer a atividade e as relações de poder, que nem sempre se centram no cliente.

Para as feministas tradicionais abolicionistas, há uma relação de dominação masculina na prostituição que legitima a violência contra a mulher, entretanto, segundo Juliano (2004), aceitar o casamento é a maior forma de legitimação da violência, posto que os maiores índices de violência contra a mulher acontecem

entre casais e não na prostituição, tornando esta afirmação abolicionista sem fundamento. Conforme a autora, o que deve ser levado em consideração são os interesses, experiências e principalmente ouvir a voz destas mulheres.

De acordo com Sales (2014), as relações estabelecidas nos locais de prostituição, a partir da interação prostituta e cliente, tendem a reduzir este último a objeto, esta mesma constatação pode ser vista em Olivar (2013). Para ambos os autores, o cliente torna-se um não homem, mesmo que este tenha a ilusão fantasiosa de que estar pagando pelo programa o colocará como central nas relações de poder.

Segundo Olivar (2013), a lógica da prostituição a respeito do programa está construída a partir de três pilares: a lógica de interdições corporais, ou seja, o que pode ou não pode ser feito com o cliente; segundo, a lógica do comércio a partir das artimanhas para conseguir mais dinheiro do cliente; e, por último, a satisfação do cliente por meio das práticas sexuais e da pseudocentralidade de poder. Os três pilares se sustentam a partir do ganho de dinheiro, corpo jovem, 'carne nova'. Para o autor, estas associações referem-se aos primeiros anos das mulheres na prostituição.

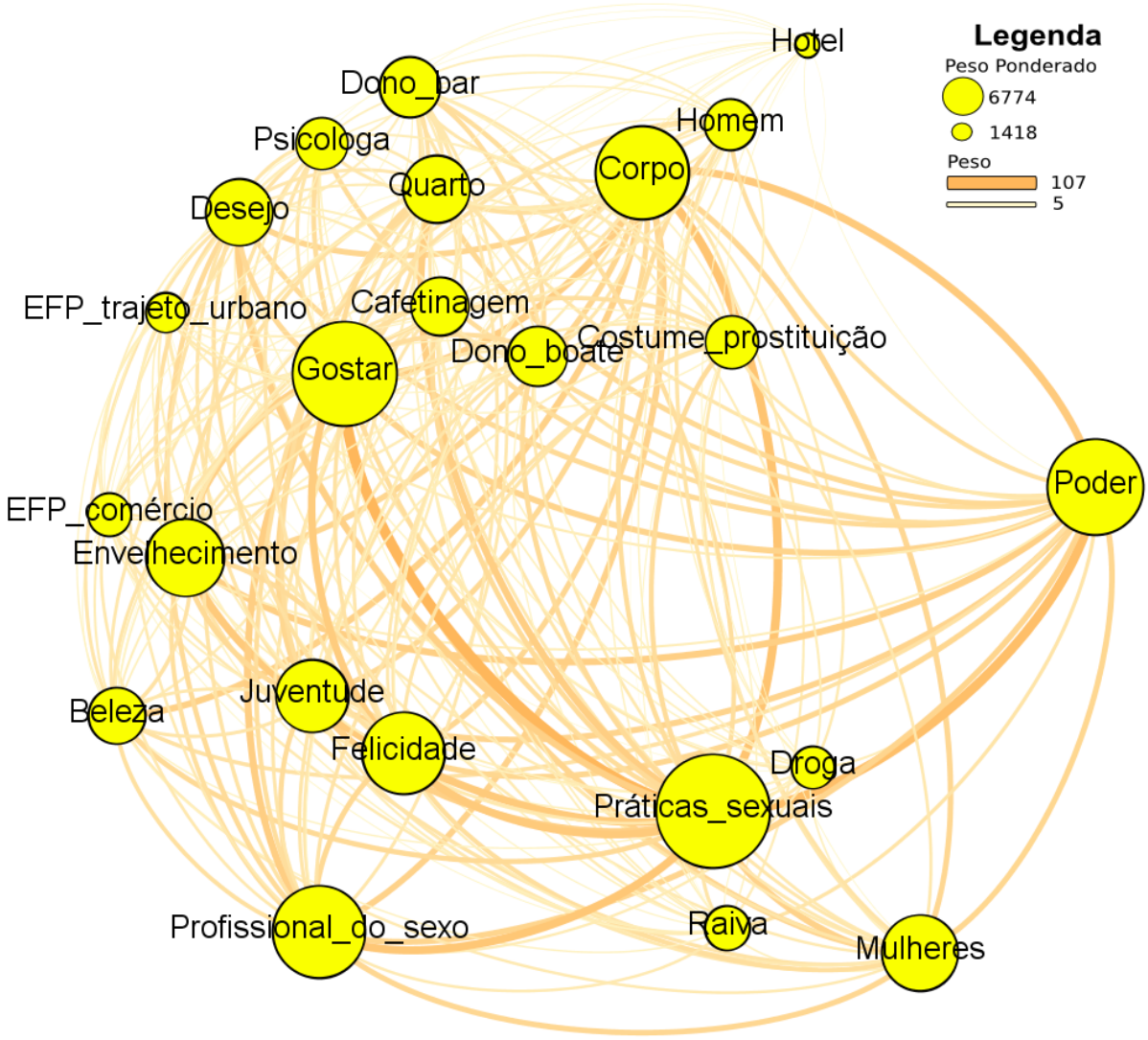
Este mesmo autor ainda argumenta que as práticas existentes para 'pegar'[118] o cliente giram em torno do nome fictício, conhecido como o 'nome de batalha', das roupas e da maquiagem, das práticas exercidas durante o programa e das práticas corporais para a sedução do cliente, o que o autor chama de predação. Noutros termos, aponta que as relações na prostituição têm vinculação à predação e, por outro lado, com a produção da família, assim há uma predação familiarizante que tem por objetivo “a produção de subjetividades e de corpos de parentes a partir do consumo dos outros, a partir da caça, do canibalismo e da comensalidade” (OLIVAR, 2013, p. 126).

As práticas desenvolvidas na prostituição envolvem uma série de saberes que têm relação direta com o ganho de dinheiro. Tal como pode ser evidenciado na imagem 38, que demonstra, a partir da terceira e última comunidade, as práticas sexuais enquanto uma centralidade no discurso das mulheres prostitutas mães.

---

[118] Este é um termo continuamente utilizado pelas profissionais do sexo, eles sempre 'pegam' o cliente e nunca são 'pegadas'.

Imagem 38 – As Práticas Sexuais, Corporais e as Relações de Poder na Prática do Programa



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A imagem 38 demonstra as relações existentes na comunidade 2, que evidencia as práticas sexuais e as relações de poder no exercício da prostituição na cidade de Ponta Grossa. Representando um total de 21,5% da rede geral, esta comunidade tem 23 nós e 253 arestas, com visibilidade de 4,48% sob o total da rede. Os pesos ponderados estão entre 6774, os quais se referem à categoria 'práticas sexuais' e 1418 que está relacionada à categoria 'hotel'. Já o peso das arestas está entre 107 e 5, sendo que o maior deste é a relação com as categorias 'práticas sexuais' e 'gostar' e o menor peso é a relação entre 'hotel' e 'trajetos urbanos'.

Assim como na comunidade 0, representada pela imagem 29, há maior distanciamento entre os nós, demonstrando que não há uma força relativa tão grande nesta comunidade, porém a intensidade das relações a torna uma comunidade coerente, a partir das falas das mulheres prostitutas mães, elucidando que as práticas sexuais não estão distantes das correspondências entre prostituição e maternagens, já que é a partir do 'bom programa' que estas mulheres tendem a ganhar mais dinheiro. Há nesta comunidade duas concentrações importantes, uma relacionada ao corpo e a gostar da atividade e a outra às práticas sexuais e ser profissional do sexo. Ambas as concentrações têm uma ligação importante com a categoria 'poder'.

Esta comunidade deixa nítida as relações entre práticas sexuais, de poder e a espacialidade do quarto. É importante destacar que mesmo sendo o cliente central na imbricação entre programa e prática sexual, a categoria que o representa está presente na comunidade 1, já que a importância dele é para o sustento dos filhos, estando vinculado ao ganho de dinheiro, conforme também apontam Olivar (2013) e Sales (2014). Da mesma forma aconteceu com a categoria 'programa', que ficou na comunidade 1 e mais próxima ao exercício da prostituição, filhos e o ganho de dinheiro.

Todas as práticas que acontecem na prostituição vão sendo aprendidas com o tempo. Medeiros (2002) discute que não se nasce puta, deve-se haver uma identificação com a imagem da prostituta e ter confiança na imagem que se cria sobre ela e é por isso que não se pode ser uma prostituta de forma ingênua, somente de forma consciente. A autora enfatiza que é possível ter uma dupla identidade na prostituição, a de 'senhora' e a de prostituta, para aquelas que mantêm o segredo da atividade, entretanto, não é possível subtrair da intersecção as duas identidades, há apenas uma suavização de uma ou outra atividade dependendo da espacialidade vivenciada (VALENTINE, 2007).

Fazer-se puta para as mulheres do grupo pesquisado está relacionado ao tempo que estão na atividade, pois se acostumam a estar no bar, a bebidas e com as práticas sexuais do programa e de como 'pegar' os clientes. Olivar (2013) afirma que as prostitutas sempre serão as caçadoras, nunca a caça, desconstruindo o ideal de feminilidade, porque os clientes passam a ser 'comidos', subvertendo as lógicas de sexualidade e também de prazer e desejo, já que a centralidade vai estar na mulher, e não no homem. Além disso, segundo o autor, a caçada começa com a

mutação dos corpos, emoções, sentidos e da pele, no caso de Ponta Grossa, principalmente da prostituição de rua, onde tais corporificações para a 'caçada' nem sempre são vistas.

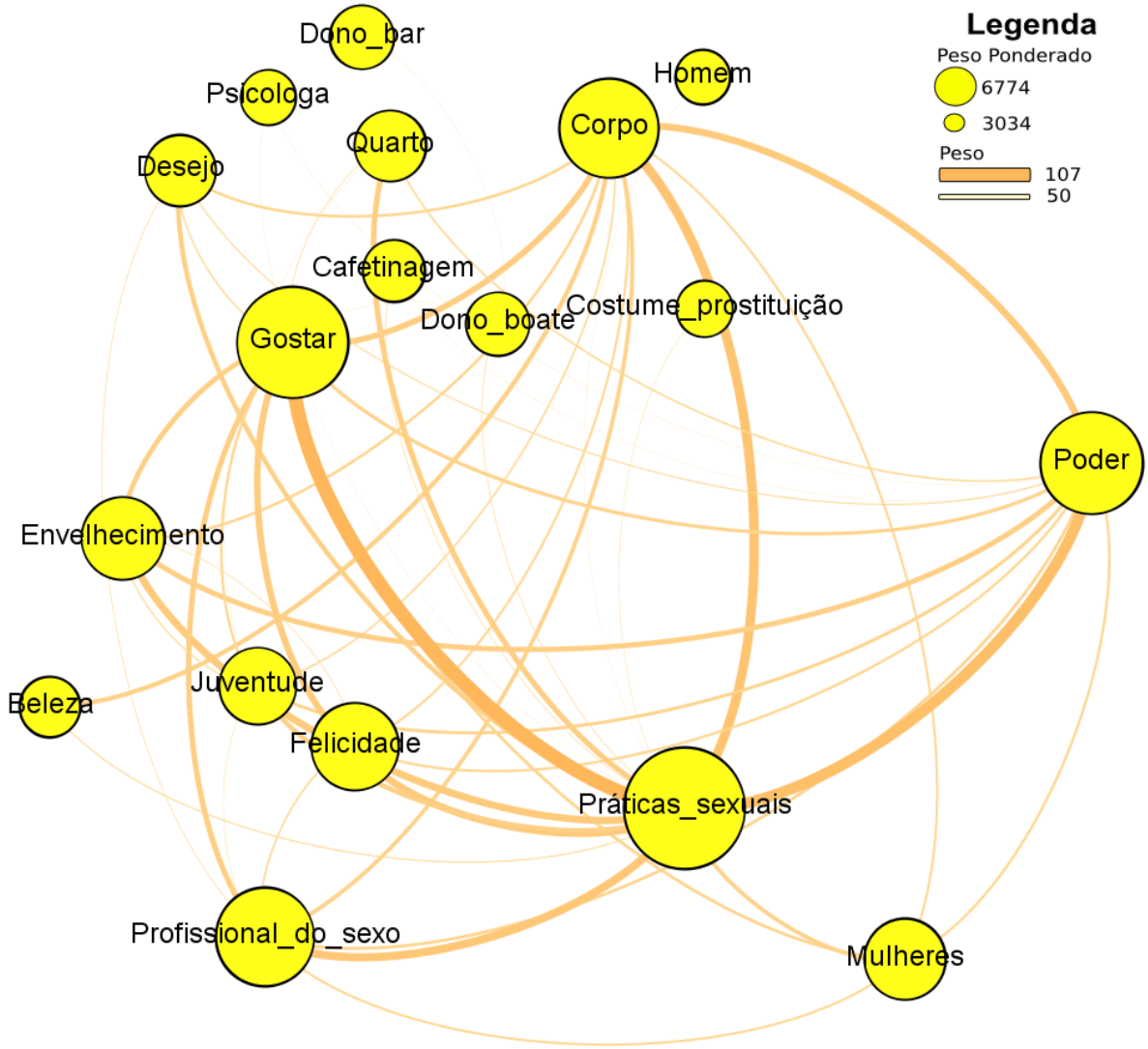
Para o autor:

> Na lógica da prostituição narrada, “comer a puta” está na base dos desejos do cliente, portanto, no centro da eficácia da prostituição. Permitindo-me uma fácil generalização, para elas, o cliente se pensa também como um caçador, um comprador, um comedor, alguém que usufrui do corpo por ele entendido como disponível. Esse é o ponto de vista do cliente, que deverá ser satisfeito pela prostituta. A puta está aí para ser comida: a perspectiva do cliente é a perspectiva hegemônica de gênero sobre a relação (heteros)sexual. […] Mas esse corpo parado na esquina, ou sentadinho na boate esperando ser chamado, é a caçadora travestida de isca. (OLIVAR, 2013, p. 129-130).

A isca, segundo o autor, é porque não há passividade desta relação, já que o cliente é atraído por se sentir central nas relações de poder, entretanto, os saberes da atividade é o que as colocam como centrais e são bem pagas por isso. De acordo com Corso (2004), os saberes da atividade são relativos ao tempo na atividade, por isso há uma ilusão ao se pensar que mulheres mais velhas não ganham dinheiro, pois, mesmo fazendo menos programas, elas encarecem seu preço porque têm cumulado anos de experiência para satisfazer o cliente.

Assim, 'práticas sexuais', 'relações de poder', 'gostar da atividade' e 'ser profissional do sexo' são categorias centrais para compreender a comunidade 2, que foi analisada a partir das categorias mais relevantes, com um peso acima de 50, conforme demonstra a imagem 39:

Imagem 39 – O Gostar das Práticas Sexuais e o Exercício de Poder



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A imagem acima evidencia a centralidade das práticas sexuais no discurso das mulheres prostitutas mães em Ponta Grossa. Tais práticas não têm vinculação somente com o sexo, mas com o 'pegar' cliente, beber, roupas, envelhecimento, juventude e com tantas outras práticas que são reconhecidas e aprendidas com o tempo na prostituição e com o costume no exercício da atividade. Esta mesma relação pode ser vista em Olivar (2013), ao pesquisar a vida de quatro mulheres prostitutas em Porto Alegre.

A cada prática exercida na atividade visa-se o dinheiro, já que a centralidade

em todo este processo está na mercantilização do desejo e no lucro. Juliano (2005) argumenta que é a venda de desejo e do prazer que constrói a própria prostituição e que é por isso que deve ser considerada como uma prática qualquer. As mulheres prostitutas mães que exercem a atividade em Ponta Grossa trabalham com o desejo masculino e lhes proporcionam prazer. Geni, que se considera uma profissional do sexo bem experiente para trazer prazer para os homens, afirma que a prostituição não existe e que: “porque a pessoa que fala que a gente é prostituta é ignorante porque se já há estupro com nóis na rua, imagine se não tivesse nóis na rua pra dá prazer pros home, o quanto de mulheres estrupadas não teriam nesse mundo, né?[119]”.

Geni, que é reconhecida pelas companheiras dos pontos de prostituição de rua como a advogada[120], sempre defendia a importância da presença de garotas de programa na rua, já que elas eram as únicas a conseguir entender o instinto dos homens. Para estas mulheres, há uma série de elementos, que são diferentes em cada tipo de prostituição, que devem ser compreendidos estando associados à prostituição para que seja realizado um bom programa, como 'pegar' o cliente, o bom papo, as relações através da bebida e relevar algumas falas dos clientes. Entretanto, a centralidade está em estabelecer as regras do programa, na verificação quanto a doenças, como pode ser observado nos trechos a seguir:

> Ah! [atendo] uns 2 ou 3 (risos), uns 2 ou 3 não é muito não. Ah! depende da aparência. Claro se tivé tudo virado não, Deus o livre e quer ver se eu desconfiar de alguma coisa se vê que é das parte ou alguma coisa, né, sei lá vê alguma coisa diferente. Ai vê qualquer coisa nas partes do homem, eu não faço (risos), de jeito nenhum, ah! eu saio do quarto. Ah! uns [clientes] ficam [brabos] e eu falo assim 'ah! eu num sei fío você não se cuida, eu me cuido', eu evito fala só que se a pessoa força a amizade aí eu falo. (Entrevista realizada com Belva Gartner, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua)

> Ah! eu bebo, levo tudo na brincadeira, não, não esquento a cabeça, só não na hora do programa já digo, ó, eu faço tal coisa, faço isso e faço aquilo, pra depois chega lá dentro querê enchê o saco e ratiá que daí não dá certo, eu digo faço assim, assim, assado, tal coisa eu não faço. Mas no diferente é tudo normal, conversa, brinca. (Entrevista realizada com Valéria Mesalina, em 19 de dezembro de 2013, na prostituição de bar).

O estabelecimento de regras de controle no programa e as 'manhas' para o exercício da prostituição tornam a atividade, muitas vezes, mecânica. Para Barreto

---

[119] Entrevista realizada com Geni, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua.

[120] Geni entrou para a faculdade de direito, mas já no primeiro ano abandonou o curso, devido às dificuldades financeiras e de acompanhamento das disciplinas.

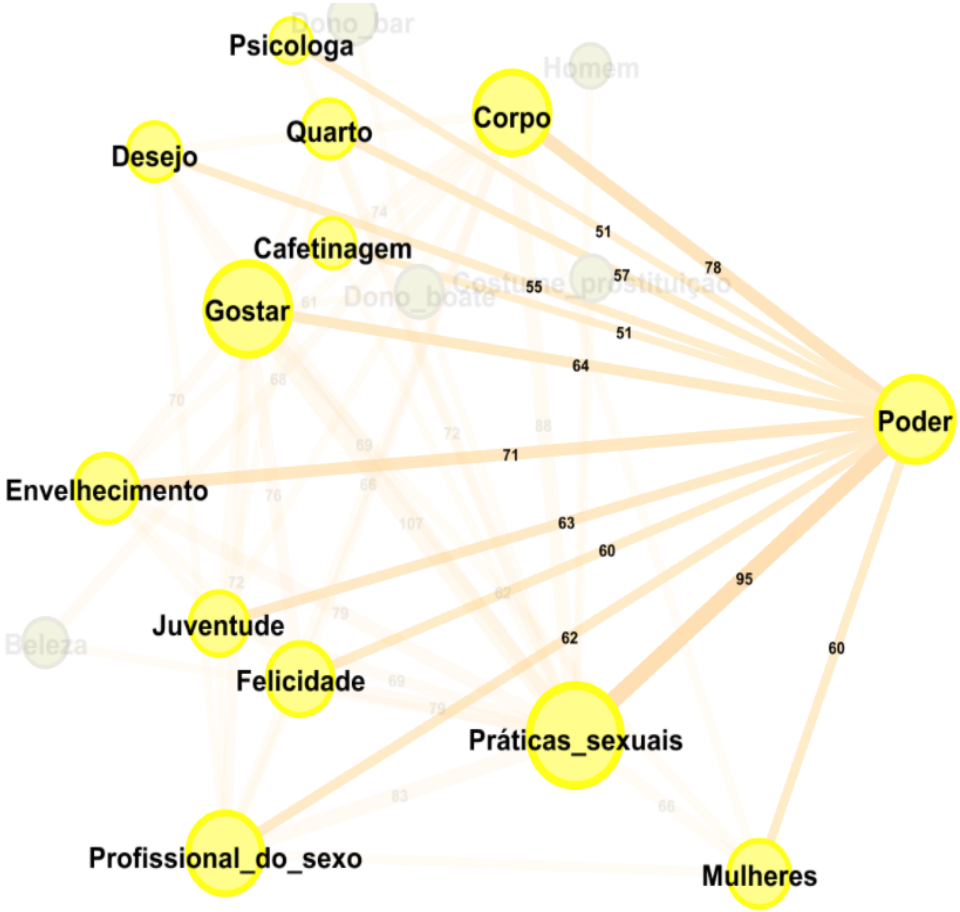
(2013), a prática sexual na prostituição é tratada como trabalho e o prazer tem relação com alguns clientes que são poucos. Segundo esta autora, a sexualidade da prostituta é complexa e tem diferentes níveis de hierarquias, depende da existência do marido, namorado ou do cliente que pretende o resgate, além disso, estas práticas não são consideradas “sexo com estranho” (p. 168), mas depende do grau de relação entre o cliente e profissional, aí entra o cliente fixo e a visão que esta tem da atividade enquanto um trabalho.

Barreto (2013) também comenta que o nojo de determinadas práticas sexuais são referentes aos primeiros programas, o que também pode ser visto nas falas das mulheres prostitutas mães. Porém, quando questionadas sobre quais são as práticas sexuais exercidas com os clientes dentro do quarto, a maioria foi enfática em falar que não fazem programa completo e que sentem nojo disto, conforme a fala abaixo:

> Gabriela: O que que ela faz? Chupeta, buceta e o cú de gorjeta.
> Séverine: Não, eu não faço anal, nunca fiz, eu não aceito assim esses home agressivo, num gosto.
> Gabriela: A única que não chupa aqui sou eu.
> Séverine: Fazê o sexo oral pode ser com camisinha, porque sem camisinha também é... mas só se o home insisti também, porque senão tem que pagá mais porque se não não vai, porque Deus me livre. (Conversa entre Gabriela e Séverine, em 10 de julho de 2014, na prostituição de bar).
>
> Gabriela: ai eu dar o cú eu não gosto, ui sai e nem chupá, chupá eu não chupo, não iii pode perguntá até pra esse home que eu tô ai não, não chupo e não dô meu cú porque eu sou antiga e sô nojenta.
> Valerie Solanas: ah! o cú dói, eu também não gosto de dá.
> Gabriela: não eu que não dô meu cú, que isso (risos).
> Valerie Solanas: o cú não é do meu jeito também.
> E, ó, vou falar um negócio a mulé que dizê que deu e que não chupa é mentirosa que tudo chupa, só tem uma menina aqui que deu, uma menina que já é uma menina de 50 anos já, que é que nem eu já, mas não chupa e não dá o cú também é a única, é a Duquesa de Chateauroux, a moreninha, porque o resto aqui. É, aquela não chupa porque é nojenta até pra comida se ela vê qualquer coisinha suja assim ela não come, ela é terrível, não chupa e não dá o cú também. (Conversa entre Gabriela e Valerie Solanas, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

Para Olivar (2013), há uma política sexual e corporal complexa na prostituição que distingue práticas sexuais. Há um imaginário de que a prostituta faz o que o cliente quiser, entretanto, há associações e práticas muito bem divididas e estabelecidas referentes aos programas, colocando estas mulheres como centrais nas relações de poder. A centralidade relacionada ao poder pode ser vista na imagem 40:

Imagem 40 – A Relações de Poder nas Práticas Sexuais



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A categoria 'poder' é mais expressiva em relação às 'práticas sexuais', pois ora estas mulheres estão no centro destas relações, ora na margem (ROSE, 1993). O envelhecimento e a juventude estão relacionados ao tipo de cliente, já que para elas é muito mais fácil fazer programa com os homens mais velhos, que são mais carinhosos e entendem melhor a situação da profissional, diferente do cliente mais jovem, de quem a profissional sofre mais preconceito e violência, conforme aponta a fala abaixo:

> Mata Hari: Tem cliente que gosta de conversa com a gente, começam a conversá os problemas deles, acho que eles já procuram a gente assim pra distrair, né, contam até a vida do cachorro, né, no caso, verdade e tem que dar atenção, né, eu sô uma que tenho paciência, né, que a maioria dos meus clientes são tipo idoso assim sabe, a madame de Pompadour que fica caçoando dos meus clientes, né.

> Madame de Pompadour: São tudo da terceira idade.
> Mata Hari: sim, a maioria é idoso assim, nossa eu tenho uma paciência assim sabe, não sei da onde que eu tiro aquela paciência sabe, mais eu tenho com os meus clientes.
> Madame de Pompadour: Mais os véinho vêm. E a Ana Bolena é todo mundo diversificado, boyzinhos e tudo. (Conversa entre Mata Hari e Madame de Pompadour, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua)

> Que não é cliente geralmente sempre tem um engraçadinho, um rapazinho esses pleyboizinho, né, eles vão e fazem isso né... eles se acham, eles se sentim né, tão pagando, mas não pagam bosta nenhuma, fazem o serviço e saem fora e dizem assim 'se você fala alguma coisa eu te meto a mão na oreia' daí vai brigá com home, então tem que engoli seco e sair fora, fazer o que, simples. Os novinho é complicado que ninguém gosta, né, nóis têm que atendê porque é cliente, eu prefiro os véio (risos), os véio eu posso batê (risos) e os novo, eu não gosto de rapaiz novo, saio, né, tenho bastante cliente novo, mais saio brigado com eles, tem um que até nóis encrencamo direto é bem novinho sabe ele... um tem 22 e o outro tem 24 e eles são assim, tipo bem, sabe se acham, pagam? Pagam, mas assim pegam o dinheiro e jogam lá, sabe. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

A preferência pelo cliente idoso está associada ao medo das mulheres sofrerem violência e preconceito. Esta relação é mais vista na espacialidade da prostituição de rua, já que nos bares e nas boates há uma rede de cuidados para que isso não aconteça. O envelhecimento também está relacionado ao corpo, que já não aguenta mais os programas como antes e é devido à idade avançada que muitas querem sair da prostituição.

Ser profissional do sexo demanda práticas dentro do quarto que nem sempre são sexuais, mas são as da 'puta psicóloga'. Algumas mulheres gostam destas práticas, outras reclamam que têm que ficar escutando o cliente contar da vida e desabafar sobre os problemas. Esta é uma das questões que evidencia que a prostituta não vende o seu corpo, já que o ato de vender significa uma troca definitiva e o cliente não fica com o corpo da profissional, assim, as mulheres vendem prazer, carinho, afeto e, muitas vezes, o seu tempo para ouvir os clientes, segundo o trecho abaixo:

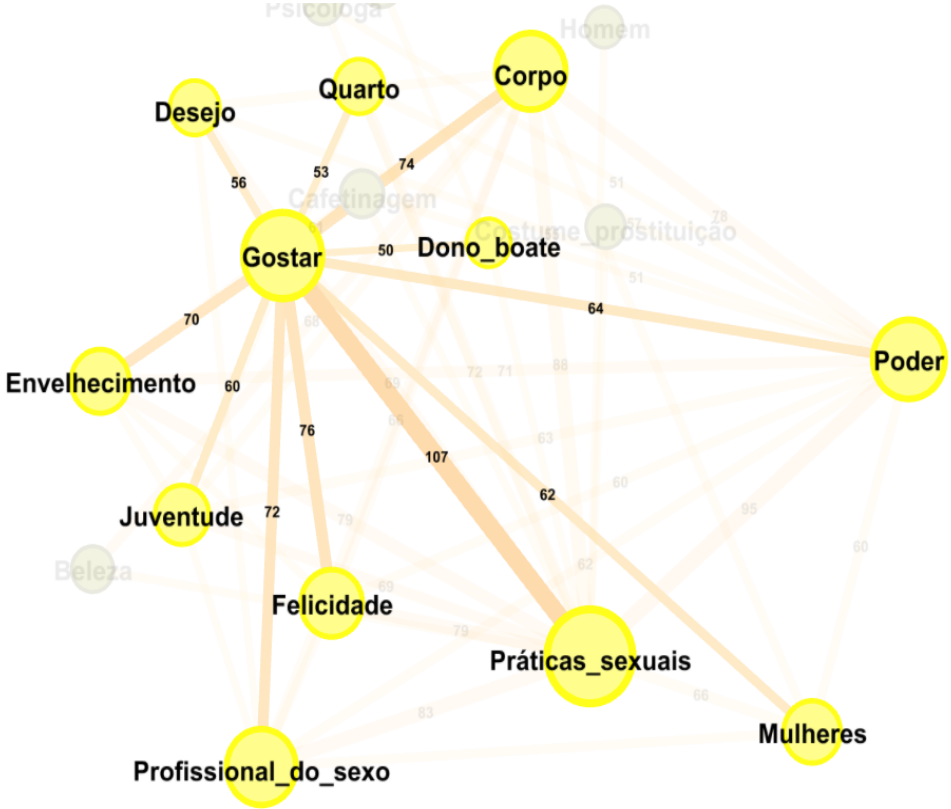
> Não, antigamente não existia isso aí, mais agora existe bastante, os home lá na frente no bar mesmo às vezes eles começam a bêbe, começam a falar da mulher deles e chora e por causa de problema entre a família deles lá, né, tem cara que vem só desabafar, bêbe e não faz pograma e tem home que entra dentro lá (apontou para os quartos) e saí e só começa a falar da mulher e nem pograma faz, no caso é assim que as menina fala. (Entrevista realizada com Gabriela, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

Esta mesma questão é discutida por Medeiros (2002), para quem há dois

tipos de psicóloga do cliente. A primeira, aquela que entende seus desejos, inclusive aqueles que estão relacionados às fantasias mais íntimas e que não estão 'dentro' das normas. A busca à profissional, neste caso, tem relação com o anonimato, liberdade e desvinculação afetiva, esta seria a psicóloga que ajuda na organização da sexualidade do cliente[121]. O segundo tipo é a psicóloga do cliente, que deve ouvir seus problemas e suas ansiedades, mesmo que não tenham conhecimento de determinado tema que o cliente fala, elas devem se mostrar interessadas e compreensivas. A autora finaliza elucidando que, para os dois tipos de psicóloga, há diversos truques e ações que não estão somente localizados no corpo, mas também na mente.

O discurso das mulheres prostitutas mães também apontou que apesar das mais diversas animosidades, elas gostam da prostituição e das relações que são estabelecidas através dessa atividade, como pode ser verificado na imagem 41:

Imagem 41 – O Sentimento Positivo na Prostituição



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães
Organização: PRZYBYSZ, J.

[121] Em muitas observações em campo ouvimos as mulheres prostitutas mães falarem sobre os fetiches dos clientes e também carregavam consigo muitos apetrechos para satisfazê-los.

É uma ilusão pensar que as mulheres prostitutas estão na atividade forçadas e que são margem nas relações de poder e este é o maior problema do feminismo abolicionista, pois quando estas mulheres são ouvidas, pode-se perceber determinadas questões que estão fora do imaginário social. Por isso a categoria 'gostar' apresenta diversas relações, porque muitas mulheres prostitutas mães em Ponta Grossa, mesmo diante das maiores animosidades da atividade gostam de estar com as amigas, das práticas sexuais, dos clientes, sentem desejo e também são felizes e que gostam quando outras mulheres frequentam os locais de prostituição sem carregarem o estigma à atividade, de acordo com os trechos abaixo.

> Ah! se fosse pra falar eu falava [sobre ser prostituta]. Não, não, medo e vergonha eu não tenho, que que adianta ter vergonha, vergonha é que nem diz o ditado é roubar e não podê carregá, ter vergonha do meu serviço, do que você faz não. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua)
>
> Não obrigação também não né, seu eu não quisesse tá aqui eu podia tá trabalhando em outro lugar, acho que por obrigação não (Entrevista realizada com Sally Salisbury, em 16 de julho de 2013, na prostituição de boate)
>
> Não [penso em sair da prostituição] porque eu já gostei da ideia de ficá assim e ficá se escondendo não tem o porquê. (Entrevista realizada com Valeria Mesalina, em 19 de dezembro de 2013, na prostituição de bar).

Gostar da atividade e das relações existente nela, principalmente aquelas voltadas às práticas sexuais, demonstra que a dificuldade da prostituição mora no estigma, preconceito e violência e não na prostituição em si. A questão aqui é que as normas de gênero estabelecidas a partir do casamento, amor, maternidade/maternagem criam dicotomias que são internalizadas por estas mulheres que se autocupabilizam pelo exercício da atividade, mas que por meio das relações estabelecidas cotidianamente passam a gostar da prostituição.

Dito de outra forma, é que as práticas sexuais são a centralidade do processo de estigmatização das mulheres prostitutas, pois não há o oferecimento do sexo de forma gratuita para homem, assim como o seu tempo, conforme aponta Juliano (2005). Além disso, o fato das práticas sexuais, a partir das relações de poder, desmantelarem o arquétipo viril do homem, desconstruindo a sua posição central referente à prática do sexo, conforme aponta Moreno (1986), e o fato destas mulheres cobrarem pelo desejo, práticas sexuais e tempo gasto com o cliente, além

de gostarem das práticas sexuais e da prostituição, separa a prostituição e as prostitutas das condutas morais, tornando-as menos mães.

Entretanto, fazer-se prostituta e os saberes em relação à atividade têm um fundamento específico, que é o ganho de dinheiro, sendo a boa prática sexual um meio e o recebimento do pagamento do cliente um fim. O ganho de dinheiro, no caso das mulheres prostitutas mães, é para sustentar a si e aos filhos, não separando as práticas sexuais, identidade de prostituta e de mãe, pois o bom exercício da prostituição significa um bom ganho de dinheiro e a subsistência dos filhos. Assim, é impossível separar a prostituição das relações econômicas, práticas sexuais e de sustento, consequentemente separar a identidade de prostituta da identidade materna.

5.4 - Desconstruindo a Dicotomia da Mãe e Prostituta: a Constituição do Espaço Relacional

A sexualidade vem sendo tratada como um tabu na sociedade, e está vinculada à privacidade e ao espaço da casa para que se mantenha uma ordem normativa a fim de preservar a imagem da 'boa' mulher, a mãe, e para que se possa regular este papel surge a 'má' mulher, a puta. As práticas sexuais são o cerne desta questão, já que toda mulher que ultrapassa o limite da sexualidade privada, do casamento e amor, aquela que faz sexo sem vinculação afetiva, e da filiação, para aquela que não tem intenção de ter filhos, é lhes dado um castigo (JULIANO, 2004).

O estigma da puta é o que divide as 'boas' das 'más' mulheres e, segundo Juliano (2004), a palavra tem sido comumente utilizada para nomear as mulheres que cobram por serviços sexuais, mas também para todas as mulheres que saem das normas de gênero e sexualidade (que vai desde as práticas sexuais até estilos de roupas), e, conforme a autora, é reservado o estigma de puta às mulheres que frequentam lugares que não estão relacionados ao convívio do marido e dos filhos, como bares, festas e até a grandes cargos de trabalho, já que uma mulher não conseguiria chegar sozinha a uma chefia sem a utilização de recursos sexuais.

Assim, para Juliano (2004), o termo puta serve para separar algumas mulheres de outras, resultando em estigma e rechaço às mulheres prostitutas, já que estas, visivelmente transgressoras, são as maiores depositárias deste estigma, inclusive o reproduzem, pois, na maioria das vezes, não gostam que as chamem de

puta, ou de “a puta é a mulher que dá para todo mundo”. Essa estigmatização que muitas vezes resulta em violência, não teria fundamento se não fosse para limitar a liberdade feminina quanto às práticas sexuais, o casamento, amor e filiação.

Essa dicotomia criada entre as próprias mulheres reforça outras dicotomias e sistemas de poder que resultam na manipulação dos corpos e limitações espaciais. Para Foucault (2012), a sexualidade foi confiscada pela família, restringindo as práticas sexuais que até o século XII eram abertas. Esta interdição criou ilegitimidades, ou seja, sexo entre homens, a prostituição, a sodomia, dentre outras coisas ou tornaram-se práticas invisíveis ou foram restritas a espaços específicos. Assim, o único comportamento sexual aceitável seria o sexo para a procriação e a sexualidade passa a ser um sistema pelo qual o poder é regimentado.

Este sistema de dominação que reforça a heterossexualidade apontada por Foucault (2012), só é sustentado pelas práticas cotidianas que, para Butler (2003), reforçam as normas de gênero dando uma falsa impressão de estabilidade de papéis, entretanto, são subvertidos de forma constante pelas próprias práticas sociais. Assim, espera-se que as mulheres desde pequenas aprendam os cuidados da casa, cresçam e casem-se virgens, cuidem do marido e dos filhos e para aquelas que não seguem com o esperado é designado o estigma da puta.

Sabemos que a partir da modernidade sexual e da pílula anticoncepcional, conforme aponta Catonné (2001), na década de 70, há uma mudança na imagem da mulher ligada à casa e ao casamento, a qual pode escolher entre ter ou não filhos, ser ou não ser puta. Mesmo que essa mudança exista e que tenha trazido uma nova concepção de mulher, as práticas cotidianas ainda têm apontado para o ideal de família, para a mãe e para a cuidadora da casa e do marido. Ainda que a mulher tenha mais acesso ao mercado de trabalho e aos espaços públicos, há uma gritante diferença das relações vivenciadas espacialmente por homens e mulheres.

Esta diferença está relacionada à vinculação do homem com a esfera pública e a mulher com o espaço privado. Isso não quer dizer que a mulher tenha menos acesso ao espaço público, mas que as atividades que desenvolve e as relações que estabelece têm sido concebidas como de ordem privada, exemplo disso são os cuidados com a casa e com os filhos, além das atividades que são desenvolvidas fora do lar que geralmente são de ordem privada, como a de cuidados, limpeza, dentre outras e que também são mal remuneradas.

Os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres mesmo que fora de casa ainda

estão ligados aos cuidados, configurando a mulher enquanto amor e o homem como liberdade, reforçando assim as normas de gênero. Quando as mulheres não exercem a atividade de cuidados, geralmente não são reconhecidas ou não se reconhecem e se culpabilizam principalmente quando se trata do cuidado da casa e dos filhos. Desta forma, para a manutenção dos sistemas de poder (FOUCAULT, 2012) e das normas de gênero e sexualidade (BUTLER, 2003), há de se manter as dicotomias, para que a mulher não abale a centralidade masculina.

Tais dicotomias, como homem/mulher, razão/emoção, público/privado, boa mulher/má mulher, têm fortalecido as normas de gênero e sexualidade e o estabelecimento de papéis identitários, assim como de mãe, cuidadora. Para McDowell (1999), os comportamentos dicotômicos têm sido interiorizados e refletem socialmente e espacialmente, organizando quem pode ou quem não pode frequentar determinados espaços e vivenciar determinadas espacialidades.

Algumas instituições como a família nuclear, o casamento, amor e maternidade/maternagem têm se estabelecido como práticas sociais importantes para a manutenção das normas e das dicotomias, dando sustentação aos sistemas de poder. A família e o casamento enquanto privação da sexualidade feminina, manutenção do cuidados pelas mulheres a partir da maternidade e maternagem e consequentemente manutenção da esfera privada ligada à identidade feminina, tem garantido às mulheres um lugar específico nas relações sociais e espaciais.

Estas práticas sociais são interiorizadas pelas mulheres, reproduzidas e naturalizadas e quando não seguem estes padrões são punidas ou se autopunem. Esta relação de autopunição é demonstrada por Badinter (2011), ao exemplificar a dor feminina das mulheres que deixam seus filhos em casa para sair trabalhar, acreditando que esta é uma prática incorreta e que influenciará o futuro dos filhos, além disso, a autora também comenta o quanto as mães são culpadas por determinadas ações dos filhos, já que a criação dos filhos é responsabilidade da mãe e nunca do pai.

As mulheres que não reproduzem os padrões sociais ligados à família, casamento, amor, maternidade e maternagem são marginalizadas, estigmatizadas e culpabilizadas. Assim, a prostituição sendo reconhecida como uma prática que contraria as normas de gênero e sexualidade tem destinado às mulheres prostitutas um papel marginal, posto que estas são reconhecidas apenas como prostitutas, nunca enquanto mulheres ou mães, mulheres que não têm família e que não podem

ter filhos. Para Cavour (2011, p. 83):

> O conceito de “moça de família” pode ter surgido deste contexto, no qual a menina virgem que estava para se casar vinha de uma família tradicional sendo encaminhada através do casamento a outra família igualmente tradicional. Já a prostituta não seria vista como “de família”, pois suas atividades levavam ao estereótipo de quem não tinha boa origem, não vinha de uma família tradicional e estava ali para servir o homem. E os filhos dessas mulheres também não seriam reconhecidos pela sociedade, sendo discriminados como os “filhos da puta”.

Assim, a prostituta tem sido vista apenas a partir desta identidade, tendo outras características identitárias, como a de mulher, mãe, podre, dentre outras e consequentemente não tem capacidade para ter uma família e cuidar dos filhos. Ainda, para esta autora: “a sociedade não consegue visualizar a figura de uma mãe cuidadosa tendo como profissão a prostituição. As imagens de imaculada da moça de família e de pervertida mundana da prostituta não são fáceis de serem fundidas no imaginário social” (CAVOUR, 2011, p. 83).

Desta forma, a prostituição é entremeada por dicotomias, relações de gênero e sexualidade, que são reforçadas e ao mesmo tempo tensionadas pela experiência e vivência destas mulheres prostitutas mães, pois são consideradas 'más' mulheres, mas ao mesmo tempo são boas mães e boas filhas, ou seja, suas vivências são permeadas por outras identidades como a de mulher, mãe, filha, esposa, amiga, dentre outras. A intersecção destas identidades não são anteriores às relações sociais experienciadas pelas mulheres prostitutas mães (McCALL, 2005), pois se assim o for, estas mulheres serão apenas reconhecidas a partir de uma identidade única: a de prostituta.

A complexidade interseccional das identidades de mulheres prostitutas mães não pode ser compreendida a partir de categorias gerais como 'gênero', 'sexualidade' e 'classe', já que não dão conta das dimensões interseccionais vivenciadas e experienciadas por estas mulheres, conforme aponta o conceito de interseccionalidade por McCall (2005). As categorias gerais são uma base para a compreensão das relações de poder e das práticas sociais que as compõem, como o casamento, família e maternidade, porém não revelam a complexidade identitária vivenciada por estas mulheres.

Segundo McCall (2005), as relações entre diversos eixos identitários derivam de diferentes contextos sociais e revelam diferentes desigualdades. Neste

sentido, é necessário compreender as identidades das mulheres prostitutas mães por meio da maternidade/maternagem, casamento, amor, prostituição, trabalho e a família, já que suas identidades são reforçadas a partir da reprodução de determinadas práticas como o casamento e a autopunição pelo exercício de maternagens, além do não reconhecimento do seu papel de provedora do lar, que seria masculino, mas também são tensionadas a partir do próprio exercício da prostituição, produção do lar e exercícios de maternagens complementar.

A prostituição é um emaranhado de relações e contextos socioespaciais que envolve o cotidiano dentro e fora do contexto da atividade e da casa, o fazer-se mulher prostituta mãe na espacialidade do bairro e do casamento, a instituição da identidade de prostituta no cotidiano, o estigma e a relação com o bairro e o marido, o exercício da maternagem nas espacialidades da prostituição, fazer-se prostituta e mãe nas espacialidades da prostituição, o sustento e o cuidado dos filhos na prostituição, a identidade materna e a instituição de maternagens no bar, na boate e na rua, as práticas sexuais, corporais e as relações de poder na prática do programa e o sentimento positivo em relação às práticas sexuais e o exercício de poder na prostituição, conforme imagem 29.

O cotidiano e experiências espaciais e temporais das mulheres prostitutas mães são estabelecidos a partir de múltiplas relações, abertas ao futuro, uma composição de estórias e plural (MASSEY, 2008). As espacialidades vivenciadas por elas são relacionais as suas identidades interseccionadas, agentes, sentimentos e desejos, não são construídas somente pelo espaço material ou a partir de uma única identidade. Neste sentido, não é possível compreender suas trajetórias somente pela identidade de profissional do sexo. A prostituição é uma heterotopia e defini-la enquanto a venda do corpo é reduzi-la a um plano virtual e por vezes irreal.

Tal como pode ser evidenciado na imagem 29, que demonstra a relação entre as comunidades 0, 1 e 2, contendo um total de 107 nós esta mostra as categorias que estão relacionadas entre si a partir de 5652 arestas. Este emaranhado de possibilidades que foi evocado a partir do discurso de mulheres prostitutas mães representa que as vivências espaciais destas não estão restritas somente a casa ou a prostituição, mas que há uma imensidão de possibilidades reais tornando a espacialidade o próprio ser, conforme aponta Massey (2008).

A 'prostituição' é central no discurso destas mulheres e por isso representa o maior peso ponderado da rede, 10718, ou seja, é a categoria que mais possui

relações com outros nós, representando a centralidade da atividade na vida destas mulheres. A prostituição tem sido considerada pela maioria das mulheres entrevistadas como a possibilidade de ganharem dinheiro, sustentarem os filhos e adquirirem a casa própria, estas expectativas também estão presentes em qualquer outro tipo de trabalho, conforme aponta o trecho a seguir:

> Gabriela: Ah! eu pra mim assim eu vou falar o que que é prostituição pra mim, a prostituição pra mim assim, eu valorizo muito eu valorizo assim as mulher que vem aqui, porque, ó, ela não vem (apontou para Victorine Meurent) ela não vem aqui porque ela gosta de tá aqui, talvez até goste, né, também porque ela também, né? lôca de sem vergonha, mas ela pode gosta, ela gosta
> Victorine Meurent: a prostituição pra mim é a casa que eu comprei, meus sete filho que eu criei
> Gabriela: Veja! sete filho que cria.
> Victorine Meurent: novinha, criei os sete... eu já me peguei até com conselho tutelar... e a gente ser bem vista onde você mora sabendo o que a gente faz porque tudo os meus vizinho me gostam
> Gabriela: hãhan e eu também.
> Victorine Meurent: eles dizem, olha tiro o chapéu pra você, né? igual um dia um crente disse assim 'Paula você não tem vergonha teu filho dentro da Igreja e você indo pro bar' daí eu falei não não tenho sabe por quê? Porque só Deus sabe do coração da gente, de repente quem tá dentro do bar é que vai prô céu, e você que com bíblia me criticando não entra. (Conversa entre Gabriela e Victorine Meurent, em 05 de novembro de 2013, na prostituição de bar).

Estar na prostituição é um misto de sentimentos entre gostar e não gostar da atividade, para aquelas que se reconhecem enquanto prostitutas/putas e que não sentem vergonha da atividade as demais relações ficam muito mais fáceis. Por outro lado, a atividade traz o peso do estigma fazendo com que estas mulheres punam-se, além de serem punidas socialmente, por exercerem a prostituição. Esta punição tem haver com as normas de gênero e sexualidade, como já evidenciado na primeira seção deste capítulo

As normas são definidoras de papéis sociais de homens e mulheres e quando construídas através da instituição da família, do casamento, do amor e da maternidade/maternagem criam a ilusão de que as mulheres devem ser boas esposas e boas mães, e através da reprodução do lar e dos cuidados têm sido vinculadas ao espaço privado, entretanto, quando não cumprem estes papéis devem ser punidas (JULIANO, 2004), contudo, elas próprias também se punem. Assim, há a instituição da 'boa' mulher e da 'má' mulher, esta dicotomia é vista na fala destas mulheres quando argumentam que: “É, por um lado é eu penso que é bom, né, que eu pelo menos sirvo pra alguma coisa, né, mais por outro lado é ruim, né, porque a

gente cobrar por uma coisa que Deus deu de graça, né, isso é errado[122]".

É a partir desta dicotomia que a mulher prostituta, principalmente aquela que esconde a atividade da família e dos filhos, cria estratégias para vivenciar a espacialidade da prostituição. Cada uma destas estratégias está relacionada com um tipo de prostituição. Na prostituição de boate, as mulheres têm no deslocamento e na 'novidade' uma forma de ganhar mais dinheiro para sustentar os filhos, por outro lado, ficam longe da prole e o exercício de maternagens é feito por mulheres da rede de pessoalidade da profissional ou do dono da boate.

Por sua vez, no bar, as mulheres tendem a deixar os filhos na escola, pois geralmente trabalham durante o dia, ou com pessoas de sua rede de pessoalidade, incluindo a família e as babás que são vizinhas. Já na rua, diferentemente das boates e nos bares, as mulheres são mais independentes e escolhem esta espacialidade para não dividir o dinheiro, para ter mais liberdade de horário e não precisarem beber, além de só estarem nos ponto enquanto os filhos estão na escola.

Ao assumirem a prostituição para sustentar os filhos, as relações com o cotidiano do bairro e da casa são subvertidas, tornando a intersecção entre prostituição e maternagens conflituosa e o espaço privado não será somente um espaço de liberdade (GOMES, 2002), como tem sido discutido teoricamente, mas também pode ser um lugar sancionado através do segredo. Assim, enquanto há uma espacialidade relacional ao mesmo tempo em que existe a concretização das dicotomias a partir do reforço do papel de boa mãe e de boa esposa, invisibilização da identidade de prostituta, há também a relação a partir do sustento dos filhos e do exercício de maternagens.

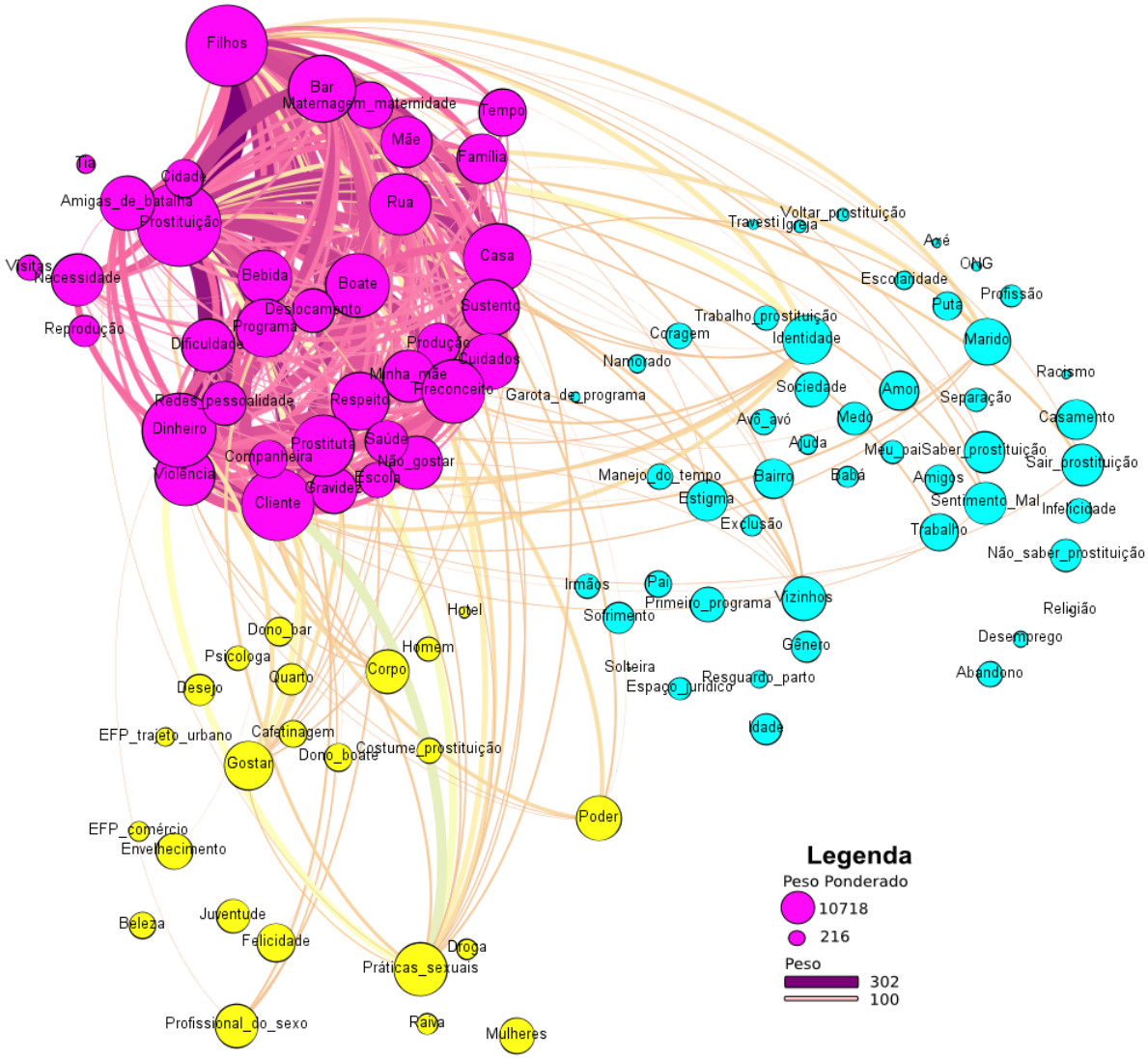
Os espaços de exercício de prostituição e de maternagens são relacionais a partir do sustento dos filhos e das estratégias para o desenvolvimento da atividade e do cuidados dos filhos. Estas estratégias estão relacionadas à rede de pessoalidades, ao segredo, a utilização da identidade materna para ganhar mais dinheiro, ao 'axé' na gravidez, dentre outros. Assim, a imagem 42[123] coloca em evidência a relação entre estes espaços a partir do cuidado e sustento dos filhos, bem como mostra que a comunidade 1 é central na intersecção entre as identidades de prostituta e de mãe e entre a associação de espaços públicos e privados.

---

[122] Entrevista realizada com Geni, em 10 de setembro de 2014, na prostituição de rua.

[123] Novamente utilizamos os pesos superiores a 100 para o estabelecimento de ligações, demonstrando a importância de ligação entre determinadas categorias.

Imagem 42 – A Intersecção entre as Identidades de Prostituta Mãe e os Espaços de Exercício de Prostituição e Maternagens



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A falta de relação entre a comunidade 0 e 2, expressa as dicotomias entre 'a boa' mulher e a 'má' mulher, reforçando as normas de gênero e de sexualidade. Entretanto, a comunidade 1 é o elo de ligação entre estas espacialidades, subvertendo a lógica da separação entre espaços públicos e privados, mesmo que a comunidade 0 expresse a espacialidade da casa e do bairro e seja percebida a partir do estigma, conforme aponta a fala de Bustuarie, quando questionada se os vizinhos comentavam algo com os filhos e com o marido:

> a vila inteira sabe, lógico a vila inteira sabe, mas ninguém comenta com os meus filhos... a vila inteirinha sabe [e ninguém comenta com o seu marido também?] não porque eles sabem que ele sabe que eu faço e chamam ele de jaguara, de sem vergonha, brigam por ele aceitar eu lá, sabe, então nóis samo, tipo na vila inteira excluído, ninguém diz um bom dia um boa tarde pra nóis, a partir do momento que nóis entramo pra dentro de casa ou final de semana, você pensa que tem um vizinho, até mesmo minha mãe, você pensa que ela vai lá, conversá com o meu marido, não. Nós ficamos o dia inteiro dentro de casa, nóis não saímo lá fora, nóis ficamo dentro de casa, as criança sai brincá, saem, vão na casa da vó, na casa da minha tia porque é tudo parente, né, mais nós samo excluído, até festas, tipo casamento, agora sábado nós temo casamento, tipo amanhã tem casamento do meu sobrinho, nós fomos excluídos, nós não, nós não... é eu e ele e as criança, nós não temo vizinho, nós não temo ninguém... ele é excluído da mãe, da família dele. É a família dele sabe o que eu sou e eu sou excluída da minha, por isso que nós samo unidos nóis dois. Você pensa que eu brigo com ele, não nóis não brigamo, nóis não discutimos, nóis não temo tempo um pro outro, é que nem ele falou 'eu chego do serviço você já tá limpando a casa, você tá lavando o banheiro, você tá fazendo isso, você tá fazendo aquilo e nunca tem tempo pra mim' nóis samo, nóis samo basicamente como irmão, é irmão que se dão bem, ao contrário dos irmão, né (risos) que os irmão geralmente não se dão bem. (Entrevista realizada com Bustuarie, em 14 de junho de 2013, na prostituição de rua).

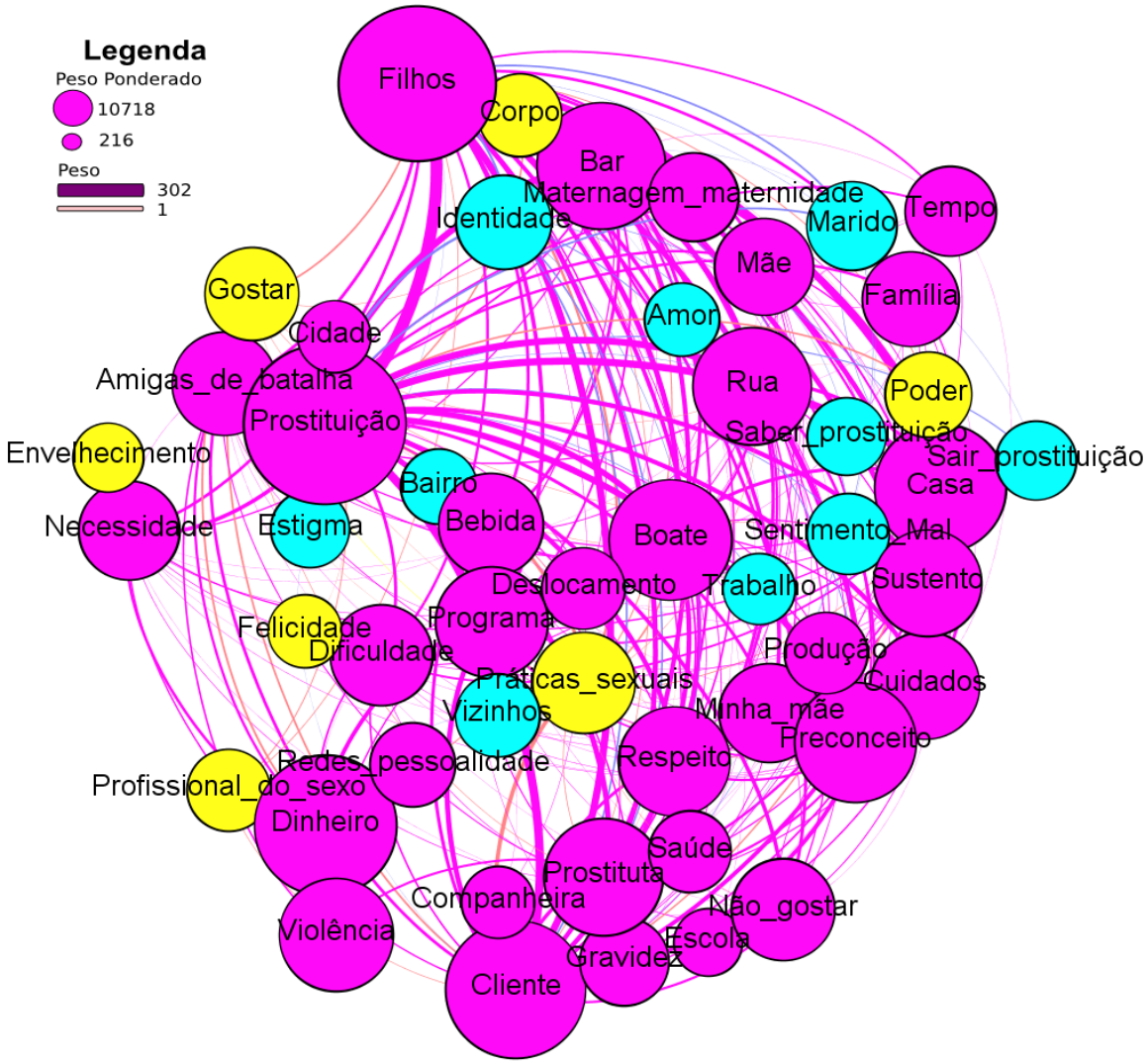
A fala de Bustuarie demonstra certa hostilidade em relação à espacialidade do bairro e da casa e por isso muitas mulheres sentem a necessidade de manter segredo sobre a atividade, até para que evitem que os filhos e o marido também sofram preconceitos. Ressaltamos que após um mês da entrevista, Bustuarie se separou e foi viver com um cliente, que era fixo havia mais de um ano e que a 'resgatou' e até os dias atuais a sustenta, junto com os filhos. Esta situação do resgate demonstra que a espacialidade do quarto propicia outras relações e não somente as práticas sexuais, outro aspecto dentro desse contexto é que as práticas sexuais possibilitam que as mulheres saiam da prostituição.

A espacialidade do quarto, na prostituição, pode ser vista de diversos ângulos, conforme aponta Medeiros (2002), a exemplo das imagens eróticas, da psicóloga, da amiga, dentre outras. Porém o campo evidencia que a espacialidade

do quarto tem sido vista a partir das lógicas de poder, onde a mulher estipula um preço para a venda de prazer e de afeto, um contrato que a faz permanecer central. A centralidade nestas relações desmistifica o que o movimento feminista tradicional, a partir do feminismo abolicionista, vem pensando em relação à prostituição. Além disso, o sentimento de gostar, que envolve o exercício da prostituição, demonstra que a atividade só torna-se ruim, quando a relacionam ao papel da 'má' mulher, ainda mais quando o objetivo final é o sustento dos filhos.

Entretanto, a dicotomia entre a 'boa' e a 'má' mulher vai se desfazer à medida que existam relações importantes entre as três comunidades que representam o discurso das mulheres prostitutas mães em Ponta Grossa, sendo a prostituição e o sustento dos filhos o elo que desconstrói tal dicotomia, conforme mostra imagem 43:

Imagem 43 – A Desconstrução das Dicotomias a partir da Vivência Espacial de Mulheres Prostitutas Mães em Ponta Grossa-Paraná



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A imagem 43 demonstra as relações de maior expressividade na rede geral[124], que estão voltadas para a comunidade que envolve a categoria 'filhos' e 'prostituição', desmistificando a irresponsabilidade da mãe prostituta que, segundo Costa (2004), tem sua imagem ligada ao abandono, aborto e exposição à imoralidade. Para Cavour (2011), as mulheres prostitutas mães não têm sido identificadas enquanto um modelo ideal de mãe e ainda há o pensamento de que a prostituição não é uma justificativa, já que poderiam ter buscado outros tipos de emprego. Da mesma forma que na pesquisa da autora, as mulheres prostitutas não têm alto grau de escolaridade, como já evidenciado no capítulo 3, e a necessidade rápida de dinheiro leva à entrada na prostituição.

A questão é que estas mulheres são reconhecidas apenas pela identidade de prostituta, entretanto, a imagem 43 é clara, ao colocar em evidência que há uma relação entre filiação e prostituição, práticas sexuais e o cotidiano da casa, demonstrando que esta também é uma forma de exercício de maternagens, já que não é levada em conta, uma vez que este seria um papel relacionado ao homem. Para Longhurst (2011), é necessário subverter a ordem masculina e expor que as pessoas devem ser capazes de ser mães, ou seja, todos devem ser capazes de oferecer cuidados às crianças e participar do exercício de maternagens.

De acordo com ela, deve haver um respeito a todos os tipos de mães ou àquelas que não querem ter filhos, o importante é que todas as mães devem ser reconhecidas e receberem apoio e não apenas aquelas que não se encaixam nos padrões ideológicos de 'boa' mãe. Para esta autora, é preciso reconhecer as construções de maternidade e maternagem por meio das múltiplas espacialidades e não dicotomizar as mulheres entre boas e más mães. Entretanto, é a partir desta dicotomização que as mulheres prostitutas mães reconstroem a perspectiva de maternagem, incluindo a mãe auxiliar, ou seja, formando uma rede de apoio que gira em torno do sustento e do cuidado dos filhos, ambos enquanto exercício de maternagens.

Sganzella (2014) também encontrou esta mesma relação de rede de maternagens formada a partir de mulheres. Há uma lógica familiar e de maternagens que envolve a mãe, a 'mãe-babá', a babá, os parentes mais próximos, assim como amigos, vizinhos e também a escola, àqueles que aceitam a atividade da prostituição e que entendem que esta é a forma de sustento dos filhos destas

[124] Foram desconsiderados os pesos menores que 100.

mulheres. Esta lógica de organização é pensada a partir da escolha do tipo de prostituição, por isso as espacialidades da rua, do bar e da boate são centrais na criação dos filhos.

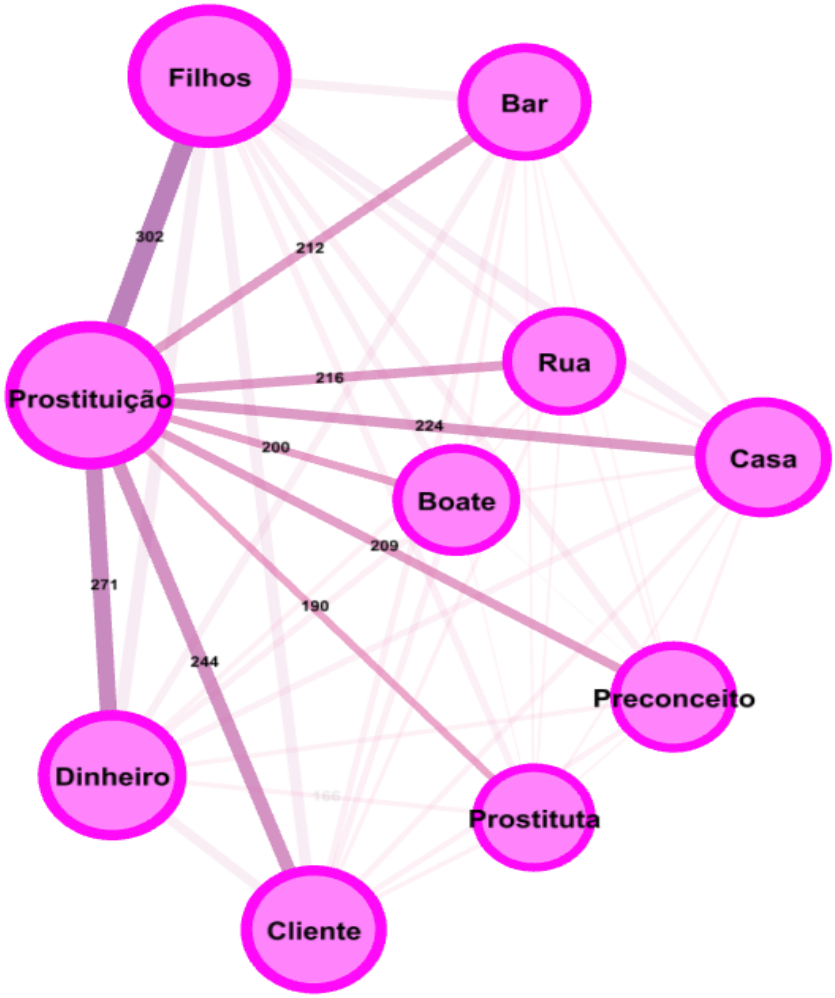
Fazer-se prostituta e mãe também depende da relação com o cliente, para ganhar mais dinheiro, e das práticas sexuais e do seu reconhecimento enquanto tal nas espacialidades do bairro e da casa. Há também uma preocupação com o segredo da atividade, pois é a partir dele que outras práticas de maternagens vão ser exercidas. A manutenção do segredo também depende da idade dos filhos, já que enquanto são pequenos é mais fácil de esconder, entretanto, quando atingem a adolescência fica mais difícil, contudo, a tendência é que aceitem a atividade da mãe, conforme aponta trecho a seguir:

> Aí você consegue esconder é mesma coisa que a Belle de Jour, ela sempre falou pro João desde pequenininho, entendeu, falou pro João o que ela fazia depois de um certo ponto que o João foi crescendo que agora já tá um homem, você vai ver no sábado o piá lá na casa, o João já tá um homem, ela teve que parar. Eu acredito que foi por causa dele. O João eu acho que tá com dezesseis anos, um baita de um homem, eu acho que foi por causa do João. Não escondem mais, não escondem mais, quem fala que esconde mente... Então aí tudo bem, até aí eu até acredito que ela não fale o que ela faça, mais vai chegar uma época se ela quiser continuar no mesmo ramo ela vai ter que falar a verdade, até pro próprio filho acabá podendo se defender. O preconceito eles vão ter se eles não souber a verdade, porque se eles não souber, entendeu, como eles se defenderem eles vão saber do preconceito [...] É difícil não aceitar, entendeu, por causa que você se acostuma tanto com a coisa boa ali, se você ficar uma semana sem a tua bolacha sem o teu iogurte sem o teu leite como que tu vai ficar, se tu ficar sem o arroz e sem o feijão, tu vai querer comer, todo dia tu tá comendo batata frita, um filé, alguma coisa, tu vai querer comer só arroz e feijão? Ou então um arroz e uma farinha, não vai querer comer. Pesa no último o financeiro. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

O trabalho na prostituição é central a partir do sustento dos filhos, como em outra atividade qualquer. Entretanto, o estigma faz com que estas mulheres se vejam enquanto duas pessoas, a prostituta e a mãe. Olivar (2013) argumenta que este é um produto histórico, em que a mulher prostituta vai cambiar-se entre uma e outra identidade, a puta sem-vergonha ou mulher honesta, porém, no caso das mulheres prostitutas mães, este câmbio não salta de uma coisa para outra, mas se inter-relaciona entre a puta/mãe/trabalhadora.

Esta relação entre prostituição, filiação e sustento que centralizam a intersecção entre a identidade de mãe e de prostituta é representada pela imagem 44, a seguir:

Imagem 44 – A Intersecção entre Prostituição, Filiação e Sustento dos Filhos no Discurso de Mulheres Prostitutas Mães em Ponta Grossa



Fonte: Entrevistas realizadas com profissionais do sexo mães.
Organização: PRZYBYSZ, J.

A imagem acima representa os nós e arestas mais pesados de toda a rede discursiva, sendo os maiores nós representados pelas categorias 'filhos' e 'prostituição', seguidos do 'dinheiro' e 'cliente'. Esta imagem desconstrói a dicotomia da 'boa' e 'má' mulher, já que a centralidade no sustento dos filhos não destoa do que uma boa mãe faz. Entretanto, é necessário que a mulher seja reconhecida enquanto provedora do lar e que o sustento financeiro dos filhos também seja reconhecido como um exercício de maternagens, podendo assim estender o cuidado da prole para outras pessoas.

Para que as mulheres prostitutas mães pertencentes à cidade de Ponta Grossa consigam exercer a maternagem a partir do sustento, elas tensionam as

normas de gênero e sexualidade estendendo a criação dos filhos a outras pessoas, enquanto uma interseccionalidade complementar da identidade materna e desenvolvendo estratégias espaciais para o exercício da prostituição, na expectativa de burlar as relações entre o estigma e a atividade desenvolvida. A tentativa de invisibilizar a identidade de prostituta reforça as normas de gênero e sexualidade, assim, estas mulheres manipulam suas identidades através das espacialidades da boate, do bar, da rua e da casa para que possam sustentar os filhos.

É impossível separar a identidade de prostituta da identidade materna, pois não há como subtrair uma identidade para vivenciar determinada espacialidade, diante disso, torna-se impossível separar o exercício de maternagens do exercício da prostituição, já que é a manutenção da atividade que permite um bom exercício de maternagens, conforme podemos ver nos trechos a seguir:

> Ana Bolena: Não interfere [ser prostituta e ser mãe], não interfere em nada. Você procura a felicidade dos teus filhos, tudo tem o certo e tem o errado, os dois caminhos, se eles forem seguir o errado não foi por falta de conselho porque faça o que eu digo e não faça o que eu faço, eu tenho uma filha mulher eu ponho ela nas mãos de Deus todo dia, entende, pra que nunca na minha vida ela tenha que vir aqui, entende, mais a gente procura ensinar, tudo a gente procura mostrar o dois caminhos, mais nem sempre eles querem, o que eles querem pra eles é o que a gente quer. Eles procuram só o lado errado, né.
> Mata Hari: Uma luta, ah! porque é uma luta contra o tempo, né, que você tá aqui com a cabeça na casa, tipo dá o horário de teu filho sair da escola, você liga, você sabe... mesmo você tando aqui, eles tão te ligando eles tão, eles tão, né, alguma coisinha tem pra gente resolver, né, então a gente tá com a cabeça aqui e tá com a cabeça em casa. (Conversa entre Ana Bolena e Mata Hari, em 19 de setembro de 2014, na prostituição de rua).

> Eu acho que normal [ser prostituta e ser mãe], dela tá chegando do trabalho, tá chegando em casa e tá sendo mãe, ali ela tá deixando o trabalho dela, de lado como se fosse um trabalho normal como uma executiva, uma advogada ou qualquer coisa entendeu, ela tá trabalhando ela vai ter que trabalhar o lado dela profissional e vai ter que trabalhar o lado dela mãe, não vai ter? Então, mesma coisa a profissional do sexo ela vai deixar o trabalho dela, vai deixar os homens pra fora do portão da casa e a hora que ela entrar ela vai ser a mãe. (Entrevista realizada com Madame du Barry, em 11 de julho de 2014, na prostituição de boate).

Os trechos acima, ao mesmo tempo, demonstram a internalização da identidade de prostituta e a sua negação, reforçando e também tensionando as normas. É neste sentido, que a intersecção das identidades de prostituta e de mãe complexifica as relações espaciais, pois há, ao mesmo tempo, um tensionamento e a reprodução das normas de gênero e sexualidade, desconstruindo dicotomias bem como as reforçando.

A venda de serviços sexuais e a instituição de maternagens nos espaços de prostituição, a partir do sustento, desestabilizam as dicotomias que são uma estratégia de manutenção dos papéis de gênero e sexualidade, conforme apontam Juliano (2005) e Duncan (1996). E, ao mesmo tempo o estigma reforça a manutenção de papéis, para que as prostitutas não sofram preconceito, principalmente na espacialidade privada, uma vez que esta é também um lugar de opressão e consequentemente relacional.

A experiência de vida das mulheres prostitutas mães é a materialização da construção destas dicotomias, entretanto, a utilização da prostituição como fonte de renda e cuidados dos filhos tensionam o papel da 'boa' mulher e consequentemente da construção de normas de gênero e sexualidade. Ao considerar a interseccionalidade das identidades de prostituta e de mãe e as estratégias para vivenciar ambos os papéis, há uma desestabilização de dicotomias e do que é considerado público e privado.

Assim, este capítulo elucidou a complexidade espacial da interseccionalidade entre prostituição e maternagens, a partir da junção conflituosa dos papéis de prostituta e de mãe que tem relação com o ideal de mãe e a 'perversão' da prostituta, por meio das relações de poder e a invisibilização da identidade materna. Portanto, estas associações colocaram em evidência que há uma desconstrução da divisão da mulher prostituta mãe e a constituição de espaços relacionais que desestabilizam as dicotomias asseguradas pela manutenção das normas de gênero e sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese respondeu a seguinte questão central: como se estabelecem as espacialidades de mulheres prostitutas no exercício de maternagens na cidade de Ponta Grossa, Paraná? Sendo esta questão subdividida em três questionamentos, os quais são: como se institui o processo de identificação profissional do sexo? como se estabelecem as diferentes configurações de prostituição que implicam nas variadas formas de maternagem? como a interseccionalidade entre maternagens e a atividade da prostituição constituem espacialidades femininas?

A partir de uma visão feminista, esta tese evidenciou que a construção da ciência não é neutra e que a elaboração teórica a partir do 'eu' é uma forma mais efetiva de mudança social, pois as experiências do sujeito pesquisador e dos pesquisados não podem ser descartadas no processo de construção de uma pesquisa. É esta consciência de que não há neutralidade e de que o foco central de uma pesquisa deve estar na busca pela realidade vivenciada pelo grupo pesquisado, sem o ar de superioridade do pesquisador que permitiu uma maior proximidade e consequentemente um envolvimento na pesquisa que passou pelo campo do sentimento e da amizade. Este envolvimento e as escolhas teóricas, políticas, trouxeram para esta pesquisa uma mudança pessoal e de empoderamento social para este grupo tão estigmatizado.

Teoricamente as escolhas, políticas, para esta pesquisa possibilitaram demonstrar que as dicotomias constroem uma forma de pensar paralela e que não condiz com a realidade vivida pelas mulheres prostitutas mães e que só fazem crescer no imaginário social o estigma a esta atividade. Estas dicotomias constroem no próprio imaginário destas mulheres que a atividade que desenvolvem é condenável, pois a prática da venda de serviços sexuais não seria algo correto perante a sociedade.

Evidenciamos que as dicotomias homem/mulher, corpo/mente, razão/emoção, público/privado, boa mulher/má mulher tem favorecido a naturalização de papéis sociais, onde a mulher é reconhecida pelo seu papel afetivo de cuidadora do lar, dos filhos e da família. Para àquelas mulheres que não seguem estes padrões, lhes é reservado o estigma da puta, daquelas que são imorais e que não tem a capacidade de cuidados, principalmente do homem, pois não estariam cumprindo com os seus papéis sociais. Esta forma de pensar que cria a boa e má

mulher é a materialização das normas de gênero e sexualidade que são reafirmadas por submecanismos como o casamento, o amor, a definição tradicional de família e principalmente a maternagem/maternidade. É a partir deste último submecanismo que o estigma a prostituição aumenta, pois é como se uma mulher que não segue estes 'padrões' sociais de mãe casada e que cuida dos filhos, fornecendo o cuidado para os filhos e o prazer de forma gratuita não pudessem ser consideradas mulheres de bem.

A maternidade/maternagem é o que reforça de forma mais intensa as dicotomias e consequentemente as normas de gênero e sexualidade, pois é a partir da naturalização das relações entre mãe e filhos e dos cuidados que a mulher deve seguir os padrões sociais de cuidados. A mãe que gera o filho deve cuidá-lo, como se a maternidade estivesse amarrada com a maternagem, enquanto a paternagem seria apenas um 'adendo' na criação dos filhos, uma ajuda, que pode ser descartada, já que o papel essencialmente masculino seria o de sustento financeiro do lar.

Quando a mulher assume o papel de sustento dos filhos, não seguindo o padrão da família tradicional e ainda escolhe a prostituição como forma de sustento há uma soma de condições de estigmas e marginalização feminina. A dificuldade em terminar os estudos, a situação de pobreza e a necessidade de sustentar os filhos sozinhas, é o que levou a escolha da prostituição. Há uma soma de fatores e a escolha ou não da prostituição vai estigmatizar estas mulheres de qualquer forma, pois a falta de um emprego leva a dificuldade de sustento dos filhos, tornando-as 'más' mães e a escolha da prostituição para então conseguir sustentar os filhos, ainda sim, torna-as 'más' mães.

Esta incoerência que estigmatiza e marginaliza estas mulheres é desconstruída a partir das relações entre espaço público privado, pois é a partir do sustento dos filhos que estas mulheres conseguem exercer a maternagem. A construção do espaço público não existiria sem o espaço privado, assim como o espaço privado não se constrói sem sua relação com o espaço público. Mesmo que para a geografia brasileira, o espaço público seja pensado de forma sobreposta e separado do espaço privado, o primeiro enquanto uma esfera de igualdade e o segundo enquanto uma esfera de liberdade (GOMES, 2002), esta postura teórica não condiz ou até mesmo chega perto de expressar a realidade social.

As espacialidades vivenciadas pelas mulheres prostitutas mães

desmistificam esta separabilidade, pois evidenciam que as relações espaciais público privado são encontros de múltiplas associações que não são somente de liberdade ou só de igualdade, mas que são construídos através de uma diversidade de agentes e atores políticos ativos dando fluidez aos espaços a partir de espacialidades.

É a partir destas múltiplas relações escalares que as mulheres prostitutas mães desenvolvem a maternagem, buscando em cada tipo de prostituição uma forma de burlar as dicotomias dando prioridade aos filhos através do sustento e ao trabalho da prostituição. O sustento dos filhos enquanto uma prioridade reconhecida somente quando produzida pelo homem e não pela mulher é o que faz com que estas mulheres desenvolvam estratégias para a manutenção da atividade e do cuidado dos filhos, que se dá também em forma de sustento.

É necessário compreender que o sustento dos filhos pela mãe também é uma forma de exercício de maternagens, sendo que este não pode ser pensado somente enquanto cuidados emocionais, se assim o for, exclui-se ainda mais as mulheres que criam seus filhos sozinhas e também àquelas que mantém junto com o marida a manutenção econômica da casa. Sustento dos filhos e da casa também é um exercício de maternagem e deve ser reconhecido enquanto tal, pois sem isso não haveria sobrevivência e consequentemente o exercício do amor e cuidado dos filhos.

Da mesma forma com que os espaços não são construções dicotômicas, as diferentes estratégias e as ações para o desenvolvimento da prostituição e de maternagens demonstram que não há uma separação da prostituta e da mãe, da 'boa' e da 'má' mulher e que estas estratégias de dicotomização são uma forma de manutenção dos sistemas de poder e para a produção de mulheres que correspondam aos papéis de gênero.

É na constituição de espaços relacionais e na espacialidade que prostituição se mostra heterogênea. A prostituição não é apenas um trabalho, não é apenas uma identidade, a prostituição é uma forma de resistências as normas e poder que são exercidos sobre as mulheres diariamente. A escolha por cada um dos tipos de prostituição é o que determina a forma de sustento dos filhos e as estratégias que permitem o tensionamento às dicotomias e as relações públicas privadas. Além disso, é a partir de cada um dos agentes em cada tipo de prostituição que as relações são estabelecidas e constituídas, impactando diretamente na construção de

espacialidades que serão refletidas nas relações públicas privadas.

Cada tipo de prostituição demanda estratégias diferenciadas para o exercício de maternagens, sendo o sustento dos filhos e as redes de pessoalidade centrais nas três realidades. O fato é que o reconhecimento do corpo feminino nas espacialidades da prostituição reforça o estigma, construindo a identidade da mulher prostituta mãe enquanto não mãe e a construção da identidade materna passa ser estendida a uma rede de pessoalidade, subvertendo as normas que vinculam a maternidade à maternagem. Este reconhecimento das mulheres prostitutas mães, enquanto menos mães, pelas próprias profissionais é a própria manutenção do poder. Entretanto, a criação de estratégias para o sustento dos filhos também é um exercício de maternagens, assim a produção do lar feminina é essencialmente uma forma de exercício de maternagens.

A desvinculação da maternagem e do sustento reforçam as normas de gênero e sexualidade, contudo, a rede semântica demonstrou que estes são relacionais, desmistificando as dicotomias homem/mulher e 'boa'/'má' mulher. No caso das mães que sustentam sozinhas os filhos, esta vinculação é central e o exercício de maternagens só é possível a partir do sustento dos filhos, não havendo possibilidades de um existir sem o outro, tornando-se relações complementares e também fundindo a identidade materna a de prostituta.

Sendo estas relações evidentes na esfera social, ela só é possível a partir da constituição de espaços relacionais onde não há distinção do que é público e do que é privado. A identidade materna é complementada a partir das redes de pessoalidade dentro e fora da prostituição e de sustento a partir das relações espaciais na prostituição, sendo assim, a construção pessoal de cada uma destas mulheres depende de suas múltiplas identidades interseccionadas, da relação com o outro e das relações socioespaciais que vivenciam, complementando ou desfazendo intersecções.

Assim, esta tese rompe com os ideais dicotômicos que têm sido reforçados através do casamento, amor, filiação feminina, gênero e sexualidade, demonstrando que as espacialidades da prostituição são constituídas por maternagens e que as maternagens são desenvolvidas através das relações com a prostituição, ou seja, as espacialidades vivenciadas pelas mulheres prostitutas mães devem ser entendidas enquanto complementares e relacionais, uma vez que a própria realidade também o é. A tese evidenciou através da intersecção entre prostituição e maternagens que as

dicotomias têm sido estratégias para a manutenção das normas de gênero e sexualidade e que a dicotomia entre espaços públicos e privados tem servido para invisibilizar a mulher enquanto agente social e principalmente desconsiderar que o pessoal também é político.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciano. *Escalas para improvisação* (em todos os tons para vários instrumentos). ed. 2. São Paulo, Ed. Irmãos Vitale, 1997. 144 p.

ARELLA, Celeste; BESSA, Cristina Fernándes; LAZO, Gemma Nicolás e VARTABEDIAN, Julieta. *Los pasos (in)visibles de la prostitución – Estigma, persucucíon y vulneración de derechos de las trabajadoras sexuales en Barcelona*. Barcelona: Lallevir e Virus editorial, 2007. 280 p.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo, posfacio: Celso Lafer. 10 ED. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 353 p.

ARIES, Phillippe. *Historia Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: livros técnicos
e científicos editora, 1981. 195 p.

ARRIBAS, Javier Rubio. Consumo y prácticas sociales "ocultas": la prostitucion. Nómadas. *Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, n. 34, p. 1-16, 2012.

AITKEN, Stuart C. Mothers, communities and the scale of difference. *Social & Cultural Geography*, v. 1, n. 1, p. 1470-1197. 2000

ASSIS, Mariana Pandrini Fraga. As esferas nos ajudam? Repensando a dicotomia público-privado na tradição feminista. In: *Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos*, 2009, Rio de Janeiro: LASA, 2009. p. 1-18. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/. Acesso em 25/11/2009.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 372 p.

_____. *O conflito:* a mulher e a mãe. Ed: Record, 2011. 196 p.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002. 225 p.

BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição:* gênero e trabalho. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. 247 p.

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013. 339 p.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*: A experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 499 p.

BEZERRA DA SILVA, Flávio. Turismo e Lazer Sexual na Cidade de São Paulo. São Paulo, 2011, 118 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BONDI, Liz e DOMOSH, Mona. On the contours of public space: a tale of three women. *Antipode*, v. 30, n. 3, 1998. p. 270–289.

BRASIL, Código Penal (1830). Código Criminal do Império do Brasil: promulgado em 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm> Acesso em: 07 de Janeiro de 2017.

BRASIL, Código Brasileiro de Ocupação. 5198-05 – Profissional do Sexo. 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf> Acesso em: 09 de Novembro de 2016.

BRENNER, Neil. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 4, 2001. p. 591–614.

BROWN, Michel. Reconceptualizing public and private in urban regime theory: governance in AIDS politics. *International Journal of Urban & Regional Research.* v. 23, n. 1, p. 70–87. 1999.

_____. Gender and sexuality I: Intersectional anxieties. *Progress in Human Geography*, n. 36 v. 4, 2012. p 541-550. doi: 10.1177/0309132511420973.

BUTLER, Judit. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CAHILL, Caitlin. The Personal is Political: Developing new subjectivities through participatory action research. *Gender, Place and Culture*, v. 14, n. 3, p. 267–292. June 2007.

CAMPOS, Mayã Polo de. *Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais: teu corpo é o espaço mais teu possível*. 2016. 144 p. (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2016.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia:* conceitos e

temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

CATONNÉ, Jean. Philippe. *A sexualidade, ontem e hoje*. 2a Edição. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p.

CAVOUR, Renata Casemiro. *Mulheres de Família:* Papéis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar. 2011, 148 p. (Mestrado em Psicologia clínica) - Programa de Pós- Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2011.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. (Orgs.). *A Invenção do Cotidiano: 2*. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 372 p.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. G*ênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013*. 2013. 140 p. (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2013.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. Edito Brasiliense, 1980. 125 p.

COHEN, Ronnie e O'BYRNE, Shannon. "Can You Hear me Now...Good!" Feminism(s), the Public/Private Divide, and Citizens United v. FEC. *UCLA Women's Law Journal*, v. 20, n. 1, 2013. p. 39-70.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New Yourk, Routledge. 2000. 335 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

_____. *O espaço urbano*. 4. ED. São Paulo: Ática, 2003. 94 p.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Introdução a Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORSO, Carla. Desde dentro: los clientes vistos por una prostituta. (Org.) OSBORNE, Raquel. Trabajador@s del sexo: Derechos, migraciones y tráfico em el siglo XXI. Barcelona: Ed bellaterra, 2004. p. 121-134.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 2004. 282 p.

COX, Kevin R. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: Looking for local politics. *Political Geography*, v. 17, n. 1, 1998. p. 1–23.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43 (6): 1991. p. 1241-1299.

DE CERTEAU, Michel. *The writing of history*. Nova York: Columbia University Press, 1988. 59 p.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais.* São Paulo: Atlas, 1981. 293 p.

DENNY, Emily St. The personal is political science: Epistemological and Methodological Issues in Feminist Social Science Research on Prostitution. *Journal of International Women's Studies.* v. 16, n 1, p. 76 – 90. Nov. 2014.

DUNCAN, Nancy. Renegotiating Gender and Sexuality in Public and Private Spaces. In: _____. *Bodyspace – Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality*. New York: Routledge, 1996. p. 127-145.

ELIZALDE, Cristina Garaizabal. La prostitución: la autodeterminación sexual del cuerpo femenino como fuente de estigma y discriminación. Orgs. AUGUSTO, Cristina Villalba e LUCENA, Nacho Alvarez. *Cuerpos Políticos y Agencia – Reflexiones feministas sobre cuerpo, trabajo y colonialidad*. Granada: Biblioteca Feminista, 2011. 131-160.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982. 302 p.

ETHINGTON, Philip. *The public city. Cambridge*: Cambridge University Press. 1994. 462 p.

FERES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento e Família: do social à clínica. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001. 145 p.

FERREIRA, Gisele Gaspar. *Sociabilidades e conflitos*: o cotidiano da Boate Chuva de Ouro. 2008, 129 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Arte e Cultura). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2008.

FERREIRA, Eduarda. Geographies of (in)equalities: space and sexual identities. In: SALVADOR, R.; FIRMINO, A.; PONTE, C.; FERREIRA, E. (Org.) *Proceedings of Geographies of Inclusion:* challenges and opportunities. Lisboa: e-GEO. 2011. p. 36-60.

FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977. 487 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1984. 174 p.

_____. *História da Sexualidade 1* – A vontade de saber. 22 ed., São Paulo: Edições Graal, 2012. 176 p.

FRASER, Benjamin. Madrid's Retiro Park as publicly-private space and the spatial problems of spatial theory. *Social & Cultural Geography*, v. 8, n. 5, Oct., 2007. p. 673-700.

FRASER, Nancy. Justice Interruptus: Critical Re ections on the 'Postsocialist' Condition. London: Routledge, 1997. 241 p.

_____. Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World. New York: Columbia University Press, 2010. 236 p.

FREITAS, Renan Springer. *Bordel, Bordéis:* Negociando Identidades. Petrópolis: Vozes, 1985. 111 p.

GABARDO, Ademir C. *Análise de redes sociais:* uma visão computacional. São Paulo: Novatec, 2015, 143 p.

GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society:* Outline of the Theory of Structuration. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1984. 417 p.

_____. *Modernidade e Identidade*. Trad. Plínio Dentzei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233 p.

GIROUX, Henry A. *Public Spaces, Private Lives:* Beyond the Culture of Cynicism. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2001. 208 p.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 124 p.

GOHEEN, Peter G. Public space and the geography of the modern city. *Progress in Human Geography*. v. 22, n. 4, 1998. p. 479-496.

GOMARIZ, José Barahona e VICENTE, Luis Mariano García. *Una aproximación al perfil del cliente de prostitución femenina em la comunidade de Madrid*. Madrid: Dirección General de la Mujer, Consejería de Trabajo, 2003. 206 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade, Rio de Janeiro. Ed: Bertrand Brasil, 2002. p. 304.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco; SAHR, Cicilian Luiza Lowen e SILVA, Marcia da. *Espaço e Tempo*: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 13-30.

GUERREIRO, Américo José Caulino. *Análise de redes sociais: Aplicação a uma rede de clientes*. 2012, 73 f. Dissertação (Mestrado em Análise de Dados e Sistemas de Apoio à Decisão). Universidade do Porto. Porto. 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. 102 p.

HANKE, William. Espaço, interseccionalidades e vivência cotidiana gay na cidade de Ponta Grossa, Paraná. 2016, 228 p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016.

HART, John Fraser. The highest form of the geographer's art. *Annals of the Association of American Geographer*, v. 72, n. 1, p. 1-29. Mar. 1982.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

_____. *Condição Pós- Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993. 349 p.

_____. What is scale and how do we think about it? In: _____. *Scale*. New York: Routledge, 2011. p. 1-59.

HOLLOWAY, Sarha L. Reproducing motherhood. In: LAURIE, N.; DWYER, c.; HOLLOWAY, S. e SMITH, F. Geographies of New Femininities. Longman: Edinburg Gate. 1999, p. 91-112.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir:* a educação como prática libertadora. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. 283 p.

HOWITT, Richard. Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area*, v 30, n. 1, 1998, p. 49-58.

HUBBARD, Phil. Sexuality, immorality ad the city: red-light districts and the marginalisation of female street prostitutes. *Gender, Place and Culture*, v. 5, n. 1.

1998. p. 55-72.

_____. *Sex and the city:* geographies of prostitution in the urban west. Aldershot: Ashgate, 1999. 264p.

_____. *Cities and Sexualities*. Canada: Routledge, 2012. 256 p.

HUBBARD, Phil; MATTHEWS, Roger e SCOULAR, Jane. Rethinking scale as a geographical
category: from analysis to practice. *Gender, Place and Culture*
, v. 15, n. 2, p. 137–152. April 2008.

JAN SILVA, Carlos da. O conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Angelo.; OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Território sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 19-41.

JAY, Nancy. Gender and dichotomy. *Feminist Studies*, v. 7, n. 1, p. 38–56. 1981.

JOHNSTON, Lynda. Man:Woman. In: CLOKE, Paul e JOHNSTON, Ron. *Sapaces of Geografphical Thought: Desconstructing Human Geography's Binaries*. London: SAGE Publications Ltd., 2005. p. 119-141.

JULIANO, Dolores. *Excluidas y marginales:* Una aproximación antropológica. Madrid: Cátedra, 2004. 228 p.

_____. El trabajo sexual en la mira: polemicas y estereotipos. *Cadernos Pagu*, n. 25, Campinas, jul./dez. p. 79-106. 2005.

_____. *Delito y pecado*. La transgresión en femenino. Política y Sociedad, v. 46. n. 1 e 2, 2009, pp. 79-95.

KAISER, Robert e NIKIFOROVA, Elena. The performativity of scale: the social construction of scale effects in Narva, Estonia. Environment and Planning D: Society and Space, v. 26, 2008. p. 537-562.

KATZ, Cindi. All the world is staged: intellectuals and the projects of ethnography. *Environment and Planning D*: Society and Space, v. 10, n. 5, p. 495-510. 1992.

KELLY, Phill, The geographies and politics of globalization. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 3, 1999. p. 379-400.

KNOPP, Larry. On the relationship between queer and feminist geographies. *The*

Professional Geographer, v. 59, n. 1, p. 47-55. 2007.

LACLAU, Ernesto. *New reflections on the revolution of our time*. Londres: Verso, 1990. 263 p.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 374 p.

LEITE, Gabriela. *Filha, Mãe, Avó e Puta* – A história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 192 p.

LEWIS, Vek. Volviendo visible o invisible: hacia un marco conceptual de las migraciones internas trans em Mexico. *Cuicuilco*, v. 54, 2012. p. 219-240.

LIM, Lean. El sector del sexo: la contribución económica de una industria. In: OSBORNE, R. *Trabajadores del sex:* derechos, migraciones y tráfico em el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 57-83.

LONGHURST, Robyn. *Maternities:* gender, bodies and space. Nova Yourk: Routledge. 2011. 186 p.

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho*: Ensaios Sobre Sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96 p.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. *Dicionário da crítica feminista*. Lisboa: Afrontamento, 2005. 200 p.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, p. 219–242. 2000.

_____. A Long Way from Home:
Domesticating the Social
Production of Scale. SHEPPARD, Eric e McMASTER, Robert B. *Scale and Geographic Inquiry:* Nature, Society, and Method. Blackwell Publishing Ltd., 2004. p. 170-191.

MASSEY, Doreen B. *Space, place and gender.* Mineapolis: University of Minnesota Press . 1994. 280 p.

_____. *Pelo Espaço*: Uma Nova Política da Espacialidade. trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. (Orgs.). *A Invenção do Cotidiano: 2*. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e

Lúcia Endlich Orth. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 37 – 188.

McCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal of Women, Culture and Society*, v. 30, n. 3, 2005, p. 1771-1800. doi: 10.1086/426800

McDOWELL, Linda. *Gender, identity and place*: understanding feminist geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. 283 p.

MEDEIROS, Regina de Paula. *Hablan las putas: Sobre prácticas sexuales, preservativos y SIDA en el mundo de la prostitución*. 3 ed, Barcelona: Virus Crónica, 2002, 233 p.

MITCHEL, Don. The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 85, n. 1, p. 108-133. 1995.

_____. *Introduction*: Publico Space and the city. Urban Geography, v. 17, n. 2, 1996, p. 127-131.

_____. *The right to the city:* social justice and the fight for public space. New York: Guilford Press, 2003. 140 p.

MONK, Janice. Working Together: Feminist Perspectives on Collaborative Research and Action 1. *ACME*: An International E-Journal for Critical Geographies, v. 2, n. 1, p. 91-106. 2003.

MONTANARI, Valdir. *História da Música da Idade da Pedra à Idade do Rock.* 4. ed. São Paulo, Ed. Ática, 1993, 86 p.

MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da vila:* Prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópoles, Brasil: Vozes, 1995. 283 p.

MORENO, Amparo Sarda. *El arquetipo viril protagonista de la historia*. Ejercicios de lectura no androcéntrica. Barcelona: La Sal, 1986. 118 p.

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography,* v. 32, n. 2, 2008. p. 203–225

NARVAZ, Marta Gludice; KOLLER, Silvia. Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 11, n. 3, Dec. 2006.

NASH, Jennifer. Re-thinking Intersectionality. *Feminist Review,* v. 89, 2008, p. 1-15. doi: 10.1057/fr.2008.4.

OLIVAR, José Miguel Nieto. *Devir Puta*: politicas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2013. 354 p.

PASINI, Elisiani. Limites Simbólicos Corporais na prostituição feminina. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14 Corporificando Gênero, 2000. Disponível em <www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/.../n14a07.pdf> Acesso em: 22 Out. 2013.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, 348 p.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Histórias de mais de 60 anos. Estudos Feministas. *Dossiê Gênero e Velhice*. Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 148-168, 1997.

PEREIRA, Ivonete. "*As Decaídas":* Prostituição em Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. 139 p.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. Camplinas, *Cadernos Pagu*, v. 25, 2005. p.77-23.

PLATERO, Lucas. *Intersecciones:* cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2012. 327 p.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRZYBYSZ, Juliana. Articulando Os Espaços Público E Privado: Gênero E Famílias Monoparentais Femininas. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.29-39, jan./jul. 2009.

_____, Juliana. *Articulando os espaços público e privado: transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio, após a dissolução conjugal na cidade de ponta grossa – paraná*. 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2011.

PRZYBYSZ, Juliana. Mulheres Especialmente Marginalizadas: Uma Entrevista com Dolores Juliano. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 155-165, jan./jul. 2016.

_____. Articulando Os Espaços Público E Privado: Transformações Das Espacialidadesvividas Pormulheresmoradoras De Periferias Pobres Após A Dissolução Conjugal Na Cidade De Ponta Grossa – Pr. *Revista Latino-americana de*

Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 105-116, jan. / jul. 2012.

PULIDO, Laura. Cummunity, Place, and Identity. In: JONES III, John Paul; NAST, Heidi J.; ROBERTS, Susan M. *Thresholds in Feminist Geography: Difference, Methodolgy, Representation*. Boston: Rowman e Littlefield Publisher, INC, 1997. p. 11-28.

RACINI, Jean Bernardi; RAFFESTIN, Claude e RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma Interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 123-135. 1939.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar:* a utopia da cidade disciplina Barsil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 209 p.

RAMALHO, Nélson. O trabalho sexual: discursos e práticas dos assistentes sociais em debate. *Sexualidad, Salud y Sociedad -- Revista Latinoamericana*, n.12, p. 64-91. dec 2012.

RAMOS, Diana Helene. *"PRETA, POBRE E PUTA":* a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015, 337 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em Planejamento urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Manuela. As prostitutas também são mães: Contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema. In: Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Exclusões, 5., 2004, Braga*. Actas...* Braga: Universidade do Minho - Campus Gualtar, 2004. p. 27-38.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos e MATTOS, Rogério Botelho de. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. *Revista Território*, n. 1, v. 1, 1996. p. 59 a 76.

RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. Relief Maps: developing Geographies of Intersectionality. Gender. *Place and Culture*. v. 21, n. 8, p.1-32, 2013.

_____. ¿Quién tiene Derecho a la Ciudad? Jóvenes Lesbianas en Brasil y Cataluña desde las Geografías Emocionales e Interseccionales. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 3 - 20, jan. / jul. 2016.

ROSE, Gillian. *Feminism & geography*: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity press, 1993. 205 p.

_____. Situating knowledge: positionality, reflexities and other tactics. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 3, p. 305-320. 1997.

ROUDINESCO, Elisabeth. A família em desordem. Trad: Adré Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003. 94 p.

ROUGEMONT, Dennis. *A História do Amor no Ocidente*. Tradução: Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. 2a ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2003. 543 p.

SALES, Ana Paula Luna. Espaços de prostituição, espaços de dominação. (Org.) SIMÕES, Soraya silveira; SILVA, Hélio R. S. e MORAES, Aparecida Fonseca. *Prostituição e outras formas de amor*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014, p. 211-236.

SANCHES, Silvana Colombelli Parra. *Envelhecimento e saúde das profissionais do sexo em Mato Grosso do Sul.* 2007, 151 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMGS. Campo Grande. 2007.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço:* a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977. p. 81- 99.

_____. *O espaço dividido.* Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 440 p.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. Paulo: Hucitec, 1988. 132 p.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.(org.). *A construção do espaço.* São Paulo: Nobel, 1986. 149 p.

SANTOS, Veronica Gomes dos. Prostitutas mães e a educação de seus filhos: corpo, cena e discurso no centro de fortaleza – CE. 2011, 65 p. Dissertação (Mestrado em Educação brasileira) – Programa de pós-graduação em educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

SARTI, Cynthia. A. *A família como espelho:* um estudo sobre a moral dos pobres. 4. Ed, São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O valor da família para os pobres. (Org.) RIBEIIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara Torres. Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade
brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 131-150.

SCHNEIDER, Elizabeth M. 'The violence of privacy'. In: Fineman, M. e Mykitiuk R.

(ORGs). *The Public Nature of Private Violence*. New York: Routledge. 1994. p. 36-58.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. p. 71-99. 1995.

SENNETT, Richard. *The fall of public man*. New York: Norton, 1992. 386 p.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP* - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, p. 21-37. 2004

_____, Angelo. Os esp aços púb lic os d a sal vador contem porân ea. In: CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de e PEREIRA, Gilberto Corso. C*omo anda Salvador e sua região metropolitana*. [online]. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 173-188.

_____, Angelo. Microterritórios E Segregação No Espaço Público Da Cidade Contemporânea. *Revista Cidades.* v. 10, n. 17, p. 61-75. 2013.

SERPA, Monise Gomes. *Exploração sexual e prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes*. Rio Grande do Sul, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

SGANZELLA, Natália Cristina Marciola. “Feita só por mãe!”: sentidos de maternidade e família entre mulheres prostitutas. (Org.) SIMÕES, Soraya silveira; SILVA, Hélio R. S. e MORAES, Aparecida Fonseca. *Prostituição e outras formas de amor*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014, p. 387-417.

_____. “Feita só por mãe!”. Sentidos de maternidade e família entre mulheres prostitutas. 2011, 101 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

SHEPPARD Eric; MCMASTER, Robert. *Scale and Geographic Inquiry:* Nature, Society and Method. In Malden - USA: Blechwell, 2004. 288 p.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132 – 154. jan. / jul. 2016.

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Angelo.; OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Território sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 19-41.

SILVA, Joseli. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: _____ (Org.). *Geografias subversivas*: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2009a. p. 25-53.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____ (Org.). *Geografias subversivas*: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2009b. p. 93-113.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN, Alides Baptista e PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-142.

SILVA, Joseli Maria e SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento e SILVA, Joseli Maria. Interseccionalidades (ORGs). *Gênero e Sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2014. p. 17-35.

SIMONSEN, Kirsten. The body as battlefield. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 25, n. 1, 2000. p. 7-9.

SMITH, Neil. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space.* Oxford: Blackwell, 1984/1990. 344 p.

STAEHELI, Lynn A. Publicity, privacy, and women's political action. *Environment and Planning D: Society & Space,* v. 14, n. 5, 1996. p. 601–619.

SOISTAK, Ana Claudia, MARTINS, Luciane do Rocio Moura e TAQUES, Thiago Barboza - *Prostituição e estruturação de um espaço de resistência feminina no Jardim Bom Retiro*. 2009, 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2009.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Org: VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. *A mulher brasileira nos espaços público e privado.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-120.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a Ágora*: Reflexões em torno do planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 631 p.

SUTHERLAND, Kate. Work, sex, and sex-work: Competing feminist discourses on the international sex trade". *Osgoode Hall Journal*, v. 42, p. 139-167. 2004.

TAN, Qian Hui. Flirtatious geographies: clubs as spaces for the performance of affective heterosexualities. *Gender, Place and Culture*, v. 20, n. 6, p. 718–736. 2013.

TAYLOR, Peter J. Geographical scales within the world-economy approach. *Review*, v. 5, n.1, p. 3-11. 1981.

_____. A materialist framework for political geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, v. 7, n.1, p. 15-34. 1982.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia:* um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar:* a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

VALENTINE, Gill. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. *The Professional Geographer,* v. 59, n. 1, p. 10-21. 2007.

WOODWARD. Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Ed: Vozes, 2000. 6 – 37.

ZUKIN, Sharon. *The cultures of cities. Cambridge*. MA: Blackwell. 1995. 338 p.

ANEXO DA PESQUISA 01 – Questionário quantitativo para o levantamento do perfil da prostituição em Ponta Grossa - PR

Questionário n°_____ Data:_____
Local da entrevista:_____
Nome:_____
Idade:_____ Local de moradia:_____

1 - Estado civil:
( ) solteira
( ) casada
( ) união estável
( ) Divorciada
( ) Separada

2 - Escolaridade:
( ) Ens. Fundamental completo
( ) Ens. fundamental incompleto
( ) Ens. médio completo
( ) ens. médio incompleto
( ) ens. superior completo
( ) ens. superior incompleto
( ) EJA

3 - Quanto tempo na atividade?
( ) 0 – 1 ano
( ) 2 a 3 anos
( ) 4 a 5 anos
( ) 6 a 7 anos
( ) 8 – 9 anos
( ) 10 - … anos

4 - Com quantos anos iniciou na atividade?
_____

5 - Possui filhos?
( ) sim ( ) não

6 - Quanto filhos possui?
( ) 1 – 2
( ) 3 – 4
( ) 5 – 6
( ) 7 – 8
( ) 9 – 10
( ) 11 - …

7 - Idade dos filhos:
( ) 0 – 1
( ) 2 a 3
( ) 4 a 5
( ) 6 a 7
( ) 8 a 9
( ) 10 a 11
( ) 12 a 13
( ) 14 a 15
( ) 16 a 17
( ) 18 a …

8 - Mora com os filhos?
( ) sim ( ) não

9 – Com quem eles ficam enquanto você trabalha?_____

9 - Se não mora, com quem eles moram?
_____

10 - Em alguma época da vida morou com os filhos?
( ) sim ( ) não

11 - Se sim, quanto tempo?
( ) 0 - 1 ano
( ) 1 a 2 anos
( ) 3 a 4 anos
( ) 5 a 6 anos
( ) 7 a 8 anos
( ) 9 a 10 anos
( ) 11 a … anos

12 - Se não, ajuda financeiramente?
( ) sim ( ) não

13 Faz suas atividades com quem?
( ) homens ( ) mulheres ( ) casal

14 - Tinha outro emprego anterior à atividade atual?
( ) sim, qual_____ ( ) não

15 - Sempre trabalhou neste local ou em outros locais também (ponto)?
( ) Sempre neste local
( ) em outros locais, quais_____

16 - Só desenvolveu esta atividade aqui ou em outra cidade?
( ) só aqui em Ponta Grossa
( ) outras cidades, quais_____

17 - Já sofreu violência nesta atividade?
( ) sim ( ) não

18 - Se sim, que tipo de violência?
( ) física ( ) verbal

19 - Já sofreu preconceito nesta atividade?
( ) sim ( ) não

20 - Que tipo de preconceito?
( ) social
( ) dos vizinhos
( ) da família
( ) outro, especifique_____

ANEXO DA PESQUISA 02 – Questionário quantitativo para o levantamento do perfil da prostituição em Ponta Grossa - PR

Roteiro de entrevista semiestruturado

Roteiro de entrevista n°_____
Data da entrevista_____
Local da entrevista_____

Identificação da entrevistada

Nome fictício? Idade? Escolaridade? Estado Civil? Quantos filhos possui? Moram com você? Se não moram, com quem moram? Ajuda financeiramente os filhos? Porque moram com outra pessoa? Idade dos filhos? Com quem reside e quantas pessoas residem com você? Renda individual? Renda familiar? Quem é o responsável pelo sustento da família? Local que reside? Mora em Casa própria, alugada, cedida? Trabalha em outra Atividade além da prostituição? Quanto tempo está nesta profissão?

Ser profissional do sexo

1 - Como se autodenomina em sua profissão / O que é prostituição para você?
2 - Como começou a trabalhar na atividade da prostituição?
- Motivos que levou / quem indicou ou vontade própria / onde começou a se prostituir?
- Houve cafetinagem / o que é cafetinagem para você / quais eram as práticas de cafetinagem?
- Se trabalha nesta profissão em outra cidade / Como veio fazer programa aqui na cidade?

3 - Como foi se ver nesta profissão (enquanto prostituta) / Como você sente nesta profissão / Quais eram suas práticas de prostituição no início / quais são suas práticas de prostituição atualmente?
4 – Como é a sua vida nesta profissão?
- em relação ao seu local de trabalho (rua / boate / bar);
- horário em que trabalha / porque deste horário de trabalho;
- em ralação as suas companheiras de trabalho

5 – O que é ser profissional do sexo?
Em relação:
- Sociedade;
- Saúde pública;
- Escola;
- A cidade;
- Bairro;
- Vila;
- Vizinhança;
- Como é o relacionamento com os moradores da vila?;
- Como é chegar em um posto de saúde, loja, ou outro local?;

6 – Já sofreu algum tipo de preconceito / discriminação?
7 - Como você acha que as pessoas te veem enquanto profissional do sexo?

Em relação aos seus clientes

1 - Quantos você atende diariamente / Que tipo de clientes atende homem, mulher, casal / Como é sua relação com os clientes / O que é ser prostituta em relação ao seu cliente / Ser mãe traz algum problema em relação ao seu cliente?

Em relação à família

1 - Como é ser profissional do sexo em relação a sua família / Em relação aos seus filhos?
2 - Sobre seus filhos eles são fruto de seu casamento / união ou são filhos da prostituição?
3 - Sobre sua gravidez / Continuou na prostituição quanto estava grávida / Como foi se ver grávida e ser profissional do sexo / Como foi estar grávida e trabalhar enquanto profissional do sexo em relação com a rua / sociedade / família / vizinhança?
4 - Depois que seus filhos nasceram como foi ser mãe e profissional do sexo / Como você faz para administrar a vida de mãe e profissional do sexo / em relação à escola / cuidado com a casa / financeiramente / vizinhança / sociedade e a rua?
5 - Seus filhos sabem de sua profissão / como é a relação dos seus filhos com a profissão que você exerce?
6 – O que você pensa em relação ao seu futuro e em relação ao futuro de seus filhos?
7 – Como você avalia ser mãe e ser profissional do sexo?

Palavra livre...

1 - E hoje, tem cafetinagem?
2 - Pensa em parar de se prostituir, por quê?
3 - Qual a relação entre a prostituição e ser mãe?

ANEXO DA PESQUISA 03 – Relação de artigos em periódicos científicos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 investigados pelo Sistema Qualis da Capes, período 1974 a 2013

Ano	Autoria	Origem Institucional	Título	Revista
2010	Profª. Drª. Clarice Cassab	Universidade Federal De Juiz De Fora	A Cidade Como Espaço Público: Uma Interpretação Pautada Na Fala Dos Jovens	Mercator
2006	Oscar Sobarzo	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	A Produção Do Espaço Público: Da Dominação À Apropriação	Geousp
2008	*Alice Nataraja Garcia Santos*	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	Espaço Público Como Imagem Da Cidade: Interpretações De Um Geógrafo No Cinema	Cidades (Presidente Prudente)
2005	*Angelo Serpa*	Universidade Federal Da Bahia	Espaço Público, Cultura E Participação Popular Na Cidade Contemporânea	Terra Livre-Agb
2004	Angelo Serpa	Universidade Federal Da Bahia	Espaço Público E Acessibilidade:Notas Para Uma Abordagem Geográfica	Geousp
2013	Ana Fani Alessandri Carlos	Universidade De São Paulo	Espaço Público E 'nova Urbanidade' No Contexto Do Direito Á Cidade	Confins (Franco-Brasileira)
2005	*Paulo César Da Costa Gomes*	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	O Silêncio Das Cidades: Os Espaços Públicos Sob Ameaça, A Democracia Em Suspensão	Cidades (Presidente Prudente)
2009	Gisela Barcellos De Souza	Universidade Estadual De Maringá	Paisagens Rurbanas Ou A Tensão Entre Práticas Rurais E Valores Urbanos Na Morfogênese Dos Espaços Públicos De Sedes De Municípios Rurais. Um Estudo De Caso.	Sociedade & Natureza - Ufu
2006	Edmilson Santos Dos Santos	Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos	Reflexões Sobre A Utilização De Espaços Públicos Para O Lazer Esportivo	Ra'e Ga (UFPR)
2009	Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde	Universidade De São Paulo	Sobre Espaço Público E Heterotopia	Geosul
1995	*Rogério Botelho De Matos, Miguel Angelo Campos Ribeiro*	Istituto Brasileiro De Geografia E Estatística	Territórios Da Prostituição Nos Espaços Públicos Da Área Central Do Rio De Janeiro	Boletim Goiano De Geografia
2009	Alice Nataraja Garcia Santos	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	A Geografia Das Imagens: Discutindo O Espaço Público No Filme De Eric	Espaço E Cultura (UERJ)

			Rohmer	
2010	Carlos Alexandre De Bortolo	Universidade Estadual De Maringá	A Produção De Um Espaço Público E Os Agentes Produtores Da Cidade: O Caso Do Lago Igapó Em Londrina - Pr	Geo Uerj
2011	Rosimeri De Lourdes Estevão Cunha E Kelson De Oliveira Silva	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	Apropriação Territorial Das Praias E O Uso Do Espaço Público Pelos Hotéis Da Via Costeira- Natal/Rn	Caminhos De Geografia
2009	Julia Lossau	Geografia Da Humboldt-Universität, Berlim	Arte No Espaço Público: Sobre As Relações Entre As Perspectivas Artísticas E As Expectativas Das Políticas De Desenvolvimento Urbano	Geotexto
2011	Camilo Darsie De Souza	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	As Campanhas De Promoção Da Saúde E Suas Implicações Nas Relações Socioespaciais Entre Fumantes E Não Fumantes No Espaço Público	Hygeia (UFU): Revista Brasileira De Geografia Médica E Da Saúde
2012	Marcos Antônio Silvestre Gomes, Rosineide Nascimento Da Silva, José Cláudio Dos Santos Silva, Thiago Gilney Ferreira Silva	Geografia Da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal De Sergipe, Universidade Federal De Alagoas,Universidade Federal De Alagoas	Caracterização E Análise Dos Espaços Públicos Da Cidade De Arapiraca-Al	Ateliê Geográfico Ufg
2009	Carlos Roberto Loboda	Universidade Federal De Uberlândia	Espaço Público E Práticas Socioespaciais: Uma Articulação Necessária Para Análise Dos Diferentes Usos Da Cidade	Caderno Prudentino De Geografia
2004	Vincent Berdoulay	Laboratório Set	Modernismo E Espaço Público: O Plano Agache Do Rio De Janeiro	
2007	Rodrigo R. H. F. Valverde	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	Por Uma Perspectiva Geográfica Dos Espaços Públicos: Repensando A Espacialidade Da Dimensão Social	Espaço E Cultura
2010	Bárbara Beatriz Da Silva Nunes E Rildo Aparecido	Universidade Federal De Uberlândia	Qualidade De Vida E Espaços Livres Públicos Do Setor Oeste Da Cidade	Caminhos De Geografia

	Costa		De Uberlândia/Mg	
1996	*Miguel Angelo Campos Ribeiro E Rogério Botelho De Matos,*	Istituto Brasileiro De Geografia E Estatística	Territórios Da Prostituição Nos Espaços Públicos Da Área Central Do Rio De Janeiro	Revista Território
2009	Juliana Przybysz	Universidade Estadual De Ponta Grossa	Articulando Os Espaços Público E Privado: Gênero E Famílias Monoparentais Femininas	Terr@A Plural
2012	Juliana Przybysz	Universidade Estadual De Ponta Grossa	Articulando Os Espaços Público E Privado: Transformações Das Espacialidadesvividas Pormulheresmoradoras De Periferias Pobres Após A Dissolução Conjugal Na Cidade De Ponta Grossa - Pr	Revista Latino-Americana De Geografia E Gênero
2009	Marcia Isabel De Vargas Benaduce	Universidade Federal De Santa Maria	Parque Itaimbé - Santa Maria/Rs: Gênese De Um Espaço Público/Privado	Geografia Ensino & Pesquisa
2011	Thiago Barcelos Soliva	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	A Rua E O Medo: Algumas Considerações Sobre A Violência Sofrida Por Jovens Homossexuais Em Espaços Públicos.	Revista Latino-Americana De Geografia E Gênero
2012	Tiago Estevam Gonçalves E Tatiane Rodrigues Carneiro	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Ceará, Universidade Federal Do Ceará	Espaço Público E Shopping Center Na Cidade Contemporânea: Novos Significados Do North Shopping Em Fortaleza - Ce	Geografares
2005	Caio Maciel	Universidade Federal De Pernambuco	Espaços Públicos E Geo-Simbolismos Na Cidade-Estuário: Rios, Pontes E Paisagens Do Recife	Revista De Geografia (Recife)
2013	Karina Eugenia Fioravante	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	Espaços Públicos, Imagens Do Urbano E Pedro Almodóvar: A Cidade Cinemática De Um Cineasta Pós-Moderno	Revista Geografar
2011	Nadir Leandro Souza E Bruno Luiz Domingos De Angelis	Universidade Estadual De Maringá	Espaços Públicos Para Lazer Na Área Do Parque Municipal Cinturão Verde De Cianorte - Módulo Mandhuy	Acta Geográfica
2012	Camilo Darsie	Universidade Federal Do Rio Grande Do	Microterritorializações Urbanas: Questões Contemporâneas Sobre	Terraplural

		Sul	Os Sujeitos Fumantes E O Espaço Público	
2012	Fernando De Souza Nunes	Universidade Estadual De Feira De Santana	O Espaço Público Na Dinâmica Da Paisagem Da Praça Morena Bela Da Cidade De Serrinha-Ba	Geografia Ensino & Pesquisa
2010	Flávia Slompo Pinto	Universidade Estadual De Campinas	Territórios Religiosos: Usos Dos Corpos E Do Espaço Público Em Uma Experiência De Catolicismo Na Metrópole	Geografia Ensino & Pesquisa
2012	*Carlos Alexandre Bortolo*	Universidade Estadual De Maringá	Transformações No/Do Espaço Urbano E A Dinâmica Da Produção De Um Espaço Público: Um Ensaio Sobre O Parque Ido Povo Em Presidente Prudente - Sp	Acta Geográfica
2010	Sem Acesso	Sem Acesso	Uma Discussão Geográfica Sobre A Privatização Dos Espaços Públicos Pelo Turismo	Revista De Geografia (Recife)
2012	Lucas Melgaço	Vrije Universiteit Brussel, Faculty Of Law And Criminology	A Cidade De Poucos: Condomínios Fechados E Aprivatização Do Espaçopúblico Em Campinas	Boletim Campineiro De Geografia
2010	Igor Martins Medeiros Robaina	Universidade Federal Fluminense E Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	As Populações De Rua Nas Grandes Metrópoles: Reflexões Sobre Tensões, Conflitos E Territorialidades Nos Espaços Públicos	Tamoios
2013	Carlos Alexandre De Bortolo	Universidade Estadual De Maringá	O Espaço Público Do Parque Do Povo - Presidente Prudente-Sp: Reflexões Geográficas	Geografia Em Atos
2008	Ana Paula Costa Rodrigues e Alex Ratts	Universidade Federal De Goiás	Corporeidade Negra E Espaço Público Em Goiás: A Congada De Catalão (GO)	Espaço Revista
2010	Fátima Loureiro De Matos	Universidade Do Porto	Espaços Públicos E Qualidade De Vida Nas Cidades O Caso Da Cidade O Porto	Observatorium
2012	Igor Martins Medeiros Robaina	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	Os Espaços Públicos E As Populações De Rua Nas Grandes Metrópoles: Contenção Territorial E Estratégias Territoriais De	Geo-Paisagem

			Sobrevivência	
2011	Vinicius Ghouther Tirone Julião Do Prado E Carlos Roberto Loboda	Universidade Federal De Uberlândia	Os Usos E Não Usos Dos Espaços Públicos Na Cidade De Ituiutaba (MG)	Geoaraguaia
2011	Igor Martins Medeiros Robaina	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	Populações Daninhas? Contenção Territorial E Estratégias De Sobrevivência Das Populações De Rua Nos Espaços Públicos Das Grandes Metrópoles	Entrelugar
2007	Lauro César Figueiredo E Margareth De Castro Afeche Pimenta	Fundação Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Mandaguari E Universidade Federal De Santa Catarina	A Cidade De Maringá Na Memória De Seus Habitantes A Partir Dos Espaços Públicos De Lazer (1940-1970)	Geografia E Pesquisa
2012	Ana Cláudia Nogueira Maia	Universidade Estadual Paulista	Shopping Passarela: A Apropriação Do Espaço Público Pelo Comércio De Rua, O Caso De Salvador/Ba	Geografia E Pesquisa Unesp